



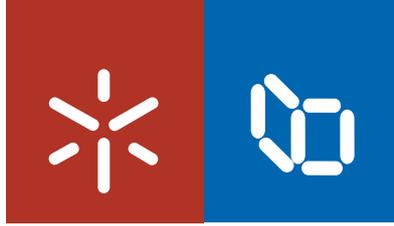
Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Ana Teresa Varajão Moutinho Pereira Correia

**Nos meandros da interpretação simultânea:
a anáfora pronominal num corpus
bidirecional (PT>EN, EN>PT) de
discursos do Parlamento Europeu**

Trabalho financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia sob a forma de bolsa individual de doutoramento (ref.^a SFRH/BD/88142/2012), atribuída no âmbito do Programa Operacional de Potencial Humano, inscrito no Quadro de Referência Estratégico Nacional, e comparticipada pelo Fundo Social Europeu.





Universidade do Minho
Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas

Ana Teresa Varajão Moutinho Pereira Correia

**Nos meandros da interpretação simultânea:
a anáfora pronominal num corpus
bidirecional (PT>EN, EN>PT) de
discursos do Parlamento Europeu**

Tese de Doutoramento
Doutoramento em Ciências da Linguagem
Especialidade em Linguística Aplicada

Trabalho efetuado sob a orientação da
Professora Doutora Sílvia Lima Gonçalves Araújo
e do
Professor Doutor Claudio Bendazzoli

Direitos de Autor e Condições de Utilização do Trabalho por Terceiros

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença [abaixo](#) indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição-NãoComercial-SemDerivações
CC BY-NC-ND

<https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/>

Agradecimentos

Aos Professores Doutores Sílvia Araújo e Claudio Bendazzoli, sou grata pela orientação científica, disponibilidade e palavras de encorajamento, também pelo respeito e amabilidade com que sempre me trataram. Aos Professores Doutores José João Almeida, Alberto Simões e Nuno Carvalho, agradeço a ajuda na obtenção do material para o corpus, bem como ao Professor Doutor Sérgio Lopes e à Mestre Ana Soraia Martins pela colaboração na criação do protótipo interPE. Às Professoras Doutoradas Maria do Carmo Lourenço-Gomes e Cecília Castro, sou grata pelo apoio prestado na análise quantitativa dos dados. Ao Professor José Paulo Moura e à Dra. Gisela Wooding, agradeço os esclarecimentos sobre a interpretação no Parlamento Europeu e, aos Professores Doutores Fernando Alves e Filomena Louro, as oportunidades que me proporcionaram de contactar com profissionais e investigadores na área da tradução e interpretação.

A nível institucional, desejo expressar o meu reconhecimento ao CEHUM, que acolheu esta investigação, e não posso deixar de dedicar uma sincera palavra de agradecimento aos funcionários da ELACH e do CEHUM. Agradeço à Fundação para a Ciência e Tecnologia o apoio financeiro concedido sob a forma de uma bolsa de investigação, que me permitiu, entre outros, realizar um período de formação na Universidade de Bolonha. Pela supervisão durante esse período, agradeço à Professora Doutora Mariachiara Russo.

Não menos indispensável à prossecução deste trabalho foi o apoio incansável e incondicional da minha família e amigos. Com todo o carinho, agradeço aos meus pais e irmão por tudo o que são e fazem por e para mim, ao Eduardo, que, com o seu companheirismo constante e dedicado, me animou até à meta, e à nossa Luísa, que deu o empurrãozinho final. Sou grata à minha saudosa avó, à minha madrinha, aos meus tios e primos por todo o incentivo. À Ana, Cidália e Joana, um infinito obrigado por estarem sempre presentes e disponíveis. Os melhores resultados desta tese são as genuínas amizades que construí e que em muito amenizaram as dificuldades do percurso. Pelas conversas e injeções de ânimo, gargalhadas e abraços, agradeço à Amélia, Anabela, Anastasiia, Diana, Emília, Eva, Joana, Masayuki, Michela, Sofia, Tânia, Tereza e Veronica. Espero, ao longo da vida, poder retribuir aquilo que as palavras não dizem.

Por fim, agradeço aos Professores Doutores Óscar Ferreiro Vázquez e Salvador Pippa pela leitura da tese e redação dos pareceres externos, dedicando este trabalho à memória do Professor Pippa, estudioso da língua portuguesa e da interpretação.

Declaração de Integridade

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducente à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Nos meandros da interpretação simultânea: a anáfora pronominal num corpus bidirecional (PT>EN, EN>PT) de discursos do Parlamento Europeu

Os pronomes dão origem a cadeias anafóricas que instauram dependência sintática e semântica entre dois ou mais termos, podendo requerer da parte do intérprete um esforço adicional de receção e/ou produção numa situação em que a sua capacidade total de processamento é limitada. Com repercussões no plano da coesão textual, eventuais problemas de restituição dos elos anafóricos podem lesar a inteligibilidade de um discurso. Assim, esta tese visa analisar o modo como as cadeias anafóricas são interpretadas de português para inglês e vice-versa em contexto de interpretação simultânea. Para tal, foi compilado um corpus bidirecional PT>EN, EN>PT composto por discursos proferidos em sessões plenárias do Parlamento Europeu e respetivas interpretações, a partir do qual foram extraídas todas as ocorrências de pronomes pessoais e relativos. Mediante a análise das ocorrências, foram identificados procedimentos de interpretação do antecedente e do pronome (tradução, elipse, reconfiguração morfossintática e omissão). Estes dois polos da cadeia anafórica foram ainda classificados, na sua língua original, quanto a oito propriedades linguístico-discursivas (dos antecedentes: função sintática, estatuto de entidade nomeada, competição; dos pronomes: função sintática, categoria morfológica, distância; e dos discursos: velocidade e diversidade lexical), cujos dados de frequência foram analisados isoladamente e cruzados com os dos procedimentos de interpretação. Os resultados indicam que os antecedentes tendem a ser traduzidos em ambas as direções linguísticas e que os pronomes tendem a ser reconfigurados morfossintaticamente, na direção PT>EN, e omitidos, na direção EN>PT. O pronome surge, assim, como o elo mais volúvel da cadeia anafórica, o que se reflete também na sua dependência relativamente ao antecedente, tendo-se verificado que a maioria dos casos de omissão do antecedente coocorreu com a omissão do pronome. O cruzamento dos dados de frequência sugere, ainda, que algumas das propriedades linguístico-discursivas e/ou a direção linguística poderão influenciar a adoção dos procedimentos de interpretação. A análise descritiva do corpus permitiu, também, sistematizar as transformações lexicais e morfossintáticas operadas pelos intérpretes em cada procedimento, exibindo um leque mais amplo de variação na direção PT>EN do que em sentido inverso. Globalmente, porém, a taxa de recuperação das cadeias anafóricas foi semelhante nas duas direções linguísticas.

Palavras-chave: anáfora, corpus, interpretação simultânea, Parlamento Europeu, pronomes.

In the meanders of simultaneous interpreting: Pronominal anaphora in a bidirectional corpus (PT>EN, EN>PT) of European Parliament speeches

Pronouns generate anaphoric chains that establish syntactic and semantic dependency between two or more terms. This may require an additional reception and/or production effort on the part of interpreters in a situation where their total processing capacity is limited. With repercussions in terms of textual cohesion, problems in restoring anaphoric links may affect the intelligibility of a speech. Thus, this thesis aims to analyze how anaphoric chains are interpreted from Portuguese to English and vice-versa in simultaneous interpreting. To this end, a bidirectional PT>EN, EN>PT corpus composed of speeches delivered in plenary sessions of the European Parliament and their interpretations was compiled, and all occurrences of personal and relative pronouns were extracted. Upon analyzing the occurrences, interpreting procedures (translation, ellipsis, morphosyntactic reformulation and omission) were identified for the antecedent and the pronoun. These two elements constituting the anaphoric chain were also classified, in their original language, according to eight linguistic-discourse properties (of the antecedents: grammatical relation, named entity status, competition; of the pronouns: grammatical relation, morphological class, distance; and of the speeches: speed and lexical diversity). The corresponding frequency data were analyzed separately and crossed with those of the interpreting procedures. The results indicate that antecedents tend to be translated in both language directions and that pronouns tend to be morphosyntactically reformulated, in the PT>EN direction, and omitted, in the EN>PT direction. The pronoun thus appears as the most voluble link in the anaphoric chain, which is also reflected in its dependence vis-à-vis the antecedent. In fact, it was observed that most cases of omission of the antecedent co-occurred with omission of the pronoun. The crossing of the frequency data further suggests that some of the linguistic-discourse properties and/or the linguistic direction may influence the use of interpreting procedures. Through descriptive analysis of the corpus, it was possible to typify the lexical and morphosyntactic transformations operated by the interpreters in each interpreting procedure, which displayed a wider range of variation in the PT>EN direction than in the opposite direction. Overall, however, the retrieval rate of anaphoric chains was similar in both language directions.

Keywords: anaphora, corpus, European Parliament, pronouns, simultaneous interpreting.

Índice

INTRODUÇÃO

I. Motivação	1
II. Objeto de Estudo	2
III. Objetivos e Estrutura da Tese.....	15

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA NOS ESTUDOS DE INTERPRETAÇÃO

1.1 A Linguística no Desenvolvimento dos Estudos de Interpretação	19
1.1.1 Linguística e Interpretação: Uma Afinidade Natural	19
1.1.2 Da Linguística Contrastiva à Linguística Textual: Para Além da Frase.....	21
1.1.3 Análise do Discurso: A Dimensão Pragmático-Social	25
1.1.4 Linguística de Corpus: Uma Nova Perspetiva sobre a Interpretação.....	28
1.1.4.1 Contextualização	28
1.1.4.2 Do Corpus de Interpretação aos Corpus-Based Interpreting Studies.....	32
1.2 A Comunicação no Parlamento Europeu	39
1.2.1 Aspetos Organizativos e Procedimentais do Parlamento Europeu	39
1.2.2 O Serviço de Interpretação do Parlamento Europeu	46
1.2.3 Condicionismos sobre o Trabalho dos Intérpretes.....	49
1.3 Síntese	54

2 A ANÁFORA PRONOMINAL SOB O PRISMA DA COESÃO TEXTUAL

2.1 Considerações Prévias.....	56
2.1.1 Textualidade.....	56
2.1.2 Mecanismos de Coesão Textual.....	59
2.2 Coesão Referencial	62
2.2.1 Anáfora Nominal	63
2.2.1.1 Anáforas correferenciais	63

2.2.1.2 Anáforas não correferenciais	65
2.2.2 Anáfora Pronominal.....	67
2.2.2.1 Pronomes	68
2.2.2.2 Outras pró-formas	72
2.2.3 Entre a Anáfora Nominal e a Anáfora Pronominal.....	74
2.2.3.1 Elipse.....	74
2.2.3.2 Anáfora Resumptiva	76
2.3 Coesão Estrutural	78
2.3.1 Estruturas de Subordinação	79
2.3.1.1 Subordinação Substantiva	79
2.3.1.2 Subordinação Adjetiva	81
2.3.1.3 Subordinação Adverbial	83
2.3.2 Estruturas de Coordenação	85
2.4 O Contributo da Estrutura Temática e Informativa para a Coesão Textual	88
2.4.1 Estrutura Temática e Estrutura Informativa	89
2.4.2 A Relação com o Processamento Anafórico	91
2.5 A Coesão Textual nos Estudos de Interpretação.....	94
2.5.1 Estudos sobre Coesão.....	94
2.5.2 A Dimensão Estratégica dos Pronomes.....	102
2.5.3 Aplicabilidade Didática	112
2.6 Síntese	114

PARTE II – METODOLOGIA

3 COMPILAÇÃO DO CORPUS

3.1 Desenho do Corpus	117
3.2 O Arquivo Multimédia	118
3.2.1 Recolha de Dados	119
3.2.2 Transcrição	121
3.2.2.1 Sistema de Gestão	122
3.2.2.2 <i>Software</i> e Normas de Transcrição	124
3.2.3 Composição e Organização	130

3.3 Do Arquivo Multimédia ao Corpus	131
3.3.1 Aleatorização	131
3.3.2 Composição e Organização	132
3.3.3 Criação de Protótipo do Corpus interPE	133
3.4 Síntese	136
4 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE	
4.1 Procedimentos de Extração e Seleção de Ocorrências	137
4.1.1 O Processo de Extração.....	137
4.1.2 Critérios de Exclusão.....	143
4.2 Eixos de Análise.....	147
4.2.1 A Anáfora: Uma Relação Binária	147
4.2.2 Procedimentos de Interpretação	149
4.2.3 Propriedades Linguístico-Discursivas das Ocorrências	155
4.3 Síntese	160
PARTE III – ANÁLISE E RESULTADOS	
5 PERFIL DESCRITIVO-QUANTITATIVO DO CORPUS	
5.1 Ocorrências nos Subcorpora ORG-PT e ORG-EN	162
5.2 Procedimentos de Interpretação.....	163
5.2.1 Procedimentos de Interpretação do Antecedente.....	163
5.2.2 Procedimentos de Interpretação do Pronome.....	164
5.2.3 A Relação entre PROCX e PROCY	167
5.3 Propriedades Linguístico-Discursivas	169
5.3.1 Função Sintática do Antecedente.....	169
5.3.1.1 Distribuição Geral.....	169
5.3.1.2 Distribuição por PROCX.....	170
5.3.1.3 Distribuição por PROCY	171
5.3.2 Entidade Nomeada.....	173
5.3.2.1 Distribuição Geral.....	173
5.3.2.2 Distribuição por PROCX.....	173

5.3.2.3 Distribuição por PROCY	174
5.3.3 Competição	176
5.3.3.1 Distribuição Geral.....	176
5.3.3.2 Distribuição por PROCX.....	177
5.3.3.3 Distribuição por PROCY	178
5.3.4 Categoria Morfológica.....	180
5.3.4.1 Distribuição Geral.....	180
5.3.4.2 Distribuição por PROCY	181
5.3.5 Função Sintática do Pronome.....	185
5.3.5.1 Distribuição Geral.....	185
5.3.5.2 Distribuição por PROCY	186
5.3.6 Distância.....	189
5.3.6.1 Distribuição Geral.....	189
5.3.6.2 Distribuição por PROCY	192
5.3.7 Velocidade	194
5.3.7.1 Distribuição Geral.....	195
5.3.7.2 Distribuição por PROCX.....	197
5.3.7.3 Distribuição por PROCY	198
5.3.8 Diversidade Lexical.....	201
5.3.8.1 Distribuição Geral.....	201
5.3.8.2 Distribuição por PROCX.....	204
5.3.8.3 Distribuição por PROCY	205
5.4 Síntese.....	207

6 PROCEDIMENTOS DE INTERPRETAÇÃO

6.1 Ao Nível do Antecedente	209
6.1.1 Tradução	209
6.1.2 Elipse.....	213
6.1.3 Reconfiguração Morfossintática	214
6.1.4 Omissão	217
6.2 Ao Nível do Pronome	221
6.2.1 Tradução	221

6.2.2 Elipse.....	223
6.2.3 Reconfiguração Morfossintática 1	228
6.2.4 Reconfiguração Morfossintática 2	234
6.2.5 Reconfiguração Morfossintática 3	238
6.2.6 Reconfiguração Morfossintática 4	241
6.2.7 Reconfiguração Morfossintática 5	249
6.2.8 Omissão	252
6.3 Síntese.....	257
CONCLUSÃO	
I. Nos Meandros da Interpretação Simultânea	259
II. Percorrendo Novos Meandros	271
REFERÊNCIAS	276
APÊNDICES	
Apêndice A. Transcrições dos Subcorpora ORG-PT e INT-EN.....	295
Apêndice B. Transcrições dos Subcorpora ORG-EN e INT-PT.....	310
Apêndice C. Tabelas de Frequências Absolutas e Relativas	323

Lista de abreviaturas e siglas

DP	Desvio-padrão
ELI	Elipse
EN	Inglês
INT-EN	Interpretação (discurso interpretado) inglês
INT-PT	Interpretação (discurso interpretado) português
OMI	Omissão
ORG-EN	Original (discurso original) inglês
ORG-PT	Original (discurso original) português
PE	Parlamento Europeu
PROCX	Procedimentos de interpretação do antecedente
PROCY	Procedimentos de interpretação do pronome
PT	Português
RIS	Relato Integral de Sessão
RMS	Reconfiguração morfossintática
TRA	Tradução

Lista de figuras

Figura 1. Representação triangular da teoria interpretativa.	5
Figura 2. Representação do modelo dos esforços.	7
Figura 3. Representação esquemática da questão e objetivos de investigação.	16
Figura 4. O ABC do Parlamento Europeu.	40
Figura 5. Representação esquemática do processo legislativo ordinário.	42
Figura 6. Representação esquemática da atividade em plenário.	44
Figura 7. Reprodução do aviso acerca das interpretações dos debates.	54
Figura 8. Classificação da anáfora com base na correferência.	67
Figura 9. Estrutura do corpus.	118
Figura 10. Material associado a um discurso.	119
Figura 11. Listagem das intervenções originais dos deputados portugueses.	123
Figura 12. Listagem das intervenções interpretadas dos deputados portugueses.	124
Figura 13. Programa de transcrição <i>EXMARaLDA Partitur-Editor</i>	125
Figura 14. Metadados do discurso (versão original).	126
Figura 15. Metadados do discurso (versão interpretada).	126
Figura 16. Metadados do orador (versão original).	127
Figura 17. Metadados do orador (versão interpretada).	128
Figura 18. Página inicial.	133
Figura 19. Página de resultados.	133
Figura 20. Discurso seleccionado a partir da página de resultados.	134
Figura 21. Formulário de inserção de novos discursos.	135
Figura 22. Programa de análise de corpora <i>Sketch Engine</i>	138
Figura 23. Os quatro subcorpora monolíngues.	139
Figura 24. Programa de alinhamento <i>YouAlign</i>	139
Figura 25. Exemplo de concordância monolíngue.	140
Figura 26. Exemplo de concordância bilingue.	141
Figura 27. Pesquisa avançada.	142
Figura 28. Procedimentos de interpretação.	155
Figura 29. Procedimentos de interpretação e propriedades das ocorrências.	158
Figura 30. Cruzamentos entre procedimentos e propriedades.	159
Figura 31. Representação esquemática dos procedimentos de interpretação.	262

Figura 32. Esquema de combinatórias linguísticas do corpus.	274
--	-----

Lista de tabelas

Tabela 1. Estrutura da tese.	17
Tabela 2. Mecanismos de coesão textual.	60
Tabela 3. Tipologia de orações subordinadas.	79
Tabela 4. Tipologia de orações coordenadas.	85
Tabela 5. Normas de transcrição.	125
Tabela 6. Distribuição do material do arquivo multimédia.	130
Tabela 7. Duração e extensão dos discursos.	132
Tabela 8. Composição do corpus.	132
Tabela 9. Distribuição de pronomes.	143
Tabela 10. Expressões de pesquisa usadas no <i>Sketch Engine</i>	143
Tabela 11. Distribuição de pronomes antes e depois dos critérios de exclusão.....	147
Tabela 12. Propriedades linguístico-discursivas das ocorrências.	156
Tabela 13. Número de ocorrências nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.	162
Tabela 14. Propriedades linguístico-discursivas das ocorrências.	208
Tabela 15. Sistematização das principais transformações em cada procedimento.....	257

Lista de gráficos

Gráfico 1. Frequência de PROCX nas direções PT<>EN.	163
Gráfico 2. Frequência de PROCY nas direções PT<>EN.	164
Gráfico 3. Frequência de RMS nas direções PT<>EN.	166
Gráfico 4. Frequência de PROCY vs. PROCX na direção PT>EN.	167
Gráfico 5. Frequência de PROCY vs. PROCX na direção EN>PT.	168
Gráfico 6. Frequência da função sintática do antecedente.	169
Gráfico 7. Frequência de PROCX por função sintática do antecedente (PT<>EN).	170
Gráfico 8. Frequência de PROCY por função sintática do antecedente (PT<>EN).	171
Gráfico 9. Frequência de RMS por função sintática do antecedente (PT<>EN).	172
Gráfico 10. Frequência do estatuto de entidade nomeada.	173
Gráfico 11. Frequência de PROCX por classe de entidade nomeada (PT<>EN).	174
Gráfico 12. Frequência de PROCY por classe de entidade nomeada (PT<>EN).	175
Gráfico 13. Frequência de RMS por classe de entidade nomeada (PT<>EN).	176
Gráfico 14. Frequência da competição entre antecedentes.	177
Gráfico 15. Frequência de PROCX por classe de competição (PT<>EN).	177
Gráfico 16. Frequência de PROCY por classe de competição (PT<>EN).	178
Gráfico 17. Frequência de RMS por classe de competição (PT<>EN).	179
Gráfico 18. Frequência da categoria morfológica.	180
Gráfico 19. Frequência de pronomes nulos e plenos.	181
Gráfico 20. Frequência de PROCY por categoria morfológica (PT<>EN).	182
Gráfico 21. Frequência de PROCY por pronomes nulos e plenos (PT<>EN).	183
Gráfico 22. Frequência de RMS por categoria morfológica (PT<>EN).	184
Gráfico 23. Frequência de RMS por pronomes nulos e plenos (PT<>EN).	185
Gráfico 24. Frequência da função sintática do pronome.	186
Gráfico 25. Frequência de PROCY por função sintática do pronome (PT<>EN).	187
Gráfico 26. Frequência de RMS por função sintática do pronome (PT<>EN).	188
Gráfico 27. Frequência dos valores de distância no subcorpus ORG-PT.	189
Gráfico 28. Frequência dos valores de distância no subcorpus ORG-EN.	190
Gráfico 29. Distribuição comparativa da distância.	191
Gráfico 30. Frequência das classes de distância.	192
Gráfico 31. Frequência de PROCY por classe de distância (PT<>EN).	193

Gráfico 32. Frequência de RMS por classe de distância (PT<>EN).	194
Gráfico 33. Frequência dos valores de velocidade no subcorpus ORG-PT.	195
Gráfico 34. Frequência dos valores de velocidade no subcorpus ORG-EN.	195
Gráfico 35. Distribuição comparativa da velocidade.	196
Gráfico 36. Frequência das classes de velocidade.	197
Gráfico 37. Frequência de PROCX por classe de velocidade (PT<>EN).	198
Gráfico 38. Frequência de PROCY por classe de velocidade (PT<>EN).	199
Gráfico 39. Frequência de RMS por classe de velocidade (PT<>EN).	200
Gráfico 40. Frequência dos valores de diversidade lexical no subcorpus ORG-PT.	201
Gráfico 41. Frequência dos valores de diversidade lexical no subcorpus ORG-EN.	202
Gráfico 42. Distribuição comparativa da diversidade lexical.	203
Gráfico 43. Frequência das classes de diversidade lexical.	203
Gráfico 44. Frequência de PROCX por classe de diversidade lexical (PT<>EN).	204
Gráfico 45. Frequência de PROCY por classe de diversidade lexical (PT<>EN).	205
Gráfico 46. Frequência de RMS por classe de diversidade lexical (PT<>EN).	206
Gráfico 47. Frequência de PROCX na direção PT>EN.	207
Gráfico 48. Frequência de PROCY na direção PT>EN.	207
Gráfico 49. Frequência de PROCX na direção EN>PT.	207
Gráfico 50. Frequência de PROCY na direção EN>PT.	207
Gráfico 51. Taxa de recuperação das cadeias anafóricas (PT>EN).	270
Gráfico 52. Taxa de recuperação das cadeias anafóricas (EN>PT).	270

INTRODUÇÃO

A introdução divide-se em três momentos. Começaremos por explicitar a motivação subjacente a este trabalho, que surge no seguimento de um percurso académico ligado às línguas e à linguística. A fim de situar o leitor, faremos, de seguida, uma contextualização histórica dos estudos de interpretação, fornecendo alguns dos conceitos basilares do nosso objeto de estudo. Por fim, serão apresentados os objetivos do estudo e a estrutura da tese.

I. Motivação

O presente trabalho surge na sequência de um percurso académico relacionado com a tradução, a linguística de corpus e o processamento de linguagem natural. O interesse precoce pelas línguas estrangeiras foi o grande catalisador desse percurso, sempre traçado no domínio das humanidades. Durante a licenciatura em Línguas Estrangeiras Aplicadas, na Universidade do Minho, pude contactar pela primeira vez com a linguística e com a tradução sob a ótica da investigação científica, nomeadamente através do estágio curricular. Realizado no âmbito de uma parceria informal entre a Escola de Letras, Artes e Ciências Humanas e o Departamento de Informática desta Universidade, o estágio, com a duração de três meses, consistiu em traduzir e rever uma parte do corpus do jornal *Le Monde Diplomatique*, composto por artigos publicados nas edições francesa e portuguesa desse jornal entre 1999 e 2002 (Correia, 2006). Este estágio foi uma breve introdução aos conceitos e métodos do processamento de linguagem natural e da linguística de corpus aplicados à tradução, que abriu caminho a novos projetos nessas áreas.

Quatro anos após a licenciatura, teve início, em 2010, o projeto *Per-Fide* (Almeida et al., 2014; Almeida et al., 2013; Araújo et al., 2010), cofinanciado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (ref.^a PTDC/CLE-LLI/108948/2008) e ao qual estive afeta durante três anos na qualidade de bolsista de iniciação científica. Este projeto teve por principal objetivo a compilação de corpora de diversas tipologias textuais (texto literário, jornalístico, religioso, jurídico, técnico-científico), em sete línguas, nomeadamente português, espanhol, russo, francês, italiano, alemão e inglês. O fator distintivo do *Per-Fide* reside no facto de a língua portuguesa, em qualquer uma das suas variantes continentais, poder funcionar como língua de partida ou como língua de chegada dos vários corpora, daí que a designação completa deste projeto seja *Per-Fide: Português em Paralelo com Seis Línguas (Español, Ruskiy, Français, Italiano, Deutsch, English)*.

Os corpora compilados no âmbito do projeto *Per-Fide* são corpora paralelos. Quer isto dizer que são compostos por textos escritos numa língua e pela sua tradução noutra(s) língua(s). Trata-se, portanto, de corpora de tradução, alimentados única e exclusivamente por textos fixados em suporte escrito. Foi esta constatação que nos levou a indagar sobre a possibilidade de estender o projeto *Per-Fide* ao domínio da oralidade e, em particular, da interpretação. Assim surgiu a ideia de criar um corpus de interpretação para o português europeu com base no material audiovisual das sessões plenárias do Parlamento Europeu (PE), lançando os alicerces da tese que agora se apresenta.

II. Objeto de Estudo

Na presente secção, apresentamos uma descrição daquele que é, em sentido amplo, o nosso objeto de estudo – a interpretação – e da sua evolução desde atividade profissional a disciplina académica, bem como uma breve panorâmica sobre o seu desenvolvimento em Portugal.

CONCEITOS RELEVANTES

A interpretação consiste numa atividade profissional de mediação linguística e cultural entre duas ou mais partes. Caracteriza-se pela pressão temporal, mas sobretudo pela imediatez do processo, que se desenrola em tempo real perante o(s) orador(es) e o(s) ouvinte(s), e ainda pela necessidade de conciliar diferentes tarefas ao mesmo tempo, nomeadamente a receção e produção de discurso (Chernov, 2004; Herbert, 1952; Pöchhacker, 2004, 2015; Pöchhacker & Shlesinger, 2002).

Concetualmente, a interpretação comporta uma distinção básica entre o modo simultâneo e o modo consecutivo. No modo simultâneo, o intérprete deve restituir o discurso original à medida que este vai sendo proferido, ajustando o *ear-voice span* (EVS)¹ em função da velocidade de elocução do orador. Tipicamente, a interpretação simultânea é realizada numa cabina à prova de som, com visibilidade para a sala onde decorrem os trabalhos. Porém, pode também ser realizada sem este equipamento. Nesse caso, o intérprete coloca-se próximo do cliente, sussurrando-lhe o discurso interpretado ao ouvido, daí a designação de interpretação sussurrada ou murmurada. A interpretação simultânea pode ainda ser realizada à distância, sem a presença dos intervenientes

¹ Este termo designa o período que transcorre entre o momento em que o intérprete escuta o que o orador diz e o momento em que produz a sua interpretação. Na literatura, este termo surge também designado de *décalage* e *time lag* (Timarová, 2015).

num mesmo espaço físico, o que tem vindo a acontecer com mais frequência devido às restrições impostas pela pandemia de COVID-19 que eclodiu em 2020.

No modo consecutivo, o intérprete ouve o discurso na língua de partida e só depois produz um discurso equivalente na língua de chegada. O orador também pode optar por intercalar o seu discurso com o do intérprete. Enquanto ouve o discurso, o intérprete pode tomar notas, cuja função é somente a de complementar a sua memória aquando do esforço de produção do discurso-alvo. Tal como a interpretação simultânea, também a consecutiva pode ser adaptada ao formato remoto (i.e., à distância).

Segundo a página da AIIC Portugal², baseada na sua homóloga internacional, são estes os dois grandes modos de interpretação atuantes no mercado, com a interpretação simultânea a ocupar um lugar de relevo. O contexto e a natureza do evento são os fatores que determinam o modo de interpretação mais adequado. A par desta distinção, há diversos tipos de interpretação, como sejam a interpretação de conferências, comunitária, de acompanhamento, remota, etc. (Falbo et al., 1999). Cada um destes tipos corresponde a um contexto específico, com características próprias. Por exemplo, a interpretação comunitária poderá decorrer num hospital ou num tribunal e caracterizar-se-á por um esquema comunicativo eminentemente dialógico. Por seu turno, a interpretação de conferências, de que esta tese se ocupa, privilegia um formato monológico, em que um orador se dirige a um público composto por um número indefinido de ouvintes. Note-se, porém, que em contexto de conferência pode também ocorrer interação dialógica, como por exemplo nas sessões de debate, embora menos espontânea do que noutros tipos de interpretação.

Qualquer que seja o modo e tipo de interpretação, as línguas são ferramentas de trabalho indispensáveis para um intérprete. O conjunto de línguas ativas e passivas que um intérprete domina é designado de combinação linguística. Por línguas ativas entende-se as línguas em que o intérprete é fluente e para as quais é capaz de interpretar; línguas passivas são aquelas que o intérprete compreende mas para as quais não interpreta. As línguas de trabalho dos intérpretes encontram-se classificadas em três categorias: A, B e C. A língua A é a língua materna do intérprete, para qual este interpreta a partir de qualquer uma das suas línguas de trabalho. A língua B é uma língua que, não sendo a sua materna, o intérprete domina, podendo interpretá-la quer como língua de partida quer como língua de chegada. As línguas A e B são consideradas línguas ativas.

² A sigla AIIC designa a Associação Internacional dos Intérpretes de Conferência. A página da AIIC Portugal pode ser consultada em: <http://www.aiicportugal.pt/portal/index.php/pt/>.

Finalmente, a língua C é uma língua que o intérprete domina apenas em termos de receção (e não de produção) e a partir da qual interpreta para as suas línguas ativas; é, portanto, considerada uma língua passiva³.

O domínio das línguas de trabalho é fundamental para o exercício da profissão, porém insuficiente. Assim, o intérprete deve possuir um conjunto de competências transversais que, aliadas a um conhecimento profundo das suas línguas de trabalho, bem como dos aspetos culturais que as definem, lhe permitam desempenhar a sua função com eficácia. De acordo com a AIIC, essas competências são⁴:

- capacidade de escuta e concentração;
- boa memória;
- destreza mental;
- cultura geral vasta;
- capacidade de análise;
- voz agradável;
- capacidade de manter a calma sob pressão;
- postura adequada para falar em público; e
- respeito pela confidencialidade profissional.

Segundo a mesma fonte, estas competências não dispensam um trabalho minucioso de preparação por parte do intérprete mediante o estudo aprofundado das temáticas relevantes e terminologia associada.

DA INTERPRETAÇÃO AOS ESTUDOS DE INTERPRETAÇÃO

A introdução da interpretação simultânea com o Julgamento de Nuremberga, entre novembro de 1945 e outubro de 1946, constituiu um marco histórico da profissão (Gaiba, 1998). Nesta ocasião, o sucesso alcançado com o primeiro sistema de interpretação simultânea⁵ determinou que este

³ Informação baseada no glossário da AIIC, disponível em: <https://aiic.org/site/world/conference/glossary>.

⁴ Informação baseada no sítio da AIIC, disponível em: <https://aiic.org/site/world/conference/whatittakes>.

⁵ Embora o Julgamento de Nuremberga seja considerado o ponto de viragem na interpretação simultânea, o primeiro sistema de interpretação, o sistema Filene-Finlay-IBM, foi na verdade alvo de estreia em 1927, numa conferência de trabalho internacional, em Genebra, tendo sido novamente utilizado em 1935 no 5.º Congresso Internacional de Fisiologia em Leninegrado e em 1944 numa conferência em Filadélfia. Porém, estas tentativas não foram bem-sucedidas e a interpretação simultânea apenas ganhou terreno, de forma efetiva, a partir do Julgamento de Nuremberga (Bowen et al., 1995).

modo de interpretação tivesse conquistado um lugar preponderante no mercado a nível mundial, nomeadamente em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas. Com efeito, a época do pós-guerra foi propícia ao desenvolvimento da profissão, tendo coincidido com a abertura de vários estabelecimentos de ensino dedicados à interpretação (Sawyer, 2004). Embora fossem de caráter profissionalizante, com uma componente teórica mínima ou inexistente, os cursos ministrados nestas escolas levaram a que se passasse a perspetivar a interpretação não apenas como atividade profissional, mas também como tema de reflexão (Herbert, 1952; Rozan, 1956; Van Hoof, 1962).

Os primeiros estudos sobre interpretação foram levados a cabo por investigadores das ciências cognitivas (Barik, 1971; Gerver, 1969/2002; Goldman-Eisler, 1972/2002; Oléron & Nanpon, 1965/2002; Paneth, 1957/2002; Treisman, 1965), recorrendo ao método experimental. Estes estudos foram alvo de críticas por parte da comunidade de intérpretes-investigadores (Bros-Brann, 1975; Gile, 1998), que lhes apontava a falta de validade ecológica bem como o tratamento indiscriminado das variáveis suscetíveis de afetar o trabalho do intérprete (e.g., experiência profissional, combinação e direção linguística e uso deliberado de estratégias de interpretação).

Uma das principais opositoras à abordagem experimental foi Danica Seleskovitch, representante da Escola de Paris e proponente da teoria interpretativa (na sua versão original, *théorie interprétative* ou *théorie du sens*), que preconiza o desdobramento da tradução e da interpretação em três etapas: compreensão, desverbalização e reexpressão. Com a colaboração de Marianne Lederer, a autora concebeu um modelo tripartido da tradução (e da interpretação), representado em formato triangular, como se pode ver na Figura 1:

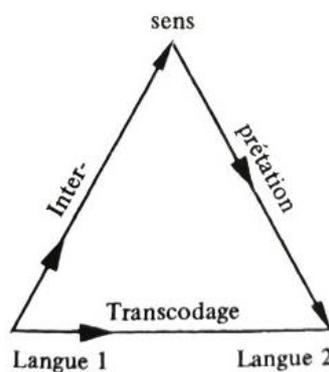


Figura 1. Representação triangular da teoria interpretativa⁶.

⁶ Retirado de Seleskovitch e Lederer (1984, p. 185).

Segundo este modelo, o processo tradutivo/interpretativo tem início quando um falante se expressa numa determinada língua (de partida), designada pelas autoras de “Langue 1”. O discurso produzido pelo falante nessa língua deve ser então processado pelo intérprete, que tem por função revelar-lhe o sentido não-verbal ou desverbalizado. Na passagem para a “Langue 2” (termo utilizado pelas autoras para designar a língua de chegada), o sentido não-verbal é reformulado pelo intérprete, podendo e devendo ser usado um léxico distinto daquele utilizado na versão original, já que todo o processo se situa ao nível do sentido e não das palavras. A par da desverbalização e posterior reformulação do discurso, este modelo prevê uma operação de recodificação (“transcodage”) para a tradução de itens não redundantes, tais como números.

Simbolicamente, a Escola de Paris teve um papel determinante na afirmação dos estudos de interpretação. Por um lado, foi capaz de transformar a interpretação numa disciplina académica, com a implementação durante a década de 1970 de um programa doutoral em *Science et technique de l'interprétation et de la traduction* na Universidade Sorbonne Nouvelle – Paris III; por outro lado, teve o mérito de aproximar os intérpretes da investigação em interpretação, que contribuíram com o seu conhecimento prático da profissão. Ao colocar em evidência a dimensão pragmática da língua, a teoria interpretativa veio consolidar a ideia de que o estudo da tradução (e também da interpretação) não se limita ao estudo da transposição de itens linguísticos entre duas línguas, distanciando-se, assim, das teorias linguísticas então prevalentes (Pagura, 2012; Pöchhacker, 1992, 1995).

A teoria interpretativa e, mais tarde, o modelo dos esforços (Gile, 1995a) constituem duas das propostas teóricas mais influentes na comunidade académica. O modelo dos esforços inspira-se nas ciências cognitivas, baseando-se na premissa da disponibilidade limitada de capacidade de processamento. Segundo o seu proponente, a interpretação consiste numa atividade complexa de gestão desta capacidade de processamento, que tem de ser eficazmente repartida entre os vários requisitos que sobre ela se impõem, como ilustra a Figura 2:



Figura 2. Representação do modelo dos esforços⁷.

Recorrendo alegoricamente à distribuição de vinho por vários convivas, a interpretação simultânea é representada como a soma dos esforços de escuta (*listening* = L), memória (*memory* = M) e produção (*production* = P), aos quais acresce um esforço de alocação (*allocation* = A) relativo à gestão da capacidade de processamento disponível entre os três primeiros esforços. Quando não é feita uma gestão apropriada dos esforços, incorre-se no risco de a capacidade total de processamento disponível ser inferior àquela de que o intérprete necessita, o que pode levar à deterioração do seu desempenho.

Danica Seleskovitch e Daniel Gile são dois dos precursores de uma nova geração de intérpretes-investigadores, cada vez mais sensível ao rigor metodológico necessário para consolidar o estatuto dos *interpreting studies* (estudos de interpretação)⁸. Na perspetiva de Moser-Mercer (1994), estes autores inserem-se em paradigmas de investigação antitéticos. No entanto, apesar desta divergência, aproxima-os o pendor empírico da sua investigação (Gile, 1990, 1994, 1995b, 1998, 2009; Lederer, 1981; Seleskovitch, 1968, 1975).

⁷ Retirado de Gile (1995a, p. 173).

⁸ Segundo Pöchhacker (2010, p. 158), esta designação foi usada, pela primeira vez, por Heidemarie Salevsky num artigo de 1993, intitulado "The distinctive nature of interpreting studies" (Salevsky, 1993).

Neste contexto de crescente interesse pelo desempenho em detrimento da competência⁹, começa a ganhar terreno a linguística de corpus. Este fenómeno foi motivado pelo êxito dos resultados alcançados nos estudos de tradução com recurso à linguística de corpus, que alcançou notável popularidade na comunidade científica desde a sua introdução nos anos 1990 (Baker, 1993, 1995; Laviosa, 1998). A ideia de aplicar esta metodologia aos estudos de interpretação foi introduzida por Armstrong (1997), tendo sido posteriormente desenvolvida por Shlesinger (1998) no seu artigo seminal sobre os desafios e oportunidades da utilização de corpora, em que apelava a uma colaboração mais estreita entre a linguística de corpus e os estudos de interpretação. Apesar de a compilação de corpora de interpretação ser uma tarefa morosa, devido essencialmente ao trabalho de transcrição, o apelo de Shlesinger foi concretizado por vários investigadores que, nos anos subsequentes, se dedicaram à recolha de dados empíricos para criar os seus próprios corpora.

Com o advento da tecnologia – programas de transcrição, de reconhecimento de voz, servidores mais robustos que permitem armazenar grandes quantidades de dados, ficheiros audiovisuais com cada vez maior qualidade – multiplicaram-se as potencialidades da linguística de corpus aplicada à interpretação. Neste contexto, destaca-se a iniciativa do PE de disponibilizar, através do seu sítio institucional, os vídeos das sessões plenárias na versão original e nas versões interpretadas. Trata-se de um manancial de dados empíricos com grande potencial para o estudo da interpretação simultânea, que permite aceder de forma simples a material autêntico e controlado em termos de variáveis, já que todos os discursos são produzidos em circunstâncias idênticas. Com efeito, este material deu já origem a diversos estudos e projetos de compilação de corpora de interpretação (Beaton, 2007a, 2007b; Bendazzoli, 2018; Bernardini & Russo, 2018; Martínez & Serrat Roosen, 2012; Russo, 2010; Russo et al., 2018).

A sinergia entre a linguística de corpus e a interpretação é apenas um exemplo do impacto da evolução tecnológica nos estudos de interpretação¹⁰. Fantinuoli (2018a) fala, aliás, de uma viragem tecnológica na disciplina, após as já identificadas por Pöchhacker (2008). No plano formativo, a

⁹ Aludimos, aqui, à dicotomia introduzida por Chomsky (1965), que contrapõe a noção de *competence* (competência), entendida como o conjunto de conhecimentos que os falantes têm da língua, à noção de *performance* (desempenho), que denota a capacidade de os falantes colocarem em prática esses conhecimentos (Lopes, 2009).

¹⁰ Sobre as tecnologias aplicadas à interpretação, recomenda-se o volume 17 da revista *Tradumática*, disponível em: https://revistes.uab.cat/tradumatica?fbclid=IwAR0awuUq7Hv-MLXk-ZODKtmJ2Cm3E25I4fREz_w7YnzQbAD-qgSMt26_LeA.

necessidade de desenvolver um treino mais autónomo por parte dos alunos, entre outros fatores de diversa ordem, tem levado ao desenvolvimento de soluções para o ensino de interpretação assistido por computador, desde a criação de bases de dados com material autêntico à conceção de plataformas virtuais dedicadas ao ensino da interpretação (Sandrelli, 2015). Este paradigma emergente tem ajudado a preparar uma nova geração de intérpretes para um mercado de trabalho cada vez mais tecnológico.

Nesta realidade laboral, há novas modalidades, tais como a interpretação remota ou a teleinterpretação, em que um ou mais participantes estão ausentes da situação comunicativa, e ainda a interpretação por via telefónica, que tem adquirido grande relevância no âmbito comunitário. Além de fornecer os meios para a implementação destas novas formas de interpretar, a tecnologia permite auxiliar o trabalho do intérprete. Refira-se, a este propósito, a *smart pen* criada para a interpretação consecutiva, uma caneta digital que grava e subsequentemente reproduz o discurso, permitindo que este seja interpretado em modo simultâneo (Hamidi & Pöchhacker, 2007) ou, ainda, o programa desenvolvido por Fantinuoli (2017), que efetua a extração e tradução de termos e de outros itens não redundantes para auxiliar o intérprete no seu trabalho de preparação terminológica. Ao longo deste novo milénio, a investigação tem avançado no sentido da interpretação automática e, não obstante os vários desafios que se lhe colocam (e.g., sotaques, ruídos, humor), será cada vez mais importante repensar o papel do intérprete (Downie, 2019; Fantinuoli, 2018b).

BREVE PANORÂMICA DO CONTEXTO PORTUGUÊS

O desenvolvimento da interpretação como atividade profissional em Portugal esteve, desde cedo, associado ao setor do turismo e, mais concretamente, à atividade de guia-intérprete. Em 1936, foi fundado o Sindicato Nacional da Atividade Turística (SNAT), fruto da necessidade de regulamentação da profissão perante as agências de turismo. Na década de 1990, reconhecendo o papel dos profissionais de tradução e interpretação na sua comunidade, esta entidade passou a designar-se Sindicato Nacional da Atividade Turística, Tradutores e Intérpretes (SNATTI), designação que mantém ainda hoje. A partir da década de 1980 viriam a formar-se outras entidades de regulamentação profissional especificamente dedicadas à interpretação, nomeadamente a já mencionada AIIC, com representação nacional, a Associação Portuguesa de Intérpretes de Conferência (APIC)¹¹, a Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes

¹¹ Mais informações disponíveis em: <http://www.apic.org.pt/>.

(APTRAD)¹² e, mais recentemente, a Associação Lusófona dos Intérpretes de Conferência (ALIC)¹³. No âmbito concreto da tradução e interpretação jurídicas, foi criada em 2011 a Associação Portuguesa de Tradutores e Intérpretes Jurídicos (APITJUR).

A evolução da profissão foi moldada pelos fluxos migratórios de e para Portugal. Como explana Mullender (2014), comparativamente com muitos países da Europa, Portugal é um estado quase totalmente monolíngue, com pouca variação dialetal. Acresce que as principais comunidades de imigrantes provêm de países lusófonos como o Brasil e Cabo-Verde e, recentemente, tem aumentado o número de imigrantes oriundos do leste da Europa, que rapidamente adquirem fluência em português. É, portanto, diminuto o número de residentes estrangeiros que não consegue comunicar em português, o que se reflete numa reduzida procura de serviços de interpretação. Não obstante, destaca-se, neste contexto, a iniciativa de criação do Serviço de Tradução Telefónica (STT) por parte do Alto Comissariado para as Migrações¹⁴. Este tipo de serviço insere-se no âmbito daquilo que atualmente se conhece como interpretação comunitária, que carece ainda do devido reconhecimento profissional no nosso país.

A interpretação de conferências desenvolveu-se, tal como noutros países, no período do pós-guerra. Porém, o seu desenvolvimento foi porventura mais lento em Portugal devido à baixa representação da língua portuguesa em congressos internacionais (Cruz, 2016). Tal deveu-se, em parte, ao facto de Portugal e Brasil, os dois únicos países lusófonos então independentes, não terem voz em matérias internacionais, o que por sua vez contribuiu para o isolamento da língua portuguesa (Mullender, 2014). Atualmente, se, por um lado, existe uma tendência cada vez maior para o recurso ao inglês como língua franca em congressos internacionais, por outro lado, há uma integração crescente dos países lusófonos, nomeadamente africanos, na economia mundial e uma intensificação da cooperação judicial a nível internacional, o que explica a necessidade de intérpretes qualificados para trabalhar em língua portuguesa (Mullender, 2014).

Com o desenvolvimento da profissão, foi aumentando a necessidade de oferecer formação em interpretação. Assim, em 1962, foi fundado o Instituto Superior de Línguas e Administração (ISLA), em Lisboa. Desta instituição fazia parte a Escola Superior de Tradutores e Intérpretes, que

¹² Mais informações disponíveis em: <https://aptrad.pt/>.

¹³ Mais informações disponíveis em: <http://alic.pt/>.

¹⁴ Mais informações disponíveis em: <https://www.acm.gov.pt/pt/-/servico-de-traducao-telefonica>.

ministrava um curso de intérpretes de conferências. Com a desagregação do ISLA, este curso deixou de funcionar. Em 1986, a adesão de Portugal à União Europeia veio estimular a criação de cursos superiores de formação de intérpretes por todo o país, com vista a suprir as necessidades laborais das instituições europeias.

Na Universidade do Minho, funcionou durante vários anos um curso de especialização em interpretação de conferências, cuja lecionação era assegurada por intérpretes no ativo, alguns dos quais funcionários da Comissão Europeia (Bódenez, 1999). Esta Universidade encontra-se dotada de uma sala equipada para o ensino da interpretação simultânea, com seis cabinas. Mais tarde, abriu outro curso de interpretação de conferências na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, com o apoio do Serviço Comum de Interpretação de Conferências da Comissão Europeia e integrado no consórcio *European Masters in Conference Interpreting* (EMCI)¹⁵, também descontinuado. No ano letivo de 2018, teve lugar na Faculdade de Letras da Universidade do Porto a primeira edição do Curso de Especialização em Interpretação de Conferência¹⁶, que, não fazendo parte do consórcio EMCI, oferece aos alunos a possibilidade de concorrer a bolsas financiadas pela Direção Geral de Interpretação da Comissão Europeia.

A par dos cursos especificamente dedicados à interpretação, é possível encontrar cursos de tradução em alguns institutos politécnicos cujos planos de estudos incluem unidades curriculares de interpretação (Cruz, 2016). A título de exemplo, o Instituto Politécnico de Leiria, em parceria com o Instituto Politécnico de Macau, oferece a Licenciatura em Tradução e Interpretação Português/Chinês – Chinês/Português¹⁷. Refira-se, ainda, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto (ISCAP), com a sua Licenciatura em Assessoria e Tradução, o Mestrado em Tradução Interpretação Especializadas e, ainda, a Pós-graduação em Práticas da Interpretação. Esta última é a única opção das três apresentadas que não contempla o ensino da tradução no seu plano de estudos¹⁸. O ISCAP presta um importante contributo para o desenvolvimento dos

¹⁵ Mais informações disponíveis em: <https://www.emcinterpreting.org/>.

¹⁶ Mais informações disponíveis em: <https://tinyurl.com/y6he3dws>.

¹⁷ Mais informações disponíveis em: <http://www.ipleiria.pt/cursos/course/licenciatura-em-traducao-e-interpretacao-portugueschines-chinesportugues/>.

¹⁸ Mais informações disponíveis em: <https://www.iscap.ipp.pt/cursos>.

estudos de tradução e interpretação em Portugal através da publicação da revista *Polissema*¹⁹ e da organização das *Jornadas Internacionais de Interpretação (JoinIn)*.

No que toca à investigação em interpretação, Portugal encontra-se numa fase de desenvolvimento ainda incipiente. Porém, como corolário do ensino da interpretação ao nível do mestrado, que exige a entrega de uma dissertação para obtenção do grau académico, alguns alunos têm levado a cabo trabalhos de investigação no âmbito das suas dissertações de mestrado, focando aspetos tão diversos como o uso da videoconferência no ensino da interpretação (Duarte, 2008)²⁰ e o papel do intérprete na era da globalização (Carvalho, 2014) ou a dimensão performativa da interpretação de conferências (Rodrigues, 2016) e a evolução da profissão em Portugal (Cruz, 2016). Alguns destes aspetos foram abordados nas teses de doutoramento de Garry Mullender (2014), Marco Furtado (2014) e Elena Galvão (2015)²¹.

Mullender (2014) analisou fontes históricas com o intuito de apurar a importância da interpretação durante a época dos Descobrimentos. Com base na análise de fontes históricas, o autor concluiu que a interpretação teve um papel importante durante este período, embora não reconhecido pelos seus utilizadores, que frequentemente questionavam a lealdade dos intérpretes. Furtado (2014) realizou um conjunto de estudos experimentais com vista a comparar as modalidades de interpretação *in situ* e remota, de inglês para português. O autor concluiu que, apesar da preferência de discentes e intérpretes pela interpretação *in situ*, o desempenho de ambos os grupos não foi significativamente afetado pela distância inerente à interpretação remota. Recorrendo a uma abordagem metodológica mista, Galvão (2015) levou a cabo uma análise multimodal acerca da relação entre os gestos feitos pelos intérpretes em cabina, no modo simultâneo (EN>PT), e o discurso por eles produzido. Os resultados contradizem a noção da invisibilidade do intérprete, indicando que os gestos não só contribuem para reforçar o conteúdo proposicional do discurso mas também para veicular as atitudes dos intérpretes, assumindo uma função pragmática (Galvão, 2013)²².

¹⁹ Mais informações disponíveis em: <https://parc.ipp.pt/index.php/Polissema/>.

²⁰ Sobre o ensino da interpretação remota e de teleconferência no ISCAP, ver também Furtado et al. (2009).

²¹ À data de escrita desta tese, não temos conhecimento de mais teses de doutoramento que foquem especificamente a língua portuguesa, na sua variante europeia, nem em que esta figure como língua de trabalho em contexto de interpretação simultânea.

²² No contexto lusófono, ver também Rodrigues (2007), sobre o estudo do gesto em interpretação simultânea.

Sobre a tibieza dos estudos de interpretação em Portugal, Mullender (2014) refere que a falta de massa crítica se deve, entre outros, ao facto de a formação em interpretação incidir essencialmente no desenvolvimento de competências práticas ou não ir além de considerações introdutórias e também à escassez de investigadores estrangeiros que se tenham dedicado ao estudo do português como língua de trabalho. Refira-se, a título de exceção, o livro de David Snelling (1992) acerca das estratégias linguísticas que podem ser úteis na interpretação simultânea entre línguas germânicas e românicas, focando, entre outras, a combinação português-inglês e, ainda, o trabalho de Salvador Pippa, investigador que se tem dedicado ao estudo da língua portuguesa, nas suas variantes europeia e brasileira, em contexto de tradução e de interpretação, tendo explorado diversos aspetos fonéticos e morfossintáticos inerentes à interpretação simultânea de português para italiano. Ao contrário de Snelling (1992), este investigador tem desenvolvido estudos (e.g., Pippa, 2004, 2007, 2008, 2011, 2018) em que analisa, também sob uma perspetiva contrastiva, duas ou mais línguas românicas (de entre o francês, o italiano, o espanhol e o francês), na senda de outros trabalhos de investigação acerca da interpretação entre línguas com elevado grau de semelhança (lexical, morfológica e sintática) entre si, tais como Russo (1990) ou Russo e Rucci (1997) para o par espanhol-italiano.

Partindo do pressuposto de que a interpretação entre línguas semelhantes leva a uma redução do EVS e conseqüentemente à maior incidência de interferências linguísticas, Pippa (2004) empreendeu uma análise abrangente acerca das características fonéticas e morfossintáticas da língua portuguesa e do seu potencial impacto para intérpretes itálofonos. Nas quatro secções que compõem esta obra, o autor analisa aspetos relativos à fonética e fonologia, à morfologia e sintaxe, aos verbos e à ordem dos constituintes frásicos, não só da variante europeia do português mas também da brasileira, contrastando ambas com a língua italiana.

Segundo Pippa (2004, p. 52), um dos aspetos em que o português diverge, de forma mais acentuada, do italiano é o sistema vocálico. Diversamente do italiano e do português brasileiro, o sistema vocálico do português europeu exhibe fenómenos de redução e apagamento vocálicos que dificultam a perceção dos sons e, por isso, constituem fontes de erro em interpretação simultânea. Outro ponto de divergência entre o português e o italiano consiste nas relações anafóricas instauradas por pronomes de terceira pessoa (singular e plural) e expressões como “o(s) senhor(es)” ou “a(s) senhora(s)”, que nem sempre permitem identificar de forma clara as entidades a que se referem e se estas fazem parte ou não da situação comunicativa.

As relações anafóricas, que Pippa (2004) identifica como uma potencial fonte de problemas para a interpretação simultânea a partir do português europeu, remetem para um conceito central desta tese – o de anáfora. No *Dicionário Terminológico*, a anáfora surge definida como uma “expressão linguística (termo anafórico) cuja interpretação depende da relação de correferência ou da relação sinedóquica ou meronímica que mantém com outra expressão (o antecedente) que figura anteriormente na linearidade do texto. A relação entre o termo anafórico e o antecedente é uma relação textual cuja interpretação necessita da memória discursiva, da informação sobre o contexto extralinguístico e da enciclopédia partilhada pelo emissor e pelo receptor.”²³

Em linguística, este fenómeno tem sido analisado no âmbito de quadros teóricos fundamentalmente distintos. De um lado, temos a conceção estritamente sintática advogada pelo generativismo e, de outro lado, temos correntes linguísticas tais como a linguística de texto e análise do discurso, que tratam a anáfora como um fenómeno discursivo e, portanto, de maneira mais ampla. Independentemente da perspectiva de estudo, a anáfora é inquestionavelmente um fenómeno sintático, que se prende com questões estruturais do planeamento textual, nomeadamente com a relação que as palavras estabelecem entre si. Contudo – e este é o fator de divergência entre as duas perspectivas linguísticas –, a anáfora é também um fenómeno semântico, na medida em que o estabelecimento dessas relações entre palavras (i.e., entre antecedentes e termos anafóricos) pode distorcer, em maior ou menor grau, o teor da mensagem que se pretende transmitir. É precisamente aqui que reside o interesse da anáfora enquanto objeto de estudo – trata-se de um fenómeno bidimensional situado no cruzamento entre a sintaxe e a semântica.

Considerando que o presente estudo consiste na análise de verdadeiros discursos (na aceção de “palestra”, “falar em público”), a anáfora será abordada sob uma perspectiva discursiva, ou seja, para além da fronteira da frase. Neste contexto, importa sublinhar que a anáfora é um mecanismo de coesão textual, que por sua vez se afigura imprescindível à concretização de qualquer ato comunicativo. No caso concreto da interpretação simultânea, a relevância da coesão atua quer ao nível da receção (orador > intérprete) quer ao nível da produção (intérprete > audiência), sendo que eventuais falhas no primeiro nível podem acarretar falhas no segundo. Ao interpretar, o processo de resolução anafórica, entendido como o estabelecimento de identidade referencial entre um pronome e o respetivo antecedente, pode requerer da parte do intérprete um esforço

²³ In *Dicionário Terminológico*. <http://dt.dge.mec.pt/> (consultado 20/11/2016).

adicional de receção e/ou produção numa situação em que a sua capacidade total de processamento é limitada, desencadeando eventuais problemas na restituição das cadeias anafóricas. Com repercussões no plano da coesão textual aos dois níveis acima mencionados, estes problemas podem lesar a inteligibilidade do discurso, prejudicando o objetivo último da interpretação simultânea – a comunicação.

Reconhecendo a importância desta temática e a escassez de investigação sobre ela, principalmente em língua portuguesa, Araújo e Correia (2015a) realizaram um estudo preliminar, com base numa pequena amostra do corpus que serviu de base a esta tese, composto por discursos provenientes das sessões plenárias do PE. As autoras analisaram vários aspetos linguísticos, entre os quais já se incluíam as relações anafóricas como potencial área crítica – segundo a terminologia de Peres e Mória (2003) – em interpretação simultânea. Este estudo foi depois aprofundado, incidindo apenas sobre o funcionamento das relações anafóricas na interpretação simultânea de português para inglês e vice-versa (Araújo & Correia, 2015b). Em dois trabalhos mais recentes, as mesmas autoras continuaram a desenvolver esta temática, com o intuito de identificar estratégias utilizadas por intérpretes para restituir elos anafóricos (Correia, 2018; Correia & Araújo, 2016). Na senda destes trabalhos, propomo-nos, com a presente tese, contribuir não só para o estudo dos pronomes e relações anafóricas por eles instauradas, mas também para o estudo do português como língua de trabalho em interpretação simultânea, fazendo-o, tal como Pippa (2004), sob o prisma da análise contrastiva e com base no pressuposto de que o conhecimento metalinguístico constitui uma ferramenta indispensável para os intérpretes.

III. Objetivos e Estrutura da Tese

Na secção anterior, apontámos a interpretação como objeto de estudo, em sentido amplo, tendo identificado a referência, e concretamente os pronomes, como uma potencial área crítica e pouco estudada em interpretação simultânea. Conciliando estas duas perspetivas, entendemos que são os pronomes em contexto de interpretação, nomeadamente simultânea, que constituem o nosso objeto de estudo, em sentido estrito. Pretende-se analisar este objeto de estudo em situação não artificial, pelo que se recorreu aos discursos proferidos por eurodeputados portugueses e britânicos durante os debates das sessões plenárias do PE.

Partindo destas premissas, passamos agora a expor a questão de investigação bem como os objetivos que presidiram à elaboração do presente trabalho através do esquema representado na Figura 3:

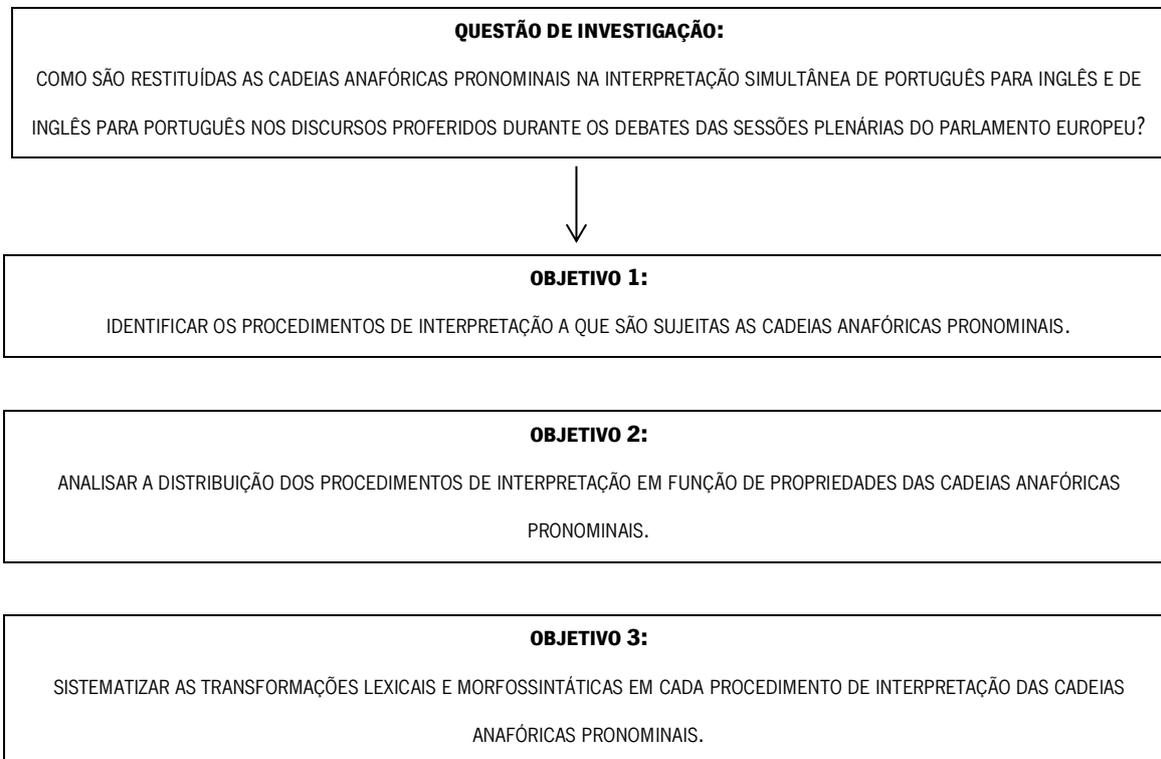


Figura 3. Representação esquemática da questão e objetivos de investigação.

Com vista à prossecução dos objetivos elencados, propomos um estudo exploratório baseado em dados empíricos, que esperamos possa contribuir para o entendimento das relações anafóricas pronominais em interpretação simultânea. Embora reconheçamos as implicações das relações anafóricas ao nível da coesão, donde a sua relevância para a interpretação, importa esclarecer que não constitui um objetivo deste trabalho avaliar a coesão dos discursos produzidos pelos intérpretes.

O presente trabalho encontra-se estruturado em seis capítulos, organizados em três grandes blocos, aos quais acresce uma secção de Introdução e uma secção de Conclusão (estas últimas não numeradas), como ilustra a Tabela 1:

Tabela 1. Estrutura da tese.

Introdução	
Parte I: Enquadramento Teórico	Capítulo 1
	Capítulo 2
Parte II: Metodologia	Capítulo 3
	Capítulo 4
Parte III: Análise e Resultados	Capítulo 5
	Capítulo 6
Conclusão	

Os dois primeiros capítulos fornecem o suporte teórico que sustenta o estudo. Concretamente, o primeiro capítulo (“Investigação Empírica nos Estudos de Interpretação”) aborda o papel de diversas correntes da linguística ao longo do percurso dos estudos de interpretação, culminando com uma incursão pela linguística de corpus, que abre caminho depois à caracterização do trabalho do intérprete no PE, de onde provém o corpus no qual se baseia este estudo. O segundo capítulo (“A Anáfora Pronominal sob o Prisma da Coesão Textual”) descreve a anáfora pronominal sob o prisma da coesão, nomeadamente da coesão referencial e estrutural. Este capítulo inclui uma revisão de literatura sobre a coesão textual e os pronomes na área dos estudos de interpretação.

A segunda parte da tese engloba os capítulos 3 e 4, que descrevem, respetivamente, os materiais e os métodos utilizados para levar a cabo este estudo. O terceiro capítulo (“Compilação do Corpus”) descreve o processo de obtenção dos dados bem como as diversas etapas de circunscrição desse material, tendo culminado na compilação do corpus. No quarto capítulo, (“Operacionalização da Análise”), é explicitada a metodologia que orientou a análise do corpus.

Os últimos dois capítulos constituem a terceira parte da tese, subordinada à análise e aos resultados. No capítulo 5 (“Perfil Descritivo-Quantitativo do Corpus”), é traçado o perfil quantitativo do corpus através da descrição das frequências percentuais dos procedimentos e das propriedades analisadas. No sexto e último capítulo (“Procedimentos de Interpretação”), são apresentados de forma mais detalhada os vários procedimentos através da análise qualitativa de exemplos do corpus.

PARTE I – ENQUADRAMENTO TEÓRICO

1 INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA NOS ESTUDOS DE INTERPRETAÇÃO

Após termos, na Introdução, fornecido os principais conceitos e definições relativos à interpretação, debruçar-nos-emos, neste primeiro capítulo, sobre o contributo de diversas correntes da linguística para a promoção da investigação empírica nos estudos de interpretação. Tal como Gile (1995b), entendemos que a investigação empírica tem como ponto de partida fenómenos de interpretação observados no terreno, podendo ser observacional ou experimental, consoante recorra, respetivamente, a dados espontâneos ou a dados elicitados pelo investigador (p. 201). Esta reflexão abre caminho à segunda parte do capítulo, onde descrevemos o funcionamento do serviço de interpretação no PE, a fim de enquadrar o contexto do qual provêm os dados empíricos que compõem o corpus de análise do presente estudo.

1.1 A Linguística no Desenvolvimento dos Estudos de Interpretação

A evolução dos estudos de interpretação, enquanto área de investigação científica, sofreu a influência de três grandes disciplinas, nomeadamente da psicologia, da linguística e da sociologia, bem como das suas inúmeras ramificações, como sejam a psicolinguística, a neurolinguística, a análise do discurso, a linguística de corpus, os estudos culturais ou de comunicação (Pöchhacker, 2008; Snell-Hornby et al., 1994). Na presente secção, abordamos o contributo da linguística para o desenvolvimento dos estudos de interpretação, focando as correntes que parecem ter granjeado maior aceitação por parte da comunidade académica.

1.1.1 Linguística e Interpretação: Uma Afinidade Natural

Segundo o *Dicionário de Termos Linguísticos*²⁴ (Xavier & Mateus, 1992), a linguística consiste no “estudo científico da linguagem e das línguas naturais” (p. 236). Tem um estatuto científico consolidado e conta já com uma longa tradição de investigação. Antes de se estender à interpretação, o papel da linguística começou por se destacar no campo da tradução. Considerando que a matéria-prima da tradução consiste em dados linguísticos, facilmente se percebe a relação entre estas duas áreas.

²⁴ O *Dicionário de Termos Linguísticos* encontra-se disponível para consulta em: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=terminology>.

Nas palavras de Santos (2004), a tradução “is an activity that is essentially linguistic (try to define it without using the word ‘language!’)” (p. 18). Ainda que rodeado de parênteses, este desafio que a autora lança aos seus leitores resume a estreita relação que une a linguística à tradução. O facto de a linguística e a tradução partilharem, genericamente falando, o mesmo objeto de estudo (a língua) justifica a afinidade entre as duas áreas, nomeadamente o recurso a conceitos e métodos da disciplina mais estabelecida por parte da mais jovem. Devido à proximidade natural entre a tradução e a interpretação, não é surpreendente que esta tendência tenha encontrado eco também na evolução dos estudos de interpretação.

Segundo Torsello (1997), a linguística não só pode como deve ser relevante para o estudo da interpretação, uma vez que consiste no estudo da língua. A sinergia entre as duas áreas ajuda a promover uma consciência metalinguística, contribuindo para um conhecimento aprofundado da interpretação e conferindo-lhe, assim, maior credibilidade:

It is important to stress that linguistics is the study of *language*, hence its relevance to interpretation. Any language-based activity which wants to become introspective, to gain awareness of its own workings so as to be able to talk about them, to write about them, to help other people to get into these workings, will need to refer to the discipline (...) of the study of language. (Torsello, 1997, p. 167)

Contudo, nem toda a linguística é relevante para a interpretação, dado que

what an interpreter works with is a text, it is text-based linguistics that is needed. Linguistics for interpreters will be based on meaning and on language in context. Linguistics based on invented sentences is of little use to interpretation, whereas text-based linguistic activities such as discourse analysis are extremely relevant. (Torsello, 1997, p. 168)

A autora considera, assim, que a análise do discurso proporciona a necessária orientação pragmática ao estudo da interpretação, já que este deve focar-se na *performance*, entendida como o produto resultante do ato de interpretação, vivenciado quer pelos intérpretes quer pelos utentes desta atividade (Mason, 2015, p. 236). Por último, Torsello (1997) explica que, a ser relevante para o intérprete, a linguística deve ser enquadrada por uma perspetiva contrastiva:

the linguistics an interpreter needs is interlingual. This does not of course mean that the linguistics of a single language will not be useful. On the contrary, the linguistics of each single language that the interpreter uses will be useful, especially when the focus is appropriate, but it will not be sufficient, since the interpreter will also need to go into the contrastive aspects related to the languages being used, and to the translanguaging aspects involved in his or her job. (p. 168)

Na secção que se segue, começamos por abordar a linguística contrastiva. Porém, focamo-nos no impacto que esta exerceu sobre os estudos de tradução, uma vez que a faixa temporal que marca o apogeu da linguística contrastiva (décadas de 1950 e 60) corresponde a uma etapa embrionária de desenvolvimento dos estudos de interpretação. Posteriormente, a receção da linguística contrastiva por parte dos estudos de tradução estendeu-se também aos estudos de interpretação, abrindo caminho a que novos ramos da linguística pudessem dar o seu contributo a esta disciplina emergente.

1.1.2 Da Linguística Contrastiva à Linguística Textual: Para Além da Frase

Segundo Johansson (2007), a linguística contrastiva consiste na comparação sistemática de duas ou mais línguas com o intuito de descrever os pontos de convergência e de divergência entre elas (p. 1). As bases desta disciplina foram lançadas pelos norte-americanos Charles Fries (1945) e Robert Lado (1957), cuja investigação incidia sobre o ensino/aprendizagem de línguas estrangeiras.

Partia-se do pressuposto de que a aprendizagem de uma língua estrangeira (L2) era diretamente influenciada pela língua materna (L1) do aprendente e que, por esse motivo, qualquer semelhança entre a L1 e a L2 facilitaria a aprendizagem; inversamente, qualquer diferença entre as duas línguas seria suscetível de causar interferências, dificultando a aprendizagem da L2. A análise contrastiva das duas línguas permitia, assim, prever eventuais problemas de aprendizagem da L2 com base na L1 do aprendente. Embora o ensino/aprendizagem de línguas seja a aplicação mais comumente associada à linguística contrastiva, esta disciplina prestou também um importante contributo aos estudos de tradução.

Num contexto de crescente interesse académico pela tradução, a linguística contrastiva adequava-se à comparação de textos originais e respetivas traduções, contribuindo para iluminar os mecanismos subjacentes ao ato tradutivo. O clássico *Stylistique Comparée du Français et de L'Anglais* (1958) de Jean-Paul Vinay e Jean Darbelnet, amplamente citado e usado como manual ainda nos dias de hoje, é apenas um exemplo que comprova esta prolífica sinergia. Com efeito, o estudo da tradução – e, por extensão, da interpretação – dificilmente se pode furtar a uma análise contrastiva, já que há sempre duas versões sob escrutínio que se influenciam mutuamente.

Naquela que é uma das obras fundamentais dos estudos de tradução, Gideon Toury (1980) aponta para a necessidade de apoiar o estudo de traduções na análise contrastiva ao afirmar que “an

exhaustive contrastive description of the languages involved is a prerequisite for any systematic study of translations” (p. 29). Na senda de Toury, focando-se concretamente na interpretação, John Dodds (1989) refere que “a theory of interpreting will necessarily depend heavily on the theories and techniques of descriptive and comparative linguistics, particularly as regards error analysis and text analysis, opening up new areas of comparative text linguistics” (p. 17).

Podemos traçar um paralelismo entre a linguística comparativa mencionada por Dodds e a linguística contrastiva. A associação que este autor estabelece entre o comparativo/contrastivo e o descritivo é reveladora da tendência que viria a surgir nos anos 90 do século XX. De facto, o papel da linguística contrastiva para o estudo da tradução tem vindo a ser consolidado desde essa década, quando as análises contrastivas começaram a basear-se em dados autênticos, criteriosamente coligidos e organizados em corpora de grandes dimensões, disponíveis em formato eletrónico (cf. 1.1.4).

A propósito da relação entre a linguística contrastiva e os estudos de tradução, embora reconheçam as especificidades de cada área, Vandepitte e De Sutter (2013) consideram que as traduções constituem o ponto de intersecção entre as duas disciplinas, contribuindo para uma relação mutuamente benéfica. No dizer destes autores:

Translation Studies can be informed by Contrastive Linguistics when describing, explaining and predicting linguistic features of translation products and processes (...); and, vice versa, Contrastive Linguistics can be informed by Translation Studies when describing and hypothesizing about different languages, building on translations and their source texts. (p. 40)

A linguística contrastiva, no entanto, padecia de uma visão marcadamente estruturalista, restringindo-se frequentemente ao estudo de propriedades microestruturais das línguas. Aliás, Vinay e Darbelnet foram criticados por propor, na sua *Stylistique Comparée du Français et de L'Anglais* (1958), uma visão demasiado redutora e simplista da tradução enquanto mera operação de recodificação, ignorando os fatores situacionais que lhe são inerentes (Fernández Polo & Rabadán, 1996, pp. 109–110). Assim, a linguística contrastiva acabou por ser considerada desadequada para o estudo da tradução devido à excessiva preocupação em estabelecer correspondências formais entre itens linguísticos isolados. Com efeito, os estudos de tradução necessitavam de uma teoria mais abrangente, capaz de dar conta de todas as nuances desta atividade, nomeadamente questões sociológicas e culturais. Subalternizando a vertente linguística,

a comunidade dos estudos de tradução procurava uma teoria focada no nível macroestrutural do texto e na sua dimensão discursiva.

Neste contexto, a linguística textual veio, na década de 1970, dar um novo ímpeto à investigação em tradução, colocando a tónica já não nos níveis elementares da análise linguística (i.e., fonética, fonologia e morfologia) mas sim no texto e nos fenómenos discursivos que ocorrem para além da fronteira frásica. A par da linguística de texto, assistiu-se igualmente ao surgimento da gramática sistémico-funcional. Estas duas correntes tiveram grande aceitação por parte dos estudiosos da tradução e da interpretação na medida em que permitiam chegar a análises mais abrangentes, dando conta de um maior número de variáveis, nomeadamente extralinguísticas. Muitos dos estudos que seguiram estas correntes contêm nas suas listas de referências as obras de De Beaugrande e Dressler (1981), *Introduction to Text Linguistics*, e de Halliday e Hasan (1976), *Cohesion in English*.

De Beaugrande e Dressler (1981) postularam a existência de sete princípios de textualidade, que constituíram um marco teórico importante para os estudos de interpretação, permitindo contemplar os diversos níveis do processo interpretativo, desde as microquestões linguísticas à macroestrutura do contexto comunicativo. Segundo os próprios proponentes, estes sete princípios são de dois tipos: princípios orientados ao texto, em que se incluem a coesão e a coerência, e princípios orientados ao utilizador, nomeadamente a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade. Um texto que não observe estes sete princípios não pode ser considerado como tal, já que:

a text will be defined as a communicative occurrence which meets seven standards of textuality. If any of these standards is not considered to have been satisfied, the text will not be communicative. Hence, non-communicative texts are treated as non-texts. (De Beaugrande & Dressler, 1981, p. 3)

Halliday e Hasan (1976) propõem cinco categorias de mecanismos coesivos, que podem ser de ordem gramatical e/ou lexical conforme os marcadores necessários à sua realização, a saber: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão lexical. As categorias referência, substituição e elipse são de natureza gramatical; a categoria conjunção situa-se ao nível da coesão léxico-gramatical; a última categoria, como o nome indica, é de ordem lexical. Cada uma destas categorias engloba diversos marcadores sintáticos e lexicais que se conjugam para criar um texto coeso.

Estas duas obras incidem sobre o conceito de coesão, que foi um dos principais temas estudados no âmbito da investigação em interpretação informada pela linguística textual²⁵. Halliday e Hasan (1976) definem a coesão como “a semantic relation between an element in [a] text and some other element that is crucial to the interpretation of it” (p. 8). Numa atividade que impõe fortes restrições temporais não só à receção como também à produção, é imperativo que o texto apresente uma arquitetura coesiva sólida e clara, suscetível de ser facilmente assimilada nos segundos de que o intérprete (simultâneo) dispõe para o processar. A importância da coesão – ou “texture”, segundo Hatim e Mason (1997) – em interpretação simultânea fica patente na seguinte afirmação destes autores:

the simultaneous interpreter has to settle for a partial view of both context and text structure and has therefore to rely more heavily on the emerging texture in order to make and maintain sense. This is because, in this mode of interpreting, reception and production of text take place at more or less the same time. (p. 35)

Se considerarmos, na esteira de Gile (1995a), que a interpretação configura um problema de gestão de recursos ou “esforços”, podemos concluir que um texto coeso irá requerer um menor esforço por parte do intérprete na fase de perceção ou apreensão do discurso original. Consequentemente, os recursos assim poupados podem ser alocados às restantes etapas situadas a jusante desta primeira fase perceptiva.

Com efeito, a abordagem textual não se presta apenas ao estudo de marcadores linguísticos da coesão. Neste contexto, é de salientar o trabalho de Torsello (1996), que, baseando-se na dicotomia tema/rema, originalmente proposta por linguistas da chamada Escola de Praga, explora o papel da estrutura temática em interpretação simultânea. Segundo a autora, o tema aplica-se não só ao nível frásico, apontando para possíveis remas, mas também ao nível discursivo, promovendo um conhecimento mais aprofundado dos aspetos contextuais inerentes a um determinado discurso (cf. 2.4).

Na senda deste raciocínio, Garzone (2000) defende que a linguística textual pode também ser aplicada numa perspetiva *top-down* e descreve um modelo de base textual para o estudo da interpretação simultânea no contexto da conferência científica internacional (cf. também Bersani Berselli et al., 2004). Este modelo deixa transparecer a importância da reflexão teórica sobre a

²⁵ Uma vez que o presente trabalho versa sobre o funcionamento dos pronomes em interpretação e, por extensão, sobre coesão, optámos por não desenvolver aqui este aspeto, tendo dedicado uma secção do capítulo 2 aos estudos que cruzam o estudo da interpretação com o estudo da coesão (cf. 2.5).

hiperestrutura do evento comunicativo em que se insere um determinado texto. A autora sublinha ainda a importância desta competência discursiva sob uma perspectiva pedagógica, afirmando que:

an enhanced discursual competence can offer interpreters elements correctly to evaluate the context and the semiotic configuration of the communicative events in which they are called upon to participate. This is absolutely essential if they are to be able to anticipate text content, its rhetorical organization and structure, and thereby adopt a top-down strategy, avoiding sticking to a purely 'local' approach to translation. (p. 80)

A preocupação de Garzone com a macroestrutura do contexto comunicativo foi abordada por outros autores, cientes da relevância de ancorar o ato interpretativo em coordenadas espaço-temporais concretas (Alexieva, 1997; Pöchhacker, 1994). A par da coesão, o estudo do evento comunicativo foi outra das grandes vertentes da investigação em interpretação informada pela linguística textual.

Em suma, a linguística textual foi um motor importante da investigação em interpretação. Numa primeira fase, os investigadores aplicaram-na ao estudo de fenómenos superficiais como a coesão. Contudo, rapidamente se aperceberam de que a linguística de texto se poderia aplicar também ao nível mais abstrato da estrutura discursiva, ajudando por exemplo a tipificar os textos normalmente encontrados pelos intérpretes em situações reais de trabalho e assim fornecer mais pistas contextuais que contribuíssem para uma preparação mais completa, nomeadamente no que concerne à terminologia. Este tipo de investigação levou os investigadores a colocar outro tipo de questões, cujas respostas transcendiam o âmbito da linguística textual. Foi nesse contexto que a análise do discurso ganhou preponderância nos estudos de interpretação.

1.1.3 Análise do Discurso: A Dimensão Pragmático-Social

Genericamente, podemos definir a análise do discurso como um ramo da linguística que estuda o uso da língua em contexto. Segundo Brown e Yule (1983), a análise do discurso consiste no estudo da forma como as pessoas usam a língua para comunicar (p. viii). Outras aceções da análise do discurso incidem na sua dimensão transfrásica bem como na sua preocupação com o estudo de material linguístico autêntico, produzido em circunstâncias não artificiais (Stubbs, 1983). Apesar das inúmeras tentativas de definição, podemos perspetivar a análise do discurso como uma designação abrangente, na qual se subsumem variados quadros teóricos e metodológicos, com distintos objetivos. No meio de tal heterogeneidade, o elemento unificador é a língua e a forma como é usada pelos falantes (Burr, 1995, p. 163, citado em Baker & Ellece, 2011). A esta

diversidade não é alheio o facto de diversas disciplinas das ciências sociais e humanas terem precisamente a língua como objeto de estudo.

Sob o rótulo de análise do discurso encontramos então diversas áreas, tais como a análise conversacional, a sociolinguística, a análise crítica do discurso e até mesmo a linguística textual, que abordámos no ponto anterior. Embora tenhamos apresentado a análise do discurso depois da linguística textual, a evolução de ambas pode ser considerada paralela. Contudo, a presente secção visa ordenar cronologicamente as correntes linguísticas mais relevantes nos estudos de interpretação. Neste sentido, a linguística textual constitui uma primeira etapa de colaboração interdisciplinar, que estimulou os investigadores a perseguir outros objetivos de estudo, nomeadamente de carácter sociológico.

Esta viragem foi motivada por uma mudança de paradigma endógena. Os estudos de interpretação foram marcados, inicialmente, pelo interesse quase exclusivo na interpretação de conferências (consecutiva e simultânea). Contudo, a evolução da disciplina académica assistiu à integração de novos investigadores, com interesses distintos daqueles que até então vinham sendo estudados. Acresce que o mercado profissional da interpretação sofreu alterações profundas ao longo do tempo, ditadas por motivos sociais e tecnológicos.

Neste contexto, era expectável que a investigação enveredasse por novos caminhos. Referimo-nos, em particular, ao crescente interesse pela interpretação comunitária e pelo papel das novas tecnologias, cada vez mais pervasivo, no trabalho do intérprete. De facto, a década de 1990 assistiu a uma expansão notável da interpretação comunitária, marcando por isso um ponto de viragem, em termos conceituais e metodológicos, nos estudos de interpretação. Esta mudança vem ecoar uma tendência já verificada nos estudos de tradução, comumente identificada pela comunidade académica como *social turn* (Snell-Hornby, 2006).

Segundo Hale (2015), “community interpreting is the type of interpreting that takes place between people who live in the same ‘community’, society or country but who do not share a common language” (p. 65). A interpretação comunitária pode abranger diversos tipos de interpretação (Hale, 2007, pp. 27–30) que, dependendo da perspetiva, assumem diferentes denominações. Se quisermos colocar em evidência a componente dialógica entre pessoas que não falam a mesma

língua, podemos falar de *dialogue interpreting*²⁶ ou *liaison interpreting*, para realçar o aspeto situacional/institucional, podemos utilizar os termos *court interpreting*, *public service interpreting*, *medical/healthcare interpreting* e ainda *business interpreting*; finalmente, os termos *telephone interpreting*, *TV interpreting* e *media interpreting* podem ser usados para destacar o meio através do qual se efetua a interpretação (Jiang, 2007, pp. 2–3).

Apesar desta pluralidade de perspetivas, os diferentes tipos possuem aspetos em comum que legitimam a sua categorização como interpretação comunitária, nomeadamente o aspeto bilateral, que se prende com a interpretação de e para uma determinada língua, exigindo profissionais bicompetentes não só a nível linguístico mas também, e de forma crucial, a nível cultural, e a natureza do evento comunicativo, que se desenrola essencialmente em contextos institucionais, com normas e convenções especializadas (Jiang, 2007, p. 3).

Na interpretação comunitária, o intérprete encontra-se numa relação de maior proximidade (física e psicológica) com o emissor da mensagem e com o seu recetor. Esta configuração levanta questões pertinentes sobre a neutralidade e (in)visibilidade do intérprete, sobre a gestão de conflitos, sobre a ética profissional, entre outras. Para estudar estes aspetos os investigadores necessitavam de uma metodologia mais adequada, com enfoque na dimensão interativa e pragmática da interpretação comunitária. A análise do discurso parecia fornecer as ferramentas conceituais e metodológicas necessárias para dar conta da dinâmica de funcionamento deste modo de interpretação altamente codificado pelo contexto social envolvente. Refira-se, por exemplo, o trabalho pioneiro de Cecilia Wadensjö (1998) sobre a responsabilidade partilhada pela construção do significado por parte de todos os intervenientes, incluindo o intérprete, em situações de interpretação dialógica.

O contributo teórico e metodológico da análise do discurso estendeu-se igualmente à interpretação de conferências. Neste contexto, vale a pena mencionar, a título ilustrativo, os trabalhos de Berk-Seligson (1990), Krouglov (1999) e Nakane (2008), que se baseiam no léxico e na sintaxe enquanto medidas objetivas de fenómenos extralinguísticos como a cortesia; e ainda os estudos de Beaton-Thome (2010), Beaton (2007a, 2007b) e Boyd (2016) acerca do valor simbólico dos

²⁶ A propósito do termo *dialogue interpreting*, cabe salientar que, atualmente, este é usado como sinónimo de *community interpreting*. Segundo Merlini (2015, p. 102), esta denominação engloba diversos tipos de interpretação que não configuram interpretação de conferências, tendo surgido na senda de uma transição teórica que colocou em evidência a dimensão dialógica da interpretação.

pronomes em termos de inclusão/exclusão dos participantes numa situação comunicativa mediada por intérpretes.

Nos trabalhos desenvolvidos sob esta orientação pragmático-social, o investigador usa o texto como ponto de partida para compreender a configuração das dinâmicas de poder presentes numa situação de interpretação, bem como o próprio contexto em que decorre a interpretação. O texto serve, ainda, de base para entender o modo como esse contexto se relaciona com a prática da interpretação e com a perceção dos intérpretes em relação a si mesmos e ao seu trabalho – por oposição a conceções prescritivas difundidas na literatura especializada (Diriker, 2004).

Como referimos no início da secção, a análise do discurso aplicada à interpretação surge muitas vezes associada a referências e conceitos das ciências sociais. Não é, portanto, surpreendente que este tipo de estudo recorra também às metodologias tipicamente utilizadas nessas áreas. O *case study* é um exemplo clássico da antropologia, importado com sucesso pelos investigadores de interpretação para levar a cabo estudos qualitativos (Hale & Napier, 2013). De facto, não obstante as diferentes orientações teóricas, os estudos de interpretação de um modo geral têm vindo a demonstrar uma preocupação com o estudo de material genuíno, produzido em condições reais de trabalho por intérpretes profissionais. Esta tendência tem vindo a afirmar-se cada vez mais, sustentada pelo crescente interesse na linguística de corpus.

1.1.4 Linguística de Corpus: Uma Nova Perspetiva sobre a Interpretação

A linguística de corpus representou para diversas áreas de investigação um novo ímpeto. Tal foi o caso, por exemplo, da linguística contrastiva e da investigação sobre as características transversais aos textos traduzidos (designadas de universais de tradução). Como veremos, os estudos de interpretação não foram exceção. A presente secção divide-se em duas partes: primeiro, uma contextualização da linguística de corpus e, de seguida, uma resenha dos estudos de interpretação baseados em corpora.

1.1.4.1 Contextualização

As origens da linguística de corpus remontam ao século XIII, quando diversos membros das classes mais eruditas, nomeadamente do clero, se dedicavam ao estudo da Bíblia, criando uma espécie de índices remissivos, equivalentes àquilo que atualmente designamos de concordâncias (McCarthy & O’Keeffe, 2010). A lexicografia, no século XVIII, e o estruturalismo pré-chomskyano, na primeira metade do século passado, foram os principais motores da linguística de corpus. Por

um lado, a necessidade de compilar obras de referência para uma determinada língua e, por outro, a preocupação em estudar a língua conforme usada pelos seus falantes contribuíram para o progressivo desenvolvimento desta área.

A linguística de corpus sofreu um crescimento exponencial ao longo do século XX, nomeadamente desde os anos 60, altura em que foi lançado o primeiro corpus eletrónico por Nelson Francis e Henry Kucera – o *Brown Corpus of Standard American English*. Este crescimento alcançou maior expressão a partir das décadas de 1980 e 1990, graças aos vertiginosos progressos desde então alcançados no domínio da computação. Segundo McCarthy e O’Keeffe (2010), considera-se que o termo “corpus linguistics” foi cunhado por Aarts e Meijs, num artigo de 1984.

Com o advento dos corpora, os linguistas passaram a dispor de bases de dados eletrónicas de grandes dimensões, sistemática e rigorosamente compiladas, que lhes permitiriam testar empiricamente as suas hipóteses. Com efeito, os corpora marcaram o início de uma nova era de investigação linguística, não só pela autenticidade dos dados linguísticos, refletindo o uso da língua pelos seus falantes, mas também pelo formato eletrónico desses dados, possibilitando a análise computadorizada de quantidades de texto que seriam incompatíveis com uma análise manual.

Não obstante a sua notável evolução, a linguística de corpus nem sempre reuniu consenso quanto ao seu estatuto, que tem oscilado entre o de ramo autónomo da linguística e o de ferramenta metodológica (Sardinha, 2000). A vasta gama de aplicações da linguística de corpus – em áreas como o ensino/aprendizagem de línguas, a análise do discurso, a linguística forense, a sociolinguística e outras – parece corroborar a segunda perspetiva. Estas sinergias têm, aliás, enriquecido a linguística de corpus, levando-a a integrar novos desenvolvimentos, fruto dos requisitos específicos de cada uma das áreas com que se cruza.

O debate sobre o estatuto da linguística de corpus traduz-se na dicotomia explorada por Tognini-Bonelli (2001) entre *corpus-based research* e *corpus-driven research*. A primeira encara o corpus como um campo de observação da teoria e/ou hipóteses pré-existentes, coadunando-se, portanto, com a noção de linguística de corpus enquanto metodologia; a segunda privilegia a dimensão heurística da linguística de corpus enquanto teoria totalmente inspirada pelos dados linguísticos contidos no corpus. Sem nos adentrarmos nos detalhes deste debate²⁷, que ultrapassa

²⁷ Para uma discussão mais alargada acerca do estatuto da linguística de corpus, ver, por exemplo, Sardinha (2000) e Taylor (2008).

o âmbito dos nossos objetivos, entendemos que, para os efeitos do presente trabalho, a linguística de corpus é simultaneamente um pressuposto teórico e uma base metodológica para a análise dos dados. Um dos princípios basilares da linguística de corpus consiste no estudo da língua conforme esta é usada pelos seus falantes, privilegiando, portanto, o desempenho (*performance*) em detrimento da competência (*competence*).

Ancorado nessa orientação empírica, o presente estudo baseia-se na análise de um conjunto de dados obtidos em contexto não artificial. Pretendíamos recolher uma amostra com validade ecológica, não manipulada experimentalmente, que nos permitisse observar a produção de intérpretes a trabalhar em modo simultâneo, com a combinação linguística português-ínglês (e vice-versa). Esta amostra é apenas representativa do contexto em que se insere e não tem pretensões de generalização para além da população que representa.

Para além do enquadramento teórico que fornece a este trabalho, a linguística de corpus representa também um conjunto de ferramentas que permitem levar a cabo a análise dos dados. Nesse conjunto de ferramentas incluem-se alinhadores de texto, etiquetadores, extratores de terminologia e motores de busca que permitem realizar um grande tipo de pesquisas sobre um corpus processado para o efeito. É legítimo considerar que este conjunto de ferramentas constitui, em si mesmo, uma metodologia de trabalho, na medida em que institui uma sequência de tarefas que orienta o investigador quer na construção quer na exploração do seu corpus.

Etimologicamente, a palavra “corpus” (plural: corpora) é de origem latina e significa corpo. Quando aplicada à investigação em ciências humanas, partindo desta definição mais ampla, um corpus é qualquer corpo de textos que serve de base ao estudo de um determinado fenómeno. Contrariamente ao que se possa pensar, a utilização deste vocábulo não é, portanto, apanágio dos investigadores que se inserem no marco teórico-metodológico da linguística de corpus. No domínio da literatura, por exemplo, os investigadores usam-no para se referir ao conjunto das obras, geralmente de um mesmo autor, em cuja análise se baseia o seu trabalho.

Um corpus pode ser definido como: “a collection of pieces of language that are selected and ordered according to explicit linguistic criteria in order to be used as a sample of the language” (Sinclair, 1996, secção Definitions, par. 1). A tónica reside então na necessidade de se proceder a uma seleção e ordenação dos textos a incluir num corpus, com base em critérios linguísticos externos (relativos ao contexto) e internos (relativos à própria matéria linguística). Esta definição é complementada pela de “computer corpus”, que, segundo o mesmo autor, consiste num corpus

“encoded in a standardised and homogeneous way for open-ended retrieval tasks” (Sinclair, 1996, secção Definitions, par. 3). A segunda aceção é mais restrita no sentido em que introduz a vertente computacional na definição de corpus, aspeto que Sardinha (2000) considera um dos traços definidores da linguística de corpus atualmente: “a Linguística de Corpus (...) dedica-se à exploração da linguagem através de evidências empíricas, extraídas por meio de computador” (p. 325). A partir destas definições conseguimos isolar as seguintes características do corpus:

- é composto por textos ou fragmentos textuais autênticos que pretendem ser uma amostra da língua em uso;
- a seleção dessa amostra deve ser orientada por critérios linguísticos definidos a priori; e
- deve estar em formato eletrónico.

Importa ainda abordar a questão da representatividade, que está diretamente relacionada com a segunda característica acima listada: um corpus deve ser representativo da língua/variedade linguística que pretende retratar. São os critérios que presidem à compilação do corpus que constituem o garante da sua representatividade. Este não é um conceito absoluto, pelo que devemos sempre colocar a questão da representatividade em função da realidade linguística que pretendemos estudar através do corpus. Quanto mais circunscrita for essa realidade, mais fácil será sustentar que um corpus é representativo. No caso dos corpora de referência, com centenas e até milhares de milhões de palavras, torna-se consideravelmente mais difícil alcançar a meta da representatividade, dado que uma língua encerra um enorme grau de variação, começando desde logo pelo modo escrito e oral, passando pelos níveis de registo, tipologias textuais, entre muitos outros aspetos.

No que se refere à tipologia, é possível agrupar os vários corpora de acordo com diferentes critérios, tais como: modo (escrito vs. oral), tempo (sincrónico vs. diacrónico), seleção (aberto vs. fechado), conteúdo (línguas e variantes envolvidas), disposição interna (comparável vs. paralelo), autoria (nativos vs. aprendentes) e finalidade (referência vs. especialidade) (Sardinha, 2000). Bendazzoli (2010a) propõe uma tipologia de corpora à qual acrescenta ainda o corpus multimodal (agrega vários produtos semióticos, não necessariamente textuais), o corpus multimédia (conjuga texto, áudio e vídeo) e o corpus intermodal (combina traduções e interpretações). Importa sublinhar que um corpus pode, simultaneamente, atender a mais do que um destes critérios. Tal é o caso dos corpora de interpretação, que abordaremos na secção seguinte.

1.1.4.2 Do Corpus de Interpretação aos Corpus-Based Interpreting Studies

Nos estudos de interpretação, a utilização de corpora data de finais da década de 1990. Em 1998, Shlesinger publicou um artigo pioneiro no qual incita a comunidade académica a transpor da tradução para a interpretação a investigação baseada em corpora. Desde então, têm sido levadas a cabo diversas iniciativas conducentes à criação de corpora de interpretação e, atualmente, dispomos de um conjunto de tais recursos que abrangem uma gama cada vez maior de modos e tipos de interpretação (Setton, 2011). De seguida, daremos conta do processo de compilação de corpora de interpretação e iremos, ainda, fornecer alguns exemplos de corpora atualmente disponíveis, bem como das suas aplicações à investigação, à didática e à prática profissional.

Antes de dar início à compilação de um corpus, deve refletir-se sobre os objetivos que presidem a essa empreitada e, nesse sentido, importa que a estrutura do corpus vá ao encontro desses objetivos. Se o investigador pretender comparar discursos originais com as respetivas interpretações, necessitará de compilar um corpus paralelo, que poderá ou não prever o alinhamento dos textos (i.e., dos originais com as respetivas interpretações). Referimo-nos aqui ao alinhamento das transcrições, que poderá ser efetuado ao nível da frase ou do parágrafo. Porém, se o objetivo for o de comparar produções originais ou interpretadas numa mesma língua, um corpus comparável será o mais indicado. Este tipo de corpus contém textos originais e interpretados numa mesma língua, permitindo, assim, isolar as características do texto interpretado por oposição ao texto originalmente produzido na mesma língua²⁸. A dimensão oral da interpretação oferece, ainda, a possibilidade de criar um corpus com mais canais de comunicação para além do texto, nomeadamente os canais auditivo e visual. Trata-se, neste caso, de um corpus multimédia, que irá implicar esforços adicionais aquando da fase de processamento do corpus, como veremos adiante.

O processo de compilação propriamente dito tem início com a recolha de dados, que pode ser um processo simples de obtenção de ficheiros online ou algo mais complexo envolvendo a presença do investigador numa conferência para gravar os trabalhos e recolher consentimentos informados de todos os participantes (Bendazzoli, 2016a). Os dados recolhidos devem depois ser transcritos de acordo com normas de transcrição previamente estipuladas. Os investigadores podem recorrer a programas de reconhecimento de fala para produzir as primeiras versões das transcrições, mas,

²⁸ Para uma definição de corpora paralelos e comparáveis, ver McEnery e Xiao (2007).

quer o façam de raiz quer não, a transcrição envolve sempre muito trabalho manual, o que justifica as dimensões reduzidas de muitos corpora de interpretação (e orais, de uma forma geral). No caso de corpora multimodais e intermodais, que contêm outros documentos associados às transcrições, deve ter-se em atenção a nomeação dos ficheiros, que deverá refletir uma estrutura pré-definida a fim de permitir uma navegação mais simples e eficaz entre os vários ficheiros que compõem o corpus (Bendazzoli, 2016b, p. 138).

Paralelamente à recolha dos dados para o corpus, deve proceder-se à incorporação de metadados, que podemos definir, de forma simples, como informação acerca dos textos que compõem um corpus, tais como o título, o autor, o ano e a editora. A fim de aumentar a usabilidade de um corpus por parte de outros investigadores, é importante que este contenha metadados rigorosos. O tipo de texto bem como a finalidade do corpus vai determinar os metadados relevantes. Por exemplo, num corpus de interpretação, podemos ter metadados como a velocidade do discurso original ou o número de palavras por minuto.

Com a recolha dos dados e transcrição encerra-se a fase de pré-processamento do corpus. Subsequentemente, na fase de processamento, incluem-se diversas tarefas, a saber: *markup*, alinhamento e anotação. O *markup* prevê a identificação das diferentes secções que compõem os documentos de um corpus (título, capítulos, subcapítulos, secções, parágrafos, etc.). Tipicamente, este processo implica uma limpeza dos documentos a fim de retirar todos os elementos suscetíveis de introduzir ruído aquando do alinhamento, tais como a formatação.

O alinhamento aplica-se aos corpora paralelos e implica o emparelhamento de segmentos dos textos originais que compõem o corpus com os respetivos segmentos traduzidos²⁹, podendo ser efetuado ao nível da frase ou do parágrafo. No caso de corpora multimédia, o alinhamento pode ainda referir-se à sincronização entre os elementos textuais e (audio)visuais do corpus.

A anotação consiste na atribuição de etiquetas (*tags*) a cada um dos *tokens*³⁰ que compõem o corpus para identificar a sua categoria morfológica e função sintática. Por defeito, quando falamos

²⁹ Por vezes, não é possível determinar quais são os textos originais e quais as traduções. Tal é o caso do corpus *Open Source Parallel Corpus* (OPUS; disponível em: <http://opus.nlpl.eu/>), que contém, entre outros recursos, as transcrições oficiais dos debates das sessões plenárias do PE nas várias línguas. Embora seja possível visualizar o mesmo texto traduzido em diferentes línguas, não é possível saber, a partir do corpus, qual é a língua original desse texto.

³⁰ Um *token* corresponde a uma “palavra” do corpus. Este conceito surge frequentemente associado ao de *type*, que denota cada *token* único do corpus.

de anotação referimo-nos a anotação morfossintática, mas as etiquetas podem conter informação lexical, semântica e contextual. Além disso, é possível anotar fenómenos extralinguísticos, tais como a prosódia e a proxémica.

Na verdade, um corpus não tem obrigatoriamente que ter *markup*, alinhamento e anotação. Porém, estas funcionalidades aumentam o potencial de interrogação do corpus, permitindo pesquisas mais avançadas. A possibilidade de interrogar o corpus implica que este se encontre em formato eletrónico. Por um lado, é possível construir uma interface (suportada por sistemas como o *IMS Open Corpus Workbench*³¹), livremente acessível na Internet, mediante registo do utilizador ou não; por outro, existe a possibilidade de integrar o corpus em programas tais como o *Sketch Engine*, que permitem explorá-lo sem a necessidade de criar qualquer plataforma. A questão da disponibilização do corpus consiste, então, na fase de pós-processamento, que contempla estas duas possibilidades. A segunda opção permite contornar eventuais problemas de direitos de autor associados à disponibilização do corpus numa plataforma construída de raiz.

Após a conclusão destas etapas, o corpus está pronto para ser analisado, seja através de uma interface própria seja através de ferramentas de exploração de corpora. Muito embora um corpus possa ser explorado manualmente, quando se trata de corpora de grandes dimensões, esta tarefa torna-se inexecutável, daí a relevância de termos à nossa disposição meios mais eficazes para lidar com um grande volume de dados. Porém, não devemos descurar a importância de uma verificação semimanual, que pode ajudar a aumentar a fiabilidade dos resultados extraídos automaticamente.

Apesar dos desafios metodológicos inerentes à compilação de corpora de interpretação, diversos investigadores, autonomamente ou em equipas interdisciplinares, têm vindo a envidar esforços no sentido de criar e colocar estes recursos ao dispor da comunidade académica.

Um dos maiores corpora de interpretação de que dispomos atualmente – e possivelmente o primeiro a ser compilado – é o *European Parliament Interpreting Corpus* (EPIC), construído entre 2004 e 2006 por uma equipa interdisciplinar de investigadores da Universidade de Bolonha. O

³¹ O *IMS Corpus Workbench* (CWB) consiste num conjunto de ferramentas para explorar corpora anotados de grandes dimensões. O seu componente central é o *Corpus Query Processor* (CQP), um concordanciador (i.e., uma espécie de motor de busca) que permite efetuar pesquisas em corpora. Uma reconhecida vantagem do CWB reside no facto de poder ser usado quer como um servidor para arquiteturas cliente/servidor em grande escala quer como uma ferramenta que um investigador com conhecimentos avançados de corpora pode descarregar, instalar e utilizar no seu computador pessoal (Evert & Hardie, 2011). Atualmente, existe uma versão *web* do CQP (Hardie, 2012), que oferece aos utilizadores uma experiência mais intuitiva e não requer os mesmos conhecimentos que a instalação do CWB (cf., e.g., <https://cqpweb.lancs.ac.uk/>).

EPIC é um corpus trilingue, disponível online, composto por discursos proferidos em sessões plenárias do PE em italiano, espanhol e inglês, a par das respetivas interpretações (Bendazzoli & Sandrelli, 2005; Russo et al., 2012).

Além de ter servido de base a inúmeros trabalhos de investigação (Russo, 2010), o EPIC foi a plataforma de lançamento de dois importantes projetos derivados, nomeadamente o *European Parliament Interpreting Corpus Ghent* (EPICG) e o *European Parliament Translation and Interpreting Corpus* (EPTIC). O EPICG é uma extensão do EPIC às línguas francesa e holandesa levada a cabo pela Universidade de Gante, Bélgica. Por sua vez, o EPTIC, desenvolvido na Universidade de Bolonha, vem acrescentar ao EPIC a dimensão da tradução (Bernardini et al., 2018). Trata-se, portanto, de um corpus intermodal, que combina interpretações e traduções de um mesmo texto-fonte, permitindo avaliar e contrastar eventuais especificidades de cada uma destas modalidades (Shlesinger, 1998, 2009). As traduções foram obtidas a partir dos relatos integrais das sessões plenárias (RIS), também livremente acessíveis no sítio do PE. Refira-se, neste contexto, o corpus *Europarl* (Koehn, 2005), que contém os RIS de todas as sessões plenárias desde 1996, já segmentados e alinhados em bitextos³².

Utilizando igualmente dados do PE, foi criado em Granada o corpus *Evaluación de la Calidad en Interpretación Simultánea* (ECIS), com o intuito de apoiar a investigação desenvolvida pelo grupo homónimo no âmbito da qualidade em interpretação de conferências (Barranco-Droege et al., 2013; García Becerra et al., 2013). Com efeito, os dados disponibilizados pelas instituições europeias, nomeadamente pelo Parlamento, têm constituído o manancial por excelência dos grandes projetos europeus de compilação de corpora de interpretação, o que se explica pela comodidade do acesso aos dados, mas também pelo facto de haver um controlo das variáveis, já que, por exemplo, todos os intérpretes trabalham em condições idênticas (Bendazzoli, 2010c).

A par da União Europeia, também as Nações Unidas constituem fonte de material para corpora de interpretação, abrangendo outras línguas para além das de proveniência românica e germânica. Por exemplo, Dayter (2018) criou o corpus *Simultaneous Interpreting Russian English* (SIREN), um corpus bidirecional de interpretação simultânea (russo-inglês e inglês-russo) composto por

³² Termo utilizado para designar um texto composto pelos segmentos alinhados de um texto numa língua com os respetivos segmentos traduzidos noutra língua.

discursos proferidos em eventos das Nações Unidas, com o intuito de estudar as características dos discursos interpretados por oposição às dos discursos originais.

Posteriormente, surgiram diversas iniciativas conducentes à criação de corpora de interpretação representativos de outras populações, outros modos de interpretação, outras línguas e outros contextos discursivos. No âmbito da interpretação de conferências (em modo simultâneo), destaca-se, para além dos corpora acima mencionados, o corpus *Directionality in Simultaneous Interpreting* (DIRSI)³³, composto por discursos de natureza médica em inglês e italiano (Bendazzoli, 2010b) e que foi compilado no âmbito de uma tese de doutoramento a fim de estudar o fenómeno da direccionalidade (i.e., intérpretes a trabalhar para a sua língua B, em vez de A). O corpus *Architecture in Interpreting* (ARCHINT) surgiu em circunstâncias idênticas, tendo sido criado com o objetivo de estudar a precisão terminológica e o seu impacto na qualidade da interpretação simultânea no domínio da arquitetura (Cabrera, 2015, 2016).

A interpretação para os media encontra-se representada no corpus *Football in Interpreting* (FOOTIE), que reúne interpretações de conferências de imprensa realizadas durante o campeonato europeu de futebol de 2008 (Sandrelli, 2012), no *Corpus of Television Interpreting* (CorIT), que contempla um conjunto alargado de interpretações levadas a cabo em eventos da televisão italiana ao longo de 50 anos (Falbo, 2012), e ainda nos corpora *Chinese-English Interpreting for Premier Press Conferences* (CEIPPC; Wang, 2012) e *Chinese-English Conference Interpreting Corpus* (CECIC; Hu & Tao, 2013), ambos constituídos por discursos proferidos em conferências de imprensa por entidades do governo chinês e respetivas interpretações em inglês.

No que respeita à interpretação comunitária, importa mencionar o trabalho desenvolvido pelo *Hamburger Zentrum für Sprachkorpora*, cujo repositório inclui o *Community Interpreting Database Pilot Corpus* (ComInDat)³⁴. Este projeto integra dados provenientes de três corpora distintos, a saber: *Dolmetschen im Krankenhaus* (DiK; Bührig et al., 2012), *Consecutive and Simultaneous Interpreting* (CoSi, House et al., 2012) e liSCC (Angermeyer, 2006). Os dois primeiros visam a interpretação comunitária em contexto hospitalar e o terceiro em contexto judicial. É de salientar que os corpora DiK e CoSi contemplam a língua portuguesa, na sua variante brasileira. A par do

³³ Para aceder ao corpus DIRSI, consultar: <http://cartago.llf.uam.es/static/dir-si/dir-si.html>.

³⁴ Para mais informações sobre o projeto ComInDat, consultar: <https://corpora.uni-hamburg.de/hzsk/de/islandora/object/spoken-corpus:comindat>.

ComInDat, destaca-se igualmente a iniciativa liderada pela Universidade de Modena e Reggio Emilia, em Itália, para o estudo da interação e da mediação, que resultou na criação do corpus *Analysis of Interaction and Mediation (AIM)*, que contém mais de 500 gravações de consultas médicas, totalizando mais de 100 horas de gravação (Baraldi & Gavioli, 2012). Recentemente, têm sido levados a cabo diversos esforços para criar corpora de outros modos de interpretação sub-representados nos corpora atualmente disponíveis, tais como a interpretação telefónica (Castagnoli & Niemants, 2018) e a interpretação de língua gestual (Wehrmeyer, 2019).

Os corpora aqui mencionados representam prestações de intérpretes profissionais, nomeadamente nos setores institucional e privado. De facto, a quantidade de corpora com discursos interpretados a nível profissional é surpreendente se considerarmos que a recolha de dados para este tipo de iniciativa é frequentemente encarada com desconfiança por parte dos intérpretes, que compreensivelmente se mostram relutantes à exposição e escrutínio das suas prestações. O EPIC é uma exceção na medida em que os discursos, quer originais quer interpretados, podem ser reutilizados para fins educativos, no âmbito da política institucional europeia do multilinguismo e da transparência. À data da compilação do EPIC, os constrangimentos eram de ordem logística, sendo necessário ainda o recurso a cassetes de vídeo, mas atualmente todo o material pode ser consultado e descarregado através da Internet.

Alternativamente às prestações de intérpretes, existe a possibilidade de recolher produções orais de alunos a frequentar cursos de interpretação. Geralmente, os alunos são mais recetivos à gravação das suas prestações do que os intérpretes profissionais. No âmbito do seu doutoramento, Ginezi (2014, 2015) desenvolveu um corpus de aprendentes, com o intuito de comprar as produções de alunos em fase inicial e avançada de formação. Este tipo de coletânea também tem vindo a ser utilizado para identificar os erros cometidos pelos alunos, culminando na criação de tipologias de erro (e.g., Falbo, 1998; Gile, 1985).

Numa lógica inversa, o corpus *Simultaneous Interpreting Database (SIDB)* criado na Universidade de Nagoya, Japão – que inclui prestações de mais de um intérprete a partir do mesmo discurso original, totalizando mais de um milhão de palavras equivalentes a 182 horas de gravação – permite identificar e demonstrar aos formandos as estratégias utilizadas por intérpretes profissionais (Tohyama & Matsubara, 2006a, 2006b). A par da vertente pedagógica, o corpus SIDB tem sido explorado com a finalidade de criar um sistema de interpretação automática, que foi aliás o seu propósito original (Matsubara et al., 2002; Tohyama et al., 2005).

Sem qualquer pretensão de exaustividade, a amostra acima apresentada contém apenas alguns exemplos de corpora que têm vindo a ser desenvolvidos para estudar uma ampla gama de fenómenos linguísticos (Russo, 2019; Russo et al., 2018)³⁵. No domínio do léxico e da morfossintaxe, alguns dos aspetos estudados através deste tipo de corpora foram, por exemplo, as colocações (Russo et al., 2006), os marcadores discursivos (Bendazzoli, 2019), as assimetrias morfossintáticas (Russo, 2014) e o empréstimo (Bertozzi, 2018). No plano semântico-pragmático, existem estudos dedicados à metáfora (Spinolo, 2018), às normas ou padrões de interpretação (Wang, 2009) e à visibilidade do intérprete (Straniero Sergio, 2012).

Na medida em que os corpora retratam não só o produto, mas também o processo da interpretação, estes recursos podem servir de base à investigação sobre os aspetos cognitivos desta atividade. Utilizando um corpus anotado com pausas, Defrancq e Plevoets (2018) estudaram a carga cognitiva do intérprete simultâneo. No plano metodológico, os autores realçam a vantagem da utilização de corpora, uma vez que estes recursos salvaguardam a validade ecológica dos dados (Defrancq & Plevoets, 2018, pp. 49–50). Assim, os corpora podem também constituir um complemento útil ao método experimental numa lógica de triangulação de dados (Setton, 2011; Shlesinger, 1998).

Por todo o mundo, o interesse crescente na linguística de corpus tem levado à criação de vários tipos de corpora para estudar uma ampla gama de fenómenos linguísticos. Graças em parte ao trabalho desenvolvido pela Linguateca³⁶, Portugal não é exceção. Temos agora à nossa disposição vários corpora monolingues e multilingues com o português como língua de partida ou de chegada³⁷, tais como o Corpus de Referência do Português Contemporâneo³⁸, o CETEMPúblico³⁹, o COMPARA⁴⁰ e o Per-Fide⁴¹. Os dois últimos são corpora paralelos multilingues e, portanto, apropriados para o estudo da tradução. Tanto quanto é do nosso conhecimento, o corpus compilado no âmbito desta tese constitui uma primeira tentativa de construir um corpus de

³⁵ Para informação mais detalhada acerca dos corpora de interpretação existentes, ver, entre outros, os trabalhos de Bertozzi (2018), Setton (2011) e Bendazzoli (2010a, 2010b, 2015, 2018).

³⁶ Para mais informações sobre a Linguateca, consultar: <https://www.linguateca.pt/>.

³⁷ Para um panorama dos corpora existentes para a língua portuguesa, ver Sardinha e São Bento Ferreira (2014).

³⁸ Disponível para pesquisa em: <http://alfclul.clul.ul.pt/CQPweb>.

³⁹ Disponível para pesquisa em: <https://www.linguateca.pt/aceso/corpus.php?corpus=CETEMPUBLICO>.

⁴⁰ Disponível para pesquisa em: <https://www.linguateca.pt/COMPARA>.

⁴¹ Disponível para pesquisa em: <http://per-fide.ilch.uminho.pt/query/bilingual/PT-EN>.

interpretação dado que, neste momento, não existem corpora desse tipo para o português europeu.

Reproduzindo o conceito de paradigma avançado pelo físico Thomas Kuhn, Pöchhacker (2004) identifica diversos paradigmas na investigação em interpretação⁴², que surgem por vezes associados aos conceitos de *turns* ou *shifts*, denotando sempre a ideia de mudança (Pöchhacker, 2008; Snell-Hornby et al., 1994). Na medida em que os *corpus-based interpreting studies* constituem apenas uma tendência empírico-observacional, um método de analisar os dados, não nos parece adequada a designação de paradigma. Porém, em virtude dos desenvolvimentos mais recentes (i.e., a existência de um número crescente de corpora, cada vez mais sofisticados e representativos dos mais variegados tipos e contextos de interpretação), e até pela própria denominação da área, será legítimo afirmar que este ramo dos estudos de interpretação encetou um caminho sólido no sentido de instituir os seus “basic assumptions, models, values and standard methods shared by all members of a given scientific community” (Pöchhacker, 2004, p. 67), e, assim, configurar-se como um novo paradigma da investigação em interpretação.

1.2 A Comunicação no Parlamento Europeu

À semelhança de alguns dos projetos de compilação de corpora de interpretação anteriormente mencionados, os dados recolhidos para o presente estudo provêm das sessões plenárias do Parlamento Europeu (PE). Neste contexto, importa agora descrever alguns aspetos organizativos e procedimentais inerentes ao funcionamento do PE, com implicações para os atos comunicativos que têm lugar nas sessões plenárias desta instituição.

1.2.1 Aspetos Organizativos e Procedimentais do Parlamento Europeu

O PE é o órgão legislativo da União Europeia, de carácter supranacional, dotado de poderes legislativos, orçamentais e de supervisão. O PE reúne os representantes dos 27 Estados-Membros da União Europeia – os eurodeputados –, que representam mais de 500 milhões de cidadãos. O número de eurodeputados de cada Estado-Membro é estipulado em função da população do

⁴² São cinco os paradigmas identificados por Pöchhacker (2004): o paradigma da *théorie du sens* (*IT paradigm*), o paradigma da teoria da tradução (*TT paradigm*), o paradigma do processamento cognitivo (*CP paradigm*), o paradigma neurofisiológico/neurolinguístico (*NL paradigm*) e, finalmente, o paradigma da interação dialógica (*DI paradigm*). No seu conjunto, estes paradigmas representam as principais tradições investigativas que têm sido aplicadas ao estudo da interpretação.

respetivo país, sendo que os Estados mais populosos têm mais assentos do que os menos populosos. Os eurodeputados são eleitos por sufrágio universal direto para mandatos de cinco anos⁴³ e encontram-se agrupados por filiação política e não por nacionalidade. Abaixo apresentamos um infográfico ilustrativo das funções e composição do PE na sua oitava legislatura (vigente à data de escrita):



Figura 4. O ABC do Parlamento Europeu⁴⁴.

Como se pode observar no infográfico, os eurodeputados estão afetos a diversas comissões parlamentares, cada uma das quais tem sob sua responsabilidade um pelouro político. No âmbito

⁴³ Acerca do potencial impacto dos ciclos institucionais sobre o trabalho dos intérpretes, ver Duflou (2016, pp. 123–124).

⁴⁴ Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/news/pt/headlines/eu-affairs/20151116IFG02847/o-abc-do-parlamento-europeu>.

destas comissões, são analisadas as propostas legislativas submetidas pela Comissão Europeia, dando-se assim início ao processo legislativo ordinário. Também designado de codecisão (porque envolve os pareceres do PE e do Conselho⁴⁵), este processo tem início aquando da submissão de uma proposta legislativa pela Comissão Europeia ao PE.

Essa proposta é depois alvo de uma primeira leitura por parte do Parlamento. Consoante o domínio em que se insira a proposta, o Presidente do Parlamento submete-a ao escrutínio de uma comissão parlamentar, que designa um relator responsável por redigir um relatório com modificações à proposta inicialmente apresentada. Após a votação deste relatório pela comissão, a proposta legislativa é discutida e votada em plenário no PE. A posição do Parlamento é então comunicada ao Conselho.

De seguida, o Conselho procede à sua primeira leitura, que, em caso de aceitação da posição do Parlamento, pode resultar na adoção do ato legislativo. Alternativamente, o Conselho poderá optar por introduzir novas alterações à posição do Parlamento. Nesse caso, a posição do Conselho é enviada à comissão competente, que deverá redigir uma recomendação para a segunda leitura por parte do Parlamento. A segunda leitura do Parlamento implica a votação desta recomendação em plenário.

Aquando da segunda leitura, se o Parlamento aprovar a posição do Conselho, a proposta legislativa é adotada. Caso não concorde, poderá rejeitá-la e assim encerrar todo o processo. Contudo, caso queira propor novas alterações à posição do Conselho, deve transmitir a sua posição para que este órgão possa prosseguir com uma segunda leitura.

Se as alterações do Parlamento forem aceites pelo Conselho, na sua segunda leitura, a proposta é aprovada. Caso contrário, é necessário convocar uma reunião do Comité de Conciliação para chegar a um acordo quanto à eventual adoção da proposta legislativa. Abaixo apresentamos um resumo visual do processo que acabamos de descrever:

⁴⁵ Por Conselho entenda-se Conselho da União Europeia e não Conselho Europeu. Ao contrário deste último, o Conselho da União Europeia detém poder legislativo.

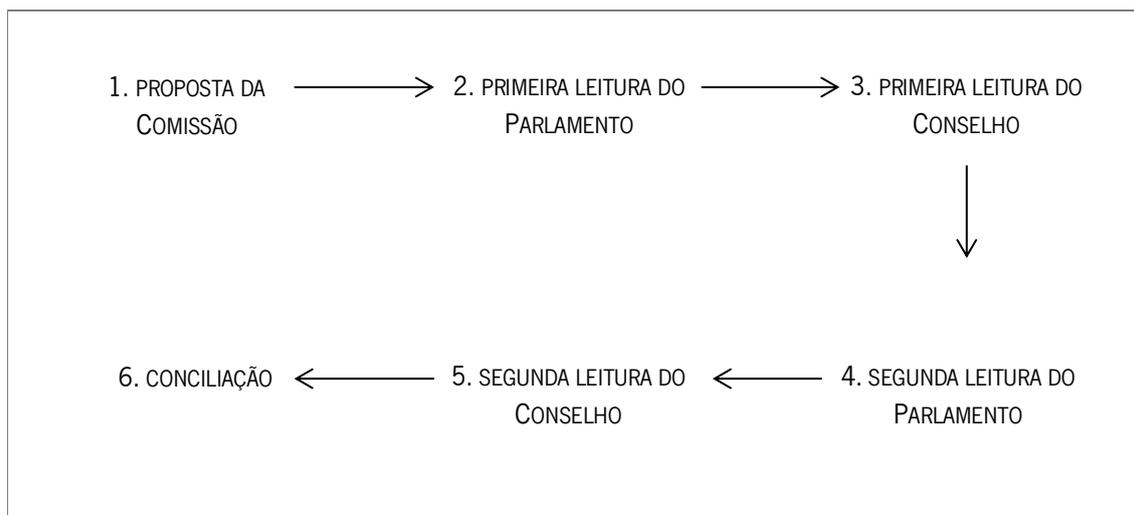


Figura 5. Representação esquemática do processo legislativo ordinário⁴⁶.

Trata-se naturalmente de uma descrição redutora do processo, que apenas dá conta das principais etapas envolvidas na adoção de legislação a nível europeu. Cada uma destas etapas tem, depois, a sua própria dinâmica de funcionamento e conta com a participação de inúmeros intervenientes, atingindo, em muitos casos, um elevado nível de complexidade.

É na sessão plenária que culmina todo o trabalho legislativo desenvolvido pelas comissões parlamentares e grupos políticos. Nessa ocasião, estão reunidos os eurodeputados, que, pertencendo aos vários quadrantes ideológicos, representam os cidadãos dos 27 Estados-Membros e um total de 24 línguas. Estão igualmente presentes representantes da Comissão Europeia e do Conselho da União Europeia, que respondem a eventuais questões colocadas pelos deputados, podendo ainda o Parlamento estender convites a outras entidades pertencentes ou não à esfera política. A fim de garantir que a sessão decorra da forma mais eficiente possível, todos os participantes, diretos e indiretos, estão sujeitos a um conjunto de regras muito rigorosas.

O Presidente é responsável pela abertura oficial da sessão, após o que se procede à aprovação da ordem do dia. A aprovação da ordem do dia passa por diversas etapas. Inicialmente, a Conferência dos Presidentes (composta pelo Presidente e pelos presidentes dos grupos políticos) elabora um projeto de ordem do dia, que é posteriormente alvo de propostas de modificação por parte dos grupos políticos. Após análise dessas propostas, a Conferência dos Presidentes aprova o projeto definitivo de ordem do dia. Finalmente, a ordem do dia é aprovada no início de cada sessão, não

⁴⁶ Adaptado de <http://www.europarl.europa.eu/aboutparliament/pt/20150201PVL00004/Poderes-legislativos>.

podendo ser alterada, exceto em raras circunstâncias. Entre outros aspetos, a ordem do dia aprovada inclui uma lista dos debates e prevê o tempo de uso da palavra.

O elevado número de intervenientes na sessão plenária faz com que a complexidade dos trabalhos parlamentares exija um esforço considerável de preparação, em particular no que concerne à atribuição do tempo de uso de palavra. Por esse motivo, os deputados que desejem intervir devem informar o seu grupo político, ao qual é atribuído um determinado tempo de uso da palavra pela Conferência dos Presidentes, com base no respetivo número de deputados. A cada grupo político incumbe, depois, o dever de elaborar uma lista com os nomes dos oradores, a ordem das intervenções e o tempo de palavra de cada um. Os eurodeputados previamente inscritos nessa lista deverão esperar que o Presidente os convide a usar da palavra.

Para além desta ordem preestabelecida, existem outros mecanismos que permitem aos eurodeputados intervir de forma mais espontânea na sessão plenária⁴⁷. Assim, aqueles que desejem intervir podem colocar um pedido espontâneo do uso da palavra (*catch-the-eye*) ou apresentar um cartão azul. Geralmente, os pedidos espontâneos de uso da palavra estão reservados a um período de intervenções breves, com a duração máxima de um minuto, que tem lugar após os oradores inscritos terem intervindo. Os deputados podem ainda levantar um cartão azul, que sinaliza ao Presidente a sua vontade de colocar uma questão a outro deputado durante a intervenção deste último. Caso o Presidente decida aceitar o cartão azul, são atribuídos 30 segundos para a questão e outros 30 segundos para a resposta.

Os eurodeputados podem, também, fazer uso da palavra no âmbito das intervenções de um minuto e das intervenções de natureza pessoal. Nas intervenções de um minuto, cada deputado pode dirigir-se ao Parlamento durante um minuto sobre assuntos de natureza política. Nas intervenções de natureza pessoal, cada deputado dispõe de um máximo de três minutos para contestar declarações feitas durante o debate que o tenham lesado pessoalmente ou até para rever as próprias declarações.

⁴⁷ Conforme referimos no início desta secção, o nosso corpus é composto apenas por discursos proferidos durante os debates e não por intervenções espontâneas ao abrigo do cartão azul ou de outros pedidos espontâneos de uso da palavra (ainda que estas possam também fazer parte dos debates).

Segundo informação do Parlamento, “a atividade em sessão plenária é sobretudo consagrada aos debates e às votações.”⁴⁸ Os debates são o momento, por excelência, em que os deputados podem fazer uso da palavra, já que durante as votações tal não é possível, salvo raras exceções. Segundo Marzocchi (1998, p. 69), a atividade mais comumente desenvolvida em plenário consiste no debate e votação de um relatório sobre uma proposta de legislação, que terá sido redigida previamente no âmbito das comissões parlamentares. Bertozzi (2016, p. 344) resume esquematicamente a sequência de trabalhos descrita por Marzocchi (1998), cuja versão traduzida e numerada apresentamos abaixo:

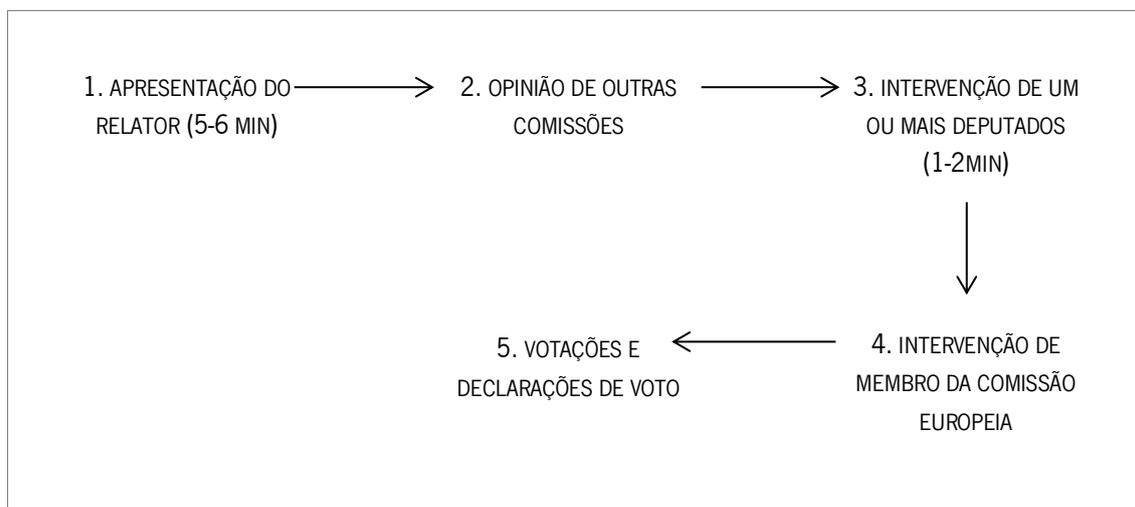


Figura 6. Representação esquemática da atividade em plenário.

Os três itens a montante da intervenção do membro da Comissão Europeia – que comunica a posição desta instituição relativamente às modificações apresentadas pelo PE à proposta de legislação – configuram o debate. No que concerne especificamente à estrutura do debate, cabe salientar que o que aqui se apresenta se refere apenas ao debate ordinário sobre os relatórios das comissões, havendo, a par desse, outras tipologias de debate, com ligeiras variações na sua estrutura⁴⁹.

Após o debate, segue-se a votação. Embora os deputados não possam intervir durante a votação, no final estão previstas intervenções de dois minutos para declarações de voto em nome de um grupo político e de um minuto para declarações de voto em nome próprio.

⁴⁸ Em <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/organisation-and-rules/how-plenary-works>.

⁴⁹ Para mais informações sobre a tipologia dos debates conduzidos nas sessões plenárias, consultar o *Guia da Sessão Plenária* (nomeadamente o item 4.1), disponível em https://www.europarl.europa.eu/sed/doc/ext/manual/Plenary_guide_pt.pdf.

O registo da atividade desenvolvida em plenário é preservado no RIS – em inglês, *verbatim report of proceedings* e também conhecido por CRE, da expressão francesa *compte-rendu in extenso*. Trata-se de um documento que contém o registo escrito das intervenções realizadas por todos os participantes de uma sessão plenária, não devendo ser confundido com a ata, que contém apenas a listagem dos pontos abordados na sessão e também das intervenções realizadas pelos vários intervenientes, seguindo uma ordem cronológica.

Para a compilação do RIS, todas as intervenções realizadas durante a respetiva sessão são transcritas na sua língua original. Os tradutores responsáveis por transcrever as intervenções efetuam modificações de ordem lexical e sintática, suprimindo traços típicos da oralidade, com vista a garantir uma melhor adequação ao registo escrito (Marzocchi, 2007, p. 250). Embora estas intervenções constituam um produto híbrido que oscila entre o escrito e o oral, subsistem pequenas marcas de oralidade, tais como hesitações e palavras truncadas, das quais não resta qualquer vestígio escrito. Em rigor, se considerarmos que transcrever consiste em “escrever o que foi ouvido”⁵⁰, será mais prudente empregar o termo “transcrições editadas” para designar os registos escritos das intervenções.

A linha de produção do RIS envolve três etapas, que correspondem a três documentos distintos:

1. Versão provisória: é feita uma versão provisória do RIS, em que cada intervenção é redigida na língua em que é proferida. Esta versão do RIS é informalmente designada de versão arco-íris.
2. Versão revista: a versão arco-íris é revista por forma a incluir eventuais correções submetidas pelos oradores.
3. Versão traduzida (final): a versão revista é traduzida para todas as línguas oficiais para fins de publicação no sítio *web* do Parlamento e também como anexo ao Jornal Oficial.

A tradução do RIS para todas as línguas foi, entretanto, descontinuada. A 26 de Setembro de 2011, a Mesa do Parlamento decidiu que, por razões de economia, o RIS deixaria de ser traduzido para todas as línguas oficiais e permaneceria disponível apenas numa única língua, que seria a inglesa. A decisão foi aplicada de imediato, pelo que o último RIS traduzido para cada uma das línguas

⁵⁰ <https://dicionario.priberam.org/transcrever> (consultado a 13/12/2019).

oficiais corresponde à sessão de junho de 2011⁵¹. A tradução para inglês acabou por ser também suspensa, em dezembro de 2012, no seguimento de uma modificação introduzida no Regimento do Parlamento Europeu, aprovada a 20 de novembro de 2012, segundo a qual: “Para cada sessão será redigido um relato integral dos debates sob a forma de um documento multilíngue, em que todas as intervenções orais aparecerão na língua original”⁵².

1.2.2 O Serviço de Interpretação do Parlamento Europeu

De acordo com o artigo 22.º da Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, “a União respeita a diversidade cultural, religiosa e linguística”⁵³. Corolário desta diversidade é o princípio do multilinguismo, uma peça fundamental do sistema democrático da União Europeia porquanto confere a necessária transparência ao trabalho desenvolvido pelas várias instituições perante os mais de 500 milhões de cidadãos da Europa.

A União Europeia é, assim, o maior empregador de intérpretes no mercado institucional (Diriker, 2015, p. 177). Só o PE conta com aproximadamente 275 intérpretes funcionários⁵⁴. Em ocasiões de maior envergadura, como as sessões plenárias, chega a necessitar de 1000 intérpretes, tendo, para tal, que recorrer a intérpretes externos, devidamente acreditados pelas instituições europeias (designados de *auxiliary conference interpreters*).

No PE, a interpretação é assegurada pela Direção-Geral da Logística e da Interpretação para Conferências (doravante DG LINC), resultante de uma fusão que integra a antiga Direção-Geral de Interpretação e das Conferências (DG INTE) com outros serviços atinentes à realização de reuniões. Entre outras tarefas, cabe à DG LINC a de “organizar a interpretação para todas as reuniões do Parlamento, dentro ou fora dos três locais de trabalho”⁵⁵. A sessão plenária é apenas um dos muitos tipos de reunião para os quais fornece serviços de interpretação.

⁵¹ Os atrasos na publicação dos RIS explicam que uma decisão de setembro de 2011 produza efeitos práticos em data anterior.

⁵² Em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+RULES-EP+20160915+RULE-194+DOC+XML+V0//PT&navigationBar=YES>.

⁵³ Em <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:12012P/TXT&from=EN>.

⁵⁴ Em <https://www.europarl.europa.eu/interpretation/pt/the-interpreter/the-interpreter.html>.

⁵⁵ Em <https://www.europarl.europa.eu/the-secretary-general/en/directorates-general/linc>.

Durante as sessões plenárias, todas as intervenções são interpretadas, em modo simultâneo, para todas as 24 línguas oficiais da União Europeia (o que corresponde a 552 combinações linguísticas possíveis). A interpretação é praticada em diversas modalidades, com uma prevalência esmagadora da interpretação simultânea sobre as restantes. Recentemente, têm sido feitos investimentos na interpretação remota com recurso a meios tecnológicos cada vez mais sofisticados, pelo que a teleinterpretação⁵⁶ é já uma das modalidades oferecidas pela DG LINC.

O número de línguas oficiais foi aumentando ao longo dos anos, o que teve repercussões na interpretação em plenária. Até ao quarto alargamento da UE em 1995, que correspondeu à adesão da Áustria, Finlândia e Suécia, os intérpretes trabalhavam apenas para a sua língua A, o que era, aliás, tido como um princípio laboral (Marzocchi, 1998, p. 63). A partir do quarto alargamento, inclusive, a integração de novas línguas obrigou os intérpretes nativos dessas línguas a ter de trabalhar para línguas ‘menos exóticas’, principalmente o inglês e o francês, que outros colegas pudessem usar como línguas *pivot*. A interpretação feita por via de línguas *pivot* é designada de *relais* (ou *relay*) e a interpretação de língua A para língua B é designada de *retour*⁵⁷.

Em virtude do amplo leque de línguas oficiais atualmente existentes, não é possível dizer com certeza que uma determinada interpretação tenha sido o produto de um intérprete a trabalhar para a sua língua A. Do mesmo modo, coloca-se a questão de nem sempre se poder identificar facilmente a língua fonte de uma interpretação, já que o intérprete pode estar a traduzir a partir de outra cabina (*pivot*) e não a partir do orador original.

Por norma, cada cabina⁵⁸ recebe uma cópia da folha de equipa, da qual constam os nomes dos colegas que estarão presentes numa determinada reunião, as combinações linguísticas e *retour* previsto para a reunião em causa. Desta forma, cada intérprete saberá onde encontrar o *relay*

⁵⁶ Institucionalmente, a teleinterpretação é definida da seguinte forma: “interpretação simultânea em que nem o intérprete nem as cabinas se encontram na sala da reunião. Um sistema de ecrãs permite dispor de uma visão completa da sala (não confundir com as reuniões que recorrem à videoconferência)” (em <http://www.europarl.europa.eu/interpretation/pt/interpreting-in-the-parliament.html>).

⁵⁷ Marzocchi (1998, p. 64) levanta uma questão pertinente sobre o trabalho do intérprete *pivot*, que se prende com a interpretação de termos culturais. O *pivot*, ao interpretar para a língua B (i.e., ao fazer *retour*), deve ter em conta não só o público mas também os colegas que vão usar a sua interpretação como discurso de partida. Se, por um lado, o público apreciaria uma interpretação devidamente plasmada nos seus moldes culturais, por outro lado, os colegas beneficiariam de uma interpretação mais explicativa. Segundo este autor, a principal preocupação do *pivot* deve ser para com o seu público direto, ou seja, os colegas de profissão.

⁵⁸ Por cabina entenda-se o espaço físico onde trabalham os intérpretes, instalado na sala onde decorre a reunião. De modo geral, uma cabina representa uma língua. Assim, é usual falar-se de cabina portuguesa, cabina espanhola, etc.

para cada língua não coberta pela sua cabina. Vuorikoski (2004, p. 85) chama ainda a atenção para o facto de nem sempre haver *relay* disponível para a(s) língua(s) necessária(s). Por este motivo, há casos em que os intérpretes têm de recorrer ao duplo *relay*, embora esta prática seja desaconselhada já que a experiência comprova o decréscimo de qualidade na interpretação.

A par dos alargamentos, houve um terceiro momento decisivo para a interpretação no PE, nomeadamente o Tratado de Lisboa, que veio consagrar o poder legislativo do PE em pé de igualdade com o Conselho da União Europeia. O Parlamento viu, assim, radicalmente alteradas as suas competências e, por conseguinte, a gama de temáticas abordadas nas sessões plenárias aumentou exponencialmente.

Relativamente às condições de trabalho e aos requisitos, os intérpretes das várias instituições europeias encontram-se em circunstâncias idênticas. As cabinas cumprem as normas exigidas pela Organização Internacional de Normalização, nomeadamente no que concerne ao isolamento de som e vista da sala de conferências/reuniões. Em 2017, entraram em vigor novas condições que impõem períodos de trabalho mais longos e complexos do que os antigos dois turnos de três horas e meia separados por um intervalo de almoço, com a duração mínima de uma hora e meia. No entanto, mantém-se a regra de os intérpretes trabalharem sempre em equipa, com dois ou três intérpretes por cabina, dependendo do número de línguas ativas e/ou passivas, contando com a assistência de uma equipa de técnicos aptos para lidar com o equipamento de conferência, antes, durante e após as reuniões.

Ao nível das competências, os intérpretes são submetidos a um criterioso processo de seleção, composto por um conjunto de testes standardizados, organizado pelo Serviço Europeu de Seleção de Pessoal (EPSO). Este concurso aplica-se aos candidatos a intérpretes funcionários. Contudo, como referido no início desta secção, os cerca de 275 intérpretes funcionários atualmente em funções não cobrem todas as necessidades, pelo que o Parlamento contrata intérpretes externos. Os intérpretes independentes que desejem tornar-se intérpretes externos acreditados do PE devem passar um teste de acreditação, figurando depois numa lista comum interinstitucional a partir da qual são recrutados mediante as necessidades.

Além de terem de passar, respetivamente, o concurso organizado pelo EPSO e o teste de acreditação, os intérpretes funcionários bem como os intérpretes externos acreditados devem cumprir dois requisitos académicos para poderem trabalhar nas instituições europeias, nomeadamente: “ser titular de um diploma universitário em qualquer área do conhecimento” e

“ser titular de um diploma universitário homologado de intérprete de conferências”.⁵⁹ Embora todos os intérpretes tenham de cumprir estes requisitos, apenas alguns são chamados a trabalhar nas sessões plenárias do PE, o que constitui motivo de prestígio (Marzocchi, 1998, p. 69)⁶⁰.

1.2.3 Condicionais sobre o Trabalho dos Intérpretes

Como se pode depreender das descrições fornecidas nas duas secções anteriores, o contexto comunicativo do PE apresenta diversos condicionais que necessariamente se repercutem nas condições de trabalho dos intérpretes.

Com a breve incursão pelo processo legislativo no início desta secção (cf. 1.2.1), pretendia-se demonstrar que os temas debatidos nas sessões plenárias do PE passaram já por um intenso processo de reflexão e discussão, que se pode estender por vários meses. Daqui poder-se-á inferir que, nos debates das sessões plenárias, o grau de familiaridade dos eurodeputados com a temática sobre a qual discursam é bastante significativo⁶¹. Esse grau de familiaridade poderá depois refletir-se nos seus discursos, nomeadamente, através de uma menor preocupação em explicitar a terminologia usada, em detrimento da interpretação simultânea⁶².

Este aspeto está diretamente relacionado com uma característica intrínseca da interpretação simultânea: a condicionante do conhecimento partilhado (“(un)shared knowledge constraint”; Shlesinger, 1995). Num dado contexto comunicativo, um orador possui expectativas em relação ao conhecimento que o seu público detém sobre o assunto em questão. Porém, antes que as palavras do orador cheguem ao seu público-alvo têm de ser filtradas pelo intérprete, que, não

⁵⁹ Em <http://www.europarl.europa.eu/interpretation/pt/study-and-traineeships.html>.

⁶⁰ No mesmo artigo, o autor associa este prestígio a uma subsequente sensação de frustração experienciada pelos intérpretes. Por um lado, as sessões plenárias registam, por vezes, uma taxa de absentismo bastante assinalável, o que significa que nem todas as línguas se encontram representadas em cada sessão. Esta situação, aliada à falta de atenção por parte dos eurodeputados, pode contribuir para algum desinvestimento e desmotivação dos intérpretes, que sentem que o seu trabalho não é devidamente valorizado. Por outro lado, as dificuldades inerentes à sessão plenária, tais como a velocidade de elocução e os turnos de palavra extremamente curtos, aumentam essa sensação de frustração dos intérpretes, que consideram que as suas prestações não alcançam o limiar do aceitável.

⁶¹ No entanto, se os intérpretes convocados para as sessões plenárias tiverem já estado envolvidos em etapas prévias de negociação, terão, em princípio, maior familiaridade com as temáticas debatidas em plenária, tal como os eurodeputados.

⁶² Sobre a questão da familiaridade com os temas e a terminologia, ver Duflou (2016, pp. 113–115).

sendo o destinatário visado pelo orador, poderá apresentar discrepâncias relativamente ao conjunto de conhecimentos especializados que partilha com o orador e/ou com o público-alvo.

Segundo Shlesinger (1995), estas discrepâncias em termos de expectativas do conhecimento partilhado entre os intervenientes de um evento mediado por interpretação simultânea nem sempre são levadas em conta pelo orador (Dufrou, 2016, p. 113). Em contrapartida, as afiliações políticas dos oradores, bem como pareceres previamente emitidos em sede de comissão parlamentar, ajudam posteriormente os intérpretes, aquando dos debates em sessão plenária, a formular previsões sobre as prováveis opiniões dos oradores acerca de um determinado assunto.

Neste contexto, assume relevância a investigação desenvolvida por Bistra Alexieva (1994, 1997) sobre a importância das tipologias textuais no âmbito da interpretação de conferências e, concretamente, o seu conceito de intertextualidade. Numa conferência, a intertextualidade pauta-se pelas relações que os vários textos apresentam entre si. Se considerarmos que, numa conferência, existe um texto base (i.e., *parent text*), é possível então assumir que, a partir desse texto, são criados produtos derivados (i.e., *daughter texts*), sendo, portanto, expectável que haja alguma sobreposição lexical e semântica entre os *parent texts* e os *daughter texts*. Ao analisar discursos proferidos em sessões plenárias do PE, Vuorikoski (2004) retoma esta questão da intertextualidade, que considera revestir-se de grande importância, dado que:

texts discussed in the committees and the speeches delivered in the plenary session can be seen to form an intertextual entity of 'parent texts' and 'daughter texts' in the sense discussed by Alexieva (1994). The printed documents are the 'parent texts' on the basis of which the speeches, 'the daughter texts', are given. With reference to the knowledge base of the interpreter, this means that the more experience the interpreter has had of working for committees, and the better acquainted he is with the meeting documents, the more knowledge he will share with the speakers in the plenary session. (p. 80)

Este trecho aponta para a importância de uma base de conhecimentos partilhada por todos os intervenientes da sessão plenária, incluindo os intérpretes. Com efeito, durante as etapas do processo legislativo são redigidos diversos documentos relativos aos temas que serão debatidos. Por exemplo, os debates têm por base propostas de resolução apresentadas por escrito, que contêm uma grande quantidade de informação sobre o tema dessas propostas. Embora não seja garantido que os intérpretes tenham acesso a essa informação (ou que a ela tenham acesso de forma atempada), conseguem, no entanto, ter acesso a outras informações acerca dos relatórios que serão debatidos numa determinada sessão plenária.

Todos estes aspetos estão relacionados com o critério da continuidade, que Marzocchi (1998) define como “having the same interpreters consistently work on the various stages of the same dossier” (p. 68). Embora desejável, o autor reconhece que este critério é dificilmente alcançável, uma vez que, “previous exposure to other stages of the same dossier (...) may date back several weeks or months, which hints at issues such as the activation of knowledge stored in long-term memory.” (p. 70). Acresce que – como referido na secção anterior (cf. 1.2.2) – os alargamentos da UE e o Tratado de Lisboa resultaram no aumento do número de línguas de trabalho, agora num total de 24, e uma vasta amplitude temática, o que inviabilizou a o critério da continuidade, já que, perante tal complexidade logística, o critério prioritário deve ser a cobertura linguística (Duflou, 2016, p. 104).

Conforme referido no início da secção 1.2, a sessão plenária representa o culminar da atividade legislativa do PE. Trata-se de um contexto discursivo particular, composto por uma série de procedimentos preestabelecidos que se sucedem num esquema marcadamente ritualizado. Segundo Bertozzi (2016), a sessão plenária configura um género de discurso oral particular, que se caracteriza pelos seguintes aspetos:

early speech planning and scheduling, limited spontaneous debate, institutionalized turn-taking management, very formal setting, presence of extremely short speeches, which leads to a strong incidence of written-to-be-read texts, specific prosody, less redundancy (a characteristic feature of impromptu speeches), complex syntax and high speaking speed. (p. 344)

Com base nestas características⁶³, a autora conclui que a língua falada nas sessões plenárias do PE constitui uma microlíngua⁶⁴, na medida em que é exclusiva de um setor específico, com características próprias aos níveis lexical e morfossintático. Do ponto de vista da oralidade, o seu interesse reside no facto de esta microlíngua combinar os traços típicos do discurso espontâneo com os da linguagem escrita (Bertozzi, 2016).

Com efeito, o rigor dos trabalhos que caracterizam a sessão plenária tem repercussões diretas nas intervenções dos participantes, particularmente dos deputados. A duração das intervenções feitas em sessão plenária, que ronda uma média de um a dois minutos por intervenção, é uma das mais

⁶³ Estas características foram já citadas por diversos autores, que também refletiram sobre o contexto discursivo das sessões plenárias do PE, nomeadamente Marzocchi (1998), Vuorikoski (2004), Beaton (2007a, 2007b), Bendazzoli (2010c), Duflou (2016), entre outros.

⁶⁴ Esta microlíngua é designada de jargão comunitário no contexto das instituições europeias.

evidentes e que inevitavelmente condiciona a produção textual, desde logo pela velocidade de elocução que impõe aos oradores. A velocidade considerada adequada para a interpretação simultânea situa-se entre as 100 e as 120 palavras por minuto (Riccardi, 2015; Seleskovitch, 1978 citado em Shlesinger, 2003, p. 40). No âmbito do EPIC, porém, este valor é considerado baixo. De acordo com a escala proposta para o EPIC (Monti et al., 2005), um discurso lento apresenta uma velocidade inferior a 130 palavras/minuto, sendo que uma velocidade intermédia ronda as 131 a 160 palavras/minuto e apenas um discurso com velocidade igual ou superior a 160 palavras/minuto é considerado rápido.

Este aspeto remete para outra das condicionantes que caracterizam a interpretação simultânea: a condicionante temporal (“time constraint”; Shlesinger, 1995). Em modo simultâneo, é o orador que impõe a velocidade a que o intérprete deve trabalhar. Este último não tem qualquer controlo sobre esta dimensão, sendo razoável presumir que a capacidade que um intérprete tem de processar um dado segmento varia em função do tempo de que dispõe para o escutar (Shlesinger, 1995, p. 194). Quando o discurso é debitado a alta velocidade, o intérprete arrisca entrar num estado de saturação devido à necessidade de gerir concomitantemente os vários esforços inerentes à interpretação simultânea (Gile, 1995a), podendo incorrer em erros suscetíveis de prejudicar a qualidade do seu desempenho.

Retomando a descrição de Bertozzi (2016), esta gestão institucionalizada dos turnos de palavra tem como corolário a quase total ausência de espontaneidade durante os debates. O caráter ritualizado da sessão plenária é enfatizado por Marzocchi (1998), que diz tratar-se mais de uma espécie de revisão da posição de cada grupo do que propriamente de um fórum em que as diferentes posições são sujeitas a debate e eventuais modificações (p. 70). Em virtude destes aspetos, a prática comum consiste em preparar os discursos, a fim de garantir o máximo proveito dos escassos tempos de uso da palavra. Assim, os discursos proferidos durante os debates são maioritariamente escritos com antecedência e lidos aquando das intervenções⁶⁵.

A prevalência de discursos escritos para serem lidos tem implicações a diversos níveis, nomeadamente prosódico e sintático. A prosódia do discurso espontâneo é totalmente distinta da

⁶⁵ Ciente das dificuldades decorrentes destas circunstâncias para o trabalho dos intérpretes, a antiga DG INTE produziu diversos documentos com recomendações de boas práticas para oradores e outros intervenientes em reuniões mediadas por intérpretes (cf. Dufloy, 2016, p. 121, nota de rodapé 115).

prosódia do discurso lido⁶⁶ (Alcoba & Luque, 1999). Acresce, ainda, que o limite temporal das intervenções não deixa espaço às hesitações e fenómenos afins típicos do discurso espontâneo. Assim, um texto escrito para ser lido vê-se, em grande medida, privado da função estruturadora e coesiva dos marcadores prosódicos da oralidade espontânea. Se a prosódia não cumpre estas funções, caberá à sintaxe fazê-lo. Os textos escritos para serem lidos apresentam, por isso, uma sintaxe mais intrincada do que seria desejável e/ou expectável para um texto que, apesar de ter sido alvo de preparação e de ter sido fixado em suporte escrito, não deixa de pertencer ao domínio da oralidade. Alguns dos fatores que contribuem para a complexidade sintática deste tipo de discursos são a frequência da hipotaxe em detrimento da parataxe, o uso de conectores e menor redundância.

Todas as características que vimos mencionando ao longo da secção confluem para tornar a sessão plenária num contexto mais formal do que outras reuniões no âmbito do PE, o que se reflete na linguagem usada (Marzocchi, 1998, p. 70). Esta formalidade e a complexidade sintática, a par de outros fatores extralinguísticos, levam os próprios intérpretes a caracterizar os discursos da plenária como “exceptionally ‘dense’” (p. 70, nota de rodapé 37). Em alguns casos, estes profissionais chegam mesmo a desligar os microfones por considerarem que atingiram “the subjective limit of *what can actually be interpreted.*” (p. 70). Com efeito, o stress associado ao trabalho do intérprete durante a sessão plenária atinge níveis realmente elevados, o que, segundo este autor, faz deste contexto um terreno fértil para a investigação. Para tal, é desejável que o investigador disponha de um registo escrito do que acontece na sessão plenária – esse registo consiste no Relato Integral de Sessão (RIS), abordado no item 1.2.1.

No que toca à interpretação simultânea das intervenções feitas durante as sessões plenárias, importa esclarecer que o RIS não conserva qualquer registo escrito do *output* dos intérpretes, já que as interpretações não são consideradas como um registo válido da atividade em plenária. O PE apenas conserva os vídeos das intervenções na sua língua original, a partir dos quais é possível alterar a pista de áudio para ouvir as interpretações nas diferentes línguas. Esses vídeos são acompanhados da seguinte cláusula de desresponsabilização:

⁶⁶ Alexieva (1994) menciona a possibilidade de os oradores simularem uma prosódia espontânea ao ler um texto.

Disclaimer

A interpretação simultânea dos debates é facultada pelo Parlamento Europeu unicamente para facilitar a comunicação entre os participantes na reunião, não constituindo um registo autenticado dos debates.

Só o discurso original ou a tradução escrita revista do mesmo fazem fé.

Em caso de divergência entre a interpretação simultânea e o discurso original (ou a tradução escrita revista do mesmo), prevalece o discurso original (ou a respectiva tradução escrita revista).

Salvo autorização expressa do Parlamento Europeu, é estritamente proibida a utilização do registo da interpretação para fins diferentes dos acima mencionados.

i A interpretação não constitui um registo autenticado dos debates.

Figura 7. Reprodução do aviso acerca das interpretações dos debates.

O facto de as interpretações não constarem do RIS poderá estar relacionado com a sua crescente instrumentalização, já que, segundo Marzocchi (2007), este documento cumpre cada vez mais uma função publicitária, divulgando o trabalho desenvolvido pelo PE. A transcrição das interpretações para o RIS levantaria diversas questões, sendo porventura a mais sensível a inclusão de erros cometidos pelos intérpretes. Hoje em dia – e cada vez mais – é prática comum a transmissão das sessões plenárias e outras reuniões, abrangendo, também, as interpretações nas diferentes línguas. Embora, como referido, não se conservem registos escritos das interpretações, os intérpretes encontram-se em situação de exposição. Por esse motivo, antevê-se a necessidade de estudar as consequências que podem advir desta prática para o trabalho destes profissionais (Duflou, 2016, p. 122).

1.3 Síntese

- A linguística foi uma das disciplinas que contribuiu para o desenvolvimento dos estudos de interpretação. Porém, nem todas as correntes da linguística tiveram a mesma aceitação por parte dos estudiosos da interpretação, tendo-se privilegiado aquelas que estudam a língua enquanto fenómeno holístico e não artificial, nomeadamente: a linguística textual, pelo enfoque transfrásico, a análise do discurso, pela dimensão pragmática, e a linguística de corpus, pela vertente empírico-observacional.
- A linguística de corpus foi um importante motor da investigação em interpretação no século XXI. Desde o final da década de 1990, surgiram diversas iniciativas conducentes à criação de corpora de interpretação representativos dos mais diversos modos e

modalidades da profissão, de tal modo que hoje em dia se fala de *corpus-based interpreting studies* como um novo paradigma de investigação.

- Fruto da sua política (multi)linguística, o PE constitui um importante manancial de discursos interpretados em contexto autêntico, em diversas línguas. Muitos dos corpora de que se dispõe atualmente foram compilados com recurso a este material. O presente trabalho baseia-se numa amostra constituída por discursos proferidos, em sessões plenárias do PE, por deputados portugueses e britânicos e pelas respetivas interpretações.
- A interpretação no contexto do PE, e concretamente das sessões plenárias, apresenta um conjunto de especificidades que inevitavelmente se reflete sobre o trabalho dos intérpretes, nomeadamente: a complexidade do processo legislativo, a pluralidade de temáticas e terminologia associada, o elevado número de intervenientes, os tempos de palavra, a linguagem dos debates que, embora pertencendo ao domínio da oralidade, se aproxima mais da escrita, e ainda, não menos importante, o livre acesso às interpretações, colocando os intérpretes numa situação de grande exposição.

2 A ANÁFORA PRONOMINAL SOB O PRISMA DA COESÃO TEXTUAL

Conforme explanado no capítulo anterior, a linguística textual foi umas das correntes da linguística que marcou o desenvolvimento dos estudos de interpretação. Um dos seus conceitos basilares é o de coesão textual, que se manifesta de várias formas, nomeadamente através das relações anafóricas instauradas pelos pronomes e dos mecanismos de conexão frásica. Neste capítulo, iremos descrever a anáfora pronominal sob o prisma da coesão textual⁶⁷. Para tal, tomaremos como ponto de partida a língua portuguesa, embora a descrição seja válida para as duas línguas do presente estudo. Porém, sempre que o funcionamento da língua inglesa apresente alguma particularidade, esta será devidamente assinalada. Com vista a integrar os dois capítulos que compõem a primeira parte da tese, apresentamos no final do capítulo (cf. 2.5) uma resenha dos estudos de interpretação que incidiram sobre a coesão textual e, de forma particular, sobre pronomes.

2.1 Considerações Prévias

A presente secção, concebida como uma introdução ao segundo capítulo, tem por objetivos situar o conceito de coesão no conjunto de parâmetros que configuram a textualidade e apresentar os diferentes mecanismos que suportam a coesão textual.

2.1.1 Textualidade

De Beaugrande e Dressler (1981) defendem que uma ocorrência linguística deve cumprir um conjunto de critérios para que possa ser considerada comunicativa e, por conseguinte, um texto. São eles: a coesão, a coerência, a intencionalidade, a aceitabilidade, a informatividade, a situacionalidade e a intertextualidade. A coesão e a coerência são princípios dirigidos ao texto, que, por isso mesmo, se prestam a uma análise linguística e objetiva. Os restantes cinco critérios – intencionalidade, aceitabilidade, a informatividade, situacionalidade e intertextualidade – são

⁶⁷ Embora a maioria dos aspetos abordados neste capítulo seja retomada ao longo da tese, principalmente nos capítulos 5 e 6, importa ressaltar que algumas temáticas não serão revisitadas nos capítulos subsequentes. Do mesmo modo, alguns dos mecanismos de subordinação e coordenação ilustrados na secção 2.3 não estão representados no corpus. No entanto, considerámos relevante incluir toda essa informação no presente capítulo, para que este pudesse funcionar como uma secção autónoma, capaz de fornecer uma perspetiva abrangente da anáfora pronominal.

dirigidos ao utilizador. A sua análise pode implicar uma maior carga de subjetividade já que cada utilizador, mediante as suas vivências, terá inevitavelmente intenções e expectativas distintas sobre a produção e receção (respetivamente) de um texto.

Os sete critérios elencados representam as propriedades que configuram um texto. A textualidade, ou o estatuto de texto, deriva não só da observância desses critérios, mas também da interação que estes mantêm entre si e das relações que instauram no texto:

The standards of textuality (...) are all *relational* in character, concerned with how occurrences are connected to others: via grammatical dependencies on the surface (cohesion); via conceptual dependencies in the textual world (coherence); via the attitudes of the participants toward the text (intentionality and acceptability); via the incorporation of the new and unexpected into the known and expected (informativity); via the setting (situationality); and via the mutual relevance of separate texts (intertextuality). (De Beaugrande & Dressler, 1981, p. 37)

A coesão é uma propriedade que decorre do estabelecimento de elos semânticos que unem, por via de mecanismos léxico-gramaticais, os elementos que compõem um texto. Através dessa rede de ligações que vai tecendo no texto, a coesão permite-nos transformar um mero aglomerado de palavras numa sequência de frases corretamente articuladas entre si. Por sua vez, a coerência resulta da continuidade semântica entre o mundo textual e o mundo real, bem como da adequação do texto à situação comunicativa. Um texto coerente deverá concretizar um sentido que ultrapasse o das frases consideradas isoladamente. Ao garantir o cumprimento das regras gramaticais, a coesão presta um importante contributo para a construção desse sentido. Em virtude desta estreita relação, a coesão e a coerência são propriedades indissociáveis uma da outra.

Porém, se é verdade que a coesão constrói nexos semânticos capazes de gerar continuidade entre as diferentes partes de um texto, é igualmente verdade que a presença de elos coesivos não é, por si só, garante de coerência. De facto, por vezes deparamo-nos com textos que, embora coesos, não fazem sentido, como é o caso da célebre frase de Chomsky “colorless green ideas sleep furiously” (1957, p. 15). Do mesmo modo, o facto de um texto ser coerente não pressupõe que este seja coeso, como ilustra a frase “slow children at play” (De Beaugrande & Dressler, 1981, pp. 9–10). Embora não apresente elos coesivos, esta frase adquire sentido por via do contexto rodoviário em que se insere⁶⁸. Em todo o caso, é inegável que a coesão auxilia o processo

⁶⁸ Ver adiante, nesta secção, o parágrafo dedicado ao critério da situacionalidade.

interpretativo ao tornar explícitas as relações semânticas presentes no texto, contribuindo, assim, para atenuar o esforço cognitivo exigido ao destinatário na construção de sentido.

Os parâmetros da intencionalidade e da aceitabilidade concernem, respetivamente, ao emissor e ao destinatário (ou recetor). Com efeito, um texto resulta de uma intenção comunicativa por parte de um emissor, que deverá assegurar o cumprimento dos critérios de textualidade. A par destes, o emissor deverá ainda respeitar o princípio da cooperação, que se concretiza em quatro máximas conversacionais (Grice, 1975). Estas ditam, entre outros aspetos, que um texto deverá ser informativo, verdadeiro, relevante e apresentado de forma clara. Por seu turno, o destinatário parte do princípio de que o enunciado produzido pelo emissor constitui de facto um texto, adotando, na base dessa pressuposição, uma postura de aceitação relativamente a esse texto e encetando, assim, o seu processo interpretativo. A vontade do emissor, por um lado, em comunicar algo ao destinatário e, por outro, o desejo deste último em receber e assimilar a mensagem configuram condições indispensáveis à comunicação.

Em princípio, um emissor formula um texto porque pretende veicular informação, informação essa que o recetor poderá ou não conhecer. É esse grau de familiaridade – ou de imprevisibilidade – que configura o parâmetro da informatividade. Este parâmetro prende-se com o interesse suscitado pelo texto no seu destinatário. Por um lado, um texto pouco informativo pode tornar-se aborrecido, alienando o recetor; por outro lado, um texto demasiado informativo poderá requerer um esforço de processamento superior àquele de que dispõe o recetor. Em ambos os casos, a comunicação pode ficar comprometida, pelo que é necessário alcançar um equilíbrio em termos da informatividade de um texto para que o recetor não se sinta nem entediado por falta de ‘novidade’ nem desmotivado por excessiva dificuldade. Note-se que a informatividade se situa não só ao nível do conteúdo, mas também da forma. Deste modo, uma frase que apresente uma estrutura sintática menos previsível (i.e., divergente da ordem canónica) poderá ser mais informativa do que uma em que se encontre uma estrutura sintática canónica.

Qualquer texto é indissociável do seu contexto de produção e, nesse sentido, o parâmetro da situacionalidade diz respeito aos aspetos que fazem com que um texto seja relevante numa determinada situação. Por outras palavras, este parâmetro diz-nos que o contexto em que se insere um determinado texto vai influenciar a forma como é interpretado pelo destinatário. Retomemos o exemplo de De Beaugrande e Dressler (1981, pp. 9–10) de um sinal de trânsito contendo a informação “slow children at play”. Esta informação pode sugerir duas leituras: (a) apelo aos

condutores para que abrandem devido à presença de crianças ou (b) constatação da existência de crianças que sofrem de atraso mental. Porém, atendendo a que a informação se insere num contexto rodoviário, esta potencial ambiguidade é imediatamente anulada.

Finalmente, a intertextualidade designa o modo como um texto se relaciona com outros textos. Tanto ao nível da produção como ao nível da receção, um dos aspetos sob os quais assenta um texto é a relação que mantém com outros textos pertencentes à mesma esfera temática, tipológica, sociocultural, etc. Assim, este parâmetro está relacionado com os conhecimentos extralinguísticos do emissor, que lhe permitem identificar pontos de convergência entre diferentes produtos textuais, facilitando o seu processo interpretativo.

Os sete parâmetros de textualidade aqui descritos são os princípios constitutivos do texto. A par destes, operam na construção textual três princípios reguladores: eficiência, eficácia e adequação. O princípio da eficiência preconiza o máximo de fluidez na comunicação com o mínimo de esforço em termos de processamento. O princípio da eficácia prende-se com o impacto de um texto, com vista à prossecução do objetivo comunicacional que presidiu à sua elaboração, sendo certo que esse objetivo nem sempre se encontra explícito na estrutura superficial do texto (Russo, 2012). Por último, o princípio da adequação resulta da relação entre o contexto de produção de um texto e o modo como os critérios de textualidade são instituídos pelo emissor e pelo recetor. Cabe, também, ao princípio da adequação uma função mediadora entre a eficiência e a eficácia. Para que a comunicação se concretize, é necessário que os vários parâmetros de textualidade interajam entre si e que essa interação se processe de uma forma eficiente, eficaz e adequada.

2.1.2 Mecanismos de Coesão Textual

Como tentámos demonstrar no primeiro capítulo, na secção 1.1.2, a linguística textual foi uma das correntes linguísticas que influenciou sobre os estudos de interpretação. Esta influência refletiu-se, nomeadamente, a nível teórico, tendo sido publicados diversos trabalhos baseados no livro de De Beaugrande e Dressler, *Introduction to Text Linguistics* (1981), bem como no de Halliday e Hasan, *Cohesion in English* (1976). Com efeito, estas duas obras complementam-se, na medida em que a primeira se foca no conceito de textualidade e a segunda incide de forma mais detalhada sobre os mecanismos de coesão textual. No seu conjunto, as duas obras fornecem um enquadramento teórico relevante para o estudo da coesão textual e dos seus mecanismos.

Porém, no que concerne especificamente aos mecanismos de coesão textual, é de referir que a tipologia de Halliday e Hasan (1976) foi concebida com base no funcionamento da língua inglesa. Uma vez que o presente trabalho incide também sobre a língua portuguesa, recorreu-se adicionalmente a Lopes e Carapinha (2013), que propõem outras formas de agrupar os mecanismos de coesão textual em função das especificidades do português. Em todo o caso, é de salientar que também estas propostas derivam da classificação originalmente concebida por Halliday e Hasan (1976). Nos parágrafos que se seguem, apresentaremos os mecanismos de coesão textual, tomando em consideração as diferenças entre as propostas classificativas.

Consoante a natureza das relações que instituem no texto, os mecanismos de coesão podem ser agrupados em dois grandes blocos: mecanismos léxico-gramaticais e mecanismos semânticos. A Tabela 2, abaixo, ilustra esta divisão bem como a distribuição das categorias propostas por Halliday e Hasan (1976) e Lopes e Carapinha (2013):

Tabela 2. Mecanismos de coesão textual.

MECANISMOS DE COESÃO TEXTUAL	
Mecanismos Léxico-Gramaticais	Mecanismos Semânticos
HALLIDAY E HASAN (1976)	
Coesão lexical (<i>lexical cohesion</i>)	Referência (<i>reference</i>)
Substituição (<i>substitution</i>)	Conjunção (<i>conjunction</i>)
Elipse (<i>ellipsis</i>)	
LOPES E CARAPINHA (2013)	
Coesão lexical	Coesão referencial
	Coesão interoracional e interfrásica
	Coesão temporal

No grupo dos mecanismos léxico-gramaticais, encontramos a coesão lexical, que é assegurada por processos como a repetição, a sinonímia, a hiperonímia, a meronímia e a metonímia. A coesão lexical prevê a substituição de um termo por outro, estando ambos relacionados através dos referidos processos, e pode ainda manifestar-se na escolha de itens pertencentes a uma mesma família lexical ao longo de um texto, gerando a desejável continuidade semântica. Segundo a perspetiva de Halliday e Hasan (1976), a substituição e a elipse situam-se ao mesmo nível da coesão lexical, já que, tal como esta última, são mecanismos responsáveis por assegurar a continuidade do significado léxico-gramatical.

No bloco dos mecanismos semânticos, a referência ou coesão referencial resulta do estabelecimento de cadeias de referência entre, no mínimo, dois elementos de um texto, sendo que um deles apenas adquire identidade semântica por via da sua relação com o outro elemento da cadeia, esse sim semanticamente independente. Segundo Halliday e Hasan (1976), a referência pode ser textual (endófora) ou situacional (exófora), consoante o elemento independente da cadeia se encontre explicitamente referido no texto ou consoante este seja inferível a partir do contexto extralinguístico. Sendo textual, a referência pode ser anafórica, se o elemento independente surgir antes do dependente, ou catafórica, se surgir depois.

A coesão interoracional e interfrásica é fruto das relações instauradas por conectores que unem orações e frases, marcando nexos semânticos de diversa ordem. A par da coesão interoracional e interfrásica, Lopes e Carapinha (2013) apresentam a categoria da coesão temporal, que diz respeito ao emprego correlativo dos tempos verbais bem como à utilização de advérbios e locuções adverbiais temporais. Em Halliday e Hasan (1976), estas encontram-se numa categoria única, que os autores designam de conjunção. Este tipo de mecanismo coesivo apresenta a particularidade de não se tratar de uma relação anafórica (ou catafórica) no sentido em que os conectores não remetem para uma parte anterior ou posterior do texto. Os conectores marcam, antes, relações entre ideias expressas no texto, conferindo-lhe continuidade semântica e, simultaneamente, potenciando a antecipação da mensagem que o emissor pretende veicular.

As duas propostas classificativas em apreço (cf. Tabela 2) convergem na criação de categorias dedicadas à coesão lexical, que diz respeito a fenómenos de repetição e substituição lexicais, à coesão referencial, decorrente da utilização de diferentes tipos de anáforas, e à coesão interoracional e interfrásica, referente ao uso de conectores para criar frases complexas. A proposta de Halliday e Hasan (1976) contempla, ainda, as categorias da substituição e da elipse, que Lopes e Carapinha (2013) subsumem, respetivamente, na coesão lexical e na coesão referencial. Na proposta de Lopes e Carapinha (2013), surge a categoria da coesão temporal, que Halliday e Hasan (1976) integram na categoria da conjunção.

Estas diferenças poderão ser atribuídas ao facto de as duas propostas classificativas terem sido concebidas em função de uma língua específica, sendo que, em cada caso, se representa as categorias consideradas mais paradigmáticas dos mecanismos coesivos de cada língua. Refira-se, a título de exemplo, a criação, por parte de Lopes e Carapinha (2013), de uma categoria autónoma

para a coesão temporal, visto tratar-se de um fenómeno mais produtivo em língua portuguesa do que inglesa, devido à riqueza aspetual da primeira.

Finalmente, é de referir que, na *Gramática do Português*, Mendes (2013) expõe uma proposta mais abrangente, que não se enquadra na divisão concetual apresentada na Tabela 2 e que contém apenas três tipos de mecanismos de coesão textual, a saber: coesão referencial, coesão temporal e coesão estrutural. A coesão lexical é considerada como uma manifestação de coesão referencial e o mesmo se aplica às categorias da substituição e da elipse⁶⁹ (Halliday & Hasan, 1976). Tal como em Lopes e Carapinha (2013), também em Mendes (2013) se mantém uma categoria dedicada à coesão temporal. A coesão interfrásica e interoracional (Lopes & Carapinha, 2013) e a categoria da conjunção (Halliday & Hasan, 1976) passam a figurar numa categoria única designada de coesão estrutural. É nesta proposta simplificadora e conciliatória que nos basearemos nas secções 2.2 e 2.3 dedicadas, respetivamente, à coesão referencial e à coesão estrutural.

2.2 Coesão Referencial

A coesão referencial diz respeito à continuidade engendrada pela retoma do significado referencial de um item (i.e., a entidade do mundo real para a qual esse item remete) que é introduzido no discurso pela segunda vez, criando elos anafóricos. A coesão referencial é, assim, indissociável do conceito de anáfora. No presente trabalho, traçamos uma divisão principal entre anáfora nominal (2.2.1) e pronominal (2.2.2), cujas denominações refletem a natureza morfológica do termo anafórico. A anáfora nominal encontra-se dividida em anáfora correferencial e não correferencial, consoante o grau de identidade entre os dois polos da cadeia anafórica.

Além da anáfora nominal e pronominal, abordamos também a elipse (ou anáfora zero), que implica o recurso a argumentos vazios na cadeia referencial, e a anáfora resumptiva, que dá conta de relações anafóricas estabelecidas quer por via nominal (nomes e/ou advérbios) quer por via pronominal. Por último, cabe salientar que, ao longo das seguintes subsecções, incidiremos sobre

⁶⁹ Note-se, porém, que a noção de elipse empregada por Halliday e Hasan (1976) não é idêntica àquela que se inclui na coesão referencial e que abordaremos no item 2.2.3.1. No presente trabalho, quando falamos de elipse referimo-nos à possibilidade de elidir o pronome em posição de sujeito, e não à possibilidade de elidir conteúdos proposicionais mais longos – esta última aceção compatível com a de Halliday e Hasan (1976).

a utilização anafórica dos pronomes e expressões nominais, excluindo os casos em que estes são usados com valor catafórico ou exofórico/deítico.

2.2.1 Anáfora Nominal

Falamos de anáfora nominal quando o termo anafórico é um nome ou grupo nominal. Perante uma anáfora nominal, importa saber se o termo anafórico e o antecedente remetem para a mesma entidade do mundo real. Em caso afirmativo, tratar-se-á de uma anáfora nominal correferencial e, em caso negativo, de uma anáfora nominal não correferencial, também designada na literatura de anáfora associativa.

2.2.1.1 Anáforas correferenciais

Na anáfora correferencial (ou direta), o termo antecedente e o anafórico remetem para uma mesma entidade do mundo real, encontrando-se o termo anafórico geralmente dependente do antecedente. Tal é o caso do exemplo (1), em que o antecedente “a solidariedade” fixa a referência da expressão que o retoma mais à frente:

- (1) A solidariedade é indispensável à vida em sociedade. Sem **esse valor**, as relações sociais desumanizam-se.

(adaptado de Lopes & Carapinha, 2013, p. 56)

Como afirma Figueiredo (2001), a anáfora nominal correferencial “resulta de um prolongamento natural do antecedente por meio de repetição ou de substituição” (p. 398). No exemplo que se segue, apresentamos um caso de anáfora nominal por repetição:

- (2) Era uma vez um príncipe que amava uma princesa. Mas **o príncipe** era um velho caquético, e **a princesa** uma bela jovem que não o amava.

(Mendes, 2013, p. 1705)

Neste tipo de anáfora, o termo anafórico obtém-se pela repetição do antecedente. Como se pode observar no exemplo (2), em que os termos anafóricos “o príncipe” e “a princesa” retomam, respetivamente, os antecedentes “um príncipe” e “uma princesa”, o processo anaforizante implica também a definitivização do determinante artigo. Desta forma, anuncia-se, para o termo anafórico, o estatuto de informação conhecida; o ouvinte/leitor percebe, então, que a expressão definitivizada não é o elo inicial da cadeia referencial, mas antes um elemento anafórico dessa mesma cadeia, ao qual caberá, portanto, a função de retomar uma expressão previamente veiculada.

Ainda na anáfora nominal por repetição, cabe salientar que a retoma do antecedente pode ser parcial, como ilustra o exemplo 0:

- (3) Era uma vez um homem que era viúvo e tinha uma filha chamada Mariquinhas. **O homem** trabalhava no campo e a filha ia todos os dias levar-lhe o almoço.

(Lopes & Carapinha, 2013, p. 60)

Perante um antecedente extenso, a retoma operada pelo termo anafórico é apenas parcial. Com efeito, o elemento que se repete é o núcleo do grupo nominal antecedente e não a sua totalidade. Tal como no caso anterior, o termo anafórico surge precedido de artigo definido. Em alternativa ao artigo definido, um determinante demonstrativo pode também ser usado para marcar a retoma anafórica:

- (4) Era uma vez um homem que era viúvo e tinha uma filha chamada Mariquinhas. **Esse homem** trabalhava no campo e a filha ia todos os dias levar-lhe o almoço.

(adaptado de Lopes & Carapinha, 2013, p. 60)

A anáfora pode ser estabelecida por meio de repetição, como vimos, e ainda por meio de substituição. Ao substituir o elemento anafórico por um termo relacionado com o antecedente, nomeadamente um sinónimo ou um hiperónimo, é possível formar uma anáfora nominal, como ilustram, respetivamente, os exemplos (5) e (6):

- (5) Entrou na loja uma menina. **A garota** parecia assustada.

(Lopes & Carapinha, 2013, p. 60)

- (6) Ele comprou um cavalo de corrida que já foi três vezes campeão. **O animal** é lindo.

(Mendes, 2013, p. 1708)

Este tipo de anáfora favorece uma maior diversidade vocabular e, tal como em exemplos anteriores, também em (5) e (6) verificamos que o termo anafórico é introduzido pelo artigo definido, sinalizando a retoma. Segundo Lopes e Carapinha (2013, p. 61), a anáfora por substituição sinonímica ou meronímica ilustra bem como a coesão lexical, produto de relações semânticas entre palavras, pode ser colocada ao serviço da coesão referencial.

Não sendo nem um sinónimo nem um hiperónimo, o termo relacionado poderá ser outro elemento que convoque uma leitura metonímica ou metafórica, conforme demonstram os seguintes exemplos:

- (7) Foram enviados 200 soldados das Nações Unidas para a zona de conflito. **Estes capacetes azuis** não vão combater: têm por missão proteger a população civil.
- (8) – Ó tio, o que é que acha destas suas sobrinhas-netas?
– Ai filha! **Estas pérolas** são lindas.

(Lopes & Carapinha, 2013, p. 61)

Nestes dois casos, a retoma implica processos inferenciais mais profundos, dada a maior distância concetual entre os dois polos da cadeia anafórica. No primeiro caso, a expressão anafórica retoma apenas um elemento constitutivo do antecedente, que simbolicamente o representa. Assim, a fim de resolver a anáfora, o ouvinte/leitor deverá mobilizar conhecimentos extralinguísticos, nomeadamente o facto de os soldados das Nações Unidas serem conhecidos por envergarem capacetes de cor azul. No segundo caso, a leitura metafórica resulta da projeção do referente num domínio concetual distinto, inscrevendo no discurso a subjetividade do emissor. Assim, no exemplo (8), o referente “estas sobrinhas-netas” é designado pela expressão anafórica “estas pérolas”, que não só retoma o valor referencial da expressão antecedente como também imprime no discurso a afeição que o emissor nutre pelas sobrinhas-netas.

Por fim, é de realçar que a correferência não implica necessariamente a existência de uma relação anafórica. Por outras palavras, duas expressões distintas podem designar a mesma entidade sem que uma dependa da outra para adquirir significado. Vejamos o exemplo (9):

- (9) Foi publicado hoje o último livro de José Saramago. **O prémio Nobel português da Literatura** não chegou a ver essa obra impressa.

(Mendes, 2013, p. 1707)

As duas expressões destacadas designam a mesma entidade no mundo real, o escritor português galardoado com o Prémio Nobel da Literatura, José Saramago. Porém, cada uma delas é dotada de autonomia referencial, ou seja, uma expressão não retoma o valor referencial da outra. Por este motivo, estamos perante um caso de correferência sem anáfora.

2.2.1.2 Anáforas não correferenciais

Do mesmo modo que a correferência não implica necessariamente anáfora, também uma anáfora não gera necessariamente correferência. Tal é o caso das anáforas não correferenciais ou associativas. Segundo Figueiredo (2001), a anáfora associativa é uma anáfora nominal que “resulta de processos inferenciais, de saberes partilhados” (p. 398). A mesma autora explica, ainda, que “a anáfora por associação (...) é não-correferencial – o referente da anáfora não figura

no contexto linguístico anterior –, e estabelece-se por via de uma relação meronímica de parte/todo – [pressupondo-se o] saber partilhado por uma mesma comunidade linguística” (p. 405). Considere-se o seguinte exemplo:

(10) A casa da Ana é linda. **A sala** ficou muito bem decorada.

(Mendes, 2013, p. 1708)

Cada uma das expressões destacadas possui um referente distinto e, por esse motivo, não existe uma relação de correferência entre ambas. Existe, porém, uma relação anafórica, uma vez que a segunda expressão (o termo anafórico “a sala”) se encontra referencialmente dependente da primeira (o antecedente “a casa da Ana”). A resolução desta anáfora implica o conhecimento de que uma casa, na sua aceção prototípica, possui uma sala. Embora aqui estejamos perante uma relação meronímica (parte/todo) entre o termo anafórico e o antecedente, são de diversa ordem as relações semânticas que podem dar origem à anáfora associativa, tais como: ação/agente, ação/objeto, membro/conjunto, objeto/material e atividade/fase (Lopes & Carapinha, 2013, p. 67).

Ao contrário do que acontece na anáfora nominal correferencial, na anáfora associativa o termo anafórico introduz um novo referente. Por ser apresentado como um dado já conhecido – graças a inferências suportadas pelo conhecimento partilhado entre emissor e destinatário –, esse termo surge acompanhado de artigo definido, como acontece em (10). Note-se que, na anáfora associativa, o artigo definido não pode ser substituído pelo demonstrativo; tal apenas é possível na anáfora (nominal) correferencial (cf. exemplo (4)).

No exemplo (10), o conhecimento da relação entre casa e sala é de âmbito geral. Todavia, não podemos esquecer que determinadas comunidades (e.g., regiões ou países) partilham um saber cultural próprio, que escapa ao conhecimento comum. Por exemplo, na frase “Fui à noite de S. João. Os martelos eram ensurdecadores”, a relação anafórica entre “noite de S. João” e “os martelos” será perceptível para um cidadão português, principalmente nortenho, que sabe que na noite de S. João, no norte do país, as pessoas carregam martelos de plástico munidos de assobios e com eles vão martelando nas cabeças umas das outras, criando um ruído ensurdecador. Um cidadão de outra nacionalidade poderá ser incapaz de resolver esta anáfora por não ter acesso a esse conhecimento.

A Figura 8, abaixo, resume de forma esquematizada os vários tipos de anáfora (nominal) relativamente à eventual correferência entre os polos da cadeia referencial:

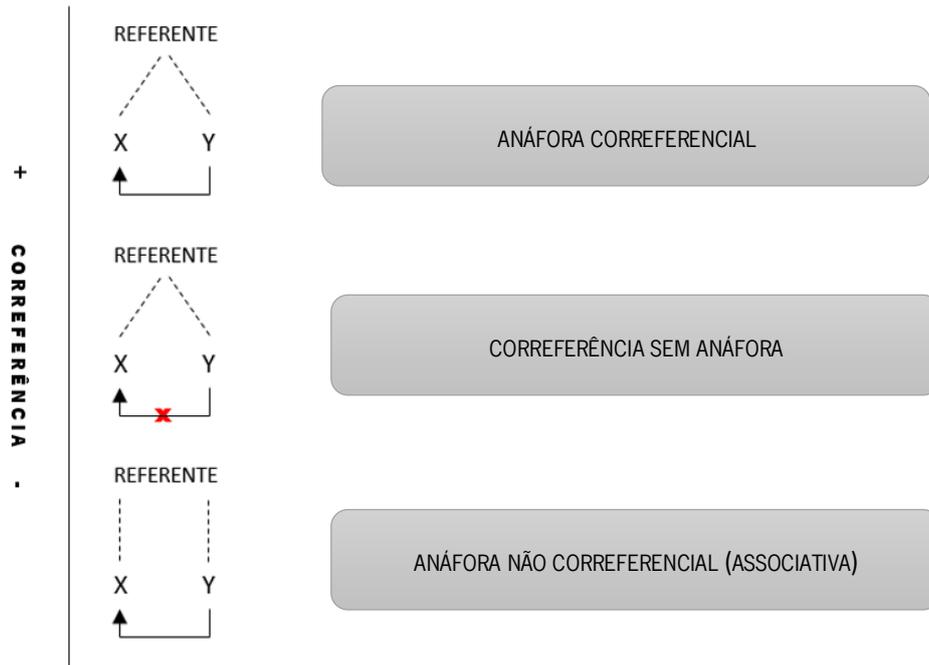


Figura 8. Classificação da anáfora com base na correferência.

Na anáfora correferencial, os dois polos da cadeia referencial remetem para o mesmo referente e existe dependência referencial entre ambos. Configuram instâncias de anáfora (nominal) correferencial a anáfora nominal por repetição e a anáfora nominal por substituição.

No caso da correferência sem anáfora, não se verifica dependência referencial, embora o antecedente e o anafórico remetam para o mesmo referente. Neste tipo de configuração, a retomada é operada por uma paráfrase que evoca o mesmo referente da expressão antecedente, apresentando um funcionamento semelhante ao da anáfora nominal por substituição.

Por último, na anáfora não correferencial, verifica-se dependência referencial, mas o antecedente e o anafórico remetem para referentes distintos. Este tipo de anáfora resulta de processos inferenciais, em larga medida suportados por conhecimentos partilhados entre emissor e destinatário.

2.2.2 Anáfora Pronominal

Ao contrário da anáfora nominal, que prevê casos de correferência e de não correferência, a anáfora pronominal desencadeia obrigatoriamente uma leitura correferencial. Com efeito, o termo anafórico pronominal apenas pode ser interpretado mediante a ligação que estabelece com o respetivo antecedente, originando, assim, uma relação de correferência, já que ambas as expressões possuem o mesmo referente no mundo real.

Como indica a própria designação, a anáfora pronominal implica o recurso a pronomes. Estes mantêm uma relação de identidade referencial com o antecedente, estabelecendo cadeias anafóricas. Devido ao seu funcionamento, os pronomes são considerados pró-formas, ou seja, formas linguísticas que ocupam o lugar de outras funcionalmente equivalentes. Além dos pronomes, as restantes pró-formas (e.g., verbais, adverbiais, oracionais) também instauram cadeias anafóricas, mas, ao invés de promoverem identidade referencial como os pronomes, promovem antes a continuidade léxico-gramatical⁷⁰. Apesar desta distinção, optámos por reunir pronomes e pró-formas numa secção dedicada ao mesmo mecanismo de coesão (i.e., a referência e, dentro desta, a anáfora pronominal) devido ao facto de serem ambos elementos de natureza pro(-)nominal capazes de gerar coesão anafórica.

2.2.2.1 Pronomes

Partindo do exemplo abaixo fornecido, podemos definir a anáfora pronominal como uma relação anafórica em que os termos são heterogéneos, quer do ponto de vista das categorias linguísticas a que pertencem – um nome e um pronome –, quer do ponto de vista da sua autonomia referencial – o antecedente tem autonomia referencial mas o termo anafórico não tem.

- (11) A partilha mostra às crianças que **elas** não estão sozinhas, o que **as** torna mais seguras e menos introvertidas. (Sharing shows children that **they** are not alone, which makes **them** safer and less introverted.)

(CETEMPúblico)

Neste caso, o pronome “elas”, que retoma o nome “crianças”, assume a função de sujeito da oração subordinada completiva, evitando a repetição do antecedente. Embora os pronomes não possuam autonomia referencial, estes “não são destituídos de carga semântica, pois contêm marcas de género e número que permitem estabelecer relação com o termo antecedente” (Paludo, 2014, p. 59). No exemplo (11), essas marcas contidas no pronome indicam ao ouvinte/leitor que o antecedente deverá ser um grupo nominal plural, do género feminino. À cadeia anafórica ilustrada em (11) pertence também o pronome acusativo “as”, que retoma o mesmo antecedente

⁷⁰ Não queremos com isto dizer que apenas os pronomes têm função coesiva referencial, ou que apenas as pró-formas têm função coesiva léxico-gramatical. Considere-se, por exemplo, as pró-formas adverbiais “so” e “such”, por um lado, e o pronome genérico “one”, por outro. Segundo a tipologia de mecanismos de coesão textual proposta por Halliday e Hasan (1976), estas contribuem para promover, respetivamente, a coesão referencial e a coesão léxico-gramatical.

que o elo inicial da cadeia (“crianças”). Este exemplo demonstra que o termo anafórico pronominal pode desempenhar funções sintáticas diversas, ainda que retome o mesmo antecedente.

A tradução apresenta igualmente uma cadeia anafórica composta por três elos: o antecedente “children”, o pronome sujeito “they” e o pronome complemento “them”. A língua inglesa não prevê distinção de género para a maioria dos nomes nem para a forma plural dos pronomes. Assim, o único indício morfossintático que nos pode auxiliar na identificação da relação anafórica é a concordância em número entre o nome (“children”) e os dois pronomes (“they”, “them”). Tal como em português, o inglês suporta formas distintas do pronome de acordo com a função sintática que este desempenha na frase.

No domínio dos pronomes pessoais, podemos ainda deparar-nos com pronomes reflexos e recíprocos⁷¹. Estes pronomes apresentam um funcionamento distinto dos restantes pronomes pessoais na medida em que o seu antecedente faz obrigatoriamente parte da mesma oração em que se encontra o pronome. Considere-se o seguinte exemplo:

(12) A Maria acha que a Clara **se** penteou.

Neste caso, o antecedente do pronome “se”⁷² não pode ser o sujeito da frase complexa (“Maria”), uma vez que este tipo de pronome exige que o antecedente faça parte da mesma oração, que aqui corresponde a uma subordinada completiva. Assim, obtém-se uma leitura correferencial entre o pronome e o sujeito da completiva (“Clara”).

⁷¹ Os pronomes reflexos implicam um duplo papel semântico para o sujeito, na medida em que este é simultaneamente agente e paciente da acção. Os pronomes recíprocos, por sua vez, exprimem a reciprocidade da acção entre os sujeitos. Os pronomes reflexos e recíprocos podem ser reforçados, respetivamente, pelas expressões “a si próprio” e “um ao outro”, com as devidas variações morfológicas. Atentemos nos seguintes exemplos de Lobo (2013a, p. 2211):

(i) A criança lavou-se (a si própria).

(ii) As crianças lavaram-se (umas às outras).

Em (i), temos uma construção reflexa, em que a acção é praticada pelo sujeito e recai sobre o mesmo. Em (ii), poderíamos ter uma interpretação semelhante (i.e., cada criança se lava a si própria), mas a indicação entre parênteses aponta para uma leitura recíproca. Neste caso, entende-se que os sujeitos designados pelo grupo nominal antecedente desempenham, no decurso da acção, os papéis de agente e paciente. Em inglês, os pronomes reflexos implicam a adição de “self” (ou “selves”, no plural) aos pronomes pessoais de complemento (cf. (iii)) e os recíprocos requerem a expressão “each other” ou “one another” (cf. (iv)):

(iii) He cut himself.

(iv) They looked at each other.

⁷² Refira-se que nem todas as formas do pronome “se” são reflexas ou recíprocas. Além da reflexividade e da reciprocidade, o pronome “se” pode assumir valor impessoal (cf. (i)) e apassivante (cf. (ii)):

(i) Vende-se casas.

(ii) Vendem-se casas.

Os pronomes reflexos e recíprocos são intrinsecamente anafóricos, ao contrário dos restantes pronomes pessoais, que tanto podem assumir um valor anafórico como deítico (ou exofórico). As expressões deíticas têm a sua referência definida pela situação de enunciação. Assim, os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoas, do singular e do plural, são deíticos, uma vez que a correta identificação do seu referente implica o conhecimento do contexto enunciativo.

Além de designar o emissor e o recetor, o pronome de primeira pessoa do plural (“nós”/“we”) pode também estender-se a uma terceira entidade. Nesse caso, o pronome pode ser alusivo ao quadro institucional que evoca e não à presença física de outros participantes na situação comunicativa. Pense-se, por exemplo, num deputado que no seu discurso utiliza o pronome “nós”/“we” para designar o seu grupo parlamentar, assumindo-se como uma espécie de porta-voz (Halliday & Hasan, 1976, p. 50). Este uso é recorrente nos discursos proferidos nas sessões plenárias do PE e surge associado a questões de poder e de ideologia (cf. 2.5.2).

Ao contrário dos pronomes de primeira pessoa, os de terceira pessoa são tipicamente anafóricos, podendo assumir valor deítico sempre que remetam para uma entidade presente na situação de enunciação e não no contexto linguístico. Em inglês, merece destaque o pronome “it”, na medida em que pode não só remeter para um objeto, como em (13), mas também para um conteúdo proposicional mais extenso, como em (14).

(13) I ate the whole cake. **It** was delicious.

(14) It rained day and night for two weeks. The basement flooded and everything was under water. **It** spoilt all our calculations.

(Halliday & Hasan, 1976, p. 52)

No exemplo (14), interessa-nos a segunda ocorrência do pronome, já que a primeira é expletiva, portanto não anafórica. Nesse caso, o pronome “it” permite duas leituras, embora retome, em ambas, um conteúdo proposicional mais extenso do que em (13). A primeira leitura sugere que o pronome retoma um antecedente que pode ser resumido pela expressão “chuva intensa”, aproximando-se da função que desempenha no exemplo (13). A segunda leitura retoma um conteúdo mais extenso, isto é, “o facto de ter chovido tão intensamente”. É de salientar que esta duplicidade afeta a semântica do nome “calculations”, visto que a primeira leitura desencadeia uma conotação física (i.e., dados) e a segunda uma conotação abstrata (i.e., previsões).

Os dois valores referenciais assumidos pelo pronome “it”, ilustrados nos exemplos (13) e (14), são igualmente assumidos pelos demonstrativos “this” e “that”, mas é o segundo valor, de retoma proposicional ampla, que destacamos no seguinte exemplo:

(15) When Steve Bannon was on the cover of "Time," if you'll recall, supposedly **that** created some tension within the campaign because Donald likes to be the number one. (Quando Steve Bannon esteve na capa da "Time", se bem se lembram, alegadamente **isso** criou alguma tensão na campanha porque o Donald gosta de ser o número um.)

(Corpus of Contemporary American English)

O demonstrativo, tal como o pronome “it”, retoma um conteúdo proposicional extenso, que pode ser parafraseado da seguinte forma: “o facto de Steve Bannon ter estado na capa da Time”. A utilização dos pronomes demonstrativos para retomar conteúdos proposicionais extensos verifica-se também em português, como evidencia o item destacado a negrito na tradução do exemplo (15). Em vez do pronome “isso”, poderíamos ter optado por “isto” ou “aquilo”, sendo certo que em português é sempre um pronome demonstrativo invariável que desempenha esta função resumptiva.

Esta característica permite apontar a diferença entre os pronomes demonstrativos variáveis e invariáveis, em português. Segundo Vilela (1999), “os pronomes invariáveis *isto, isso, aquilo* distinguem-se dos restantes pela ausência do sema ‘determinação’” (p. 219), o que pode tornar mais difícil a recuperação do antecedente de um pronome invariável comparativamente à de um pronome variável⁷³. Sobre o uso destas formas invariáveis em português, Raposo (2013) refere que:

a caracterização semântica destes pronomes inclui um valor para o traço semântico nominal [+concreto] (...). Se esse valor é positivo (i.e., [+concreto]), o pronome recobre a categoria de ‘objeto material’ (...); quando o valor do traço é negativo (i.e., [-concreto]), o pronome recobre categorias semânticas como ‘facto’, ‘situação’, ‘hipótese’, ‘ideia’ ou ‘valor abstrato’ (p. 893)

Conclui-se, assim, que, tanto em português como em inglês, os pronomes demonstrativos⁷⁴ podem assumir um valor referencial concreto, designando um objeto (cf. exemplo (13)), ou um valor

⁷³ Porém, quando os pronomes demonstrativos invariáveis são usados exoforicamente, pode ser-lhes atribuído um referente concreto, como na frase “Isso é dele”, em que o pronome retoma um qualquer objeto presente no contexto extralinguístico.

⁷⁴ O conjunto dos pronomes demonstrativos a que nos referimos aqui corresponde, em português, aos pronomes invariáveis e, em inglês, aos pronomes “this”, “that”, “these” e “those”, consensualmente considerados como os elementos prototípicos da classe dos demonstrativos nesta língua.

abstrato, retomando conteúdo proposicional mais ou menos extenso (cf., respetivamente, segunda e primeira leituras do exemplo (14)) e dessa forma dando origem a anáforas resumptivas (cf. 2.2.3.2).

2.2.2.2 Outras pró-formas

A par dos pronomes, as chamadas pró-formas são também elementos capazes de instaurar elos anafóricos entre duas ou mais expressões. As pró-formas são itens lexicais (geralmente monolexicais) que substituem material verbal de extensão variável, cuja referência, tal como a dos pronomes, pode ser recuperada a partir do contexto linguístico ou extralinguístico. Além dos pronomes, existem não só pró-formas adverbiais e verbais, como também oracionais e frásicas, que surgem no lugar de orações e de frases, respetivamente.

Nos exemplos (16) e (17), são usadas pró-formas adverbiais:

(16) São Miguel, a mais populosa das ilhas (90.495 inscritos) mostrou 44,4 por cento de abstenções e é **lá** que o PSD recolhe o grosso dos votos.

(CETEMPúblico)

(17) A Urbanização da Bela Vista foi construída no início dos anos 80, no âmbito de um contrato de desenvolvimento de habitação celebrado entre o antigo Fundo de Fomento da Habitação (actual IGAPHE), a Caixa Geral de Depósitos e a empresa construtora Amadeu Gaudêncio, tendo **então** a Câmara Municipal do Montijo favorecido a aquisição de um terreno e procedido à isenção de taxas por ser um contrato de habitação social com custos limitados.

(CETEMPúblico)

As pró-formas adverbiais “lá” e “então” retomam, respetivamente, os antecedentes “São Miguel” e “no início dos anos 80”. Em ambos os casos, a utilização da pró-forma gera uma relação anafórica, que, atendendo ao valor semântico dos advérbios em questão, desenha linhas de continuidade ora espacial ora temporal.

Em inglês, a versatilidade das pró-formas enquanto marcadores de substituição manifesta-se frequentemente no domínio verbal:

(18) He never succeeded in his ambitions. He might have **done**, had it not been for the restlessness of his nature. (Ele nunca alcançou as suas ambições. Poderia **tê-lo feito**, se não fosse a sua natureza inquieta.)

(adaptado de Halliday & Hasan, 1976, p. 113)

Em (18), a pró-forma verbal “do” retoma um grupo verbal anterior (“succeeded in his ambitions”). Na generalidade dos casos, é possível optar por utilizar apenas o verbo “do” ou por usar “do” em associação com o advérbio “so”⁷⁵. Se considerarmos a tradução deste exemplo, verificamos que existe a possibilidade de usar o verbo “fazer” como pró-forma verbal, tal como “do”, mas torna-se necessária a introdução do pronome “(l)o”, equivalente a “so”. Neste caso, é o pronome “(l)o” que efetua a retoma anafórica da oração anterior. Quando é usado autonomamente, “so” configura uma substituição oracional, como em (19):

(19) “Is he going to pass the exam?” “I hope **so**.” (Ele vai passar no exame? Espero que **sim**.)

(adaptado de Halliday & Hasan, 1976, p. 113)

Diversamente do que acontece em (18), aqui a pró-forma encontra-se precedida de um verbo pleno⁷⁶, assumindo a função de argumento interno do predicado verbal. Ela é correferente com uma oração, ou seja, retoma a oração que a precede. Em caso de resposta negativa, teríamos em vez de “so” a pró-forma “not” (“I hope not”), com igual capacidade de retoma oracional. Em português, numa utilização semelhante a (19), as pró-formas “so” e “not” seriam equivalentes a “sim” e “não”, precedidos da conjunção integrante “que”. Embora sejam tradicionalmente considerados advérbios, Bechara (2009, p. 292) explica que, quando estes marcadores retomam enunciados textuais como respostas, não são advérbios, mas pró-orações, isto é, elementos substitutos de oração.

Embora as pró-formas e os pronomes contribuam para a eficiência discursiva, é importante garantir um equilíbrio entre a brevidade destes elementos e a clareza do discurso. A este respeito, De Beaugrande e Dressler (1981) alertam para o facto de que “pro-forms [and pronouns] save processing effort by being shorter than the expressions they replace, but if those expressions are hard to locate or determine, the savings are lost again on search and matching operations” (p. 64). Os mesmos autores advertem, ainda que “anaphora can still be troublesome if there is a lengthy stretch of text before the pro-form appears (...). By then, the original elements could have been displaced from active storage and other candidates may be mistakenly called.” (p. 60).

⁷⁵ Porém, em determinadas circunstâncias, poderá ser obrigatória ou inadmissível a introdução deste advérbio (cf. Halliday & Hasan, 1976, pp. 116–117, 122).

⁷⁶ Com verbos copulativos, “so” pode desempenhar a função de complemento predicativo do sujeito, substituindo um adjetivo.

2.2.3 Entre a Anáfora Nominal e a Anáfora Pronominal

Situadas num contínuo entre a anáfora nominal e a pronominal, sem pertencerem de forma mutuamente exclusiva nem a uma nem a outra categoria, a elipse e a anáfora resumptiva merecem, neste trabalho, um apartado próprio. De seguida, explicitamos o funcionamento destes dois tipos de relação anafórica.

2.2.3.1 Elipse

Segundo Matos (2013), a elipse é um fenómeno sintático que consiste na “omissão fonética de material linguístico que, no entanto, é recuperado semanticamente pelo ouvinte/leitor (...) a partir de expressões linguísticas que ocorrem no mesmo enunciado ou num enunciado anterior (...), ou do contexto situacional em que se insere o enunciado” (p. 2351). A elipse não impede, portanto, que a mensagem do emissor seja veiculada na íntegra, nem tão-pouco constitui um fator impeditivo da comunicação. As construções elípticas permitem ao emissor evitar a repetição⁷⁷, mas nem sempre servem este propósito retórico-discursivo. Vejamos o seguinte exemplo:

(20) O Pedro rachou a cabeça. Por isso \emptyset teve de ir ao hospital.

(Vilela, 1999, p. 425)

Neste caso, o sujeito da oração coordenada conclusiva não se encontra expresso, ou seja, não tem realização lexical. Trata-se de um sujeito nulo, pois, embora não tenha realização lexical, está implícito na forma verbal (Lobo, 2013c)⁷⁸. O sujeito nulo ilustrado em (20) é designado de subentendido. A par deste, existem outros dois tipos de sujeito nulo: o expletivo, que marca a posição do sujeito em construções com verbos impessoais, e o indeterminado, que tem por antecedente uma entidade não especificada (Dicionário Terminológico, s.d.). No presente trabalho, interessa-nos o sujeito nulo subentendido, por ser o único dos três com valor anafórico.

Segundo Matos (2003, p. 872), é o facto de a expressão não realizada ser ou não redundante que distingue a elipse propriamente dita da elipse do sujeito, que consiste num fenómeno gramaticalmente justificado. Estamos, portanto, perante um caso particular de elipse, que diverge da aceção acima explicitada na medida em que o material linguístico elidido não é redundante.

⁷⁷ Note-se que a repetição pode ser motivada por questões enfáticas ou estilísticas e, nesse caso, a sua utilização é intencional.

⁷⁸ Para um estudo aprofundado sobre sujeitos nulos, ver Barbosa (1995).

Dada esta divergência, torna-se pertinente esclarecer que, no âmbito do presente trabalho, a elipse deve ser entendida apenas como elipse do sujeito. Lopes e Carapinha (2013) utilizam igualmente a designação de anáfora zero para se referir a este tipo de relação anafórica em que um antecedente é retomado por um item sem realização lexical, desempenhando a função de sujeito sintático.

A elipse implica, assim, o apagamento do termo anafórico. Todavia, isso não invalida que o termo anafórico seja capaz de instituir uma relação anafórica com o seu antecedente, dado que “a reconstituição do texto sem recurso à elipse implicaria necessariamente uma relação de retoma anafórica directa ou co-referencial” (Marques, 2009, p. 38). Com efeito, em (20), o argumento vazio é correferente com o sujeito explícito da oração matriz (“Pedro”), podendo ser substituído quer por uma expressão nominal (e.g., o rapaz) quer pelo pronome correspondente (“ele”).

Por último, importa salientar que a elipse não é uma propriedade universal das línguas. A língua portuguesa bem como outras línguas românicas (e.g., italiano e espanhol) contam com um sistema de morfologia flexional rico, que permite a elipse do sujeito gramatical em orações finitas. Por seu turno, o inglês é uma língua de sujeito não nulo e, como tal, não contempla esta possibilidade, salvo se o sujeito nulo se inserir numa frase no modo imperativo (cf. (21)) ou numa oração coordenada⁷⁹ (cf. (22)).

(21) \emptyset Hurry up or you'll be late.

(22) Today they got up and \emptyset went for a walk before breakfast.

De Beaugrande e Dressler (1981, pp. 67–68) acrescentam a possibilidade de, em inglês, o sujeito ser elidido em orações independentes, devido à tendência deste argumento para preservar o seu papel de tema. Vejamos o seguinte exemplo, fornecido pelos mesmos autores:

(23) He's always asleep. \emptyset Goes on errands fast asleep... I'm proud of that boy – \emptyset wouldn't part with him on any account.

(Dickens, 1947, p. 55, citado em De Beaugrande & Dressler, 1981, p. 67)

Estamos perante dois sujeitos nulos – o primeiro anafórico e o segundo não anafórico, por se referir à pessoa enunciativa. Em ambos os casos, o ouvinte/leitor terá tendência para identificar o sujeito elidido com o sujeito da oração anterior. No entanto, é de salientar que as orações em

⁷⁹ Porém, segundo Lobo (2013c), deve admitir-se a possibilidade de a omissão do sujeito nulo em orações coordenadas se tratar de um “fenómeno de redução oracional, característico das estruturas de coordenação, e não de um sujeito nulo” (p. 2316, nota de rodapé 14).

que se inserem os sujeitos nulos apenas podem ser consideradas independentes porque a pontuação assim o dita. Se o ponto final fosse substituído por uma vírgula ou pela conjunção “and”, teríamos orações coordenadas.

Na senda do que foi referido sobre o uso de pró-formas e pronomes, o recurso à elipse requer igualmente equilíbrio entre brevidade e clareza discursivas. Se, por um lado, a ausência de elipses torna o texto pesado e cansativo, por outro, o seu uso frequente pode tornar o texto demasiado vago, anulando os benefícios deste mecanismo linguístico (De Beaugrande & Dressler, 1981, p. 69).

2.2.3.2 Anáfora Resumptiva

A anáfora resumptiva (também designada de concetual) resulta de processos de nominalização, adverbialização e pronominalização. Este tipo de anáfora permite condensar numa expressão única – um grupo nominal, um advérbio/locução adverbial ou um pronome – material discursivo previamente fornecido. Começando pela nominalização, consideremos o seguinte exemplo:

(24) O Governo aumentou novamente os impostos. **A medida** levantou uma onda de contestação social.

(Mendes, 2013, p. 1709)

Neste caso, o grupo nominal “a medida” retoma, de forma neutra, a ação denotada pelo grupo verbal antecedente (i.e., aumentar os impostos). Outra estratégia comum de retoma resumptiva por nominalização consiste no recurso a uma forma morfológicamente derivada, nomeadamente através do nome deverbal associado ao verbo contido na expressão antecedente:

(25) O Governo aumentou novamente os impostos. **O aumento** levantou uma onda de contestação social.

(adaptado de Mendes, 2013, p. 1708)

À semelhança da anáfora nominal por substituição metafórica, este tipo de anáfora permite ainda ao emissor imprimir uma posição mais ou menos marcada acerca do conteúdo proposicional a que se refere. Retomemos o exemplo anterior, com uma modificação:

(26) O Governo aumentou novamente os impostos. **A infame medida** levantou uma onda de contestação social.

(adaptado de Mendes, 2013, p. 1708)

A introdução do adjetivo evidencia a avaliação negativa associada ao antecedente. Noutros casos, o próprio nome usado para a retoma contém já em si um determinado valor semântico, dispensando o recurso a elementos modificadores⁸⁰.

A anáfora resumptiva pode ocorrer, ainda, por adverbialização. Neste caso, ao invés de um nome, é um advérbio ou locução adverbial que assume a função anafórica, como em (27), em que o advérbio de modo “assim” retoma todo o conteúdo proposicional anterior:

(27) Estive a soro durante 5 dias, tomei dois antibióticos e muitos antipiréticos. Foi **assim** que curei a minha gripe do último inverno. (I was on a drip for five days, took two antibiotics and many antipyretics. **That's how** I cured my flu last winter.)

(Lopes & Carapinha, 2013, p. 70)

Em inglês, o advérbio “thus” ou a locução “like that” poderiam desempenhar a mesma função que “assim”. Porém, a formulação mais natural seria uma construção como “that is how”. As duas últimas alternativas envolvem o pronome demonstrativo, elemento desencadeador da anáfora resumptiva por pronominalização, que descrevemos de seguida.

A anáfora resumptiva por pronominalização implica a retoma anafórica através dos pronomes demonstrativos e, concretamente em português, dos pronomes demonstrativos invariáveis “isto”, “isso” ou “aquilo”. Vejamos o seguinte exemplo:

(28) Mudou a estrutura familiar, os filhos e as filhas têm cada vez menos tempo para cuidar de pessoas que não produzem, e os idosos são os que mais sofrem com **isto**.

(Lopes & Carapinha, 2013, p. 71)

O pronome “isto” retoma e resume o conteúdo da oração precedente. Para além dos demonstrativos, alguns pronomes pessoais, quer em inglês quer em português, podem assumir esta função resumptiva, designadamente o pronome “it” (cf. exemplo (14)) e o pronome pessoal masculino do caso acusativo, o clítico “o”, como ilustra o seguinte exemplo:

(29) Pedi-lhe que fechasse a janela, mas ele não **o** fez.

Tal como em (18), a anáfora decorre do recurso à pró-forma verbal associada ao pronome acusativo, parafraseável por “isso” em posição pós-verbal. Note-se que o pronome “o” pode igualmente assumir valor demonstrativo quando seguido do pronome relativo “que” ou da preposição “de”, oscilando o seu estatuto entre o de pronome demonstrativo (Vilela, 1999, pp.

⁸⁰ Sobre a modificação adjectival na anáfora nominal, ver Silva e Ferreira (2008).

220–221) e o de artigo definido em sintagma nominal elíptico (Raposo, 2013, pp. 909–910), mas não possui valor resumptivo em nenhum dos casos.

A anáfora resumptiva afigura-se uma estratégia útil porquanto permite uma certa economia de expressão. Porém, importa notar que a sua natureza agregadora pode trazer ambiguidade à resolução anafórica ou até impor uma carga excessiva sobre a memória e processamento cognitivo do ouvinte/leitor, nomeadamente nos casos da adverbialização e da pronominalização.

2.3 Coesão Estrutural

A coesão estrutural é assegurada por relações sintático-semânticas entre dois ou mais constituintes. Estas relações, por sua vez, resultam de processos hipotáticos e paratáticos. A hipotaxe consiste na dependência sintática e semântica entre um constituinte hierarquicamente superior e um ou mais constituintes estruturalmente subalternos. Na parataxe, não se verifica essa dependência hierárquica, ou seja, os constituintes unidos por este mecanismo não dependem sintática nem semanticamente uns dos outros. A hipotaxe e a parataxe são, assim, processos de articulação de orações, que implicam um maior ou menor grau de dependência formal entre elas. Consoante as orações sejam articuladas hipotaticamente ou parataticamente, falamos, respetivamente, de frases complexas e de frases compostas⁸¹.

Os conceitos de hipotaxe e parataxe são tidos como sinónimos de subordinação e coordenação, respetivamente, reportando-se aos vários tipos de ligação que os elementos de um texto podem manter entre si. Porém, no contexto específico da frase complexa e composta, interessam-nos as ligações que servem para unir orações e essas são tipicamente descritas em termos de subordinação e de coordenação. Apesar desta distinção terminológica, é inegável a estreita relação entre hipotaxe/parataxe e subordinação/coordenação, dado que as segundas são manifestações das primeiras. Considerando, então, que hipotaxe e parataxe são conceitos mais genéricos, optámos por adotar as designações de subordinação e de coordenação. Nas secções que se seguem, apresentamos os vários tipos de orações subordinadas (2.3.1) e coordenadas (2.3.2).

⁸¹ Quirk et al. (1985, p. 719) empregam as expressões “complex sentences” e “compound sentences”, para designar, respetivamente, frases formadas por hipotaxe e por parataxe.

2.3.1 Estruturas de Subordinação

A subordinação é um processo hipotático de articulação de constituintes, que, como referimos, implica a dependência sintática e semântica entre orações. Assim, as estruturas de subordinação são compostas por uma oração subordinante, da qual dependem uma ou mais orações subordinadas.

Nesta relação de dependência, a oração subordinada pode estar mais ou menos encaixada na oração subordinante. Mediante o grau de imbricação da oração subordinada na subordinante, podemos falar de orações subordinadas integradas ou periféricas. Porém, independentemente do maior ou menor grau de imbricação, a oração subordinada não deixa de ser um constituinte da frase complexa, nela desempenhando a função sintática de sujeito, complemento ou modificador e exprimindo diversos valores semânticos. De seguida apresentamos uma tabela sinóptica das estruturas de subordinação, com base no *Dicionário Terminológico*:

Tabela 3. Tipologia de orações subordinadas.

MECANISMO	TIPO DE ORAÇÃO (I)	TIPO DE ORAÇÃO (II)
SUBORDINAÇÃO	ORAÇÃO SUBORDINADA SUBSTANTIVA	Completiva
		Relativa
	ORAÇÃO SUBORDINADA ADJETIVA	Relativa restritiva
		Relativa explicativa
	ORAÇÃO SUBORDINADA ADVERBIAL	Causal
		Final
		Temporal
		Concessiva
		Condicional
		Comparativa
	Consecutiva	

2.3.1.1 Subordinação Substantiva

A propósito da subordinação substantiva, refere Duarte (2003b) que “a frase subordinada [constitui] um argumento de um dos núcleos lexicais da frase superior, tendo, por isso, uma distribuição aproximada da das expressões nominais” (p. 595), o que – acrescenta a mesma

autora em nota de rodapé – explica a denominação “substantiva”, derivada do termo usado na tradição gramatical luso-brasileira para designar a classe dos nomes (i.e., substantivo).

As orações subordinadas substantivas completivas desempenham a função de sujeito ou complemento, constituindo, assim, argumentos selecionados pelo respetivo predicador, que poderá ser verbal, nominal ou adjetival. Atentemos nos seguintes exemplos:

(30) É possível que chova amanhã. (It is possible (that) it will rain tomorrow.)

Neste caso, a oração completiva desempenha a função sintática de sujeito da frase. Além de poder figurar como sujeito frásico, a oração completiva pode, igualmente, desempenhar a função de complemento:

(31) O Pedro disse que gosta de queijo. (Peter said (that) he likes cheese.)

A completiva desempenha, em (31), a função de complemento direto, um argumento interno selecionado pelo verbo “dizer”. No entanto, as orações completivas podem desempenhar outras funções de complemento, nomeadamente oblíquo, igualmente selecionado pelo verbo:

(32) Quase me esquecia de que hoje é o seu aniversário. (I almost forgot (that) today is his birthday.)

Nas orações completivas com função de oblíquo, a língua portuguesa exige a introdução de preposição, ao passo que em inglês não se verifica essa necessidade. Em inglês, não é necessária a preposição neste caso, nem naqueles em que a oração completiva tem função de sujeito ou complemento. Como evidenciam as traduções dos exemplos (30), (31) e (32), em inglês é facultativa a presença da conjunção que prototipicamente introduz a oração completiva (“that”)⁸².

A oração completiva pode ser igualmente selecionada por um predicador nominal (cf. exemplo (33)) ou adjetival (cf. exemplo (34)):

(33) Não temos provas de que ele tenha cometido o crime. (We have no evidence (that) he committed the crime.)

(34) Estou certo de que hoje é o seu aniversário. (I’m sure (that) today is his birthday.)

Finalmente, as orações completivas podem ser finitas, conforme ilustrado nos exemplos (30) a (34), ou não finitas. Em contexto finito, estas orações são introduzidas, em português, pelas

⁸² Segundo Cunha e Cintra (1992), “depois de certos verbos que exprimem uma ordem, um desejo ou uma súplica, a língua portuguesa permite a omissão da integrante *que*.” (p. 597).

conjunções “que”, “se” ou “para” e, em inglês, por “that”, “whether” ou “if”. Em contexto não finito, podem ser completivas as construções infinitivas (em português, com infinitivo flexionado ou não flexionado; em inglês, apenas com o segundo), gerundivas ou participiais.

No âmbito da subordinação substantiva, como se pode ver na Tabela 3, o *Dicionário Terminológico* comporta uma distinção entre subordinação substantiva completiva e subordinação substantiva relativa. Apesar desta distinção, as orações subordinadas substantivas relativas apresentam um funcionamento muito semelhante ao das subordinadas substantivas completivas. Ambas desempenham a função de sujeito ou complemento, podendo ocorrer em construções finitas ou não finitas. Contudo, as relativas distinguem-se das completivas por poderem desempenhar, além das funções de sujeito e complemento (direto, indireto e oblíquo), a função de modificador do grupo verbal, como no seguinte exemplo:

(35) Ela compra roupa onde calha.

(*Dicionário Terminológico*)

Estas orações caracterizam-se, ainda, por serem introduzidas pelos pronomes relativos “quem”, “o que”, “onde” e “quanto”. No entanto, não devem ser confundidas com as subordinadas adjetivas relativas, já que, em termos do seu funcionamento sintático, estas últimas se aproximam da classe dos adjetivos – daí a sua designação – e não da dos substantivos, como é o caso das orações subordinadas substantivas, quer sejam relativas quer sejam completivas.

2.3.1.2 Subordinação Adjetiva

Quando falamos de subordinação adjetiva, referimo-nos concretamente às orações subordinadas adjetivas relativas. Estas são introduzidas por pronomes relativos, que podem ou não ser precedidos de preposição, e desempenham função sintática de modificador (restritivo ou apositivo). As orações subordinadas adjetivas relativas subdividem-se em restritivas e explicativas, dependendo do seu grau de associação com o núcleo nominal que modificam. Considere-se, e contraste-se, os seguintes exemplos:

(36) O livro que comprei ontem está em cima da mesa.

(37) O livro, que comprei ontem, está em cima da mesa.

No primeiro caso, estamos perante uma oração relativa restritiva e, no segundo, perante uma oração relativa explicativa. Em (36), a oração relativa introduz informação sem a qual não é

possível identificar o livro em questão e, como tal, restringe o conjunto de livros aos quais o falante possa estar a referir-se. Em (37), a informação que se fornece acerca do livro é de carácter adicional e, por conseguinte, facultativa. É por este motivo que, na escrita, a relativa explicativa é separada por vírgulas do resto da frase. Na oralidade, esta característica é veiculada pela entoação. A relativa restritiva forma, com o sujeito, uma unidade prosódica, ao passo que a relativa explicativa requer uma pausa, primeiramente, entre o sujeito e a oração relativa e, seguidamente, entre esta e a restante frase.

No âmbito das orações relativas, importa, ainda, referir as orações apositivas de frase (cf. exemplo (38)) e as relativas sem antecedente expresso ou relativas livres (cf. exemplo (39)), que, embora se aproximem sob diversos aspetos das orações acima analisadas, apresentam algumas particularidades. O exemplo que se segue contém uma oração apositiva de frase:

(38) Cheguei a casa e estava tudo arrumado, o que me surpreendeu.

Em (38), a oração relativa simultaneamente retoma a proposição anterior e transmite um comentário acerca do seu conteúdo. O pronome “o que” poderia ser substituído por um pronome demonstrativo invariável (ou em inglês, pelo pessoal “it”) numa nova oração. Por conseguinte, esta construção aproxima-se da anáfora resumptiva por pronominalização anteriormente descrita (cf. 2.2.3.2). Nem sempre o pronome relativo possui um antecedente, quer este seja um grupo nominal quer seja uma frase. Quando assim é, falamos de relativas sem antecedente expresso ou relativas livres, que se exemplifica em (39):

(39) Conheço quem te possa ajudar.

Ao contrário das orações relativas que vimos até ao momento (cf. exemplos (36) a (38)), esta oração desempenha a função de complemento direto da oração matriz. Trata-se, portanto, de uma estrutura de subordinação substantiva, nomeadamente relativa, que abordámos na subsecção anterior. Porém, pareceu-nos relevante retomar aqui a sua explicação através do contraste com as subordinadas adjetivas relativas.

Segundo Brito e Duarte (2003, p. 667), há três razões que permitem distinguir as subordinadas substantivas relativas das adjetivas relativas: (i) nas orações substantivas relativas, uma vez que não há antecedente expresso, não é possível usar os morfemas relativos “cujo” e “o qual”; (ii) o pronome “quem” pode ser usado como sujeito ou como complemento direto; (iii) quando o morfema relativo é precedido de preposição, esta pode ser selecionada apenas pelo verbo da

oração subordinante ou simultaneamente pelo verbo da oração subordinante e pelo verbo da oração subordinada.

Finalmente, tal como as orações subordinadas substantivas, as subordinadas adjetivas podem também ser finitas ou não finitas. Quando são introduzidas pelo pronome relativo e o verbo se encontra no modo indicativo ou conjuntivo, trata-se de orações adjetivas finitas. Na ausência do pronome relativo, que pode ser mitigada pela introdução de uma preposição, o verbo surge no infinitivo (em português, flexionado ou não flexionado), no gerúndio ou no participio passado, dando origem a orações adjetivas não finitas.

2.3.1.3 Subordinação Adverbial

As orações subordinadas adverbiais são orações introduzidas por conjunções ou locuções conjuncionais, que evocam valores semânticos diversos e que desempenham, na frase principal, a função sintática de modificador (da frase ou do grupo verbal). De seguida, apresentamos um exemplo de cada um dos tipos de oração subordinada adverbial em função do seu valor semântico:

(40) Hoje vou ficar em casa, **porque** tenho de terminar o segundo capítulo.

Em (40), a oração destacada veicula a causa que está na origem do evento descrito na oração subordinante. Trata-se de uma oração subordinada adverbial causal.

(41) **Para** que consigas terminar o segundo capítulo hoje, tens de trabalhar mais.

Em (41), estamos perante uma oração subordinada adverbial final, que exprime a finalidade da situação que se descreve na oração subordinante.

(42) **Quando** terminar o segundo capítulo, vou passar para o terceiro.

Em (42), a oração subordinada fornece a referência temporal que deve guiar o ouvinte/leitor na sua interpretação da oração subordinante. Trata-se, por conseguinte, de uma oração subordinada adverbial temporal.

(43) **Embora** tenha de terminar o segundo capítulo, vou dar um passeio.

A oração destacada em (43) exprime uma noção de contraste relativamente àquilo que é dito na oração subordinante. Com efeito, neste exemplo, está implícita a ideia de contradição entre as

ações contidas em cada oração (terminar o capítulo, na subordinada, e dar um passeio, na subordinante); estamos perante uma oração subordinada adverbial concessiva.

(44) **Se** hoje conseguir terminar o segundo capítulo, vou dar um passeio.

Em (44), a conjunção “se” introduz uma oração que contém a condição para que a ação descrita na oração subordinante se possa realizar. Trata-se, portanto, de uma oração subordinada adverbial condicional. Neste exemplo, a oração subordinada exprime uma realidade factual, ou seja, se a condição expressa na subordinada se verificar, o evento descrito na subordinante irá realizar-se⁸³.

(45) Hoje escrevi **mais** do que ontem.

Em (45), efetua-se uma comparação entre o grau de realização do evento descrito pelo verbo de cada uma das orações, que tipicamente coincide – motivo pelo qual este constituinte é muitas vezes elidido na oração subordinada (“hoje escrevi mais do que [escrevi] ontem”). A oração destacada é, então, uma subordinada adverbial comparativa.

(46) Escrevi tanto esta manhã, **que** de tarde vou dedicar-me apenas à leitura.

A construção apresentada em (46) evidencia uma relação de causa-efeito, em que a oração subordinante exprime a consequência resultante do evento descrito na subordinada. Trata-se, portanto, de uma oração subordinada adverbial consecutiva. O nexos de causalidade traduz-se na possibilidade de parafrasear a consecutiva por uma causal: “Como escrevi tanto esta manhã, de tarde vou dedicar-me apenas à leitura”. Acresce que as adverbiais consecutivas, tal como as comparativas, permitem exprimir a noção de grau, pelo que são consideradas construções de graduação.

De um modo geral, as orações subordinadas adverbiais têm mobilidade na frase, podendo surgir não só em posição inicial ou final de frase, mas também encaixadas entre os constituintes da frase superior. Constituem exceção a esta regra as subordinadas adverbiais comparativas e consecutivas, que não podem ser antepostas à oração subordinante – um dos motivos pelos quais estas orações se distinguem dos restantes tipos de orações subordinadas adverbiais (Lobo, 2013b).

⁸³ Existem, além das factuais, orações condicionais hipotéticas e contrafactuais (Brito, 2003, pp. 706–709).

2.3.2 Estruturas de Coordenação

Na coordenação, cada uma das orações que compõe a frase composta conserva a sua autonomia frásica, ao contrário do que acontece na subordinação. As orações ligadas por coordenação podem coocorrer com conjunções e conetores adverbiais e preposicionais, que marcam de forma explícita a conexão entre elas. Porém, nem sempre a conexão entre orações coordenadas se encontra lexicalmente codificada na frase. Falamos, no primeiro caso, de coordenação sindética e, no segundo, de coordenação assindética. As conjunções coordenativas exprimem valores de adição, oposição, disjunção (inclusiva e exclusiva), explicação e conclusão.

À semelhança do que fizemos na secção anterior, apresentamos uma tabela sinóptica das estruturas de coordenação, com base no *Dicionário Terminológico*:

Tabela 4. Tipologia de orações coordenadas.

MECANISMO	TIPO DE ORAÇÃO (I)	TIPO DE ORAÇÃO (II)
COORDENAÇÃO	ORAÇÃO COORDENADA	Copulativa
		Disjuntiva
		Adversativa
		Conclusiva
		Explicativa

As orações coordenadas copulativas são introduzidas pela conjunção “e”, cujo principal valor semântico é o da adição, como em (47):

(47) A Ana ficou em casa **e** a Maria foi ao cinema.

A função da conjunção consiste em combinar duas orações que, mediante este processo, se convertem numa única frase composta. Embora este seja o valor mais frequente da conjunção “e”, esta pode assumir outros valores semânticos, nomeadamente conclusivo, condicional, adversativo, de sequencialidade temporal e de simultaneidade temporal (Mendes, 2013, p. 1721). Atentemos nos seguintes exemplos:

(48) Tinha que acabar o segundo capítulo **e** fiquei em casa.

Em (48), a conjunção exprime um valor conclusivo, na medida em que a situação expressa na segunda oração surge como conclusão da primeira. O valor conclusivo da conjunção torna-se evidente se a substituirmos pela locução “por isso”.

(49) Acaba hoje o segundo capítulo e logo vamos dar um passeio.

Na construção ilustrada em (49), a primeira oração exprime a condição que permitirá a realização da situação descrita na segunda. Poderíamos parafraseá-la por uma frase complexa contendo uma subordinada adverbial condicional: “Se acabares hoje o segundo capítulo, logo vamos dar um passeio”.

(50) Li imenso sobre o assunto e continuo confusa.

O exemplo (50) ilustra uma oposição entre o conteúdo proposicional dos termos coordenados. Tal como no caso anterior, também aqui poderíamos recorrer a uma estrutura subordinada, nomeadamente, concessiva, para parafrasear a frase composta: “Embora tenha lido imenso sobre o assunto, continuo confusa”.

(51) Cheguei à biblioteca e abri os livros.

A conjunção copulativa exprime, em (51), um valor de sequencialidade temporal. Este valor semântico contribui para a ordenação temporal das situações descritas nos termos coordenados, sendo frequentemente explorado para fins narrativos (Sousa, 1996).

(52) Eu estava a ler e elas estavam a fazer os trabalhos de casa.

Por sua vez, em (52), a mesma conjunção desencadeia uma leitura de simultaneidade entre as ações descritas nos termos coordenados. Essa leitura é possibilitada pela presença de duas orações com predicados aspetualmente estativos (Mendes, 2013, p. 1723)⁸⁴.

A diferença entre estes dois casos prende-se com a possibilidade de alterar a ordem dos termos coordenados. Quando a conjunção exprime valor de sequencialidade, a alteração da ordem resulta em enunciados incoerentes. Por exemplo, alterando a ordem dos termos coordenados em (51), o resultado seria uma frase anómala, que não se coaduna com o nosso conhecimento do mundo (“Abri os livros e cheguei à biblioteca”). Por sua vez, o valor de simultaneidade expresso pela mesma conjunção copulativa não apresenta restrições no que se refere à alteração da ordem dos termos coordenados, uma vez que as situações descritas em cada oração são simultâneas.

A coordenação disjuntiva é expressa pela conjunção “ou”, que traduz o valor de alternativa entre duas situações, como em (53):

⁸⁴ Para informações mais detalhadas acerca dos contextos que favorecem e bloqueiam a leitura de simultaneidade temporal, ver Mendes (2013, p. 1723).

(53) A D. Ana está a caminhar muito devagar **ou** está magoada.

Estamos perante um caso de disjunção inclusiva, pois ambas as proposições podem ser verdadeiras, sendo certo que pelo menos uma o é. Quando apenas uma das proposições é verdadeira, falamos de disjunção exclusiva:

(54) Estás em casa **ou** estás na biblioteca?

A resposta à pergunta apresentada em (54) implica uma leitura exclusiva, na medida em que apenas uma das proposições é verdadeira; ambas não podem ser simultaneamente verdadeiras. A coordenação disjuntiva pode, ainda, ter um valor de condição negativa, semelhante ao valor condicional que pode assumir a conjunção copulativa “e”. Retomemos o exemplo (49), aqui renumerado:

(55) Acaba hoje o segundo capítulo **ou** logo não vamos dar um passeio.

Tal como em (49), também em (55) o primeiro termo coordenado exprime a condição necessária para que o evento contido no segundo termo coordenado se realize. Do mesmo modo, esta construção é parafraseável por uma frase complexa com subordinação adverbial condicional, mas formulada pela negativa: “Se não acabares hoje o segundo capítulo, logo não vamos dar um passeio”.

Como vimos, as conjunções “e” e “ou” representam, respetivamente, a coordenação copulativa e disjuntiva. No que se refere à coordenação adversativa, esse estatuto paradigmático pertence à conjunção “mas”. Esta conjunção exprime um contraste entre duas proposições⁸⁵, tal como a construção copulativa com valor adversativo analisada em (50), abaixo renumerada:

(56) Li imenso sobre o assunto, **mas** continuo confusa.

Neste tipo de frase, o segundo termo coordenado descreve uma situação contrária àquela que seria expectável perante aquilo que é dito no primeiro. Trata-se de uma interpretação concessiva e, tal como o exemplo (50), também este poderia ser parafraseado pela mesma frase complexa: “Embora tenha lido imenso sobre o assunto, continuo confusa”. Note-se, porém, que nem sempre a conjunção adversativa tem valor concessivo, principalmente quando as orações possuem sujeitos distintos, como em:

(57) O Pedro já chegou, **mas** a Maria ainda não está pronta.

⁸⁵ A este propósito, refira-se que, segundo Halliday e Hasan (1976, p. 237), a conjunção “mas” é uma espécie de termo *portmanteau* que significa “e contudo”, contendo simultaneamente os valores de adição e de oposição.

Neste caso, a conjunção serve apenas o propósito de contrastar duas situações, pelo que não lhe pode ser atribuído um valor concessivo.

Finalmente, além da coordenação copulativa, disjuntiva e adversativa, temos ainda a conclusiva e a explicativa. Nas orações coordenadas conclusivas e explicativas, o termo coordenado introduzido pela conjunção marca, respetivamente, uma conclusão e uma explicação relativamente à situação descrita pelo outro termo coordenado. Vejamos:

(58) Estou atrasada, **logo** tenho de me despachar.

(59) Tenho de me despachar, **pois** estou atrasada.

Em (58), o segundo termo coordenado consiste numa oração coordenada conclusiva e, em (59), numa oração coordenada explicativa, introduzidos, respetivamente, pelas conjunções “logo” e “pois”⁸⁶.

Desta breve descrição das estruturas de coordenação e, anteriormente, das estruturas de subordinação, conclui-se que a coesão textual será tanto mais forte quanto maior for a integração sintática entre os constituintes (Mendes 2013, p. 1715). Assim, as orações subordinadas apresentam maior coesão do que as orações coordenadas. Porém, como tentámos demonstrar, existe quase sempre a possibilidade de transmutar frases complexas em frases compostas e vice-versa. É precisamente este aspeto que nos parece relevante para o estudo da interpretação: a possibilidade de preservar a coesão textual no discurso interpretado mediante a conversão de estruturas hipotáticas em paratáticas e vice-versa.

2.4 O Contributo da Estrutura Temática e Informacional para a Coesão Textual

Ao longo do presente capítulo, tentámos demonstrar que um texto resulta, em parte, da multiplicidade de interligações que se estabelecem entre os elementos que o compõem. A essa intrincada rede de interligações, a essa tessitura, dá-se o nome de coesão textual ou “conetividade

⁸⁶ As orações conclusivas e explicativas podem ser consideradas casos de suplementação e não de coordenação, por apresentarem propriedades que as afastam das estruturas coordenativas prototípicas (i.e., as copulativas, as disjuntivas e as adversativas), tais como o facto de ligarem constituintes de natureza oracional e o de não aceitarem processos de elipse (Mendes, 2013, p. 1733). Trata-se, em todo o caso, de orações paratáticas, visto que a suplementação, tal como a coordenação, consiste num processo paratático, categoria na qual se inclui, ainda, a justaposição.

sequencial” (Duarte, 2003a, p. 89). Nesta secção, pretendemos demonstrar o papel da estrutura temática e informacional no estabelecimento da coesão textual.

2.4.1 Estrutura Temática e Estrutura Informacional

Grande parte dos elementos que se vão combinando, e dessa forma compondo a tessitura do texto, evocam entidades do mundo real. Em virtude desta relação entre o mundo real e o mundo textual, podemos definir o texto, em termos cognitivos, como “um processo de ativação de elementos pertencentes ao conjunto de conhecimentos e suposições partilhados pelos intervenientes na produção e interpretação desse texto e, simultaneamente, como um processo de introdução e armazenagem de elementos cognitivos novos.” (Duarte, 2003a, p. 118). Os elementos cognitivos a que se refere a autora, ativados no e pelo texto, e que pertencem ao conjunto de conhecimentos e suposições partilhados por emissor e recetor, constituem tópicos. Importa, pois, perceber de que modo é que os tópicos se apresentam e distribuem no texto.

Genericamente, um tópico corresponde ao assunto de um texto. Naturalmente, um texto pode versar sobre mais do que um tópico, pelo que se torna necessário traçar uma distinção entre tópico discursivo e tópico frásico⁸⁷ (van Dijk, 1976). O primeiro é uma espécie de macrotópico, que corresponde ao principal assunto do texto, sendo que, em princípio, um texto terá apenas um tópico discursivo. Por sua vez, o tópico frásico situa-se ao nível da frase, sendo expectável que um texto contenha vários tópicos frásicos. Outra distinção importante concerne à natureza mais ou menos abstrata do tópico. Embora o caso mais paradigmático seja o tópico que denota uma entidade física do mundo real, podem igualmente configurar tópicos entidades abstratas, tais como conceitos, situações, propriedades, relações, entre outros.

No plano sintático, o tópico encontra-se geralmente associado ao constituinte ou constituintes que ocupam a posição inicial de frase e por isso coincide frequentemente com o sujeito gramatical. Quando assim é, falamos de um tópico não marcado. Por sua vez, um tópico marcado resulta da deslocação de um constituinte que não o sujeito para o início da frase e tem por função destacar esse constituinte, que, na ordem canónica da frase, não teria o estatuto de tópico (Martins & Costa, 2016). Segundo Pereira (2005a), este tipo de estratégia discursiva, que contempla, entre outras, construções passivas, clivadas e de topicalização, “tem consequências para a elaboração do

⁸⁷ Ao longo da presente secção, o termo “tópico” deve ser entendido como “tópico frásico”.

modelo mental do receptor⁸⁸, ao colocarem uma determinada entidade numa posição mais saliente que outras na estrutura informacional” (p. 269).

O tópico é um dos dois elementos sobre os quais assenta a estrutura da frase. O outro elemento é o comentário, ou seja, aquilo que se diz acerca do tópico⁸⁹ (Mendes, 2013, p. 1743). Assim, um texto vai-se construindo através da sucessão de tópicos e comentários, gerando progressão temática (Fuzer & Cabral, 2014). O esquema de progressão temática mais simples é aquele em que o mesmo tópico é retomado em frases sucessivas, estabelecendo-se uma relação de identidade entre o tópico discursivo e os tópicos frásicos subsequentes. Assim, podemos ter uma sequência de frases sobre uma determinada entidade, que na primeira frase é introduzida por uma expressão nominal e, nas seguintes, é retomada, anaforicamente, por diferentes expressões referenciais. Um outro esquema de progressão temática consiste no encadeamento entre tópico e comentário, em que o comentário de uma frase, ou apenas parte dele, é retomado como tópico da frase seguinte.

O encadeamento entre tópico e comentário pode assentar em relações lexicais, tais como a hiperonímia ou de holonímia. Por outras palavras, o tópico consiste num hipónimo ou merónimo do comentário – ou de um elemento do comentário – da frase anterior. A par desta configuração, podemos encontrar tópicos que se formam através da junção de elementos que integram um tópico e um comentário de frases anteriores. Embora a progressão temática possa assumir diversos formatos, o mais comum é encontrarmos textos em que se cruzam sequências alusivas ao mesmo tópico com outras sequências em que o tópico varia. Em todo o caso, qualquer um dos esquemas de progressão temática acima descritos assenta em processos de retoma anafórica (Koch & Marcushi, 1998).

A estrutura temática, que se prende com a distribuição dos tópicos ao longo do texto, desenhando diferentes esquemas de progressão temática, está profundamente ligada à estrutura informacional, ou seja, a “forma como a informação nova e partilhada está organizada no texto” (Mendes, 2013, p. 1745). Rodrigues e Menuzzi (2011) acrescentam que a estrutura informacional

⁸⁸ Esta autora segue uma orientação cognitiva no seu estudo da anáfora discursiva. Sob esta perspetiva, um discurso dá origem, na mente dos recetores, a um modelo mental. Este, por sua vez, é composto “pelas representações das entidades que vão sendo evocadas ao longo do discurso (...) e pelas propriedades que lhes são atribuídas e pelas relações que são estabelecidas entre essas entidades mentais (Pereira, 2005a, p. 268).

⁸⁹ Na literatura, o binómio tópico-comentário assume designações diversas, que variam em função do quadro teórico. Para uma visão panorâmica da variabilidade terminológica e da complexidade inerente a este assunto, ver Barbosa (2005).

é responsável por “sinalizar ao interlocutor aquilo que o falante crê que é ou não compartilhado por ambos e que, por isso, deve ser ‘atualizado’ nas representações mentais do interlocutor” (p. 209).

Tipicamente, a informação veiculada pelo tópico tem o estatuto de informação conhecida ou partilhada (entre emissor e recetor). Este tem por função (re)ativar uma determinada entidade, concreta ou abstrata, na memória do recetor. Por este motivo, os tópicos frásicos são frequentemente grupos nominais definidos, cuja referência se estabeleceu previamente através do contexto verbal ou não-verbal (cf. 2.2.1.1). Ao comentário cabe a função de introduzir informação nova, que é geralmente transmitida pelos constituintes mais à direita na frase (Duarte, 2003a, p. 122). Considere-se os seguintes exemplos, em que o mesmo sujeito gramatical surge em posição inicial (60) e final (61) de frase:

(60) O Braga ganhou o campeonato.

(61) Ganhou o campeonato o Braga.

Em ambos os casos, o sujeito gramatical é “o Braga”. Porém, a estrutura informacional difere de um caso para o outro. No exemplo (60), o evento descrito pelo comentário “ganhou o campeonato” consiste na informação nova e é, portanto, o foco informacional da frase. Em (61), o constituinte “o Braga”, tópico em (60), é agora responsável por veicular a informação nova, assumindo-se como o novo foco informacional da frase. Conclui-se, assim, que um mesmo constituinte, dependendo da sua localização na frase, pode ser interpretado como informação partilhada ou como informação nova. A diferença entre estes dois exemplos torna-se ainda mais clara se os tomarmos como resposta às perguntas “O Braga ganhou o quê?” e “Quem ganhou o campeonato?”. As respostas fornecidas em (60) e (61) socorrem-se da estrutura informacional para colocar em posição de destaque a informação que se pretende transmitir ao destinatário.

2.4.2 A Relação com o Processamento Anafórico

Os conceitos de estrutura temática, progressão temática e estrutura informacional têm implicações para o modo como o recetor de um texto o processa, nomeadamente no que concerne ao estabelecimento de nexos anafóricos entre duas ou mais expressões. Estes conceitos assumem, em certa medida, uma função procedimental, dando instruções de acesso à informação pretendida. Por exemplo, a codificação de um constituinte frásico como tópico pode fornecer pistas ao recetor sobre a correta identificação do referente de um pronome.

Como vimos, um tópico pode representar uma entidade do mundo real que é tipicamente introduzida no texto por uma expressão referencial definida e que, por conseguinte, possui já uma representação no modelo mental que o destinatário tem do texto. Assim, a expressão linguística utilizada para designar a entidade-tópico codifica o grau de ativação dessa entidade no modelo mental. Um tópico pode ser retomado através de outras expressões referenciais, tanto nominais como pronominais. Porém, a diferença entre retomar esse tópico através de uma expressão nominal ou pronominal prende-se precisamente com o seu grau de ativação. Um tópico ativo será retomado preferencialmente por um pronome, ao passo que um tópico menos ativo poderá ser retomado por um grupo nominal.

Quanto maior for o grau de ativação de um tópico, maior será a probabilidade de que expressões referenciais subseqüentes tenham esse tópico como referente e, por conseguinte, menor será a necessidade de recorrer a expressões nominais. Aliás, o recurso a uma expressão nominal para retomar um antecedente ativo configura um fenómeno designado de Penalidade do Nome Repetido, que origina prejuízos em termos de processamento (Simões & Leitão, 2014).

Esta premissa vai ao encontro da teoria da acessibilidade proposta por Mira Ariel (2001, 2006). Segundo esta autora, as expressões referenciais codificam o grau de acessibilidade dos seus antecedentes. Assim, nos termos da teoria da acessibilidade, um pronome retoma um antecedente mais acessível e um grupo nominal retoma um antecedente menos acessível. No caso particular do português, a distribuição do pronome de terceira pessoa com e sem realização fonética ilustra bem a relevância do tópico e do seu grau de ativação. Considere-se o seguinte exemplo:

(62) O **Pedro** disse ao Afonso que estava cansado e ele/Ø foi-se embora.

A opção entre o pronome realizado e o pronome nulo reflete a diferença entre os graus de ativação dos dois antecedentes possíveis (“Pedro” e “Afonso”). Uma vez que o tópico frásico é “Pedro”, este é o referente mais ativo no modelo mental do ouvinte/leitor e, portanto, o mais acessível. Tendo o grau de máximo de acessibilidade, o tópico é codificado pela expressão mais breve, ou seja, o pronome nulo. O pronome realizado, não sendo a segunda forma mais breve, deve retomar uma entidade menos acessível. Assim, o pronome realizado retomaria, preferencialmente, a entidade não tópica “Afonso”.

O encadeamento entre tópico e comentário está também alinhado com a teoria da centralidade (Grosz et al., 1995). Um dos conceitos basilares desta teoria é o de foco ou centro de atenção, que coincide com o de foco informacional, abordado na secção anterior. De acordo com a teoria

da centralidade, um texto apresenta diversos centros de atenção, havendo uma entidade que se destaca por constituir o centro de atenção preferido (*preferred center*). Por defeito, é esta entidade que se afigura como foco de atenção dos enunciados seguintes. A sequência discursiva básica prevista por esta teoria é aquela em que o centro de atenção preferido de um determinado enunciado se converte no centro de atenção principal do enunciado seguinte. Cada enunciado possui apenas um centro de atenção principal (*backward-looking center*). Por sua vez, esse centro de atenção principal passa a ser o novo centro de atenção preferido, sendo retomado como centro de atenção principal do enunciado seguinte – e assim sucessivamente.

Tal como a teoria da acessibilidade, também a teoria da centralidade assenta no pressuposto de que as entidades que apresentam maior grau de ativação no modelo mental – ou, por outras palavras, aquelas que configuram o foco de atenção no modelo mental – devem ser assinaladas por formas pronominais. Como explica Pereira (2005b), este pressuposto constitui, aliás, uma regra da teoria da centralidade: “uma das regras de *Centering*, a Regra 1 (*Regra do pronome*, segundo Walker, Joshi, & Prince (1998) determina a realização preferencial do [centro de atenção principal] na forma pronominal” (p. 57). No seguimento destas teorias, Carminati (2002) desenvolveu a Hipótese da Posição do Antecedente, que preconiza igualmente a seleção de referentes em posição de maior proeminência como antecedentes de pronomes nulos⁹⁰.

O grau de ativação ou foco de atenção, a que nos referimos no início do parágrafo anterior, remetem para o conceito de saliência. O grau de saliência que uma determinada entidade possui no modelo mental do recetor ajuda-o a identificar a entidade em foco à qual deverá associar uma expressão referencial subsequente. Segundo Almor (2000, p. 343), os fatores que determinam a saliência das várias entidades discursivas são:

- tópico discursivo: uma entidade que seja tópico discursivo será mais saliente do que uma que o não seja;
- *status* informacional: uma entidade que constitua o foco informacional da frase (i.e., informação nova) será mais saliente do que uma que o não seja;
- função gramatical: uma entidade com função de sujeito será mais saliente do que uma entidade que tenha outra função gramatical;

⁹⁰ Para uma visão geral sobre as teorias de processamento anafórico, nomeadamente sobre a interpretação de sujeitos nulos e plenos, ver Luegi (2012) e Luegi et al. (2014).

- construção sintática: uma entidade inserida numa construção canónica do tipo sujeito-verbo-objeto (SVO) será menos saliente do que uma entidade integrada numa construção sintática não canónica;
- ordem de menção: uma entidade mencionada em primeiro lugar será mais saliente do que a(s) que lhe suceda(m);
- quantidade de texto desde a menção mais recente: uma entidade será tanto mais saliente quanto mais próximo o seu referente se encontrar da expressão anafórica que o retoma;
- e
- conhecimento do mundo: uma entidade será tanto mais saliente quanto maior for o seu alinhamento com o conhecimento que o recetor tem do mundo.

Como se pode concluir desta secção, a estrutura temática e a estrutura informacional prendem-se com questões complexas e abrangentes, que convocam diversos níveis de análise, desde a sintaxe, à semântica e à pragmática, passando pela prosódia. Não sendo nosso intuito estudá-las em detalhe, pareceu-nos, no entanto, pertinente apresentar estas vertentes da produção textual, na medida em que fornecem pistas úteis para orientar o processo de resolução anafórica. Numa atividade como a interpretação simultânea, o facto de o intérprete ter conhecimento deste tipo de pistas orientadoras poderá contribuir para aumentar a eficiência do processamento textual e, por conseguinte, para um melhor desempenho.

2.5 A Coesão Textual nos Estudos de Interpretação

Na presente secção, começaremos por fornecer uma breve panorâmica dos estudos sobre coesão em interpretação, focando de seguida a dimensão estratégica dos pronomes e, finalmente, a aplicabilidade da coesão na formação de intérpretes.

2.5.1 Estudos sobre Coesão

Uma das linhas de investigação que tem fomentado o estudo da coesão em interpretação é a avaliação da qualidade. Subjacentes aos estudos sobre qualidade em interpretação têm estado perguntas como: é possível medir a qualidade das interpretações? Se sim, como? Que critérios utilizar? Que dimensões avaliar? Não obstante os desafios metodológicos, os estudos que visam responder a tais perguntas têm contribuído para alcançar um importante consenso na comunidade científica: os critérios para a avaliação da qualidade não são absolutos, mas dependem das

expectativas dos utentes da interpretação (Collados Aís, 1998/2002; Kurz, 2001, 2003). Concretamente, os estudos sobre a qualidade revelaram de forma sistemática que dois dos critérios a que os utentes atribuem maior relevância são a coesão lógica (*logical cohesion*) e a consistência de sentido (*sense consistency*)⁹¹, consolidando, assim, o estatuto da coesão e da coerência como dois dos fatores que mais influem sobre a perceção da qualidade da interpretação por parte dos utentes deste serviço.

A par da qualidade, a questão dos universais de tradução⁹² fomentou igualmente o estudo da coesão, por se considerar que esta propriedade se apresenta de forma distinta em textos originais e em textos traduzidos/interpretados. Com efeito, vários investigadores têm refletido sobre o modo como os tradutores e intérpretes recriam textos coesos na língua de chegada (e.g., Baker, 2011; Hatim & Mason, 1997; Neubert & Shreve, 1992). Shlesinger, em particular, levou a cabo um estudo sobre mecanismos coesivos, partindo da premissa de que os textos interpretados se articulam de uma forma diferente dos textos originais.

Em Shlesinger (1995), o estudo dos mecanismos coesivos relaciona-se com a intenção de verificar se as interpretações produzidas pelos sujeitos apresentam alguma regularidade. Neste estudo, a autora analisa as produções (inglês-hebraico) de estudantes de interpretação a fim de descobrir de que forma são usados os mecanismos coesivos, agrupando-os em quatro categorias: referência, substituição e elipse, conjunção e coesão lexical (conforme Halliday e Hasan (1976)). Este estudo tem por base o conceito de *cohesive shift* (alteração de elo coesivo), que consiste na omissão ou substituição de um elo coesivo por outro pertencente a uma categoria distinta (p. 196). Para a análise propriamente dita, foram selecionadas apenas as alterações consideradas opcionais e não aquelas que são impostas por condicionantes de ordem gramatical.

A categoria da referência diz respeito à utilização de pronomes (e determinantes) pessoais e demonstrativos. De acordo com os exemplos analisados, os intérpretes preservam os pronomes

⁹¹ Adoptamos aqui as designações propostas por Bühler (1986). O seu estudo foi pioneiro no reconhecimento das expectativas dos utentes para a avaliação da qualidade e os critérios listados por esta investigadora têm sido replicados (com pouca ou nenhuma variação) em estudos posteriores dedicados a esta temática (e.g., Zwischenberger, 2013).

⁹² Os universais de tradução consistem em características que são comuns a textos traduzidos e que decorrem – não de especificidades das línguas envolvidas, mas – do próprio processo de tradução (Laviosa-Braithwaite, 2001, p. 289). Vários investigadores têm alimentado o debate sobre os universais de tradução (e.g., Chesterman, 2011; Malmkjær, 2011; Gerzymisch-Arbogast, 2007; Mauranen & Kujamäki, 2004), do qual emergem como candidatos, por exemplo, a simplificação (textos traduzidos tendem a apresentar estruturas lexical, sintática e estilisticamente mais simples do que textos originais) e a explicitação (textos traduzidos tendem a tornar explícito aquilo que nos originais se encontra implícito).

no discurso interpretado ou repetem as expressões retomadas pelos pronomes, em qualquer dos casos mantendo a força da ligação coesiva entre os dois polos da relação anafórica. Nos casos de maior distância entre pronome e antecedente ou em que o pronome é considerado redundante, verifica-se uma tendência para utilizar formas de coesão menos explícitas (e.g., substituição de um determinante artigo, com um referente específico, por um determinante definido com valor genérico), culminando na omissão.

A substituição e a elipse, que neste estudo formam uma categoria única, podem ser descritas como construções elípticas, em que uma expressão é substituída por uma pró-forma ou é elidida mas inferível a partir do contexto verbal. Este estudo revela uma tendência para o recurso à coesão lexical (e.g., através de repetição ou uso de sinónimo) em detrimento quer da substituição quer da elipse. Esta tendência corrobora a hipótese da explicitação (Blum-Kulka, 1986; Shlesinger, 1989), segundo a qual os intérpretes tendem a explicitar material que, no original, se manifesta de forma implícita.

Ainda no âmbito da substituição e elipse, verifica-se, também, uma tendência para a equivalência formal, ou seja, o decalque das estruturas sintáticas do original. Segundo a autora, ambas as tendências podem ser consequências dos constrangimentos que condicionam a interpretação simultânea (e.g., ausência de controlo sobre a velocidade a que é proferido o discurso, ausência de uma visão global do discurso, e ausência de conhecimento partilhado entre orador e ouvinte) e não de quaisquer preferências estilísticas.

A conjunção consiste num mecanismo coesivo que marca relações semânticas entre segmentos textuais. Neste domínio, o estudo aborda os seguintes tipos de conjunções: reformulativas, temporais, enfáticas, causais e aditivas. As conjunções reformulativas, temporais, e enfáticas, por um lado, revelam uma elevada taxa de omissão, e as conjunções causais e aditivas, por outro, são as menos omitidas. A autora atribui estes resultados a uma menor importância relativa do primeiro grupo de conjunções, aparentemente redundantes e/ou menos informativas na ótica dos intérpretes. Simultaneamente, esses resultados parecem indicar que as conjunções causais e aditivas não só dão um contributo mais relevante para o conteúdo informativo da mensagem, como também são mais facilmente recuperáveis a partir do contexto verbal.

Por último, a coesão lexical, que consiste no uso do léxico para criar coesão, é analisada com base na ocorrência de repetições e colocações, que muitas vezes surgem no discurso para marcar um determinado valor enfático e/ou pragmático. Ao nível das repetições, os dados quantitativos

indicam uma taxa de preservação semelhante nos discursos interpretados relativamente aos originais, que aumenta ligeiramente nos casos em que os elementos repetidos são contíguos. Quanto às colocações, verifica-se maior tendência para a omissão, possivelmente devido a um conhecimento insuficiente do contexto verbal e situacional. Acresce que quando uma colocação implica a resolução de inferências que dependem de conhecimento extralinguístico, torna-se mais difícil para o intérprete produzir um equivalente funcional da colocação. Finalmente, a autora faz notar que a omissão deste tipo de colocações ocorre especialmente em fases iniciais do discurso, ou seja, numa altura em que o intérprete não dispõe ainda de informação suficiente para compor uma representação mental do discurso ou para descodificar as intenções comunicativas do orador.

Globalmente, este estudo aponta para uma elevada proporção de omissões em todas as categorias analisadas. A omissão parece afetar preferencialmente elementos que ocorrem em posição final de frase, elementos redundantes ou que não contribuam para o conteúdo informativo do discurso, bem como itens lexicais de baixa frequência. Refira-se, porém, que este estudo previa uma segunda ronda de interpretação do mesmo discurso original, sendo que, nesta ocasião, se verificou um decréscimo não só de omissões, mas também de erros. Outras conclusões globais do estudo são: a tendência para a explicitação como sintoma de *translationese*⁹³; o impacto das alterações de elos coesivos na força ilocutória do discurso; a sua tendência para se concentrarem em início de frase; e a dificuldade de restituição da função pragmática (e da equivalência funcional) de um determinado elo coesivo decorrente de uma segmentação inapropriada do discurso, ou seja, executada em níveis inferiores àqueles nos quais se gera o significado.

Partindo do pressuposto de que a interpretação é influenciada pela especificidade das línguas em que é praticada, Mizuno (1999) replicou o estudo de Shlesinger (1995) para o par de línguas inglês-japonês. Dez estudantes de interpretação, de nível avançado, interpretaram para japonês o mesmo discurso utilizado no estudo de Shlesinger. Mizuno utilizou as mesmas categorias analíticas que Shlesinger, a saber: referência, substituição e elipse, conjunção e coesão lexical.

É na categoria da referência que se verifica uma discrepância mais acentuada entre o estudo de Shlesinger e o de Mizuno. Ao passo que grande parte dos participantes em Shlesinger (1995) preserva os marcadores de referência, a quase totalidade dos participantes em Mizuno (1999) omitem-nos. Isto deve-se ao facto de, em japonês, não se usar pronomes foneticamente realizados

⁹³ Este termo (em português, “tradutês”) designa as traduções que se caracterizam por serem pouco fluentes, devido a uma excessiva influência do texto original.

para designar o sujeito. A este propósito, Mizuno (p. 32) faz referência à questão da acessibilidade, o que remete para a proposta teórica de Ariel (2001, 2006). Como referido (cf. 2.4.2), a teoria da acessibilidade prevê o menor grau de explicitação para pronomes que retomam entidades com grau máximo de acessibilidade. Assim se explica o uso do pronome nulo com referência ao sujeito. Mizuno adverte ainda que, nestes casos, o uso de pronomes expressos pode deturpar o teor do texto. Os resultados relativos à substituição e elipse também diferem dos de Shlesinger e, tal como acontece com a referência, a diferença deve-se a especificidades da língua japonesa, que apresenta restrições ao uso de certas construções elíticas.

Quanto à categoria da conjunção, Mizuno analisou os mesmos marcadores que Shlesinger, nomeadamente: reformulativos, temporais, enfáticos, causais e aditivos. Os marcadores reformulativos apresentam taxas mais elevadas de omissão e os temporais taxas mais elevadas de retenção do que em Shlesinger. Os resultados convergem no caso dos marcadores causais e aditivos, que, em ambos os estudos, exibem níveis de retenção consistentemente acima dos 60%. Por último, no que concerne à coesão lexical, Mizuno analisou apenas a repetição (simples e múltipla), excluindo a colocação. Em comparação com Shlesinger, os resultados indicam taxas de retenção igualmente elevadas para a repetição simples, e, para a repetição múltipla, verificam-se tendências divergentes: os sujeitos nipónicos tendem a reduzir e até eliminar os elementos repetidos, ao passo que os hebraicos tendem a manter ou aumentar o número de elementos repetidos.

As maiores diferenças entre os estudos de Shlesinger e Mizuno verificam-se nas categorias da referência e da substituição e elipse, traduzindo-se num aumento da omissão e do recurso a sinónimos. Como vimos, estes resultados são imputáveis às especificidades gramaticais da língua japonesa, o que vai ao encontro da premissa que motivou o estudo. Com efeito, Mizuno considera que os diferentes modos de funcionamento das línguas influem sobre o processo interpretativo e, como tal, aspetos linguísticos como a ordem de palavras não devem ser descurados no ensino da interpretação. Além deste fator, dada a escassez de dados, o autor limita-se a especular hipóteses que expliquem os resultados obtidos, tais como preferências estilísticas inerentes à língua japonesa ou aos sujeitos, falha de processamento devido a sobrecarga de memória e falhas de conhecimento linguístico ao nível pragmático.

Cerca de uma década após estes trabalhos pioneiros de Miriam Shlesinger e Akira Mizuno, a investigadora polaca Ewa Gumul dedicou-se ao estudo da coesão em interpretação de

conferências, relativamente às línguas inglesa e polaca. Centrando-se na diferença entre a interpretação simultânea e a interpretação consecutiva, Gumul (2008a) examina os marcadores coesivos pertencentes à categoria da conjunção (aditivos, adversativos, causais, temporais, continuativos e enfáticos, conforme Halliday e Hasan (1976)). O estudo revela uma diferença estatisticamente significativa entre os dois modos, tendo-se verificado, por um lado, um maior grau de retenção destes marcadores em modo simultâneo e, por outro, maior variação (i.e., mudança de um marcador por outro pertencente a uma classe diferente) e taxas mais elevadas de omissão no modo consecutivo.

Em Gumul (2012), são estudados os marcadores de referência, tomando novamente como parâmetro a dicotomia consecutiva/simultânea, que surge em diversos trabalhos da autora (Gumul, 2007, 2008a; Gumul & Łyda, 2007). Este estudo incide sobre os pronomes pessoais de primeira⁹⁴ e terceira pessoas, partindo da hipótese de que o modo como estes marcadores são interpretados (i.e., através de retenção, omissão ou mudança de categoria) é afetado pelas condicionantes intrínsecas a cada modo de interpretação.

Os resultados obtidos revelam uma diferença estatisticamente significativa relativamente aos valores médios de retenção e omissão entre simultânea e consecutiva, tendo-se verificado a prevalência da retenção no modo simultâneo e da omissão no modo consecutivo. Relativamente à mudança de categoria, não foram verificadas diferenças relevantes entre os dois modos. Embora a distinção entre pronomes não tenha sido contemplada neste cálculo estatístico, os dados de frequência fornecidos ao longo do artigo indicam que os pronomes de terceira pessoa apresentam taxas inferiores de retenção aos de primeira pessoa, tanto em consecutiva como em simultânea. Os pronomes de terceira pessoa são, portanto, mais suscetíveis à mudança de categoria e à omissão em ambos os modos de interpretação. Os casos de mudança de categoria, nos pronomes de terceira pessoa, contemplam o recurso à referência demonstrativa, à elipse e à coesão lexical, sendo esta última a mais frequente quer em simultânea quer em consecutiva.

No que respeita especificamente à interpretação simultânea, Gumul (2006a) trata da relação entre os marcadores de coesão pertencentes à categoria da conjunção e o comprimento do *ear-voice span* (EVS)⁹⁵. O estudo indica que a presença desses marcadores no discurso leva a um aumento

⁹⁴ A autora tomou a decisão de incluir no estudo os pronomes de primeira pessoa por considerar que, no discurso oral, nem sempre é óbvia a sua referência (Gumul, 2012, p. 160).

⁹⁵ Para uma definição do conceito, ver nota de rodapé 1.

do EVS, sem que isso afete a qualidade dos *outputs* dos intérpretes (estudantes). Isto leva a crer que os mecanismos coesivos facilitam o processamento do discurso-fonte. O EVS mais longo corresponde aos marcadores pertencentes ao domínio das relações causais e adversativas e o mais curto aos marcadores de relações temporais e temporais-conclusivas.

Outro dos tópicos tratados por Gumul é a explicitação, um tema que surge frequentemente relacionado com o estudo da coesão. Em Gumul (2006b), a autora analisa interpretações e comentários retrospectivos de intérpretes com o intuito de perceber se as instâncias de explicitação decorrem de uma questão estratégica ou se são usadas de forma subconsciente. Foram elencadas 16 categorias de explicitação e, em cada uma, foram identificadas as ocorrências consideradas estratégicas e subconscientes. A explicitação subconsciente representa 93,15% de todas as ocorrências e a explicitação estratégica apenas 6,85%, indicando que, na maioria dos casos, a explicitação em interpretação simultânea não é usada de forma consciente. Sobre estes resultados a autora refere, num artigo posterior, que a explicitação subconsciente está maioritariamente relacionada com alterações ao nível dos mecanismos coesivos, ao passo que a explicitação estratégica engloba operações de especificação do significado, desambiguação de metáforas e adição de explicações (Gumul, 2008b, p. 195).

Noutro artigo sobre explicitação, Gumul (2007) analisa o uso de mecanismos coesivos para avaliar o grau de explicitação em interpretação simultânea e consecutiva, tomando em consideração o nível de formação académica em interpretação e a variação intrasujeitos. As ocorrências de explicitação mais frequentes em ambos os modos de interpretação foram: adição de conectores, passagem de coesão referencial a coesão lexical, substituição de nominalizações com grupos verbais, reiteração de itens lexicais e preenchimento de construções elípticas. O estudo demonstra que, globalmente, a explicitação é mais frequente no modo consecutivo do que no simultâneo. Quanto aos fatores acima referidos, não foram verificadas diferenças relevantes entre as prestações dos estudantes mais avançados e dos menos avançados. Por sua vez, a variação intrasujeitos foi elevada, levando a autora a avançar a hipótese de que a explicitação pode ser consequência de comportamentos idiossincráticos por parte dos intérpretes.

Os estudos sobre coesão em interpretação têm incidido maioritariamente sobre a interpretação de conferências em modo simultâneo e, concretamente, sobre línguas orais. McDermid (2014) realizou um estudo experimental em que comparou as prestações de intérpretes experientes e de intérpretes recém-graduados, com vista a identificar o papel dos mecanismos coesivos

pertencentes à categoria da conjunção na fluência do discurso produzido pelos intérpretes, partindo de inglês para língua gestual. Os resultados deste estudo indicam que os intérpretes experientes usam mais elementos conjuntivos do que os recém-graduados e que, mediante avaliação por falantes nativos de língua gestual, os seus discursos são considerados mais fluidos, sugerindo uma correlação entre o uso de mecanismos conjuntivos e a percepção da fluência. É de salientar também a tendência globalmente demonstrada pelos intérpretes – mais expressiva no grupo dos intérpretes experientes – para a utilização de maior número de elementos conjuntivos nos seus discursos dos que os que constavam do discurso original, apontando mais uma vez para o fenómeno da explicitação.

Muitos dos estudos sobre coesão em interpretação, entre os quais se incluem os estudos previamente citados, são tributários da gramática sistémico-funcional e da linguística textual, contendo nas suas listas de referências bibliográficas as obras fundacionais de Halliday e Hasan (1976) e De Beaugrande e Dressler (1981). É também nesta corrente teórico-metodológica que se insere o trabalho de Gallina (1992) acerca da coesão de discursos proferidos no PE por deputados ingleses e italianos, que a autora analisa com base nas categorias de elos coesivos de Halliday e Hasan (1976). Este estudo enfatiza a relevância da coesão para o processamento textual e também para a interpretação simultânea, sublinhando o facto de esta atividade ser afetada não só pelo tipo, mas também pela diversidade da coesão de um determinado discurso (p. 69). Tendo em conta a magnitude que o fator tempo assume em interpretação simultânea e o impacto da coesão na apreensão do discurso, a autora conclui que “in any research work on interpretation, cohesion ought to feature prominently for cohesion is one of the most manifest symptoms of a text developing in time” (p. 70).

Seguindo uma orientação teórica semelhante, Torsello (1996) investiga o papel do tema enquanto elemento capaz de orientar o trabalho do intérprete. O estudo parte de uma perspetiva dinâmica do texto, por oposição a uma perspetiva sinóptica, que encara o texto meramente como um produto estático. De acordo com esta perspetiva, o texto é composto pela sucessão de temas, que por sua vez apontam para possíveis remas⁹⁶. Assim, Torsello considera que o tema pode assumir

⁹⁶ Os conceitos de tema e rema correspondem, respetivamente, aos conceitos de tópico e comentário, abordados na secção 2.4.1.

um valor preditivo, auxiliando o intérprete a processar incrementalmente os segmentos frásicos remáticos e, desse modo, melhor apreender não só a estrutura, mas também o sentido do texto⁹⁷.

Quanto aos resultados, o estudo confirma a função orientadora do tema, tendo-se correlacionado os casos de dificuldade na interpretação com o não seguimento do caminho apontado pelo tema no discurso original. O estudo demonstra, ainda, que os intérpretes com maior capacidade de seguir a estrutura temática do discurso original são aqueles que, de forma mais consistente, preservam a porção temática das frases originais em posição temática nas suas próprias frases (Torsello, 1996, p. 138).

Três anos mais tarde, o estudo de Torsello foi adaptado por Cesira Consorte⁹⁸, partindo igualmente da hipótese de que o tema pode não só orientar o intérprete no processo de compreensão do discurso original, mas também dar indicações sobre o desenrolar do próprio discurso, apontando para possíveis remas. A relevância da estrutura temática para a interpretação simultânea fica bem patente na seguinte afirmação da autora: “simultaneous interpretation is a ‘borderline communicative event’: this makes interpreters particularly sensitive to any factor influencing, both positively and negatively, the immediate understanding of the text” (Consorte, 1999, p. 112).

Os resultados obtidos por Consorte (1999) validam os de Torsello (1996), confirmando a hipótese de que os intérpretes usam o tema como elemento orientador. Inserido num paradigma experimental que coloca em evidência a experiência em interpretação (*expert-novice paradigm*), o estudo revela, ainda, que os alunos-intérpretes tendem a focar-se no rema ao invés do tema e que quanto maior a experiência dos intérpretes, maior será a sua capacidade de fazer pressuposições avisadas com base no tema.

2.5.2 A Dimensão Estratégica dos Pronomes

Os pronomes constituem um dos vários mecanismos que conferem coesão a um texto e, como vimos, estes marcadores foram levados em consideração na generalidade dos estudos citados na secção anterior. Porém, estes estudos apresentam uma perspetiva generalista sobre a coesão

⁹⁷ Os postulados teóricos de Torsello, embora informados pela linguística textual, vão ao encontro do modelo probabilístico de Chernov (2004), que já vinha sendo desenvolvido desde a década de 1970.

⁹⁸ O artigo em que nos baseámos é de 1999 e constitui um produto derivado da dissertação de mestrado (não publicada) da autora, de 1997, intitulada *Struttura Tematica in Interpretazione Simultanea: Un Contributo Sperimentale*.

que, não se detendo sobre o funcionamento dos pronomes, não deixa transparecer a polivalência destes marcadores e a sua potencial relevância para a interpretação. De seguida, damos conta de alguns estudos que abordam de forma mais detalhada o uso de pronomes em interpretação simultânea, numa tentativa de demonstrar que estes podem assumir uma dimensão estratégica, não só no plano sintático como também no plano ideológico.

Snelling (1992) aborda uma panóplia de questões sintáticas e semânticas inerentes à interpretação de português, espanhol, francês e italiano para inglês. Logo na introdução, o autor chama a atenção para aquela que considera a principal diferença entre as línguas românicas e a língua inglesa: a ordem das palavras. Nas línguas românicas, existe uma maior flexibilidade no que toca à ordem das palavras. Já em inglês a ordem é mais rígida, sendo que estruturas marcadas tipicamente tendem a desempenhar alguma função estilística ou enfática. Com efeito, o autor apresenta uma visão dicotómica destas duas famílias de línguas (o inglês, neste caso, em representação das línguas germânicas), identificando algumas preferências comportamentais de cada grupo. Por exemplo, alega que, em virtude da tradição retórica, as línguas românicas são mais propensas à hipotaxe e que o inglês apresenta uma predileção por estruturas mais simples e concisas, resultando numa prosa mais económica.

No que concerne especificamente à combinação inglês-português, um dos problemas a que o autor presta especial atenção é a escolha do sujeito. Com base nos textos analisados, Snelling verificou que a maioria das frases em português não começa com o sujeito. Nesses casos, o autor recomenda que os intérpretes, ao trabalhar para inglês, comecem sempre as suas frases com o sujeito, obedecendo à ordem canónica sujeito-verbo-complementos. Como veremos ao longo do capítulo 6, a busca do sujeito constitui frequentemente um obstáculo para os intérpretes que trabalham de português para inglês, que parecem propensos a utilizar pronomes para preencher essa lacuna, muitas vezes gerando ambiguidades e até cadeias referenciais erradas.

Não obstante a pertinência pedagógica desta recomendação, o próprio autor adverte para uma implicação que poderá daí decorrer. Ao utilizar pronomes, nomeadamente pronomes de natureza indefinida como “*tal*” ou “*it*”, para iniciar uma frase, incorre-se no risco de gerar ambiguidade. Em casos deste género, Snelling é da opinião de que a repetição do sujeito é a forma mais eficaz de suprimir a ambiguidade. O autor alerta ainda para as dificuldades inerentes à escolha do género dos pronomes em inglês, que nem sempre coincide com o género na língua de partida. Apela, por esse motivo, à utilização do nome próprio ao qual o pronome corresponde. Reconhecendo a

utilidade de pronomes neutros como “they” para começar uma frase em inglês, Snelling demonstra que, embora haja a possibilidade de o pronome não corresponder ao que é dito no original (uma vez que o intérprete tem apenas uma visão parcelar desse discurso), este pode ser depois alterado por forma a ir ao encontro da cadeia anafórica presente no original. No trabalho de Snelling, a utilização dos pronomes é um tema recorrente não apenas no capítulo dedicado à interpretação de português para inglês mas também nos restantes (que abordam a interpretação de espanhol, francês e italiano para inglês).

Com base numa análise pormenorizada dos discursos seleccionados, o autor deixa bem clara a importância de produzir, na língua de chegada (inglês), estruturas sintáticas não marcadas, utilizando os pronomes com sabedoria já que estes podem constituir simultaneamente um problema e uma solução. Trata-se de uma obra com pendor prático e didático, destinada a principiantes, mas acreditamos que a reflexão proposta pelo autor pode ser benéfica para qualquer intérprete independentemente do seu grau de experiência. Sendo um texto uma tessitura resultante de uma ou várias cadeias anafóricas que se entrelaçam, parece-nos importante lembrar que a construção do sentido passa precisamente pelo encadeamento adequado entre os diferentes elementos que compõem essa tessitura. O processamento cognitivo subjacente a estas operações torna-se obviamente mais complexo quando realizado exclusivamente em suporte oral e sob fortes restrições temporais como é o caso da interpretação simultânea.

Com determinadas combinações linguísticas, essa complexidade aumenta devido à necessidade de antecipar o conteúdo dos discursos. É deste princípio que parte Friedel Dubsloff (1993) no seu artigo sobre a retoma anafórica em interpretação simultânea a partir do alemão. O estudo baseia-se num corpus composto por discursos em alemão e a respetiva interpretação simultânea para dinamarquês. Os discursos são provenientes de sessões plenárias do PE, tendo sido lidos pela autora e interpretados por oito sujeitos (quatro intérpretes profissionais e quatro em formação). O estudo incide sobre os pronomes pessoais e demonstrativos de terceira pessoa singular (neutro), bem como sobre expressões de carácter agregador, tais como “estas coisas”, “estas circunstâncias” ou “tudo isto” e visa explorar o seu valor estratégico no processamento de informação em interpretação simultânea.

A motivação subjacente a este estudo reside, assim, nas características sintáticas e lexicais particulares da língua alemã bem como na função dos pronomes enquanto mecanismos flexíveis capazes de auxiliar os intérpretes perante certas especificidades linguísticas. Por exemplo, a

posição final do verbo causa transtorno aos intérpretes que ou terminam a sua frase sem ouvir o desenlace do original ou esperam pelo final da frase para poderem terminar a sua. Esta última opção implica uma sobrecarga de memória que pode colocar em risco a performance do intérprete em partes subsequentes do discurso (Pym, 2008). A memória é um recurso essencial e limitado em interpretação simultânea, portanto qualquer estratégia que possa ser usada para aligeirar esse esforço cognitivo merece particular atenção.

Com base no corpus analisado, Dubslaff (1993) sugere que as funções estratégicas desempenhadas pelas pró-formas podem ser agrupadas em quatro categorias, nomeadamente correção de erros por antecipação, complementação, síntese e retardamento. No fundo, trata-se, nas quatro categorias, de estratégias de segmentação do discurso original, que, aliadas ao uso de pró-formas em posição tendencialmente temática, são utilizadas para fins diversos – para corrigir erros decorrentes de uma tentativa de antecipação do conteúdo do discurso original, para dividir frases complexas em segmentos menos dispendiosos em termos de processamento e memória e para ganhar tempo até que o intérprete perceba o rumo do discurso.

A análise dos exemplos retirados do corpus revela que as pró-formas permitem retomar um conteúdo proposicional previamente fornecido de uma forma resumida. Embora alerte para o facto de, em alguns casos, a utilização destas expressões poder resultar, cumulativamente, num maior número de palavras a serem proferidas pelo intérprete, a autora defende que esta estratégia não é onerosa do ponto de vista do processamento, baseando-se nos seguintes argumentos:

- As pró-formas são itens padronizados e de elevada frequência, o que agiliza a interação com a memória.
- As pró-formas ocorrem geralmente em contextos próprios da linguagem oral espontânea e, por esse motivo, apresentam um menor grau de complexidade sintática.
- Em estreita relação com o primeiro aspeto, as pró-formas referem-se a entidades que ainda se encontram presentes na memória do intérprete em virtude da proximidade entre antecedente e anafórico na linearidade do texto⁹⁹.
- Do ponto de vista da eficiência, a construção anafórica é um mecanismo de grande utilidade já que pode servir diferentes propósitos ao mesmo tempo.

⁹⁹ São também frequentes os casos em que o antecedente e o anafórico se encontram separados por uma ou mais orações, dificultando ou inviabilizando o estabelecimento do elo anafórico.

- As pró-formas são itens linguísticos do conhecimento geral, apresentando-se assim como uma estratégia passível de ser utilizada não só por intérpretes experientes, mas também por novatos.

Apesar de este estudo se basear na língua alemã e nas suas especificidades sintáticas, e embora as estratégias apresentadas possam assumir particular relevância na interpretação a partir desta língua, não são seu apanágio, como aliás veremos no capítulo 6 adiante. Em Pippa (2007) e Correia (2018), são apresentados exemplos de interpretações a partir do português – para italiano e inglês, respetivamente – que evidenciam algumas das estratégias de segmentação avançadas por Dubsloff para a combinação alemão-dinamarquês. Os pronomes parecem, assim, adquirir uma função estratégica, que Dubsloff acredita poder granjear-lhes o estatuto de “Universalmittel”¹⁰⁰ (1993, p. 115).

Pippa (2007) elenca diversas estratégias de segmentação (i.e., conversão de construções subordinadas em construções coordenadas) aplicáveis à interpretação de português europeu para italiano, explicando que estas podem ser de carácter obrigatório ou opcional. Por um lado, algumas diferenças morfossintáticas entre as duas línguas ditam a necessidade de recorrer à segmentação. Tal é o caso de orações complexas contendo o gerúndio com valor copulativo e/ou com um sujeito distinto da oração subordinante, ou ainda o infinitivo pessoal, que pode igualmente apresentar um sujeito diferente daquele presente na subordinante. Por outro lado, o recurso à segmentação pode constituir uma opção deliberada do intérprete, seja por motivos estilísticos seja por questões de gestão da informação.

O autor sublinha a utilidade destas estratégias nos casos em que, no discurso original, surgem construções de mais difícil assimilação, passíveis de sobrecarregar a memória dos intérpretes, tais como frases complexas encabeçadas por orações subordinadas ou passagens discursivas de natureza apositiva, principalmente se estas se encontrarem entre o sujeito e o predicado. Com efeito, a segmentação assume-se como uma estratégia relevante não só para os intérpretes como também para os ouvintes. Como afirma Pippa (2007, p. 125), “a segmentação e a criação de estruturas paratáticas revela-se útil também para o utente, o ouvinte, que pode, assim, receber uma mensagem de compreensão mais ágil, linear e simples na sua articulação”.

¹⁰⁰ Literalmente significa “remédio universal”, ou seja, solução adaptada a todos os casos.

Num trabalho posterior, o mesmo autor centra-se na questão da correferência em português e italiano, explorando o modo como se (re)constroem os nexos referenciais que unem diferentes expressões num texto, conferindo-lhe coesão e coerência. É com esse intuito que Pippa (2011) analisa um conjunto de discursos interpretados, em contexto experimental, por estudantes de interpretação e intérpretes profissionais¹⁰¹. Nesta reflexão, assumidamente exploratória, o autor afirma que as dificuldades de perceção associadas a uma menor extensão fónica das palavras em português pode obstaculizar o reconhecimento de novas entidades que vão sendo introduzidas no discurso. O não reconhecimento dessas entidades leva a que posteriores alusões às mesmas, através de pró-formas, não sejam recuperadas, provocando a rutura das cadeias anafóricas.

A par da dimensão perceptiva, o autor menciona, ainda, as dificuldades da retoma anafórica motivadas por constrangimentos gramaticais. Por exemplo, a língua portuguesa recorre com maior frequência do que a italiana à elipse pronominal, nomeadamente em orações subordinadas com o verbo no infinitivo pessoal ou no gerúndio e/ou em que o sujeito da subordinada difere do sujeito da subordinante. Refira-se, ainda, o caso dos determinantes possessivos de terceira pessoa, que, ao contrário do que acontece em italiano, não denotam qualquer distinção em termos do número de possuidores¹⁰². Estas características da língua portuguesa podem gerar ambiguidade e, assim, levar à rutura das cadeias anafóricas.

No estudo de Correia (2018), é analisado um conjunto de discursos provenientes de sessões plenárias do PE, originalmente proferidos em português e interpretados para inglês, incidindo sobre os pronomes pessoais e relativos. Em sintonia com os resultados obtidos por Dubslaff (1993) e Pippa (2007), verifica-se que os intérpretes tendem a segmentar o *input*, evitando construções hipotáticas. Esta tendência leva a uma utilização acrescida quer de pronomes pessoais quer de pronomes demonstrativos para preencher o lugar do sujeito das novas orações que decorrem das operações de segmentação.

No que concerne especificamente aos pronomes pessoais, a autora alude ao uso de pronomes como “we” e “they”, que surgem muitas vezes como sujeitos frásicos sem um referente endofórico

¹⁰¹ A análise levada a cabo não apresenta qualquer tentativa de relacionar os resultados com o nível de experiência dos sujeitos. Tal pode ser atribuído, entre outros fatores, ao desequilíbrio entre o número de sujeitos ainda em formação (n=13) e aqueles já estabelecidos como intérpretes profissionais (n=3).

¹⁰² Em português, usa-se “seu(s)”/“sua(s)” independentemente de o sujeito possuidor ser singular ou plural, ao passo que em italiano se usa “suo(i)”/“sua(e)” para um possuidor singular e “loro” para um possuidor plural.

(i.e., presente no contexto verbal) associado. Em suma, este estudo aponta para a função estratégica que, do ponto de vista sintático, os pronomes assumem em interpretação simultânea, na medida em que fornecem aos intérpretes uma forma não comprometedora de preencher os requisitos gramaticais da língua de chegada. Porém, tal como Snelling (1992), também Correia (2018) adverte sobre a ambiguidade que pode decorrer do recurso a este tipo de prática e que nem sempre o ouvinte será capaz de solucionar com base nos seus conhecimentos extralinguísticos.

Outros investigadores têm explorado o uso de pronomes em contextos como a interpretação comunitária e a interpretação para os media com o intuito de avaliar questões como a perceção acerca do papel do intérprete (e.g., Bot, 2005; Bührig & Meyer, 2003; Diriker, 2004; Wadensjö, 1998) ou o grau de (in)formalidade dos discursos produzidos por intérpretes com base na sua utilização dos pronomes como formas de tratamento (e.g., Angermeyer, 2005; Berk-Seligson, 1990; Hale, 1997; Krouglov, 1999). Retomando o contexto da interpretação simultânea, alguns estudos abordaram, ainda, a componente ideológica associada ao uso de pronomes (e.g., Beaton-Thome, 2010; Beaton, 2007a, 2007b; Boyd, 2013, 2016).

No âmbito do seu projeto de doutoramento sobre o impacto da interpretação simultânea na ideologia do discurso institucional, Beaton (2007a) analisou um conjunto de discursos originais alemães e respetivas interpretações em inglês, provenientes de sessões plenárias do PE. A fim de explorar esta dimensão ideológica do discurso institucional, a autora selecionou três fenómenos de estudo: a intertextualidade, a repetição lexical e a metáfora. No capítulo dedicado à análise dos dados, e em particular no que concerne aos primeiros dois fenómenos referidos, são feitas várias menções à utilização de pronomes, que a autora considera terem, pelo menos no contexto discursivo institucional em análise, uma função ideológica. Assim, Beaton identifica a utilização ambígua de pronomes como uma das características discursivas do PE e, no capítulo conclusivo da tese, sinaliza este fenómeno como um dos aspetos a aprofundar em trabalhos futuros devido à sua potencial carga ideológica (Beaton, 2007a, p. 198).

No seguimento do seu trabalho doutoral, a mesma autora apresentou um estudo especificamente dedicado ao uso de pronomes (Beaton-Thome, 2010). O estudo consiste numa análise comparativa do pronome “we” a fim de avaliar o impacto da interpretação simultânea no processo de construção e negociação de identidades, partindo do princípio de que a escolha do pronome pode constituir um indicador do posicionamento assumido por um falante sobre uma determinada

questão (p. 121). Tal como em estudos anteriores (Beaton, 2007a, 2007b), o contexto de investigação é a sessão plenária do PE, mas neste caso a análise é bidirecional, ou seja, parte de discursos originais em alemão e em inglês, comparando-os com as interpretações em inglês e em alemão, respetivamente.

Beaton-Thome (2010) começou por traçar a distinção entre referência endofórica e exofórica (i.e., fixada, respetivamente, pelo contexto verbal e pelo contexto situacional), circunscrevendo o seu objeto de estudo ao segundo tipo, dado que “it is exactly the lack of a determinate textual referent that is significant in the construction and negotiation of identities” (p. 121). De seguida, classificou o pronome “we” como exclusivo, quando remetia para o falante e o seu universo parlamentar, ou inclusivo, sempre que assumia uma dimensão mais genérica (e.g., o orador e os cidadãos europeus). Finalmente, a autora propôs uma categorização tripartida da utilização do pronome, conforme este (a) fosse usado no original e na interpretação, (b) sofresse alterações na interpretação, ou (c) não constasse do discurso original, tendo sido introduzido exclusivamente pelo intérprete. Após estas três etapas, foi levada a cabo a análise comparativa das ocorrências pertencentes a cada uma das três categorias, não sendo fornecidos quaisquer dados quantitativos.

Em relação à primeira categoria, os resultados revelam uma predominância do “we” exclusivo nas intervenções originais em alemão, em que o pronome é usado para marcar a separação entre dois grupos (nós vs. eles). Esta tendência foi preservada nas interpretações em inglês, levando a crer que a ideologia subjacente à dicotomia nós vs. eles não só foi interiorizada por oradores e intérpretes, como também adquiriu a estabilidade necessária para permitir que estes últimos conseguissem resgatá-la no seu *output*. Já nas intervenções originais em inglês, é mais frequente o recurso ao “we” inclusivo. O valor inclusivo do pronome fomenta um sentido de união e de solidariedade entre o orador e o seu público, buscando o consenso sobre um determinado assunto. Verificou-se que o “we” inclusivo pode oscilar entre um valor referencial mais genérico e um valor mais específico, permitindo ao orador identificar-se, a dado momento, com grupos distintos. Estas ocorrências foram designadas pela autora de “wandering we”. De um modo geral, os diferentes usos de “we” foram conservados nas interpretações, inclusivamente o “wandering we”, sugerindo que os intérpretes foram sensíveis às várias identidades institucionais evocadas em algumas intervenções.

Quanto à segunda categoria, observou-se que, em ambas as direções linguísticas da interpretação, o “we” inclusivo sofreu uma atenuação, com implicações ao nível ideológico. Na interpretação de

alemão para inglês, a autora fornece um exemplo em que o “we” inclusivo é traduzido pelo pronome “I”, reduzindo, assim, a legitimidade do que é dito pelo orador ao afastá-lo do ponto de vista dos seus pares. Nas interpretações em alemão, verificou-se um uso generalizado do “we” inclusivo, que acabou por neutralizar as diferenças ideológicas associadas aos valores inclusivo ou exclusivo do pronome presentes nos discursos originais ingleses.

Por último, a terceira categoria, que engloba um elevado número de casos em que o pronome “we” figura exclusivamente nas interpretações, é a mais reveladora em termos de posicionamento ideológico. Foi possível identificar três grandes tendências dentro desta categoria: a passagem de nome ou grupo nominal referente a órgãos europeus a “we” inclusivo; a transformação do pronome “they” em “we” inclusivo; e, finalmente, a conversão de uma construção passiva numa ativa com recurso ao “we” inclusivo. Em termos de posicionamento ideológico, todas estas tendências contribuem para reforçar a afinidade que une os intérpretes ao seu contexto institucional. É de notar que estes resultados são comuns a ambas as direções linguísticas.

Globalmente, os resultados revelam maior frequência do pronome “we” com valor inclusivo nas interpretações, em detrimento de identidades nacionais, regionais ou políticas (Beaton-Thome, 2010, p. 135). Este dado sugere um efeito nivelador da interpretação simultânea no PE, que se reflete, por um lado, no reforço da hegemonia da identidade e ideologias que caracterizam esse contexto institucional e, por outro, no enfraquecimento ou mesmo apagamento das múltiplas identidades que aí coexistem (p. 135).

Conforme referido acima, Beaton (2007a, 2007b) dedicou-se ao estudo da metáfora e suas implicações ao nível ideológico, no contexto das sessões plenárias do PE. Neste sentido, o trabalho desenvolvido por Beaton abriu caminho à investigação de Boyd (2013, 2016). Ambos os autores são informados pelos pressupostos teóricos da análise crítica do discurso e da teoria da metáfora concetual¹⁰³, tendo por objeto de estudo as “metaphor strings as a means of maintaining (and creating) textual cohesion as ‘one of the few structural indicators available to the interpreter as to how the intervention is likely to develop in terms of speaker intention and evaluation (Beaton 2007b: 39)’” (Boyd, 2016, p. 207).

¹⁰³ No âmbito da teoria da metáfora concetual, proposta por Lakoff e Johnson (1980), a metáfora é entendida como um mecanismo cognitivo que permite explicar uma coisa em termos de outra, isto é, através da relação que se estabelece entre dois domínios concetuais diferentes, em que elementos de um domínio-fonte são projetados para um domínio-alvo (Silva, 1997).

A questão dos pronomes, abordada por estes dois autores, surge como uma derivação do estudo da metáfora, na medida em que estes marcadores podem configurar um meio estratégico de consolidar as representações metafóricas e ideológicas que vão surgindo ao longo de um discurso, conferindo-lhe coesão e coerência. Como acabámos de ver, Beaton-Thome (2010) evidencia a polivalência dos pronomes na construção de identidades por parte de deputados e intérpretes no PE. Boyd (2013, 2016), por sua vez, foca-se no papel dos pronomes na preservação das metáforas concetuais em discursos de candidatos presidenciais e respetivas interpretações.

Boyd (2013) analisa os modelos de moralidade que caracterizam o discurso dos candidatos presidenciais através das metáforas que os suportam, ao mesmo tempo refletindo sobre o papel dos pronomes na consolidação desses modelos. O estudo sugere que os pronomes assumem uma função estratégica, sendo utilizados, metafóricamente e metonimicamente, para reforçar os dois modelos a confronto no debate. Retomando o mesmo contexto comunicativo, nomeadamente, o debate presidencial norte-americano de 2008 entre John McCain e Barack Obama, Boyd (2016) adota uma perspetiva interlinguística (inglês-italiano) a fim de analisar o impacto da interpretação simultânea na transmissão destes modelos e, mais uma vez, o papel dos pronomes na sua propagação. No dizer do autor, “the main focus [of this analysis] is the use of pronouns in conveying and consolidating meaning as part of an underlying cognitive metaphorical system.” (p. 210).

Os resultados obtidos por Boyd (2016) indicam que os valores metafóricos dos modelos morais representados por cada candidato, bem como as ideologias políticas subjacentes, foram preservados nas interpretações, corroborando a ideia avançada por Beaton (2007a) de que as metáforas concetuais funcionam como mecanismos de estruturação do discurso em interpretação simultânea. No que concerne especificamente ao uso de pronomes, verificou-se alguma variação entre os discursos originais e as respetivas interpretações, devido, em grande medida, à diferença entre os sistemas pronominais das línguas em apreço. Não obstante, os intérpretes souberam explorar a dêixis social da língua italiana para recriar as perceções de proximidade e distância operadas pelos candidatos em relação um ao outro e ao seu público.

Em suma, como tentámos demonstrar ao longo desta subsecção, o valor estratégico dos pronomes estende-se desde o plano sintático ao ideológico. Por um lado, o recurso aos pronomes, associado ao processo de segmentação do *input*, simplifica a tarefa de processamento, ao mesmo tempo garantindo a necessária continuidade referencial do *output*. Por outro lado, os pronomes,

ao remeterem de forma consistente para uma mesma entidade, quer por via metafórica quer por via metonímica, reforçam essa continuidade referencial, simultaneamente consolidando uma determinada posição ideológica.

2.5.3 Aplicabilidade Didática

De uma forma mais ou menos explícita, os estudos dedicados à interpretação partilham uma preocupação com diversas questões ligadas à formação de intérpretes. Os estudos acerca da coesão não constituem uma exceção e, com efeito, vários dos autores citados ao longo deste subcapítulo, refletem, tipicamente nas secções conclusivas dos seus artigos, sobre a aplicabilidade didática dos resultados obtidos na sua investigação. No plano didático, a relevância da coesão – e, concretamente, dos mecanismos que a asseguram – está relacionada com o seu papel na apreensão do modo como se constrói um texto. Esta é uma competência que se afigura essencial para um futuro intérprete.

Alguns trabalhos, não sendo explicitamente sobre coesão, abordam diversos aspetos inerentes ao processo de construção textual. Tal é o caso de Snelling (1992), que assume declaradamente o seu pendor didático da sua obra (p. 15). Esta assemelha-se a um manual para intérpretes, sendo de fácil leitura e não apresentando grandes dificuldades no uso da terminologia, que, apesar de simples, se pauta pelo rigor científico. A premissa subjacente é a de que línguas provenientes de uma raiz comum deverão suscitar problemas semelhantes. Portanto, uma análise conjunta poderá contribuir para identificar o tipo de problemas mais frequentes, para discernir a causa do seu aparecimento e, ainda, encontrar estratégias o mais simples e eficazes possível para os debelar. Nas palavras do autor:

it is only awareness of the problem which will point to a suitable solution, which is the reason why opting for a discussion of the problems involved in the rendering of a source text into a target text under simultaneous interpreting conditions, is the kernel of any approach to interpreting pedagogy. (p. 83).

Note-se, nesta afirmação, o uso da expressão “awareness” (consciência), apontando para a necessidade de uma reflexão empírica acerca dos problemas inerentes à interpretação simultânea. Esta expressão surge também em Shlesinger (1995, p. 213), acompanhada do adjetivo “heightened” (aumentada). Esta autora refere que o estudo da coesão promove, junto dos docentes e seus estudantes, uma maior consciência das diferentes alterações que um texto sofre no processo interpretativo. Uma reflexão sobre estas alterações pode ajudar a identificar aquelas

que deverão, em princípio, ser evitadas e aquelas que produzem melhores resultados (p. 213). Mizuno (1999) reforça também a importância de sensibilizar docentes e estudantes para as transformações textuais decorrentes da interpretação simultânea, não só em termos de coesão, mas também de coerência, o que poderá contribuir para uma melhoria dos *outputs* dos estudantes no plano estilístico (p. 40).

Enquanto motor de reflexão acerca do próprio processo interpretativo, o binómio coesão/coerência foi usado como ferramenta pedagógica em estudos dedicados à análise de erro. Esta corrente foi desenvolvida no âmbito da aprendizagem de línguas (Corder, 1981), tendo sido posteriormente adotada por diversos investigadores dos estudos de interpretação, tais como Gile (1987, 1992), Altman (1994), Barik (1994) e Falbo (1998). Todos eles se centram na noção de erro, a que dão diferentes nomes segundo a gravidade com que afetam a perceptibilidade do discurso de chegada (e.g., *écart/ faute; maladresse/ erreur*). Outro ponto que têm em comum é o facto de compartilharem a divisão concetual entre problemas de forma e conteúdo. No primeiro grupo cabem questões de coesão (e.g., erros morfossintáticos e de pronúncia) e no segundo de coerência (e.g., omissões e adições). Este tipo de estudo baseia-se na premissa de que o trabalho de reflexão sobre a prática da interpretação através de dados reais promove a consciência metalinguística nos estudantes e pode, por conseguinte, ajudar a desenvolver estratégias de antecipação e resolução de problemas (Porlán-Moreno, 2016, 2018; Sandrelli, 2010).

Embora já tenham sido realizados vários estudos dedicados à coesão em interpretação simultânea, parece-nos, contudo, que tem sido dedicada pouca atenção aos marcadores de coesão de uma forma mais individualizada, já que dificilmente um único estudo poderá dar conta de todas as manifestações de coesão num dado conjunto de discursos e respetivas interpretações. Não obstante a riqueza de todos estes trabalhos – que, sem dúvida, chamam a atenção para uma série de questões linguísticas relevantes para a interpretação –, existe ainda potencial por explorar, nomeadamente para fins didáticos, em estudos mais especializados sobre os vários mecanismos de coesão. Neste contexto, a referência anafórica constitui um aspeto crucial de qualquer discurso, na medida em que contribui quer para a sua coesão quer para a sua coerência, daí a importância de os intérpretes, nomeadamente em simultânea, prestarem especial atenção a esta dimensão linguística. Se não forem devidamente estabelecidos, os elos anafóricos podem afetar a inteligibilidade comunicativa de um discurso, o que deverá constituir o principal objetivo de qualquer atividade tradutiva.

No caso concreto da interpretação simultânea, estes elementos anafóricos revestem-se de maior complexidade devido às restrições temporais inerentes à atividade. Numa questão de segundos, o intérprete tem de não só identificar a existência de uma cadeia anafórica, com os dois ou mais elementos que a podem compor, mas também certificar-se de que o(s) termo(s) anafórico(s) retoma(m) o(s) antecedente(s) correto(s). A natureza plural da cadeia anafórica dificulta ainda mais o trabalho do intérprete porque, a par da forte pressão temporal, este não tem uma perceção global do discurso e como tal a identificação e processamento de uma cadeia anafórica tem de ser feita à medida que o discurso original vai sendo proferido.

Perante o que acima se expõe, parece-nos, portanto, útil e necessário que o fenómeno anafórico, nomeadamente a utilização de pronomes, seja estudado em profundidade, com base numa análise contrastiva sistemática, e é no seguimento dessa constatação que propomos o presente trabalho.

2.6 Síntese

- A coesão é uma das propriedades que conferem a um texto a sua essência enquanto tal. Esta propriedade manifesta-se sobretudo no plano sintático e contribui para assegurar, no plano semântico, a coerência textual. Dos vários mecanismos de coesão, interessam-nos, em particular, a coesão referencial e a coesão estrutural.
- A coesão referencial consiste na identidade de referência entre um termo antecedente e um ou mais termos anafóricos, que só adquirem identidade por via da sua relação com o termo antecedente. Criam-se, assim, cadeias de referência, mais ou menos extensas, que contribuem para o estabelecimento da coesão.
- A coesão estrutural prende-se com os mecanismos de conexão frásica, nomeadamente as estruturas de subordinação e de coordenação. Com efeito, o modo como as orações se articulam entre si geram nexos semânticos, que contribuem para o estabelecimento da coesão.
- Os conceitos de estrutura temática e de estrutura informacional assumem-se como instrumentos relevantes no estabelecimento da coesão, na medida em que contribuem para a construção de um modelo mental por parte do ouvinte de um determinado discurso (seja o intérprete seja o destinatário final) e codificam informações de natureza procedimental capazes de o auxiliar no processo de resolução anafórica.

- No âmbito dos estudos de interpretação, diversos autores reconhecem a importância de investigar a coesão, tendo esta temática sido abordada sob diversas perspectivas, nomeadamente como métrica para avaliação de qualidade, como evidência de tendências universais de tradução, como estratégia sintática, ou ainda como veículo metafórico de ideologias político-institucionais.

PARTE II – METODOLOGIA

3 COMPILAÇÃO DO CORPUS

Neste capítulo, é descrito o processo de compilação do corpus. A estrutura do capítulo reflete as sucessivas etapas da compilação, nomeadamente o desenho do corpus, a constituição de um arquivo multimédia e a delimitação da amostra. Finalmente, é apresentado um protótipo do corpus eletrónico criado no âmbito deste projeto de doutoramento.

3.1 Desenho do Corpus

O corpus compilado no âmbito deste projeto pode ser classificado como um corpus de especialidade. Segundo Bennett (2010), “a specialized corpus contains texts of a certain type and aims to be representative of the language of this type. Specialized corpora can be large or small and are often created to answer very specific questions” (p. 13). Subjacente a esta definição está o conceito de representatividade, amplamente debatido na linguística de corpus e definido por Biber (1993) como “the extent to which a sample includes the full range of variability in a population” (p. 243).

Apesar da divergência de opiniões sobre os fatores que permitem assegurar a representatividade de um corpus, existe um consenso generalizado: a representatividade de um corpus é definida em função da questão de investigação que motivou a criação do corpus. No nosso caso – e retomando a definição acima fornecida, segundo a qual um corpus de especialidade visa responder a perguntas específicas – essa questão foi a seguinte: como são restituídas as cadeias anafóricas pronominais na interpretação simultânea de português para inglês e de inglês para português nos discursos proferidos durante os debates das sessões plenárias do PE?

Implicitamente, esta questão de investigação anuncia um estudo de natureza exploratória e qualitativa, o que necessariamente se repercute nas decisões referentes ao desenho do corpus. Desde logo, foi estipulada a necessidade de criar um corpus de dimensão reduzida, dado que o estudo envolve transcrição de dados orais, verificação manual das cadeias anafóricas e descrição detalhada do modo como essas ocorrências são interpretadas nas duas direções linguísticas. Além disso, os discursos proferidos nas sessões plenárias do PE apresentam características díspares em termos da sua duração, da variante linguística (português europeu vs. brasileiro) utilizada pelos intérpretes e da língua (materna vs. estrangeira) utilizada pelos oradores.

Perante estas considerações, foi necessário definir critérios de exclusão (cf. 3.2.1) com o intuito de assegurar a exequibilidade do estudo bem como de minimizar vieses e garantir a comparabilidade dos dados. Deste processo resultou um corpus composto por quatro subcorpora – dois contendo, respetivamente, 20 discursos originais em português (ORG-PT) e 20 em inglês (ORG-EN); e outros dois contendo, em igual número, as respetivas interpretações em inglês (INT-EN) e em português (INT-PT):

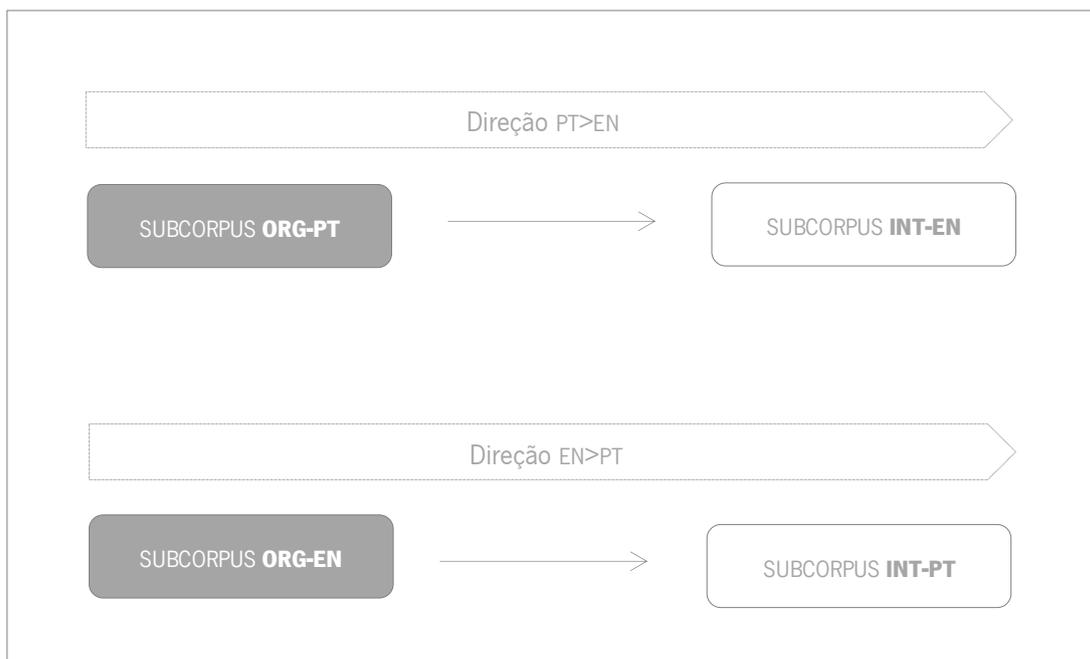


Figura 9. Estrutura do corpus.

Trata-se, portanto, de um corpus bilingue, porquanto envolve duas línguas; bidirecional, englobando interpretações a partir de português bem como a partir de inglês; e paralelo, pois reúne discursos originais e as respetivas interpretações. Nas secções que seguem, damos conta do processo de compilação do corpus, que teve início com a constituição do arquivo multimédia.

3.2 O Arquivo Multimédia

Na presente secção descrevemos as etapas de recolha de dados e transcrição, inerentes à constituição do arquivo multimédia. A designação de “arquivo multimédia” foi originalmente proposta no âmbito do projeto EPIC, tendo sido retomada aquando da compilação do corpus DIRSI (Bendazzoli, 2010a, 2010b).

3.2.1 Recolha de Dados

Os dados recolhidos provêm de discursos proferidos em sessões plenárias do PE e reportam-se à sua sétima legislatura¹⁰⁴. Para cada discurso, existe um registo textual e um registo audiovisual, conforme evidencia a seguinte figura:

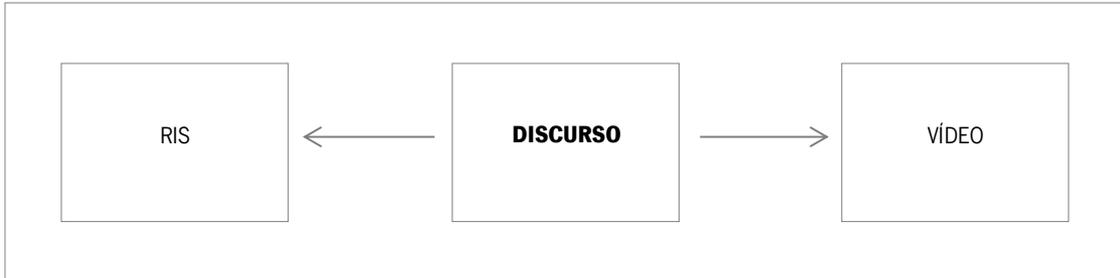


Figura 10. Material associado a um discurso.

Como explanado na secção 1.2.1, o Relato Integral de Sessão (RIS) contém o registo escrito de todas as intervenções realizadas ao longo de uma sessão plenária. Trata-se de um documento totalmente monolíngue, que é traduzido para todas as línguas oficiais da UE. Embora o RIS seja fiel ao conteúdo dos discursos, não o é em relação à forma como o conteúdo é oralmente expresso, dado que não contém quaisquer vestígios da oralidade. Acresce que o RIS também não prevê o registo das interpretações. Por estes motivos, foi necessário transcrever os originais bem como as interpretações, utilizando o RIS como ferramenta de apoio para verificação ortográfica e terminológica e para clarificação de dúvidas suscitadas por dificuldades pontuais de perceção.

Embora fosse possível descarregar os RIS através do *sítio* do PE¹⁰⁵, optou-se por recorrer ao corpus *Europarl*¹⁰⁶, dado que este contém um ficheiro único com os RIS em formato .txt e organizados por língua, relativos ao período de 1996 a 2011. Periodicamente, têm sido lançadas versões atualizadas do *Europarl*, nomeadamente a fim de incluir novas línguas oficiais. O ficheiro utilizado corresponde à sétima e mais recente versão do corpus (à data), lançada a 15 de maio de 2012 (*Europarl v7*). Após o *download* desse ficheiro, que se encontrava em formato .tgz, procedeu-se à

¹⁰⁴ Os mandatos do PE estendem-se ao longo de legislaturas, cada uma com a duração de cinco anos. A sétima legislatura, que decorria aquando do início deste projeto de doutoramento, teve lugar entre 2009 e 2014.

¹⁰⁵ É possível consultar e descarregar os RIS em <http://www.europarl.europa.eu/RegistreWeb/search/typedoc.htm>.

¹⁰⁶ Disponível em: <http://www.statmt.org/europarl/>

sua descompressão, o que deu origem a múltiplas pastas, uma para cada língua. Destas, foram conservadas as pastas referentes às línguas portuguesa e inglesa.

Os vídeos, referentes às sessões plenárias decorridas entre 2008 e 2012, foram descarregados a partir da página *web* dedicada aos debates e vídeos da sessão plenária¹⁰⁷, que disponibiliza as gravações das sessões plenárias em todas as línguas oficiais da União Europeia. Dado que cada vídeo corresponde a um ficheiro .wmv com 22 pistas de áudio (uma para cada língua oficial, à exceção do croata e do irlandês), procedeu-se à extração das pistas portuguesa e inglesa, cada uma delas podendo figurar como língua do original ou da interpretação. Deste processo resultaram dois vídeos por discurso: um contendo a sua versão original e outro contendo a sua versão interpretada. Apenas a pista de áudio distingue o vídeo do original do vídeo da interpretação, uma vez que a imagem é sempre a do orador.

Este material encontra-se armazenado num servidor do Departamento de Informática da Universidade do Minho, constituindo um importante manancial, a partir do qual foram processados discursos e respetivas interpretações para incluir no arquivo multimédia e posteriormente no corpus. No que respeita aos direitos de autor, importa referir que todo este material provém, direta (no caso dos vídeos) ou indiretamente (no caso dos RIS), do PE. Esta instituição permite que o material disponibilizado no seu sítio *web* seja utilizado gratuitamente para fins educativos¹⁰⁸.

Das operações acima descritas resultou um volume de dados na ordem das dezenas de milhares de ficheiros, quer de texto (RIS) quer de vídeo (vídeos das versões originais e interpretadas dos discursos). Embora estes tenham sido conservados na totalidade, apenas continuámos a processar uma parte desse material, que foi selecionado mediante a aplicação dos seguintes critérios de exclusão:

- a) PERÍODO: foram incluídos apenas discursos proferidos nas sessões plenárias que tiveram lugar entre janeiro e junho de 2011, tendo todos os restantes sido excluídos. Para garantir a exequibilidade do estudo, cingimos os dados ao ano mais recente para o qual dispúnhamos dos RIS na versão original¹⁰⁹ e a respetiva tradução, que, como veremos (cf. 3.2.2.2), foram usados para auxiliar o trabalho de transcrição.

¹⁰⁷ <https://www.europarl.europa.eu/plenary/pt/debates-video.html>

¹⁰⁸ <https://www.europarl.europa.eu/portal/pt/legal-notice>

¹⁰⁹ Relembremos que a tradução dos RIS foi suspensa em 2011 (cf.1.2.1).

- b) ORADOR: foram excluídos todos os discursos proferidos por quaisquer outras personalidades que não os eurodeputados portugueses e ingleses em funções. Nas sessões plenárias, é comum haver convidados provenientes de outras entidades que não o Parlamento, tais como a Comissão Europeia, bem como de entidades externas às instituições europeias, que podem ou não pertencer à esfera política. As intervenções dos oradores convidados são, em regra, de duração superior àquela que é permitida à generalidade dos eurodeputados, podendo atingir 15 minutos. A fim de prevenir a variabilidade dos dados em termos da duração, foram excluídos todos os discursos proferidos por intervenientes que não os eurodeputados. Foram também excluídos os discursos de presidentes e vice-presidentes, que, sendo eurodeputados, detêm um papel exclusivamente formal de gestão dos trabalhos da sessão plenária, servindo as suas intervenções, nomeadamente, para assinalar a atribuição do tempo de palavra.
- c) VARIANTE LINGUÍSTICA: foram excluídos todos os discursos originais ingleses cujas interpretações foram produzidas em português brasileiro. Do ponto de vista lexical e sintático, esta variante apresenta diferenças relativamente à europeia, que constitui o nosso objeto de estudo. Foram também excluídos os discursos dos deputados escoceses, irlandeses, norte-irlandeses e galeses a fim de limitar a variação diatópica.
- d) LÍNGUA MATERNA: foram excluídos todos os discursos proferidos em inglês por falantes não nativos. Atualmente, nas instituições europeias, é cada vez mais frequente o recurso ao inglês como língua franca e, durante o período em apreço, foi possível encontrar intervenções em inglês de eurodeputados portugueses.

Os discursos que restaram após a aplicação dos critérios de exclusão deram origem ao arquivo multimédia. Note-se que, quando falamos de discursos, referimo-nos concretamente aos RIS e aos vídeos que lhes correspondem, aos quais se juntaram ainda as transcrições, de que nos ocupamos na secção seguinte.

3.2.2 Transcrição

Nesta secção, começamos por dar conta do sistema de gestão de ficheiros criado para auxiliar a organização do trabalho. De seguida, apresentamos o *software* e as normas de transcrição.

3.2.2.1 Sistema de Gestão

Antes de dar início ao trabalho de transcrição propriamente dito, foi necessário criar um sistema de gestão dos discursos a transcrever. Assim, tendo em conta que cada discurso se bifurca em duas versões linguísticas, foram criadas quatro folhas de cálculo no *Microsoft Excel*:

- a primeira contendo a relação dos discursos dos eurodeputados portugueses, em versão original portuguesa;
- a segunda contendo a relação dos discursos dos eurodeputados portugueses, em versão interpretada inglesa;
- a terceira contendo a relação dos discursos dos eurodeputados britânicos, em versão original inglesa; e
- a quarta contendo a relação dos discursos dos eurodeputados britânicos, em versão interpretada portuguesa.

Cada documento encontra-se organizado da seguinte forma:

- coluna A: número do deputado;
- coluna B: nome do deputado;
- coluna C: número do discurso;
- coluna D: língua;
- coluna E: código do discurso;
- coluna F: nomeação do vídeo correspondente; e
- coluna G: nomeação do RIS correspondente.

A imagem que se segue ilustra a parte inicial da primeira folha de cálculo referente às versões originais (i.e., em português) das intervenções dos eurodeputados portugueses:

N.º Deputado	Nome Deputado	N.º Discurso	Língua	Código	Ficheiro vídeo	Ficheiro RIS
1	Ana Gomes	1	PT	1AG1PT	interv_2011-01-19_17_05_pt	ep-11-01-19-011
2	Ana Gomes	2	PT	1AG2PT	interv_2011-01-19_18_18_pt	ep-11-01-19-013
3	Ana Gomes	3	PT	1AG3PT	interv_2011-01-19_19_04_pt	ep-11-01-19-013
4	Ana Gomes	4	PT	1AG4PT	interv_2011-02-03_09_39_pt	ep-11-02-03-004
5	Ana Gomes	5	PT	1AG5PT	interv_2011-03-09_09_19_pt	ep-11-03-09-006
6	Ana Gomes	6	PT	1AG6PT	interv_2011-03-10_12_14_pt	ep-11-03-10-009-02
7	Ana Gomes	7	PT	1AG7PT	interv_2011-03-10_12_15_pt	ep-11-03-10-009-02
8	Ana Gomes	8	PT	1AG8PT	interv_2011-04-04_21_04_pt	ep-11-04-04-019
9	Ana Gomes	9	PT	1AG9PT	interv_2011-04-05_11_42_pt	ep-11-04-05-003
10	Ana Gomes	10	PT	1AG10PT	interv_2011-04-06_17_27_pt	ep-11-04-06-013
11	Ana Gomes	11	PT	1AG11PT	interv_2011-04-06_21_49_pt	ep-11-04-06-020
12	Ana Gomes	12	PT	1AG12PT	interv_2011-04-06_22_32_pt	ep-11-04-06-021
13	Ana Gomes	13	PT	1AG13PT	interv_2011-04-07_15_11_pt	ep-11-04-07-010-01
14	Ana Gomes	14	PT	1AG14PT	interv_2011-04-07_16_01_pt	ep-11-04-07-010-03
15	Ana Gomes	15	PT	1AG15PT	interv_2011-05-11_12_00_pt	ep-11-05-11-004
16	Ana Gomes	16	PT	1AG16PT	interv_2011-05-12_15_12_pt	ep-11-05-12-016-01
17	Ana Gomes	17	PT	1AG17PT	interv_2011-06-07_16_29_pt	ep-11-06-07-014
18	Ana Gomes	18	PT	1AG18PT	interv_2011-06-09_15_32_pt	ep-11-06-09-012-02
19	Ana Gomes	19	PT	1AG19PT	interv_2011-06-09_15_34_pt	ep-11-06-09-012-02
20	Ana Gomes	20	PT	1AG20PT	interv_2011-06-09_15_41_pt	ep-11-06-09-012-02
21	António Correia de Campos	1	PT	2AC1PT	interv_2011-04-06_09_07_pt	ep-11-04-06-004
22	António Correia de Campos	2	PT	2AC2PT	interv_2011-04-06_11_56_pt	ep-11-04-06-006
23	António Correia de Campos	3	PT	2AC3PT	interv_2011-05-11_21_59_pt	ep-11-05-11-015
24	António Correia de Campos	4	PT	2AC4PT	interv_2011-06-06_19_33_pt	ep-11-06-06-018
25	Carlos Coelho	1	PT	3CC1PT	interv_2011-01-17_21_57_pt	ep-11-01-17-018
26	Carlos Coelho	2	PT	3CC2PT	interv_2011-01-19_19_56_pt	ep-11-01-19-014
27	Carlos Coelho	3	PT	3CC3PT	interv_2011-03-23_20_12_pt	ep-11-03-23-018
28	Carlos Coelho	4	PT	3CC4PT	interv_2011-04-04_21_42_pt	ep-11-04-04-019

Figura 11. Listagem das intervenções originais dos deputados portugueses.

Os deputados foram listados por ordem alfabética, tendo sido atribuído um número a cada um. Para cada deputado foram depois elencadas todas as suas intervenções, para as quais se indicou, de seguida, o respetivo número e a língua. Estes elementos combinam-se para formar um código identificador da intervenção. Trata-se de um código único composto pelo número e iniciais do deputado, número da intervenção e língua. A título de exemplo, o identificador 2AC4PT, situado na célula E25 da folha de cálculo acima reproduzida, designa:

- uma intervenção de António Correia de Campos, que é o segundo deputado numa lista alfabeticamente ordenada, nomeadamente
- a sua quarta intervenção, numa lista cronologicamente ordenada das suas intervenções em plenária entre janeiro e junho de 2011,
- proferida em português.

O código apenas indica o deputado (nome e número), o número da intervenção e a língua; não permite saber qual é o vídeo nem o RIS que lhe correspondem. Assim, para tornar explícita a relação entre a intervenção (representada pelo código), o vídeo e o RIS, é fornecida a identificação do ficheiro de vídeo e do ficheiro que contém o RIS, nas colunas F e G, respetivamente. Ao colocar lado a lado o código e a identificação do vídeo e do RIS correspondentes¹¹⁰, torna-se possível identificar rapidamente os vários elementos associados a cada intervenção, agilizando o processo de transcrição.

¹¹⁰ O sistema de nomeação dos ficheiros audiovisuais reflete a data e a língua da intervenção. Este sistema resultou do próprio processo de extracção levado a cabo por colegas do Departamento de Informática da Universidade do Minho. Um utilizador comum, ao descarregar um vídeo no sítio do PE, obterá um ficheiro cuja nomeação será uma sequência de caracteres com pouca relevância prática para a sua identificação.

A folha de cálculo reproduzida acima (cf. Figura 11) diz respeito às versões originais das intervenções dos deputados portugueses. De seguida, apresentamos a folha de cálculo referente às versões interpretadas das mesmas intervenções:

N.º Deputado	Nome deputado	N.º Discurso	Língua	Código	Ficheiro vídeo	Ficheiro RIS
1	Ana Gomes	1	EN	1AG1EN	interv_2011-01-19_17_05_en	ep-11-01-19-011
2	Ana Gomes	2	EN	1AG2EN	interv_2011-01-19_18_18_en	ep-11-01-19-013
3	Ana Gomes	3	EN	1AG3EN	interv_2011-01-19_19_04_en	ep-11-01-19-013
4	Ana Gomes	4	EN	1AG4EN	interv_2011-02-03_09_39_en	ep-11-02-03-004
5	Ana Gomes	5	EN	1AG5EN	interv_2011-03-09_09_19_en	ep-11-03-09-006
6	Ana Gomes	6	EN	1AG6EN	interv_2011-03-10_12_14_en	ep-11-03-10-009-02
7	Ana Gomes	7	EN	1AG7EN	interv_2011-03-10_12_15_en	ep-11-03-10-009-02
8	Ana Gomes	8	EN	1AG8EN	interv_2011-04-04_21_04_en	ep-11-04-04-019
9	Ana Gomes	9	EN	1AG9EN	interv_2011-04-05_11_42_en	ep-11-04-05-003
10	Ana Gomes	10	EN	1AG10EN	interv_2011-04-06_17_27_en	ep-11-04-06-013
11	Ana Gomes	11	EN	1AG11EN	interv_2011-04-06_21_49_en	ep-11-04-06-020
12	Ana Gomes	12	EN	1AG12EN	interv_2011-04-06_22_32_en	ep-11-04-06-021
13	Ana Gomes	13	EN	1AG13EN	interv_2011-04-07_15_11_en	ep-11-04-07-010-01
14	Ana Gomes	14	EN	1AG14EN	interv_2011-04-07_16_01_en	ep-11-04-07-010-03
15	Ana Gomes	15	EN	1AG15EN	interv_2011-05-11_12_00_en	ep-11-05-11-004
16	Ana Gomes	16	EN	1AG16EN	interv_2011-05-12_15_12_en	ep-11-05-12-016-01
17	Ana Gomes	17	EN	1AG17EN	interv_2011-06-07_16_29_en	ep-11-06-07-014
18	Ana Gomes	18	EN	1AG18EN	interv_2011-06-09_15_32_en	ep-11-06-09-012-02
19	Ana Gomes	19	EN	1AG19EN	interv_2011-06-09_15_34_en	ep-11-06-09-012-02
20	Ana Gomes	20	EN	1AG20EN	interv_2011-06-09_15_41_en	ep-11-06-09-012-02
21	Ana Gomes	19	EN	1AG19EN	interv_2011-06-09_15_34_en	ep-11-06-09-012-02
22	António Correia de Campos	1	EN	2AC1EN	interv_2011-04-06_09_07_en	ep-11-04-06-004
23	António Correia de Campos	2	EN	2AC2EN	interv_2011-04-06_11_56_en	ep-11-04-06-006
24	António Correia de Campos	3	EN	2AC3EN	interv_2011-05-11_21_59_en	ep-11-05-11-015
25	António Correia de Campos	4	EN	2AC4EN	interv_2011-06-06_19_33_en	ep-11-06-06-018
26	Carlos Coelho	1	EN	3CC1EN	interv_2011-01-17_21_57_en	ep-11-01-17-018
27	Carlos Coelho	2	EN	3CC2EN	interv_2011-01-19_19_56_en	ep-11-01-19-014
28	Carlos Coelho	3	EN	3CC3EN	interv_2011-03-23_20_12_en	ep-11-03-23-018
29	Carlos Coelho	4	EN	3CC4EN	interv_2011-04-04_21_42_en	ep-11-04-04-019
30	Carlos Coelho	5	EN	3CC5EN	interv_2011-05-10_16_09_en	ep-11-05-10-015
31	Carlos Coelho	6	EN	3CC6EN	interv_2011-06-07_17_05_en	ep-11-06-07-015
32	Carlos Coelho	7	EN	3CC7EN	interv_2011-06-07_18_33_en	ep-11-06-07-015

Figura 12. Listagem das intervenções interpretadas dos deputados portugueses.

Como se pode ver, este documento apresenta uma estrutura idêntica. A única diferença diz respeito à língua, que se reflete também no código identificador e na nomeação dos ficheiros. No caso das versões originais (cf. Figura 11), a língua é necessariamente o português, visto que apenas foram consideradas as intervenções originais em que os deputados se pronunciaram em português. Neste caso (cf. Figura 12), tratando-se de versões interpretadas de discursos originais em português, a língua passa a ser o inglês.

Conforme referido, foram criados, para os discursos dos eurodeputados britânicos, outras duas folhas de cálculo, contendo as versões originais e interpretadas. Estas obedecem à mesma lógica descrita para as folhas de cálculo relativas aos discursos dos deputados portugueses.

3.2.2.2 *Software* e Normas de Transcrição

As transcrições foram elaboradas no *EXMARaLDA Partitur-Editor*. Trata-se de um *software* gratuito, baseado na estrutura de uma partitura musical. No *Partitur-Editor* é possível fazer o *upload* de um ficheiro vídeo (em formato .wmv), que se encontra visível durante a transcrição, como ilustra a Figura 13:

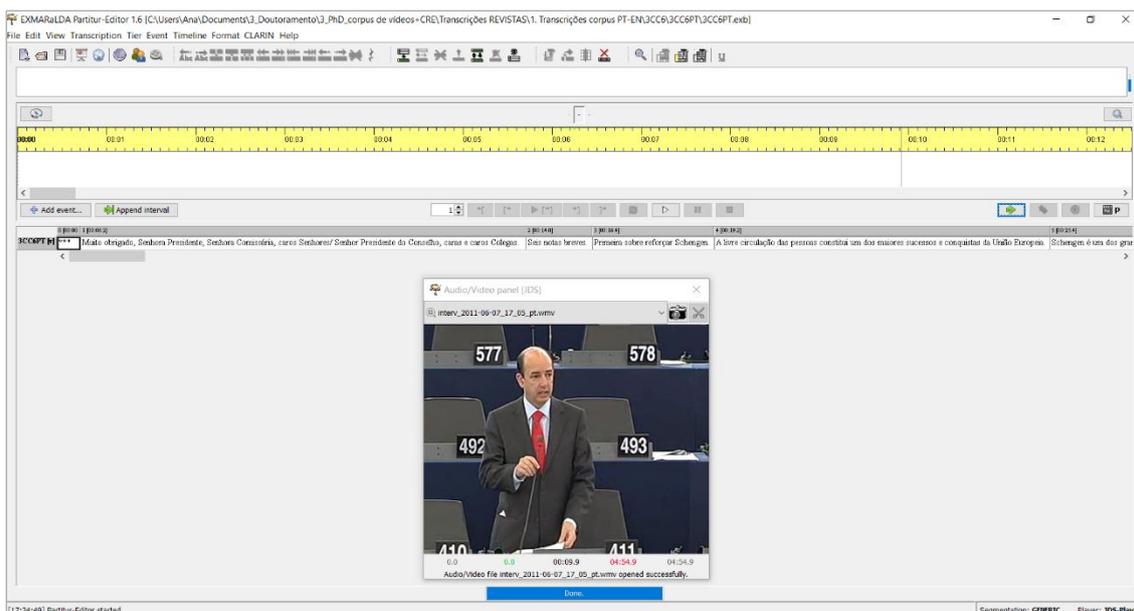


Figura 13. Programa de transcrição *EXMARaLDA Partitur-Editor*.

O trabalho de transcrição deve ser orientado por decisões metodológicas firmadas na identificação da(s) finalidade(s) do estudo que se pretende levar a cabo (Bendazzoli, 2010a). Neste contexto, importa lembrar que o presente estudo incide sobre as cadeias anafóricas pronominais. Assim, optou-se pela transcrição ortográfica, tendo sempre o cuidado de reproduzir o mais fielmente possível aquilo que é efetivamente pronunciado pelos oradores e intérpretes. Na seguinte tabela, apresentamos as normas que orientaram o trabalho de transcrição:

Tabela 5. Normas de transcrição.

FENÓMENO	COMO TRANSCREVER	EXEMPLO
PALAVRA TRUNCADA/REFORMULAÇÃO	Usar hífen	Prop- proposta
ERRO DE PRONÚNCIA	Escrever conforme se ouve	governância
NÚMEROS	Usar dígitos	532 4% 1997
IMPERCETÍVEL	Colocar (imp)	(imp)

A par da transcrição propriamente dita, o *Partitur-Editor* permite a integração de metadados relativos aos discursos e aos oradores através, respetivamente, dos separadores *meta information* e *speakertable*, que se subdividem em atributos fixos e atributos definidos pelo utilizador. A título de exemplo, apresentamos, de seguida, imagens ilustrativas dos dois separadores relativos à versão original e interpretada de um discurso do eurodeputado Carlos Coelho, começando pelo separador *meta information*:

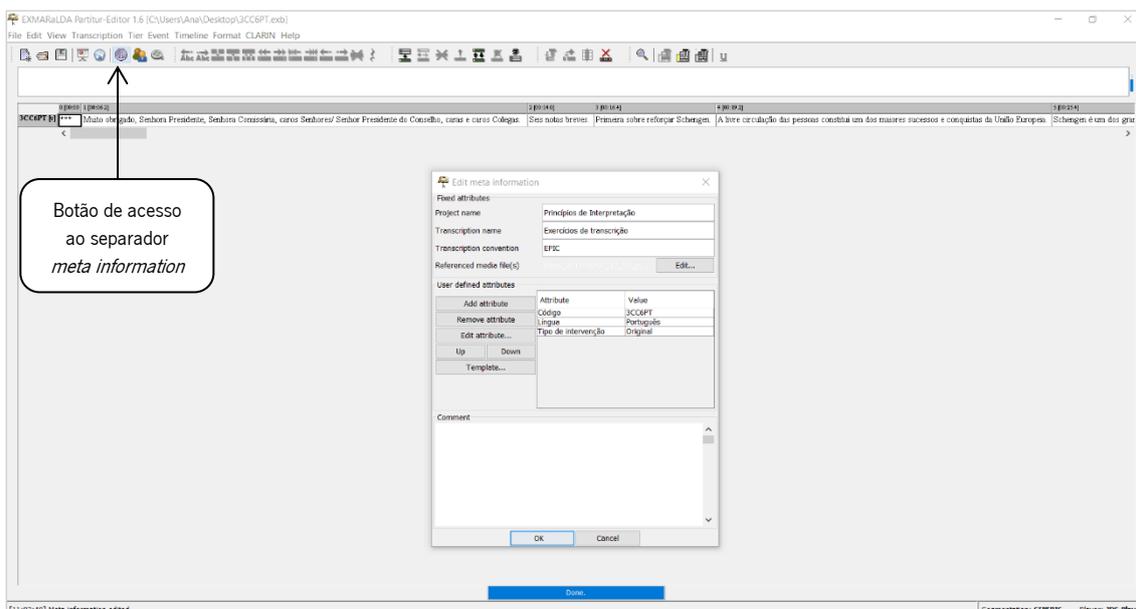


Figura 14. Metadados do discurso (versão original).

Como referido, este separador contém informação relativa ao discurso. Os atributos fixos dizem respeito ao contexto pedagógico em que foram realizadas as transcrições. A par destes foram definidos três critérios: o código identificador do discurso, a língua em que é preferido e o tipo de intervenção (i.e., original ou interpretação), que aqui identificam a versão original de um discurso. Vejamos, agora, os atributos referentes à versão interpretada do mesmo discurso:

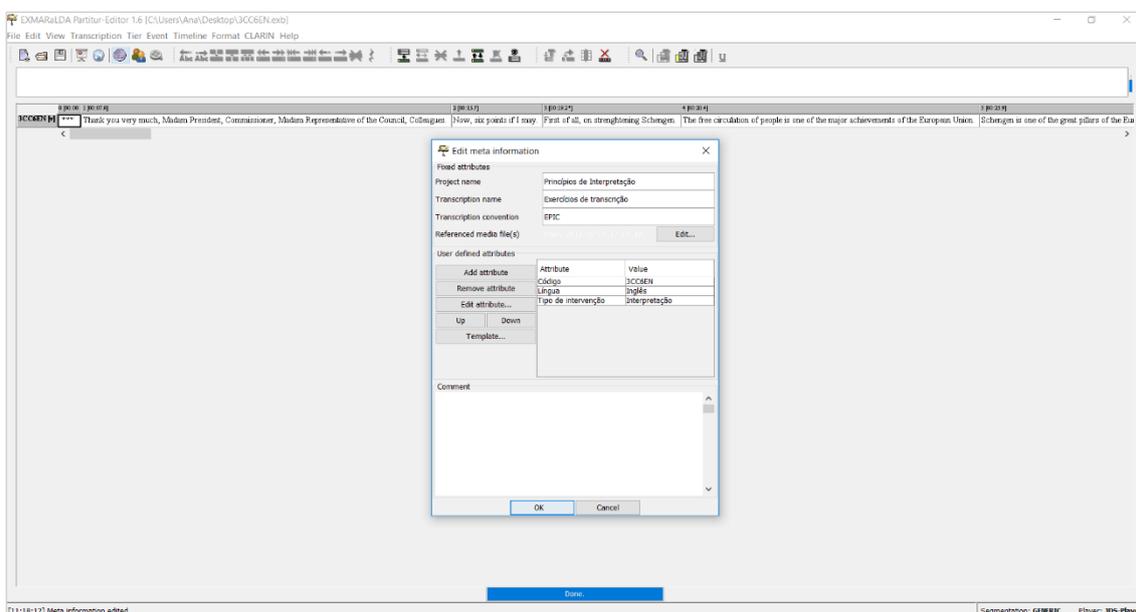


Figura 15. Metadados do discurso (versão interpretada).

Como se pode ver, os atributos fixos mantêm-se inalterados. Os restantes atributos são idênticos, apresentando, porém, valores diferentes: o código identificador passar a conter a sigla “EN”, em consonância com a língua abaixo designada, e, do tipo de intervenção, passa a constar a menção

“Interpretação”. Após a descrição do separador *meta information*, passamos ao separador *speakertable*, que contém informação relativa aos oradores (cf. Figura 16):

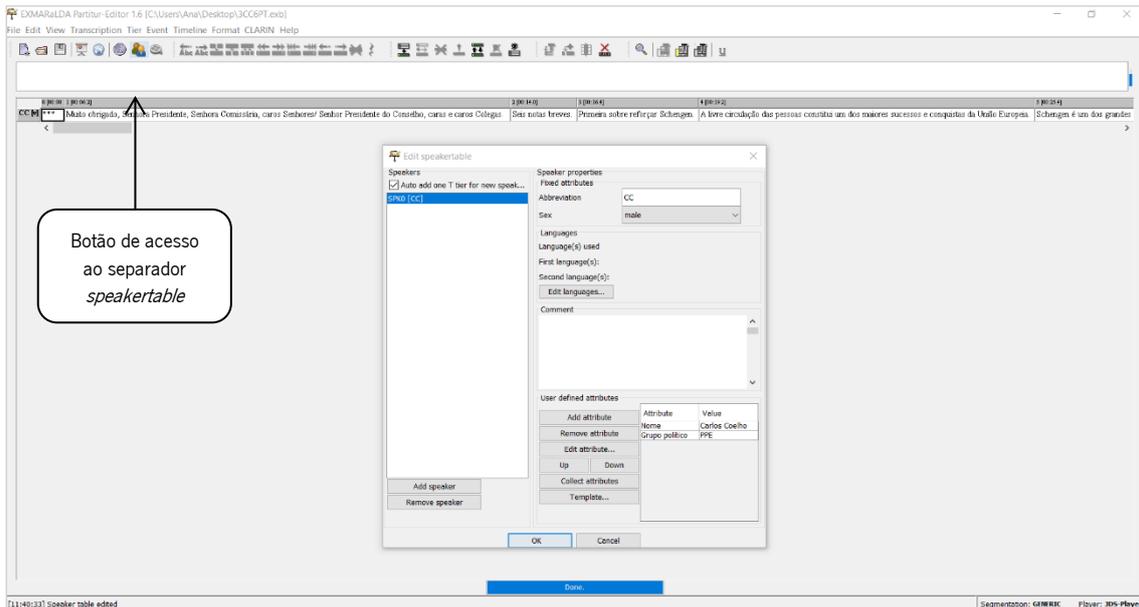


Figura 16. Metadados do orador (versão original).

Os atributos fixos consistem na abreviatura (nome abreviado) e no género, que foram preenchidos, respetivamente, com as iniciais do eurodeputado em questão, Carlos Coelho, e o valor “male” (masculino)¹¹¹. Como se pode ver na imagem, a língua constitui igualmente um atributo fixo. Porém, tratando-se de um atributo associado ao discurso, optámos por incluí-lo apenas no separador *meta information*, como um dos atributos definidos pelo utilizador. A par dos atributos fixos, foram definidos outros dois: nome e grupo político.

Na *speakertable* relativa à versão interpretada (cf. Figura 17 abaixo), foram igualmente preenchidos os atributos fixos. No primeiro campo, passa a constar a abreviatura “Int.”, que designa o intérprete, e, no segundo, foi colocado o sexo do intérprete, que, neste caso, coincide com o do orador. Uma vez não dispúnhamos de dados sobre o intérprete, não foram criados atributos adicionais.

¹¹¹ Uma vez que o programa foi usado em inglês, o valor do atributo referente ao género encontra-se, por defeito, nesta língua.

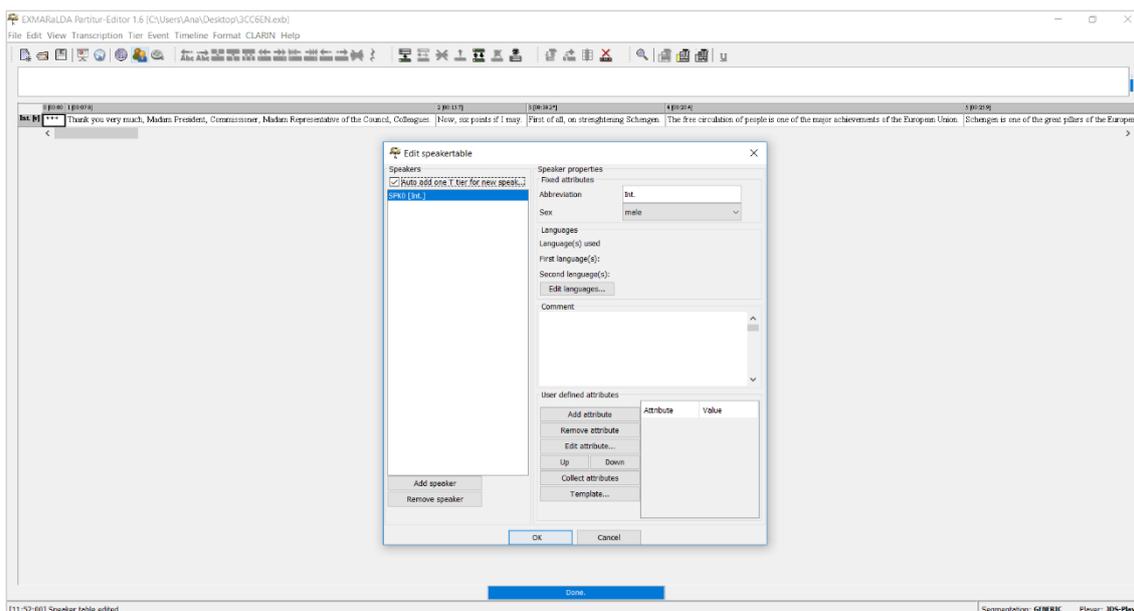


Figura 17. Metadados do orador (versão interpretada).

Uma vez finalizado o trabalho de transcrição, os ficheiros resultantes foram guardados no formato standard do *EXMARaLDA Partitur-Editor* (formato .exb) e nomeados de acordo com o respetivo código identificador. Este programa oferece várias possibilidades de exportação. Para a compilação do protótipo do corpus interPE (cf. 3.3.3), revelou-se particularmente útil a exportação em formato .srt, muito usado em legendagem devido às marcações temporais que facilitam a sincronização entre texto e imagem.

Para a tarefa de transcrição, contámos com o apoio dos alunos da unidade curricular de Princípios de Interpretação, do terceiro ano da licenciatura em Línguas Aplicadas (2013/14), da Universidade do Minho¹¹². A par das normas de transcrição, foi fornecido aos alunos o *Código de Redação Interinstitucional* das instituições europeias (União Europeia, 2011)¹¹³, para ajudar a esclarecer eventuais dúvidas de carácter formal (e.g., uso de maiúsculas e pontuação). Porém, não lhes foram fornecidos os RIS, para evitar que se limitassem a copiar o conteúdo desses

¹¹² Os alunos participaram na transcrição de discursos, com recurso ao *EXMARaLDA – Partitur-Editor*, e no alinhamento dos originais com as respetivas interpretações, usando o alinhador *Youalign* (<https://youalign.com/>). Com base no material obtido, foi-lhes pedido que realizassem uma análise global das interpretações, tendo como ponto de referência uma tipologia adaptada de Falbo (1998). A julgar pelo seu *feedback*, esta experiência didática surtiu efeitos positivos. Entre os aspetos mais apreciados pelos alunos, destaca-se a utilização de *software* de transcrição e de alinhamento, a exploração de corpora com recurso a expressões regulares de pesquisa, e a aprendizagem de uma aparelhagem concetual simples mas eficaz para descrever, com rigor científico, os fenómenos observados nos textos por eles transcritos.

¹¹³ Embora tenhamos utilizado a versão em papel, gentilmente cedida pelo Serviço das Publicações da União Europeia, este documento encontra-se disponível em versão electrónica, periodicamente atualizada, no seguinte endereço: <https://publications.europa.eu/code/pt/pt-000100.htm>.

documentos. As transcrições dos alunos¹¹⁴ foram revistas e, para essa revisão, recorreu-se aos respectivos RIS bem como ao *Código de Redação Interinstitucional*, a fim de garantir a consistência das nossas opções de transcrição bem como a sua harmonização com as convenções institucionais.

Finalmente, importa referir que o trabalho de transcrição foi norteado por orientações desenvolvidas no âmbito do EPIC, em que a transcrição é apresentada como um processo que se desenrola a três níveis: linguístico, paralinguístico e extralinguístico. As normas de transcrição reportadas na Tabela 5 situam-se nos níveis linguístico e paralinguístico, apresentando as seguintes diferenças relativamente ao EPIC:

- Não foram transcritas quaisquer pausas, diversamente do EPIC que prevê a transcrição de pausas preenchidas e não preenchidas.
- Em vez de transcrever os números por extenso, estes foram transcritos em dígitos.
- As passagens impercetíveis foram assinaladas com “(imp)” em vez do símbolo “#”.
- As transcrições contêm sinais de pontuação (ponto final e vírgula) em lugar do símbolo “//” usado nas transcrições do EPIC.

Foram três os principais fatores que determinaram a necessidade de adaptar as normas de transcrição utilizadas no EPIC, nomeadamente os objetivos do presente trabalho, a colaboração de alunos e o programa informático utilizado para realizar as transcrições.

Tendo em conta que o nosso objeto de estudo se situa no plano ortográfico, considerou-se que a transcrição de pausas não traria vantagens significativas, além do que poderia sobrecarregar o esforço de leitura das transcrições. A fim de simplificar e agilizar a atividade dos alunos, optou-se pela transcrição de dados numéricos em dígitos, exceto em casos como “30 mil milhões”, em que a transcrição por extenso se revelou mais eficiente do que a utilização de dígitos. Também por uma questão de simplificação em prol dos alunos, as passagens impercetíveis foram assinaladas com “(imp)”, dado que esta abreviatura remete de forma mais direta para o seu significado. Convencionou-se, ainda, utilizar pontos finais e vírgulas para demarcar unidades sintáticas e/ou prosódicas, com o intuito de tornar mais fluida a leitura das transcrições. No nosso caso, como se pode ver na Figura 13, nas barras situadas acima do texto transcrito, a transcrição encontra-se já

¹¹⁴ Apenas as que foram posteriormente selecionadas para inclusão no corpus (cf. 3.3.1).

dividida em segmentos, cuja duração pode ser ajustada de acordo com as pausas sintáticas e também com a entoação presentes no discurso.

Como referido acima, a transcrição efetua-se, para além dos níveis linguístico e paralinguístico, ao nível extralinguístico, que diz respeito aos metadados. Nesse domínio, as transcrições do EPIC são bastante completas, já que a cada uma é acoplado um cabeçalho de metadados que inclui abundante informação sobre o contexto, orador e o discurso (e.g., tema, tema específico, duração, número de palavras, palavras por minuto, etc.). No nosso caso, foram conservados os metadados necessários à identificação dos discursos e oradores/intérpretes, tendo sido incluídos nos separadores *meta information* e *speakertable* do *EXMARaLDA Partitur-Editor*.

Embora algumas decisões metodológicas ao nível da transcrição tenham sido influenciadas por questões de ordem prática, parece-nos importante ressaltar que, a qualquer altura, os ficheiros transcritos poderão ser recuperados e revistos de modo a incluir novos elementos de transcrição, não só linguísticos e paralinguísticos como também extralinguísticos. Uma vez que os vídeos se encontram no arquivo multimédia, haverá sempre a possibilidade de recorrer aos mesmos para obter uma perceção mais aprofundada dos discursos e das interpretações, incluindo fenómenos específicos da oralidade.

3.2.3 Composição e Organização

O arquivo multimédia é composto por vídeos, transcrições e RIS, que se distribuem do seguinte modo:

Tabela 6. Distribuição do material do arquivo multimédia.

	ORG-PT	INT-EN	ORG-EN	INT-PT
VÍDEOS (formato .wmv)	272	272	466	466
TRANSCRIÇÕES (formato .exb)	272	272	466	466
	PT		EN	
RIS (formato .txt)	254		254	

No total, o arquivo multimédia inclui 738 discursos, dos quais 272 são discursos originais portugueses e 466 são originais ingleses. Cada RIS corresponde a uma sessão plenária,

abrangendo por isso vários discursos. Assim se explica a diferença entre o número de ficheiros associados aos vídeos e transcrições bem como aos RIS.

Este material encontra-se armazenado localmente, organizado por pastas. O emparelhamento dos vídeos, transcrições e RIS correspondentes a cada original e a cada interpretação foi realizado com base nas folhas de cálculo criadas para gerir o trabalho de transcrição (cf. 3.2.2.1).

3.3 Do Arquivo Multimédia ao Corpus

À semelhança dos corpora EPIC e DIRSI, a constituição do arquivo multimédia pressupõe que apenas uma parte do material é processada para inclusão no corpus. Assim, nesta secção é descrito o procedimento de seleção do material que constitui o corpus de análise. De seguida, é fornecida informação relativa à composição e organização do corpus e, finalmente, é apresentado o protótipo interPE.

3.3.1 Aleatorização

O volume de dados contidos no arquivo multimédia não se coadunava com uma dimensão de amostra adequada a uma análise qualitativa como a que propomos. Para além disso, conforme referido, verificava-se para o período em análise uma grande disparidade em termos do número de discursos proferidos por deputados portugueses e ingleses, o que implicou a necessidade de equilibrar quantitativamente os dados.

Por estes motivos, a amostra foi limitada ao mês de junho (o mais recente da amostra), tendo sido depois efetuada uma seleção aleatória de discursos. Porém, antes da aleatorização, foi necessário salvaguardar a comparabilidade dos dados. Para esse efeito, foi compilada, para cada subcorpus de discursos originais (ORG-PT e ORG-EN), uma lista cronologicamente ordenada de todos os discursos referentes ao mês de junho, com a indicação do número de palavras e da duração de cada um. A par destes dois indicadores, foi calculada a velocidade de elocução de cada discurso, medida em função do número de palavras por minuto. De seguida, apresentamos uma tabela com os valores mínimos, máximos, média e desvio-padrão (DP) para cada um dos subcorpora:

Tabela 7. Duração e extensão dos discursos.

	ORG-PT		ORG-EN			
	N.º DE PALAVRAS	DURAÇÃO (SEGUNDOS)	N.º DE PALAVRAS/MINUTO	N.º DE PALAVRAS	DURAÇÃO (SEGUNDOS)	N.º DE PALAVRAS/MINUTO
MÍNIMO	103	36	104,2	53	16	109,1
MÁXIMO	631	273	178,1	525	190	240
MÉDIA	239,7	103,2	140,5	185	70,5	159,4
(DP)	(117,8)	(51,7)	(18,6)	(84,1)	(32,4)	(23,1)

Tendo por base esta informação, procedeu-se à exclusão de todos os discursos que se situavam um desvio-padrão acima ou abaixo das médias de cada um dos três indicadores (número de palavras, duração e número de palavras por minuto). Por fim, com recurso a uma lista aleatoriamente gerada numa folha de cálculo, foram seleccionados 20 discursos por subcorpus e é essa amostra aleatória que constitui o corpus de análise do presente trabalho.

3.3.2 Composição e Organização

Como vimos no início do capítulo, o corpus é composto por quatro subcorpora, que contêm discursos originais em inglês e em português, a par das respetivas interpretações. Cada um destes subcorpora contém 20 discursos, cuja composição se apresenta na Tabela 8:

Tabela 8. Composição do corpus.

	ORG-PT	INT-EN	ORG-EN	INT-PT
N.º DE PALAVRAS				
TOTAL	4 330	4 249	3 820	3 074
MÉDIA	216,5	212,45	191	153,7
(DP)	(53,4)	(62,1)	(39,6)	(29,0)
DURAÇÃO				
TOTAL	31m20s	31m44s	23m8s	23m50s
MÉDIA	94s	95,2s	69,4s	71,5s
(DP)	(24,6s)	(27,1s)	(12,4s)	(11,8s)
PALAVRAS/MIN.				
MÉDIA	138,9	134,6	164,8	129,9
(DP)	(9,8)	(15,6)	(11,4)	(20,9)

Tal como o arquivo multimédia, também o corpus foi armazenado localmente e organizado por pastas. Porém, no corpus, as pastas já se encontram nomeadas de acordo com o código identificador de cada intervenção, contendo o vídeo, a transcrição e o RIS correspondentes.

3.3.3 Criação de Protótipo do Corpus interPE

O trabalho desenvolvido levou à criação de um protótipo de corpus multimédia bidirecional de interpretação, na sua aceção de plataforma eletrónica, na senda de outros projetos de criação de corpora multimédia (Bendazzoli, 2010b; Dios, 2012; Hasebe, 2015). Este protótipo consiste numa aplicação *web* que permite a consulta dos vídeos e transcrições de discursos proferidos por deputados portugueses e britânicos em sessões plenárias do PE. A interface é simples e intuitiva, conforme se pode ver na Figura 18:

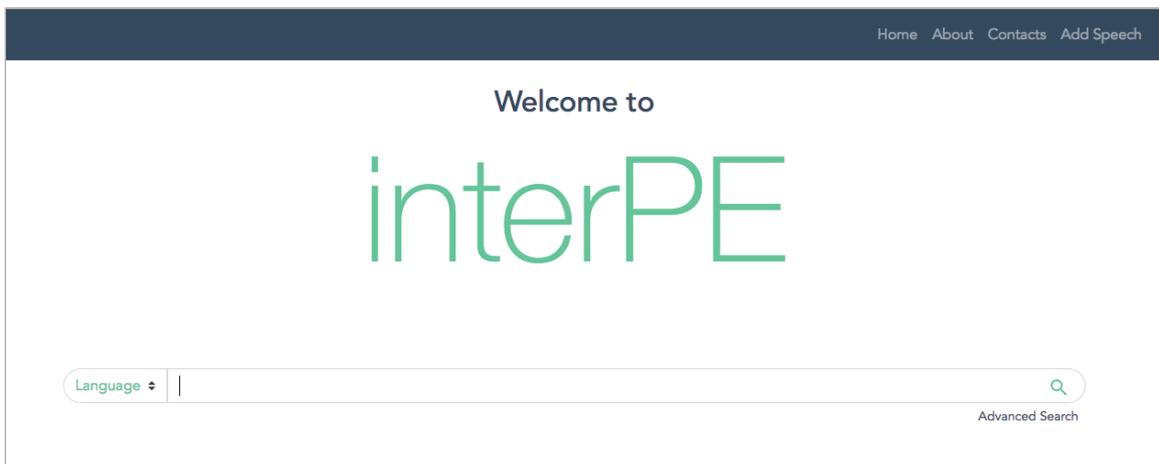


Figura 18. Página inicial.

Na janela de pesquisa, o utilizador poderá inserir um termo em português ou inglês, devendo seleccionar a língua em questão no botão situado à esquerda. De seguida, é devolvida ao utilizador uma página de resultados, como a seguinte (cf. Figura 19):

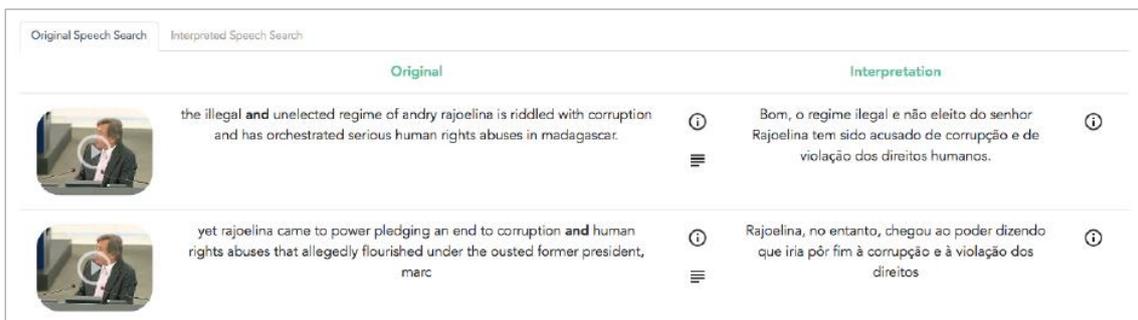
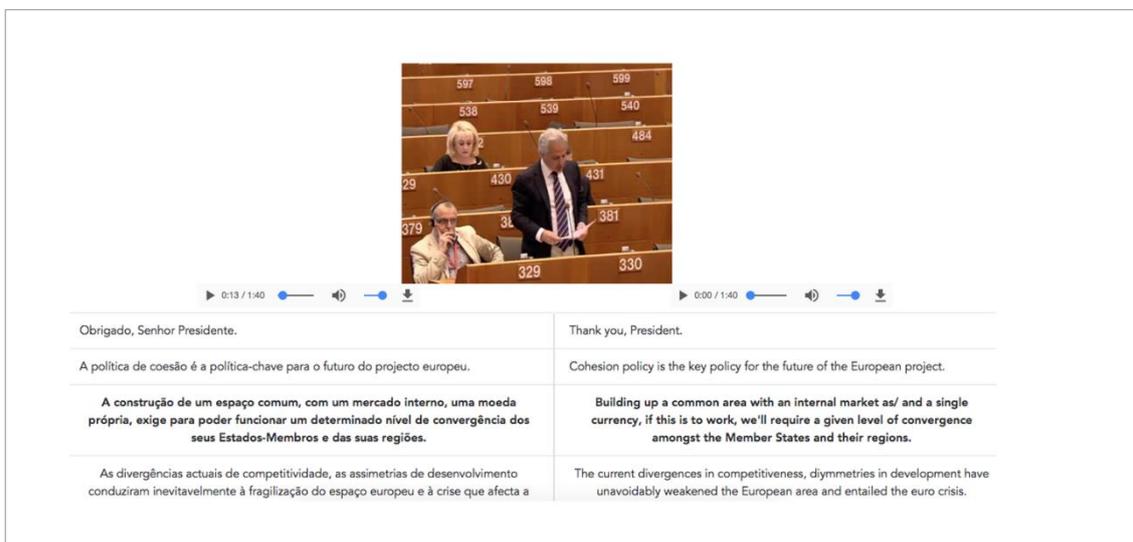


Figura 19. Página de resultados.

Por defeito, são apresentados os resultados da pesquisa em discursos originais. Ao clicar no segundo separador, no canto superior esquerdo, é possível consultar os resultados da pesquisa em interpretações. Cada linha horizontal da página de resultados representa um discurso e dá

acesso a outra página em que é possível ver e ouvir o discurso na versão original e interpretada (cf. Figura 20):



The image shows a video player interface. At the top, there is a video frame showing a man in a suit speaking in a parliamentary setting. Below the video frame are two progress bars, one for the video and one for the audio, both showing 0:00 / 1:40. Below the progress bars is a table with two columns: the original text in Portuguese and its English translation. The text in the table is synchronized with the video content.

Obrigado, Senhor Presidente.	Thank you, President.
A política de coesão é a política-chave para o futuro do projecto europeu.	Cohesion policy is the key policy for the future of the European project.
A construção de um espaço comum, com um mercado interno, uma moeda própria, exige para poder funcionar um determinado nível de convergência dos seus Estados-Membros e das suas regiões.	Building up a common area with an internal market as/ and a single currency, if this is to work, we'll require a given level of convergence amongst the Member States and their regions.
As divergências actuais de competitividade, as assimetrias de desenvolvimento conduziram inevitavelmente à fragilização do espaço europeu e à crise que afecta a	The current divergences in competitiveness, diymetries in development have unavoidably weakened the European area and entailed the euro crisis.

Figura 20. Discurso seleccionado a partir da página de resultados.

O vídeo e as respetivas pistas de áudio encontram-se sincronizados com as transcrições, como se de legendas se tratasse. Para tornar mais visível a relação entre o material audiovisual e o textual, os segmentos são destacados a negrito à medida que vão sendo pronunciados, como se pode observar no segmento intermédio da Figura 20.

Voltando à página de resultados, ilustrada na Figura 19 acima, encontram-se dois ícones ao centro. O segundo ícone dá acesso à transcrição completa do discurso em questão, ao passo que o primeiro remete o utilizador para uma página contendo os metadados de cada discurso. Os metadados são incluídos num ficheiro de texto, que acompanha os ficheiros audiovisuais correspondentes a cada discurso. A necessidade de incluir os metadados em ficheiro próprio decorre da possibilidade de o próprio utilizador poder alimentar a plataforma com novos discursos, mediante criação de registo e acesso à sua área pessoal. Ao inserir um novo discurso, o utilizador depara-se com o seguinte formulário:

The image shows two parts of a web interface. On the left is a form titled "Upload related speech files here!". It contains several sections for file uploads: "Metadata file:", "Video file: (only add if source of speech is original)", "Audio file:", "Video snippet (only add if source of speech is original)", and "Subtitles file". Each section has a "Select file..." button and a "Choose file" button. At the bottom of the form are "Help!" and "Upload Speech" buttons. On the right is a "Please be Careful:" dialog box with a close button (X). It contains a list of instructions:

- Speech ID must have 7 characters, the last 2 must correspond to the language code of the speech (e.g.:EN)
- Date format is: ("DD"- "MM"- "YYYY")
- Your subtitle file must obey to '.srt' format (example)
- Video '.mp4' file must have the H.264 codec to be rendered by the browser (here's an [online convertor](#))
- You can download an example of the metadata file [here](#) (it's not required to fill all the fields)

 The dialog box has "Close" and "OK" buttons at the bottom right. An arrow points from the bottom of the form to the dialog box.

Figura 21. Formulário de inserção de novos discursos.

Como se pode deduzir dos campos do formulário, a adição de um novo discurso requer o *upload* de diversos ficheiros, nomeadamente o ficheiro de metadados, o ficheiro de vídeo, o ficheiro de áudio, o ficheiro com a imagem do discurso e, finalmente, o ficheiro com as transcrições. Cada um destes ficheiros diz respeito à versão original ou à versão interpretada, o que significa que, para um mesmo discurso, será necessário repetir o processo de *upload*.

A criação deste protótipo resultou de uma parceria com o Departamento de Engenharia Eletrónica da Universidade do Minho. Ana Soraia Martins, aluna do Mestrado Integrado em Engenharia de Telecomunicações e Informática, foi responsável pelo desenvolvimento da aplicação *web* no âmbito da sua dissertação de mestrado, onde é possível encontrar a descrição dos aspetos técnicos (Martins, 2017).

Pretende-se que o protótipo do corpus interPE seja desenvolvido e venha a converter-se num recurso aberto à comunidade académica, podendo servir de base a estudos sobre aspetos linguísticos e até psicolinguísticos em contexto de interpretação simultânea. Com esse desígnio em mente, é nosso intuito continuar a processar o material que foi recolhido no âmbito deste projeto para que possa ser futuramente incluído no corpus interPE.

3.4 Síntese

- Este capítulo assenta na distinção entre arquivo multimédia e corpus. O processo de compilação prevê uma etapa prévia de constituição de um arquivo multimédia, a partir do qual foi selecionada a amostra que constitui o corpus.
- O material recolhido consiste em vídeos, RIS e transcrições de discursos proferidos por eurodeputados portugueses e britânicos em sessões plenárias do PE, e das respetivas interpretações, realizadas em modo simultâneo.
- A partir do arquivo multimédia, procedeu-se a uma aleatorização com o intuito de selecionar os discursos para o corpus: 20 discursos originais portugueses (e respetivas interpretações) e 20 discursos originais ingleses (e respetivas interpretações).
- Foi desenvolvido um protótipo de corpus eletrónico de interpretação, designado de interPE, no qual se pretende vir a incluir os restantes discursos do arquivo multimédia.

4 OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

No presente capítulo, é descrita a metodologia de análise aplicada ao corpus, nomeadamente o processo de seleção das ocorrências relevantes para o estudo e os eixos de análise que o suportam.

4.1 Procedimentos de Extração e Seleção de Ocorrências

Nesta secção, começamos por apresentar a descrição do processo de extração de pronomes, passando de seguida aos critérios de exclusão, que permitiram delimitar a amostra relevante para o estudo.

4.1.1 O Processo de Extração

Uma vez circunscrito o corpus de análise, foi necessário extrair as ocorrências relevantes para o nosso estudo, nomeadamente as cadeias anafóricas. Tendo em conta que, por norma, um pronome é indicador da presença de uma cadeia anafórica, procedeu-se à extração dos pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e relativos. Não foram considerados os pronomes interrogativos e indefinidos, dado que estes não possuem valor anafórico.

Para levar a cabo esta tarefa, foi utilizada o programa de análise de corpora *Sketch Engine*¹¹⁵. Embora nativamente contenha inúmeros corpora em mais de 90 línguas prontos a serem explorados, este programa permite igualmente que um utilizador possa fazer *upload* de outros corpora e analisá-los. Para tal, é necessário que este possua uma licença (por vezes disponibilizada pelas instituições de ensino superior, como é o caso da Universidade do Minho, que tem uma licença válida até 2022) ou que se registre para poder usufruir de um período experimental gratuito de 30 dias. O *Sketch Engine* permite realizar diversos tipos de exploração de corpora, como se pode ver na Figura 22:

¹¹⁵ Referimo-nos aqui à versão comercial do *software*, disponível em: <https://www.sketchengine.eu/>. Além desta, existe a versão em código aberto, intitulada *NoSketch Engine*, disponível em: <https://www.sketchengine.eu/nosketch-engine/>. Esta apresenta algumas limitações em termos de funcionalidades e exige mais conhecimentos técnicos ao nível da preparação dos corpora para poderem ser explorados.

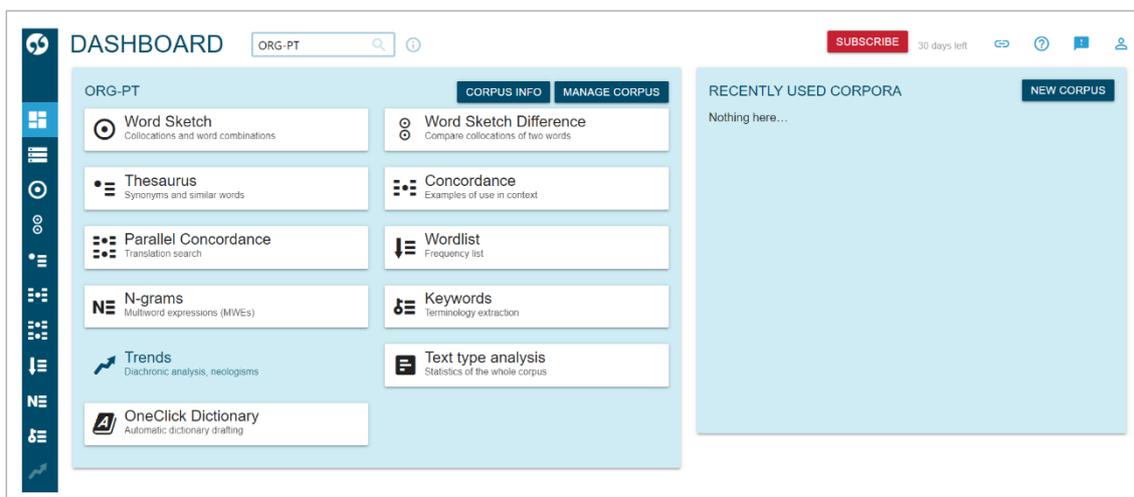


Figura 22. Programa de análise de corpora *Sketch Engine*.

Nesta imagem, é reproduzido o *Dashboard* (correspondente ao primeiro ícone na barra lateral esquerda), que funciona como uma espécie de painel de controlo. O *Dashboard* permite que o utilizador tenha uma visão global das diferentes funcionalidades de pesquisa em corpora, nomeadamente, de colocações (*Word Sketch* e *Word Sketch Difference*), de sinónimos e termos relacionados (*Thesaurus*), de concordâncias monolingues e multilingues (*Concordance* e *Parallel Concordance*), de listas de frequência (*Wordlist*), de unidades multilexicais (*N-grams*), de terminologia (*Keywords*), e de neologismos (*Trends*). Dependendo do tipo de corpus selecionado, poderão ser aplicadas restrições à gama de funcionalidades disponíveis.

Na barra lateral esquerda, o ícone que se situa imediatamente abaixo do *Dashboard* diz respeito à seleção do corpus ou corpora com que se pretende trabalhar (*Select corpus*). O utilizador poderá optar por qualquer um dos corpora já disponibilizados ou então criar os seus próprios corpora, monolingues ou multilingues, recorrendo à opção *New Corpus*, que dá início a uma breve sequência de instruções, de execução intuitiva, conducentes à incorporação de novos corpora no programa. Dada a natureza paralela dos dados, criámos dois corpora bilingues: um composto pelos discursos originais portugueses e interpretações em inglês (ORG-PT – INT-EN); e o outro pelos discursos originais ingleses e interpretações em português (ORG-EN – INT-PT). Conforme se pode ver na Figura 23 abaixo, os dois corpora surgem decompostos em quatro subcorpora monolingues:



Figura 23. Os quatro subcorpora monolingues.

O primeiro passo com vista à obtenção destes corpora consistiu em concatenar, para cada direção linguística, os discursos e as interpretações, em dois ficheiros de texto distintos. De seguida, esses ficheiros foram alinhados à frase com recurso ao *YouAlign* (cf. Figura 24):

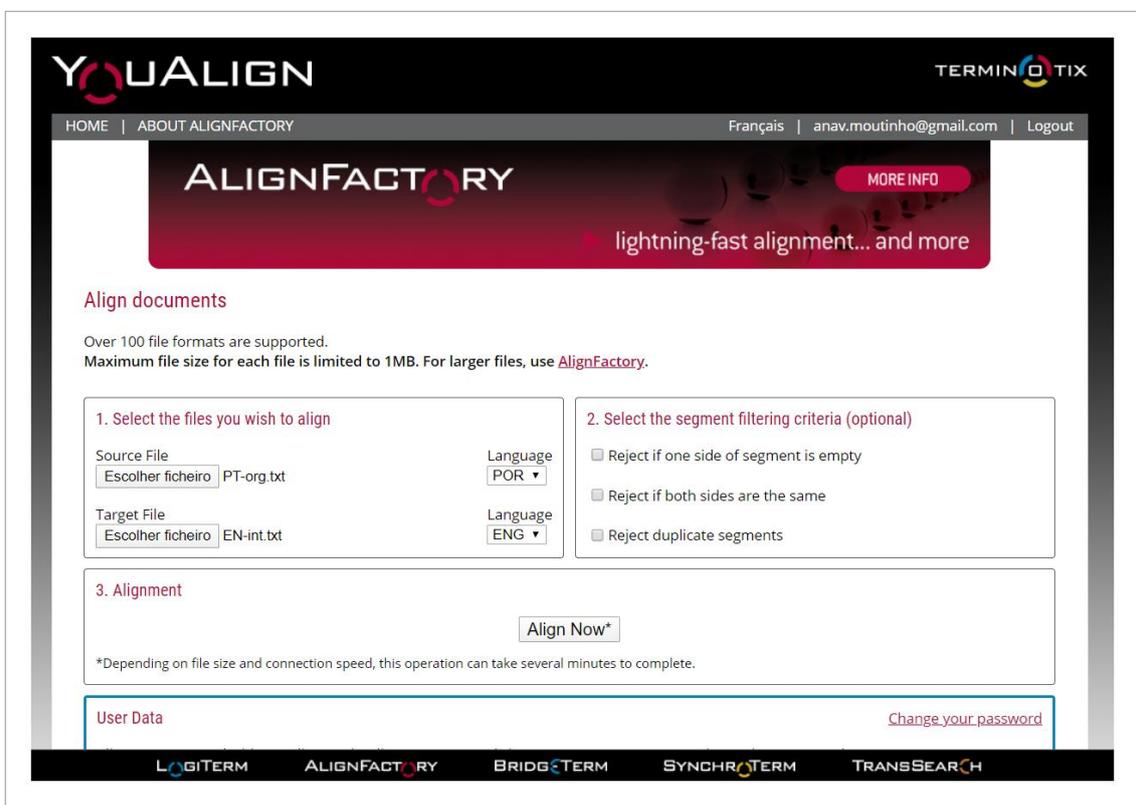


Figura 24. Programa de alinhamento *YouAlign*.

A Figura 24 retrata o procedimento utilizado para criar o corpus bilingue ORG-PT – INT-EN no *YouAlign*. Em primeiro lugar, seleciona-se os ficheiros, ambos de texto simples¹¹⁶, que se pretende

¹¹⁶ Pode ser necessário efetuar alguma alteração ao nível da codificação dos caracteres para que não surjam problemas de reconhecimento por parte do programa de alinhamento. No nosso caso, os ficheiros de texto foram criados no *NotePad++*, tendo sido necessário alterar a codificação para UTF-8 (através da opção “Codificar UTF-8”, no separador “Codificação”).

alinhar – neste caso, as transcrições dos discursos originais em português com as transcrições das respetivas interpretações em inglês. Dispensando a segunda etapa de definição dos critérios de filtragem da segmentação, de carácter opcional, o seguinte e último passo consiste em clicar no botão “Align Now”, que dará acesso a uma página contendo uma pré-visualização do texto alinhado e a partir da qual é possível descarregar o respetivo ficheiro .tmx ou .html. Trata-se, em ambos os casos, de um bitexto ou texto paralelo, que contém segmentos numa língua alinhados com os respetivos segmentos traduzidos. Optámos pelo formato .tmx, visto que é suportado pelo *Sketch Engine*. Posteriormente, este procedimento foi repetido para criar o corpus bilingue ORG-EN – INT-PT.

Uma vez criados e incorporados os corpora no *Sketch Engine*, foi possível levar a cabo o processo de extração das ocorrências relevantes através da pesquisa de concordâncias, acessível a partir do sexto e sétimo ícones da barra lateral esquerda visível na Figura 22 acima. A pesquisa de concordâncias, que, como referido, pode ser realizada em modo monolingue (*Concordance*) ou multilingue (*Parallel concordance*), consiste na pesquisa de uma ou mais palavras num único corpus ou em vários, donde resulta uma lista das ocorrências da(s) palavra(s) pesquisada(s). Uma vez que os corpora em questão são bilingues, ambos os tipos de pesquisa são possíveis. Nas Figuras 25 e 26 apresentamos exemplos de concordâncias monolingue e bilingue, respetivamente:

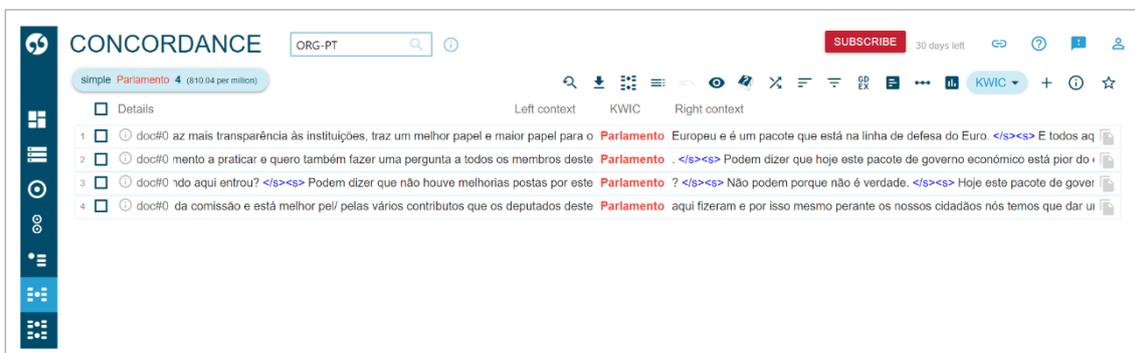


Figura 25. Exemplo de concordância monolingue.

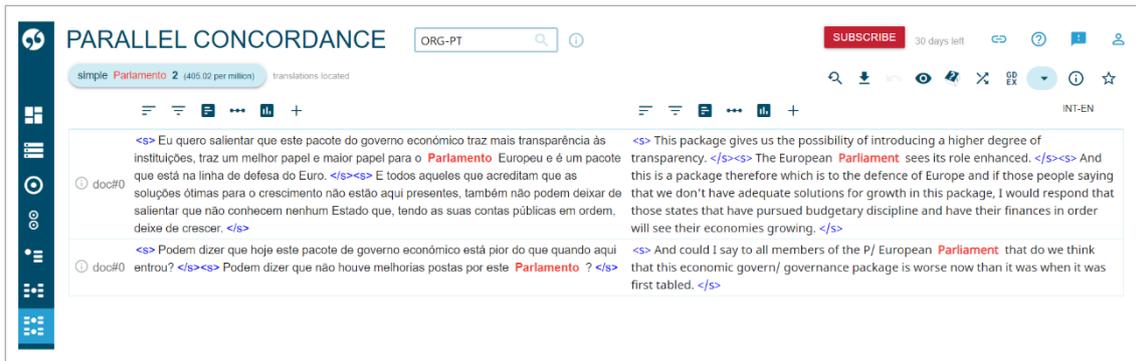


Figura 26. Exemplo de concordância bilingue.

A pesquisa de concordância monolíngue (cf. Figura 25) incide exclusivamente sobre um subcorpus monolíngue e produz resultados apenas numa língua. Por sua vez, a pesquisa de concordância bilingue (cf. Figura 26) permite efetuar pesquisas simultâneas nos vários subcorpora monolíngues de um corpus paralelo e devolve resultados nas línguas pesquisadas.

Os exemplos acima reproduzidos (cf. Figuras 25 e 26) configuram pesquisas básicas. No nosso caso, foi necessário recorrer ao modo avançado, que permite efetuar pesquisas complexas. Para utilizar o modo avançado, é essencial que os corpora possuam anotação morfossintática, que é automaticamente executada pelo *software*. A anotação morfossintática consiste na atribuição de etiquetas a todas as palavras que compõem um corpus, indicando simultaneamente a sua categoria morfológica e função sintática. Quando um corpus possui este tipo de anotação, as suas potencialidades de pesquisa aumentam consideravelmente, tornando-se possível efetuar pesquisas por etiquetas morfossintáticas.

No modo avançado, foi selecionada a pesquisa através de expressões regulares construídas com base numa linguagem própria, a *Corpus Query Language* (CQL). A interface apresenta-se do seguinte modo:

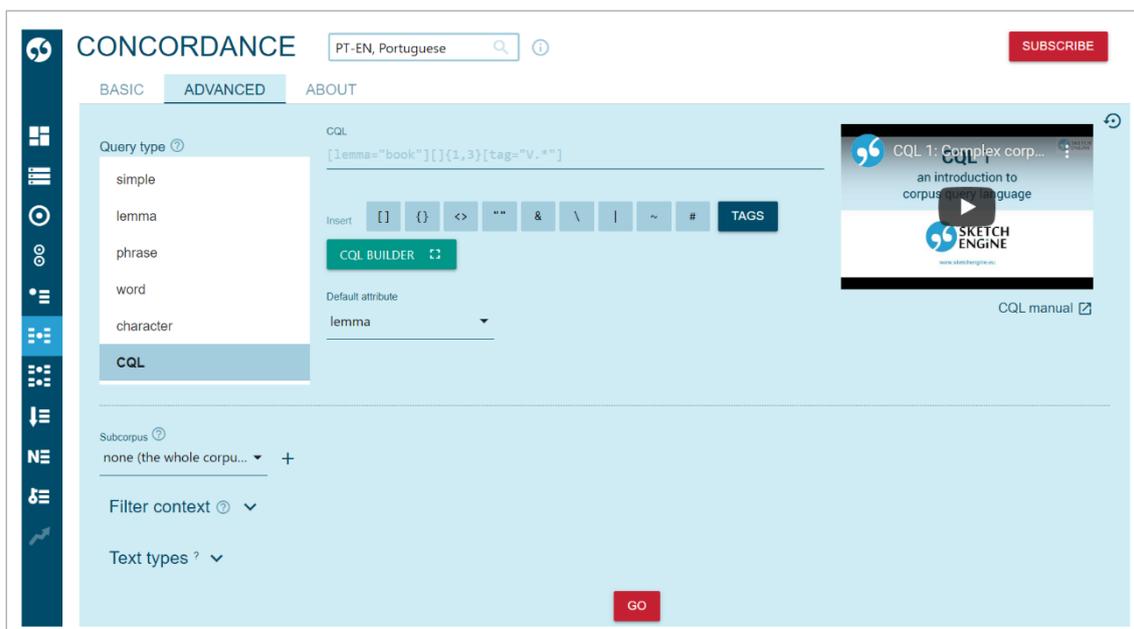


Figura 27. Pesquisa avançada.

Para auxiliar o utilizador a construir a expressão ou expressões regulares que melhor se adequam aos seus propósitos, o *Sketch Engine* disponibiliza uma ferramenta de construção de expressões de busca complexas (*CQL Builder*) bem como documentação contendo as etiquetas morfossintáticas de várias línguas (*tagsets*)¹¹⁷. Os operadores da CQL combinam-se com as etiquetas morfossintáticas para criar essas expressões, produzindo concordâncias que vão ao encontro daquilo que cada utilizador procura¹¹⁸. Como referido no início desta secção, pretendíamos obter todas as ocorrências de pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos e relativos nos subcorpora de discursos originais portugueses (ORG-PT) e ingleses (ORG-EN). Através da pesquisa de concordância com CQL foi possível identificar e quantificar de forma rápida e sistemática as ocorrências relevantes, tendo-se obtido a seguinte distribuição (cf. Tabela 9):

¹¹⁷ Os *tagsets* usados para português e para inglês encontram-se disponíveis através, respetivamente, dos seguintes endereços: <https://www.sketchengine.eu/portuguese-freeling-part-of-speech-tagset/> e <https://www.sketchengine.eu/english-treetagger-pipeline-2/>.

¹¹⁸ As expressões de busca construídas através da CQL permitem combinar palavras, etiquetas morfossintáticas, estruturas de corpora (e.g., início ou final de frases ou parágrafos) e até critérios não especificados (e.g., zero ou mais palavras entre dois *tokens*) numa única pesquisa.

Tabela 9. Distribuição de pronomes.

Pronomes	ORG-PT	ORG-EN	TOTAL
PESSOAIS	87	206	293
POSSESSIVOS	1	1	2
RELATIVOS	131	55	186
DEMONSTRATIVOS	29	20	49
TOTAL	248	282	-

Dado o reduzido número de ocorrências de pronomes possessivos e demonstrativos, a análise focou-se nas cadeias anafóricas pronominais pessoais e relativas. A título exemplificativo, reproduzimos abaixo as expressões de pesquisa utilizadas para identificar os pronomes pessoais e relativos (cf. Tabela 10):

Tabela 10. Expressões de pesquisa usadas no *Sketch Engine*.

	ORG-PT	ORG-EN
PRONOMES PESSOAIS	[tag = "PP.*"]	[tag="PP"]
PRONOMES RELATIVOS	[tag = "PR.*"]	[tag="WDT"] [tag="WP"] [tag="WPZ"] [tag="WRB"]

As ocorrências extraídas através deste processo foram posteriormente filtradas mediante a aplicação de um conjunto de critérios de exclusão – que explicitamos de seguida – com vista a obter uma amostra homogénea e integralmente relevante para o estudo.

4.1.2 Critérios de Exclusão

Uma vez que o presente trabalho se centra no estudo das relações anafóricas, optou-se por excluir os pronomes sem valor anafórico, tais como aqueles com valor deítico e enfático. Importa esclarecer que os critérios de exclusão foram aplicados apenas aos discursos originais, quer em língua portuguesa quer em língua inglesa. Naturalmente, a exclusão de uma determinada ocorrência no discurso original implica a exclusão da respetiva interpretação. Abaixo são explicitados os critérios de exclusão, acompanhados por exemplos retirados do corpus.

- a) PRONOME DE PRIMEIRA E SEGUNDA PESSOAS DO SINGULAR E DO PLURAL, COM E SEM REALIZAÇÃO LEXICAL: estes pronomes referem-se às entidades que estão diretamente envolvidas na situação comunicativa. Dada a natureza monológica dos discursos, estas entidades são geralmente os próprios enunciadores, como ilustram os exemplos:

- (63) **Nós** votaremos favoravelmente a taxa sobre as transações financeiras.
- (64) Senhora Comissária, **Ø** quero começar por cumprimentar o Colega Audy pelo seu excelente relatório.
- (65) **I've** met the Alberta Energy Minister.

Para além destes, foram excluídas as ocorrências do pronome pessoal átono “Ihe” quando usado para marcar formalidade de tratamento:

- (66) Finalmente, Senhora Ministra Györi, muito obrigado pela referência simpática a Portugal (...) Agradeço-**Ihe** muito essa referência simpática e essa recordação.

Neste caso, o pronome “Ihe”, embora seja de terceira pessoa, retoma uma entidade que faz parte da situação comunicativa, tal como acontece nos exemplos (63) a (65).

- b) PRONOME IMPESSOAL “SE”: nos casos em que o pronome “se” é impessoal, o foco incide sobre a ação e não sobre o sujeito dessa ação. O pronome não possui um referente concreto, estando privado de valor anafórico, como em (67):

- (67) Em troca de um empréstimo de 78 mil milhões de euros, prepara-**se** a entrega de empresas e de recursos nacionais.

Com efeito, a maior parte das ocorrências do pronome *se* encontradas no corpus denotam impessoalidade, sendo rara a sua utilização como marcador de reflexividade. Em inglês, os marcadores de reflexividade (“-self”/“-selves”) são também escassos. Assim, optou-se por excluir igualmente da análise os pronomes reflexos, nas duas línguas.

- c) “IT” EXPLETIVO: embora o pronome “it” seja um pronome de terceira pessoa, é frequentemente usado com função expletiva, não tendo, por isso, um referente anafórico. Assim, casos como (68), em que o pronome assume uma função meramente sintática, foram excluídos.

- (68) Mr President, first **it** was cucumbers, yesterday **it** was bean sprouts. Today **it's** not bean sprouts.

Além destas, como veremos na explanação do seguinte critério de exclusão, algumas ocorrências de “it”, ainda que anafóricas, foram igualmente excluídas, devido ao seu valor resumptivo.

- d) PRONOME PESSOAL EQUIPARADO A DEMONSTRATIVO: por vezes, o pronome pessoal “o” (e suas desinências morfológicas), em português, e “it”, em inglês, retomam um conteúdo

proposicional mais amplo, como ilustram os exemplos (69) e (70), podendo nesses casos ser substituídos por um pronome demonstrativo invariável.

- (69) Quando a assembleia que representa os cidadãos da Europa, por uma tão grande maioria como espero, diz sim à Bulgária e à Roménia, espero que o Conselho **o** faça no mais curto espaço possível de tempo.
- (70) Let's hope that, when we come to revise this in future, we can do **it** on a different legal base.

Tendo em conta o valor semântico destes pronomes e considerando que se aproximam mais da classe dos demonstrativos do que da classe dos pessoais, optou-se por excluir este tipo de ocorrências.

- e) PRONOME RELATIVO COM ANTECEDENTE INDETERMINADO: sempre que um pronome relativo possui um antecedente indeterminado, consideramos que não tem real valor anafórico, como acontece nos seguintes exemplos:

- (71) E todos aqueles **que** acreditam (...) não podem deixar de salientar que não conhecem nenhum Estado que, tendo as suas contas públicas em ordem, deixe de crescer.
- (72) Those of us **who** warned that it was a mistake should not be forced to contribute towards it.

Nestes casos, embora o pronome relativo tenha um antecedente (em (71) “todos aqueles” e em (72) “those of us”), trata-se de um antecedente que não remete para uma entidade concreta, podendo ser parafraseado pelas expressões “as pessoas”/“the people”.

- f) PRONOME EM CONSTRUÇÃO DE CLIVAGEM: uma inspeção preliminar do corpus revelou que os eurodeputados recorrem a este tipo de estruturas para dar ênfase aos seus discursos, como se pode observar nos exemplos (73) e (74), abaixo. As construções clivadas são mais frequentes em português porque oferecem ao emissor uma forma de focalizar determinados constituintes, ao passo que em inglês este mesmo propósito é desempenhado mais pela prosódia do que pela deslocação dos constituintes da frase.

- (73) Aqui estamos e estaremos para a apoiar e animar, certos de que é nela **que** germinará a mudança.
- (74) **What** these people have railed against is your obsession in creating this European federal state.

Como ilustram os exemplos, as orações clivadas são construídas através de pronomes relativos, que, por terem um valor predominantemente enfático, foram excluídos da análise.

- g) PRONOME EM LOCUÇÃO OU EXPRESSÃO CRISTALIZADA: os pronomes pessoais e relativos integrados em locuções ou expressões cristalizadas foram excluídos da análise. Considere-se os seguintes exemplos:

(75) A política de coesão (...) exige e merece o aprofundamento de tantas vertentes **quantas** as que estão hoje em debate.

(76) If that means Member States (...) repudiating other international agreements, then so be **it**.

Em (75), o pronome relativo “quantas” faz parte da locução “tantas...quantas”, que serve aqui um propósito enfático, tal como os pronomes relativos nas construções clivadas, abordadas no item anterior. Em (76), o pronome pessoal “it” faz parte da expressão “so be it”, sofrendo um esvaziamento semântico. Em ambos os casos, o valor anafórico dos pronomes é relegado para segundo plano, privilegiando-se a locução/expressão como um todo.

- h) PRONOME NULO EM ORAÇÃO COORDENADA: tomando em consideração a premissa de Jakobson (1959), segundo a qual as línguas divergem em termos da informação que devem obrigatoriamente veicular e não em termos da informação de carácter facultativo, privilegamos neste estudo aspetos que denotam um funcionamento distinto em português e inglês. Os exemplos abaixo exibem pronomes pessoais e relativos em estruturas coordenadas:

(77) A Comissão deve fazer todos os esforços (...) e **Ø** deve permitir a renegociação das taxas de cofinanciamento.

(78) The illegal and unelected regime of Andry Rajoelina is riddled with corruption and **Ø** has orchestrated serious human rights abuses in Madagascar.

(79) Quero felicitar os relatores pelo excelente trabalho que efetuou e que se traduz num relatório que permite dar um bom início (...) e **Ø** constitui um desafio para a Comissão e para o Conselho.

(80) All such trials, of course, by the US authorities, which after all is a country which is a democracy and **Ø** shares our common values.

Uma vez que a realização do pronome pessoal e do pronome relativo em estruturas coordenadas é facultativa quer em português quer em inglês, optou-se por excluir essas ocorrências.

Após a aplicação de todos estes critérios de exclusão, a distribuição dos pronomes por categoria configura-se da seguinte forma:

Tabela 11. Distribuição de pronomes antes e depois dos critérios de exclusão.

	PRONOMES PESSOAIS		PRONOMES RELATIVOS		TOTAIS	
	ORG-PT	ORG-EN	ORG-PT	ORG-EN	ORG-PT	ORG-EN
PRÉ-APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	87	206	131	55	218	261
PÓS-APLICAÇÃO DOS CRITÉRIOS DE EXCLUSÃO	35	59	93	37	128	96

Como seria expectável, em língua original inglesa há mais pronomes pessoais ($n=206$) do que em língua original portuguesa ($n=87$). Como vimos, este resultado pode ser explicado pelo facto de o português, ao contrário do inglês, ser uma língua de sujeito nulo. Inversamente, os pronomes relativos são mais frequentes em língua original portuguesa ($n=131$) do que inglesa ($n=55$), o que poderá dever-se, por exemplo, à utilização mais frequente, em português, de pronomes relativos em construções de clivagem. Em ambos os subcorpora, a redução do número de pronomes, decorrente da aplicação dos critérios de exclusão, foi mais acentuada nos pronomes pessoais do que nos relativos. Nos pronomes pessoais, a redução do número de pronomes decorrente da aplicação dos critérios de exclusão foi de 59,7% no subcorpus ORG-PT e de 71,4% no subcorpus ORG-EN; quanto aos pronomes relativos, a redução foi de 29% e 32,7%, nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, respetivamente.

4.2 Eixos de Análise

Após termos dado conta do processo de exploração do corpus com vista à identificação das ocorrências relevantes, iremos agora detalhar o roteiro metodológico que orientou a análise dessas ocorrências.

4.2.1 A Anáfora: Uma Relação Binária

A análise que propomos neste estudo baseia-se na premissa de que a anáfora é uma relação binária assimétrica, ou seja, trata-se de uma relação entre dois termos/expressões, em que um destes (o termo anafórico) só adquire referência por associação ao outro (antecedente), que o precede (Campos & Xavier, 1991). Ao produto textual que resulta desta relação chamamos cadeia anafórica. Uma cadeia anafórica tem, portanto, dois polos – o antecedente e o anafórico – e pode ser representada da seguinte forma:



em que X = termo antecedente, Y = termo anafórico e Y extrai de X a sua identidade. Para facilitar a compreensão, podemos transpor esta formalização para um exemplo:

(81) A **Maria** [X] tem dois cães. **Ela** [Y] gosta muito de cães.

Neste exemplo, o termo anafórico é o pronome pessoal “ela”, que só ganha identidade quando associado ao seu antecedente, “Maria”. Na passagem de uma língua a outra, uma cadeia anafórica pode sofrer diversas mutações, que podem ocorrer ao nível do antecedente, do anafórico ou de ambos. A nossa análise centra-se, assim, em identificar e classificar os procedimentos de interpretação que ocorrem ao nível do antecedente (X) e do pronome (Y).

O pronome é facilmente identificável no discurso original, mas o antecedente nem sempre o é. Importa, portanto, definir a sua extensão para que o possamos identificar. Assim, consideramos que o antecedente é composto pelo seu núcleo, de natureza nominal, podendo ser mono ou multilexical, e por constituintes adjacentes que sejam estritamente necessários para a sua identificação. Estes constituintes são: adjetivos, determinantes possessivos ou grupos preposicionais, prepostos ou pospostos ao núcleo do antecedente. Adicionalmente, podem estar acoplados ao núcleo do antecedente itens lexicais que, pela sua natureza indefinida ou papel eminentemente gramatical, não contribuem de forma significativa para a sua identificação e que, por esse motivo, não são considerados como elementos integrantes do antecedente. Esses itens são: artigos definidos ou indefinidos, determinantes indefinidos, numerais e determinantes demonstrativos. As orações participiais, gerundivas e relativas foram igualmente excluídas da composição do antecedente, não só por conterem informação de cariz preponderantemente acessório, mas também por constituírem segmentos mais longos, que não são comparáveis com o protótipo de antecedente considerado neste estudo, composto, na maior parte dos casos, por uma ou duas palavras. Por fim, é de salientar o papel do contexto linguístico na identificação do antecedente. Considere-se o seguinte exemplo do subcorpus ORG-PT:

(82) Saudamos o aumento de 3% da despesa para 2012 porque acomoda perfeitamente os custos do alargamento, **que**, como se sabe, na Política Agrícola Comum, é progressivo até 2013.

Embora estejamos perante uma construção passível de ser identificada como antecedente (“custos do alargamento”), a forma verbal que surge no contexto linguístico à direita remete para uma entidade singular, pelo que o antecedente deve ser identificado como “alargamento” e não

“custos do alargamento”. Na ausência de pistas morfológicas, outros elementos tais como o conhecimento extralinguístico e a prosódia podem contribuir para a identificação do antecedente.

4.2.2 Procedimentos de Interpretação

Como referido na secção anterior, foram identificados procedimentos de interpretação para dar conta dos vários fenómenos de transformação por que passaram as cadeias anafóricas (i.e., o pronome, o antecedente ou ambos) na interpretação de português para inglês e vice-versa. De seguida, são apresentados esses procedimentos.

Tradução (TRA)

A tradução abrange os casos em que o antecedente e/ou o pronome são traduzidos por um termo ou expressão equivalente no discurso de chegada. Este procedimento prevê igualmente que o termo/expressão selecionado como tradução possa manter com o original uma relação de sinonímia. Finalmente, incluem-se ainda nesta categoria os casos em que o pronome do discurso original equivale a um pronome nulo que é traduzido pelo seu homólogo pleno. Em relação à tradução do pronome, importa realçar que, embora integrado nesta categoria, este pode não remeter para o mesmo antecedente que o discurso original.

(83)

ORG-PT	INT-EN
Aquilo que temos que perguntar é se <u>a Bulgária e a Roménia</u> cumprem ou não as condições para entrar em Schengen e, se Ø cumprem, Ø devem entrar.	And what we have to judge is whether <u>Romania and Bulgaria</u> meet the conditions to join Schengen and if they meet the conditions they have to be let in.

(84)

ORG-EN	INT-PT
The public, the hardworking taxpayers across Europe who actually earn the <u>money</u> that so many in this place are so keen to spend want Europe to do less (...).	O público, as pessoas que trabalham e pagam impostos e que ganham o <u>dinheiro</u> que muitos de nós gostamos de gastar querem que as pessoas façam me- que a Europa faça menos mas melhor.

Elipse (ELI)

A elipse abrange os casos em que o antecedente e/ou o pronome são elididos, com a ressalva de que o item ou itens elididos estão subentendidos no discurso de chegada. Ao nível do pronome, a elipse pode estender-se também ao verbo.

(85)

ORG-PT	INT-EN
Este pacote legislativo não é resposta aos graves problemas económicos e sociais que se vivem em muitos países (...).	This legislative package is not the response we need to the serious economic and social problems Ø we're seeing in many countries (...).

(86)

ORG-EN	INT-PT
They want a lean European budget which takes into account that, whether we like it or not, we are living in an age of austerity.	Ø Querem um orçamento europeu mais curto, que leve em conta a crise (...).

Reconfiguração morfossintática (RMS)

A reconfiguração morfossintática aplica-se quer ao antecedente quer ao pronome. Ao nível do antecedente, a reconfiguração morfossintática abrange os casos em que o antecedente sofre mutações não só de ordem morfossintática, mas também lexical.

(87)

ORG-PT	INT-EN
Aquilo que noto em muitos discursos de líderes, tanto daqueles que estão em países em dificuldades como daqueles países que são países pagadores e contribuintes, s- é um discurso irresponsável , que muitas vezes até faz apelo a algumas características das nacionalidades que são extremamente negativas.	What I find in many speeches by our leaders, including those from countries in difficulties and contributing countries, these speeches are irresponsible . They even bring out some of the insight, comments and thoughts about national specificities and features that are most unfortunate.

(88)

ORG-EN	INT-PT
The public, the hardworking taxpayers across Europe who actually earn the money that so many in this place are so keen to spend, want Europe to do less and they want Europe to do it better.	O público, as pessoas que trabalham e pagam impostos e que ganham o dinheiro que muitos de nós gostamos de gastar querem que as pessoas façam-me- que a Europa faça menos mas melhor.

Ao nível do pronome, registou-se maior variação nos fenómenos de reconfiguração morfossintática. Por esse motivo, optou-se por subdividir este procedimento em cinco níveis consoante o tipo de operação, a saber:

- RMS1: substituição de pronome por pronome, com segmentação;
- RMS2: substituição de pronome por pronome, sem segmentação;
- RMS3: substituição de pronome por não pronome, com segmentação;
- RMS4: substituição de pronome por não pronome, sem segmentação; e
- RMS5: dissipação do pronome devido a simplificação sintática.

Numa fase inicial, foram identificados procedimentos com base na classe morfológica do elemento de substituição e na mudança do tipo de oração. Porém, verificou-se que essa opção gerava demasiada sobreposição, ou seja, era frequente encontrarmos casos que se enquadravam simultaneamente em mais do que uma categoria. Concluiu-se, então, que seria mais produtivo permanecer num macronível capaz de proporcionar uma visão panorâmica do que acontece nos discursos em termos da sua organização sintática. É com base nessa premissa que propomos os cinco tipos de RMS acima elencados.

Reconfiguração morfossintática 1 (RMS1)

O procedimento RMS1 abrange os casos de transformação do pronome original noutra marcador pronominal. Esta conversão dá origem à criação de uma nova oração, que pode ser encarada como uma nova frase ou como uma oração coordenada (sindética ou assindética).

(89)

ORG-PT	INT-EN
São acordos que carecem cada vez mais de legitimidade democrática, já que Ø são negociados quase sempre no maior secretismo (...).	But there's no democratic legitimacy for these negotiations. All of this is being carried out behind closed doors (...).

(90)

ORG-EN	INT-PT
Through cooperation, we can control this outbreak. By informing our citizens, they stand a better chance of avoiding infection.	Através de uma colaboração verdadeira poderemos controlar este surto, informando os nossos cidadãos e assim dando lhes também uma maior oportunidade.

Reconfiguração morfossintática 2 (RMS2)

O procedimento RMS2 abrange os casos de transformação do pronome noutra marcador pronominal. Este tipo de reconfiguração não envolve operações de segmentação do discurso. Por

outras palavras, as fronteiras frásicas e/ou oracionais do discurso original mantêm-se na interpretação, havendo apenas lugar à transformação de um pronome noutro, que pode pertencer ou não à mesma classe.

(91)

ORG-PT	INT-EN
A política de coesão é uma das mais paradigmáticas da União Europeia (...). Por isso o exige e merece o aprofundamento de tantas vertentes quantas as que estão hoje em debate e o envolvimento de tantos relatores que aqui felicito em conjunto.	Cohesion policy is one of the great paradigms of the European Union (...). That's why we need to build on it , in the various facets mentioned in today's debate by the various rapporteurs and I'd like to compliment them all.

(92)

ORG-EN	INT-PT
You've had referendums in States and you've ignored them .	(...) há referendos em determinados países que são ignorados.

Reconfiguração morfossintática 3 (RMS3)

O procedimento RMS3 abrange os casos em que o pronome é transformado num marcador não pronominal, sendo este colocado numa nova oração. Trata-se, portanto, de uma reconfiguração que envolve segmentação.

(93)

ORG-PT	INT-EN
(...) instrumentos dirigidos a pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo, dos quais o mais bem-sucedido é o programa Eurostar, o qual deve ser alargado.	(...) the tools that are earmarked for entrepreneurs and SMEs, including Eurostar. I think Eurostar should be expanded.

Reconfiguração morfossintática 4 (RMS4)

O procedimento RMS4 abrange os casos em que o pronome é transformado num marcador não pronominal, sem que haja lugar à criação de nova oração. Tal como no procedimento RMS2, também aqui as fronteiras frásicas e/ou oracionais do discurso original se mantêm na interpretação.

(94)

ORG-PT	INT-EN
Em primeiro lugar, queria dizer que espero deste Conselho Europeu, especialmente com o clima que se está a viver nestas últimas semanas, uma decisão de grande responsabilidade.	First of all I would say that my expectation for this Council, particularly given the current climate over the last few weeks, I would expect a decision and an attitude of great responsibility (...).

(95)

ORG-EN	INT-PT
The budget should be modernised, funds should be reallocated to programmes that actually deliver future benefits and not cover up past failures.	O orçamento devia ser reorganizado para programas com benefícios para não cobrirmos os falhanços do passado.

Reconfiguração morfosintática 5 (RMS5)

O procedimento RMS5 abrange os casos em que o pronome é preterido em favor de uma estrutura frásica mais direta, com tendência a seguir a ordem canónica sujeito-verbo-complementos. Trata-se de uma estratégia de simplificação sintática que, embora envolvendo a supressão do pronome na interpretação como o procedimento OMI (apresentado de seguida), prevê a manutenção, mais ou menos parcial, da informação contida no discurso original.

(96)

ORG-PT	INT-EN
(...) as questões económicas e financeiras são instrumentais para aquela que é a finalidade principal da Europa, que é a finalidade de manter a paz.	(...) economic and financial matters are also crucial when we think that <u>the ultimate aim of Europe is to maintain peace</u> .

(97)

ORG-EN	INT-PT
This irony cannot be lost on the long-suffering people of Madagascar, many of whom live in abject poverty.	Entretanto, <u>a população vive na maior pobreza</u> .

Omissão (OMI)

A omissão abrange os casos em que o antecedente e/ou o pronome se perdem no discurso interpretado, sem possibilidade de recuperação contextual. A omissão pode afetar

simultaneamente os dois polos da cadeia anafórica, bastando que um deles seja omitido para que esta se dissolva.

(98)

ORG-PT	INT-EN
(...) como é que os países em dificuldades podem suportar os juros escandalosos que lhe são impostos e ao mesmo tempo reduzir o défice orçamental e a dívida pública e promover o crescimento económico e criar emprego.	(...) how can these countries in difficulties stand these scandalous levels of interest [OMI] and at the same time reduce their budget deficit and the public debt and promote growth and create jobs?

(99)

ORG-PT	INT-EN
Former Prime Minister Tymoshenko some members of her go- former government that she led are now being pursued through the courts for criminal acts, allegedly committed whilst in office.	A Senhora Tymoshenko e outros membros do seu Governo [OMI] são agora perseguidos por atos criminosos cometidos quando estavam no Governo.

Em suma, foram identificados quatro procedimentos de interpretação: tradução, elipse, reconfiguração morfossintática e omissão. Todos eles são suscetíveis de afetar quer o antecedente quer o pronome (ou ambos os polos simultaneamente). A reconfiguração morfossintática do pronome pode ser encarada como um macroprocedimento, que se subdivide em cinco procedimentos (RMS1 a RMS5). Ao longo da tese, usamos as designações de PROCX e PROCY para nos referirmos de forma abreviada ao conjunto dos procedimentos de interpretação aplicados, respetivamente, ao antecedente – o polo X – e ao pronome – o polo Y da relação anafórica. O esquema reproduzido na Figura 28, abaixo, sintetiza a proposta de categorização dos procedimentos de interpretação:

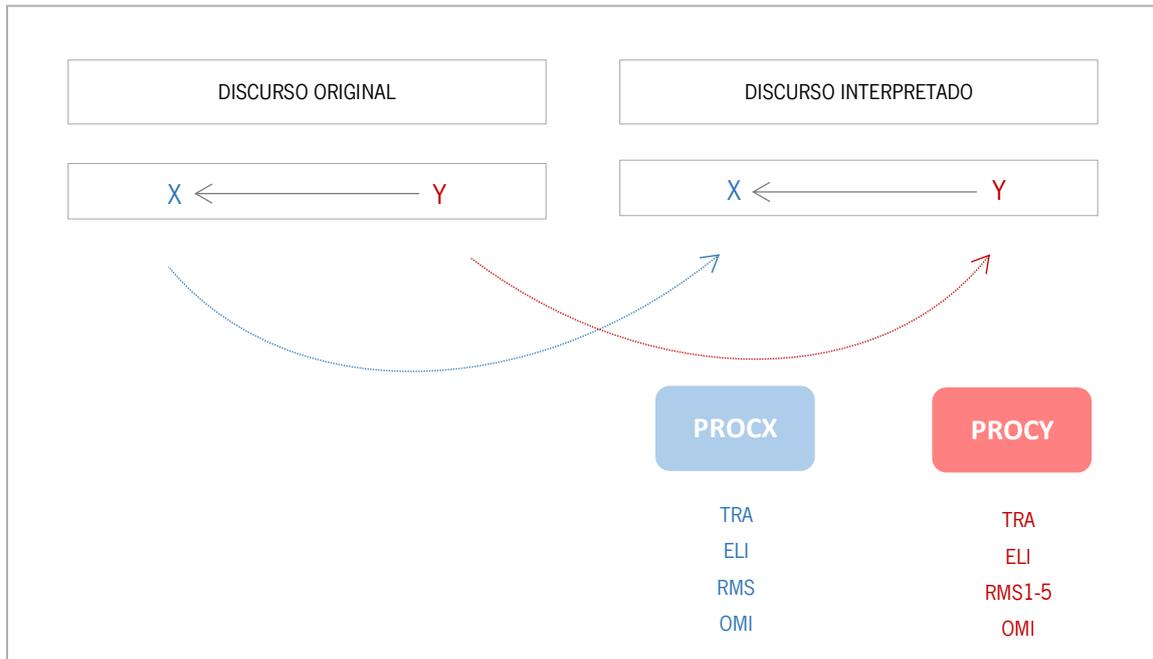


Figura 28. Procedimentos de interpretação.

Cada um dos exemplos apresentados ao longo desta secção constitui uma ocorrência, definida, no âmbito do presente estudo, como um segmento textual contendo um antecedente e pelo menos um pronome que remeta para esse antecedente (representados, respetivamente, pelas letras X e Y no esquema da Figura 28). É a ocorrência – concretamente a relação anafórica aí contida¹¹⁹, protagonizada pelo antecedente e pelo pronome correspondente – que constitui o ponto de partida da análise, com a tipificação dos procedimentos a que são sujeitos o antecedente e o pronome na interpretação de português para inglês e vice-versa.

4.2.3 Propriedades Linguístico-Discursivas das Ocorrências

Como vimos anteriormente (cf. 2.4.2), o processo de resolução anafórica pode ser influenciado por diversos fatores, tais como a proeminência sintática do antecedente ou a presença de vários candidatos à posição de antecedente (Almor, 2000). No que se refere ao pronome, a função sintática e a categoria morfológica podem ter implicações ao nível das reconfigurações morfossintáticas operadas pelos intérpretes, nomeadamente na conversão de estruturas hipotáticas em paratáticas e vice-versa. Ainda no plano linguístico, também a maior distância entre

¹¹⁹ Na maior parte dos casos, uma ocorrência contém uma cadeia anafórica. Porém, nem sempre é assim, dado que a uma única cadeia anafórica podem corresponder várias ocorrências, tantas quantas o número de pronomes associados a um mesmo antecedente.

um pronome e o seu antecedente pode constituir motivo de dificuldade na restituição dos elos anafóricos (Almor, 2000).

Para além destes fatores, importa salientar as especificidades do contexto discursivo do qual provém o corpus de análise. Conforme explanado na secção 1.2.3, os discursos proferidos durante os debates das sessões plenárias do PE são, na sua maioria, preparados para serem lidos, ao que acrescem tempos de palavra diminutos. A combinação destes dois fatores traduz-se em discursos com diversidade lexical elevada, enunciados a velocidades também elevadas, o que pode afetar o modo como as cadeias anafóricas são restituídas pelos intérpretes. Diante destas considerações, quisemos entender qual era o contexto que havia estado na génese da utilização de cada procedimento de interpretação do antecedente e do pronome. Assim, foram consideradas oito propriedades linguístico-discursivas relativamente a cada ocorrência, especificadas na Tabela 12, que segue abaixo.

Tabela 12. Propriedades linguístico-discursivas das ocorrências.

PROPRIEDADE	DESCRIÇÃO
1. Função sintática do antecedente (FSX) ¹²⁰	Os antecedentes foram classificados quanto à sua função sintática. Classes: nominativo, acusativo, dativo, genitivo, ablativo; válidas para ambos os subcorpora.
2. Entidade nomeada (ENO) ¹²¹	Os antecedentes foram classificados quanto ao seu estatuto de entidade nomeada. Classes: sim, não; válidas para ambos os subcorpora.
3. Competição (C)	Os antecedentes foram classificados quanto à presença de outros candidatos à mesma posição. Classes: sim, não; válidas para ambos os subcorpora.

¹²⁰ Embora reconheçamos que nem o português nem o inglês são línguas declináveis, optámos por adotar a terminologia de casos para classificar as funções sintáticas, quer do antecedente quer do pronome. Assim, os casos nominativo, acusativo e dativo correspondem, respetivamente, às funções sintáticas de sujeito, complemento direto e complemento indireto. O caso genitivo corresponde à função de modificador e o ablativo às funções de complemento oblíquo ou modificador. Esta opção foi tomada a fim de evitar a distinção entre as funções de complemento oblíquo (complemento selecionado pelo verbo) e modificador (constituente facultativo). Essa distinção iria contribuir para o desdobramento da categoria ablativo, o que, por um lado, não se coaduna com a dimensão reduzida do corpus e, por outro, não está alinhado com nenhum dos objetivos do presente trabalho. Porém, em estudos futuros será interessante avaliar se o facto de um constituinte ser ou não selecionado pelo verbo poderá influenciar o procedimento de interpretação adotado.

¹²¹ O conceito de entidade nomeada provém da área do processamento de linguagem natural e surge frequentemente associado à expressão “named entity recognition”, que consiste numa tarefa de extração automática de informação. Segundo Simon (2019), mais do que definir o conceito de entidade nomeada, a literatura de especialidade tem fornecido exemplos do que constitui e não constitui uma entidade nomeada, reunindo consenso a noção de que esta deve ter uma referência única (p. 482) e também o facto de ser uma unidade sintática e semântica indivisível (p. 485). Assim, no âmbito do presente trabalho, entendemos que uma entidade nomeada consiste numa expressão que designa uma única entidade do mundo real e cujo significado ultrapassa o de cada um dos seus elementos considerados isoladamente. Alguns exemplos encontrados no corpus são “UE”, “Comissão Europeia” ou “Canadá”.

4. Categoria morfológica (CM)	Os pronomes foram classificados quanto à sua categoria morfológica. Classes: pessoal, relativo; válidas para ambos os subcorpora.
5. Função sintática do pronome (FSY)	Os pronomes foram classificados quanto à sua função sintática. Classes: nominativo, acusativo, dativo, genitivo, ablativo; válidas para ambos os subcorpora.
6. Distância (D)	As ocorrências foram classificadas quanto à distância entre o antecedente e o pronome, medida em número de palavras. Classes: zero, curta, média, longa; válidas para ambos os subcorpora.
7. Velocidade (V)	As ocorrências foram classificadas quanto à velocidade de elocução do discurso de origem, medida em número de palavras proferidas por minuto. Classes: reduzida, média, elevada; válidas para ambos os subcorpora.
8. Diversidade lexical (DL) ¹²²	As ocorrências foram classificadas quanto à diversidade lexical do discurso de origem, medida em função do número total de palavras únicas (<i>types</i>) a dividir pelo número total de palavras (<i>tokens</i>). Classes: reduzida, média, elevada; válidas para ambos os subcorpora.

Diversamente dos procedimentos de interpretação, que dizem respeito aos discursos interpretados, as propriedades elencadas na Tabela 12 reportam-se exclusivamente aos discursos originais. Para cada ocorrência, as propriedades 1–3 dizem respeito ao antecedente; as propriedades 5–7 referem-se ao pronome; as propriedades 7 e 8 concernem ao discurso do qual provém a ocorrência. No que toca especificamente às duas últimas, deve ter-se em conta que várias ocorrências podem ser provenientes de um mesmo discurso, donde resulta que todas as ocorrências procedentes do mesmo discurso apresentem o mesmo valor de velocidade e de diversidade lexical.

Quantos aos valores assumidos por cada propriedade nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, é de notar que as propriedades 1–5 são de natureza qualitativa e as respetivas classes são válidas para ambos os subcorpora. Por seu turno, as propriedades 6–8 são de natureza quantitativa, assumindo uma grande quantidade de valores, valores esses que diferem de um subcorpus para

¹²² A diversidade lexical é um aspeto frequentemente estudado em trabalhos sobre aquisição da língua materna e de língua estrangeira (Johansson, 2008; Santos et al., 2018). A diversidade lexical de um texto varia consoante este seja escrito ou oral, sendo que textos orais tendem a exibir valores inferiores aos escritos. Uma das formas mais comuns de medir a diversidade lexical consiste no *type-token ratio*, que resulta, como referido, da divisão do número de *types* pelo número total de *tokens*. Esta medida tem sido alvo de críticas pelo facto de não ser sensível à dimensão do texto, não sendo por isso adequado a textos longos (Jarvis & Daller, 2013; Malvern et al., 2004). No presente trabalho, optámos por usar o *type-token ratio* como medida da diversidade lexical, tendo em conta que todos os discursos do corpus são curtos, rondando em média 200 palavras. A par da diversidade, haveria outros indicadores a considerar para aferir a riqueza vocabular ou a complexidade de um texto, tais como a densidade, originalidade e sofisticação lexicais (Gregori-Signes & Clavel-Arroita, 2015). Trata-se, assim, de uma área de estudo extremamente vasta, com imenso potencial por explorar no domínio da interpretação.

o outro. Assim, os valores quantitativos das propriedades 6–8 foram convertidos para escalas qualitativas, válidas para ambos os subcorpora. Para ilustrar a relação entre estas propriedades e os procedimentos de interpretação, retomamos o esquema da figura anterior, abaixo renumerada como Figura 29:

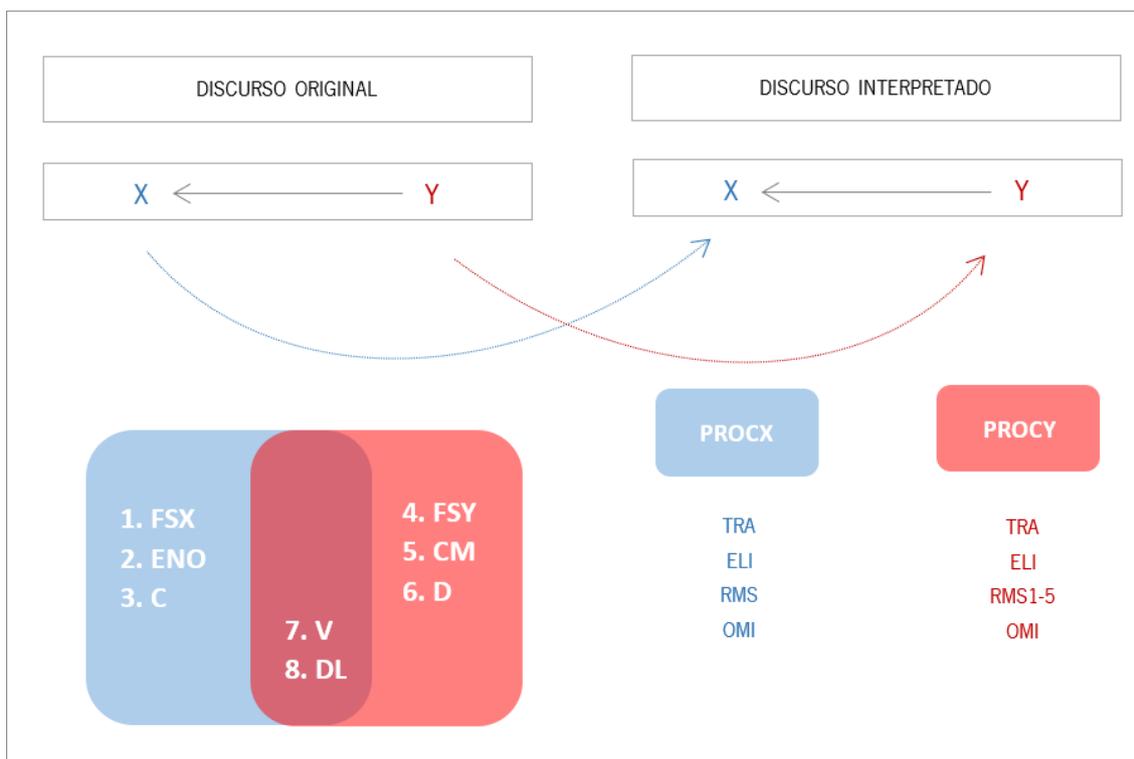


Figura 29. Procedimentos de interpretação e propriedades das ocorrências.

Após a identificação dos procedimentos de interpretação para o antecedente e para o pronome, procedeu-se à caracterização de cada ocorrência, indicando os respetivos valores quanto às oito propriedades acima listadas. Uma vez reunida a informação relativa aos procedimentos de interpretação e às propriedades linguístico-discursivas das ocorrências, deu-se início ao cruzamento dos dados de frequência de ambos. Pretendia-se, deste modo, identificar, para cada propriedade, os valores mais frequentes associados à distribuição de PROCX e de PROCY.

Como evidencia a Figura 30, abaixo, os procedimentos de interpretação do antecedente foram cruzados com as propriedades 1, 2, 3, 7 e 8; por sua vez, os procedimentos de interpretação do pronome foram cruzados com todas as propriedades linguísticas. O cruzamento entre os procedimentos de interpretação do pronome e as propriedades do antecedente justifica-se pela natureza binária (e retrospectiva) da relação anafórica, que faz com que propriedades inerentes ao antecedente possam repercutir-se no modo como é interpretado o pronome.

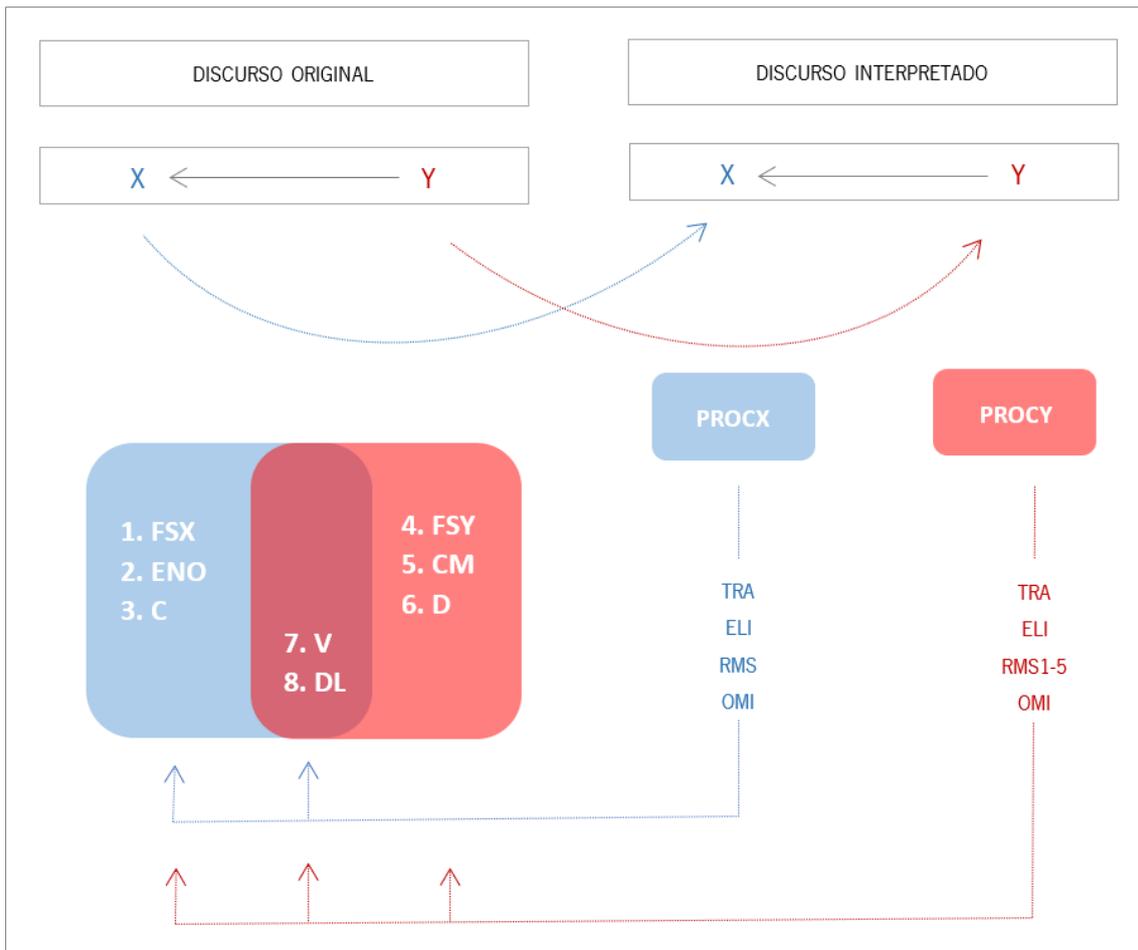


Figura 30. Cruzamentos entre procedimentos e propriedades.

A prossecução desta análise implicou a criação de duas folhas de cálculo – uma referente aos subcorpora ORG-PT e INT-EN e outra referente aos subcorpora ORG-EN e INT-PT – nas quais foram registados, para cada ocorrência, o procedimento de interpretação do antecedente, o procedimento de interpretação do pronome e os respetivos valores em cada uma das oito propriedades consideradas. De seguida, os dados de frequência de PROCX e de PROCY foram cruzados com os dados de frequência das propriedades linguístico-discursivas das ocorrências com recurso a tabelas dinâmicas¹²³, criadas a partir das duas folhas de cálculo. As folhas de cálculo e as tabelas dinâmicas foram elaboradas no *Microsoft Excel*.

¹²³ Uma tabela dinâmica consiste numa ferramenta avançada de análise de dados disponibilizada pelo *Microsoft Excel*, que permite explorar, mediante a aplicação de diversos tipos de cálculo, um conjunto de dados proveniente de uma base de dados mais ampla.

4.3 Síntese

- Mediante exploração do corpus com o *Sketch Engine*, circunscreveu-se o objeto de estudo às cadeias anafóricas compostas por pronomes pessoais e relativos.
- Foi necessário aplicar critérios de exclusão ao conjunto dos pronomes pessoais e relativos inicialmente obtido para filtrar as ocorrências relevantes para a análise, uma vez que nem todos os pronomes têm valor anafórico.
- Um dos conceitos basilares deste estudo é o de relação anafórica. Trata-se de uma relação binária entre um termo antecedente e um ou mais termos anafóricos que remetem para o antecedente. A relação anafórica entre um antecedente e um pronome que o retoma configura uma ocorrência.
- Com base na conceitualização binária da anáfora, foram identificados procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) e do anafórico (PROCY): tradução (TRA), elipse (ELI), reconfiguração morfossintática (RMS) e omissão (OMI). Os procedimentos de interpretação para os dois polos da relação anafórica coincidem em larga medida. A única diferença prende-se com o procedimento RMS que, apenas para o termo anafórico, se subdivide em cinco categorias (RMS1-RMS5).
- Além dos procedimentos, cada ocorrência foi classificada quanto a oito propriedades linguístico-discursivas, a saber: função sintática do antecedente, estatuto de entidade nomeada, competição (relativas ao antecedente); categoria morfológica, função sintática do pronome, distância (relativas ao pronome); velocidade e diversidade lexical (relativas ao discurso de onde provém a ocorrência). Todas as propriedades foram mensuradas exclusivamente nos subcorpora de discursos originais.
- Os dados de frequência de PROCX e de PROCY foram cruzados com os dados de frequência de cada propriedade linguístico-discursiva.

PARTE III – ANÁLISE E RESULTADOS

5 PERFIL DESCRITIVO-QUANTITATIVO DO CORPUS

Neste capítulo são apresentados os dados de frequência relativos à distribuição das ocorrências no corpus. A apresentação detalhada destes dados foi feita com o intuito de apontar possíveis tendências acerca dos procedimentos de interpretação e das propriedades linguístico-discursivas dos antecedentes e pronomes nas duas direções linguísticas (PT>EN e EN>PT) bem como acerca da relação entre os procedimentos e essas propriedades.

Para traçar o perfil descritivo-quantitativo do corpus, começaremos por indicar o número de ocorrências nos discursos originais portugueses (subcorpus ORG-PT) e nos discursos originais ingleses (subcorpus ORG-EN). De seguida, descrevemos, em ambas as direções linguísticas, a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente e do pronome, cruzando ainda os dados de frequência dos procedimentos do antecedente com os do pronome. Finalmente, iremos fornecer, para as duas direções linguísticas, a distribuição das várias propriedades linguístico-discursivas consideradas, procedendo ao cruzamento dos dados de frequência dessas propriedades com os dos procedimentos do antecedente e/ou do pronome.

5.1 Ocorrências nos Subcorpora ORG-PT e ORG-EN

Como explanado anteriormente (cf. 4.2.3), por “ocorrência” deve entender-se um segmento textual contendo um antecedente e um pronome que remeta para esse antecedente. Não existe uma correspondência biunívoca entre ocorrência e cadeia anafórica, já que uma única cadeia anafórica pode englobar mais do que uma ocorrência. A Tabela 13 apresenta a distribuição das ocorrências por subcorpus:

Tabela 13. Número de ocorrências nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

	ORG-PT	ORG-EN
N.º DE OCORRÊNCIAS	128	96

As ocorrências foram selecionadas a partir de igual número de discursos em cada subcorpus (n=20). Verifica-se que existem mais ocorrências nos discursos originais portugueses do que nos ingleses. Porém, é de salientar que ambos os subcorpora são semelhantes em termos do número de palavras e também da duração dos discursos (cf. 3.3.2).

5.2 Procedimentos de Interpretação

Nesta secção são apresentados os dados de frequência para os procedimentos de interpretação do antecedente e do pronome. Uma vez que estes dados se reportam àquilo que acontece na passagem de uma língua a outra – e já não aos discursos originais, como na secção anterior – referir-nos-emos, por facilidade de exposição, à direção da interpretação em lugar de nos referirmos aos subcorpora. Assim, em cada subsecção, serão analisadas as direções:

- PT>EN, que corresponde à interpretação de português para inglês, englobando os subcorpora ORG-PT e INT-EN, e
- EN>PT, que corresponde à interpretação de inglês para português, englobando os subcorpora ORG-EN e INT-PT.

5.2.1 Procedimentos de Interpretação do Antecedente

O Gráfico 1 representa os quatro tipos de procedimentos adotados para a interpretação dos antecedentes nas direções PT<>EN¹²⁴, nomeadamente tradução (TRA), elipse (ELI), reconfiguração morfossintática (RMS) e omissão (OMI):

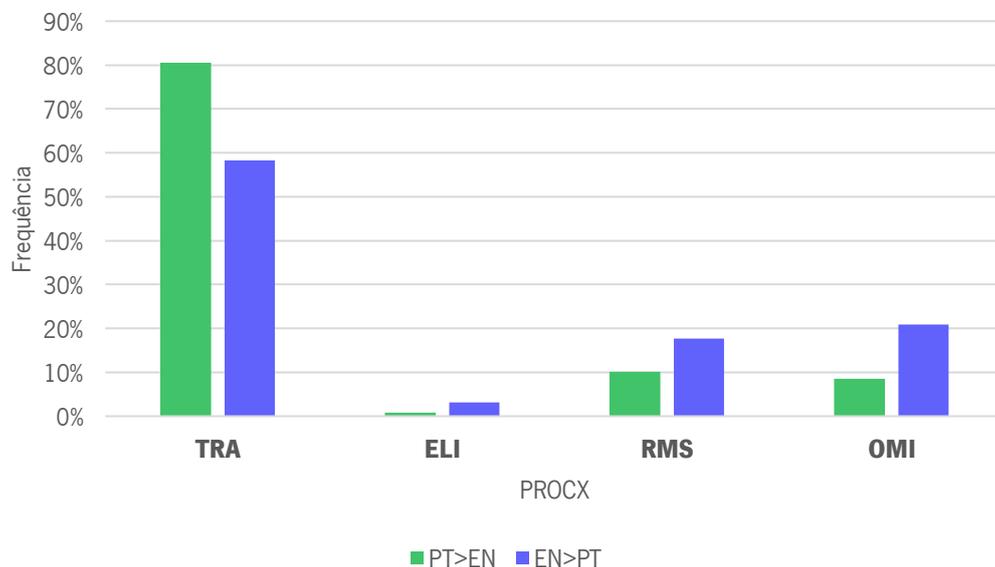


Gráfico 1. Frequência de PROCX nas direções PT<>EN.

Globalmente, os dados representados no Gráfico 1 apontam para uma preferência pelo

¹²⁴ Por uma questão de facilidade de exposição, optámos por usar a formalização PT<>EN para nos referirmos simultaneamente a ambas as direções da interpretação (i.e., PT>EN e EN>PT). No entanto, importa esclarecer que estamos a considerar cabinas distintas e não uma cabina bidirecional.

procedimento TRA nas duas direções. Além disso, a distribuição de frequências revela a existência de assimetrias entre as duas direções ao nível dos procedimentos de interpretação. Os intérpretes recorreram mais frequentemente aos procedimentos ELI RMS e OMI na direção EN>PT (3,13%, 17,71% e 20,83%, respetivamente) do que na direção contrária (0,78%, 8,59% e 10,16%). Consequentemente, foi mais frequente o recurso ao procedimento TRA na direção PT>EN (80,47%) do que na direção EN>PT (58,33%). O facto de os discursos originais ingleses apresentarem uma velocidade superior à dos portugueses (cf. 5.3.7.1) poderá explicar a menor ocorrência do procedimento TRA na direção EN>PT. Estas diferenças sugerem que a direção linguística poderá influenciar a escolha do procedimento durante a interpretação do antecedente. Por último, é de notar que o procedimento ELI regista uma frequência muito reduzida em ambas as direções, o que poderá dever-se facto de o antecedente ser uma palavra lexical, cuja elipse pode não ser facilmente colmatada pelo contexto linguístico, como é o caso da elipse do pronome (cf. Gráfico 3 abaixo).

5.2.2 Procedimentos de Interpretação do Pronome

O Gráfico 2 representa os mesmos procedimentos anteriormente descritos, agora aplicados à interpretação dos pronomes, também nas direções PT<>EN:

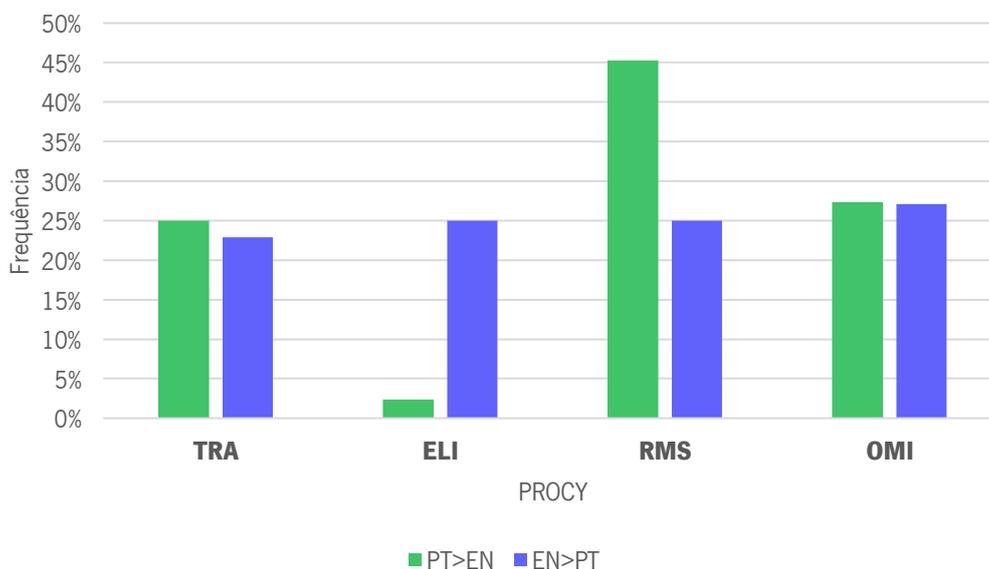


Gráfico 2. Frequência de PROCY nas direções PT<>EN.

Analisados globalmente, os dados representados no Gráfico 2 sugerem que, na direção EN>PT, a frequência com que os intérpretes recorrem a cada procedimento é mais homogênea, comparativamente com a direção PT>EN.

Em ambas as direções, é possível observar que TRA e OMI mantêm um comportamento semelhante, sendo notória a diferença entre os procedimentos ELI e RMS. Enquanto na direção PT>EN os intérpretes empregam o procedimento RMS com uma frequência substancialmente mais elevada do que os procedimentos TRA e OMI (45,31% vs. 25% e 27,34%, respetivamente), o procedimento ELI é adotado com uma frequência muito reduzida (2,34%). Na direção contrária, essas diferenças neutralizam-se, já que, como referido, os quatro procedimentos são adotados pelos intérpretes com uma frequência idêntica, com valores mínimos e máximos de 22,92% (TRA) e 27,08% (OMI).

A diferença observada ao nível do procedimento ELI nas duas direções poderá dever-se ao facto de o português ser uma língua de sujeito nulo, que, como tal, permite a elipse do pronome na direção EN>PT. Por sua vez, na direção PT>EN regista-se baixa frequência de ELI dado que o inglês é uma língua de sujeito obrigatório. Os únicos casos aplicaram-se a pronomes relativos, já que em inglês é possível elidir estes pronomes sempre que são objeto da oração relativa que introduzem. Para além disso, a menor incidência de RMS na direção EN>PT comparativamente à direção contrária poderá ser explicada, tal como referido na secção 5.2.1, pela velocidade dos discursos originais ingleses, que, por ser superior, não permite que se efetuem tantas operações de reconfiguração morfossintática como na direção PT>EN.

A direção linguística parece, mais uma vez, exercer influência sobre o procedimento de interpretação adotado pelos intérpretes, mas apenas no que diz respeito aos procedimentos RMS e ELI visto que, conforme mencionado no início da presente secção, o comportamento de TRA e OMI é semelhante em ambas as direções.

Diversamente dos procedimentos de interpretação identificados para o antecedente, ao nível do pronome o procedimento RMS desdobra-se em cinco tipos, consoante o elemento de substituição seja (ou não) um pronome e se verifique (ou não) segmentação do *input* (cf. 4.2.2.). O Gráfico 3 ilustra os procedimentos de reconfiguração morfossintática nas direções PT<>EN:

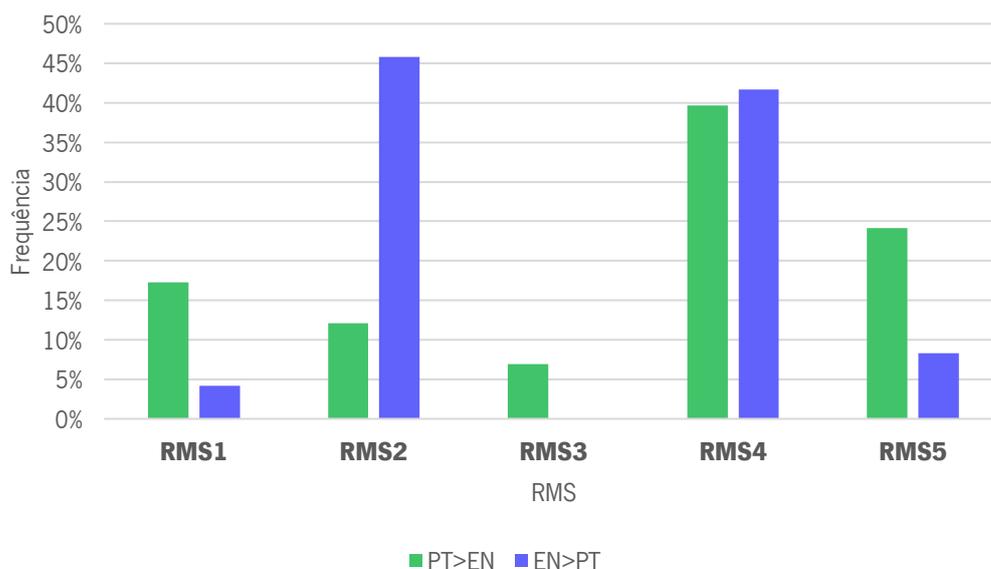


Gráfico 3. Frequência de RMS nas direções PT<>EN.

De acordo com os dados representados no Gráfico 3, verifica-se uma distribuição assimétrica dos procedimentos entre as duas direções, possivelmente devido à diferença global na frequência do procedimento RMS (45,31 vs. 25% nas direções PT>EN e EN>PT, respetivamente; cf. Gráfico 2). A única exceção a esta distribuição é o procedimento RMS4, que assume um padrão semelhante nas duas direções. Com efeito, em ambas as direções regista-se uma frequência elevada do procedimento RMS4, que prevê a substituição do pronome por um elemento não pronominal, inserido numa estrutura sintática semelhante à do discurso original (i.e., sem necessidade de segmentação).

O procedimento RMS2 diverge de RMS4 apenas na medida em que o elemento de substituição do pronome utilizado na interpretação é, tal como na cadeia anafórica original, um marcador pronominal. De acordo com os dados, RMS2 assume uma expressão substancialmente mais pronunciada na direção EN>PT comparativamente com a direção PT>EN, exibindo uma ligeira prevalência sobre RMS4 na direção EN>PT. Estes dois procedimentos, que têm em comum o facto de não envolverem segmentação do *input*, são os mais utilizados na interpretação de inglês para português.

Os procedimentos RMS1 (substituição de pronome por pronome com segmentação) e RMS5 (dissipação da cadeia anafórica devido a simplificação sintática) registam maior frequência na direção PT>EN comparativamente com a direção EN>PT. A par de RMS4, RMS5 é um dos procedimentos mais frequentemente utilizados na direção PT>EN.

Na direção EN>PT, não se registam casos do procedimento RMS3, que implica a substituição do pronome por um elemento não pronominal, colocado numa nova oração. Este procedimento ocorre apenas na direção PT>EN e com pouca expressão.

Em ambas as direções, verifica-se que os procedimentos de RMS a que os intérpretes recorrem com maior frequência são aqueles que não envolvem segmentação do *input* (RMS2, RMS4 e RMS5). A prevalência de pronomes relativos bem como de construções hipotáticas nos discursos originais portugueses levaria a esperar que os intérpretes tivessem tendência para privilegiar estratégias de segmentação ao interpretar de português para inglês, nomeadamente através do recurso a RMS1 e RMS3, mas os dados não corroboram essa expectativa. Não obstante, é possível constatar que os poucos casos de RMS3 apenas ocorrem na direção PT>EN e que RMS1 tem maior expressão também nessa direção. De igual modo, o procedimento RMS5, que resulta em simplificação sintática (embora sem segmentação), é mais frequente na direção PT>EN.

5.2.3 A Relação entre PROCX e PROCY

Atendendo a que a relação anafórica envolve dois elementos, em que um pronome depende referencialmente de um antecedente, quisemos verificar a interação entre os procedimentos de interpretação de cada um dos polos. O Gráfico 4 abaixo ilustra a distribuição dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) em função dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX), na direção PT>EN:

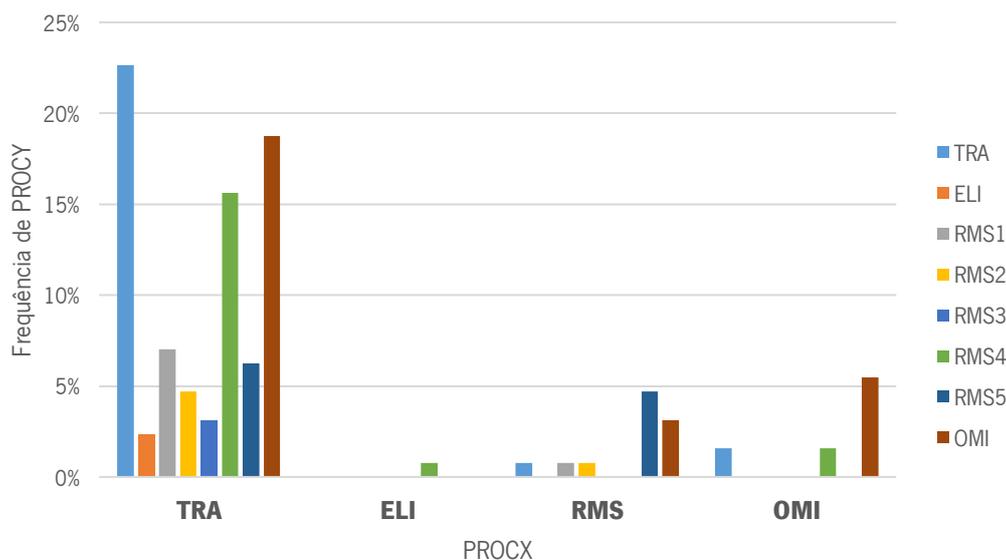


Gráfico 4. Frequência de PROCY vs. PROCX na direção PT>EN.

Os dados representados no Gráfico 4 indicam que, na maioria dos casos, quando o antecedente foi traduzido (TRA), o pronome também o foi (22,66%). Quando os antecedentes foram reconfigurados morfossintaticamente (RMS), os pronomes foram maioritariamente alvo de reconfiguração morfossintática, nomeadamente RMS5 (4,69%). Finalmente, a distribuição de OMI sugere que a omissão do antecedente acarreta a omissão do pronome (5,47%), o que era expectável dada a relação de dependência entre estes dois elementos.

O Gráfico 5, que apresentamos de seguida, ilustra a distribuição de PROCY em função de PROCX, na direção EN>PT:

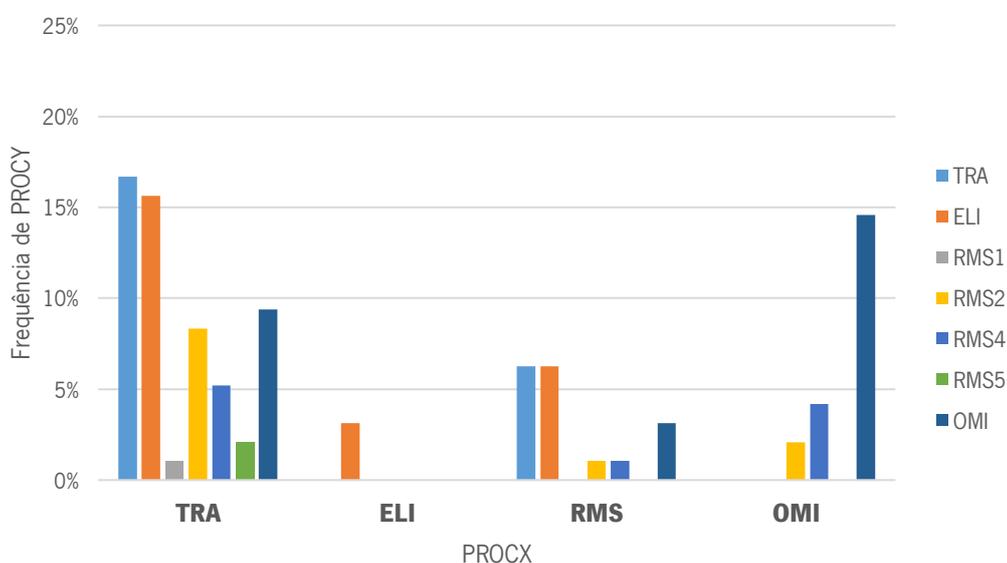


Gráfico 5. Frequência de PROCY vs. PROCX na direção EN>PT.

De acordo com os dados apresentados no Gráfico 5, verifica-se que, quando o procedimento de interpretação do antecedente foi TRA, o procedimento mais frequentemente aplicado ao pronome foi igualmente TRA (16,67%). Quando o antecedente foi elidido, o mesmo aconteceu ao pronome. Perante a reconfiguração morfossintática dos antecedentes, os pronomes foram maioritariamente traduzidos e elididos, em igual proporção (6,25%). Quanto a OMI, é possível constatar a mesma tendência observada no gráfico anterior, ou seja, a omissão do antecedente tende a cocorrer com a omissão do pronome (14,58%).

Os dados apresentados nos Gráficos 4 e 5 parecem apontar uma tendência, comum a ambas as direções, para que o pronome seja interpretado da mesma forma que o antecedente. Esta tendência é mais evidente no procedimento OMI, corroborando a relação de dependência entre os dois polos da relação anafórica. Finalmente, é de notar que o procedimento TRA (de PROCX)

também coocorre frequentemente com outros procedimentos que não TRA (de PROCY), nomeadamente, OMI e RMS4, na direção PT>EN, e ELI e OMI, na direção EN>PT, o que poderá ser explicado pela elevada frequência destes procedimentos nas respetivas direções (cf. 5.2.2).

5.3 Propriedades Linguístico-Discursivas

Nesta secção são apresentados os dados de frequência das propriedades linguístico-discursivas das ocorrências: (1) função sintática do antecedente, (2) estatuto de entidade nomeada do antecedente, (3) competição entre antecedentes, (4) categoria morfológica do pronome, (5) função sintática do pronome, (6) distância, (7) velocidade e (8) diversidade lexical. Cada subsecção representa uma das propriedades consideradas, começando pela distribuição geral das ocorrências, nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, e passando à distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente e/ou do pronome em função de cada uma dessas propriedades, nas direções PT<>EN.

5.3.1 Função Sintática do Antecedente

Para cada antecedente do subcorpus ORG-PT e ORG-EN foi identificada a função sintática, que prevê as seguintes classes: nominativa, acusativa, ablativa, dativa e genitiva.

5.3.1.1 Distribuição Geral

O Gráfico 6 representa a distribuição de frequências da função sintática do antecedente, nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN:

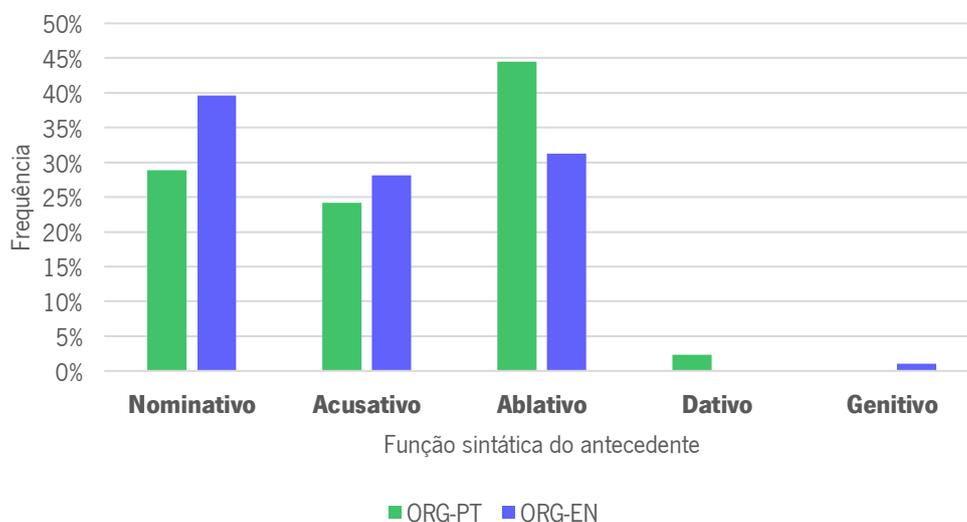


Gráfico 6. Frequência da função sintática do antecedente nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

De acordo com o Gráfico 6, as funções sintáticas dos antecedentes distribuem-se de forma distinta nos dois subcorpora, evidenciando a predominância de diferentes estruturas sintáticas: enquanto no subcorpus ORG-PT a função ablativa é a mais frequente (44,53%), no subcorpus ORG-EN é a função nominativa que ocorre com maior frequência (39,58%). A prevalência do caso ablativo nos discursos originais portugueses indica que a maioria dos antecedentes se insere em complementos oblíquos ou modificadores. Por sua vez, nos discursos originais ingleses a maioria dos antecedentes é sintaticamente proeminente.

As funções dativa e genitiva apresentam uma frequência muito reduzida em ambos os subcorpora.

5.3.1.2 Distribuição por PROCX

O Gráfico 7 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente pelas várias funções sintáticas, nas direções PT<>EN:

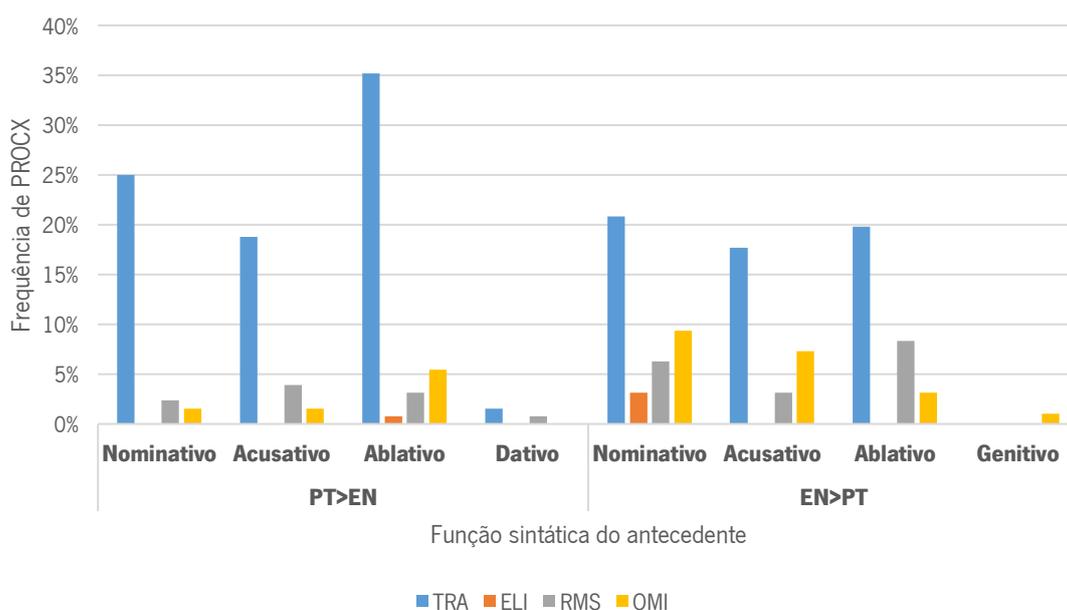


Gráfico 7. Frequência de PROCX por função sintática do antecedente (PT<>EN).

Tomando os dados do Gráfico 7 no seu todo, observa-se que TRA é o procedimento adotado mais frequentemente pelos intérpretes. No entanto, na direção EN>PT, TRA tem um peso menos expressivo relativamente aos restantes procedimentos, principalmente na função nominativa.

A função ablativa parece exercer influência sobre a adoção dos procedimentos OMI e RMS, visto que o padrão é semelhante em todas as funções sintáticas exceto na ablativa, em que há uma

inversão na predominância das frequências. Além disso, esta inversão verifica-se em ambas as direções:

- PT>EN: RMS é utilizado mais frequentemente do que OMI nas funções nominativa, acusativa e dativa e esse padrão inverte-se na função ablativa, na qual OMI tem mais expressão do que RMS.
- EN>PT: OMI é utilizado mais frequentemente do que RMS nas funções nominativa, acusativa e genitiva e esse padrão inverte-se na função ablativa, na qual RMS tem mais expressão do que OMI.

Este padrão de frequências poderá sugerir que a função sintática do antecedente influencia o tipo de procedimento adotado pelos intérpretes e que essa influência depende da direção da interpretação.

5.3.1.3 Distribuição por PROCY

O Gráfico 8 apresenta a distribuição das funções sintáticas dos antecedentes pelos procedimentos de interpretação ao nível do pronome, nas direções PT<>EN:

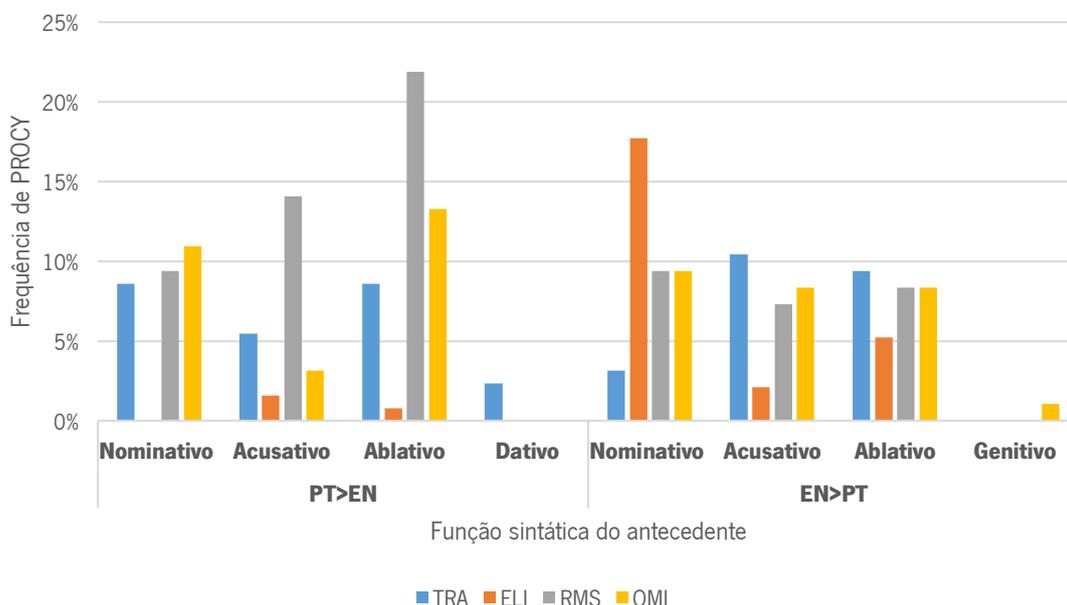


Gráfico 8. Frequência de PROCY por função sintática do antecedente (PT<>EN).

Na direção PT>EN, os dados revelam que, perante antecedentes acusativos e ablativos, os intérpretes parecem recorrer mais frequentemente ao procedimento RMS para interpretar os pronomes. Na classe dos antecedentes com função nominativa, a distribuição é aproximadamente

homogénea, visto que as frequências variam entre 8,59% e 10,94%, excetuando o procedimento ELI com uma frequência de zero. Dos antecedentes com função nominativa, acusativa e ablativa, são os acusativos que menos frequentemente coocorrem com a omissão do pronome.

Na direção EN>PT, assume destaque o recurso ao procedimento ELI para interpretar pronomes com antecedentes nominativos. Este resultado está alinhado com as teorias de processamento anafórico e pode ser explicado pelo facto de o pronome nulo ter tendência para retomar antecedentes em posição de maior proeminência sintática (cf. 2.4.2).

O Gráfico 9 incide exclusivamente sobre a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática:

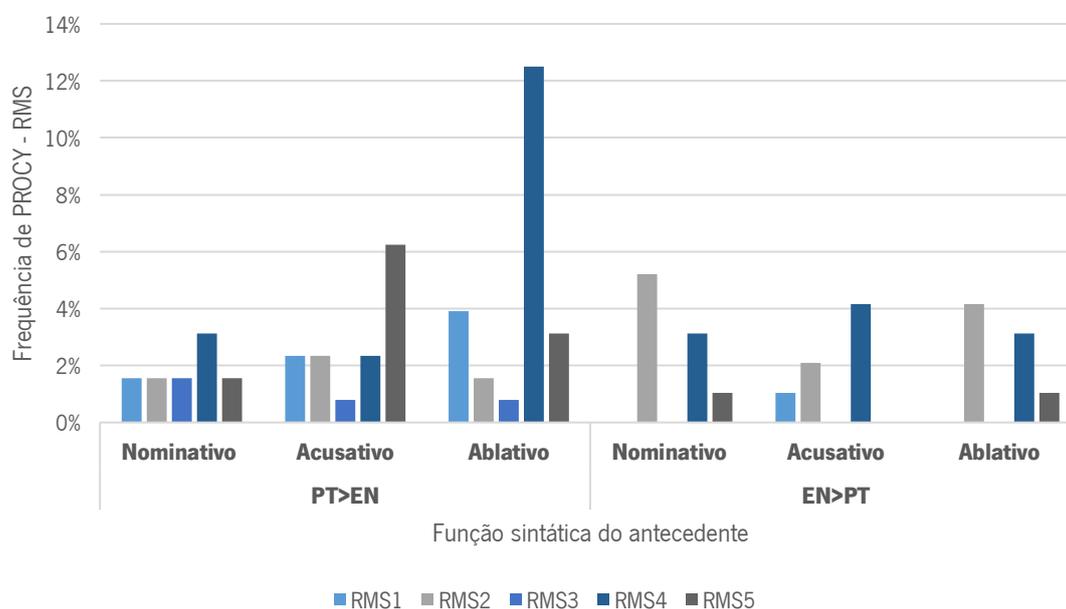


Gráfico 9. Frequência de RMS por função sintática do antecedente (PT<->EN).

De um modo geral, os dados representados no Gráfico 9 para ambas as direções estão alinhados com a distribuição dos procedimentos evidenciada no Gráfico 3, à exceção da função acusativa. Este resultado sugere que a presença de um antecedente com função acusativa poderá influenciar o modo como os pronomes são interpretados, favorecendo o recurso a RMS5 na direção PT>EN e a RMS4 na direção EN>PT.

Note-se, por último, que este gráfico não inclui as funções dativa e genitiva, uma vez que nenhum procedimento de RMS foi aplicado perante antecedentes com estas funções.

5.3.2 Entidade Nomeada

Nos discursos originais, os antecedentes foram classificados quanto ao seu estatuto de entidade nomeada. Aos antecedentes com estatuto de entidade nomeada foi atribuído o valor “Sim”; àqueles sem estatuto de entidade nomeada foi atribuído o valor “Não”.

5.3.2.1 Distribuição Geral

O Gráfico 10 apresenta, para os subcorpora ORG-PT e ORG-EN, a distribuição dos antecedentes mediante o seu estatuto de entidade nomeada:

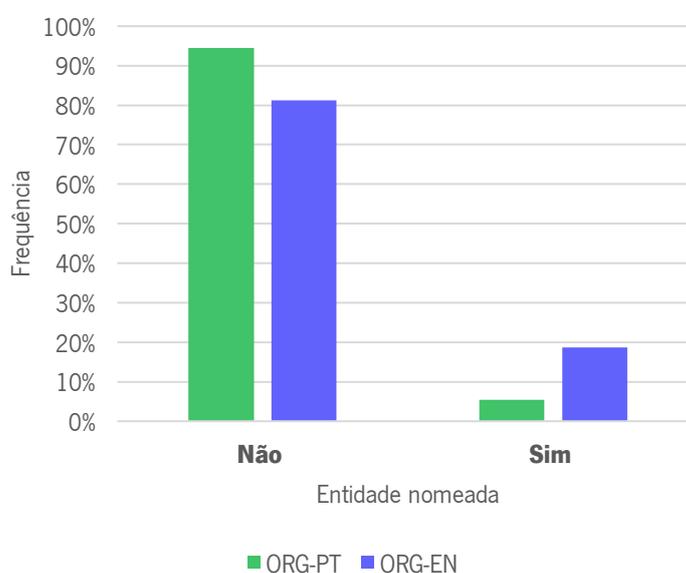


Gráfico 10. Frequência do estatuto de entidade nomeada nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

Os dados referentes a ambos os subcorpora revelam uma ampla predominância dos antecedentes que constituem entidades não nomeadas, atingindo 94,53% e 81,25% nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, respetivamente. A percentagem de antecedentes com estatuto de entidade nomeada é, portanto, reduzida nos dois subcorpora (5,47% e 18,75% nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, respetivamente).

5.3.2.2 Distribuição por PROCX

O Gráfico 11 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente pelas classes de entidade nomeada, nas direções PT<>EN:

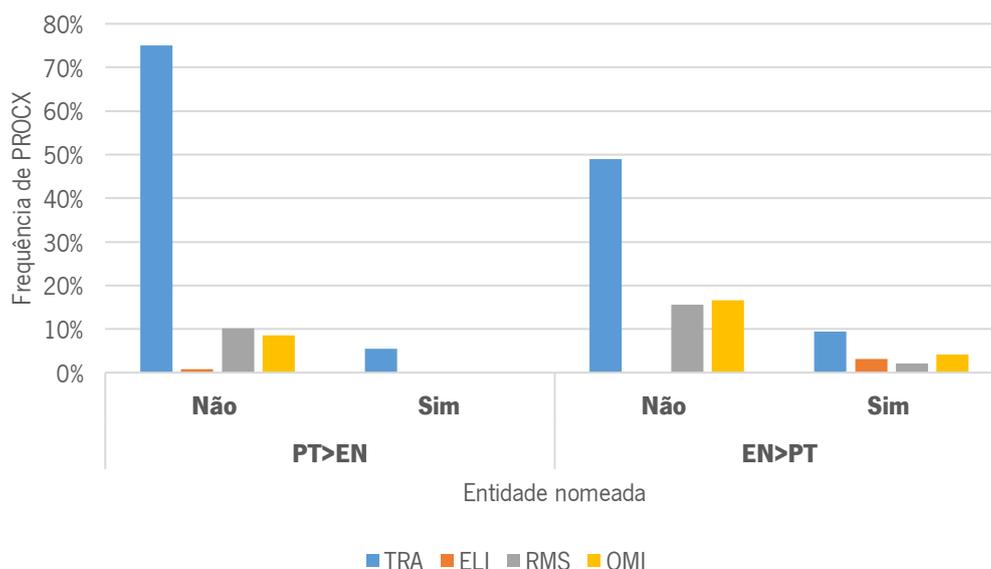


Gráfico 11. Frequência de PROCX por classe de entidade nomeada (PT<>EN).

Tomando em conjunto os dados apresentados no Gráfico 11, verifica-se uma preponderância generalizada do procedimento TRA. Perante antecedentes sem estatuto de entidade nomeada (representados na classe “Não”), os intérpretes recorrem mais frequentemente a TRA na direção PT>EN do que no sentido inverso. De facto, na direção EN>PT, aumenta ligeiramente o recurso a RMS e OMI para interpretar antecedentes sem estatuto de entidade nomeada. Quando os antecedentes possuem estatuto de entidade nomeada (representados na classe “Sim”), os intérpretes utilizam unicamente TRA na direção PT>EN; na direção EN>PT, aplicam com mais frequência TRA, ainda que não de forma exclusiva.

5.3.2.3 Distribuição por PROCY

O Gráfico 12 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do pronome pelas classes de entidade nomeada, nas direções PT<>EN:

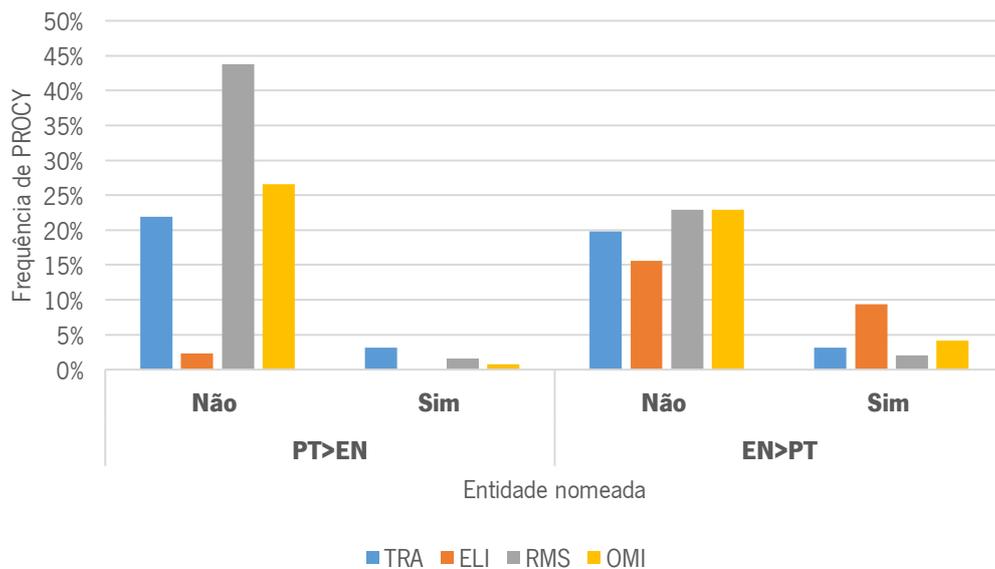


Gráfico 12. Frequência de PROCY por classe de entidade nomeada (PT<>EN).

Os dados representados no Gráfico 12 parecem indicar que, nas duas direções, os pronomes que remetem para antecedentes sem estatuto de entidade nomeada são mais frequentemente interpretados através de RMS e OMI. Porém, na direção PT>EN destaca-se o recurso a RMS, ao passo que na direção inversa a distribuição dos procedimentos é mais homogênea.

Apesar do reduzido número de observações de antecedentes com estatuto de entidade nomeada, os dados sugerem que os pronomes que retomam este tipo de antecedente são mais frequentemente traduzidos, na direção PT>EN, e elididos, na direção EN>PT. Tendo em conta que os vários procedimentos de interpretação do pronome na direção EN>PT parecem distribuir-se de forma homogênea (cf. barras azuis no Gráfico 2), a sua distribuição em função do estatuto de entidade nomeada do antecedente poderá sugerir que um pronome que remeta para um antecedente com estatuto de entidade nomeada tem tendência para ser elidido na direção EN>PT, possivelmente pelo facto de esse antecedente possuir um maior grau de saliência.

O Gráfico 13 incide exclusivamente sobre a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática:

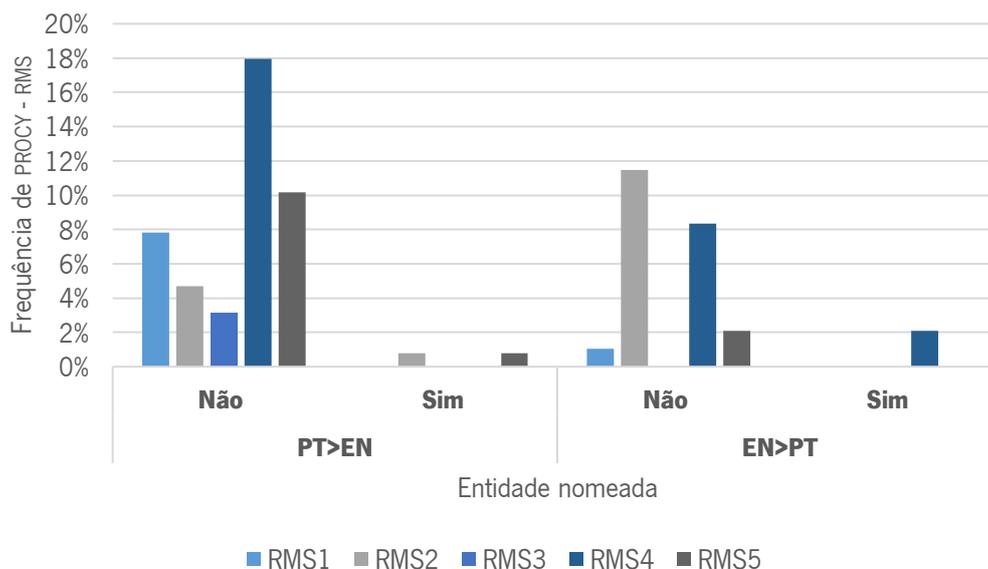


Gráfico 13. Frequência de RMS por classe de entidade nomeada (PT<>EN).

Em ambas as direções, a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfosintática dos pronomes que retomam antecedentes sem estatuto de entidade nomeada parece refletir a distribuição geral observada no Gráfico 3, sugerindo que o facto de o antecedente não ser uma entidade nomeada não exerce influência no procedimento de RMS adotado para a interpretação do pronome. O número reduzido de antecedentes com estatuto de entidade nomeada indica que, tanto numa direção como na outra, os intérpretes quase não recorreram aos procedimentos de RMS para a interpretação dos pronomes que retomam antecedentes com estatuto de entidade nomeada.

5.3.3 Competição

A competição prende-se com a presença de mais do que um candidato à posição de antecedente, o que pode introduzir ambiguidade na correta identificação deste e, por conseguinte, no processo de resolução anafórica. Tal como a propriedade anterior, também a competição assume um valor binário: caso o antecedente se encontre em situação de competição com outros candidatos à posição de antecedente, é-lhe atribuído o valor “Sim”; se o antecedente não estiver em situação de competição, é classificado com o valor “Não”.

5.3.3.1 Distribuição Geral

O Gráfico 14 apresenta a distribuição dos antecedentes no que respeita à possível competição entre candidatos à posição de antecedente, nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN:

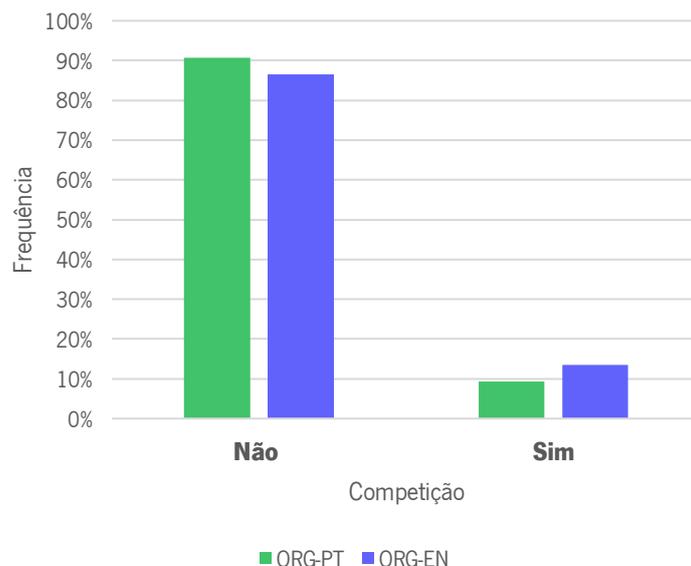


Gráfico 14. Frequência da competição entre antecedentes nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

O Gráfico 14 revela uma ampla predominância dos antecedentes que não se encontram em situação de competição, atingindo 90,63% e 86,46% nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, respetivamente. Por sua vez, os antecedentes que se encontram em competição com outros candidatos possíveis representam 9,38% e 13,54% do número total de ocorrências nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, respetivamente.

5.3.3.2 Distribuição por PROCX

O Gráfico 15 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente pelas duas classes de competição, nas direções PT<>EN:

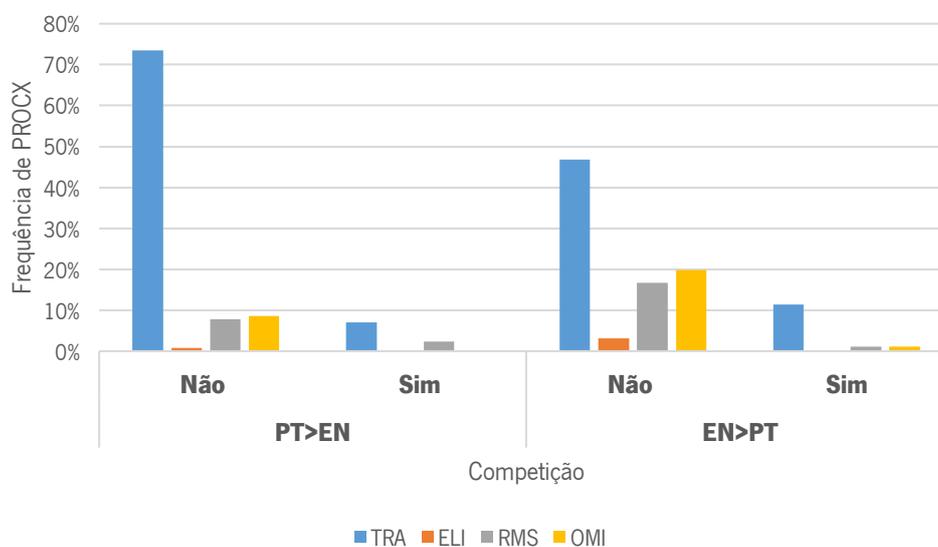


Gráfico 15. Frequência de PROCX por classe de competição (PT<>EN).

Como se pode observar no Gráfico 15, os procedimentos exibem uma distribuição semelhante nas duas direções em apreço, que se caracteriza pela predominância generalizada do procedimento TRA. Este resultado sugere que os intérpretes recorrem mais frequentemente a TRA para interpretar os antecedentes, independentemente de estes se encontrarem ou não em situação de competição com outros candidatos ao lugar de antecedente. Este comportamento parece ser comum a ambas as direções, mas mais acentuado na direção PT>EN.

5.3.3.3 Distribuição por PROCY

O Gráfico 16 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do pronome pelas duas classes de Competição, nas direções PT<>EN:

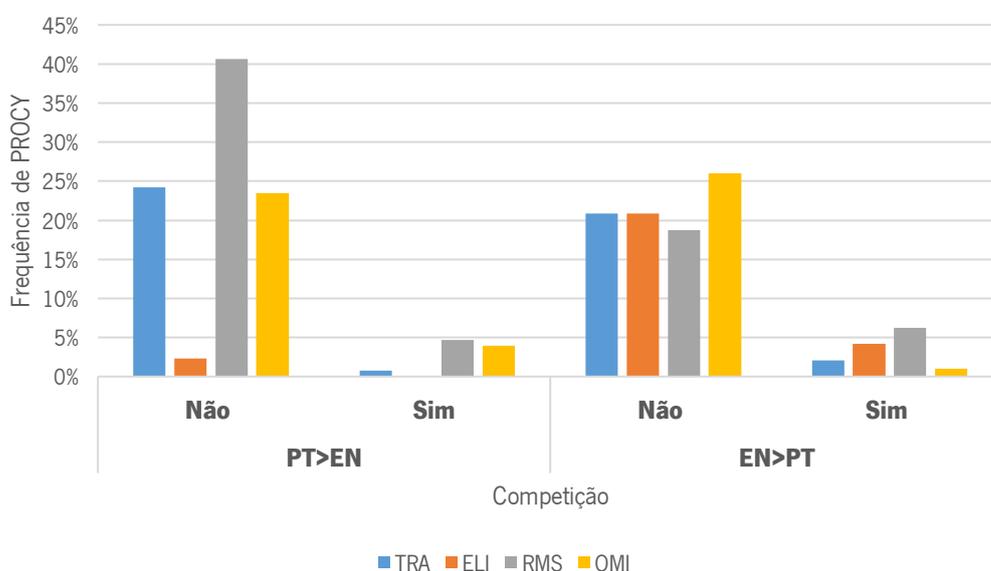


Gráfico 16. Frequência de PROCY por classe de competição (PT<>EN).

De acordo com o Gráfico 16, é possível constatar que, na direção PT>EN, os intérpretes parecem recorrer mais frequentemente ao procedimento RMS para interpretar o pronome, independentemente de o antecedente estar ou não em situação de competição. Porém, é de notar que a predominância de RMS diminui quando se trata de antecedentes em competição. Deste modo, a distribuição dos dados na direção PT>EN sugere que o facto de o antecedente se encontrar em situação de competição não impede que os intérpretes adotem com maior frequência a reconfiguração morfosintática para interpretar o pronome, embora aumente a probabilidade de estes recorrerem a OMI (em detrimento não só de RMS, mas também de TRA).

Na direção inversa, é possível observar um decréscimo acentuado de OMI perante antecedentes em competição, comparativamente com os antecedentes que não se encontram em competição. Paralelamente ao decréscimo de OMI, verifica-se, por um lado, uma redução de TRA e ELI e, por outro, um aumento de RMS, podendo sugerir que, na direção EN>PT, os pronomes tendem a ser reconfigurados morfossintaticamente quando há mais do que um candidato à posição de antecedente.

O Gráfico 17 apresenta, de forma mais detalhada, a distribuição de cada procedimento de reconfiguração morfossintática:

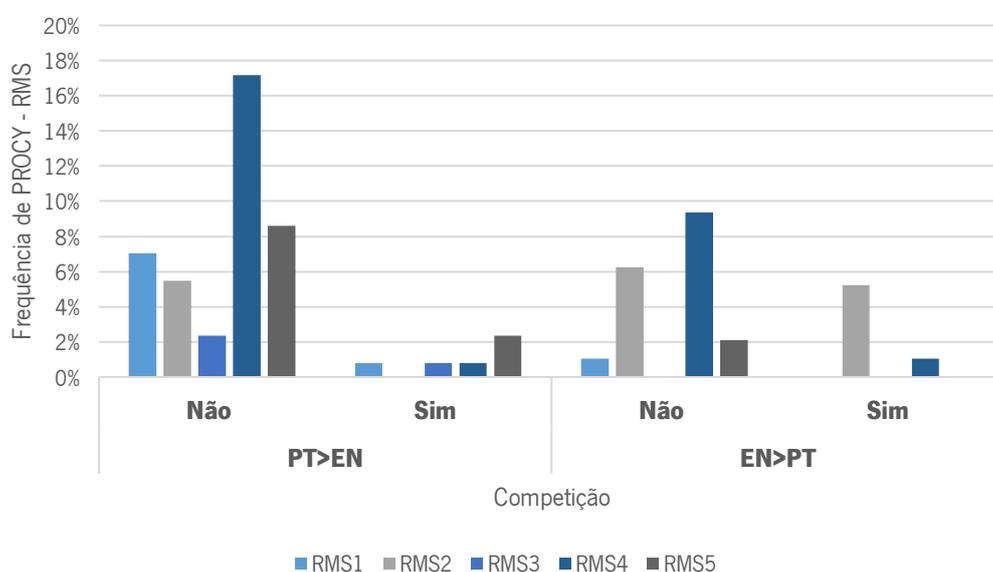


Gráfico 17. Frequência de RMS por classe de competição (PT<->EN).

Na direção PT>EN, os pronomes são mais frequentemente alvo de RMS4 do que RMS5 quando os antecedentes não estão em competição; porém, quando estes se encontram em situação de competição, é mais frequente o recurso a RMS5 para a interpretação dos pronomes. Na direção EN>PT, o procedimento RMS4 é mais frequente do que RMS2 quando o antecedente não está em competição, mas este padrão inverte-se quando há competição. Este dado sugere que o facto de o antecedente estar ou não em situação de competição poderá influenciar o procedimento de RMS adotado pelos intérpretes e que isso acontece independentemente da direção linguística da interpretação.

5.3.4 Categoria Morfológica

Ao contrário das três propriedades anteriores, a categoria morfológica diz respeito ao pronome. Assim, em cada ocorrência, os pronomes foram classificados quanto ao seu estatuto de pronome pessoal ou pronome relativo. Como veremos ao longo desta secção, procedeu-se ainda à distinção entre pronomes nulos e plenos.

5.3.4.1 Distribuição Geral

O Gráfico 18 apresenta a distribuição dos pronomes no que respeita à sua categoria morfológica, nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN:

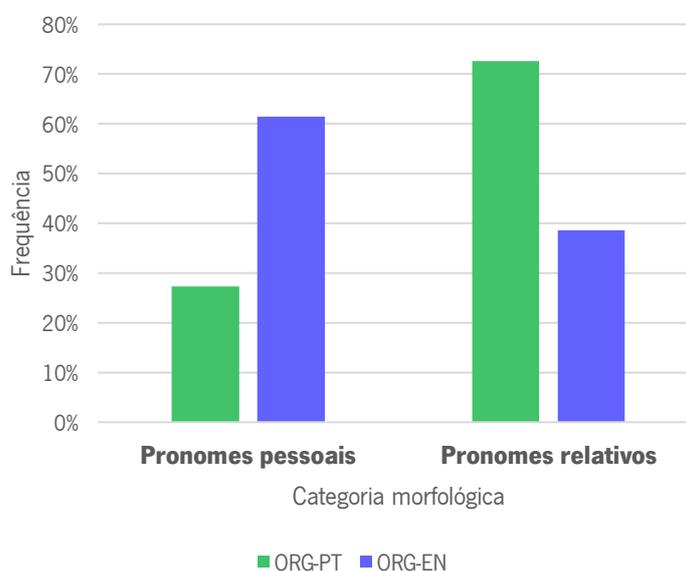


Gráfico 18. Frequência da categoria morfológica nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

No subcorpus ORG-PT, os pronomes relativos representam 72,66% do número total de pronomes presentes nos discursos originais portugueses e os pronomes pessoais correspondem a 27,34% das ocorrências. No subcorpus ORG-EN, são os pronomes pessoais que prevalecem, representando 61,46% do número total de pronomes nos discursos originais ingleses. Os pronomes relativos correspondem a 38,54% das ocorrências.

No que concerne à categoria morfológica, importa ainda apresentar a distribuição dos pronomes nulos e plenos. Considere-se o Gráfico 19:

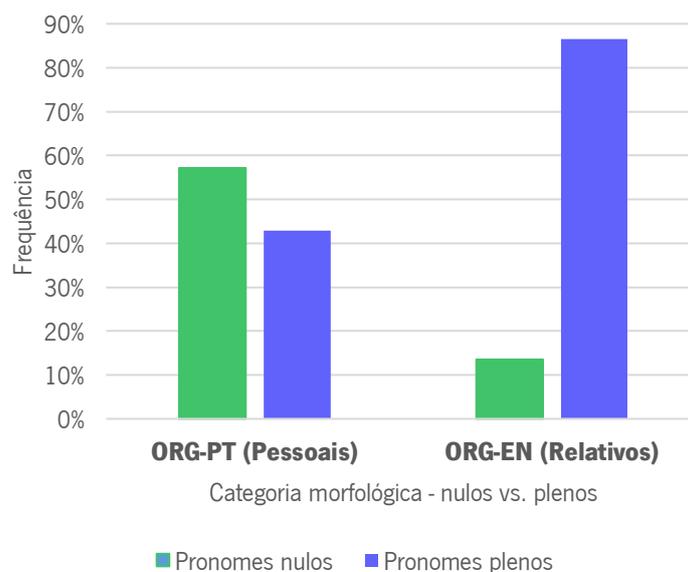


Gráfico 19. Frequência de pronomes nulos e plenos nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN¹²⁵.

No que se refere aos pronomes pessoais (subcorpus ORG-PT), verifica-se a predominância de pronomes nulos, representando 57,14% do total de pronomes pessoais no subcorpus ORG-PT. Os pronomes pessoais plenos correspondem a 42,86% das ocorrências.

No subcorpus ORG-EN, num universo de 37 pronomes relativos, apenas cinco são nulos, o que representa 13,51% do número total de pronomes relativos. A baixa frequência de pronomes relativos nulos pode ser explicada pelo facto de estes apenas serem usados num contexto gramatical específico, ou seja, quando desempenham a função de objeto direto da oração relativa restritiva. Ainda assim, em cinco dos oito casos identificados no subcorpus ORG-EN em que o pronome relativo se encontrava nesse contexto, a forma nula foi preterida em favor da forma plena.

5.3.4.2 Distribuição por PROCY

O Gráfico 20 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do pronome pelas duas classes da categoria morfológica, nas direções PT<>EN:

¹²⁵ Em português, apenas os pronomes pessoais podem ter ou não realização fonética. Inversamente, em inglês, só os pronomes relativos apresentam essa possibilidade. É por este motivo que o Gráfico 19 contempla exclusivamente a classe dos pronomes pessoais no subcorpus ORG-PT e a classe dos relativos no subcorpus ORG-EN.

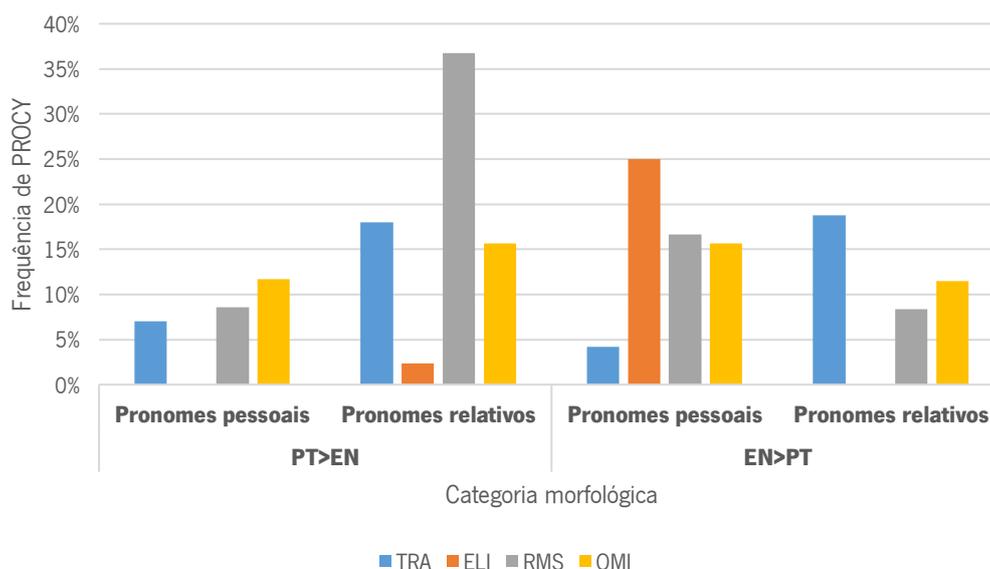


Gráfico 20. Frequência de PROCY por categoria morfológica (PT<>EN).

Na direção PT>EN, os pronomes pessoais são mais frequentemente omitidos, ao passo que os relativos são mais frequentemente alvo de reconfiguração morfossintática. É de notar que a predominância de RMS sobre os restantes procedimentos, nos pronomes relativos, é substancialmente superior à de OMI nos pronomes pessoais, sugerindo que a probabilidade de um pronome relativo ser reconfigurado morfossintaticamente poderá ser mais forte do que a de um pronome pessoal ser omitido.

Na direção EN>PT, os intérpretes recorrem mais frequentemente ao procedimento ELI para interpretar os pronomes pessoais e a TRA para os pronomes relativos. Os dados parecem, ainda, revelar que os intérpretes apenas recorrem a ELI para interpretar pronomes pessoais e não relativos, o que se deve ao facto de a língua portuguesa apenas permitir a elipse do pronome pessoal.

Tomando em conjunto os dados referentes às duas classes de pronomes, observa-se uma inversão das predominâncias de RMS e OMI entre as duas direções:

- os pronomes pessoais são mais frequentemente omitidos do que reconfigurados na direção PT>EN, ao passo que na direção inversa estes são mais frequentemente reconfigurados do que omitidos;
- os pronomes relativos são mais frequentemente reconfigurados do que omitidos na direção PT>EN, ao passo que na direção inversa estes são mais frequentemente omitidos do que reconfigurados.

Este comportamento sugere que a direção da interpretação bem como a categoria morfológica do pronome poderão exercer influência sobre o modo como os pronomes são interpretados, nomeadamente no que toca à adoção do procedimento RMS ou OMI. Quanto ao procedimento OMI, é possível equacionar que o facto de os pronomes pessoais, em português, poderem ter ou não realização fonética possa ter requerido um esforço adicional de processamento, contribuindo para a maior incidência da omissão de pronomes pessoais na direção PT>EN.

Por fim, importa referir que existem diferenças entre os procedimentos aplicados aos pronomes consoante estes tenham ou não realização fonética (plenos ou nulos, respetivamente). Estas diferenças podem ser observadas no Gráfico 21:

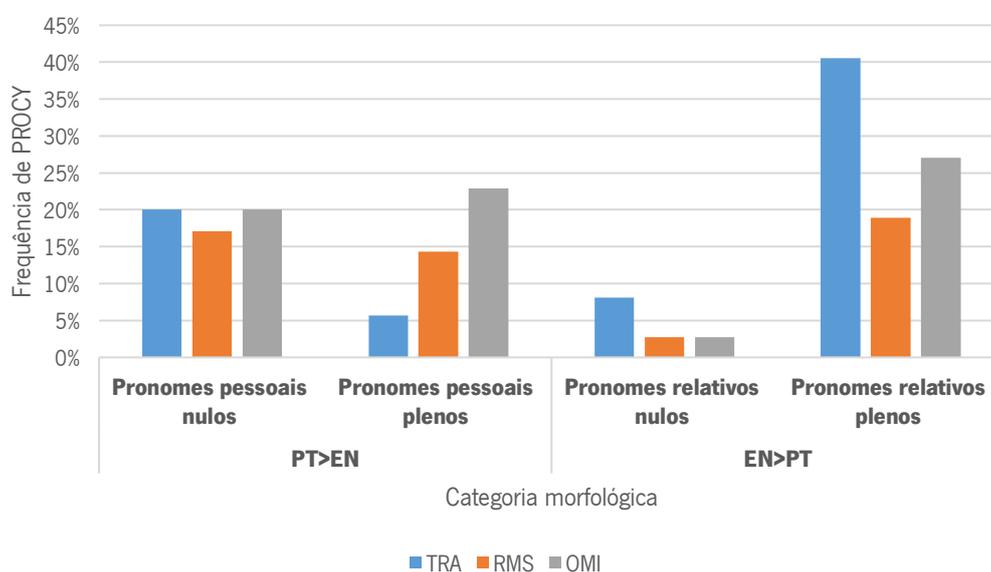


Gráfico 21. Frequência de PROCY por pronomes nulos e plenos (PT<>EN).¹²⁶

No conjunto dos pronomes pessoais, na direção PT>EN, os pronomes plenos exibem uma maior tendência do que os nulos para serem omitidos. Esta tendência poderá dever-se ao facto de os pronomes plenos não terem, à partida, uma preferência quanto ao tipo de antecedente que retomam, ao passo que os nulos, como já referido, retomam tipicamente um antecedente em posição de sujeito. Por sua vez, os pronomes relativos, na direção EN>PT, tendem a ser traduzidos, independentemente da realização fonética.

No Gráfico 22, que se segue, apresentamos a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática:

¹²⁶ Cf. nota de rodapé 125.

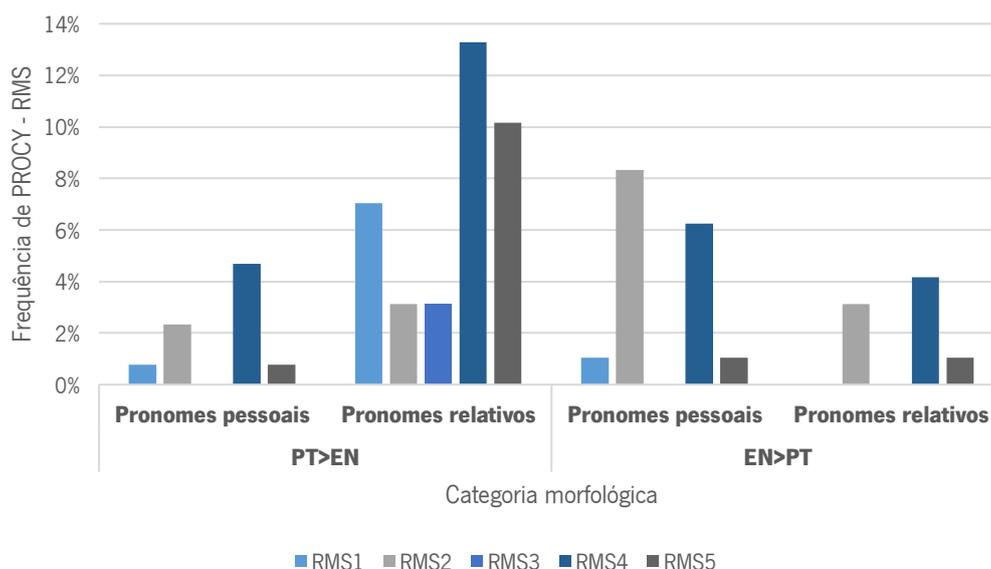


Gráfico 22. Frequência de RMS por categoria morfológica (PT<->EN).

De um modo geral, os dados apresentados no Gráfico 22 sugerem que o procedimento de reconfiguração morfosintática mais frequentemente adotado pelos intérpretes independentemente da direção linguística e da classe morfológica do pronome é RMS4. A única exceção reside nos pronomes pessoais na direção EN>PT, que são mais frequentemente interpretados por RMS2.

Na direção PT>EN, é de salientar que os pronomes relativos potenciam maior variedade em termos de reconfiguração sintática, o que se deve em parte ao maior número de ocorrências deste tipo de pronome. Esta variedade reflete-se no aumento do recurso aos procedimentos RMS5, RMS1 e RMS3, este último aplicando-se exclusivamente a pronomes relativos.

Considere-se, por último, a diferença na distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfosintática entre pronomes plenos e nulos, ilustrada no Gráfico 23:

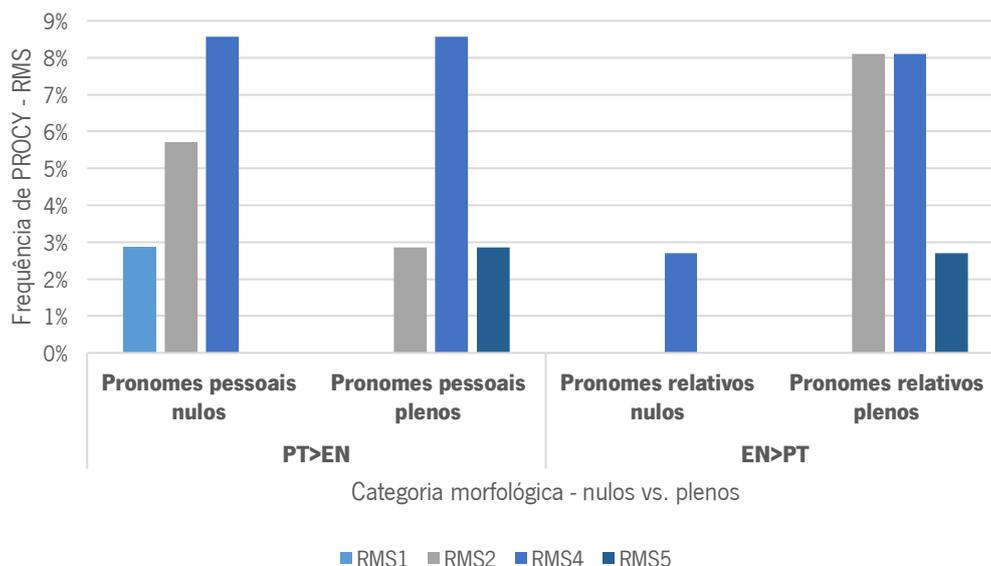


Gráfico 23. Frequência de RMS por pronomes nulos e plenos (PT<=>EN).¹²⁷

O Gráfico 23 corrobora a frequência dos procedimentos RMS2 e RMS4 em ambas as direções. No conjunto dos pronomes pessoais, a realização fonética não parece influenciar o procedimento mais utilizado, que é RMS4 em ambas as tipologias de pronome. No que respeita aos pronomes relativos, é possível verificar que pronomes plenos têm probabilidade idêntica de serem alvo de RMS2 ou RMS4.

5.3.5 Função Sintática do Pronome

Além dos antecedentes (cf. 5.3.1), também os pronomes de cada ocorrência foram classificados quanto à sua função sintática.

5.3.5.1 Distribuição Geral

O Gráfico 24 representa a distribuição de frequências das cinco classes de função sintática do pronome, nomeadamente nominativo, acusativo, ablativo, dativo e genitivo, nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN:

¹²⁷ O Gráfico 23 exclui: a classe dos pronomes relativos na direção PT>EN (porque todos os pronomes relativos eram plenos), a classe dos pronomes pessoais na direção EN>PT (porque todos os pronomes pessoais eram plenos), e o procedimento RMS3 (porque não se registaram observações deste procedimento associados aos tipos de pronome em apreço no gráfico)

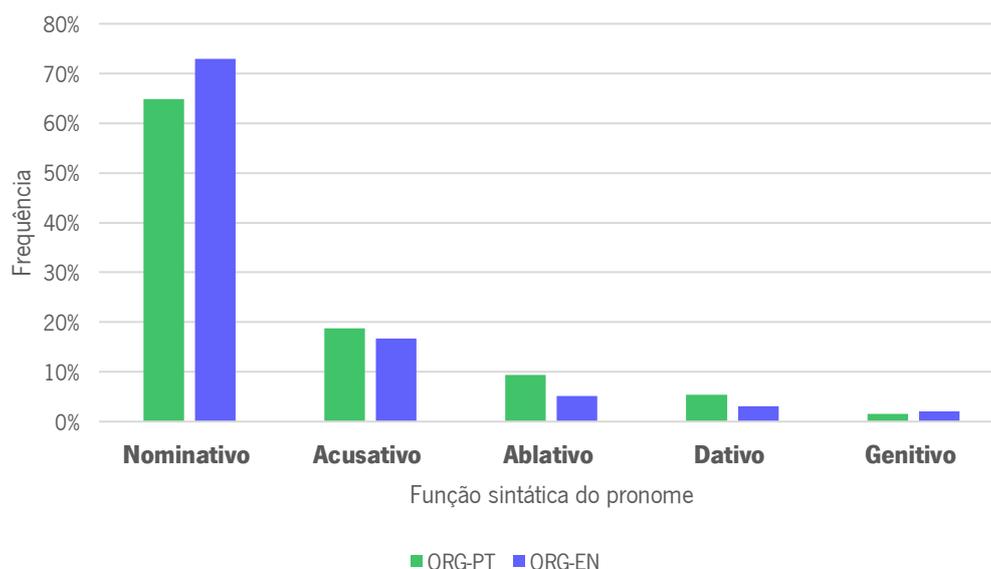


Gráfico 24. Frequência da função sintática do pronome nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

De acordo com o Gráfico 24, as funções sintáticas parecem distribuir-se de forma semelhante nos dois subcorpora, evidenciando a ampla predominância da função nominativa (64,84% no subcorpus ORG-PT e 72,92% no subcorpus ORG-EN).

Independentemente de os pronomes serem pessoais ou relativos, e apesar da distribuição inversa entre as duas classes de pronomes nos dois subcorpora (cf. Gráfico 18), verifica-se que não há grandes divergências no que toca à sua função sintática. Já em relação à função sintática dos antecedentes, constatou-se que a maior parte tem função ablativa no subcorpus ORG-PT e nominativa no ORG-EN (cf. Gráfico 6). Conclui-se, assim, que o comportamento distribucional da função sintática varia em função da língua apenas ao nível do antecedente.

5.3.5.2 Distribuição por PROCY

O Gráfico 25 apresenta a distribuição das funções sintáticas dos antecedentes pelos procedimentos de interpretação do pronome, nas direções PT<>EN:

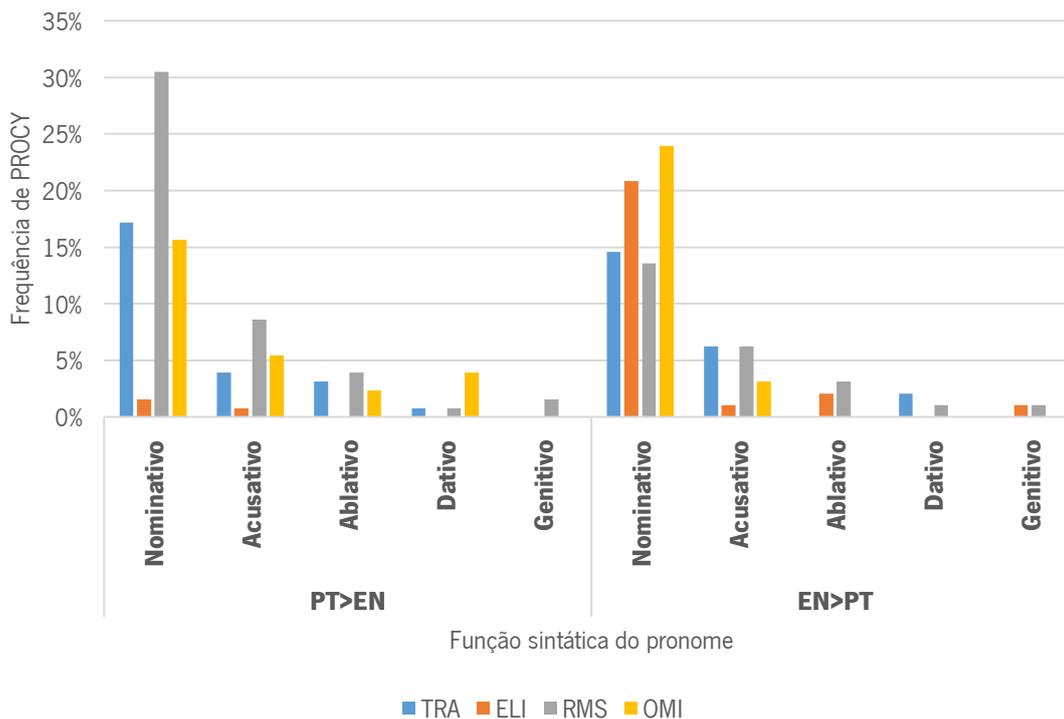


Gráfico 25. Frequência de PROCY por função sintática do pronome (PT<>EN).

Na direção PT>EN, é possível verificar que os intérpretes utilizam maioritariamente o procedimento RMS na generalidade das funções sintáticas, com a exceção da função dativa, que parece ser um contexto mais propício a OMI. Indo além da preponderância de RMS e comparando apenas os procedimentos OMI e TRA, os dados sugerem uma maior probabilidade de os intérpretes recorrerem a OMI para a interpretação de pronomes acusativos e dativos, e a TRA para pronomes com função nominativa e ablativa.

Na direção EN>PT, o procedimento OMI apenas foi aplicado a pronomes nominativos e acusativos, sendo que 88,46% de todas as ocorrências de OMI se concentram na função nominativa. Comparando os procedimentos OMI com RMS e TRA, os dados parecem apontar uma tendência para que os pronomes nominativos sejam omitidos e os acusativos sejam traduzidos ou reconfigurados morfossintaticamente. É de salientar, ainda, a inversão de predominâncias entre TRA e ELI nas funções nominativa e acusativa, indicando que os pronomes com função nominativa exibem maior tendência para serem elididos e aqueles com função acusativa para serem traduzidos. Este dado indica que os intérpretes tiram partido da possibilidade oferecida pela língua portuguesa de elidir o sujeito pronominal.

O Gráfico 26, abaixo, incide exclusivamente sobre a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática:

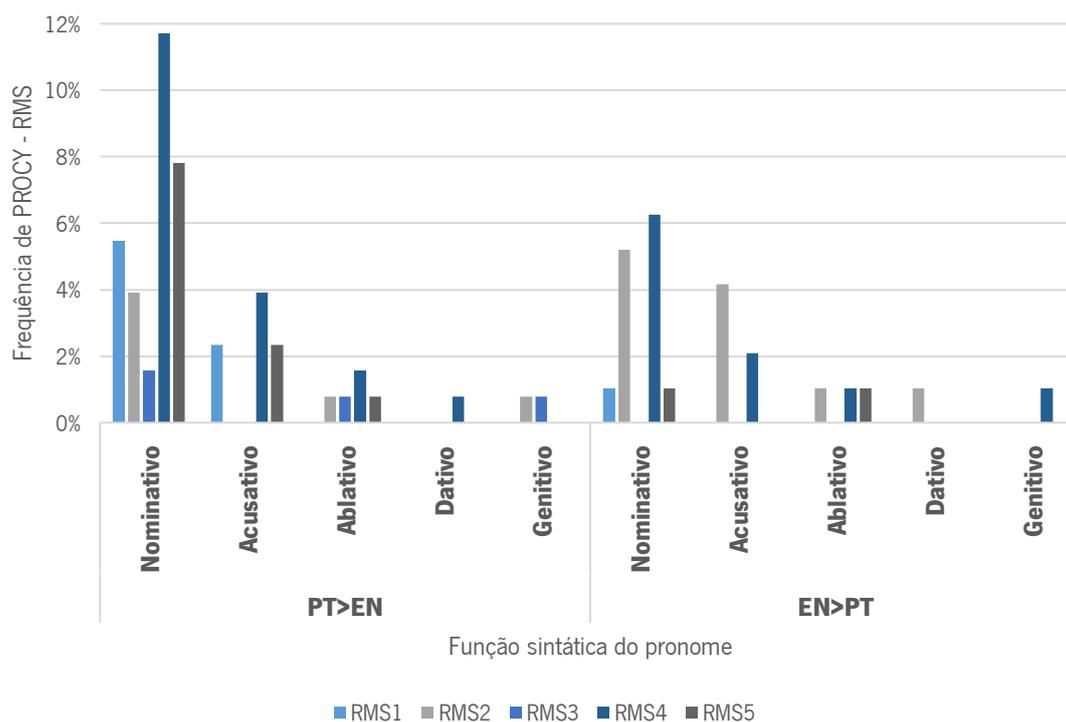


Gráfico 26. Frequência de RMS por função sintática do pronome (PT<>EN).

Os dados revelam a predominância dos procedimentos RMS4 e RMS5 na direção PT>EN, que consistem, respetivamente, na substituição do pronome por um elemento não pronominal, sem segmentação de *input*, e na dissipação do pronome devido a simplificação sintática. No sentido inverso, destaca-se também o procedimento RMS4 e, ainda, RMS2, que prevê a substituição do pronome por outro elemento pronominal, também sem segmentação. É de notar que, na direção EN>PT, os pronomes com função nominativa são mais frequentemente interpretados por RMS4 do que RMS2 e que esse padrão se inverte nos pronomes com função acusativa, mais propícios ao procedimento RMS2 do que RMS4.

Tomados em conjunto, os dados apresentados nos Gráficos 25 e 26 sugerem que, em ambas as direções, a função sintática do pronome poderá influenciar o tipo de procedimento adotado para interpretar este polo da cadeia anafórica e/ou que essa influência poderá depender da direção da interpretação.

5.3.6 Distância

A distância diz respeito ao material linguístico que separa o pronome do seu antecedente e foi mensurada em número de palavras entre o antecedente e o pronome, excluindo estes dois elementos.

5.3.6.1 Distribuição Geral

Para o subcorpus ORG-PT, o Gráfico 27 apresenta a distribuição dos valores de distância:

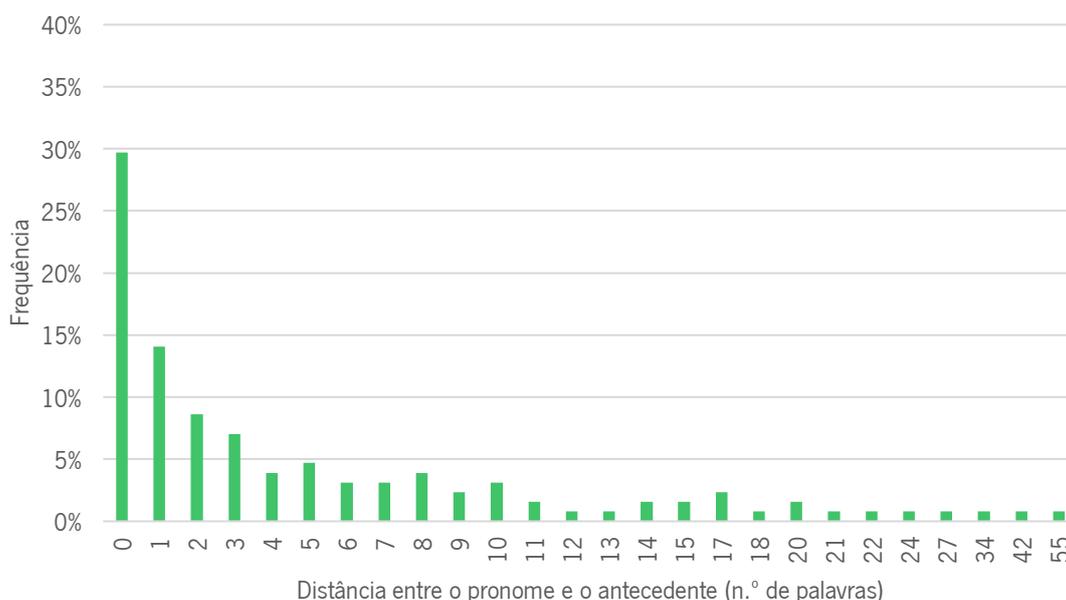


Gráfico 27. Frequência dos valores de distância no subcorpus ORG-PT.

Foram registadas 26 distâncias diferentes, que se distribuem entre zero (distância mínima registada) e 55 (distância máxima registada). De acordo com o Gráfico 27, as distâncias apresentam uma distribuição assimétrica positiva, uma vez que o número de observações diminui à medida que a distância entre o pronome e o antecedente aumenta. A média das distâncias nos discursos originais portugueses é de 5,6 palavras ($DP = 8,5$). Mais de metade (52,34%) das ocorrências têm uma distância até duas palavras e 31,25% tem uma distância entre três e dez palavras. A distância zero é a mais frequente, representando 29,69% do total de ocorrências.

No subcorpus ORG-EN (cf. Gráfico 28), foram registadas 35 distâncias, sendo o valor mínimo de zero palavras e o máximo de 68 palavras. A média das distâncias nos discursos originais ingleses é de 10,5 palavras ($DP = 14,8$). A distância zero é a mais frequente, representando 36,46% do

número total de ocorrências, sendo que os restantes 63,54% se distribuem de uma forma mais homogénea.

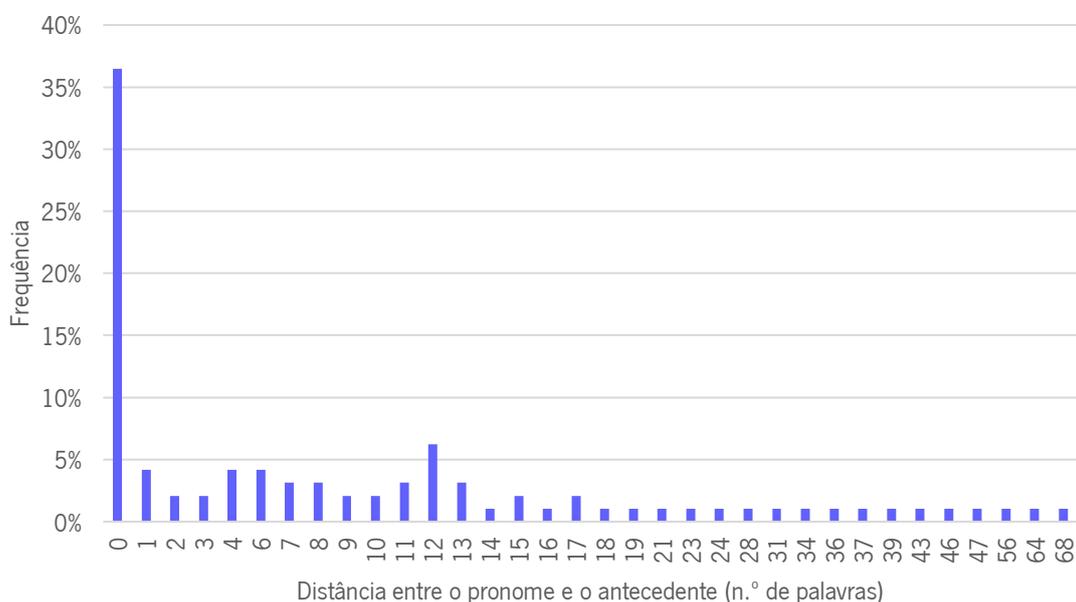


Gráfico 28. Frequência dos valores de distância no subcorpus ORG-EN.

Comparando a distribuição das distâncias nos dois subcorpora, é possível constatar no subcorpus ORG-EN um decréscimo abrupto na percentagem de observações entre os dois primeiros valores, de 36,46% para 4,17%, respetivamente, assumindo depois uma distribuição tendencialmente mais uniforme. No subcorpus ORG-PT, apesar de a diferença entre a distância 0 (29,69%) e 1 (14,06%) não ser tão acentuada e de a percentagem de observações diminuir de forma mais progressiva até à distância 4 comparativamente ao subcorpus ORG-EN, os dados nas caixas de bigodes do Gráfico 29 sugerem que não há diferenças entre os dois subcorpora ao nível da distância. A realização do teste estatístico de Wilcoxon permitiu confirmar que os valores medianos não podem ser considerados diferentes ($W = 6788,5$, $p = ,13$).

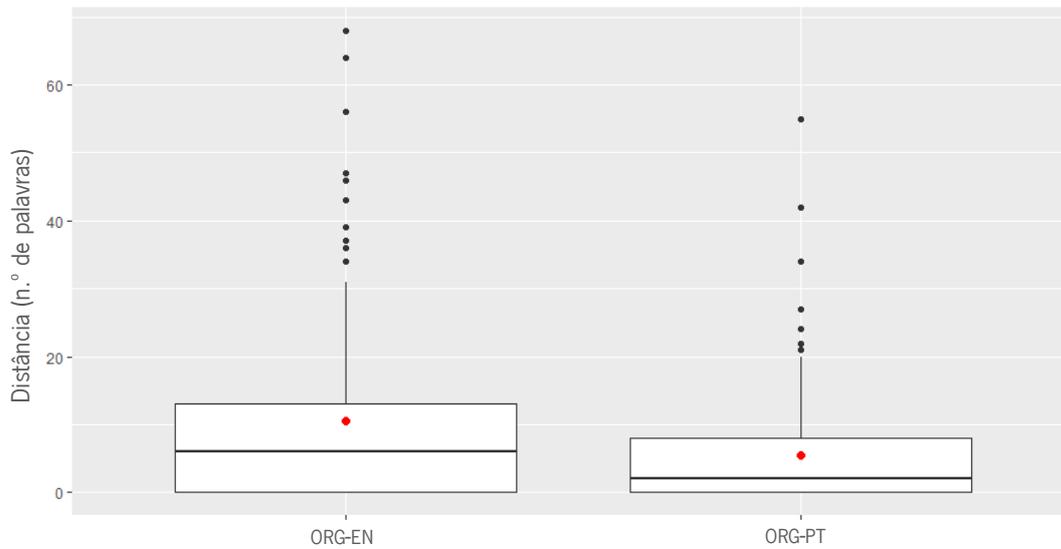


Gráfico 29. Distribuição comparativa da distância nos subcorpora ORG-EN e ORG-PT.¹²⁸

Se considerarmos a distância relativamente à categoria morfológica do pronome, é interessante notar que este resultado neutraliza a disparidade na distribuição de pronomes pessoais e relativos entre os dois subcorpora (cf. 5.3.4.1). Com efeito, no subcorpus ORG-EN os pronomes relativos estão tendencialmente associados à distância zero (31 de um total de 37 pronomes relativos situam-se na distância zero), mas o mesmo não se verifica no subcorpus ORG-PT, em que apenas 38 de 93 pronomes relativos se encontram na distância zero.

Para facilitar o cruzamento das distâncias com os procedimentos de interpretação, procedeu-se ao agrupamento das distâncias em quatro classes, como ilustra o Gráfico 30:

¹²⁸ No diagrama da caixa de bigodes, o ponto vermelho representa a média e a linha dentro de cada uma das caixas corresponde à mediana.

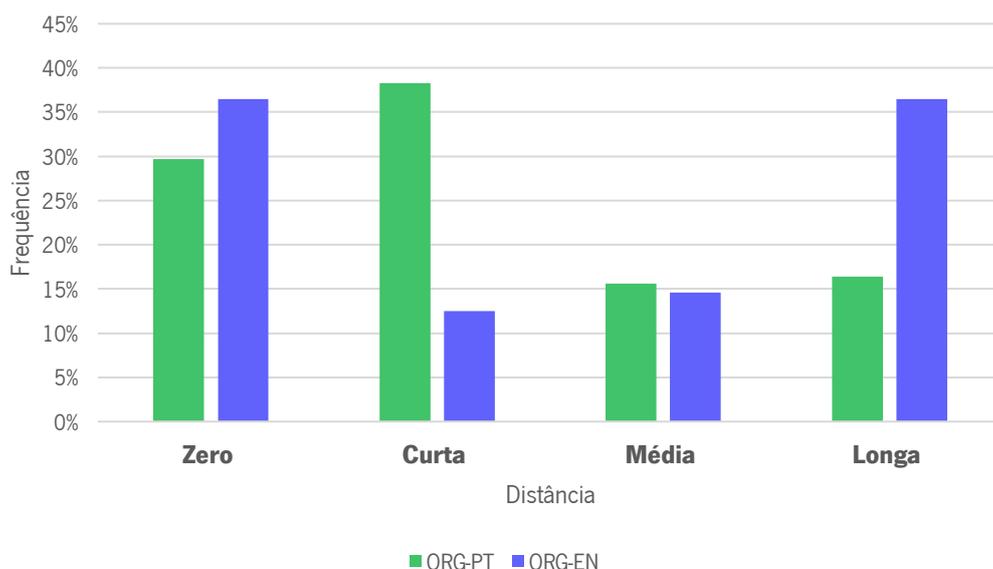


Gráfico 30. Frequência das classes de distância nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

À exceção da distância zero, que é uma classe comum a ambos os subcorpora, os valores abrangidos pelas distâncias curta, média e longa diferem. No subcorpus ORG-PT, a distância curta engloba valores de 1 a 5 palavras; a média de 6 a 10 palavras; e a longa de 11 a 55 palavras. No subcorpus ORG-EN, estas classes abrangem, respetivamente, os seguintes intervalos de valores: 1–6 palavras; 7–12 palavras; e 13–68 palavras.

No que diz respeito ao subcorpus ORG-PT, os dados refletem a distribuição anteriormente observada, nomeadamente a predominância da distância curta (38,28%) bem como o elevado número de observações na distância zero (29,69%). No subcorpus ORG-EN, surgem em proporção idêntica (36,46%) a distância zero e a distância longa. A distância média distingue-se das restantes pela quase ausência de assimetria entre os dois subcorpora.

5.3.6.2 Distribuição por PROCY

O Gráfico 31 apresenta a distribuição das funções sintáticas dos antecedentes pelos procedimentos de interpretação ao nível do pronome, nas direções PT<>EN:

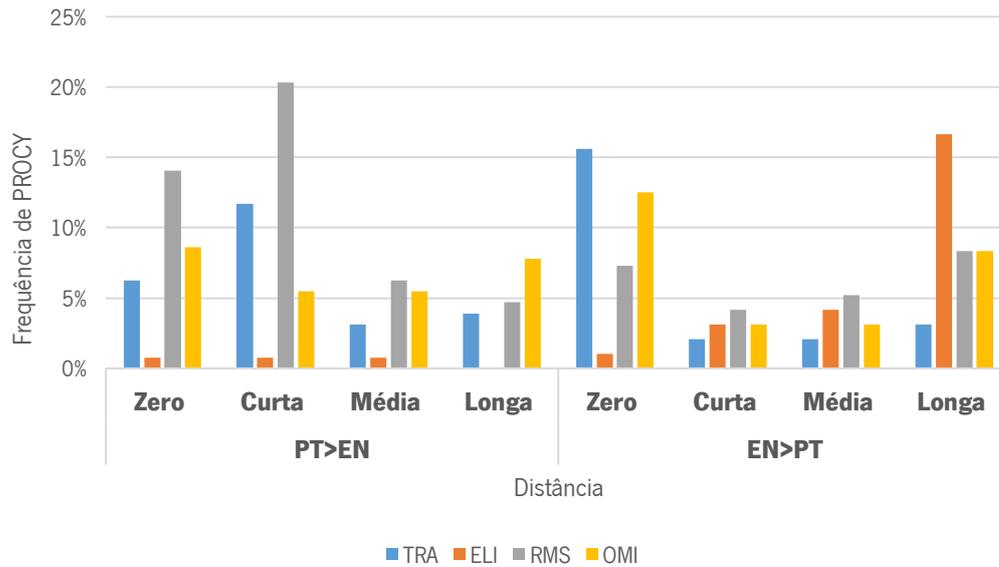


Gráfico 31. Frequência de PROCY por classe de distância (PT<>EN).

No que toca à direção PT>EN, os dados sugerem que uma distância longa entre o pronome e o respetivo antecedente poderá propiciar o procedimento OMI. Em contrapartida, as distâncias mais curtas favorecem o recurso a TRA e RMS. Os dados revelam um comportamento bastante distinto no sentido oposto. Com efeito, na direção EN>PT, verifica-se uma incidência substancial do procedimento OMI na distância zero, embora TRA seja predominante. É possível, ainda, observar que o recurso ao procedimento ELI parece aumentar com a distância, sendo o procedimento mais frequente em contexto de distância longa.

O Gráfico 32 apresenta, de forma mais detalhada, a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática:

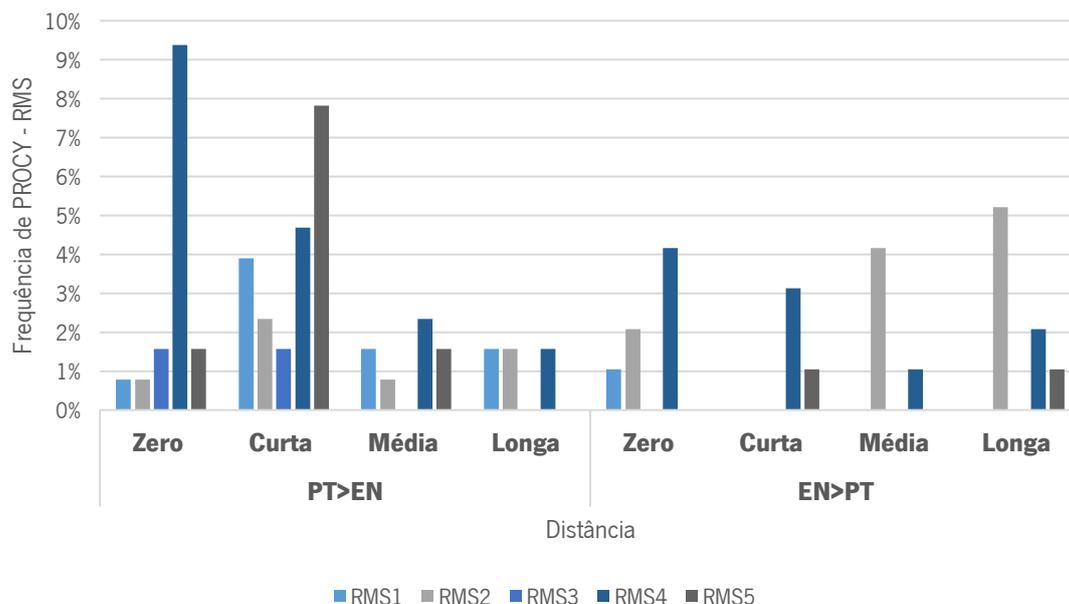


Gráfico 32. Frequência de RMS por classe de distância (PT<>EN).

Na direção PT>EN, é de salientar a ampla predominância do procedimento RMS4 na distância zero, embora a sua frequência exiba uma tendência para diminuir à medida que aumenta a distância. Como referido acima, a distância zero surge associada à presença de pronomes relativos. Estes pronomes, por terem valor adjetival, são frequentemente substituídos por elementos não pronominais que veiculam esse valor semântico, o que configura o procedimento RMS4. Além de RMS4, destaca-se também o procedimento RMS5, ao qual os intérpretes recorrem maioritariamente perante pronomes que se encontram a uma distância curta do respetivo antecedente.

Na direção EN>PT, destacam-se os procedimentos RMS2 e RMS4, que divergem apenas quanto ao elemento de substituição – pronominal em RMS2 e não pronominal em RMS4. Os dados sugerem que as distâncias zero e curta, por um lado, propiciam o recurso ao procedimento RMS4 (i.e., com elemento de substituição não pronominal) e as distâncias médias e longas, por outro, favorecem a utilização do procedimento RMS2 (i.e., com elemento de substituição não pronominal).

5.3.7 Velocidade

A cada discurso foi atribuído um valor de velocidade que corresponde ao número de palavras proferidas pelo orador por minuto. Por esse motivo, todas as ocorrências provenientes do mesmo discurso possuem o mesmo valor de velocidade.

5.3.7.1 Distribuição Geral

No subcorpus ORG-PT, a velocidade assume 15 valores diferentes, que se distribuem do seguinte modo, como ilustra o Gráfico 33:

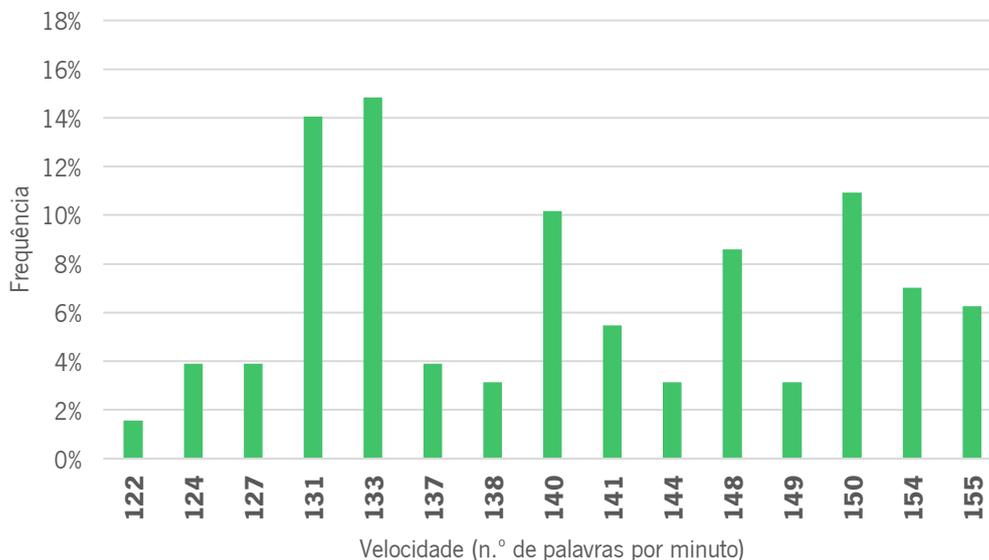


Gráfico 33. Frequência dos valores de velocidade no subcorpus ORG-PT.

As velocidades mínima e máxima cifram-se, respetivamente, nas 122 e 155 palavras por minuto (pal./min.), resultando numa amplitude amostral de 33 pal./min. A velocidade média dos discursos originais portugueses é de 139,5 pal./min. (DP = 9,8). O coeficiente de dispersão é de 7,1% (baixo), o que significa que a distribuição da velocidade não se encontra muito dispersa em relação à média.

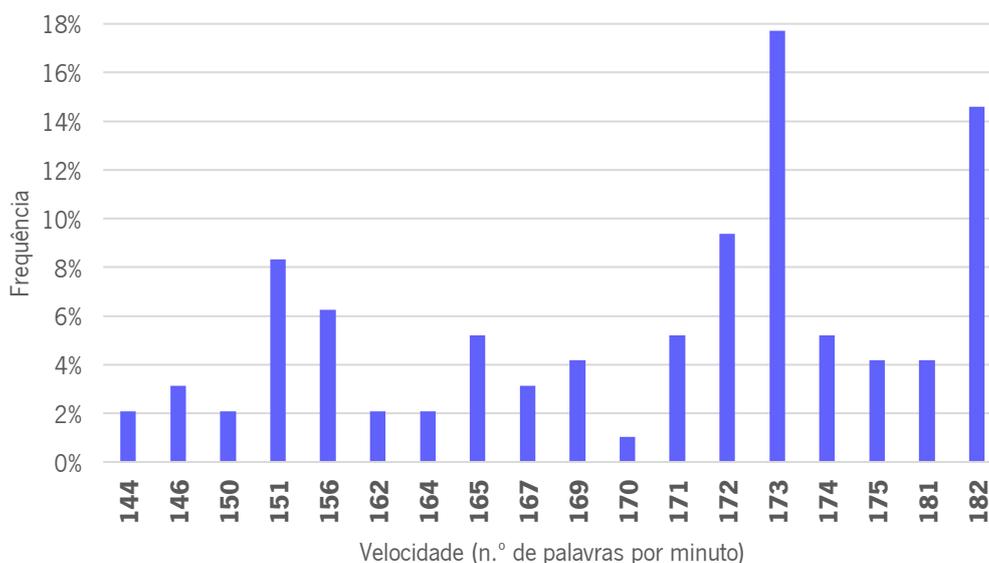


Gráfico 34. Frequência dos valores de velocidade no subcorpus ORG-EN.

No subcorpus ORG-EN (cf. Gráfico 34), foram registadas 18 velocidades. Os valores mínimo e máximo são, respetivamente, de 144 e 182 pal./min., resultando numa amplitude amostral de 38 pal./min. A velocidade média dos discursos ingleses é de 164,8 pal./min. (DP = 11,45). O coeficiente de dispersão da amostra é semelhante ao registado nos discursos portugueses (6,9%).

As caixas de bigodes representadas no

Gráfico 35 sugerem a existência de diferenças entre os dois subcorpora ao nível das medidas de localização central, visto que a média e a mediana exibem valores substancialmente superiores nos discursos originais ingleses comparativamente aos discursos portugueses.

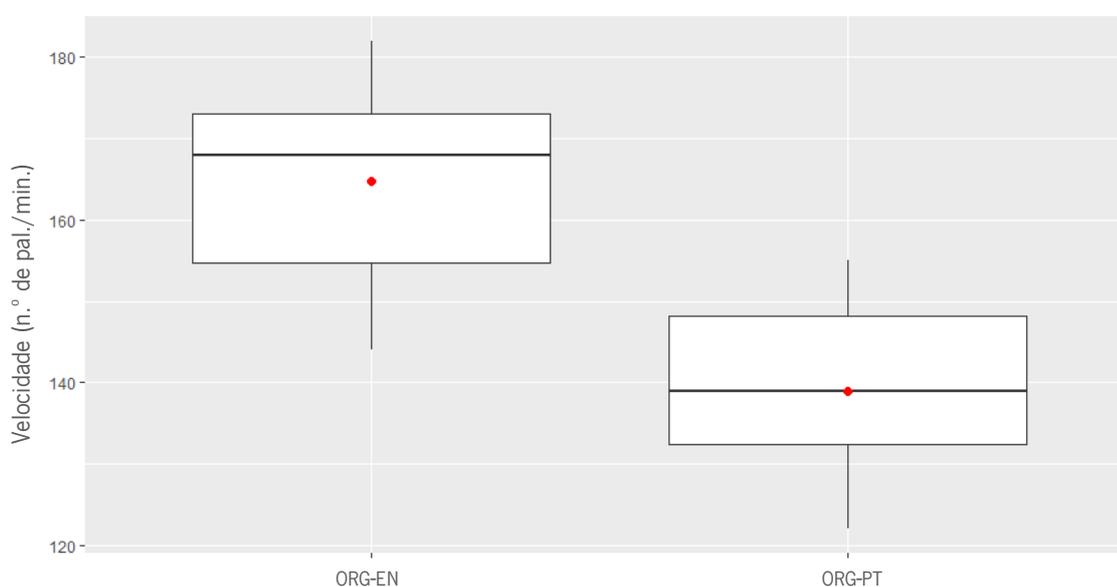


Gráfico 35. Distribuição comparativa da velocidade nos subcorpora ORG-EN e ORG-PT.

A realização do teste estatístico de Kolmogorov-Smirnov para duas amostras permitiu confirmar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as duas distribuições ($D = 0,75$, $p < ,05$). Posteriormente, o teste de Wilcoxon para comparação das medianas revelou, para um Intervalo de Confiança (IC) a 95%, que a diferença entre as velocidades medianas dos subcorpora ORG-EN e ORG-PT se situa entre 19 e 32 palavras por minuto, um valor bastante significativo.

Não havendo evidência estatística para rejeitar a hipótese da normalidade das distribuições em qualquer um dos conjuntos de dados (teste de Shapiro Wilk: $p > ,05$), foi realizado um teste t de Student que revelou, em termos de um IC a 95% (compatível com teste de Wilcoxon), que a diferença entre as médias dos subcorpora ORG-EN e ORG-PT se situa no intervalo [18,98, 32,63]. Conclui-se, portanto, que existe uma diferença estatisticamente significativa entre a velocidade dos discursos originais portugueses e ingleses, sendo estes últimos mais velozes.

Tal como os valores de distância, também os valores de velocidade foram agrupados em classes para facilitar o cruzamento com os procedimentos de interpretação, tendo-se obtido o Gráfico 36:

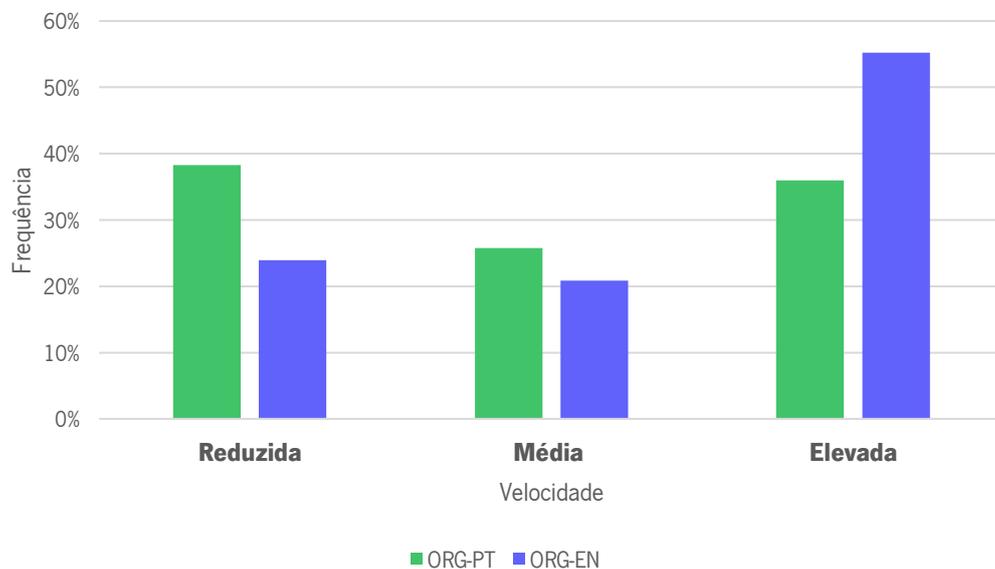


Gráfico 36. Frequência das classes de velocidade nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

Os valores abrangidos pelas velocidades reduzida, média e elevada diferem nos dois subcorpora. O subcorpus ORG-PT apresenta, na classe reduzida, valores de 122 a 133 pal./min.; na média, de 137 a 144 pal./min.; e, na elevada, de 148 a 155 pal./min. No subcorpus ORG-EN, as mesmas classes abrangem, respetivamente, os seguintes intervalos de valores: 144–162 pal./min.; 164–171 pal./min.; e 172–182 pal./min.

No subcorpus ORG-PT, verifica-se uma ligeira preponderância da velocidade reduzida (38,28%) sobre as outras duas classes, mas a distribuição é aproximadamente homogénea. Por sua vez, no subcorpus ORG-EN, destaca-se a velocidade elevada, que reúne mais de metade das ocorrências (55,21%). A classe média de velocidade é aquela que regista menor número de ocorrências em ambos os subcorpora.

5.3.7.2 Distribuição por PROCX

O Gráfico 37 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente pelas classes de Velocidade, nas direções PT<>EN:

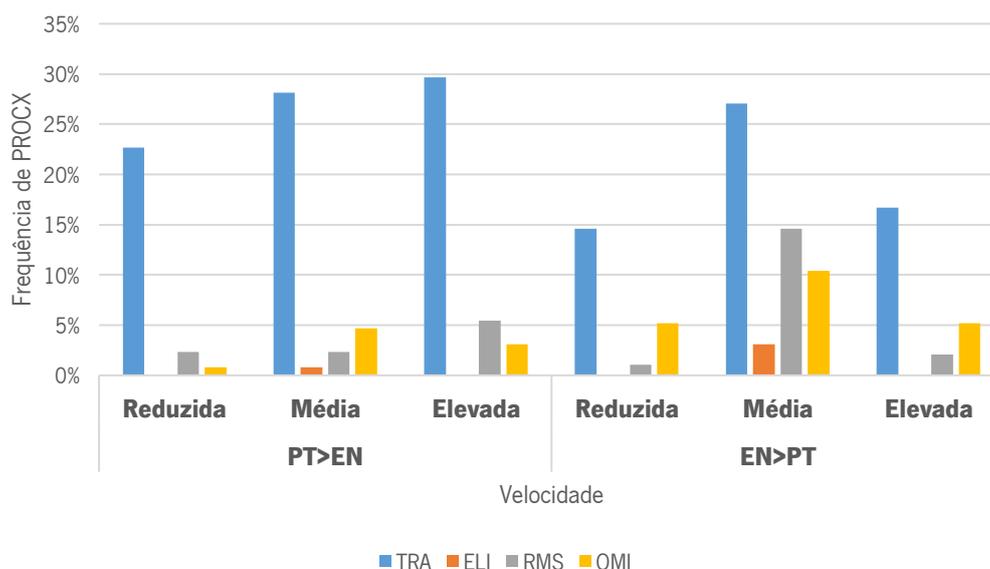


Gráfico 37. Frequência de PROCX por classe de velocidade (PT<>EN).

De acordo com o Gráfico 37, em ambas as direções é possível constatar uma prevalência generalizada do procedimento TRA, indicando que os intérpretes recorrem com frequência a este procedimento para a interpretação dos antecedentes, independentemente da direção linguística e da velocidade do discurso. No entanto, a classe média de velocidade parece exercer influência sobre a adoção dos procedimentos OMI e RMS, já que o padrão é semelhante na velocidade reduzida e elevada exceto na média, em que há uma inversão na predominância das frequências. Além disso, esta inversão verifica-se em ambas as direções:

- na direção PT>EN, o procedimento RMS é utilizado mais frequentemente do que OMI nas velocidades reduzida e elevada, mas esse padrão inverte-se na velocidade média, na qual OMI tem mais expressão do que RMS.
- na direção EN>PT, o procedimento OMI é utilizado mais frequentemente do que RMS nas velocidades reduzida e elevada, mas esse padrão inverte-se na velocidade média, na qual RMS tem mais expressão do que OMI.

Este padrão de frequências poderá sugerir que a velocidade influencia a ocorrência dos procedimentos RMS e OMI e que essa influência depende da direção da interpretação.

5.3.7.3 Distribuição por PROCY

O Gráfico 38 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do pronome pelas classes de velocidade, nas direções PT<>EN:

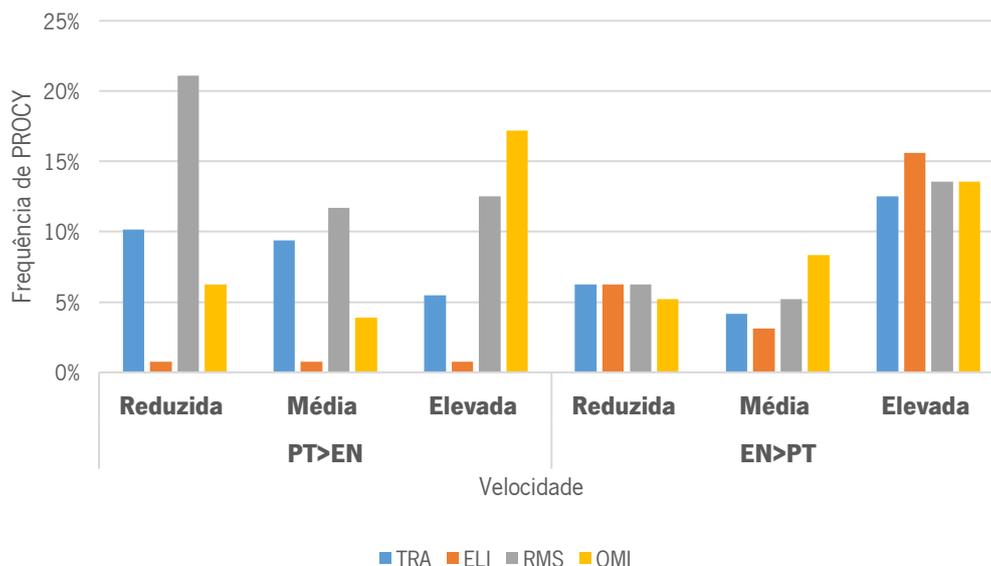


Gráfico 38. Frequência de PROCY por classe de velocidade (PT<>EN).

Na direção PT>EN, é possível observar que, nas velocidades reduzida e média, os procedimentos mais adotados são RMS e TRA. Em discursos com velocidade elevada, o procedimento OMI surge com uma frequência superior aos restantes. É de notar, ainda, que RMS se concentra na velocidade reduzida, podendo sugerir que os discursos mais velozes são menos propícios a este tipo de operação. Tal facto poderá dever-se ao esforço adicional que os discursos velozes impõem aos intérpretes, esgotando a sua energia mental (Gile, 1995a) e, desse modo, limitando a sua capacidade de efetuar reconfigurações morfossintáticas.

Por sua vez, na direção EN>PT, verifica-se uma distribuição aproximadamente homogénea, visto que as diferentes classes de velocidade exibem uma variação escassa ao nível da frequência dos procedimentos de interpretação. Porém, é possível detetar que a frequência do procedimento OMI aumenta à medida que a velocidade aumenta.

O Gráfico 39 apresenta, de forma mais detalhada, a distribuição das ocorrências pelos procedimentos de reconfiguração morfossintática:

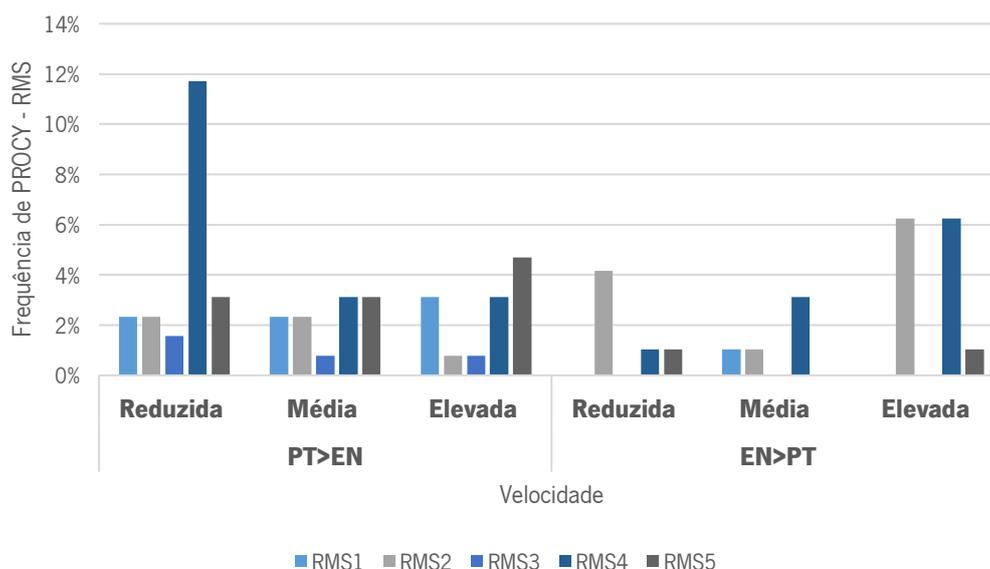


Gráfico 39. Frequência de RMS por classe de velocidade (PT<>EN).

Quanto à direção PT>EN, os dados parecem sugerir que os intérpretes tendem a aplicar RMS4 em discursos com velocidade reduzida e RMS5 em discursos com velocidade elevada. Esta última opção não é surpreendente se considerarmos que o procedimento RMS5 implica uma simplificação sintática, o que poderá constituir uma mais-valia para lidar com discursos mais velozes.

Note-se, ainda, que, apesar do número reduzido de ocorrências, parece haver um aumento do recurso ao procedimento RMS1 à medida que aumenta a velocidade, que contrasta com um decréscimo do recurso ao procedimento RMS3 no mesmo sentido. Tendo em conta que ambos os procedimentos envolvem a segmentação do *input*, este padrão poderá sugerir que os intérpretes tendem a substituir o pronome original por um elemento não pronominal (RMS3) em discursos mais lentos, efetuando a substituição por outro pronome (RMS1) nos discursos com velocidade elevada, já que esta substituição requer, em princípio, um menor esforço cognitivo.

Na direção EN>PT, verifica-se que a velocidade elevada favorece a utilização dos procedimentos RMS2 e RMS4. Embora esta seja uma possível consequência do maior número de ocorrências que concentra a classe elevada (cf. Gráfico 36), é de notar que ambos os procedimentos registam frequência idêntica, neutralizando a ligeira preponderância de RMS2 sobre RMS4 observada na distribuição geral dos procedimentos de RMS (cf. Gráfico 3). Apesar da sua frequência idêntica na velocidade elevada, a distribuição destes dois procedimentos altera-se nas classes inferiores de velocidade. Com efeito, os pronomes inseridos em discursos com velocidade reduzida tendem a

ser substituídos por um pronome (RMS2) e aqueles provenientes de discursos com velocidade média tendem a ser substituídos por um marcador não pronominal (RMS4).

5.3.8 Diversidade Lexical

A cada discurso foi atribuído um valor percentual de diversidade lexical, resultante da divisão do número total de palavras únicas pelo número total de palavras de cada discurso. Deste modo, todas as ocorrências provenientes do mesmo discurso apresentam igual valor de diversidade lexical.

5.3.8.1 Distribuição Geral

No subcorpus ORG-PT, a diversidade lexical assume 20 valores diferentes, cuja distribuição é apresentada no Gráfico 40:

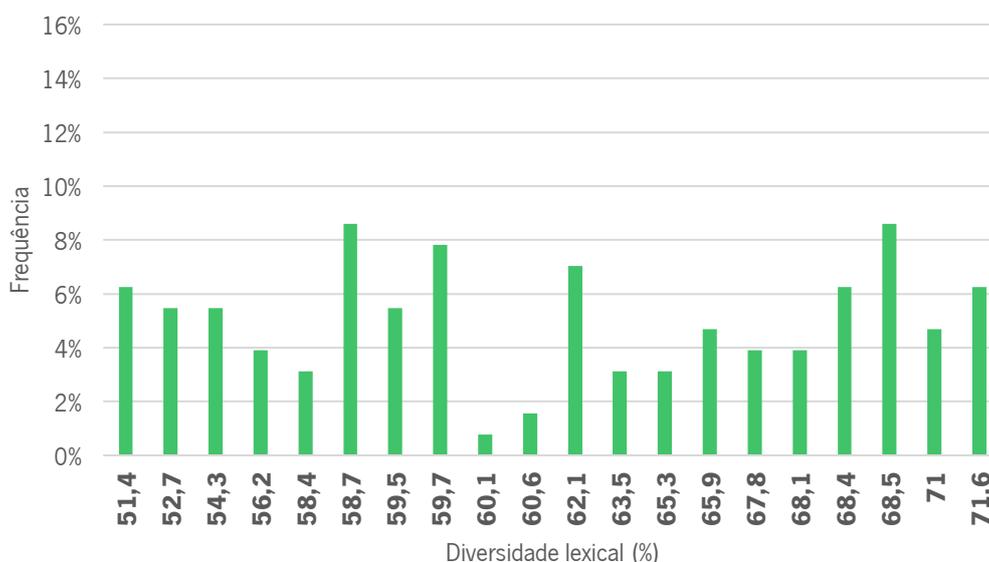


Gráfico 40. Frequência dos valores de diversidade lexical no subcorpus ORG-PT.

A diversidade mínima é de 51,4% e a máxima de 71,6%, com uma amplitude amostral de 20,2%. A média da diversidade lexical dos discursos originais portugueses é de 62,1% (DP = 6), aproximando-se do valor mediano (61,4%), o que reflete uma simetria em relação à média na distribuição dos dados. O coeficiente de dispersão é de 9,7%.

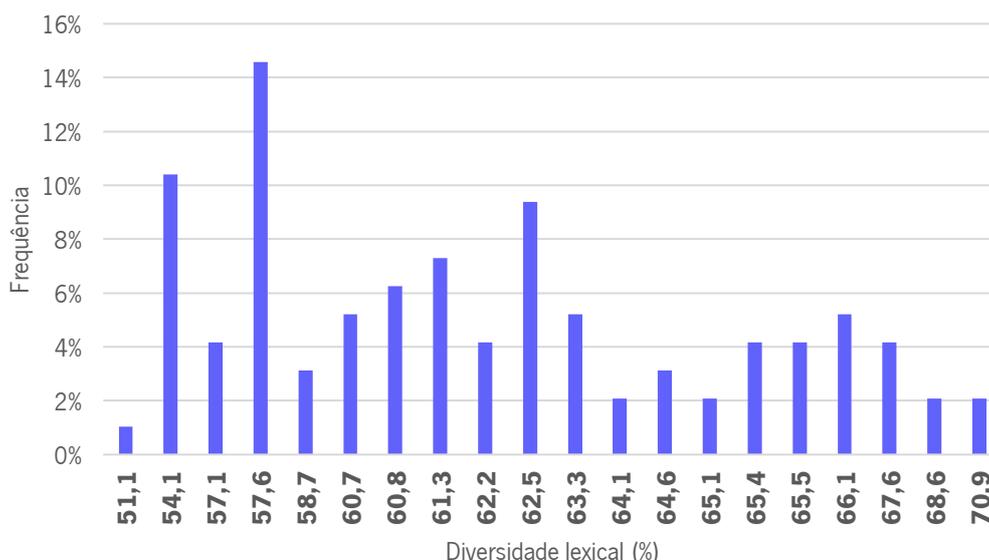


Gráfico 41. Frequência dos valores de diversidade lexical no subcorpus ORG-EN.

No subcorpus ORG-EN (cf. Gráfico 41), foram igualmente registados 20 valores diferentes de diversidade lexical, entre 51,1% (valor mínimo) e 70,9% (valor máximo), com amplitude amostral de 19,8%. A média da diversidade lexical neste subcorpus é de 62,4% (DP = 4,9) e o valor mediano, de 62,9%, está bastante próximo da média, o que, mais uma vez, reflete uma simetria em relação à média na distribuição dos dados. O coeficiente de dispersão é de 7,8%.

O Gráfico 42 apresenta duas caixas de bigodes que fornecem informação visual sobre as medidas de tendência central e dispersão dos subcorpora ORG-PT e ORG-EN. O intervalo interquartilício é inferior no subcorpus ORG-EN (5,26 vs. 9,25 no ORG-PT), o que, em conjunto com o facto de o desvio-padrão e o coeficiente de dispersão serem inferiores no ORG-EN, sugere que os dados do subcorpus ORG-EN são menos dispersos do que os do subcorpus ORG-PT.

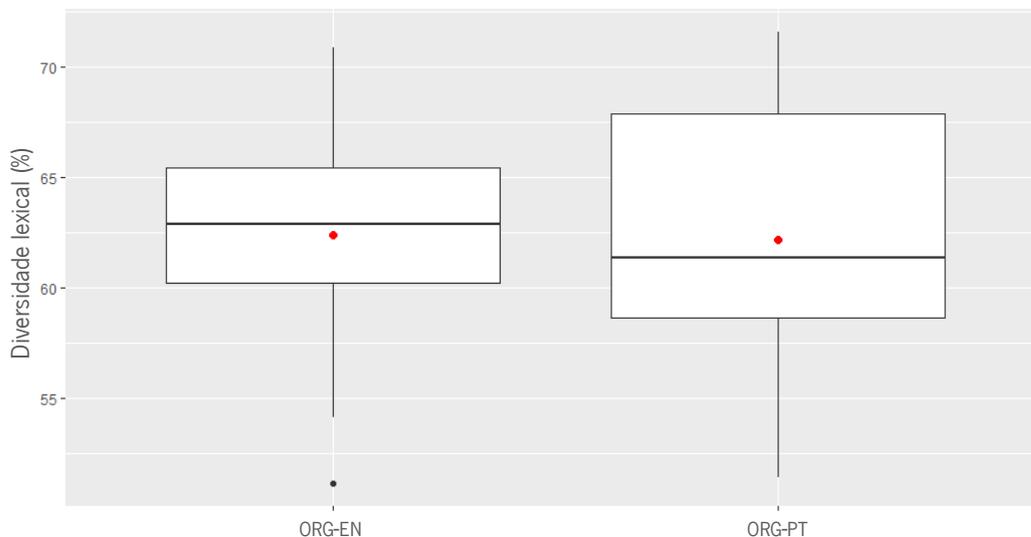


Gráfico 42. Distribuição comparativa da diversidade lexical nos subcorpora ORG-EN e ORG-PT.

No entanto, efetuado um teste paramétrico para a comparação das variâncias destes dois conjuntos de dados (uma vez que cada um destes pode ser proveniente de uma distribuição Normal – testes de Shapiro Wilk com valores p muito superiores a ,05), não existe evidência estatística para rejeitarmos a hipótese de igualdade das variâncias ($F [19, 19] = 0,66, p = ,374$). Assim, e procedendo a um teste t de Student para a comparação dos valores médios das duas distribuições de dados, tem-se, em termos de um IC a 95%, que a diferença entre os valores médios se situa entre -3,333726 e 3,683726, pelo que não rejeitamos a hipótese de igualdade das duas distribuições.

Da categorização dos valores de diversidade lexical resultou o Gráfico 43:

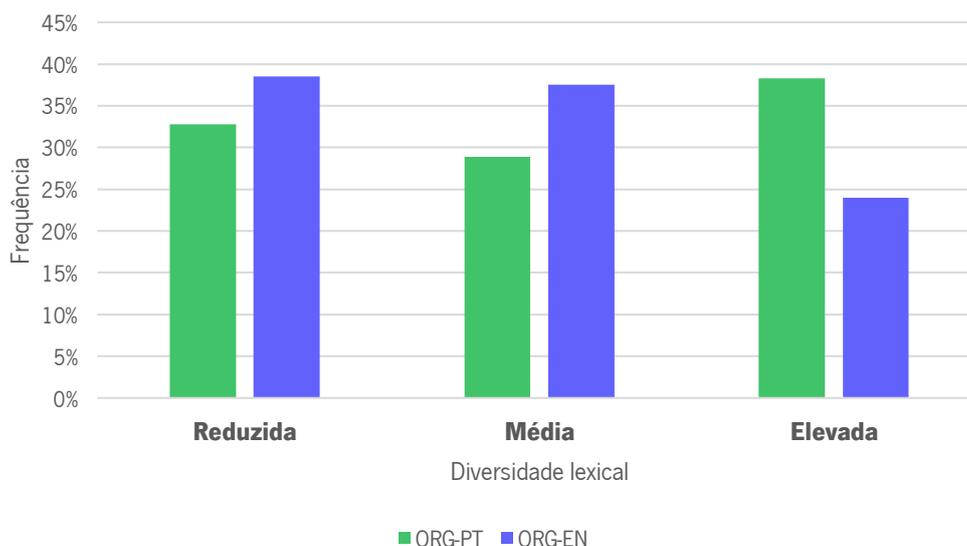


Gráfico 43. Frequência das classes de diversidade lexical nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN.

Os valores abrangidos pelas diversidades lexicais reduzida, média e elevada diferem nos dois subcorpora. No subcorpus ORG-PT, foram considerados, na classe reduzida, valores de 51,4% a 58,7%; na média, de 59,5% a 65,3%; e, na elevada, de 65,9% a 71,6%. No subcorpus ORG-EN, as mesmas classes representam, respetivamente, os seguintes intervalos de valores: 51,10%–60,7%; 60,8%–64,6%; e 65,1%–70,9%.

De um modo geral, os dois conjuntos de dados apresentados no Gráfico 43 exibem uma distribuição aproximadamente homogénea. No subcorpus ORG-PT, verifica-se uma ligeira preponderância da classe elevada (38,28%), enquanto no subcorpus ORG-EN esta classe passa a ser a menos frequente (23,96%). As classes reduzida e média de diversidade lexical registam frequências aproximadas em ambos os subcorpora (32,81% vs. 28,91% no subcorpus ORG-PT e 38,54% vs. 37,5% no subcorpus ORG-EN).

5.3.8.2 Distribuição por PROCX

O Gráfico 44 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente pelas classes de diversidade lexical, nas direções PT<>EN:

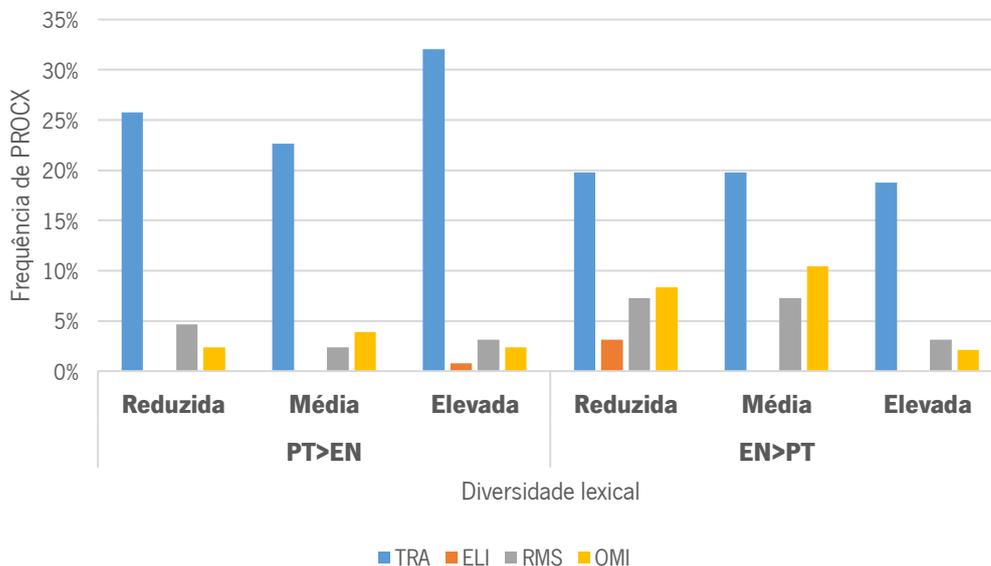


Gráfico 44. Frequência de PROCX por classe de diversidade lexical (PT<>EN).

Tal como observado para a velocidade (cf. Gráfico 37), também é possível constatar, em ambas as direções, uma prevalência generalizada do procedimento TRA, indicando que os intérpretes recorrem com frequência a este procedimento para a interpretação dos antecedentes, independentemente da direção linguística e da diversidade lexical do discurso.

No que respeita aos procedimentos RMS e OMI, os dados revelam uma inversão de predominância nas frequências da diversidade lexical média, na direção PT>EN, e da diversidade lexical elevada, na direção EN>PT, sugerindo que:

- na direção PT>EN, embora RMS seja globalmente mais frequente do que OMI, a densidade lexical média poderá favorecer OMI em detrimento de RMS;
- na direção EN>PT, embora OMI seja globalmente mais frequente do que RMS, a densidade lexical elevada poderá favorecer RMS em detrimento de OMI.

Por último, comparando as duas direções, é possível ainda notar uma inversão de predominância entre RMS e OMI na classe reduzida, sugerindo que, em discursos com diversidade lexical reduzida, a adoção do procedimento RMS ou OMI poderá ser influenciada pela direção linguística (RMS em detrimento de OMI, na direção PT>EN; OMI em detrimento de RMS, na direção EN>PT).

5.3.8.3 Distribuição por PROCY

O Gráfico 45 apresenta a distribuição dos procedimentos de interpretação do pronome pelas classes de diversidade lexical, nas direções PT<>EN:

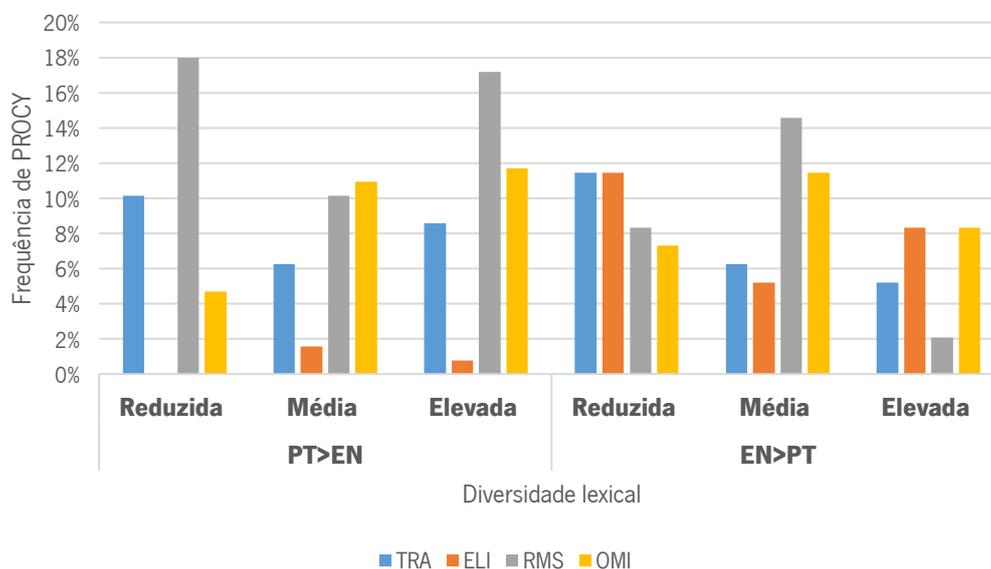


Gráfico 45. Frequência de PROCY por classe de diversidade lexical (PT<>EN).

Na direção PT>EN, destacam-se, globalmente, os procedimentos RMS e OMI. À exceção da diversidade lexical média, as ocorrências de RMS predominam face às de OMI. O procedimento TRA regista menor frequência do que RMS e OMI, sendo apenas nos discursos com diversidade lexical reduzida que prevalece sobre OMI (mas não sobre RMS).

Na direção inversa, a distribuição dos vários procedimentos de interpretação é mais homogênea. Os procedimentos TRA e ELI são preponderantes nos discursos com diversidade lexical reduzida, perdendo terreno para RMS e/ou OMI à medida que a diversidade lexical aumenta. Nas classes reduzida e média, a frequência de TRA é idêntica ou superior à de ELI, sendo apenas na classe elevada que ELI exibe uma frequência superior a TRA. Quanto aos procedimentos RMS e OMI, observa-se que RMS predomina sobre OMI nas classes reduzida e média. Esta tendência não se verifica nos discursos com diversidade lexical elevada, em que OMI é o procedimento mais frequente, juntamente com ELI.

Vejamos, de seguida, apenas a distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (Gráfico 46):

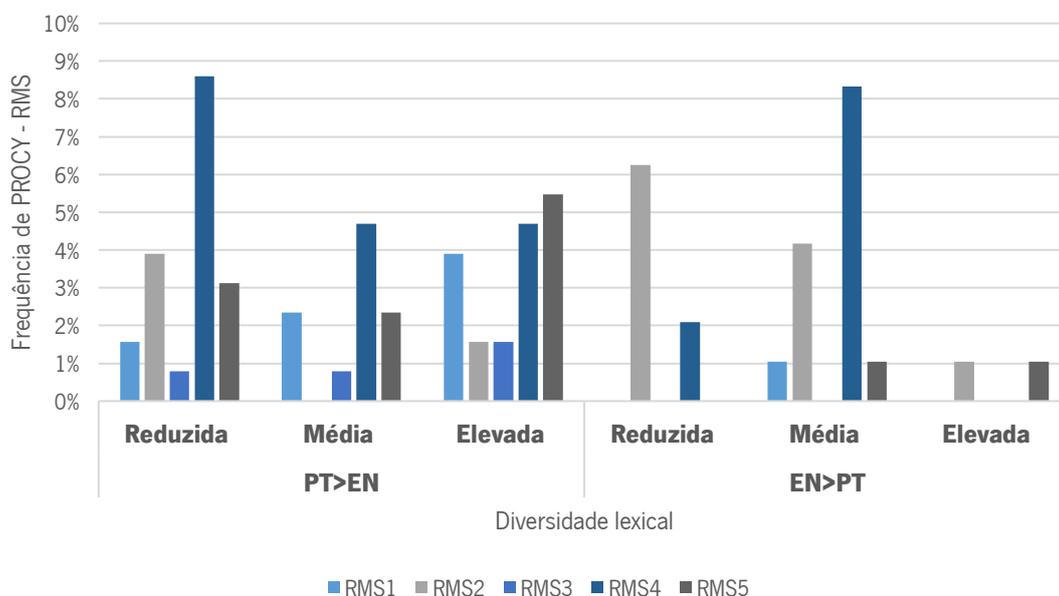


Gráfico 46. Frequência de RMS por classe de diversidade lexical (PT<>EN).

No que toca à distribuição dos procedimentos de reconfiguração morfossintática na direção PT>EN, verifica-se que, em discursos com diversidade lexical reduzida e média, os intérpretes utilizaram mais frequentemente RMS4, sendo que em discursos com diversidade lexical elevada esse procedimento deu lugar a RMS5. É possível observar, ainda, que o recurso aos procedimentos RMS1 e RMS3 se torna mais frequente à medida que aumenta a diversidade lexical dos discursos.

Quanto à direção EN>PT, os dados sugerem que os intérpretes fizeram uso, por um lado, do procedimento RMS2 para interpretar os pronomes em discursos com diversidade lexical reduzida e, por outro, do procedimento RMS4 para interpretar pronomes em discursos com diversidade

lexical média. Em discursos com diversidade lexical elevada, foi mais frequente a utilização dos procedimentos TRA, ELI e OMI (cf. Gráfico 45), o que explica o escasso número de observações de procedimentos de reconfiguração morfossintática registadas no Gráfico 46.

5.4 Síntese

- O subcorpus ORG-PT, referente à direção PT>EN, contém 128 ocorrências e o subcorpus ORG-EN, referente à direção EN>PT, contém 96, sendo que uma ocorrência consiste num segmento textual contendo um antecedente e pelo menos um pronome que remeta para esse antecedente.
- Ao nível do antecedente, a tradução (TRA) foi o procedimento de interpretação mais frequente em ambas as direções, assumindo maior preponderância na direção PT>EN. Ao nível do pronome, a tradução (TRA) e a omissão (OMI) representaram, em conjunto, cerca de metade do número total de ocorrências, em ambas as direções. Os procedimentos de reconfiguração assumiram maior destaque na direção PT>EN, ao passo que na direção EN>PT sobressaiu a elipse (ELI). Estes dados encontram-se resumidos, de forma visual, nos Gráficos 47 a 50.

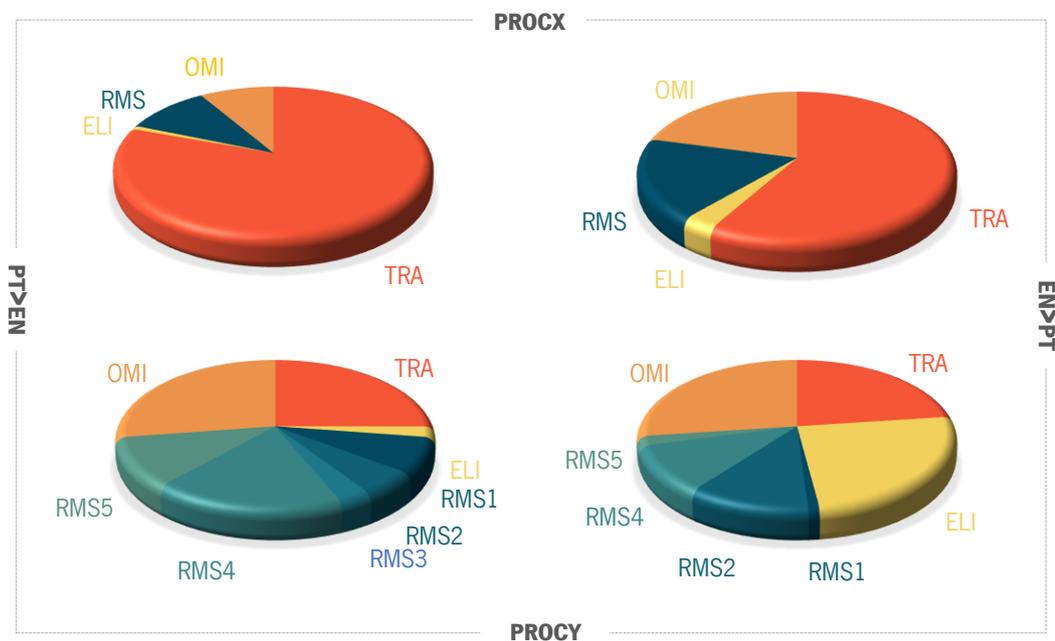


Gráfico 47. Frequência de PROCX na direção PT>EN.

Gráfico 49. Frequência de PROCX na direção EN>PT.

Gráfico 48. Frequência de PROCY na direção PT>EN.

Gráfico 50. Frequência de PROCY na direção EN>PT.

- Os dados sugerem uma tendência, comum a ambas as direções linguísticas, para que o procedimento de interpretação do pronome coincida com o procedimento de interpretação do antecedente
- Em todas as propriedades linguístico-discursivas analisadas, houve uma classe que se destacou das restantes por concentrar mais de metade do número total de ocorrências do corpus. Este fenómeno foi observado nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN. Os dados encontram-se resumidos na Tabela 14:

Tabela 14. Propriedades linguístico-discursivas das ocorrências.

		PROPRIEDADE LINGUÍSTICO-DISCURSIVA	CLASSE MAIS FREQUENTE		RESTANTES CLASSES		
ORG-PT	X	FSX	ablativo	nominativo	acusativo	dativo	
		ENO	não	sim	–	–	
		C	não	sim	–	–	
	Y	FSY	nominativo	acusativo	ablativo	dativo	
		CM	relativo	peçoal	–	–	
		D	curta	zero	longa	média	
	XY	V	reduzida	elevada	média	–	
		DL	elevada	reduzida	média	–	
	ORG-EN	X	FSX	nominativo	ablativo	acusativo	genitivo
			ENO	não	sim	–	–
C			não	sim	–	–	
Y		FSY	nominativo	acusativo	ablativo	dativo	
		CM	peçoal	relativo	–	–	
		D	zero; longa	média	curta	–	
XY		V	elevada	reduzida	média	–	
		DL	reduzida	média	elevada	–	

6 PROCEDIMENTOS DE INTERPRETAÇÃO

Ao longo do capítulo anterior, foi apresentado o perfil descritivo-quantitativo do corpus, no qual se procedeu ao cruzamento dos dados de frequência dos procedimentos de interpretação e das propriedades linguístico-discursivas, com o intuito de aferir o potencial impacto dessas propriedades no modo como foram interpretadas as cadeias anafóricas, quer de português para inglês quer no sentido inverso. No presente capítulo, é fornecida uma análise mais aprofundada de cada procedimento de interpretação, que passa pela descrição, com base em exemplos retirados do corpus, das transformações lexicais e morfossintáticas observadas em cada um. Pretende-se, deste modo, sistematizar as estratégias utilizadas pelos intérpretes para lidar com cadeias anafóricas na interpretação simultânea PT<>EN. Sempre que pertinente, serão retomados aspetos do perfil descritivo-quantitativo do corpus, apresentado no capítulo 5, para complementar a descrição dos exemplos.

6.1 Ao Nível do Antecedente

Cada item da presente subsecção representa um dos quatro procedimentos de interpretação verificados ao nível do antecedente.

6.1.1 Tradução

Dos quatro procedimentos identificados para a interpretação do antecedente, a tradução é o mais frequente, em ambas as direções linguísticas (cf. 5.2.1). Considere-se os seguintes exemplos, em que os antecedentes surgem assinalados a negrito na versão original e na versão interpretada:

(100)

ORG-PT	INT-EN
A Grécia não é um país qualquer. É há décadas membro de pleno direito da União Europeia e pertence ao Eurogrupo.	Greece is not just any old country. It has been for decades a full member of the EU and is a member of the Euro Group.

(101)

ORG-PT	INT-EN
Although the United Kingdom is not a member of the euro zone, and I hope it never will be (...).	Embora o Reino Unido não seja um membro da zona euro, e eu espero que nunca venha a ser (...).

Em ambos os casos, trata-se de topónimos, que são traduzidos pelos seus equivalentes. Os topónimos configuram entidades nomeadas. Como vimos na secção 5.3.2, observou-se uma frequência reduzida de antecedentes com estatuto de entidade nomeada, tanto no subcorpus ORG-PT como no ORG-EN. Não obstante, foi possível identificar uma tendência para que os antecedentes com estatuto de entidade nomeada fossem traduzidos, em ambas as direções.

Em (102) e (103), verificamos que o antecedente não só foi preservado na interpretação como também sofreu uma expansão.

(102)

ORG-PT	INT-EN
(...) como é que os países em dificuldades podem suportar os juros escandalosos que lhe são impostos e ao mesmo tempo reduzir o défice orçamental e a dívida pública e promover o crescimento económico e criar emprego.	(...) how can these countries in difficulties stand these scandalous levels of interest and at the same time reduce their budget deficit and the public debt and promote growth and create jobs?

Neste caso, os “juros” transformam-se em “níveis de juro” (“levels of interest”), mantendo-se o adjetivo “escandalosos” (“scandalous”) na interpretação. Esta expansão não parece aqui servir nenhum propósito particular. Porém, no caso seguinte poder-se-á atribuir à expansão uma função explicativa:

(103)

ORG-EN	INT-PT
There are over 900 000 gypsies in Romania and Bulgaria, many of whom would like to migrate.	Há mais de 900 000 imigrantes ciganos na Bulgária e Roménia, muitos deles queriam imigrar.

Ao passo que no original se fala em “ciganos” (“gypsies”), na interpretação o nome “ciganos” é convertido em adjetivo modificador de “imigrantes”, que passa a ser o núcleo do antecedente no discurso interpretado. Esta expansão do antecedente contribui para tornar mais explícita a tónica do discurso original, que versa sobre a imigração, deixando clara a condição dos ciganos enquanto população imigrante.

Em ambos os corpora, registam-se igualmente casos de expansão em que o elemento adicionado se assume como um vestígio de operações sintáticas no contexto à direita do antecedente. Vejamos os seguintes exemplos:

(104)

ORG-PT	INT-EN
Em primeiro lugar, queria dizer que espero deste Conselho Europeu, especialmente com o clima que se está a viver nestas últimas semanas, uma decisão de grande responsabilidade.	First of all I would say that my expectation for this Council, particularly given the current climate over the last few weeks, I would expect a decision and an attitude of great responsibility (...).

(105)

ORG-EN	INT-PT
(...) it has reneged on those, those agreements, because of the- the benefits that it's making financially from tar sands.	(...) agora renega estes acordos devido aos benefícios financeiros que está a tirar destas areias betuminosas.

Em (104), no discurso original, o antecedente “clima” é seguido de uma oração relativa. A perífrase aspetual que inicia essa oração (“que se está a viver”) indica uma ação em curso, veiculada, na interpretação, pelo adjetivo “current”. A situação é semelhante no exemplo (105), em que o advérbio “financially”, contido na oração relativa que se segue ao antecedente, é convertido no adjetivo modificador “financeiros”.

Em (104) e (105), a expansão do antecedente resultou de uma reconfiguração morfossintática do pronome. Este tipo de fenómeno ocorreu exclusivamente com antecedentes de pronomes relativos, como é o caso destes dois exemplos, e, dado que os discursos originais portugueses contêm maior número de pronomes relativos (cf. 5.3.4.1), verificou-se com mais frequência na direção PT>EN do que no sentido inverso.

Para além da expansão lexical, encontramos casos em que o antecedente foi substituído por um termo relacionado e ainda fenómenos de redução lexical, em que o antecedente perdeu um ou mais elementos não cruciais para a sua correta identificação. Veja-se os seguintes exemplos:

(106)

ORG-PT	INT-EN
Mas agora já não se limita a orientações neoliberais, com todas as graves consequências nos países de economias mais frágeis (...).	But this isn't just about neoliberal policies, with the consequences that this has in fragile economies (...).

Neste caso, o núcleo do antecedente (“países”) desaparece na interpretação e perde-se, ainda, o advérbio de grau “mais”. É de notar que esta transformação assenta numa relação metonímica entre países e economias, já que o intérprete usa o termo “economies” para se referir aos países a que pertencem essas economias.

(107)

ORG-PT	INT-EN
É por isso que esta necessidade vital de convergência precisa, em absoluto, de um orçamento para a coesão poderoso (...).	That's why there's a vital need for convergence. And that means that there has to be a strong budget (...).

Em (107), embora o núcleo do antecedente seja preservado na interpretação, o grupo preposicional que especifica o tipo de orçamento (“para a coesão”) desaparece. Porém, essa informação é recuperável a partir do contexto, até porque este segmento surge já no final de um discurso breve com repetidas menções ao orçamento da coesão (cf. Apêndice A; ID: 11LA6PT/EN). Também no caso seguinte a redução do antecedente pode ser justificada pelo contexto:

(108)

ORG-EN	INT-PT
Former Prime Minister Tymoshenko and some members of her go- former government that she led are now being pursued through the courts for criminal acts, allegedly committed whilst in office.	A Senhora Tymoshenko e outros membros do seu Governo são agora perseguidos por actos criminosos cometidos quando estavam no Governo.

Perante uma informação já conhecida, tal como no exemplo anterior, o intérprete dispensou o epíteto profissional “former Prime Minister”, fornecendo apenas o apelido “Tymoshenko” acompanhado do título formal “Senhora”. Vejamos agora um caso mais extremo de redução do antecedente:

(109)

ORG-EN	INT-PT
This irony cannot be lost on the long-suffering people of Madagascar , many of whom live in abject poverty.	Entretanto, a população vive na maior pobreza.

Em (109), apenas o núcleo do antecedente (“people”) se mantém, já que nem o adjetivo “long-suffering” nem o complemento do nome “of Madagascar” constam da interpretação. Parece-nos que, destes dois elementos, a perda do adjetivo será menos penalizadora, visto que este não é relevante para a identificação do antecedente. Pelo contrário, o complemento do nome contribui para a identificação do antecedente, mas a sua supressão é compensada contextualmente.

De um modo geral, verificou-se que os fenómenos de redução lexical provêm de discursos com velocidades e/ou diversidades lexicais elevadas. Dos quatro exemplos de redução lexical aqui reportados, os primeiros três provêm de discursos com velocidade elevada e o quarto de um discurso com velocidade reduzida, mas com diversidade lexical elevada.

6.1.2 Elipse

A elipse do antecedente registou uma frequência muito reduzida, quer na interpretação de português para inglês quer no sentido inverso. Conforme já constatado (cf. 5.2.1 e 5.2.2), este procedimento aplicou-se com mais frequência ao termo anafórico. As ocorrências únicas de elipse do antecedente são apresentadas de seguida:

(110)

ORG-PT	INT-EN
Por isso temos defendido a supressão ou substancial redução, até um máximo de 10% da participação nacional para uma utilização plena dos Fundos comunitários por parte dos países que enfrentam maiores dificuldades (...).	So we need reduction up to a maximum of 10% of well Member States let's put it this way have got the most needy have got to be helped more to have a better take-up rate for Community funds.

Em (110), o antecedente “países” funde-se com a oração relativa que se lhe segue, o que na interpretação dá origem à expressão nominal “the most needy”. Assim, o antecedente é elidido mas subentende-se a presença do nome “member state”, nomeado pouco antes da expressão

em análise e que pode ser considerado um hipónimo de “países”. Adicionalmente, o antecedente do original passa a figurar como sujeito sintático da frase passiva construída pelo intérprete.

(111)

ORG-EN	INT-PT
Now we have to tell Canada to back off. Canada's making a great deal of money out of exposing its tar sands, but also it made commitments to reduce its CO2 emissions in the Kyoto Protocol and it has reneged on those, those agreements, because of the- the benefits that it's making financially from tar sands.	Nós temos agora que dizer ao Canadá que se afaste um pouco, Ø está a ganhar muito dinheiro na exploração das suas areias betuminosas mas também se empenhou em reduzir, no âmbito do Protocolo de Quioto, as emissões de CO2 mas agora renega estes acordos devido aos benefícios financeiros que está a tirar destas areias betuminosas.

No discurso do qual provém o exemplo (111), são recorrentes as alusões ao antecedente toponímico “Canadá”, que o intérprete também preserva na sua versão (cf. Apêndice B; ID: 7CD13EN/PT). Porém, neste segmento, que se encontra já numa parte final do discurso, o intérprete elide a segunda menção (destacada a negrito), que assim se converte em mais um elo da cadeia anafórica, sob a forma de um pronome nulo, cujo antecedente passa a ser a primeira menção de “Canadá”. Note-se, porém, que este desempenha a função sintática de objeto indireto, obrigando o ouvinte a inferir que os pronomes subseqüentes da cadeia anafórica, com função de sujeito, retomam um antecedente dativo. Por último, é de salientar que o antecedente em questão, sendo um topónimo, constitui uma entidade nomeada, o que poderá ter propiciado o recurso ao procedimento ELI (cf. 5.3.2.2).

6.1.3 Reconfiguração Morfossintática

A análise das ocorrências do procedimento RMS revelou uma tendência para reconfigurações oracionais na interpretação de português para inglês e para reconfigurações suboracionais (ou seja, a um nível inferior ao da oração) no sentido inverso. Começamos por apresentar alguns exemplos de reconfigurações oracionais:

(112)

ORG-PT	INT-EN
Quando se vive uma crise económica e social, um dos maiores desafios que se coloca é encontrar um novo quadro financeiro plurianual em que haja um aumento significativo do orçamento comunitário para apoio da coesão económica e social, acompanhado da diminuição da obrigatoriedade da comparticipação nacional , reduzindo-a no máximo a 10% do projeto apresentado (...).	If you've got an economic and social area, the major challenges are the Multiannual Financial Framework. You can have an insignificant increase in community monies to support economic and social cohesion there, flanked with a reduction of necessity of Member States to participate .

Neste caso, é notória a dificuldade em circunscrever o antecedente, devido à sequência de sintagmas preposicionais. Porém, baseando-nos em evidências extralinguísticas, consideramos que o antecedente corresponde à expressão “comparticipação nacional”. Trata-se, portanto, de um antecedente de natureza nominal, que o intérprete converte numa oração infinitiva (“of Member States to participate”). Em (113), figura igualmente um antecedente composto por um nome e por um adjetivo (“discurso irresponsável”):

(113)

ORG-PT	INT-EN
Aquilo que noto em muitos discursos de líderes, tanto daqueles que estão em países em dificuldades como daqueles países que são países pagadores e contribuintes, s- é um discurso irresponsável que muitas vezes até faz apelo a algumas caraterísticas das nacionalidades que são extremamente negativas.	What I find in many speeches by our leaders, including those from countries in difficulties and contributing countries, these speeches are irresponsible . They even bring out some of the insight, comments and thoughts about national specificities and features that are most unfortunate.

Esse grupo nominal é transformado numa frase predicativa, em que o adjetivo passa a desempenhar a função de nome predicativo do sujeito. Em (112) e (113), dado que os antecedentes são seguidos de oração relativa, a reconfiguração morfossintática obriga a uma reformulação da oração relativa subsequente. Os casos de reconfiguração morfossintática referentes ao segundo polo da cadeia anafórica serão analisados mais adiante (cf. 6.2.3 a 6.2.7).

O exemplo (113) contém, ainda, outro caso de reconfiguração do antecedente, referente à expressão “caraterísticas das nacionalidades”. Na interpretação, o núcleo do antecedente original (“caraterísticas”) foi bifurcado em dois nomes (“specificities” e “features”) e o complemento do nome (“das nacionalidades”) foi transformado no adjetivo “national”. Trata-se de uma expansão

do núcleo do antecedente, compensada pela transformação do complemento do nome num item monolexical.

Conforme referido no início desta subsecção, as reconfigurações morfossintáticas na interpretação de inglês para português situam-se tendencialmente a um nível suboracional, manifestando-se, nomeadamente, na utilização de pronomes e determinantes demonstrativos, como ilustra o seguinte exemplo:

(114)

ORG-EN	INT-PT
My party favours withdrawal from the EU altogether and therefore from the CAP, but the reality is we're in it and we've got to make the best of it. What do we think of the Dess report ? Well it's a bit like the legendary curate's egg. Parts of it are good.	O meu partido queria sair da União Europeia, (imp) da PAC mas o que é verdade é que neste momento estamos e temos que viver com isso. O que é parece este relatório ? É como uma f-uma lenda, umas partes são boas, outras menos.

Neste caso, o núcleo do antecedente é traduzido (“report” > “relatório”). Porém, a designação do relatório através do apelido do seu autor, “Dess”, constitui uma parte central do antecedente, na medida em que é indispensável para a sua identificação. Tirando partido da situação comunicativa, o intérprete substituiu a designação do relatório pelo determinante demonstrativo “este”. Com efeito, o valor deítico deste marcador, associado ao conhecimento de que o relatório Dess é o que está a ser debatido, permite-lhe concluir que “Dess report” e “este relatório” se referem à mesma entidade. É também plausível equacionar que o intérprete tenha traduzido “Dess” por “este” devido a um erro de perceção motivado pela semelhança fonética entre o apelido e o pronome demonstrativo “this”, que em português corresponde a “este”.

No exemplo que se segue, o recurso a um pronome demonstrativo permite colmatar a perda de uma informação relevante para o discurso:

(115)

ORG-EN	INT-PT
It's very curious that the latest charges relating to fraud against the medicines budget was not levelled against the Deputy Minister for Health, Zinovii Mytnyk at the time, who signed off on the deal, because he has now re-emerged curiously as the new Health Minister under Yanukovych's Government.	(...) mas é curioso que as últimas acusações se relacionam com fraude no que toca a orçamento para fins médicos não, não responsabilizou aquele que assinou o contrato na altura, ele é agora o novo Ministro da Saúde do novo Governo.

O antecedente é composto por “Deputy Minister for Health” e “Zinovii Mytnyk” que definem, respetivamente, o estatuto profissional e o nome da entidade em questão. Nenhum destes elementos foi preservado na interpretação. Alternativamente, o intérprete socorreu-se de uma paráfrase, através da qual transformou a oração relativa explicativa (“who signed off on the deal”) numa oração restritiva (“aquele que assinou”), circunscrevendo o universo de referentes possíveis. O termo anafórico mantém-se (“he” > “ele”) e, embora o antecedente na interpretação esteja formulado de maneira diferente, a frase introduzida pelo sujeito anafórico “ele” proporciona informação adicional sobre o antecedente, confirmando que “aquele que assinou o contrato” é “o novo Ministro da Saúde do novo governo”.

De um modo geral, as transformações observadas no âmbito da reconfiguração morfossintática na interpretação de inglês para português consistem no recurso a expressões referencialmente indeterminadas, isto é, expressões que não possuem um referente claro. Tendo em conta a maior velocidade dos discursos originais ingleses (cf. 5.3.7.1), este tipo de transformação pode ser considerado uma estratégia para lidar com discursos mais velozes.

6.1.4 Omissão

A omissão pode acarretar diferentes impactos em termos de perda informativa, como se pode perceber através dos seguintes exemplos:

(116)

ORG-PT	INT-EN
Finalmente, Senhora Ministra Györi, muito obrigado pela referência simpática a Portugal e ao SIS One for All que facilitou a entrada de vários países e também do seu na- no Espaço Schengen.	Lastly, Madam President-in-Office, thank you for your kind references to Council- to Portugal [OMI] as being the country that has assisted the entry of central countries, including yours, to Schengen.

No discurso original, o antecedente “SIS One for All” consiste numa iniciativa de origem portuguesa, daí que surja logo após a referência a Portugal. Na interpretação, perde-se o antecedente e mantém-se apenas o país. Embora haja uma associação metonímica entre ambos, não é possível inferir a partir de Portugal que o agradecimento do orador se dirige não só ao país, mas também à iniciativa portuguesa. Há, portanto, informação que se perde, sem possibilidade de recuperação. Já no exemplo seguinte, a omissão tem um impacto mínimo em termos de perda informativa:

(117)

ORG-PT	INT-EN
Com as negociações numa fase que se diz ser bastante avançada e com conclusão prevista ainda em 2011, estão ainda por discutir, em toda a sua extensão, os seus impactos setoriais e por país.	We're talking about negotiations [OMI] that are advanced and that we can conclude the agreement this year, in 2011, but the implications for the various countries and sectors is not clear.

O antecedente do original (“fase”) desaparece na interpretação, tendo sido mantido apenas o termo anterior (“negociações” > “negotiations”). Embora, no discurso original, o termo “negociações” tenha surgido antes do antecedente “fase”, trata-se de um termo mais saliente do ponto de vista sintático. Seria expectável que o intérprete recuperasse o elemento mais recente na sua memória, mas tal não aconteceu. Com efeito, a carga informativa dos dois termos e a maior proeminência sintática do primeiro parecem ter sido determinantes quanto ao material linguístico conservado na interpretação. Note-se, finalmente, que a omissão do antecedente original “fase” leva à perda da informação de que “se diz ser”, convertendo-se, deste modo, um rumor num facto.

Embora a omissão seja frequentemente associada a perda informativa, alguns casos observados no subcorpus INT-PT demonstram que este procedimento pode ser inócuo ou até vantajoso, como ilustra o seguinte exemplo:

(118)

ORG-EN	INT-PT
All such trials of course by the US authorities, which after all is a country which is a democracy and shares our common values, must nevertheless be conducted fairly with all legal safeguards of due process and ideally by civilian courts.	Todos estes problemas, das autoridades dos Estados Unidos que é [OMI] uma democracia, e que partilha dos nossos valores, devem-se, todas estas démarches devem proceder de forma justa e com o apoio dos tribunais cíveis.

O antecedente “country” retoma a entidade anteriormente referida no discurso (os Estados Unidos da América), mas é seguido do nome “democracy” que retoma também a mesma entidade. Deste modo, o antecedente “country” torna-se redundante e é suprimido pelo intérprete. A omissão do antecedente e da oração relativa em que este se inseria revelou-se benéfica, na medida em que veio simplificar a estrutura sintática do segmento discursivo, sem que se perdesse informação relevante. As línguas são, por natureza, redundantes (em termos morfológicos, sintáticos, lexicais, etc.) e, embora essa propriedade contribua geralmente para facilitar a comunicação, há casos em que a redundância adquire um carácter tautológico, não trazendo por isso qualquer vantagem (Bazzanella, 2011; Heltai, 2005). A omissão, na medida em que permite extinguir esse tipo de redundância e, por conseguinte, otimizar o discurso, assume-se como uma estratégia de grande valia para os intérpretes.

No caso que se segue, a omissão é uma constante em todas as referências a uma das figuras centrais evocadas no discurso – o presidente da república ucraniana (cf. Apêndice B; ID: 6CT52EN/PT). O exemplo (119) contém as primeiras duas de quatro alusões ao Presidente Yanukovich feitas ao longo do discurso:

(119)

ORG-EN	INT-PT
I fear President Yanukovich is trying to neutralise the only Ukrainian political figure with enough gravitas, courage and popularity to challenge his authority. We should not forget that the Orange Revolution was a direct response to Yanukovich 's attempt to steal, by fraud, in 2004 the Presidential election. He was never prosecuted for that crime.	[OMI] Tenta-se neutralizar a única figura política ucraniana que tinha alguma popularidade para desafiar a autoridade do atual regime. [OMI] Isto é uma tentativa, diz-se que houve casos de fraude nas eleições- numas eleições de alguns anos atrás.

A primeira menção ao Presidente Yanukovych foi preterida em favor de uma construção impessoal (“tenta-se neutralizar”), levando a uma perda da agentividade atribuída ao sujeito. Esta omissão foi compensada pelo uso da expressão “atual regime”, que, por via de processos inferenciais assentes no conhecimento extralinguístico, envolve também Yanukovych no seu universo de referência. Esta estratégia surgiu novamente no discurso, quando o intérprete utilizou a expressão “novo governo” para se referir a “Yanukovych’s government”, deixando ao ouvinte a tarefa de inferir que o novo governo é o governo de Yanukovych (cf. exemplo (115)).

A segunda menção foi igualmente omitida. Perante as duas omissões do antecedente, perdeu-se na interpretação qualquer vestígio da cadeia anafórica instaurada na última frase do segmento através do pronome “he”, com referência a Yanukovych, que aliás nunca chegou a ser explicitamente referido na interpretação. Neste contexto, é de salientar a relevância do tema discursivo (cf. 2.4.1), que permitiu colmatar eventuais falhas de compreensão decorrentes da ausência, em todo o discurso, de uma referência explícita a uma das duas personagens centrais.

Mais adiante no discurso, o intérprete voltou a recorrer a uma passiva impessoal, evitando a referência explícita a Yanukovych:

(120)

ORG-EN	INT-PT
If Yanukovych wants to retrod- reduce Mrs Tymoshenko’s political potency, he should seek to do so in an open and democratic battle of ideas, not through the political map- manipulation of the justice system (...).	[OMI] Ora, eu penso que seria bom que as lutas políticas se travassem de uma forma aberta e clara e não deste modo tendencioso.

Tal como anteriormente, a alteração diatética resultante desta construção retirou carga agentiva ao discurso interpretado, colocando em posição de destaque o objeto direto “as lutas” e não o sujeito que as trava (Yanukovych). Do ponto de vista ideológico, a ausência sistemática da referência explícita a Yanukovych tornou menos óbvia a dicotomia veiculada pelo orador entre as duas figuras do panorama político ucraniano a confronto no seu discurso: por um lado, uma posição condenatória relativamente às práticas do presidente ucraniano e, por outro, uma apreciação laudatória da ex-primeira-ministra Tymoshenko.

No plano sintático, esta construção acarretou novamente a perda do pronome e, por conseguinte, da relação anafórica. Considerando que o antecedente constitui o ponto de partida da cadeia

anafórica e que o termo anafórico só ganha identidade através da referência ao antecedente, é expectável que, perante a omissão deste, o termo anafórico seja igualmente omitido. Com efeito, este estudo revelou que é isso que acontece na maior parte dos casos de omissão do antecedente, em ambas as direções linguísticas (cf. 5.2.3). Na direção PT>EN, 63,64% dos casos de omissão do antecedente implicam a subsequente omissão do pronome. Na direção inversa, a percentagem situa-se nos 70%. Aliás, como se pode ver nos Gráficos 4 e 5, verifica-se em ambas as direções linguísticas uma tendência global para que o procedimento aplicado ao pronome coincida com aquele que foi aplicado ao antecedente.

6.2 Ao Nível do Pronome

Cada item da presente subsecção representa um dos procedimentos de interpretação do pronome. Relembramos que o procedimento RMS se subdivide em cinco tipos, o que não acontecia ao nível do antecedente.

6.2.1 Tradução

Este procedimento ocorre com mais frequência ao nível do antecedente do que do pronome. Isto deve-se, por um lado, ao facto de o antecedente aceitar uma gama mais variável de traduções ao passo que o pronome não permite tal variação e, por outro lado, ao facto de o pronome ser um polo mais suscetível da cadeia anafórica, sujeito a alterações sintáticas mais substanciais, que determinam o recurso a outros procedimentos.

Desde logo, a tipologia do pronome parece estar associada ao uso que os intérpretes fazem do procedimento TRA. Em ambas as direções, são os pronomes relativos que parecem mais propícios a este procedimento (cf. 5.3.4.2), como mostram os seguintes exemplos:

(121)

ORG-PT	INT-EN
Neste âmbito, importa que as regiões que já saíram do Objectivo 1 possam passar a uma- por uma fase intermédia (...).	In that context it's important for those regions who 've already left Objective 1 status to be able to move into an intermediate stage (...).

(122)

ORG-EN	INT-PT
Indeed, when reading this resolution, I thought of my own constituents who were mercilessly blown up by al-Qaeda-inspired terrorists in London 6 years ago	Aquando doutra resolução eu pensei nos meus eleitores que foram mortos por membros da Al-bombas da Al-Qaeda em Londres há 6 anos.

Em ambos os casos, a anáfora é promovida por um pronome relativo, que se mantém na interpretação e retoma o mesmo antecedente que o pronome da versão original. A tendência dos pronomes relativos para serem mais propícios ao procedimento TRA do que os pessoais poderá estar relacionada com o facto de a distância entre o antecedente e o pronome ser tendencialmente mais curta com esta tipologia de pronome, associado ainda ao facto de as ocorrências em que os pronomes se encontram adjacentes ou a uma distância curta dos antecedentes terem sido maioritariamente interpretadas através desse procedimento (cf. 5.3.6.2).

De um modo geral, a tradução implica a presença de um pronome pleno no texto de partida, como em (121) e (122), mas nem sempre é assim. Vejamos o seguinte exemplo:

(123)

ORG-PT	INT-EN
A Grécia não é um país qualquer. Ø É há décadas membro de pleno direito da União Europeia e pertence ao Eurogrupo.	Greece is not just any old country. It has been for decades a full member of the EU and is a member of the Euro Group.

Em (123), o termo anafórico é um pronome pessoal que, no original, não apresenta realização fonética, mas que na interpretação assume a sua forma plena. Nestes casos, em que os pronomes apresentam realizações lexicais diferentes, é de notar que a alteração decorre de questões inerentes ao funcionamento de cada língua – um fenómeno já observado por Shlesinger no seu estudo sobre coesão (1995, p. 196) e que vai ao encontro da premissa de Jakobson (1959), mencionada nos critérios de exclusão das ocorrências do corpus (cf. 4.1.2). O mesmo se aplica aos pronomes relativos nulos em inglês, cuja explicitação em língua portuguesa é obrigatória, como acontece no seguinte exemplo:

(124)

ORG-EN	INT-PT
I wish the euro zone well and I regret that I am unable to support the proposals on economic governance Ø we are debating tonight.	(...) eu desejo que as coisas se passem da melhor forma para a eu- para a zona euro e peço desculpa de não poder apoiar esta proposta sobre a governância económica que está aqui em debate hoje.

No que respeita aos pronomes pessoais e concretamente na direção PT>EN, importa referir que os pronomes nulos exibem uma maior tendência para serem traduzidos do que os pronomes plenos (cf. Gráfico 21). Com efeito, os pronomes pessoais nulos, ao contrário dos plenos, implicam um maior grau de ativação do seu referente e, por conseguinte, maior saliência deste elemento no modelo mental que o ouvinte tem do discurso. As entidades mais salientes encontram-se normalmente em posição de proeminência sintática (cf. 2.4.2), sendo que 85% dos antecedentes associados aos pronomes pessoais nulos identificados no subcorpus ORG-PT desempenham a função de sujeito. Assim se pode explicar o facto de os pronomes pessoais nulos terem maior probabilidade de serem traduzidos do que os plenos, que, com menor saliência¹²⁹, tendem a ser omitidos (cf. 5.3.4.2.).

6.2.2 Elipse

Este procedimento consiste na supressão de um dos polos da cadeia anafórica – neste caso, do pronome – que, não obstante, é inferível a partir do contexto linguístico. A elipse implica sempre a presença de um pronome pleno no discurso-fonte e a sua utilização é, desde logo, condicionada pela tipologia desse pronome.

Na direção PT>EN, ELI ocorre nos casos em que o pronome do discurso original é relativo e, na direção inversa, aplica-se aos pronomes pessoais (cf. Gráfico 20). Sendo o português uma língua de sujeito nulo, era expectável que este procedimento fosse mais produtivo na direção EN>PT, o que veio a confirmar-se (cf. Gráfico 2). De seguida, analisamos casos de elipse do pronome pessoal:

¹²⁹ Os antecedentes associados aos pronomes pessoais plenos apresentam maior variação em termos das funções sintáticas que desempenham, sendo que a função de sujeito representa apenas 33,3% do número total de casos.

(125)

ORG-EN	INT-PT
The worst of all is that this is a regulation, not a directive, and regulations are far worse than directives because they pass into UK law and bypass the UK Parliament.	O pior é que isto é um regulamento, não é uma diretiva e os regulamentos são piores do que as diretivas porque Ø passam para a lei do Reino- são impostos na lei do Reino Unido, torneando o Parlamento britânico (...).

No exemplo (125), o termo anafórico explicitamente realizado no discurso original com “they” converte-se num pronome nulo na interpretação. Tal como a maioria dos pronomes pessoais plenos que foram elididos na direção EN>PT, o pronome “they” tem função nominativa (cf. Gráfico 25).

Há casos em que a elipse do pronome se faz acompanhar de alterações mais substanciais na estrutura da frase, como no exemplo que se segue:

(126)

ORG-EN	INT-PT
The truth is the experts just don't know, but each time such allegations are made, they destroy livelihoods and countries' economies.	(...) mas à medida que vão lançando estas acusações Ø estão a destruir produtores, estão a abafá-los economicamente (...).

Esta cadeia perde o seu termo anafórico em virtude de uma alteração diatética, por via da qual a frase passiva do discurso original (“each time such allegations are made”) é transformada numa construção ativa (“à medida que vão lançando estas acusações”). Esta alteração implica uma recategorização sintática do antecedente: no discurso original, “allegations” ocupa a posição de sujeito e, na interpretação, o termo correspondente “acusações” desempenha a função de complemento direto. Em consonância com esta alteração diatética, torna-se necessário encontrar um novo sujeito para a oração subordinante. No discurso original, essa função era cumprida pelo anafórico “they”, mas na interpretação o mesmo papel passou a ser desempenhado por um pronome nulo, correspondente a uma terceira pessoa do plural. Este tipo de alteração diatética permite dissolver cadeias anafóricas, incidindo sobre as ações e não sobre os sujeitos.

A elipse pode afetar outros elementos adjacentes ao pronome, como no exemplo seguinte, em que, para além do pronome, abrange também o verbo:

(127)

ORG-EN	INT-PT
This outbreak demonstrates the importance of cross-border cooperation in the field of preventive health. It also brings into play the importance of having a European agency such as ECDC, the European Centre of Disease Control (...).	Este surto demonstra claramente a importância da colaboração transfronteiriça no que diz respeito à saúde preventiva. Ø Também a importância de termos uma agência europeia como por exemplo a ECDC, é o centro europeu para o controlo das doenças (...).

No discurso interpretado, o verbo “demonstrar” fica associado a dois argumentos internos, nomeadamente a “importância da colaboração transfronteiriça” e a importância “de termos uma agência europeia como o ECDC”. Deste modo, o intérprete cria uma oração coordenada assindética que lhe permite elidir o pronome e o verbo (“It brings into play”). Através da prosódia, poderá ser possível compensar a ausência da conjunção explícita a unir as duas orações, já que, como referem De Beaugrande e Dressler (1981, p. 271), a prosódia encerra uma função coesiva, dando pistas ao ouvinte sobre como processar o texto que recebe do seu emissor.

Como referido acima, a maioria dos pronomes plenos que foram elididos tem função nominativa. O único caso de pronome acusativo que foi alvo de elipse é apresentado no seguinte exemplo:

(128)

ORG-EN	INT-PT
It's odd isn't it that as the Schengen area comes apart in its core countries, there are plans to extend it to include Bulgaria and Romania.	É esquisito que no momento em que a área Schengen se está a desagregar nos seus países centrais, se está a pensar em alargar Ø para a Roménia e para a Bulgária.

Em inglês, o verbo “extend” vem obrigatoriamente acompanhado do objeto direto, o pronome anafórico “it”, que remete para o antecedente “Schengen area”. Por sua vez, em português, o verbo “alargar” – verbo transitivo direto que, neste caso, corresponde a “extend” – não necessita de um complemento direto foneticamente realizado. Trata-se, portanto, de um objeto nulo. Apesar da ausência do constituinte acusativo, subentende-se que não só esse constituinte está implícito, como também remete para o mesmo antecedente que o anafórico do discurso original (“área Schengen”).

Nos dois exemplos que se seguem, a elipse abrangeu quer os pronomes quer as locuções preposicionais que os precediam:

(129)

ORG-EN	INT-PT
I thought the EU couldn't get any worse (...) Well increasing numbers of British people are demanding that we come out of it , perhaps that's what they mean.	Eu pensava que a Europa não podia descer mais baixo (...). Os europeus pedem, pedem mais União Europeia mas é o que alguns dizem mas há outros que pedem para sair Ø .

Em (129), a expressão elíptica retoma o antecedente “Europa” e pode ser concretizada como “sair dela”, em que “ela” remete para “Europa”, por sua vez entendida como sinónimo de União Europeia, que no original surge sob a forma de sigla. Já em (130), não é tão óbvia a identificação entre o pronome elidido e o antecedente:

(130)

ORG-EN	INT-PT
My party favours withdrawal from the EU altogether and therefore from the CAP, but the reality is we're in it and we've got to make the best of it.	O meu partido queria sair da União Europeia, (imp) da PAC mas o que é verdade é que neste momento estamos Ø e temos que viver com isso.

A dificuldade em identificar o antecedente do pronome “it” prende-se com a coexistência de dois candidatos possíveis, nomeadamente “EU” e “CAP”. Presumivelmente, a elipse terá sido o resultado da ambiguidade gerada pela competição entre estes dois candidatos. Refira-se, a este propósito, que, em cerca de 31% das ocorrências em que existe competição entre antecedentes, os pronomes são alvo de ELI. Neste caso concreto, a potencial ambiguidade é sanada pela relação sinedócica que os candidatos a antecedente mantêm entre si, permitindo que a construção elíptica seja reconstituída como “estamos nela”, em que “ela” remete para “União Europeia” e, por via dessa relação lexical, também para “PAC”. Em todo o caso, a elipse requer um esforço inferencial acrescido por parte de quem ouve o discurso.

Nos exemplos (128) a (130), os pronomes encontram-se a uma distância longa dos respetivos antecedentes. A distância é compensada pelo facto de os antecedentes constituírem entidades nomeadas, o que, considerando a sua maior acessibilidade na memória, poderá contribuir para uma reconstituição mais ágil do elo anafórico entre o antecedente e o pronome elidido. É de realçar que os dados quantitativos apresentados no capítulo 5 apontavam já uma possível relação entre a elipse do pronome e antecedentes com estatuto de entidade nomeada (cf. 5.3.2.3) bem como entre a elipse do pronome e distâncias longas a separar os pronomes dos respetivos antecedentes (cf. 5.3.6.2).

Conforme explicado no início desta secção, na direção PT>EN o procedimento ELI aplica-se aos pronomes relativos. Sempre que, no discurso de chegada, o antecedente retomado pelo pronome seja objeto direto da oração relativa, o pronome pode ser elidido, como acontece no seguinte exemplo:

(131)

ORG-PT	INT-EN
A terceira questão que gostaria de colocar (...).	Now the third que- third question \emptyset I'd like to put to you (...).

O pronome relativo nulo retoma o antecedente “third question”, que constitui o objeto direto da oração relativa. Neste caso, a estrutura sintática usada pelo intérprete é idêntica à do discurso original, mas nem sempre é assim, como ilustra o exemplo abaixo:

(132)

ORG-PT	INT-EN
Este pacote legislativo não é resposta aos graves problemas económicos e sociais que se vivem em muitos países (...).	This legislative package is not the response we need to the serious economic and social problems \emptyset we're seeing in many countries (...).

No discurso original, o antecedente do pronome destacado (“problemas económicos e sociais”) desempenha a função de sujeito. A manter-se essa configuração na interpretação, não seria possível a elipse do pronome relativo. Contudo, o intérprete afasta-se do original na medida em que converte a diátese passiva “se vivem” numa diátese ativa, introduzida pelo pronome pessoal de primeira pessoa “we”. Em virtude dessa alteração diatética, o antecedente passa a desempenhar, na interpretação, a função de objeto direto, legitimando gramaticalmente a elipse do pronome relativo.

Em (133), tanto no original como na interpretação, o antecedente retomado pelo pronome relativo constitui o sujeito – e não o objeto – da oração relativa:

(133)

ORG-PT	INT-EN
Mais do que nunca, a União Europeia precisa de ter uma política de coesão que promova a convergência real e que estimule o crescimento e o emprego, constituindo ainda um contributo para atingir as metas ambientais.	More than ever the European Union needs a cohesion policy which will promote real convergence, \emptyset stimulate growth and employment, and also make a contribution to reaching our environmental goals.

O pronome em questão é, ao contrário do que acontece nos exemplos (131) e (132), o segundo elo da cadeia anafórica, estando inserido numa oração coordenada (sindética na versão original e assindética na interpretada). Conforme explanado na secção 2.2.3.1, é o facto de este elo fazer parte de uma oração coordenada que torna possível a sua elipse, juntamente com o auxiliar de futuro. A elipse do pronome leva, ainda, a um deslocamento da conjunção copulativa para a terceira oração, evitando o gerúndio. No cômputo geral, parece-nos que as transformações operadas pelo intérprete são de grande valia, na medida em que contribuem para uma construção frásica menos onerosa do ponto de vista do processamento.

6.2.3 Reconfiguração Morfossintática 1

O procedimento RMS1 consiste na substituição de um pronome, no discurso original, por outro pronome, na interpretação, em que este último surge numa nova oração. Ao analisar a distribuição de RMS1 em função das propriedades linguístico-discursivas das ocorrências, sobressai a associação entre este procedimento e os pronomes relativos, na direção PT>EN (cf. Gráfico 22). Com efeito, o procedimento RMS1 é utilizado recorrentemente para lidar com frases relativas, segmentando-as em duas orações simples, como no seguinte exemplo:

(134)

ORG-PT	INT-EN
Aquilo que noto em muitos discursos de líderes, tanto daqueles que estão em países em dificuldades como daqueles países que são países pagadores e contribuintes, s- é um discurso irresponsável que muitas vezes até faz apelo a algumas caraterísticas das nacionalidades que são extremamente negativas.	What I find in many speeches by our leaders, including those from countries in difficulties and contributing countries, these speeches are irresponsible. They even bring out some of the insight, comments and thoughts about national specificities and features that are most unfortunate.

O intérprete começa por manter a mesma estrutura do original, mas acaba por alterar o rumo da frase, transformando o objeto direto e antecedente da cadeia anafórica em questão, “discurso irresponsável”, numa construção predicativa (“these speeches are irresponsible”). Em consequência desta mudança, o termo anafórico relativo é substituído por um pronome pessoal, ambos com a função sintática de sujeito. Na passagem de uma língua a outra, o antecedente passou de singular a plural, mas o intérprete foi coerente com essa opção na utilização do pronome adequado. Este procedimento foi também aplicado a pronomes inseridos em estruturas paratáticas, como ilustram os dois exemplos abaixo fornecidos:

(135)

ORG-PT	INT-EN
(...) eu gostaria em qualquer modo de suscitar uma questão política, que não está no documento em causa e que tem que ver com a situação que se vive na Grécia e que se vive no meu país, em Portugal, e com declarações recentes de Jean-Claude Juncker.	(...) I'd like to raise a political issue which is actually not in the document. It's linked to the situation going through in Greece and in my country too, Portugal, and what Jean-Claude Juncker said recently.

Após uma primeira oração relativa em que o pronome é traduzido, o intérprete transforma a segunda numa frase independente, eliminando a conjunção copulativa e substituindo o relativo pelo pronome pessoal “it”.

Em (136), a oração relativa onde se encontra o termo anafórico – o pronome relativo “que” – é convertida numa frase independente, em que este é substituído pelo pronome pessoal “it”, passando a desempenhar função acusativa.

(136)

ORG-PT	INT-EN
É por isso que esta necessidade vital de convergência precisa, em absoluto, de um orçamento para a coesão poderoso e que não pode ser enfraquecido para financiar outras políticas.	That's why there's a vital need for convergence. And that means that there has to be a strong budget, we cannot have it undermined and have the funding used for other purposes.

Se se pretendesse preservar o pronome na posição de sujeito, teria sido possível recorrer à voz passiva. No entanto, o intérprete utilizou uma construção ativa, que determinou, simultaneamente, a despromoção do pronome a objeto direto e a promoção a sujeito do pronome pessoal “we”. Esta formulação parece ter mais impacto do ponto de vista pragmático-discursivo, marcando de forma mais evidente a responsabilidade coletiva – decorrente do uso do pronome pessoal na primeira pessoa do plural – em não permitir que o orçamento seja enfraquecido.

Nos três exemplos acima reportados, a substituição do pronome relativo pelo pronome pessoal não levanta dúvidas quanto à identificação do antecedente. Porém, nem sempre é assim, como podemos ver no caso seguinte:

(137)

ORG-PT	INT-EN
Nos memorandos como aquele que a troika do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia fez com governantes portugueses, exigiu políticas antissociais, incluindo a alteração da lei dos despedimentos, privatizações e ataques à segurança social pública e universal, que só podem conduzir ao retrocesso social (...).	The troika and the IMF, the agreements that have been signed with Portuguese leaders go against the rights of the people. This includes privatizations and attacks against national social security systems, and I think that this is retrograde (...).

A oração relativa “que só podem conduzir ao retrocesso social” é transformada numa oração coordenada copulativa (“and I think that this is retrograde”), com substituição do pronome relativo pelo demonstrativo “this”. No discurso original, a identificação do antecedente de “que” suscita dúvida, mas é legítimo presumir que o antecedente são as “políticas antissociais” uma vez que os outros três potenciais candidatos (“alteração da lei dos despedimentos”, “privatizações” e “ataques à segurança pública e universal”) são seus hipónimos. Na interpretação, porém, mantém-se a ambiguidade na identificação do antecedente, podendo o demonstrativo “this” referir-se a qualquer um dos dois hipónimos preservados (“privatizations” and “attacks against national social security systems”) ou a ambos, até porque na interpretação não é feita qualquer referência ao hiperónimo que constava do discurso original (“políticas antissociais”). O exemplo seguinte vem corroborar esta dificuldade na identificação do antecedente provocada pela substituição de pronome relativo por pronome demonstrativo:

(138)

ORG-PT	INT-EN
A terceira questão que gostaria de colocar, e esta é a que me parece mais importante, tem a ver com alguns programas específicos, os programas de distribuição de fruta e de leite nas escolas e sobretudo o programa de apoio aos mais carenciados que por força de um acórdão do Tribunal ac- acabou por ser substancialmente reduzido (...).	Now the third que- third question I'd like to put to you is perhaps no less important, linked to some specific problems, problems of distribution of fruit and vegetables to schools and support to the most needy. I think the Court agrees that this is going to be substantively reduced.

A oração relativa do original é convertida numa nova frase, contendo o demonstrativo “this” como substituto do pronome relativo. Este pronome apresenta um escopo referencial vasto, podendo

referir-se aos “problems¹³⁰ of distribution of fruit and vegetables to schools”, aos “[problems of] support to the most needy”, ou a ambos. Fica a cargo do ouvinte decidir qual é o antecedente deste demonstrativo. No original, o advérbio “sobretudo” e a repetição do antecedente no singular (“programa”) ajudam a determinar os elos da cadeia. Na interpretação, a omissão destes dois elementos aliada à introdução do pronome demonstrativo dificulta o processo de resolução anafórica para o ouvinte. Porém, nem sempre o recurso ao pronome demonstrativo como elemento de substituição na interpretação introduz ambiguidade, como atesta o seguinte exemplo:

(139)

ORG-PT	INT-EN
Este pacote legislativo não é resposta aos graves problemas económicos e sociais que se vivem em muitos países, que afetam trabalhadores e populações e que têm a sua origem fundamental em políticas comunitárias de cariz cada vez mais neoliberal e de maior concentração do poder financeiro e político.	This legislative package is not the response we need to the serious economic and social problems we're seeing in many countries that are affecting workers and people. These are due essentially to community policies that are moving in an evermore neoliberal direction which have the political and financial consequences that we know.

A cadeia anafórica aqui patente é composta por três elos relativos, cada um dos quais introduz uma oração coordenada. O procedimento RMS1 aplica-se à terceira oração. Esta é transformada numa frase independente, em que o pronome relativo é substituído pelo demonstrativo “these”, mantendo-se na posição de sujeito. Embora tratando-se de um pronome demonstrativo, “these” distingue-se dos pronomes demonstrativos usados noutros exemplos pela ausência de valor resumptivo, o que se reflete na flexão em função do antecedente plural (“problems”).

No exemplo que se segue, o pronome relativo desempenha função acusativa, ao contrário dos exemplos (134) a (139), em que os pronomes tinham função nominativa. Apesar desta diferença, continuamos a assistir à substituição do pronome relativo por um pronome demonstrativo:

(140)

ORG-PT	INT-EN
O meu grupo está de acordo com o mandato de negociação com os governos que hoje vamos aqui aprovar (...).	My group- group agrees with the remit of negotiations with the governments, we're going to approve this today.

¹³⁰ No discurso original, o orador refere-se a “programas”. No entanto, em português, verifica-se uma forte assonância entre “programas” e “problemas”, que poderá ter levado o intérprete a utilizar o termo “problems”.

Embora na interpretação se perca a relação hipotática, as duas orações que contêm o termo anafórico (“que hoje vamos aqui apovar” > “we’re going to approve this today”) apresentam bastante paralelismo, uma vez que o intérprete conservou o sujeito da oração relativa do original (“nós”). Porém, caso não o tivesse conseguido fazer, uma alternativa seria usar a voz passiva, colocando a ênfase sobre o objeto e já não sobre o agente da ação. O pronome de substituição (“this”) passaria para o início da frase, da seguinte forma: “this is going to be approved today”. Optando por uma ou por outra formulação diatética, o intérprete poderia ter utilizado o pronome pessoal “it” para se referir ao antecedente. Vejamos, agora, o seguinte caso, que evidencia o mesmo tipo de transformação pronominal, mas com pequenas diferenças:

(141)

ORG-PT	INT-EN
Dentro dos limites extremamente exíguos do orçamento comunitário, que os senhores desta União Europeia não parecem dispostos a alterar e que impedem qualquer perspectiva de convergência e coesão efetivas, há opções fundamentais a fazer.	Given the very narrow limits of the community budget, it doesn't seem that the gentlemen of the European Union are disposed to change that . But in any case it doesn't meet the needs of the fundamental choice we have to make.

Também neste exemplo o pronome relativo que consta da versão original é convertido num demonstrativo. Porém, chamamos a atenção para a mudança de rumo que ocorre na interpretação. Embora tenha começado por manter a estrutura frásica do original, o intérprete, talvez por se aperceber do encadeamento de duas orações relativas a montante da oração principal, transforma a primeira oração relativa numa frase independente. Esta é introduzida por uma construção impessoal encabeçada pelo verbo “seem”, na qual se encaixa uma oração completiva com o pronome demonstrativo na posição de objeto direto, à semelhança do pronome relativo no discurso original.

Tal como em (140), o pronome pessoal poderia ter sido eleito como elemento de substituição, ao invés do demonstrativo. Porém, em ambos os casos foi o pronome demonstrativo que prevaleceu e é curioso notar que nenhum dos antecedentes possui o traço semântico de animacidade. Das três ocorrências do procedimento RMS1 em que figuram construções hipotáticas com pronomes acusativos (exemplos (140) a (142)), o recurso ao pronome pessoal na interpretação cinge-se apenas àquela em que o antecedente designa uma entidade animada (“relatores”):

(142)

ORG-PT	INT-EN
A política de coesão é uma das mais paradigmáticas da União Europeia e aquela que melhor simboliza o ideal da construção do projeto europeu. Por isso exige e merece o aprofundamento de tantas vertentes quantas as que estão hoje em debate e o envolvimento de tantos relatores que aqui felicito em conjunto.	Cohesion policy is one of the great paradigms of the European Union, and it is one of the best symbols of the European ideal. That's why we need to build on it, in the various facets mentioned in today's debate by the various rapporteurs and I'd like to compliment them all.

Em (142), a oração relativa é transformada numa coordenada copulativa e o pronome relativo é substituído pelo pronome pessoal complemento “them”, com função acusativa, tal como o relativo no original. Neste caso, o uso do demonstrativo não seria possível. É de salientar a desenvoltura do intérprete, que transformou por completo a estrutura da segunda frase, resumindo o grupo nominal que continha o antecedente num complemento agente da passiva, sem afetar a progressão temática do discurso.

Na interpretação de inglês para português, registou-se apenas um caso de utilização do procedimento RMS1:

(143)

ORG-EN	INT-PT
Through cooperation, we can control this outbreak. By informing our citizens they stand a better chance of avoiding infection.	Através de uma colaboração verdadeira poderemos controlar este surto, informando os nossos cidadãos e assim dando- lhes também uma maior oportunidade.

Este exemplo ilustra uma segmentação relativamente ao discurso original, no sentido em que passamos de uma estrutura hipotática a uma estrutura paratática. Porém, o que acontece é na verdade uma fusão: no discurso original temos duas frases claramente identificáveis; na interpretação, passamos a ter uma frase única, composta por três orações. A transformação da segunda frase do discurso original em duas orações gerundivas coordenadas leva à reformulação da preposição “by”. A fim de preservar o nexo semântico marcado por essa preposição, o intérprete recorre ao advérbio “assim”. A presença deste advérbio torna explícita a relação entre as duas orações, promovendo o estabelecimento do elo anafórico entre o antecedente “cidadãos” e o pronome “lhes”, que passa a desempenhar na interpretação a função sintática de complemento indireto.

Como referido no início desta secção, o procedimento RMS1 é usado quase exclusivamente na interpretação de português para inglês, em particular quando o pronome da cadeia anafórica original é relativo e quando a distância que o separa do antecedente é curta. Finalmente, a análise dos exemplos, tomada em consideração com as propriedades linguístico-discursivas das ocorrências, sugere que os pronomes usados como elemento de substituição nas interpretações variam em função da velocidade e diversidade lexical. Por um lado, o recurso a pronomes pessoais verificou-se com mais frequência em discursos com velocidade e/ou diversidade lexical reduzida; por outro, o recurso a pronomes demonstrativos, referencialmente mais ambíguos do que os pessoais, ocorreu maioritariamente em discursos com velocidade e/ou diversidade lexical elevada.

6.2.4 Reconfiguração Morfossintática 2

Este procedimento prevê a substituição do pronome do original por outro pronome, que pode ou não pertencer à mesma categoria gramatical. Na interpretação, o novo pronome insere-se numa construção semelhante àquela onde se encontrava o pronome original (ou seja, não há lugar a segmentação). Dos procedimentos de reconfiguração morfossintática aplicáveis ao pronome, RMS2 é o único que é mais produtivo na interpretação de inglês para português do que vice-versa.

À semelhança de RMS1, o recurso a pronomes demonstrativos como elemento de substituição foi uma das transformações observadas no âmbito do procedimento RMS2, conforme ilustra o seguinte exemplo:

(144)

ORG-EN	INT-PT
Mr. President, well a regulation on the European environmental economic accounts, it sounds very boring doesn't it? But in my experience that makes it the most dangerous kind of EU legislation because you think that the taxpayer and the media won't bother to read it .	Bem, uma regulação em relação às contas económicas do ambiente parece uma coisa muito maçadora não é verdade, mas na minha experiência isso é realmente o tipo mais perigoso de legislação ambiental porque se pode partir do princípio que as- os contribuintes e a imprensa não se vai dar ao trabalho de ler isso .

Ambos os pronomes pessoais destacados neste exemplo foram substituídos pelo pronome demonstrativo “isso”. No primeiro caso, o recurso ao demonstrativo poderá constituir um vestígio da presença de “that” no discurso original. Consideramos, porém, que este foi omitido na interpretação, sendo o pronome pessoal “it” (“that makes it”) o elemento que corresponde ao demonstrativo usado na interpretação, visto que ambos remetem para o mesmo antecedente

(“regulation” > “regulação”). Quanto ao segundo caso, a utilização do demonstrativo ao invés de um pronome pessoal evita, por um lado, a interrupção da frase com a introdução do clítico em posição pré-verbal e, por outro, a flexão deste para concordar, em género, com o antecedente.

Em (145), o pronome demonstrativo usado na interpretação encontra-se apenas subentendido, apresentando-se sob a forma de um pronome nulo:

(145)

ORG-EN	INT-PT
The idea of making direct payments conditional upon cross-compliance with environmental protection and landscape management is potentially beneficiary- beneficial, but only as long as they 're not tied to the semi-religious precepts of climate change and social diversity nonsense.	Fala-se de proteção ambiental e proteção das paisagens, o que poderá ser positivo mas desde que Ø não esteja ligado às- ao credo das alterações climáticas, que são muitas vezes evocados como um mantra.

Neste caso, é dúbia a identificação do antecedente retomado pelo termo anafórico “they” – pode ser a expressão “direct payments” ou a expressão nominal coordenada “environmental protection and landscape management”. Prova da ambiguidade do original é o facto de, na tradução oficial deste discurso em português, a cadeia anafórica ter sido suprimida:

“A ideia de subordinar os pagamentos diretos a requisitos de condicionalidade associados à proteção do ambiente e à gestão da paisagem é potencialmente positiva, desde que a imposição desses requisitos não esteja ligada aos preceitos semirreligiosos sobre alterações climáticas ou aos disparates da diversidade social.”

Na tradução oficial, o anafórico foi substituído por “imposição desses requisitos”, estando esses requisitos associados à proteção do ambiente e à gestão da paisagem. Deduz-se, então, que “they” remete não para “payments” mas para “environmental protection and landscape management”. A ser este o antecedente, verificamos que foi preservado na interpretação – embora com duplicação do núcleo “proteção” em vez de “gestão” no segundo elemento – e que mantém uma relação anafórica com o pronome nulo.

É de salientar que, em todas as ocorrências em que se verificou a utilização de demonstrativos como elementos de substituição, existem pelo menos dois candidatos à posição de antecedente. Acresce que os discursos em que se inserem estas ocorrências são caracterizados por valores elevados de velocidade ou diversidade lexical. Estes dados sugerem que a competição entre

antecedentes, associada a velocidades ou diversidades lexicais elevadas, poderá propiciar o recurso a pronomes demonstrativos por parte dos intérpretes, por vezes dificultando a reconstituição da relação anafórica (devido a incompatibilidade semântica entre um antecedente nominal e um pronome que tipicamente retoma constituintes oracionais) e prejudicando a inteligibilidade global das interpretações.

Na direção PT>EN, o único caso em que se verificou o recurso ao pronome demonstrativo na interpretação provém precisamente de um discurso com valores elevados quer de velocidade quer de diversidade lexical:

(146)

ORG-PT	INT-EN
(...) a Comissão Europeia persiste na sua total indiferença perante o agravamento da pobreza, designadamente da pobreza infantil, do desemprego, do aumento de milhões de trabalhadores pobres por causa do trabalho precário e mal pago. Mas agora \emptyset já não se limita a orientações neoliberais, com todas as graves consequências nos países de economias mais frágeis (...).	(...) the Commission seems indifferent to poverty and employment and poor workers that are poor because they have insecure jobs. But this isn't just about neoliberal policies, with the consequences that this has in fragile economies (...).

Se é verdade que no original o pronome nulo remete para o antecedente “Comissão Europeia”, o mesmo não se pode dizer da interpretação, onde a relação entre o anafórico e o antecedente é indireta, embora ambos se encontrem explícitos no discurso (“Commission”, “this”). Na interpretação, o demonstrativo faz parte da expressão “to be about”, assumindo um carácter impessoal e referindo-se, assim, ao conjunto de informação previamente fornecido no discurso. Embora não remeta diretamente para “Commission”, o demonstrativo, na sua abrangência referencial, envolve também esta entidade. Não obstante, a utilização deste pronome impõe ao ouvinte um esforço acrescido de reconstrução semântica.

Conforme referido, este foi um caso isolado, já que, na direção PT>EN, os intérpretes recorreram maioritariamente a pronomes pessoais, como ilustra o seguinte exemplo:

(147)

ORG-PT	INT-EN
A política de coesão é uma das mais paradigmáticas da União Europeia e aquela que melhor simboliza o ideal da construção do projeto europeu. Por isso Ø exige e merece o aprofundamento de tantas vertentes quantas as que estão hoje em debate e o envolvimento de tantos relatores que aqui felicito em conjunto.	Cohesion policy is one of the great paradigms of the European Union, and it is one of the best symbols of the European ideal. That's why we need to build on it , in the various facets mentioned in today's debate by the various rapporteurs and I'd like to compliment them all.

No discurso original, o pronome nulo retoma o antecedente “a política de coesão”, desempenhando a função de sujeito dos dois verbos que se lhe seguem. Na interpretação, o pronome nulo é veiculado pelo pronome pessoal de terceira pessoa “it”. Porém, este pronome passa a desempenhar a função de complemento direto, inserindo-se numa construção encabeçada pelo pronome pessoal “we”, que acentua o sentido de obrigação coletiva em aprofundar a política de coesão.

Por fim, os dois exemplos que se seguem ilustram a maleabilidade sintática que decorre da manipulação dos processos de articulação de frases:

(148)

ORG-PT	INT-EN
Acho que quando nós chegamos à idade adulta apreciamos os argumentos racionais e, se formos adultos bem formados, apreciamos os julgamentos racionais que são justos.	I think when you come to be adult you appreciate rational arguments and if we're properly trained adults, we can appreciate rational judgments when they are fair ones.

(149)

ORG-EN	INT-PT
You've had referendums in States and you've ignored them .	(...) há referendos em determinados países que são ignorados.

Em (148), a oração coordenada relativa é transformada numa subordinada temporal com valor condicional, marcada pela conjunção “when”. Desta transformação surge a necessidade de introduzir o pronome “they” para cumprir a função de sujeito da nova oração, que na oração correspondente do original era desempenhada pelo pronome relativo.

No exemplo (149), não só não ocorre segmentação do *input* (conforme preconizado para o procedimento RMS2), como se verifica de facto uma fusão de orações. No discurso original, temos duas orações coordenadas, em que o pronome pessoal da segunda oração (“them”) retoma o antecedente que figura na oração anterior (“referendums”). Na interpretação, a segunda oração coordenada é transformada numa oração relativa restritiva em que o elo anafórico do original é mantido já não com recurso ao pronome pessoal, mas sim ao pronome relativo “que” (ambos tendo como antecedente “referendums” e “referendos”, respetivamente). Do ponto de vista pragmático, esta alteração parece resultar numa construção menos interpelativa, visto que dispensa a utilização do pronome de segunda pessoa (“you”).

De um modo geral, a análise do corpus revelou que, na direção PT>EN, tendem a ser utilizados pronomes pessoais para substituir os pronomes que figuram nos discursos originais, independentemente de estes últimos serem pessoais ou relativos. Na direção inversa, é mais frequente a utilização de pronomes demonstrativos como elementos de substituição. Esta tendência poderá dever-se ao facto de os discursos originais ingleses apresentarem uma velocidade mais elevada, o que coloca os intérpretes em risco de saturação. Nessas circunstâncias, os pronomes demonstrativos oferecem a possibilidade de poderem ser rapidamente mobilizados para encabeçar as frases que vão sendo enunciadas pelos intérpretes. A contrapartida desta estratégia reside no grau de indeterminação que estes pronomes por vezes encerram, dificultando a identificação dos respetivos antecedentes.

6.2.5 Reconfiguração Morfossintática 3

O procedimento RMS3 prevê a substituição de um pronome por um marcador não pronominal, envolvendo uma operação de segmentação entre duas orações. As ocorrências de RMS3 verificam-se em cadeias anafóricas compostas por pronomes relativos e apenas na direção PT>EN. Vejamos os seguintes exemplos:

(150)

ORG-PT	INT-EN
Há prioridades que devem ser desenvolvidas. Em primeiro lugar, a simplificação, em segundo lugar, promover a excelência científica, não em to- em alguns países mas em toda a Europa, uma maior ligação do programa-quadro com a inovação, com instrumentos dirigidos a pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo, dos quais o mais bem sucedido é o programa Eurostar, o qual deve ser alargado.	I think that we have to develop a set of priorities. First of all we have to go for streamlining, then we have to promote scientific excellence not only for some countries but for the whole of Europe. I also think that the framework programme should be more linked to innovation and the tools that are earmarked for entrepreneurs and SMEs, including Eurostar. I think Eurostar should be expanded.

Neste caso, o intérprete transforma a oração relativa numa nova oração, encaixada na subordinante “I think”. Em consequência desta transformação, o pronome relativo desaparece, dando lugar, na nova oração, à repetição do antecedente “Eurostar”. De acordo com a Penalidade do Nome Repetido (Simões & Leitão, 2014), a opção de repetir o antecedente numa situação de ativação do mesmo pode dificultar o processamento. Também a teoria da acessibilidade (Ariel, 2001, 2006) defende que quanto mais saliente for um antecedente, tanto mais breve deverá ser a expressão referencial que o codifica, sendo o pronome a forma mais breve. No entanto, há outro aspeto a ter em conta: o programa-quadro constitui não só o tópico discursivo, mas também, no discurso interpretado, o tópico frásico, o que faz deste um tópico saliente, com elevado grau de ativação. Por conseguinte, se tivesse sido usado um pronome em lugar de repetir o antecedente, “framework programme” teria sido um candidato plausível a antecedente, competindo com “Eurostar”.

Tal como o anterior, o exemplo (151) ilustra a segmentação de uma frase complexa:

(151)

ORG-PT	INT-EN
Quando se vive uma crise económica e social, um dos maiores desafios que se coloca é encontrar um novo quadro financeiro plurianual em que haja um aumento significativo do orçamento comunitário para apoio da coesão económica e social (...).	If you've got an economic and social area, the major challenges are the Multiannual Financial Framework. You can have an inc- significant increase in community monies to support economic and social cohesion there (...).

Em lugar da oração relativa, o intérprete recorre a uma construção com valor impessoal na qual introduz o advérbio de lugar “there”. Deste modo, o pronome relativo precedido da preposição “em” é transformado num advérbio com o mesmo valor locativo, que parece retomar o

antecedente “multiannual financial framework”. No entanto, a resolução desta anáfora é dificultada pela presença da expressão “economic and social area” (correspondente a “crise económica e social”). Com efeito, o facto de o termo “area” estar semanticamente alinhado com o advérbio “there”, já que ambos remetem para noções espaciais, coloca em situação de competição dois candidatos possíveis a antecedente do advérbio (“multiannual financial framework” e “economic and social area”), o que não se verificava no original.

Já no exemplo que se segue, a segmentação operada pelo intérprete reflete-se em duas orações coordenadas e já não em duas frases independentes:

(152)

ORG-PT	INT-EN
Os acordos que dão expressão concreta a esta política assentam fundamentalmente no livre comércio, cujos objetivos e efeitos são bem evidenciados pela retórica que se lhe associa, a dos efei- a dos interesses ofensivos, como se de uma guerra se tratasse.	We're talking about a free trade agreement and the implications are very clear from the rhetoric. We're talking about offensive interests as, and that are being talked about as though we were at war.

No discurso original, a identificação do antecedente do pronome relativo pode gerar ambiguidade, mas partimos do princípio de que será o candidato mais próximo “livre comércio” e não “os acordos”. Esta questão não se coloca na interpretação, uma vez que o intérprete une as duas informações, utilizando simplesmente a expressão “free trade agreement” (em português, acordo de comércio livre). A oração introduzida pelo relativo “cujos” é convertida numa oração coordenada, em que a conjunção copulativa restitui o elo anafórico entre o acordo e as suas implicações.

Como referimos, o número de ocorrências de RMS3 registadas na interpretação de português para inglês é reduzido. Na direção inversa, não foram verificados quaisquer casos de RMS3. É interessante observar que este procedimento, que envolve a segmentação de frases, apenas se verifica na interpretação de português para inglês. Este dado sugere, então, que os discursos originais portugueses acarretam uma maior necessidade de segmentação do *input*, o que pode ser explicado pela predominância de cadeias anafóricas relativas comparativamente com os discursos originais ingleses (cf. Gráfico 18).

6.2.6 Reconfiguração Morfossintática 4

Nesta categoria, incluem-se os casos em que um pronome é substituído por um marcador não pronominal, sem recorrer a operações de segmentação. Este é um dos procedimentos de reconfiguração morfossintática mais frequentes, em ambas as direções linguísticas. À semelhança de RMS1 e RMS3, este procedimento de interpretação surge frequentemente associado a cadeias anafóricas relativas na direção PT>EN (cf. Gráfico 21). Os seguintes exemplos ilustram diversas mutações que ocorrem quando o termo anafórico é o pronome relativo “que”.

(153)

ORG-PT	INT-EN
As divergências atuais de competitividade, as assimetrias de desenvolvimento conduziram inevitavelmente à fragilização do espaço europeu e à crise que afeta a zona euro.	The current divergences in competitiveness, dissymmetries in development have unavoidably weakened the European area and entailed the euro crisis.

Em (153), toda a oração relativa desaparece, permanecendo apenas o nome “euro”, anteposto ao antecedente “crise”. Segundo Pullum e Huddleston (2002, p. 537), nomes que modificam o grupo nominal não devem ser considerados adjetivos, nem tão-pouco nomes usados como adjetivos; trata-se, antes, de nomes usados como modificadores atributivos (“attributive modifiers”), designados de nomes atributivos (“attributive nouns”).

Com efeito, as orações relativas apresentam frequentemente um valor qualificativo. É, portanto, expectável que uma das mutações verificadas em casos como este seja a conversão da oração relativa num adjetivo (ou constituinte com função equivalente, como no exemplo (153)). Este tipo de transformação pode até veicular informação aspetual, como no exemplo que se segue, em que a oração relativa contém uma perífrase verbal (“se está a viver”) cujo valor aspetual em curso foi restituído, na interpretação, pelo adjetivo “current” (em português, atual):

(154)

ORG-PT	INT-EN
Em primeiro lugar, queria dizer que espero deste Conselho Europeu, especialmente com o clima que se está a viver nestas últimas semanas, uma decisão de grande responsabilidade.	First of all I would say that my expectation for this Council, particularly given the current climate over the last few weeks, I would expect a decision and an attitude of great responsibility (...).

Em (155), o elemento de substituição usado pelo intérprete, um determinante, encerra igualmente um valor qualificativo:

(155)

ORG-PT	INT-EN
Queria que levasse ao Conselho o retrato deste debate e sobretudo, como espero, o retrato da votação que faremos amanhã, que acredito vai ser muito expressiva (...).	I hope that you will reflect this debate and report on it in Council and, above all, report on our vote tomorrow, which I think will be a very positive one (...).

Da oração relativa original “que faremos amanhã” mantém-se apenas o advérbio “tomorrow” (“amanhã”). O traço de pessoa contido na forma verbal “faremos” é recuperado através do determinante possessivo “our”, anteposto ao antecedente “vote” (“votação”). A supressão da oração relativa torna o discurso interpretado mais fluido, evitando a sucessão de duas orações relativas que se verifica no original.

O recurso ao adjetivo como elemento de substituição verificou-se apenas na interpretação de português para inglês. Em ambas as direções, foi possível encontrar casos de substituição por preposição, como ilustram os exemplos (156) a (158).

(156)

ORG-PT	INT-EN
É inaceitável que perante a gravíssima crise que afeta as economias mais vulneráveis desta União Europeia se persista em exigências inoportáveis relativamente ao cofinanciamento para utilização de Fundos comunitários, designadamente dos Fundos Estruturais.	It's unacceptable given the very serious crisis for most of the economies of this Union, that we continue to put on unacceptable conditions on cofinancing to use Community funds, particularly Structural Funds

Neste caso, tanto o pronome como o verbo desaparecem na interpretação, sendo substituídos pela preposição “for”. A oração relativa do original perde o seu estatuto de constituinte oracional, convertendo-se num grupo preposicional, que veicula o mesmo conteúdo semântico. Na direção inversa surge um caso semelhante, em que o intérprete recorre à preposição “com”:

(157)

ORG-EN	INT-PT
The budget should be modernised, funds should be reallocated to programmes that actually deliver future benefits and not cover up past failures.	O orçamento devia ser reorganizado para programas com benefícios para não cobrirmos os falhanços do passado.

Em (157), o pronome destacado no discurso original introduz a primeira de duas orações relativas coordenadas, que em conjunto restringem o escopo referencial do antecedente “programmes” e marcam, ainda, uma oposição semântica através dos adjetivos “future” e “past”. Na interpretação, o grupo preposicional “com benefícios” surge no lugar da primeira oração relativa e a restante informação é remetida para uma oração subordinada final, em que o intérprete retoma a referida oposição semântica (ainda que apenas parcialmente uma vez que o primeiro elemento não foi preservado). A transformação da construção coordenada numa subordinada final contribui para tornar explícita, na interpretação, a relação semântica que une as duas orações relativas do discurso original (i.e., os programas devem ter benefícios para que não seja necessário cobrir erros passados).

O pronome relativo em inglês pode dispensar realização fonética, o que não impede o recurso ao mesmo tipo de transformação, como ilustra o seguinte exemplo:

(158)

ORG-EN	INT-PT
Rather than focusing on all the other stuff Ø we focused on this week, let's make sure the EU works better.	Em vez de nos concentrarmos nos outros temas desta semana é preciso assegurar que a União Europeia funcione melhor (...).

A oração relativa, introduzida por um pronome nulo, é substituída pelo grupo preposicional “desta semana”. Não só neste caso, como também nos que acabámos de descrever nesta secção, é possível constatar que as interpretações não conservam quaisquer vestígios explícitos do grupo verbal contido na oração relativa do discurso original. Porém, nem sempre se verifica a supressão do binómio pronome + verbo na interpretação. Os dois exemplos que se seguem apresentam alternativas que permitem conservar o elemento verbal contido na oração relativa do discurso original:

(159)

ORG-PT	INT-EN
(...) quando a assembleia que representa os cidadãos da Europa, por uma tão grande maioria como espero, diz sim à Bulgária e à Roménia, espero que o Conselho o faça no mais curto espaço possível de tempo.	(...) when you have an assembly representing the citizens of Europe by such a very large majority saying yes to Europe then that is something that needs to b- yes to Schengen in this case, that's something that needs to be reflected by the Council as soon as possible.

(160)

ORG-PT	INT-EN
Hoje este pacote de governo económico está melhor em relação à proposta inicial da Comissão e está melhor pelo- pelos vários contributos que os deputados deste Parlamento aqui fizeram.	I think it has been considerably improved over and above the Commission's original version. But that is thanks to the contributions made by European Parliamentarians (...).

Em (159), o pronome relativo e o verbo são substituídos na interpretação pela forma gerundiva do verbo. Deste modo, continuamos perante uma oração subordinada adjetiva, que passa a ser não finita. Em (160), o intérprete opta igualmente por uma construção não finita, mas acompanhada de uma alteração diatética. No discurso original, a oração relativa contém uma construção ativa, que dá lugar a uma oração participial, em que o sujeito da oração relativa passa a desempenhar a função sintática de agente da passiva.

Apesar de, como referido no início da presente secção, o procedimento RMS4 se ter revelado particularmente produtivo com pronomes relativos, principalmente ao interpretar de português para inglês, foi possível identificar outras manifestações deste procedimento envolvendo pronomes pessoais. Na direção PT>EN, uma das transformações observadas foi a substituição do pronome pessoal por um advérbio:

(161)

ORG-PT	INT-EN
<p>A avaliação intercalar, embora tardia, permitiu salientar os aspetos críticos do Sétimo Programa, a sua burocracia excessiva, o desinteresse da indústria, o número e complexidade dos novos instrumentos, o fraco ritmo dos desembolsos. Existe ainda um risco maior de avultadas transferências de verbas do corrente programa-quadro para programas de grande dimensão e de discutível valor acrescentado. Mas Ø permitiu, também, salientar aspetos positivos (...).</p>	<p>The mid-term review has been delayed but despite this I think that it looks at FP7 and flags up excessive red tape, too much complexity and the fact that it hasn't gathered enough pace where payments are made. I also think that there is a huge risk when it comes to the transfers of credit, appropriations that is, when we're talking about big projects. But there're also a lot of good elements here (...).</p>

Trata-se de um caso de grande distância entre o termo anafórico e o respetivo antecedente, posto que o antecedente (“avaliação intercalar”) se encontra no início do segmento acima transcrito e o termo anafórico que o retoma surge no final. A oração coordenada adversativa que alberga o termo anafórico mantém-se na interpretação, mas passa a conter uma construção impessoal, em que o pronome nulo se converte no advérbio “here”.

No discurso original, o paralelismo sintático entre as duas orações coordenadas (“a avaliação intercalar, embora tardia, permitiu salientar” / “Mas permitiu também salientar”), com a introdução do advérbio “também” na segunda, torna mais evidente para o ouvinte a identificação da ligação anafórica entre o pronome nulo e o antecedente “avaliação intercalar”. Ao perder-se na interpretação este paralelismo, torna-se mais difícil estabelecer o elo anafórico, embora a própria natureza do advérbio “here” constitua evidência da existência desse elo devido ao seu carácter intrinsecamente deítico.

Há também um paralelismo semântico entre as duas orações, veiculado pela contraposição entre “aspetos críticos” e “aspetos positivos”, que a manter-se na interpretação poderia contribuir para uma identificação mais óbvia do antecedente de “here”. Dada a distância entre o pronome e o antecedente, o discurso original teria beneficiado se o orador tivesse, por exemplo, substituído o pronome nulo por um pronome pleno, cuja flexão em género auxiliaria o processo de resolução anafórica, ou mesmo repetido o antecedente (mantendo o artigo ou substituindo-o por um demonstrativo para dar mais ênfase ao facto de se tratar da mesma avaliação intercalar). No mesmo discurso, surge um caso semelhante, em que o intérprete recorre a uma locução adverbial:

(162)

ORG-PT	INT-EN
Mas permitiu, também, salientar aspetos positivos, uma maior articulação e cooperação internacional entre grupos científicos em projetos comuns, alguns casos de sucesso, entre eles o Conselho Europeu de Investigação, e um maior equilíbrio de género.	But there're also a lot of good elements here, a lot of cooperation between scientific groups and we have some real success stories, the European Research Council for example . And there's also better gender equality.

O pronome pessoal insere-se num grupo preposicional, que na interpretação se converte na locução adverbial “for example”. Em rigor, o elo anafórico desaparece, mas o conteúdo não é lesado. Aliás, esta alteração é vantajosa na medida em que evita que o intérprete tenha de ter em conta a concordância em número com o antecedente, já que se trata de uma locução adverbial invariável.

Ainda na direção PT>EN, foram observados casos em que o procedimento RMS4 resultou num acréscimo de palavras comparativamente com o discurso original, como se verifica no seguinte exemplo:

(163)

ORG-PT	INT-EN
Não vou falar de Portugal, o meu país, uma vez que o novo Governo acaba de tomar posse. Resta-me portanto desejar- lhe as maiores felicidades para bem dos portugueses e da Europa.	I'm not going to talk about Portugal, my own country, because we've just had a new government that's taken office so all I can do there is to wish the new government every success in the interest of the Portuguese people (...).

Neste caso, a anáfora pronominal que consta do discurso original foi transformada numa anáfora nominal por repetição (cf. 2.2.1.1). A primeira frase do discurso original, que contém o antecedente (“novo Governo”), deu lugar na interpretação a duas orações ligadas por subordinação, em que cada uma transmite uma parte do conteúdo da frase original – a existência de um novo governo (“we've just had a new government”) e a sua tomada de posse (“that's taken office”). Uma vez que, na primeira dessas duas orações, o grupo nominal antecedente surge precedido de artigo indefinido, o intérprete efetua a retoma anafórica mediante a repetição desse grupo nominal, mas antepondo-lhe o artigo definido, dado o seu estatuto de informação conhecida. A mesma tendência para a expansão foi identificada no seguinte exemplo:

(164)

ORG-PT	INT-EN
Não é possível pensar que a política de coesão chega, porque Ø não chega quando a Europa regressa à divergência social no interior do seu território.	You can't ha- have just a cohesion policy. It's not- it's not enough to have a cohesion policy when the European Union is actually on a- on the path of regress.

Em português, o verbo “chegar” assume o pronome nulo como seu sujeito, retomando o antecedente “política de coesão”. Em inglês é utilizada a expressão “it’s not enough”, em que o pronome assume uma função expletiva, tornando necessária a inclusão da oração infinitiva como complemento. No entanto, se o intérprete tivesse atribuído função de sujeito anafórico ao pronome “it”, poderia ter dispensado a oração infinitiva. Sem prejuízo da relevância prática desta sugestão, devemos ter em conta que a oração infinitiva poderá cumprir uma função enfática, possivelmente indiciando que o intérprete não só foi sensível à repetição do verbo “chegar” no discurso original como também tentou preservá-la na versão interpretada.

No que toca às transformações dos pronomes pessoais, observamos na direção EN>PT o recurso a expressões referencialmente indeterminadas, como ilustra o seguinte excerto, que contém duas cadeias anafóricas com pronomes pessoais:

(165)

ORG-EN	INT-PT
Perhaps some enterprising British citizens might like to meet the Roma as they disembark at Calais and Heathrow and give them the addresses and location maps so that they can find the way to the homes of our Prime Minister, his cabinet colleagues and all the MPs in favour of EU membership. Only when the Roma pitch their caravans on the front lawns of our out-of-touch political class might they change their views on the benefits of EU membership.	Bom, quando estas pessoas desembarcarem em Calais e em Heathrow deveremos dar-lhes os endereços dos nossos primeiros-ministros, ministros e todos os deputados a favor da sua entrada na área Schengen. Só quando os- a Roma colocar as suas tendas e caravanas nos seus jardins é que estas pessoas poderão a vir mudar- vir a mudar de ideia sobre a adesão.

Na primeira ocorrência, é possível constatar que a oração subordinante (“Perhaps some enterprising British citizens might like to meet the Roma”) não foi conservada, o que acarretou a perda da relação anafórica entre “Roma” e “they”. Na interpretação, o pronome “they” é substituído pela expressão “estas pessoas”, que, graças a menções anteriores no discurso

interpretado (cf. Apêndice B; ID: 15GB17EN/PT), sabemos referir-se à população de etnia cigana, correspondendo por isso ao antecedente “Roma”, patente no discurso original.

Na segunda ocorrência, o pronome “they” é mais uma vez interpretado com a expressão “estas pessoas”. Porém, neste caso, “they” não remete para “Roma”, mas antes para o antecedente coletivo “political class”, que na interpretação permanece apenas implicitamente no possessivo “seus” (“seus jardins”). Considerando o enunciado interpretado de forma isolada, poder-se-ia supor que a segunda menção de estas pessoas também designa o antecedente “Roma”, até porque esse é o antecedente mais saliente, mas, com base no discurso original, é possível perceber que a expressão retoma efetivamente antecedentes distintos.

Trata-se de uma situação em que a presença de mais do que um candidato a antecedente gera um contexto ambíguo, no qual a utilização de expressões referencialmente indeterminadas pode não ser a opção mais adequada. Sem prejuízo do que foi dito acerca deste caso, não deve ser descurado o papel dos conhecimentos extralinguísticos na resolução desta ambiguidade. Com efeito, na segunda ocorrência, a identificação da expressão “estas pessoas” para designar a população de etnia cigana incorre num contrassenso, uma vez que não é desta população que se espera uma mudança de ponto de vista em relação à adesão à UE, mas antes dos membros da classe política britânica.

De um modo geral, o procedimento RMS4 engloba diversos tipos de transformações, sobretudo relacionadas com o valor adjetival da oração relativa, na direção PT>EN. No sentido oposto, não encontramos a mesma diversidade; apenas foi possível observar dois casos em que a oração relativa foi transformada num grupo preposicional. Em ambas as direções linguísticas, o recurso ao procedimento RMS4 verificou-se com mais frequência em discursos com velocidade e diversidade lexical reduzidas, sugerindo que o procedimento RMS4 poderá envolver transformações mais elaboradas do ponto de vista morfossintático do que os restantes procedimentos. O facto de, na direção EN>PT, este procedimento se ter manifestado no recurso a expressões referencialmente indeterminadas e ainda o facto de não se ter observado tanta variação nas transformações morfossintáticas comparativamente com a direção inversa poderão constituir efeitos da maior velocidade dos discursos originais ingleses (cf. 5.3.7.1).

6.2.7 Reconfiguração Morfossintática 5

No procedimento que agora apresentamos, incluem-se os casos em que as cadeias anafóricas dão lugar a construções sintáticas mais diretas, privilegiando geralmente a ordem canónica da frase. Este procedimento regista-se com maior frequência na interpretação de português para inglês, ocorrendo quase exclusivamente com pronomes relativos, como ilustra o exemplo que se segue:

(166)

ORG-PT	INT-EN
Espero dessa decisão de responsabilidade essencialmente que se perceba que as questões económicas e financeiras são cruciais e decisivas para a Europa, mas que as questões económicas e financeiras são instrumentais para aquela que é a finalidade principal da Europa, que é a finalidade de manter a paz.	So I would hope that there would be that level of responsibility because economic and financial decisions are crucial for the future of Europe. But economic and financial matters are also crucial when we think that the ultimate aim of Europe is <u>to maintain peace</u> .

No discurso original, a oração coordenada adversativa apresenta uma estrutura algo labiríntica. Esta oração pode ser parafraseada do seguinte modo: “as questões económicas e financeiras são instrumentais para a finalidade principal da Europa, que é manter a paz”. O intérprete opta por simplificá-la ainda mais, dissolvendo a relação anafórica e transformando a oração relativa numa oração infinitiva. Esta reformulação demonstra a importância de uma estrutura sintática simples e concisa, revelando uma tendência para a simplificação no discurso interpretado. Em (167), esta tendência manifesta-se através do recurso a uma diátese ativa:

(167)

ORG-PT	INT-EN
Há prioridades que devem ser desenvolvidas.	I think that we <u>have to develop a set of priorities</u> .

A frase que figura no discurso original, encabeçada pelo verbo impessoal “haver”, contém uma oração relativa, com o verbo na voz passiva. O intérprete transforma esta construção numa voz ativa pessoal, com a introdução do pronome de primeira pessoa do plural. A par desta transformação, verifica-se a adição de uma oração completiva (“I think that”) e a expansão do antecedente (“prioridades” > “set of priorities”). Presumivelmente, estas duas modificações foram motivadas por questões estilísticas, principalmente a adição da completiva, que parece ser uma espécie de muleta linguística, já que o intérprete a usa quatro vezes neste discurso sem que esta

tenha sido usada uma única vez no discurso original (cf. Apêndice A; ID: 2AC4PT/EN). Embora essas modificações se traduzam num aumento do número de palavras na interpretação, o efeito simplificador da diátese ativa poderá ter neutralizado um eventual impacto nocivo decorrente da adição de material linguístico acessório.

No exemplo (168), a oração relativa em apreço é convertida numa frase simples, em que o grupo preposicional posposto ao núcleo do antecedente (“deste segundo pilar”) é substituído pelo advérbio “there”.

(168)

ORG-PT	INT-EN
O segundo pilar também não coloca problemas especiais porque as au- as dotações são aumentadas e isso é positivo uma vez que vamos a meio do período de programação e com esta crise e com as dificuldades de cofinanciamento de alguns Estados-Membros é importante que aceleremos a execução deste segundo pilar que está na ordem dos 70%.	Now second pillar also no particular special problems, because the transfers are now changed and that allows us to have a coordination period, which allows us to finance in turn Member States who go through certain particular difficulties, and take-up there <u>is about 70%</u> .

Esta opção gera alguma ambiguidade, na medida em que o advérbio, pela sua semântica locativa, pode remeter para “Member States”. A correta associação entre “there” e “second pillar” é promovida pela repetição de “take-up”, dado que este termo havia já sido utilizado no discurso para aludir ao primeiro pilar da política agrícola comum (cf. Apêndice A; ID: 10CS9PT/EN). Neste caso, importa notar que parte da frase que precede a oração relativa em questão foi suprimida, levando a que o antecedente (“execução” > “take-up”) passasse a desempenhar a função sintática de sujeito e ditando, assim, a necessidade de reconfigurar a oração relativa.

Ao comparar as ocorrências analisadas em (167) e (168), é notória a maior complexidade do contexto linguístico que envolve a cadeia anafórica em (168). Este fator poderá ter contribuído para desvincular a oração relativa do seu encaixe sintático, culminando na reconfiguração. Na direção EN>PT, foram registadas apenas duas observações do procedimento RMS5, uma das quais surge em circunstâncias semelhantes:

(169)

ORG-EN	INT-PT
Rajoelina came to power pledging an end to corruption and human rights abuses that allegedly flourished under the ousted former President, Marc Ravalomanana. This irony cannot be lost on the long-suffering people of Madagascar, many of whom live in abject poverty.	Rajoelina, no entanto, chegou ao poder dizendo que iria pôr fim à corrupção e à violação dos direitos humanos. Depôs o Presidente anterior. Entretanto, a população vive <u>na maior pobreza</u> .

Tal como no caso anterior, há conteúdo que é omitido no contexto linguístico à esquerda da oração relativa. Com essa omissão, perde-se a ideia da ironia que contrapõe as afirmações de Rajoelina à situação em que vivem muitos malgaxes. Concomitantemente, a oração relativa vê-se privada da sua envolvência sintática e o antecedente passa a desempenhar a função de sujeito numa nova frase. É de notar, ainda, que um dos itens omitidos consiste num nome próprio – o do antigo presidente de Madagáscar, Marc Ravalomanana. Trata-se, portanto, de um item não redundante que poderá ter ocasionado uma sobrecarga da memória, afetando a gestão dos esforços por parte do intérprete e culminando na omissão de conteúdo em segmentos subsequentes.

O segundo caso de RMS5 registado na direção EN>PT diz respeito a um pronome pessoal:

(170)

ORG-EN	INT-PT
Mrs Tymoshenko has substantial popular support in western Ukraine and carries the hopes of millions of her compatriots with her .	Bom, a Senhora Tymoshenko é <u>uma pesso-figura popular</u> no seu país (...).

Este exemplo distingue-se do anterior pelo facto de o antecedente (“Mrs Tymoshenko”) desempenhar a função de sujeito, o que significa que não depende sintaticamente de uma construção prévia que possa vir a ser suprimida na interpretação. Não obstante, a interpretação oferece uma versão bastante atenuada do discurso original, descurando a dimensão enfática que o orador terá pretendido veicular ao afirmar que a Senhora Tymoshenko carrega consigo as esperanças de milhões dos seus compatriotas. O intérprete resume a frase composta numa frase simples, que transmite a ideia fulcral do discurso original: a popularidade da Senhora Tymoshenko.

Como referido no início da secção, o procedimento RMS5 é mais frequente na direção PT>EN e aplica-se quase exclusivamente a cadeias anafóricas compostas por pronomes relativos. Este resultado era expectável considerando que, nos discursos originais portugueses, são frequentes

os mecanismos subordinativos de conexão frásica e sugere que, na direção PT>EN, o intérprete tem tendência para os simplificar, recorrendo a construções sintáticas mais diretas. Ao fazê-lo, está simultaneamente a segmentar o seu *output* e consegue, dessa forma, libertar a memória de trabalho.

6.2.8 Omissão

Tal como a tradução e a elipse, a omissão é um procedimento que se aplica ao antecedente e ao pronome, embora seja mais frequente a omissão do pronome do que do antecedente. Ao contrário dos restantes procedimentos de interpretação do pronome, maioritariamente associados a pronomes relativos, a omissão afeta, em proporção relativamente equilibrada, cadeias anafóricas pessoais e relativas, em ambas as direções (cf. Gráfico 20). O exemplo que se segue contém uma cadeia anafórica pessoal:

(171)

ORG-PT	INT-EN
Quando se vive uma crise económica e social, um dos maiores desafios que se coloca é encontrar um novo quadro financeiro plurianual em que haja um aumento significativo do orçamento comunitário para apoio da coesão económica e social, acompanhado da diminuição da obrigatoriedade da comparticipação nacional, reduzindo-a no máximo a 10% do projeto apresentado (...).	If you've got an economic and social area, the major challenges are the Multiannual Financial Framework. You can have an insignificant increase in community monies to support economic and social cohesion there, flanked with a reduction of necessity of Member States to participate [OMI].

Em (171), o pronome pessoal encontra-se inserido numa oração gerundiva que desaparece totalmente na interpretação, sem possibilidade de recuperação contextual. A informação que transita para a interpretação é incompleta, na medida em que apenas se menciona uma necessidade de reduzir a participação dos Estados Membros, não se especificando o valor dessa redução, nem o facto de esta ser mais premente nos países mais pobres. É de notar que o antecedente “comparticipação nacional” (cf. exemplo (112)) se encontra em situação de competição com outros candidatos, o que poderá ter constituído um potencial obstáculo à correta identificação do primeiro polo da relação anafórica, contribuindo para a subsequente omissão do pronome.

O mesmo discurso do exemplo anterior contém, ainda, um pronome relativo que constitui o segundo elo¹³¹ de uma cadeia anafórica marcada pela distância longa do respetivo antecedente:

(172)

ORG-PT	INT-EN
Quando se vive uma crise económica e social, um dos maiores desafios que se coloca é encontrar um novo quadro financeiro plurianual em que haja um aumento significativo do orçamento comunitário para apoio da coesão económica e social, acompanhado da diminuição da obrigatoriedade da comparticipação nacional, reduzindo-a no máximo a 10% do projeto apresentado sobretudo nos países com maiores dificuldades financeiras que aposte no investimento, em serviços públicos, no apoio à produção, na criação de emprego com direitos, na erradicação da pobreza, das desigualdades sociais e de todo o tipo de discriminações, designadamente de género.	If you've got an economic and social area, the major challenges are the Multiannual Financial Framework. You can have an inc- significant increase in community monies to support economic and social cohesion there, flanked with a reduction of necessity of Member States to participate. [OMI] Unless we do things properly, countries which have financial difficulties are going to have problems investing in public investment areas, in getting rid of poverty, getting rid of social inequalities and any type of discrimination, particularly gender discrimination.

Em (172), o pronome “que” inicia uma oração relativa, cujo conteúdo é reformulado na interpretação, mas o elo anafórico original entre o pronome e o antecedente “quadro financeiro plurianual” não é preservado. Neste caso, a distância entre o pronome e o antecedente, de mais de 40 palavras, poderá ter suscitado dificuldade na reconstituição do elo anafórico, contribuindo para a omissão do pronome. Embora não se tenha verificado na direção PT>EN uma relação gradual entre o aumento da distância e o aumento da omissão, foi o procedimento OMI aquele que registou maior frequência na classe das distâncias longas (cf. Gráfico 31). É de salientar, ainda, que o material linguístico situado entre os dois polos da cadeia é constituído por uma sucessão de orações encaixadas, que dificultam o processamento textual. Com efeito, a cadeia anafórica aqui destacada é de difícil restituição até em suporte escrito. Numa modalidade como a interpretação simultânea, em que o intérprete dispõe de tempo extremamente reduzido para analisar o *input*, essa restituição reveste-se de maior dificuldade.

Ao contrário do que acontece nos dois casos anteriores, nem sempre a omissão implica perda semântica. Retomemos a parte inicial do exemplo (172), abaixo renumerado:

¹³¹ Sobre o primeiro elo desta cadeia, ver 6.2.5, exemplo (151).

(173)

ORG-PT	INT-EN
Quando se vive uma crise económica e social, um dos maiores desafios que se coloca é encontrar um novo quadro financeiro plurianual (...).	If you've got an economic and social area, the major challenges [OMI] are the Multiannual Financial Framework.

Neste caso, o pronome relativo introduz uma oração que não traz qualquer informação nova à frase, sendo omitida na interpretação. Note-se, porém, que essa oração faz parte de um mecanismo que visa particularizar um desafio como sendo um dos maiores associados à vivência de uma crise económica e social, portanto a sua omissão implica que o antecedente do pronome relativo deveria ter passado para o singular, assim como o verbo com o qual concorda. Essa alteração não foi realizada, tendo daí resultado a falta de concordância entre o sujeito e verbo no plural (“the major challenges are”) e o predicativo do sujeito no singular (“the Multiannual Financial Framework”). No entanto, a omissão da oração relativa não tem impacto a nível de perda de informação. Em certos casos, aliás, a omissão contribui para aprimorar o discurso interpretado comparativamente ao original, como acontece nos exemplos referentes à direção EN>PT que reproduzimos de seguida.

Em (174), o excerto do discurso original contém duas orações relativas consecutivas, que informam o ouvinte de que os Estados Unidos são, primeiramente, um país e, depois, uma democracia.

(174)

ORG-EN	INT-PT
All such trials of course by the US authorities, which after all is a country which is a democracy and shares our common values, must nevertheless be conducted fairly with all legal safeguards of due process and ideally by civilian courts.	Todos estes problemas, das autoridades dos Estados Unidos [OMI] que é uma democracia são uma democracia, e que partilha dos nossos valores, devem-se, todas estas démarches devem proceder de forma justa e com o apoio dos tribunais cíveis

A primeira oração relativa constitui um elemento de ligação, posto que, antes de serem uma democracia, os Estados Unidos são um país. Reconhecendo o papel secundário da primeira oração relativa, o intérprete elimina-a e mantém apenas a segunda (cf. exemplo (118)). Esta omissão não só não lesa a mensagem como também a beneficia, na medida em que simplifica a estrutura sintática, facilitando o seu processamento. A omissão adquire, assim, uma dimensão

estratégica, permitindo a remoção de material linguístico redundante. Vejamos, ainda, um último exemplo:

(175)

ORG-EN	INT-PT
Former Prime Minister Tymoshenko and some members of her go- former government that she led are now being pursued through the courts for criminal acts, allegedly committed whilst in office.	A Senhora Tymoshenko e outros membros do seu Governo [OMI] são agora perseguidos por actos criminosos cometidos quando estavam no Governo.

Em (175), o grupo nominal que compõe o antecedente (“former government”) é especificado pelo determinante possessivo “her”, que por sua vez remete para “former prime minister Tymoshenko”. Se o antigo governo pertence à ex-primeira-ministra, como indica o determinante, e sabendo-se que um governo é chefiado por um primeiro-ministro, então subentende-se que esse antigo governo era liderado pela Senhora Tymoshenko, o que torna desnecessária a inclusão da oração relativa contendo essa informação (“that she led”). O intérprete eliminou essa oração relativa e manteve apenas o determinante, evitando a redundância sem lesar o conteúdo da mensagem.

Para além da omissão da oração relativa, cujo tempo verbal alude ao facto de já ter transcorrido o mandato da Senhora Tymoshenko, o intérprete omite ainda as duas ocorrências do adjetivo “former”, que reiteram tal facto. Essa informação é recuperada adiante, através da oração subordinada temporal, que implica que as pessoas previamente mencionadas, e que compõem o sujeito da frase complexa, já não estão no governo. Mais uma vez, a omissão é usada pelo intérprete para limar arestas do discurso original.

O recurso à omissão do pronome como estratégia de simplificação do discurso, refletido nos exemplos (174) e (175), é exclusivo da interpretação em sentido EN>PT. No nosso corpus, o facto de os discursos originais ingleses apresentarem maior velocidade do que os portugueses poderá ter sido um dos fatores que levou os intérpretes portugueses a simplificar o seu *output*, recorrendo a este procedimento. Em contrapartida, foi também na direção EN>PT que se observaram todos os casos em que o segmento contendo a ocorrência anafórica foi totalmente omitido, sem deixar quaisquer vestígios, como no seguinte exemplo:

(176)

ORG-EN	INT-PT
Everyone can now see that a default in Greece is coming except the euro zone finance ministers who, 13 months after uselessly committing 110 billion euros, now seem set to commit a further sum almost as large, actually no, not uselessly. It's not useless, it is actively harmful because what we're ensuring is that when the default comes, it will be much bigger and the hit will be taken by all of us as taxpayers rather than just by a small number of bankers and bondholders.	(...) hoje todos nós podemos ver quais são as consequências para a economia grega, exceto os ministros das finanças da União Europeia que após terem financiado de forma inútil a economia grega estão dispostos a fazer um novo financiamento equivalente. E quando digo inútil, na realidade enganei-me porque não foi inútil, foi prejudicial para a economia grega [OMI] .

Em (176), é possível constatar que o intérprete omitiu totalmente a oração composta que contém a ocorrência em questão, com início na conjunção “because”. Na direção PT>EN, a interpretação conserva sempre algum tipo de vestígio do discurso original, como ilustra o seguinte exemplo:

(177)

ORG-PT	INT-EN
Tudo isto em troca de um empréstimo que os portugueses têm de pagar, a taxas muito elevadas, para alimentar os ganhos do capitalismo financeiro internacional, mesmo quando já se sabe que tais medidas nada resolvem, como demonstra o exemplo da Grécia.	This [OMI] is just whetting the appetite of international financial markets, but the problems won't be solved as the Greek example has demonstrated.

Embora a cadeia anafórica tenha desaparecido por completo, há uma tentativa por parte do intérprete de resgatar o conteúdo da oração em que aquela se insere. Esta tentativa reflete-se no uso da expressão “whet the appetite”, evocando a semântica do verbo “alimentar”, que surge no original.

Comparando os exemplos (176) e (177), constata-se que a cadeia anafórica não é recuperada em nenhum dos dois casos. A diferença entre ambos reside no facto de, no primeiro, a interpretação não conservar vestígios do segmento original e, no segundo, conter uma frase que tenta aproximar-se do segmento correspondente no discurso original. Ao analisar estes casos extremos de omissão observados na direção EN>PT, constatou-se que todos provêm de discursos com velocidade ou diversidade lexical elevada, ou se encontram distantes do respetivo antecedente ou,

ainda, surgem no seguimento de um antecedente já omitido, o que tende a coocorrer com a omissão do pronome (cf. Gráfico 5).

Em suma, a omissão do pronome acontece com frequência em ambos os sentidos da interpretação. Como tentámos demonstrar ao longo desta secção, a omissão não tem necessariamente um impacto negativo no discurso interpretado; pelo contrário, pode contribuir para simplificar a estrutura do discurso, facilitando não só a sua construção, para o intérprete, mas também a sua apreensão, por parte do ouvinte final.

6.3 Síntese

A Tabela 15, abaixo, visa resumir a análise descritiva empreendida neste capítulo através de representações esquemáticas das principais transformações observadas em cada procedimento de interpretação:

- O procedimento TRA manifestou-se de três formas distintas, sendo que apenas o antecedente se prestou às três e o pronome apenas a uma. Todas elas foram observadas tanto na direção PT>EN como na direção EN>PT.
- O procedimento ELI registou dois tipos de transformação, ambos aplicáveis ao pronome (a elipse do antecedente foi quase inexistente). Tal como se verificou para TRA, também estas transformações ocorreram nas duas direções da interpretação.
- Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática do antecedente, foram registados dois tipos de transformação, um associado à direção PT>EN e o outro à direção EN>PT.
- Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática do pronome, os procedimentos RMS1, RMS3 e RMS5 foram os que registaram menor número de transformações – uma para cada – e apenas na direção PT>EN (estes procedimentos ocorreram com baixa frequência na direção inversa). Já os procedimentos RMS2 e RMS4 registaram dois tipos de transformação: em RMS2, cada tipo de transformação surge associado a uma direção linguística, ao passo que as transformações observadas no procedimento RMS4 se aplicam a ambas as direções.
- Por último, o procedimento OMI apresentou-se sob duas formas distintas, aplicáveis quer ao antecedente quer ao pronome. Todas as transformações registadas no procedimento OMI ocorreram em ambas as direções da interpretação.

Tabela 15. Sistematização das principais transformações em cada procedimento.

TRA	$\begin{array}{c} X=X \\ Y=Y \end{array} \xrightarrow{\quad} X \xrightarrow{\quad} X_expandido \xrightarrow{\quad} X \xrightarrow{\quad} X_reduzido$ <p>(ORG-PT) (INT-EN) (ORG-PT) (INT-EN) (ORG-PT) (INT-EN)</p> <p>(ORG-EN) (INT-PT) (ORG-EN) (INT-PT) (ORG-EN) (INT-PT)</p>
ELI	$\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ \text{Pronome pessoal} \end{array} \xrightarrow{\quad} \emptyset$ <p>Y (ORG-PT) Y (INT-EN)</p> <p>Y (ORG-EN) Y (INT-PT)</p> $\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ \text{Pronome pessoal} \end{array} \xrightarrow{\quad} \emptyset \{Y + \text{itens adjacentes}\}$ <p>Y (ORG-PT) Y (INT-EN)</p> <p>Y (ORG-EN) Y (INT-PT)</p>
RMS	$\begin{array}{c} \text{Nome + adjetivo} \\ X \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Nome + verbo;} \\ \text{frase predicativa} \\ X \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p> $\begin{array}{c} \text{Grupo nominal} \\ X \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Determinante demonstrativo +} \\ \text{nome; pronome demonstrativo} \\ X \end{array}$ <p>(ORG-EN) (INT-PT)</p>
RMS1	$\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ \text{Oração subordinada relativa} \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Pronome pessoal; pronome demonstrativo} \\ \text{Oração coordenada sindética ou assindética} \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p>
RMS2	$\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ \text{Oração relativa} \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Pronome pessoal} \\ \text{Oração condicional ou causal} \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p> $\begin{array}{c} \text{Pronome pessoal} \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Pronome pessoal; pronome demonstrativo;} \\ \text{pronome nulo com valor demonstrativo;} \\ \text{pronome indefinido; pronome relativo} \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-EN) (INT-PT)</p>
RMS3	$\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ \text{Oração subordinada relativa} \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Antecedente; advérbio} \\ \text{Oração coordenada sindética ou assindética} \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p>
RMS4	$\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ Y \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Adjetivo; determinante possessivo;} \\ \text{grupo preposicional; oração} \\ \text{gerundiva; oração participial} \\ Y \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p> <p>(ORG-EN) (INT-PT)</p> $\begin{array}{c} \text{Pronome pessoal} \\ Y \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Advérbio; locução adverbial;} \\ \text{antecedente; oração infinitiva;} \\ \text{grupo nominal referencialmente} \\ \text{indeterminado} \\ Y \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p> <p>(ORG-EN) (INT-PT)</p>
RMS5	$\begin{array}{c} \text{Pronome relativo} \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{Frase simples (SVO); voz ativa com sujeito "we"} \\ Y \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p>
OMI	$\begin{array}{c} X \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{X} \\ \text{Y} \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p> <p>(ORG-EN) (INT-PT)</p> $\begin{array}{c} X \\ Y \end{array} \xrightarrow{\quad} \begin{array}{c} \text{X} \{X + \text{itens adjacentes}\} \\ \text{Y} \{Y + \text{itens adjacentes}\} \end{array}$ <p>(ORG-PT) (INT-EN)</p> <p>(ORG-EN) (INT-PT)</p>

CONCLUSÃO

A Conclusão divide-se em duas partes. Na primeira parte, é feito um balanço global do trabalho desenvolvido, que se organiza em função dos três objetivos que presidiram à elaboração do presente trabalho. Na segunda parte, são apontadas algumas sugestões de desenvolvimento do trabalho. Pretende-se que esta secção seja uma leitura (quase-) autónoma, capaz de fornecer ao leitor uma visão abrangente e completa do trabalho.

I. Nos Meandros da Interpretação Simultânea

O presente trabalho é dedicado ao estudo da interpretação. Ao longo da Introdução, fornecemos alguns dos conceitos basilares desta atividade profissional, posteriormente transformada em disciplina académica. Foram vários os ângulos teóricos e metodológicos sob as quais se perspetivou a interpretação. Como tentámos demonstrar no primeiro capítulo (cf. 1.1), a linguística desempenhou um papel importante no desenvolvimento dos estudos de interpretação, nomeadamente correntes como a linguística textual, a análise do discurso e a linguística de corpus.

Este é um trabalho de pendor empírico, que visa tirar partido da experiência de intérpretes em situação autêntica de trabalho, designadamente, as sessões plenárias do Parlamento Europeu (PE). Com efeito, o PE oferece um contexto fértil para o estudo da interpretação simultânea. Conforme explanado na secção 1.2, trata-se de um ambiente institucional que se rege por um conjunto de regras claramente definidas. Essas regras repercutem-se em todos os aspetos da atividade (euro)parlamentar, entre os quais a interpretação e, concretamente, o modo simultâneo, que é o mais praticado nas sessões plenárias e aquele de que se ocupa esta tese.

Tendo como pano de fundo as sessões plenárias do PE, quisemos estudar as relações anafóricas instauradas pelo uso de pronomes (pessoais e relativos). A anáfora, entendida como uma relação binária entre um termo antecedente e um pronome, consiste numa manifestação de coesão textual, que por sua vez configura uma das propriedades do texto (cf. 2.1). A anáfora reflete-se na coesão a dois níveis: referencial e estrutural. Por um lado, o pronome apenas adquire identidade referencial por via da sua relação com o antecedente; por outro lado, ao envolver dois polos, a anáfora pode ter repercussões na organização sintática do discurso. No contexto das sessões plenárias, em que os discursos são proferidos a velocidades elevadas e, em muitos casos, lidos,

e dada a relevância do fenómeno anafórico a nível textual, pretendia-se dar conta das transformações das cadeias anafóricas pronominais em interpretação simultânea.

Assim, este trabalho teve como principal objetivo analisar o modo como as cadeias anafóricas pronominais são interpretadas, em modo simultâneo, de português para inglês e vice-versa nos discursos proferidos durante os debates das sessões plenárias do PE. Uma das suas premissas consistiu, portanto, em trabalhar com discursos e respetivas interpretações, realizadas em modo simultâneo, em situação real de trabalho. A primeira etapa com vista à concretização deste objetivo consistiu na criação de um corpus, partindo de material audiovisual das sessões plenárias do PE.

No âmbito da recolha de dados, os vídeos dos discursos dos deputados portugueses e britânicos e as respetivas interpretações foram descarregados da página *web* do Serviço Audiovisual do PE. O material recebeu tratamento informático para conversão de formato de ficheiros e extração do áudio. Foram ainda obtidos os Relatos Integrais de Sessão (RIS) na língua original e da interpretação. Este agregado de material audiovisual e textual traduz-se num grande volume de dados que foi conservado na sua totalidade.

Mediante a sucessiva aplicação de critérios de exclusão (cf. 3.2.1), foi constituído um arquivo multimédia e, posteriormente, selecionado o corpus de análise, composto por 20 discursos originais portugueses com interpretação em inglês, e por 20 discursos originais ingleses com interpretação em português (cf. Figura 9). A cada discurso estão associados: o vídeo do original, o RIS na língua do original, a transcrição revista do original, o áudio da interpretação, o RIS traduzido para a língua da interpretação e a transcrição revista da interpretação (cf. 3.2.2).

Embora a análise das cadeias anafóricas tenha incidido apenas sobre as transcrições dos 20 discursos originais portugueses e ingleses, bem como das respetivas interpretações, uma parte deste material associado a cada discurso serviu de base à criação de um protótipo de corpus multimédia de interpretação, designado *interPE* (cf. 3.3.3). A criação deste protótipo constitui um dos contributos do trabalho, na medida em que lança as bases de um recurso inexistente para a língua portuguesa, na sua variante europeia, com utilidade não só para a comunidade académica, mas também para o setor profissional na área genérica das línguas e da tradução.

Uma vez constituído o corpus, foi possível encetar a análise com vista a responder à questão de investigação, que se desdobra em três objetivos, dos quais o primeiro consistiu em:

- identificar os procedimentos de interpretação a que são sujeitas as cadeias anafóricas pronominais.

Como se pode deduzir do Objetivo 1, foi necessário identificar as cadeias anafóricas pronominais. Para tal, procedeu-se à extração dos pronomes a partir do subcorpus de discursos originais portugueses (ORG-PT) e do subcorpus de discursos originais ingleses (ORG-EN). Essa extração foi realizada automaticamente através do programa *Sketch Engine* (cf. 4.1.1), tendo-se circunscrito a análise às duas categorias de pronomes mais frequentes (i.e., pessoais e relativos). De seguida, foram aplicados critérios de exclusão com o intuito de filtrar apenas os pronomes com valor anafórico (cf. 4.1.2). Após a extração e aplicação dos critérios de exclusão, obteve-se um total de 224 pronomes – 128 extraídos do subcorpus ORG-PT e 96 do subcorpus ORG-EN.

As cadeias anafóricas foram analisadas com base numa representação concetual da anáfora enquanto relação binária composta por um termo antecedente e um termo anafórico (i.e., o pronome), em que o segundo depende referencialmente do primeiro (cf. Figura 28). Em cada cadeia anafórica, foram analisados os dois termos, a fim de identificar os procedimentos aplicados a cada um durante a interpretação simultânea. Deste modo, foram identificados os seguintes procedimentos de interpretação: tradução (TRA), elipse (ELI), reconfiguração morfossintática (RMS) e omissão (OMI).

A tradução, a elipse e a omissão aplicam-se ao antecedente bem como ao pronome. A reconfiguração morfossintática RMS difere consoante se aplique ao antecedente ou ao pronome. Ao nível do antecedente, RMS é um procedimento único, que engloba todo o tipo de reconfiguração morfossintática de que é alvo o antecedente. Ao nível do pronome, RMS desdobra-se em cinco tipos, para dar conta das diferentes reconfigurações a que é sujeito o pronome. Consoante os procedimentos se reportem ao antecedente ou ao pronome, falamos, respetivamente, de PROCX e de PROCY.

Os procedimentos RMS1 e RMS2 preveem a substituição do pronome original por outro pronome e distinguem-se pelo facto de ocorrer ou não segmentação do *input*. Se o pronome de substituição surgir numa nova frase ou oração comparativamente àquela onde se inseria no discurso original, verifica-se segmentação, o que configura RMS1; se o pronome de substituição se mantiver numa estrutura sintática idêntica ou semelhante à que consta do discurso original, não ocorre segmentação, logo trata-se do procedimento RMS2. Quanto a RMS3 e RMS4, estes preveem a

substituição do pronome por um elemento não pronominal, com e sem segmentação do *input*, respetivamente. Finalmente, RMS5 consiste na dissipação do pronome devido a simplificação sintática.

A ordem de exposição destes procedimentos, desde a tradução até à omissão, passando pelos procedimentos intermédios, reflete o grau de literalidade na interpretação das cadeias anafóricas, como ilustra o esquema apresentado na Figura 31:



Figura 31. Representação esquemática dos procedimentos de interpretação

A análise das frequências dos procedimentos de interpretação revelou que a tradução (TRA) foi o procedimento de interpretação mais frequente ao nível do antecedente, tanto de português para inglês como de inglês para português. Embora seja o mais frequente em ambos, a preponderância deste procedimento relativamente aos restantes foi superior na interpretação em sentido PT>EN. Na direção inversa, a diminuição de TRA acarretou um aumento de RMS e OMI, o que pode ser explicado pela velocidade superior dos discursos originais ingleses.

Por sua vez, ao nível do pronome, os procedimentos de interpretação que registaram maior número de ocorrências foram RMS, na direção PT>EN, e OMI, na direção EN>PT, embora neste último caso a distribuição entre os vários procedimentos tenha sido aproximadamente homogênea (cf. Gráfico 2). Relativamente ao procedimento RMS, verificou-se, em ambas as direções, a preponderância dos procedimentos que não envolvem segmentação (RMS2, RMS4 e RMS5).

Quanto ao procedimento ELI registaram-se poucas ocorrências de elipse do antecedente. Este procedimento foi aplicado com mais frequência ao pronome, em particular na direção EN>PT, o que se deve ao facto de o português ser uma língua de sujeito nulo. Na direção PT>EN, os casos de elipse do pronome foram mais escassos, dado que em inglês somente os pronomes relativos podem ser elididos e apenas quando desempenham a função de objeto de uma oração relativa restritiva.

Globalmente, a distribuição dos procedimentos de interpretação do antecedente e do pronome sugere que os antecedentes tendem a ser traduzidos nas duas direções linguísticas e os pronomes tendem a ser reconfigurados morfossintaticamente, na direção PT>EN, ou omitidos, no sentido inverso. Estes resultados apontam para a maior volubilidade do pronome, comparativamente com o antecedente. A volubilidade do pronome traduz-se, ainda, na sua dependência relativamente ao antecedente, tendo-se verificado que, em ambos os sentidos da interpretação, a maior parte dos casos de omissão do antecedente coocorreu com a omissão do pronome.

Após a identificação e quantificação dos procedimentos, foi possível dar continuidade ao trabalho com vista à prossecução do segundo objetivo, formulado nos seguintes termos:

- analisar a distribuição dos procedimentos de interpretação em função das especificidades linguísticas e discursivas das cadeias anafóricas pronominais.

Para a análise dos procedimentos de interpretação foram levadas em conta as seguintes propriedades dos antecedentes: função sintática, estatuto de entidade nomeada, e competição entre antecedentes; dos pronomes: função sintática, categoria morfológica, distância; e dos discursos: velocidade e diversidade lexical. Estas propriedades foram mensuradas nos discursos originais (cf. Figura 29).

No que se refere às propriedades do antecedente, verificou-se, relativamente à função sintática, que a maior parte dos antecedentes tinha função ablativa no subcorpus ORG-PT e nominativa no subcorpus ORG-EN. Quanto às outras duas propriedades, a maioria dos antecedentes não tinha estatuto de entidade nomeada nem se encontrava em situação de competição com outros antecedentes.

Quanto às propriedades do pronome, constatou-se, relativamente à função sintática, que a maior parte dos pronomes tinha função nominativa em ambos os subcorpora. Quanto à categoria morfológica, os subcorpora ORG-PT e ORG-EN distinguiram-se pela predominância de pronomes relativos e de pronomes pessoais, respetivamente. No subcorpus ORG-PT, registaram-se mais observações de pronomes nulos do que plenos, na categoria dos pronomes pessoais; no subcorpus ORG-EN, verificou-se a situação inversa, na categoria dos pronomes relativos. No que concerne à distância, a maior parte dos pronomes encontrava-se adjacente ao respetivo antecedente em ambos os subcorpora.

No que diz respeito às propriedades do discurso, observou-se, relativamente à velocidade, que os discursos originais ingleses apresentaram uma velocidade superior à dos discursos originais portugueses, com uma diferença estatisticamente significativa entre ambos. A diversidade lexical, por sua vez, apresentou um comportamento semelhante nos dois subcorpora, com valores médios de 62,1% e 62,4% nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN, respetivamente. De acordo com os nossos dados, estes valores inserem-se na classe média de diversidade lexical.

Ainda no âmbito do Objetivo 2, procedeu-se ao cruzamento dos dados de frequência de PROCX e PROCY com os dados de frequência de cada propriedade (cf. Figura 30). Os dados de PROCX foram cruzados com os das respetivas propriedades, tendo-se observado uma predominância generalizada do procedimento TRA, independentemente da propriedade considerada. Não obstante, os dados revelaram que a função sintática do antecedente, a velocidade e a diversidade lexical dos discursos parecem influenciar a frequência com que são usados os procedimentos RMS e OMI e que essa influência poderá depender da direção da interpretação.

No que toca à função sintática, os antecedentes ablativos desencadearam o recurso a OMI na direção PT>EN e a RMS na direção inversa. Quanto à velocidade, na direção PT>EN o procedimento RMS foi utilizado mais frequentemente do que OMI nas velocidades reduzida e elevada, invertendo-se esse padrão na velocidade média. Situação inversa ocorreu na direção EN>PT, em que o procedimento OMI foi mais frequentemente aplicado do que RMS nas velocidades reduzida e elevada, ao passo que a velocidade média registou maior frequência do procedimento RMS do que OMI. O comportamento da diversidade lexical na direção PT>EN foi semelhante ao da velocidade, com o procedimento RMS a prevalecer sobre OMI nas classes reduzida e elevada e OMI a registar maior utilização do que RMS na diversidade lexical média. Já na direção EN>PT, as classes reduzida e média de diversidade lexical favoreceram o recurso ao procedimento OMI e a classe elevada a RMS. Notou-se, ainda, entre as duas direções linguísticas uma inversão das predominâncias de RMS e OMI em todas as classes de velocidade e também na classe reduzida da diversidade lexical.

Os dados de PROCY foram igualmente cruzados com os das propriedades referentes ao pronome e ainda com os dados das propriedades relativas ao antecedente. Começando pelas propriedades do antecedente, um dos aspetos mais salientes foi a frequência do procedimento ELI na direção EN>PT, em relação à função sintática e estatuto de entidade nomeada dos antecedentes. Observou-se, nessa direção, que o recurso à elipse do pronome foi propiciado pela presença de

anteriores em posição de sujeito bem como de anteriores com estatuto de entidade nomeada. Quanto à competição entre anteriores, verificou-se, na direção PT>EN, que a possibilidade de o pronome ser omitido aumentou e a de ser traduzido decresceu quando os anteriores se encontravam em competição, embora o procedimento RMS tenha sido predominante independentemente de haver ou não competição. Na direção EN>PT, observou-se um aumento da frequência de RMS, e concretamente RMS2 (substituição de pronome por pronome, sem segmentação), perante anteriores em competição.

Passando agora às propriedades do pronome e em particular à categoria morfológica, verificou-se que, na direção PT>EN, os pronomes pessoais foram mais propícios a OMI e os relativos a RMS, principalmente RMS4. A menor distância que separa os pronomes relativos dos anteriores e o valor adjetival de muitas construções relativas poderá ter contribuído para o recurso a RMS4, que prevê a substituição do pronome por um elemento não pronominal, como por exemplo adjetivos ou preposições. É de notar que, na classe dos pronomes pessoais, os nulos foram maioritariamente traduzidos e os plenos omitidos, o que poderá dever-se ao facto de os pronomes nulos retomarem anteriores mais salientes do que os plenos.

Por sua vez, na direção EN>PT, os pronomes pessoais foram maioritariamente elididos e os pronomes relativos traduzidos. Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática, registou-se maior frequência de RMS2 na classe dos pronomes pessoais e de RMS4 na classe dos relativos. Quer na direção PT>EN quer na direção EN>PT, foi possível observar uma inversão nas predominâncias de RMS e OMI entre os dois tipos de pronomes. Essa inversão ocorreu também entre as duas direções linguísticas, sugerindo que a categoria morfológica bem como a direção da interpretação poderão influenciar a adoção dos procedimentos RMS ou OMI.

No que respeita à função sintática, apesar da predominância generalizada do procedimento RMS, nomeadamente RMS4, observou-se, na direção PT>EN, que os pronomes com função dativa foram maioritariamente omitidos. Na direção inversa, constatou-se que o procedimento ELI foi frequentemente aplicado aos pronomes com função nominativa, o que se explica pelo facto de a língua portuguesa permitir a elipse do pronome quando este desempenha a função sintática de sujeito. Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática, é de notar a inversão das frequências de RMS2 e RMS4 entre as funções nominativa e acusativa, com prevalência de RMS4 na classe dos pronomes nominativos e de RMS2 na classe dos acusativos.

No que se refere à distância, constatou-se, na direção PT>EN, que os pronomes que se encontravam a uma distância longa dos seus antecedentes foram maioritariamente omitidos. Por sua vez, quando os antecedentes e pronomes eram adjacentes (i.e., distância zero) ou quando separados por distância curta, o procedimento que registou maior frequência foi RMS, concretamente RMS4 na distância zero e RMS5 na distância curta. Na direção EN>PT, os pronomes mais distantes dos seus antecedentes foram na sua maioria elididos, ao passo que os pronomes adjacentes aos respetivos antecedentes foram maioritariamente traduzidos. Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática, o recurso a RMS4 verificou-se em distâncias inferiores (zero e curta), ao passo que RMS2 foi utilizado em distâncias superiores (média e longa).

Relativamente à velocidade, na direção PT>EN, os intérpretes recorreram mais frequentemente a RMS e TRA para a interpretação do pronome em velocidades reduzidas e médias, ao passo que as velocidades mais elevadas propiciaram o recurso ao procedimento OMI. Na direção inversa, foi possível constatar um aumento de OMI concomitante com o aumento da velocidade. Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática, destacou-se, na direção PT>EN, a ampla predominância de RMS4 em velocidades reduzidas, que, no entanto, perdeu terreno para RMS5 com o aumento da velocidade. Na direção EN>PT, recorreu-se com frequência idêntica aos procedimentos RMS2 e RMS4 em velocidades elevadas, sendo que RMS2 registou maior frequência em velocidades reduzidas e RMS4 em velocidades médias.

Por último, em relação à diversidade lexical, é de salientar que a maioria das ocorrências de OMI se concentrou nas classes média e elevada, em ambas as direções da interpretação. Porém, apenas a direção PT>EN exibiu um aumento de OMI concomitante com o aumento da diversidade lexical. Quanto aos procedimentos de reconfiguração morfossintática, destacou-se, na direção PT>EN, a preponderância do procedimento RMS4 nas classes reduzida e média, suplantado por RMS5 na classe elevada, podendo sugerir uma tendência para a simplificação em discursos com diversidade elevada. Em sentido inverso, constatou-se que, entre os dois procedimentos mais frequentes, RMS2 foi maioritariamente aplicado a discursos com diversidade lexical reduzida e RMS4 a discursos com diversidade média. O facto de a densidade se situar num patamar superior não invalida, portanto, que os intérpretes recorram a um procedimento como RMS4, que requer operações sintáticas mais complexas do que RMS2.

Uma vez examinadas as frequências dos procedimentos de interpretação e das propriedades das cadeias anafóricas originais e suas interações, procedeu-se à análise descritiva de cada um dos

procedimentos, conforme determinado no Objetivo 3 (abaixo reproduzido), retomando, sempre que relevante, os dados quantitativos previamente obtidos.

- sistematizar as transformações lexicais e morfossintáticas em cada procedimento de interpretação das cadeias anafóricas pronominais.

O procedimento TRA apresentou maior frequência e variação quando aplicado ao antecedente. Além da correspondência biunívoca entre o antecedente do original e o da interpretação, este procedimento abrangeu também casos de expansão e redução lexical, em ambos os sentidos da interpretação. A expansão pode ter função pragmática (cf. (103)) ou pode ser consequência do desmantelamento de orações relativas (cf. (104) e (105)). É de salientar que os fenômenos de redução ocorreram tendencialmente em discursos com valores elevados de velocidade e/ou diversidade lexical. Ao nível do pronome, TRA implicou apenas a correspondência entre o pronome do original e o da interpretação

Ao contrário de TRA, o procedimento ELI registou, como referido, uma frequência mais elevada ao nível do pronome do que do antecedente. Em ambas as direções, ELI por vezes estendeu-se a elementos adjacentes ao pronome, tais como o verbo, nomeadamente em orações coordenadas (cf. exemplos (127) e (133)). Porém, de um modo geral, quando abrangeu outros elementos adjacentes ao pronome, este procedimento constituiu fonte de ambiguidade, requerendo da parte do ouvinte um esforço inferencial adicional com vista à resolução anafórica.

No que se refere ao procedimento RMS, relativo ao antecedente, a interpretação de português para inglês apresentou uma tendência para reconfigurações oracionais, ao passo que em sentido inverso as reconfigurações foram tendencialmente sub-oracionais, recorrendo a pronomes e determinantes demonstrativos. Estes marcadores, de natureza genérica, contribuíram para introduzir nos discursos interpretados portugueses um maior grau de ambiguidade (cf. exemplos (114) e (115)), o que poderá ser consequência da maior velocidade dos discursos originais ingleses (comparativamente aos originais portugueses).

O procedimento RMS1, que prevê a substituição de pronome por pronome com segmentação, ocorreu quase exclusivamente na direção PT>EN, nomeadamente como estratégia para lidar com orações relativas. No âmbito deste procedimento, verificou-se o recurso a pronomes demonstrativos (cf. exemplos (137) e (138)), muitas vezes com valor resumptivo, como elementos de substituição na interpretação, dificultando a resolução anafórica. Esta tendência foi observada

apenas quando o pronome relativo constante do discurso original possuía um antecedente não animado. Quanto aos pronomes *que*, nos discursos originais, se encontravam em estruturas paratáticas nas quais desempenhavam a função de sujeito, estes foram mais frequentemente substituídos por pronomes pessoais do que demonstrativos. Com efeito, os dados sugerem, por um lado, que em discursos com velocidade e/ou diversidade lexical reduzida é mais frequente o recurso a pronomes pessoais e, por outro, que os pronomes demonstrativos tendem a ser mais usados em discursos com velocidade e/ou diversidade lexical elevada.

O procedimento RMS2, que implica a substituição de um pronome por outro pronome sem segmentação, ocorreu com mais frequência na direção EN>PT, tendencialmente associado à presença de pronomes pessoais nos discursos originais. Tal como no procedimento anterior, verificou-se o recurso a pronomes demonstrativos como elementos de substituição na interpretação, por vezes gerando ambiguidade e dificuldade na resolução das anáforas. É de salientar que todos os pronomes substituídos por demonstrativos possuíam mais do que um candidato a antecedente. Na direção PT>EN, foi mais frequente o recurso a pronomes pessoais como elementos de substituição, nomeadamente o pronome pessoal de primeira pessoa do plural (“we”). O facto de os pronomes demonstrativos, referencialmente mais ambíguos do que os pessoais, serem mais frequentemente utilizados como elemento de substituição na direção EN>PT do que na direção PT>EN poderá constituir um corolário da velocidade dos discursos originais ingleses, que é, como vimos, significativamente superior à dos discursos originais portugueses.

O procedimento RMS3, que prevê a substituição de pronome por elemento não pronominal com segmentação, apenas se verificou na interpretação para inglês e com pouca frequência. Tal como RMS1, foi aplicado exclusivamente a pronomes relativos, tendo estes sido substituídos pela repetição do antecedente do pronome relativo (cf. exemplo (150)), por advérbio (cf. exemplo (151)) ou por conjunção (cf. exemplo (152)). É de notar que tanto RMS1 como RMS3 implicam operações de segmentação do *input*, pelo que a sua prevalência na direção PT>EN sugere uma maior complexidade sintática dos discursos originais portugueses.

O procedimento RMS4 corresponde à substituição do pronome por um elemento não pronominal, sem segmentação do *input*. Na interpretação em sentido PT>EN, este procedimento revelou-se, tal como RMS1 e RMS3, uma estratégia produtiva para lidar com orações relativas. Estas orações prestaram-se a uma ampla gama de mutações, em que os elementos de substituição usados, tais como adjetivos, gerúndios ou determinantes possessivos, refletiram o valor semântico que

tipicamente caracteriza as orações relativas. Na direção EN>PT, identificou-se o recurso a preposições (também observado na direção inversa) e ainda a expressões referencialmente indeterminadas (cf. exemplo (165)) como elementos de substituição. Este procedimento registou maior frequência em discursos com velocidade e diversidade lexical reduzidas, facto que poderá ser revelador da complexidade das operações de reconfiguração morfossintática observadas em RMS4

O procedimento RMS5, que implica o recurso a estruturas frásicas simplificadas, surgiu com mais frequência na direção PT>EN. Como a maioria dos procedimentos anteriores, RMS5 foi aplicado quase exclusivamente a cadeias anafóricas relativas. Este procedimento contribuiu para a simplificação dos discursos através do recurso a frases simples, privilegiando a ordem canónica sujeito-verbo-complementos. Concretamente, este procedimento manifestou-se na utilização de frases copulativas predicativas (cf. exemplos (168) e (170)), bem como da voz ativa em detrimento da passiva (cf. exemplo (167)). Verificou-se, ainda, a sua utilização em orações com função enfática, contendo em muitos casos repetições, que foram assim removidas do discurso interpretado (cf. exemplo (166)).

Finalmente, o procedimento OMI registou maior frequência ao nível do pronome, representando em ambas as direções 27% do respetivo número total de ocorrências. Este procedimento afetou, de forma isolada, o antecedente e/ou o pronome, tendo-se estendido a outros elementos adjacentes aos dois polos da cadeia anafórica, o que se traduziu num impacto variado em termos de perda de informação. A relação entre a omissão do antecedente e a omissão do pronome fica patente na tendência observada ao cruzar os dados de frequência de PROCX e PROCY: quando o antecedente foi omitido, a maior parte dos pronomes também o foi. De um modo geral, o procedimento OMI não foi necessariamente prejudicial à interpretação, tendo sido em diversas ocasiões inócuo e até vantajoso no plano sintático, simplificando o discurso produzido pelo intérprete.

Numa tentativa de fornecer uma perspetiva global do que aconteceu às cadeias anafóricas encontradas no nosso corpus, apresentamos abaixo os Gráficos 51 e 52, que ilustram a taxa de recuperação das cadeias anafóricas nas duas direções linguísticas:

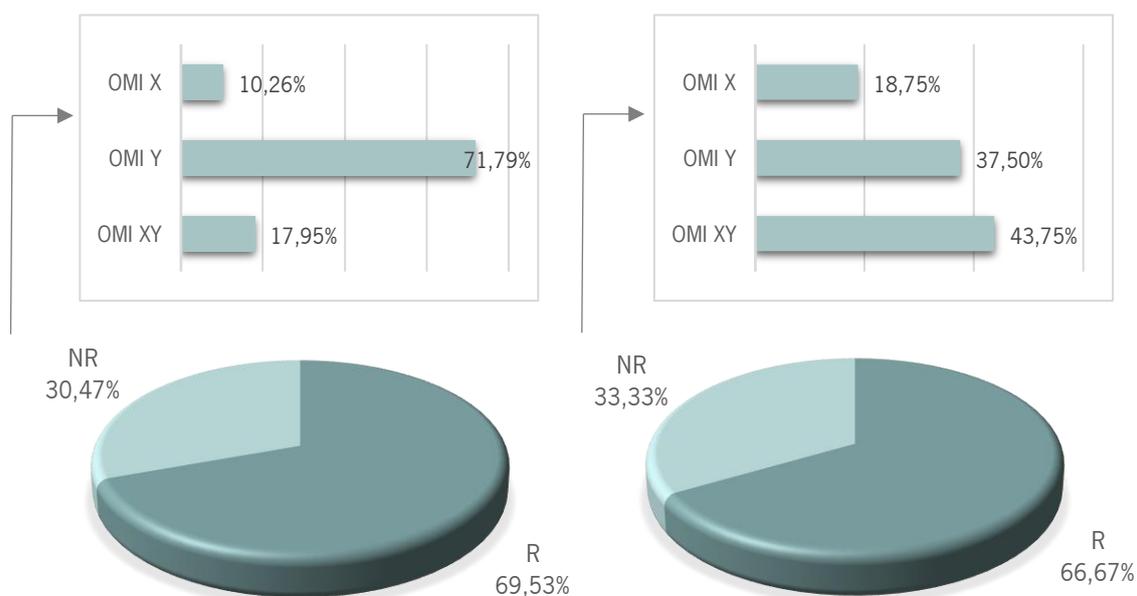


Gráfico 51. Taxa de recuperação das cadeias anafóricas (PT>EN).

Gráfico 52. Taxa de recuperação das cadeias anafóricas (EN>PT).

O valor de recuperação foi calculado com base nos procedimentos aplicáveis ao antecedente e ao pronome. O valor R (Recuperado) indica que nem o antecedente nem o pronome foram omitidos; em contrapartida, o valor NR (Não Recuperado) indica que o antecedente e/ou o pronome foram omitidos. Conclui-se, com base nos gráficos, que as cadeias anafóricas apresentam uma elevada taxa de recuperação em ambas as direções linguísticas – 69,53% na interpretação de português para inglês, e 66,67% na interpretação de inglês para português. No sentido PT>EN, a não recuperação foi maioritariamente provocada pela omissão do pronome e, no sentido inverso, pela omissão do antecedente e do pronome. Importa, contudo, salientar que a não recuperação não é necessariamente lesiva da inteligibilidade comunicativa do discurso, do mesmo modo que a recuperação não significa que o discurso constitua um produto perfeitamente coeso e coerente. Relembramos que o estudo se focou apenas nas cadeias anafóricas e no modo como estas foram interpretadas, não sendo nosso objetivo avaliar, de forma sistemática, a coesão e/ou coerência global dos discursos.

Embora tenhamos, em diversas ocasiões, falado de tendências, salientamos que os resultados decorrentes do presente trabalho não têm pretensões de generalização para além do contexto que representam. Contudo, acreditamos que fornecem pistas relevantes para futuros estudos, algumas das quais são abordadas na seguinte secção.

II. Percorrendo Novos Meandros

Mediante a tipificação dos procedimentos de interpretação, a exploração dos dados de frequência e a análise descritiva das cadeias anafóricas, alcançámos os objetivos que nos propusemos cumprir, dando resposta à questão de investigação que presidiu à elaboração deste trabalho: “como são restituídas as cadeias anafóricas pronominais na interpretação simultânea de português para inglês e de inglês para português nos discursos proferidos durante os debates das sessões plenárias do Parlamento Europeu?”. Porém, no desenrolar do estudo, foram surgindo algumas questões paralelas que merecem a atenção de futuras investigações.

O trabalho realizado acerca das relações anafóricas em interpretação simultânea abre caminho ao desenvolvimento de propostas didáticas centradas, por exemplo, nas transformações operadas pelos intérpretes quando confrontados com construções sintáticas mais elaboradas. Tipicamente, as construções que levantam mais problemas são de natureza hipotática. Será interessante testar esta assunção, na medida em que os mecanismos de coordenação, por nem sempre serem explicitamente marcados por uma conjunção, podem implicar uma maior carga inferencial, conforme comprovado por Aguiar (2017).

Apesar de o nosso estudo ter contemplado várias propriedades das cadeias anafóricas, que foram analisadas relativamente aos procedimentos de interpretação, outras haveria a considerar. Num estudo recente, Morgado et al. (2018) descobriram que a resolução dos pronomes plenos convoca não só informação sintática (função sintática do antecedente), mas também semântica (animacidade do antecedente). As autoras referem, ainda, que antecedentes não animados acarretam maiores custos de processamento. Tendo em conta estes resultados, poder-se-ia conceber uma experiência para testar o impacto da animacidade dos antecedentes na resolução anafórica em interpretação simultânea¹³².

Com efeito, os dados analisados no âmbito do nosso estudo podem servir um amplo leque de questões de pesquisa linguística, principalmente no campo da psicolinguística, já que a interpretação e a tradução impõem uma carga cognitiva ao sistema de processamento da

¹³² Sobre o impacto da animacidade na resolução anafórica, ver também Barbosa et al. (2005) e Cardinaletti e Starke (1999). No XXXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística, que decorreu em formato online nos dias 28, 29 e 30 de outubro de 2020, Ana Madeira, Alexandra Fiéis e Joana Teixeira apresentaram uma comunicação dedicada a esta questão. Os resultados do seu estudo sugerem que a resolução de pronomes nulos vs. plenos (em posição de sujeito) com antecedentes animados vs. não animados (em posição de objeto) poderá sofrer interferências por parte da L1 (Madeira et al., 2020), o que poderá ser interessante confirmar no contexto da interpretação.

linguagem devido à concomitância de tarefas a serem executadas (Yamada & Lourenço-Gomes, 2019). A este respeito é de salientar que o nosso estudo foi integrado num projeto de investigação¹³³ no âmbito da psicolinguística e que visa explorar, a partir de uma aplicação desenvolvida para o efeito, o processo de tomada de decisão relativamente ao grau de certeza e hesitação dos participantes enquanto respondem a questionários na *web*.

Esta colaboração permitirá dar continuidade ao trabalho encetado na presente tese, testando várias hipóteses relacionadas com o impacto que os procedimentos de interpretação têm na coesão e coerência dos discursos produzidos pelos intérpretes. Por exemplo, interessar-nos-ia averiguar até que ponto os elos anafóricos apreendidos pelos intérpretes correspondem aos elos anafóricos efetivamente veiculados pelos discursos originais e de que forma a sua compreensão varia em função dos parâmetros ação (e.g., alterar uma resposta) e tempo (tempo que demoram a dar uma resposta).

Para além do potencial que encerra para futuros estudos (psico)linguísticos, o presente trabalho poderá, ainda, estender-se à formação de intérpretes através da produção de conteúdos didáticos, sustentados na análise linguística de material interpretado por profissionais experientes em contexto real de trabalho (i.e., não experimental). A tabela apresentada no final do capítulo 6 constitui um primeiro passo nesse sentido, sistematizando as estratégias utilizadas pelos intérpretes na restituição das cadeias anafóricas.

Com base nessa tabela, é possível equacionar uma proposta de didatização com o intuito de sensibilizar os formandos para o conceito de relação anafórica. Essa proposta assentaria numa abordagem inicialmente intralinguística, levando os formandos a saber identificar uma anáfora através da análise de exemplos na língua de partida dos discursos. A análise poderia incidir sobre os discursos originais ou sobre as interpretações. Só depois de os formandos estarem familiarizados com a anáfora na língua de partida e na língua de chegada é que passaríamos à abordagem interlinguística. Aqui, os formandos teriam que analisar contrastivamente a anáfora (i.e., na versão original e na interpretação), identificando as diferentes estratégias mobilizadas ao nível do antecedente e do pronome. Este tipo de reflexão pode contribuir para desenvolver a

¹³³ O projeto, intitulado *Assessing participants' actions and time in performing acceptability judgment tasks through a dedicated web-based application*, foi elaborado pela Professora Doutora Maria do Carmo Lourenço-Gomes e encontra-se em curso desde 2019, tendo sido alvo de financiamento por parte da Fundação para Ciência e a Tecnologia (FCT-CEECIND/04331/2017).

consciência metalinguística dos formandos, ajudando-os, em particular, a compreender o papel da coesão na construção de um texto e de um dos mecanismos que a suportam.

A abordagem intralinguística poderia ser complementada com exercícios de resolução anafórica pronominal. Estes exercícios poderiam abranger a resolução anafórica de pronomes demonstrativos, em posição de sujeito, a fim de chamar a atenção para o valor resumptivo destes pronomes, que, como vimos, por vezes introduzem ambiguidade no discurso (original e/ou interpretado), bem como de pronomes nulos em posição de sujeito. De acordo com Gonçalves e Colaço (2019), a utilização de sujeitos nulos é uma área problemática para estudantes universitários ao traduzir de inglês para português¹³⁴. Por seu turno, a abordagem interlinguística poderia privilegiar exercícios de reconfiguração morfossintática. Neste sentido, seriam úteis exercícios de identificação das construções sintáticas presentes no discurso original e na interpretação, bem como exercícios de paráfrase, tendo por base as estratégias identificadas na Tabela 15.

Esta proposta prevê um nível crescente de dificuldade, que se reflete não só na passagem da abordagem intralinguística à abordagem interlinguística, mas também na realização dos exercícios, primeiramente por escrito e só depois oralmente, como, aliás, é prática comum no ensino da interpretação. Este processo gradual promove a interiorização dos conteúdos – e, por conseguinte, uma maior automatização – das estratégias de interpretação da anáfora.

O corpus é, possivelmente, a componente deste trabalho que encerra maior potencial de desenvolvimento. Uma vez que o material do Parlamento Europeu se encontra livremente disponível, será possível obter mais discursos não só em português e em inglês, mas também nas restantes línguas oficiais. Além disso, é igualmente possível obter as versões interpretadas dos discursos analisados noutras línguas oficiais (à data de obtenção dos discursos eram 23, mas

¹³⁴ Num estudo subsequente, Colaço e Gonçalves (2020) atribuem os problemas identificados na tradução de sujeitos nulos à interferência sintática da língua de partida sobre a língua de chegada. As autoras relacionam os problemas na utilização de sujeitos nulos com as propostas de Cardinaletti (2004, 2005, 2012) e Giusti (2004) bem como com a Hipótese de Interface (HI) (Sorace, 2011; Sorace & Filiaci, 2006). Embora as propostas de Cardinaletti e Giusti, por um lado, e a HI, por outro, incidam, respetivamente, sobre tradução e sobre aquisição bilingue, aquisição de L2 (língua estrangeira) e erosão linguística, todas se inserem no contexto genérico do contacto entre línguas e convergem em torno da noção de que os falantes manifestam mais dificuldades em traduzir/adquirir propriedades que requeiram uma articulação entre sintaxe, semântica e pragmática, como é o caso dos sujeitos pronominais. Retomando o estudo de Gonçalves e Colaço (2019), estas propostas apontam para a necessidade de o tradutor (e, por extensão, o intérprete) dever ser capaz de integrar conhecimentos sintáticos, semânticos e pragmáticos, sob pena de utilizar indevidamente os sujeitos pronominais e construir cadeias de referências que não são compatíveis com a leitura pretendida.

atualmente são 24). O desenho do corpus permite que este venha a ser explorado sob diversos ângulos, como ilustra a Figura 32:

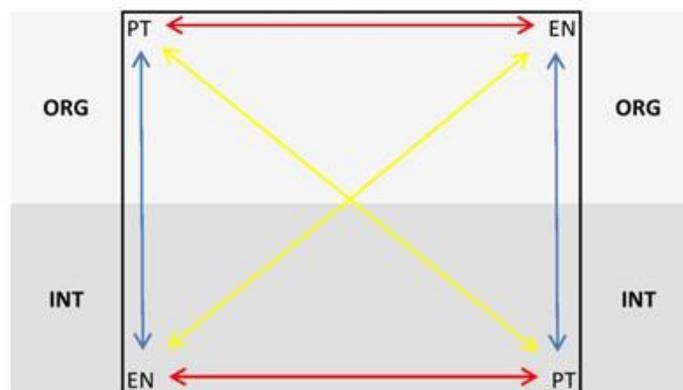


Figura 32. Esquema de combinatórias linguísticas do corpus.

No âmbito do presente trabalho, foi privilegiada uma abordagem paralela bidirecional, representada pelas setas azuis. Porém, esta arquitetura é igualmente compatível com uma perspectiva de análise comparável, em que discursos originais em português podem ser comparados com discursos originais em inglês e interpretações em inglês com interpretações em português (abordagem representada pelas setas vermelhas). Dentro desta perspectiva comparável, é possível, ainda, comparar discursos originais em português com interpretações em português e discursos originais em inglês com interpretações em inglês (abordagem representada pelas setas amarelas).

O desenvolvimento do corpus passa pelo aperfeiçoamento da interface. Como vimos na secção 3.3.3, foi criado um protótipo que permite a pesquisa de termos e a sua visualização em contexto, sob a forma de concordância monolíngue ou bilingue. A partir da lista de concordâncias resultantes da pesquisa, é possível consultar os metadados associados ao respetivo discurso. Porém, ainda não é possível utilizá-los como filtros de pesquisa. Assim, um dos aspetos que prevemos desenvolver consiste no modo de pesquisa avançado, que permitirá ao utilizador efetuar pesquisas de acordo com os metadados dos discursos.

Os metadados inseridos aquando do processo de transcrição limitam-se a informações relativas ao orador e a informações básicas sobre o discurso (cf. 3.2.2.2). Neste momento, são esses os metadados disponibilizados através do protótipo interPE. No entanto, a estes podem ser acrescentadas as propriedades levadas em conta na análise das cadeias anafóricas (função sintática do antecedente e pronome, estatuto de entidade nomeada do antecedente, categoria

morfológica do pronome, velocidade do discurso, distância entre pronome e antecedente, etc.). Ao integrarem o corpus como metadados, estas propriedades constituiriam filtros adicionais de pesquisa, particularmente úteis, por exemplo, à construção de estímulos para análises experimentais. Além dos metadados, prevê-se igualmente a anotação morfossintática de todo o material textual contido no corpus, com o intuito de potenciar a sua utilidade para estudos linguísticos.

O trabalho encetado no âmbito desta tese, nomeadamente no que diz respeito ao desenvolvimento do corpus interPE, irá abrir caminho a parcerias com outras instituições de ensino superior nacionais. Pretende-se, com esta colaboração interinstitucional, produzir material para integrar no corpus, que possa vir a ser utilizado para fomentar o ensino e a investigação na área da interpretação em Portugal. Interessar-nos-á, em particular, explorar as potencialidades do corpus com vista à criação de métodos e materiais didáticos aplicáveis ao ensino da interpretação (Araújo & Correia, 2020; Porlán-Moreno, 2017). Outra via de exploração do corpus assenta no conceito de interpretação pedagógica, através da conceção de exercícios conducentes ao desenvolvimento da competência em língua estrangeira (Porlán-Moreno, 2020).

Como nota final, parece-nos importante referir que, além dos três objetivos elencados na Introdução e em torno dos quais se organizou esta Conclusão, o presente trabalho assume um objetivo implícito: o de contribuir para a promoção dos estudos de interpretação em Portugal e para o ensino da interpretação (simultânea) de e para língua portuguesa, na sua variante europeia. Podemos tomar como indicadores da prossecução deste objetivo a criação do protótipo do corpus interPE, que lança as bases de um recurso inovador ao serviço da comunidade académica e profissional, a elaboração de uma proposta classificativa dos procedimentos de interpretação – que é ao mesmo tempo uma metodologia de análise das cadeias anafóricas – e a identificação de estratégias linguísticas concretas para lidar com tipos de frases específicas, baseada numa análise sistemática de prestações de intérpretes profissionais em situação real de trabalho. Sobretudo, este estudo foi uma oportunidade de produzir matéria de reflexão sobre o trabalho do intérprete e sobre o funcionamento das línguas portuguesa e inglesa que esperamos possa vir a impelir outros investigadores a navegar pelos meandros da interpretação simultânea.

REFERÊNCIAS

- Aarts, J., & Meijs, W. (Eds.). (1984). *Corpus linguistics: Recent developments in the use of computer corpora in English language research*. Rodopi
- Aguiar, J. (2017). *Mecanismos de conexão frásica: a importância das variáveis sociais* [Tese de doutoramento, Universidade do Minho]. RepositóriUM: Repositório Institucional da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/48619>
- Alcoba, S., & Luque, S. (1999). Comunicación oral y oralización. In S. Alcoba (Ed.), *La oralización* (pp. 15–44). Ariel.
- Alexieva, B. (1994). Types of texts and intertextuality in simultaneous interpreting. In M. Snell-Hornby, F. Pöchhacker, & K. Kaindl (Eds.), *Translation studies: An interdisciplinary* (pp. 179–187). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.2.23ale>
- Alexieva, B. (1997). A Typology of Interpreter-Mediated Events. *The Translator*, 3(2), 153–174. <https://doi.org/10.1080/13556509.1997.10798996>
- Almeida, J. J., Araújo, S., Carvalho, N., Dias, I., Oliveira, A., Santos, A., & Simões, A. (2014). The Per-Fide corpus: A new resource for corpus-based terminology, contrastive linguistics and translation studies. In T. B. Sardinha, & T. L. São Bento Ferreira (Eds.), *Working with Portuguese corpora* (pp. 177–200). Bloomsbury Academic. <https://doi.org/10.5040/9781472593641.ch-010>
- Almeida, J. J., Araújo, S., Dias, I., & Correia, A. (2013). Per-Fide: projeto de compilação de um corpus multilingue. In A. G. Macedo, C. M. Sousa, & V. Moura (Eds.), *Humanidades: Novos paradigmas do conhecimento e da investigação* (pp. 323–342). Húmus. <http://hdl.handle.net/1822/35172>
- Almor, A. (2000). Constraints and mechanisms in theories of anaphor processing. In M. Crocker, M. Pickering, & C. Clifton (Eds.), *Architectures and mechanisms for language processing* (pp. 341–355). Cambridge University Press.
- Altman, J. (1994). Error analysis in the teaching of simultaneous interpretation. In S. Lambert, & B. Moser-Mercer (Eds.), *Bridging the gap: Empirical research in simultaneous interpretation* (pp. 25–48). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.3.05alt>
- Angermeyer, P. (2005). Who is ‘you’? Polite forms of address and ambiguous participant roles in court interpreting. *Target: International Journal of Translation Studies*, 17(2), 203–226. <https://doi.org/10.1075/target.17.2.02ang>
- Angermeyer, P. (2006). *Speak English or what? Codeswitching and interpreter use in New York Small Claims Court* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Nova Iorque.
- Araújo, S., Almeida, J. J., Dias, I., Simões, A. (2010). Apresentação do projecto Per-Fide: paralelizando o português com seis outras línguas. *Linguamática*, 2(2), 71–74. <https://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/65>
- Araújo, S., & Correia, A. (2015a). Corpus y formación de intérpretes: un estudio exploratorio. In M. T. Sánchez, S. Álvarez, V. Arnáiz, T. Ortego, L. Santamaría, & R. Fernández (Eds.), *Metodologías y aplicaciones en la investigación en traducción e interpretación con corpus* (pp. 165–182). Universidad de Valladolid, Secretariado de Publicaciones e Intercambio Editorial.
- Araújo, S., & Correia, A. (2015b). Estudo preliminar da anáfora num corpus de interpretação simultânea. *Oslo Studies in Language*, 7(1), 39–56. <https://doi.org/10.5617/osla.1463>
- Araújo, S., & Correia, A. (2020). Using speechmaking and consecutive interpreting as tools to help students develop writing and public speaking skills: A hybrid teaching methodology based on mind mapping. *InTRAlinea. Online Translation Journal*, 22.

- <http://www.intraline.org/specials/article/2515>
- Ariel, M. (2001). Accessibility theory: An overview. In T. Sanders, J. Schilperoord, & W. Spooren (Eds.), *Text representation: Linguistic and psycholinguistic aspects*. (pp. 29–87). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/hcp.8.04ari>
- Ariel, M. (2006). Accessibility theory. In K. Brown (Ed.), *Encyclopedia of language and linguistics* (2.^a ed., Vol. 1, pp. 15–18). Elsevier.
- Armstrong, S. (1997). Corpus-based methods for NLP and translation studies. *Interpreting*, 2(1), 141–162. <https://doi.org/10.1075/intp.2.1-2.06arm>
- Baker, M. (1993). Corpus linguistics and translation studies: Implications and applications. In M. Baker, G. Francis, & E. Tognini-Bonelli (Eds.), *Text and technology: In honour of John Sinclair* (pp. 233–250). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/z.64.15bak>
- Baker, M. (1995). Corpora in translation studies: Overview and some suggestions for future research. *Target: International Journal of Translation Studies*, 7(2), 223–243. <https://doi.org/10.1075/target.7.2.03bak>
- Baker, M. (2011). *In other words: A coursebook on translation*. Taylor & Francis.
- Baker, P., & Ellece, S. (2011). *Key terms in discourse analysis*. Bloomsbury Academic.
- Baraldi, C., & Gavioli, L. (Eds.). (2012). *Coordinating participation in dialogue interpreting*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.102>
- Barbosa, J. (2005). Foco e tópico: algumas questões terminológicas. In G. Rio-Torto, O. Figueiredo, & F. Silva (Eds.), *Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela* (Vol. 1, pp. 339–351). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <http://hdl.handle.net/10216/9381>
- Barbosa, P. (1995). *Null subjects* [Tese de doutoramento, Massachusetts Institute of Technology]. DSpace@MIT. <http://www.ai.mit.edu/projects/dm/theses/barbosa95.pdf>
- Barbosa, P., Duarte, E., & Kato, M. (2005). Null subjects in European and Brazilian Portuguese. *Journal of Portuguese Linguistics*, 4(2), 11–52. <http://doi.org/10.5334/jpl.158>
- Barik, H. (1971). Interpreters talk a lot, among other things. *Babel: International Journal of Translation*, 18(1), 3–10. <https://doi.org/10.1075/babel.18.1.01bar>
- Barik, H. (1994). A description of various types of omissions, additions and errors of translation encountered in simultaneous interpretation. In S. Lambert, & B. Moser-Mercer (Eds.), *Bridging the gap: Empirical research in simultaneous interpretation* (pp. 121–137). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.3.12bar>
- Barranco-Droege, R., Prada Macías, E. M., & García Becerra, O. (Eds.). (2013). *Quality in interpreting: Widening the scope* (Vol. 2). Comares.
- Bazzanella, C. (2011). Redundancy, repetition, and intensity in discourse. *Language Sciences*, 33(2), 243–254. <https://doi.org/10.1016/j.langsci.2010.10.002>
- Beaton, M. (2007a). *Intertextuality and ideology in interpreter-mediated communication: The case of the European Parliament* [Tese de doutoramento, Universidade Heriot-Watt University]. British Library eTheses Online Service. <http://hdl.handle.net/10399/2028>
- Beaton, M. (2007b). Interpreted ideologies in institutional discourse. The case of the European Parliament. *The Translator*, 13(2), 271–296. <https://doi.org/10.1080/13556509.2007.10799241>
- Beaton-Thome, M. (2010). Negotiating identities in the European Parliament: The role of simultaneous interpreting. In M. Baker, M. Olohan, & M. Calzada Pérez (Eds.), *Text and Context: Essays on translation and interpreting in honour of Ian Mason* (pp. 117–138). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315759739>
- Bechara, E. (2009). *Moderna gramática portuguesa* (37.^a ed). Editora Nova Fronteira.
- Bendazzoli, C. (2010a). *Corpora e interpretazione simultanea*. Asterisco. <https://doi.org/10.6092/unibo/amsacta/2897>

- Bendazzoli, C. (2010b). *Il corpus DIRSI: creazione e sviluppo di un corpus elettronico per lo studio della direzionalità in interpretazione simultanea* [Tese de doutoramento, Universidade de Bolonha]. AMSDottorato: Institutional Doctoral Theses Repository. <https://doi.org/10.6092/unibo/amsdottorato/3081>
- Bendazzoli, C. (2010c). The European Parliament as a source of material for research into simultaneous interpreting: Advantages and limitations. In L. N. Zybatow (Ed.), *Translationswissenschaft: Stand und Perspektiven* (pp. 51–68). Peter Lang.
- Bendazzoli, C. (2015). Corpus-based research. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 87–91). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Bendazzoli, C. (2016a). The ethnography of interpreter-mediated communication: Methodological challenges in fieldwork. In C. Bendazzoli, & C. Monacelli (Eds.), *Addressing methodological challenges in interpreting studies research* (pp. 3–30). Cambridge Scholars Publishing.
- Bendazzoli, C. (2016b). Introducing corpora in interpreting studies: From EPIC to DIRSI. In J. Chen, & L. Yang (Eds.), *Interpreting studies: The way forward – Proceedings of the 10th international forum on interpreting* (pp. 134–149). FLTRP. <http://hdl.handle.net/2318/1637369>
- Bendazzoli, C. (2018). Corpus-based interpreting studies: Past, present and future developments of a (wired) cottage industry. In M. Russo, C. Bendazzoli, & B. Defrancq (Eds.), *Making way in corpus-based interpreting studies* (pp. 1–19). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-6199-8_1
- Bendazzoli, C. (2019). Discourse markers in English as a target language: The use of “so” by simultaneous interpreters. *Textus*, 1, 183–202. <https://doi.org/10.7370/93189>
- Bendazzoli, C., & Sandrelli, A. (2005). An approach to corpus-based interpreting studies: Developing EPIC (European Parliament Interpreting Corpus). In H. Gerzymisch-Arbogast, & S. Nauert (Eds.), *Proceedings of the Marie Curie euroconferences MuTra: Challenges of multidimensional translation – Saarbrücken, 2-6 May 2005*. http://www.euroconferences.info/proceedings/2005_Proceedings/2005_Bendazzoli_Sandrelli.pdf
- Bennett, G. R. (2010). *Using corpora in the language learning classroom: Corpus linguistics for teachers*. University of Michigan Press. <https://doi.org/10.3998/mpub.371534>
- Berk-Seligson, S. (1990). *The bilingual courtroom: Court interpreters in the judicial process*. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226923277.001.0001>
- Bernardini, S., Ferraresi, A., Russo, M., Collard, C. & Defrancq, B. (2018). Building interpreting and intermodal corpora: A how-to for a formidable task. In M. Russo, C. Bendazzoli, & B. Defrancq (Eds.), *Making way in corpus-based interpreting studies* (pp. 21–42). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-6199-8_2
- Bernardini, S., & Russo, M. (2018). Corpus linguistics, translation and interpreting. In K. Malmkjaer (Ed.), *The Routledge handbook of translation studies and linguistics* (pp. 342–356). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315692845>
- Bersani Berselli, G., Mack, G. & Zorzi, D. (Eds.). (2004). *Linguistica e interpretazione*. CLUEB.
- Bertozi, M. (2016). Distinctive features of orality in a microlanguage: The Italian language in the plenary sessions of the European Parliament. Some preliminary observations. *MonTI: Monografías de Traducción e Interpretación, Número especial 3*, 339–366. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2016.ne3.13>
- Bertozi, M. (2018). *L'anglicismo in interpretazione e in traduzione dall'italiano allo spagnolo: uno studio sperimentale attraverso il corpus Anglintrad* [Tese de doutoramento, Universidade de Bolonha]. AMSDottorato: Institutional Doctoral Theses Repository. <https://doi.org/10.6092/unibo/amsdottorato/8695>
- Biber, D. (1993). Representativeness in corpus design. *Literary and Linguistic Computing*, 8(4),

- 243–257. <https://doi.org/10.1093/llc/8.4.243>
- Blum-Kulka, S. (1986). Shifts of cohesion and coherence in translation. In J. House, & S. Blum-Kulka (Eds.), *Interlingual and intercultural communication: Discourse and cognition in translation and second language acquisition studies*. (pp. 17–35). Gunter Narr.
- Bódenez, F. (1999). La formation d'interprètes de conférence a l'Université du Minho. In B. Maia (Ed.), *Actas do 4.º encontro nacional do ensino das línguas vivas no ensino superior em Portugal* (281–290). Faculdade de Letras da Universidade do Porto. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6092.pdf>
- Bot, H. (2005). Dialogue interpreting as a specific case of reported speech. *Interpreting*, 7(2), 237–261. <https://doi.org/10.1075/intp.7.2.06bot>
- Bowen, M., Bowen, D., Kaufmann, F., & Kurz, I. (1995). Interpreters and the making of history. In J. Delisle, & J. Woodsworth (Eds.), *Translators through history* (pp. 245–273). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.13.12bow>
- Boyd, M. S. (2013). Reframing the American dream: Conceptual metaphor and personal pronouns in the 2008 US presidential debates. In P. Cap, & U. Okulska (Eds.), *Analyzing genres in political communication* (pp. 297–319). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/dapsac.50.12boy>
- Boyd, M. S. (2016). Who/where is Joe the Plumber? Interpreting in the US presidential debates. In C. Bendazzoli, & C. Monacelli (Eds.), *Addressing methodological challenges in interpreting studies research* (pp. 197–223). Cambridge Scholars Publishing.
- Brito, A. M. (2003). Subordinação adverbial. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (pp. 695–728). Editorial Caminho.
- Brito, A. M., & Duarte, I. (2003). Orações relativas e construções aparentadas. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (pp. 653–694). Editorial Caminho.
- Bros-Brann, E. (1975). Critical comments on H.C. Barik's article "Interpreters talk a lot, among other things." *Babel: International Journal of Translation*, 21(2), 93–94. <https://doi.org/10.1075/babel.21.2.11bro>
- Brown, G., & Yule, G. (1983). *Discourse analysis*. Cambridge University Press.
- Bühler, H. (1986). Linguistic (semantic) and extra-linguistic (pragmatic) criteria for the evaluation of conference interpretation and interpreters. *Multilingua*, 5(4), 231–235. <https://doi.org/10.1515/mult.1986.5.4.231>
- Bührig, K., Kliche, O., Meyer, B., & Pawlack, B. (2012). The corpus "Interpreting in Hospitals": Possible applications for research and communication training. In T. Schmidt, & K. Wörner (Eds.), *Multilingual corpora and multilingual corpus analysis* (pp. 305–315). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/hsm.14.21buh>
- Bührig, K., & Meyer, B. (2003). Die dritte Person: Der Gebrauch von Pronomina in gedolmetschten Aufklärungsgesprächen. *Zeitschrift Für Angewandte Linguistik*, 38, 5–35.
- Cabrera, T. (2015). *La interpretación simultánea especializada y la precisión terminológica. La incidencia de las imprecisiones terminológicas en la transmisión de conocimiento y en la calidad de la interpretación simultánea* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Granada.
- Cabrera, T. (2016). Interpreting architecture: The ARCHINT corpus. *Tradumàtica: Traducció i Tecnologies de La Informació i La Comunicació*, 14, 156–171. <https://doi.org/10.5565/rev/tradumatica.145>
- Campos, M. H. C., & Xavier, M. F. (1991). *Sintaxe e semântica do português*. Universidade Aberta.
- Cardinaletti, A. (2004). La traduzione dei pronomi: interferenza sintattica e cambiamento linguistico. In G. Garzone, & A. Cardinaletti (Eds.), *Lingua, mediazione linguistica e*

- interferenza* (pp. 129–150). Franco Angeli.
- Cardinaletti, A. (2005). La traduzione: un caso di attrito linguistico. In A. Cardinaletti, & G. Garzone (Eds.), *L'italiano delle traduzioni* (pp. 59–83). Franco Angeli.
- Cardinaletti, A. (2012). Ancora sull'italiano delle traduzioni. *Altre Modernità*, 78–86. <https://doi.org/10.13130/2035-7680/2462>
- Cardinaletti, A., & Starke, M. (1999). The typology of structural deficiency: A case study of three classes of pronouns. In H. van Riemsdijk (Ed.), *Clitics in the languages of Europe* (pp. 145–233). De Gruyter.
- Carminati, M. N. (2002). *The processing of Italian subject pronouns* [Tese de doutoramento, Universidade de Massachusetts Amherst]. Doctoral Dissertations Available from Proquest. <https://scholarworks.umass.edu/dissertations/AAI3039345>
- Carvalho, M. (2014). *O estatuto do intérprete na era da globalização: Reflexões sobre uma experiência profissional em contexto de trabalho* [Dissertação de mestrado, Universidade Nova de Lisboa]. Repositório da Universidade Nova de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10362/13395>
- Castagnoli, S., & Niemants, N. (2018). Corpora worth creating: A pilot study on telephone interpreting. *InTRAlinea: Online Translation Journal*, 20. <http://www.intraline.org/specials/article/2315>
- Chernov, G. (2004). *Inference and anticipation in simultaneous interpreting: A probability-prediction model*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.57>
- Chesterman, A. (2011). Translation universals. In Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies* (pp. 175–179). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/hts.2.tra12>
- Chomsky, N. (1957). *Syntactic structures*. De Gruyter. <https://doi.org/10.1515/9783112316009>
- Chomsky, N. (1965). *Aspects of the theory of syntax*. MIT Press. <https://doi.org/10.21236/ad0616323>
- Colaço, M., & Gonçalves, A. (2020). Sobre interferência sintática em tradução e em escrita autêntica. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 7, 101–120. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln7ano2020a7>
- Collados Aís, A. (1998/2002). Quality assessment in simultaneous interpreting: The importance of nonverbal communication. In F. Pöchhacker, & M. Shlesinger (Eds.), *The interpreting studies reader* (pp. 326–336). Routledge.
- Consorte, C. (1999). Thematic structure and simultaneous interpretation. *The Interpreter's Newsletter*, 9, 99–124. <http://hdl.handle.net/10077/2215>
- Corder, S. P. (1981). *Error analysis and interlanguage*. Oxford University Press.
- Correia, A. (2006). *Colaboração na constituição do corpus paralelo Le Monde Diplomatique (FR-PT)* [Relatório de estágio de licenciatura não publicado]. Universidade do Minho.
- Correia, A. (2018). On anaphoric pronouns in simultaneous interpreting. *InTRAlinea: Online Translation Journal*, 20. <http://www.intraline.org/specials/article/2321>
- Correia, A., & Araújo, S. (2016). Estudo de corpus sobre a anáfora pronominal em interpretação simultânea. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 2, 149–171. <https://doi.org/10.21747/2183-9077/rapl2a7>
- Cruz, A. (2016). *Ser intérprete em Portugal* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/7899>
- Cunha, C., & Lindley Cintra, L. F. (1992). *Nova gramática do português contemporâneo*. Edições João Sá da Costa.
- Dayter, D. (2018). Describing lexical patterns in simultaneously interpreted discourse in a parallel

- aligned corpus of Russian-English interpreting (SIREN). *FORUM: International Journal of Interpretation and Translation*, 16(2), 241–264. <https://doi.org/10.1075/forum.17004.day>
- De Beaugrande, R. & Dressler, W. U. (1981). *Introduction to text linguistics*. Longman.
- Defrancq, B., & Plevoets, K. (2018). Over-uh-Load, filled pauses in compounds as a signal of cognitive load. In M. Russo, C. Bendazzoli, & B. Defrancq (Eds.), *Making way in corpus-based interpreting studies* (pp. 43–64). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-6199-8_3
- Dicionário Terminológico. (s.d.). Sujeito nulo. In *Dicionário Terminológico para consulta em linha*. Obtido a 14 de maio de 2021, em <http://dt.dge.mec.pt/>
- Dios, P. (2012). Corpus multimedia VEIGA inglês-galego de subtítulos cinematográficos. *Linguamática*, 3(2), 99–106. <https://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/110>
- Diriker, E. (2004). *De-/re-contextualizing conference interpreting: Interpreters in the ivory tower?* John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.53>
- Diriker, E. (2015). Conference interpreting. In H. Mikkelsen, & R. Jourdenais (Eds.), *The Routledge handbook of interpreting* (pp. 171–185). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315745381>
- Dodds, J. (1989). Linguistic theory construction as a premise to a methodology of teaching interpretation. In L. Gran, & J. Dodds (Eds.), *The theoretical and practical aspects of teaching conference interpretation* (pp. 17–20). Campanotto.
- Downie, J. (2019). *Interpreters vs. machines. Can interpreters survive in an AI-dominated world?* Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003001805>
- Duarte, I. (2003a). Aspectos linguísticos da organização textual. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (pp. 85–123). Editorial Caminho.
- Duarte, I. (2003b). Subordinação completiva – as orações completivas. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (pp. 593–651). Editorial Caminho.
- Duarte, P. (2008). *A tecnologia no ensino da interpretação. Implementação da unidade curricular de interpretação remota e de teleconferência* [Dissertação de mestrado, Instituto Superior de Contabilidade e Administração do Porto]. Repositório Científico do Instituto Politécnico do Porto. <http://hdl.handle.net/10400.22/8477>
- Dubslaff, F. (1993). Die Funktionen anaphorischer Proformen beim Simultandolmetschen aus dem Deutschen. *HERMES: Journal of Language and Communication in Business*, 6(11), 107–115. <https://doi.org/10.7146/hjlc.v6i11.21536>
- Duflou, V. (2016). *Be(com)ing a conference interpreter: An ethnography of EU interpreters as a professional community*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.124>
- Evert, S., & Hardie, A. (2011). Twenty-first century Corpus Workbench: Updating a query architecture for the new millennium. In M. Davies, P. Rayson, S. Hunston, & P. Danielsson (Eds.), *Proceedings of the corpus linguistics 2011 conference* (pp. 1–21). University of Birmingham. <https://eprints.lancs.ac.uk/id/eprint/62721>
- Falbo, C. (1998). Analyse des erreurs en interprétation simultanée. *The Interpreters' Newsletter*, 8, 107–120. <http://hdl.handle.net/10077/2494>
- Falbo, C. (2012). CorIT (Italian Television Interpreting Corpus): Classification criteria. In F. Straniero Sergio, & C. Falbo (Eds.), *Breaking ground in corpus-based interpreting studies* (pp. 155–185). Peter Lang. <https://doi.org/10.3726/978-3-0351-0377-9/6>
- Falbo, C., Russo, M., & Straniero Sergio, F. (Eds.). (1999). *Interpretazione simultanea e consecutiva: Problemi teorici e metodologie didattiche*. Hoepli.
- Fantinuoli, C. (2017). Speech recognition in the interpreter workstation. In J. Esteves-Ferreira, J.

- Macan, R. Mitkov, & O-M. Stefanov (Eds.), *Proceedings of translating and the computer*, 39 (pp. 25–34). Tradulex. <http://www.tradulex.com/varia/TC39-london2017.pdf>
- Fantinuoli, C. (2018a). Interpreting and technology: The upcoming technological turn. In C. Fantinuoli (Ed.), *Interpreting and technology* (pp. 1–12). Language Science Press. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1493289>
- Fantinuoli, C. (Ed.). (2018b). *Interpreting and technology*. Language Science Press. <https://doi.org/10.5281/zenodo.1493281>
- Fernández Polo, F., & Rabadán, R. (1996). Lingüística aplicada a la traducción. In M. Fernández Pérez (Ed.), *Avances en lingüística aplicada* (pp. 105–146). Universidade de Santiago de Compostela.
- Figueiredo, O. (2001). Considerações sobre o emprego da anáfora nominal em textos de alunos. *Revista da Faculdade de Letras. Línguas e Literaturas*, XVIII, 395–410. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3046.pdf>
- Fries, C. C. (1945). *Teaching and learning English as a foreign language*. University of Michigan Press.
- Furtado, M. (2014). *A interpretação in situ e a interpretação remota: realização e análise científica de um conjunto de estudos experimentais* [Tese de doutoramento, Universidade de Vigo]. Investigo: Repositório Institucional da Universidade de Vigo. <http://hdl.handle.net/11093/137>
- Furtado, M., Almeida, P., & Pascoal, S. (2009). Formar intérpretes à distância: O ensino da interpretação remota e de teleconferência no ISCAP. *POLISSEMA: Revista de Letras do ISCAP*, 9, 170–197. <https://doi.org/10.34630/polissema.vi9.3241>
- Fuzer, C., & Cabral, S. R. S. (2014) Metafunção textual. Oração como mensagem. In C. Fuzer, & S. R. S. Cabral (Eds.) *Introdução à gramática sistêmico-funcional em língua portuguesa* (pp. 127–150). Mercado de Letras.
- Gaiba, F. (1998). *The origins of simultaneous interpretation: The Nuremberg Trial*. Ottawa University Press.
- Gallina, S. (1992). Cohesion and the systemic-functional approach to text: Applications to political speeches and significance for simultaneous interpretation. *The Interpreters' Newsletter*, 4, 62–71. <http://hdl.handle.net/10077/2188>
- Galvão, E. Z. (2013). Hand gestures and speech production in the booth: Do simultaneous interpreters imitate the speaker? In C. Carapinha, & I. Santos (Eds.), *Estudos de Linguística* (Vol. 2, pp. 115–129). Imprensa da Universidade de Coimbra. https://doi.org/10.14195/978-989-26-0714-6_7
- Galvão, E. Z. (2015). *Gesture in simultaneous interpreting from English into European Portuguese: An exploratory study* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade do Porto.
- García Becerra, O., Prada Macías, E. M., & Barranco-Droege, R. (Eds.). (2013). *Quality in interpreting: Widening the scope* (Vol. 1). Comares.
- Garzone, G. (2000). Textual analysis and interpreting research. *The Interpreters' Newsletter*, 10, 69–88. <http://hdl.handle.net/10077/2449>
- Gerver, D. (1969/2002). The effects of source language presentation rate on the performance of simultaneous conference interpreters. In F. Pöchhacker, & M. Shlesinger (Eds.), *The interpreting studies reader* (pp. 53–66). Routledge.
- Gerzymisch-Arbogast, H. (2007). Universal thought in translation. In H. Gerzymisch-Arbogast, & G. Budin (Eds.), *Proceedings of the Marie Curie euroconferences MuTra: LSP translation scenarios – Vienna, 30 April - 4 May 2007* (pp. 1–13). https://www.euroconferences.info/proceedings/2007_Proceedings/2007_Gerzymisch-Arbogast_Heidrun.pdf

- Gile, D. (1985). La sensibilité aux écarts de langue et la sélection d'informateurs dans l'analyse d'erreurs : une expérience. *The Incorporated Linguist*, 24(1), 29–32.
- Gile, D. (1987). Les exercices d'interprétation et la dégradation du français : une étude de cas. *Meta: Translators' Journal*, 32(4), 420–428. <https://doi.org/10.7202/002909ar>
- Gile, D. (1990). Scientific research vs. personal theories in the investigation of interpretation. In L. Gran, & C. Taylor (Eds.), *Aspects of applied and experimental research on conference interpretation* (pp. 28–41). Campanotto.
- Gile, D. (1992). Les fautes de traduction : une analyse pédagogique. *Meta: Translators' Journal*, 37(2), 251–262. <https://doi.org/10.7202/002907ar>
- Gile, D. (1994). Opening up in interpretation studies. In M. Snell-Hornby, F. Pöchhacker, & K. Kaindl (Eds.), *Translation studies: An interdisciplinary* (pp. 149–158). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.2.20gil>
- Gile, D. (1995a). *Basic concepts and models for interpreter and translator training*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.8>
- Gile, D. (1995b). Évolution de la recherche empirique sur l'interprétation de conférence. *TTR : Traduction, Terminologie, Rédaction*, 8(1), 201–228. <https://doi.org/doi:10.7202/037202ar>
- Gile, D. (1998). Observational studies and experimental studies in the investigation of conference interpreting. *Target: International Journal of Translation Studies*, 10(1), 69–93. <https://doi.org/10.1075/target.10.1.04gil>
- Gile, D. (2009). Interpreting studies: A critical view from within. *MonTI: Monografías de Traducción e Interpretación*, 1, 135–155. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2009.1.6>
- Ginezi, L. L. (2014). Desafios para a construção de um corpus de aprendizagem de interpretação simultânea. *TradTerm*, 23, 165–191. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2014.85576>
- Ginezi, L. L. (2015). *Ensino de interpretação simultânea na graduação: uma análise de corpora de aprendizes* [Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo]. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Universidade de São Paulo. <https://doi.org/10.11606/T.8.2016.tde-14032016-112111>
- Giusti, G. (2004). Interferenza dell'inglese sulla posizione del soggetto in italiano: alcune considerazioni sulle traduzioni italiane di Harry Potter. In G. Garzone, & A. Cardinaletti (Eds.), *Lingua, mediazione linguistica e interferenza* (pp. 151–166). Franco Angeli. <http://hdl.handle.net/10278/33541>
- Goldman-Eisler, F. (1972/2002). Segmentation of input in simultaneous translation. In F. Pöchhacker, & M. Shlesinger (Eds.), *The interpreting studies reader* (pp. 69–76). Routledge.
- Gonçalves, A., & Colaço, M. (2019). A coesão referencial em textos traduzidos do inglês para o português: a questão dos sujeitos nulos. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 5, 123–144. <https://doi.org/https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln5ano2019a10>
- Gregori-Signes, C., & Clavel-Arroita, B. (2015). Analysing lexical density and lexical diversity in university students' written discourse. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 198, 546–556. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.07.477>
- Grice, H. P. (1975). Logic and conversation. In P. Cole, & J. L. Morgan (Eds.), *Syntax & semantics: Vol. 3. Speech acts* (pp. 41–58). Academic Press. https://doi.org/10.1163/9789004368811_003
- Grosz, B. J., Joshi, A. K., & Weinstein, S. (1995). Centering: A framework for modeling the local coherence of discourse. *Computational Linguistics*, 21(2), 203–225. <https://doi.org/10.21236/ada324949>
- Gumul, E. (2006a). Conjunctive cohesion and the length of ear-voice span in simultaneous

- interpreting. A case of interpreting students. *Linguistica Silesiana*, 27, 93-103.
- Gumul, E. (2006b). Explicitation in simultaneous interpreting: A strategy or a by-product of language mediation? *Across Languages and Cultures*, 7(2), 171–190. <https://doi.org/10.1556/Acr.7.2006.2.2>
- Gumul, E. (2007). Explicitation in conference interpreting. In M. Thelen, & B. Lewandowska-Tomaszczyk (Eds.), *Translation and meaning. Part 7* (pp. 449–456). Universitaire Pers Maastricht.
- Gumul, E. (2008a). Conjunctive cohesive markers: Translational shifts in English-Polish SI and CI. In B. Lewandowska-Tomaszczyk, & M. Thelen (Eds.), *Translation and meaning. Part 8* (pp. 153–163). Universitaire Pers Maastricht.
- Gumul, E. (2008b). *Explicitation in simultaneous interpreting – The quest for optimal relevance?* E. Walaszewska, M. Kisielewska-Krysiuk, A. Korzeniowska, & M. Grzegorzewska (Eds.), *Relevant worlds: Current perspectives on language, translation and relevance theory* (pp. 188–205). Cambridge Scholars Publishing.
- Gumul, E. (2012). Variability of cohesive patterns. Personal reference markers in simultaneous and consecutive interpreting. *Linguistica Silesiana*, 33, 147–172.
- Gumul, E., & Łyda, A. (2007). The time constraint in conference interpreting: Simultaneous vs. consecutive. *Research in Language*, 5, 165–183. <https://doi.org/10.2478/v10015-007-0007-1>
- Hale, S. (1997). The treatment of register variation in court interpreting. *The Translator*, 3(1), 39–54. <https://doi.org/10.1080/13556509.1997.10798987>
- Hale, S. (2007). *Community interpreting*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230593442>
- Hale, S. (2015). Community interpreting. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 65–69). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Hale, S., & Napier, J. (2013). *Research methods in interpreting: A practical resource*. Bloomsbury Academic.
- Halliday, M. A. K., & Hasan, R. (1976). *Cohesion in English*. Longman
- Hamidi, M., & Pöchhacker, F. (2007). Simultaneous consecutive interpreting: A new technique put to the test. *Meta: Translators' Journal*, 52(2), 276–289. <https://doi.org/10.7202/016070ar>
- Hardie, A. (2012). CQPweb – Combining power, flexibility and usability in a corpus analysis tool. *International Journal of Corpus Linguistics*, 17(3), 380–409. <https://doi.org/10.1075/ijcl.17.3.04har>
- Hasebe, Y. (2015). Design and implementation of an online corpus of presentation transcripts of TED talks. *Procedia – Social and Behavioral Sciences*, 198, 174–182. <https://doi.org/10.1016/j.sbspro.2015.07.434>
- Hatim, B., & Mason, I. (1997). *The translator as communicator*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203992722>
- Heltai, P. (2005). Explicitation, redundancy, ellipsis and translation. In K. Károly, & Á. Fóris (Eds.), *New trends in translation studies* (pp. 45–74). Akadémiai Kiadó.
- Herbert, J. (1952). *Manuel de l'interprète. Comment on devient interprète de conférences*. Librairie Georg.
- House, J., Meyer, B. & Schmidt, T. (2012). CoSi – A corpus of consecutive and simultaneous interpreting. In T. Schmidt, & K. Wörner (Eds.), *Multilingual corpora and multilingual corpus analysis* (pp. 295–304). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/hsm.14>
- Hu, K., & Tao, Q. (2013). The Chinese-English conference interpreting corpus: Uses and limitations. *Meta: Translators' Journal*, 58(3), 626–642. <https://doi.org/10.7202/1025055ar>

- Jakobson, R. (1959). On linguistic aspects of translation. In R. A. Brower (Ed.), *On translation* (pp. 232–239). Harvard University Press.
- Jarvis, S., & Daller, M. (Eds.). (2013). *Vocabulary knowledge: Human ratings and automated measures*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/sibil.47>
- Jiang, L. (2007). From community interpreting to discourse interpreting: Establishing some useful parameters. In H. Gerzymisch-Arbogast, & G. Budin (Eds.), *Proceedings of the Marie Curie euroconferences MuTra: LSP translation scenarios – Vienna, 30 April - 4 May 2007* (pp. 1–13).
https://www.euroconferences.info/proceedings/2007_Proceedings/2007_Jiang_Lihua.pdf
- Johansson, S. (2007). *Seeing through multilingual corpora: On the use of corpora in contrastive studies*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/scl.26>
- Johansson, V. (2008). Lexical diversity and lexical density in speech and writing: A developmental perspective. *Working Papers in Linguistics*, 53, 61–79.
<https://journals.lub.lu.se/LWPL/article/view/2273/1848>
- Koch, I. V., & Marcushi, L. A. (1998). Processos de referência na produção discursiva. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, Número especial 14*.
<https://doi.org/10.1590/S0102-44501998000300012>
- Koehn, P. (2005). EuroParl: A parallel corpus for statistical machine translation. In *Proceedings of the 10th machine translation summit* (pp. 79–86). Asia-Pacific Association for Machine Translation. <http://www.mt-archive.info/MTS-2005-Koehn.pdf>
- Krouglov, A. (1999). Police interpreting. Politeness and sociocultural context. *The Translator*, 5(2), 285–302. <https://doi.org/10.1080/13556509.1999.10799045>
- Kurz, I. (2001). Conference interpreting: Quality in the ears of the user. *Meta: Translators' Journal*, 46(2), 394–409. <https://doi.org/10.7202/003364ar>
- Kurz, I. (2003). Quality from the user perspective. In A. Collados Ais, M. M. Fernández Sánchez, & D. Gile (Eds.), *La evaluación de la calidad en interpretación: Investigación* (pp. 3–22). Comares.
- Lado, R. (1957). *Linguistics across cultures: Applied linguistics for language teachers*. University of Michigan Press.
- Lakoff, G., & Johnson, M. (1980). *Metaphors we live by*. University of Chicago Press.
- Laviosa, S. (1998). The corpus-based approach: A new paradigm in translation studies. *Meta: Translators' Journal*, 43(4), 474–479. <https://doi.org/10.7202/003424ar>
- Laviosa-Braithwaite, S. (2001). Universals of translation. In Baker, M. (Ed.), *Routledge encyclopedia of translation studies* (pp. 288–291). Routledge.
- Lederer, M. (1981). *La traduction simultanée : expérience et théorie*. Lettres Modernes Minard.
- Lobo, M. (2013a). Dependências referenciais. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2, pp. 2177–2227). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lobo, M. (2013b). Subordinação adverbial. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2, pp. 1981–2056). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lobo, M. (2013c). Sujeito nulo: Sintaxe e interpretação. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2, pp. 2309–2335). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Lopes, A. (2009). Competence/performance. In C. Ceia (Ed.), *E-dicionário de termos literários de Carlos Ceia*. Universidade Nova de Lisboa.
<https://edtl.fctsh.unl.pt/encyclopedia/competenceperformance>
- Lopes, A. C. M., & Carapinha, C. (2013). *Texto, coesão e coerência*. Almedina.

- Luegi, P. (2012). *Processamento de sujeitos pronominais em português: efeitos da posição estrutural dos antecedentes* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa: Repositório da Universidade de Lisboa. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/7531>
- Luegi, P., Costa, A., & Maia, M. (2014). Processamento e interpretação de sujeitos nulos e plenos em português europeu e em português do Brasil. *Cadernos de Letras da UFF*, 24(49), 67–88. <https://doi.org/10.22409/cadletrasuff.2014n49a7>
- Madeira, A., Fiéis, A. & Teixeira, J. (2020, 28–30 outubro). *Resolução anafórica em português europeu L2: Efeitos de animacidade e a posição do antecedente* [Apresentação em congresso]. XXXVI Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (videoconferência).
- Malmkjær, K. (2011). Translation universals. In K. Malmkjær, & K. Windle (Eds.), *The Oxford handbook of translation studies*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780199239306.013.0007>
- Malvern, D., Richards, B., Chipere, N., & Durán, P. (Eds.). (2004). *Lexical diversity and language development: Quantification and assessment*. Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/9780230511804>
- Marques, I. G. (2009). *Anáfora associativa – Propostas de abordagem em contexto escolar* [Dissertação de mestrado, Universidade de Coimbra]. Catálogo Integrado das Bibliotecas da Universidade de Coimbra <https://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/isildagaspamarques>
- Martinez, J. M., & Serrat Roosen, I. (2012). ECPC: el discurso parlamentario europeo desde la perspectiva de los estudios traductológicos de corpus. *Linguamática*, 4(2), 65–73. <https://linguamatica.com/index.php/linguamatica/article/view/131>
- Martins, A. S. (2017). *Aplicação web para corpus de interpretação multimédia bidireccional (português-inglês) do Parlamento Europeu* [Dissertação de mestrado, Universidade do Minho]. RepositóriUM: Repositório Institucional da Universidade do Minho. <http://hdl.handle.net/1822/49897>
- Martins, A. M., & Costa, J. (2016). Ordem dos constituintes frásicos: sujeitos invertidos, objetos antepostos. In A. M. Martins, & E. Carrilho (Eds.), *Manual de linguística portuguesa* (pp. 371–400). De Gruyter.
- Marzocchi, C. (1998). The case for an institution-specific component in interpreting research. *The Interpreter's Newsletter*, 8, 51–74. <http://hdl.handle.net/10077/2491>
- Marzocchi, C. (2007). Translation – Transcript – Interpretation. Notes on the European Parliament verbatim report of proceedings. *Across Languages and Cultures*, 8(2), 249–254. <https://doi.org/10.1556/Acr.8.2007.2.6>
- Mason, I. (2015). Linguistic/pragmatic approaches. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 236–239). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Matos, G. (2003). Construções elípticas. In M. H. M. Mateus, A. M. Brito, I. Duarte, & I. H. Faria (Eds.), *Gramática da língua portuguesa* (pp. 869–913). Editorial Caminho.
- Matos, G. (2013). Elipse. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2, pp. 2351–2386). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Matsubara, S., Takagi, A., Kawaguchi, N., & Inagaki, Y. (2002). Bilingual spoken language corpus for simultaneous machine interpretation research. In M. G. Rodríguez, & C. P. S. Araujo (Eds.), *Proceedings of the third international conference on language resources and*

- evaluation* (Vol. 1, pp. 153–159). European Language Resources Association.
- Mauranen, A., & Kujamäki, P. (Eds.). (2004). *Translation universals. Do they exist?* John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.48>
- McCarthy, M., & O’Keeffe, A. (2010). Historical perspective: What are corpora and how have they evolved? In A. O’Keeffe, & M. McCarthy (Eds.), *The Routledge handbook of corpus linguistics* (pp. 3–13). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203856949.ch1>
- McDermid, C. (2014). Cohesion in English to ASL simultaneous interpreting. *Translation & Interpreting: The International Journal for Translation & Interpreting Research*, 6(1), 76–101. <https://doi.org/10.12807/ti.106201.2014.a05>
- McEnery, A. M., & Xiao, R. Z. (2007). Parallel and comparable corpora: What are they up to? In G. James, & G. Anderman (Eds.), *Incorporating Corpora: Translation and the Linguist*. Multilingual Matters.
- Mendes, A. (2013). Organização textual e articulação de orações. In E. B. P. Raposo, M. F. B. Nascimento, M. A. C. Mota, L. Segura & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 2, pp. 1691–1755). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Merlini, R. (2015). Dialogue interpreting. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 102–107). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Mizuno, A. (1999). Shifts of cohesion and coherence in simultaneous interpretation from English into Japanese. *Interpreting Research: Journal of the Interpreting Research Association of Japan*, 8(2), 31–41.
- Monti, C., Bendazzoli, C., Sandrelli, A., & Russo, M. (2005). Studying directionality in simultaneous interpreting through an electronic corpus: EPIC (European Parliament Interpreting Corpus). *Meta: Translators’ Journal*, 50(4). <https://doi.org/10.7202/019850ar>
- Morgado, S, Luegi, P., & Lobo, M. (2018). Efeitos de animacidade do antecedente na resolução de pronomes sujeito. *Revista da Associação Portuguesa de Linguística*, 4, 190-205. <https://doi.org/10.26334/2183-9077/rapln4ano2018a40>
- Moser-Mercer, B. (1994). Paradigms gained or the art of productive disagreement. In S. Lambert, & B. Moser-Mercer (Eds.), *Bridging the gap: Empirical research in simultaneous interpretation* (pp. 17–23). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.3.03mos>
- Mullender, G. (2014). *The importance of interpreting during the Portuguese discoveries in Africa and Asia* [Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa: Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/18381>
- Nakane, I. (2008). Politeness and gender in interpreted police interviews. *Monash University Linguistics Papers*, 6(1), 29–40.
- Neubert, A., & Shreve, G. M. (1992). *Translation as text*. Kent State University Press.
- Oléron, P., & Nanpon, H. (1965/2002). Research into simultaneous translation. In F. Pöchhacker, & M. Shlesinger (Eds.), *The interpreting studies reader* (pp. 43–50). Routledge.
- Papura, R. J. (2012). A teoria interpretativa da tradução (théorie du sens) revisitada: um novo olhar sobre a desverbalização. *Tradterm*, 19, 92–108. <https://doi.org/10.11606/issn.2317-9511.tradterm.2012.47347>
- Paludo, E. I. (2014). *Presença de anáforas em textos produzidos por aluno do nono ano de uma escola pública do Paraná: uma amostra de progressão textual* [Dissertação de mestrado, Universidade Estadual do Oeste do Paraná]. Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações. <http://tede.unioeste.br:8080/tede/handle/tede/2355>
- Paneth, E. (1957/2002). An investigation into conference interpreting. In F. Pöchhacker, & M. Shlesinger (Eds.), *The interpreting studies reader* (pp. 31–40). Routledge.
- Pereira, I. (2005a). A referência anafórica discursiva: um processo cognitivo linguisticamente (pré)configurado. In I. Duarte, & I. Leiria (Eds.), *Actas do XX encontro nacional da Associação*

- Portuguesa de Linguística* (pp. 267–278). Colibri. <http://hdl.handle.net/1822/4431>
- Pereira, I. (2005b). Para uma caracterização cognitiva do processo de resolução anafórica discursiva. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 9, 51–77. <http://hdl.handle.net/1822/4240>
- Peres, J. A., & Móia, T. (2003). *Áreas críticas da língua portuguesa*. Caminho.
- Pippa, S. (2004). *Interpretazione simultanea portoghese-italiano: aspetti fonetici e morfosintattici*. Edizioni Università di Trieste. <http://hdl.handle.net/10077/7766>
- Pippa, S. (2007). Segmentazione, una strategia per l'interpretazione simultanea (IS) dal portoghese verso l'italiano. In M. Russo (Ed.), *Tra centro e periferia. In-torno alla lingua portoghese: problemi di diffusione e traduzione* (pp. 119–125). Sette Città.
- Pippa, S. (2008). L'impatto della percezione e dell'ascolto nell'interpretazione simultanea dal portoghese all'italiano: interferenze e strategie di riformulazione. In G. Lanciani (Ed.), *Atti del convegno da Roma all'oceano. Il portoghese nel mondo (Roma, 29-30 marzo 2007)* (pp. 163–170). La Nuova Frontiera.
- Pippa, S. (2011). Costruire e ricostruire i legami: la coreferenza in portoghese e in italiano. In G. de Marchis (Ed.), *Lusoglosse* (pp. 93–107). La Nuova Frontiera. <http://hdl.handle.net/11590/190447>
- Pippa, S. (2018). Simultaneous interpreting: Process-oriented strategies and oral intercomprehension. In M. Nied Curcio, & D. C. Velásquez (Eds.), *Strategien im Kontext des mehrsprachigen und lebenslangen Lernens* (pp. 65–75). Frank & Timme.
- Pöchhacker, F. (1992). The role of theory in simultaneous interpreting. In C. Dollerup, & A. Loddegaard (Eds.), *Teaching translation and interpreting. Training talent and experience*. (pp. 211–220). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/z.56.33poc>
- Pöchhacker, F. (1994). *Simultandolmetschen als komplexes Handeln*. Gunter Narr.
- Pöchhacker, F. (1995). Simultaneous interpreting: A functionalist perspective. *HERMES – Journal of Language and Communication in Business*, 8(14), 31–53. <https://doi.org/10.7146/hjicb.v8i14.25094>
- Pöchhacker, F. (2004). *Introducing interpreting studies*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203504802>
- Pöchhacker, F. (2008). The turns of interpreting studies. In G. Hansen, A. Chesterman, & H. Gerzymisch-Arbogast (Eds.), *Efforts and models in interpreting and translation research. A tribute to Daniel Gile* (pp. 25–46). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.80.04poc>
- Pöchhacker, F. (2010). Interpreting studies. In Y. Gambier, & L. van Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies* (Vol. 1, pp. 158–172). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/hts.1.int2>
- Pöchhacker, F. (2015). Interpreting. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 198–200). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Pöchhacker, F., & Shlesinger, M. (2002). *The interpreting studies reader*. Routledge.
- Porlán-Moreno, R. (2016). Interpreting studies in the lab and assessment of performance in professional interpreters: Self-repairs and self-assessment on oral production. In M. L. Rodríguez Muñoz, & M. A. Veroz González (Eds.), *Languages and texts: Translation and interpreting in cross-cultural environments*. UCOPress.
- Porlán-Moreno, R. (2017). *Elaboración de unidades didácticas específicas para la formación de intérpretes de conferencias mediante la integración de material multimedia procedente de la realidad profesional* [Tese de doutoramento, Universidade de Granada]. DIGIBUG: Repositorio Institucional de la Universidad de Granada. <http://hdl.handle.net/10481/49973>
- Porlán-Moreno, R. (2018). Estudio experimental sobre el uso de estrategias de interpretación simultánea: comparativa entre estudiantes y profesionales. In M. A. García Peinado, & I.

- Ahumada Lara (Eds.), *Traducción literaria y discursos traductológicos especializados*. Peter Lang
- Porlán-Moreno, R. (2020). Integración de la interpretación pedagógica en el aula de idiomas: investigación-acción, competencias y actividades didácticas en lengua oral. *Limite. Revista de Estudios Portugueses y la Lusofonía*, 14, 55–75.
- Pullum, G. K., & Huddleston, R. (2002). *Adjectives and adverbs*. In R. Huddleston, & G. K. Pullum (Eds.), *The Cambridge grammar of the English language* (pp. 525–595). Cambridge University Press.
- Pym, A. (2008). On omission in simultaneous interpreting: Risk analysis of a hidden effort. In G. Hansen, A. Chesterman, & H. Gerzymisch-Arbogast (Eds.), *Efforts and models in interpreting and translation research: A tribute to Daniel Gile* (pp. 83–105). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.80.08pym>
- Quirk, R., Greenbaum, S., Leech, G., & Svartvik, J. (1985). *A comprehensive grammar of the English language*. Pearson Longman.
- Raposo, E. B. P. (2013). Pronomes. In E. B. P. Raposo, M. F. B. do Nascimento, M. A. C. da Mota, L. Segura, & A. Mendes (Eds.), *Gramática do português* (Vol. 1, pp. 883–918). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Riccardi, A. (2015). Speech rate. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 397–399). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Rodrigues, G., & Menuzzi, S. (2011). Estrutura informacional. In R. P. de Oliveira, & C. Miotto (Eds.), *Percursos em teoria da gramática* (pp. 205–236). Editora da Universidade Federal de Santa Catarina. <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/187924>
- Rodrigues, I. G. (2007). Body in interpretation: Nonverbal communication of speaker and interpreter and its relation to words and prosody. In P. A. Schmidt, & H. Jüngst (Eds.), *Translationsqualität* (pp. 739–753). Peter Lang.
- Rodrigues, L. (2016). *Interpretação de conferência e estética do performativo: intersecções* [Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa]. Repositório ULisboa: Repositório da Universidade de Lisboa. <http://hdl.handle.net/10451/25955>
- Rozan, J.-F. (1956). *La prise de notes en interprétation consécutive*. Librairie Georg.
- Russo, M. (1990). Disimetrías y actualización: un experimento de interpretación simultánea (español-italiano). In L. Gran, & C. Taylor (Eds.), *Aspects of applied and experimental research on conference interpretation* (pp. 158–225). Campanotto.
- Russo, M. (2010). Reflecting on interpreting practice: Graduation theses based on the European Parliament Interpreting Corpus (EPIC). In L. N. Zybatow (Ed.), *Translationswissenschaft: Stand und Perspektiven* (pp. 35–50). Peter Lang.
- Russo, M. (2012). *Interpretare lo spagnolo. L'effetto delle dissimmetrie morfosintattiche nella simultanea*. CLUEB.
- Russo, M. (2014). Fenomeni dell'oralità critici per l'interpretazione simultanea: un'analisi contrastiva spagnolo-italiano basata sul corpus EPIC. *Cuadernos AISPI: Estudios de Lenguas y Literaturas Hispánicas*, 4, 165–181. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=6249581>
- Russo, M. (2019). Potencialidad del corpus de interpretación EPIC para el análisis léxico, morfosintáctico y semántico. *InTRAlinea: Online Translation Journal*, 21. <http://www.intraline.org/specials/article/2371>
- Russo, M., Bendazzoli, C., & Defrancq, B. (2018). *Making way in corpus-based interpreting studies*. Springer. <https://doi.org/10.1007/978-981-10-6199-8>
- Russo, M., Bendazzoli, C., & Sandrelli, A. (2006). Looking for lexical patterns in a trilingual corpus of source and interpreted speeches: Extended analysis of EPIC (European Parliament

- Interpreting Corpus). *FORUM: International Journal of Interpretation and Translation*, 4(1), 221–254. <https://doi.org/10.1075/forum.4.1.10rus>
- Russo, M., Bendazzoli, C., Sandrelli, A., & Spinolo, N. (2012). The European Parliament Interpreting Corpus (EPIC): Implementation and developments. In F. Straniero Sergio, & C. Falbo (Eds.), *Breaking ground in corpus-based interpreting studies* (pp. 53–90). Peter Lang. <https://doi.org/10.3726/978-3-0351-0377-9/3>
- Russo, M., & Rucci, M. (1997). Verso una classificazione degli errori nella simultanea spagnolo-italiano. In L. Gran, & A. Riccardi (Eds.), *Nuovi orientamenti negli studi sull'interpretazione* (pp. 179–200). Scuola Superiore di Lingue Moderne per Interpreti e Traduttori – Università di Trieste. <http://hdl.handle.net/11368/1938386>
- Salevsky, H. (1993). The distinctive nature of interpreting studies. *Target: International Journal of Translation Studies*, 5(2), 149–167. <https://doi.org/10.1075/target.5.2.03sal>
- Sandrelli, A. (2010). Corpus-based interpreting studies and interpreter training: A modest proposal. In L. N. Zybatow (Ed.), *Translationswissenschaft: Stand und Perspektiven* (pp. 69–90). Peter Lang.
- Sandrelli, A. (2012). Introducing FOOTIE (Football in Europe): Simultaneous interpreting in football press conferences. In F. Straniero Sergio, & C. Falbo (Eds.), *Breaking ground in corpus-based interpreting studies* (pp. 119–153). Peter Lang. <https://doi.org/10.3726/978-3-0351-0377-9/5>
- Sandrelli, A. (2015). Becoming an interpreter: The role of computer technology. *MonTI: Monografías de Traducción e Interpretación, Número especial 2*, 111–138. <https://doi.org/10.6035/MonTI.2015.ne2.4>
- Santos, D. (2004). *Translation-based corpus studies: Contrasting English and Portuguese tense and aspect systems*. Rodopi.
- Santos, E. S., Calil, E., Pereira, L. A., & Coimbra, R. L. (2018). Diversidade e densidade lexical em textos escritos por alunos recém-alfabetizados: um estudo descritivo de produções individuais e em diádes. *Calidoscópico*, 16(1), 25–32. <http://revistas.unisinos.br/index.php/calidoscopio/article/view/cld.2018.161.03>
- Sardinha, T. B. (2000). Lingüística de corpus: histórico e problemática. *DELTA: Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada*, 16(2), 323–367. <https://doi.org/10.1590/S0102-44502000000200005>
- Sardinha, T. B., & São Bento Ferreira, T. L. (Eds.). (2014). *Working with Portuguese corpora*. Bloomsbury Academic. <https://doi.org/10.5040/9781472593641>
- Sawyer, D. B. (2004). *Fundamental aspects of interpreter education: Curriculum and assessment*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.47>
- Seleskovitch, D. (1968). *L'Interprète dans les conférences internationales. Problèmes de langage et de communication*. Lettres Modernes Minard.
- Seleskovitch, D. (1975). *Langage, langues et mémoire : étude de la prise de notes en interprétation consécutive*. Lettres Modernes Minard.
- Seleskovitch, D., & Lederer, M. (1984). *Interpréter pour traduire*. Didier Érudition.
- Setton, R. (2011). Corpus-based interpretation studies (CIS): Overview and prospects. In A. Kruger, K. Wallmach, & J. Munday (Eds.), *Corpus-based translation studies: Research and applications* (pp. 33–75). Continuum International.
- Shlesinger, M. (1989). *Simultaneous interpretation as a factor in effecting shifts in the position of texts in the oral-literate continuum* [Dissertação de mestrado não publicada]. Universidade de Tel-Aviv.
- Shlesinger, M. (1995). Shifts in cohesion in simultaneous interpreting. *The Translator*, 1(2), 193–214. <https://doi.org/10.1080/13556509.1995.10798957>

- Shlesinger, M. (1998). Corpus-based interpreting studies as an offshoot of corpus-based translation studies. *Meta: Translators' Journal*, 43(4), 486–493. <https://doi.org/10.7202/004136ar>
- Shlesinger, M. (2003). Effects of presentation rate on working memory in simultaneous interpreting. *The Interpreter's Newsletter*, 12, 37–49. <http://hdl.handle.net/10077/2470>
- Shlesinger, M. (2009). Towards a definition of interpretese: An intermodal, corpus-based study. In G. Hansen, A. Chesterman, & H. Gerzymisch-Arbogast (Eds.), *Efforts and models in interpreting and translation research: A tribute to Daniel Gile* (pp. 237–253). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.80.18shl>
- Silva, A. S. (1997). A linguística cognitiva. Uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, 1(1/2), 59–101.
- Silva, F., & Ferreira, I. (2008). Anáfora nominal e modificação adjectival. In F. Oliveira, & I. Duarte (Eds.), *O fascínio da linguagem: actas do colóquio de homenagem a Fernanda Irene Fonseca* (pp. 130–146). Centro de Linguística da Universidade do Porto.
- Simões, A. B., & Leitão, M. M. (2014). A influência da coesão e da coerência no processamento correferencial de pronomes e nomes repetidos em português brasileiro. *Letrônica*, 7(1), 198–224. <https://doi.org/10.15448/1984-4301.2014.1.16713>
- Simon, E. (2019). The definition of named entities. In B. Gyuris, K. Mády, & G. Recski (Eds.), *K + K = 120. Papers dedicated to László Kálmán and András Kornai on the occasion of their 60th birthdays* (pp. 481–497). MTA Research Institute for Linguistics. http://clara.nytud.hu/~kk120/2019/simon_kk120.pdf
- Sinclair, J. (1996). *Preliminary recommendations on corpus typology*. EAGLES Document EAG-TCWG-CTYP/P. <http://www.ilc.cnr.it/EAGLES96/corpusyp/corpusyp.html>
- Snell-Hornby, M. (2006). *The turns of translation studies: New paradigms or shifting viewpoints?* John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.66>
- Snell-Hornby, M., Pöchhacker, F., & Kaindl, K. (Eds.). (1994). *Translation studies: An interdisciplinary*. John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.2>
- Snelling, D. (1992). *Strategies for simultaneous interpreting: From Romance languages into English*. Campanotto.
- Sorace, A. (2011). Pinning down the concept of 'interface' in bilingualism. *Linguistic Approaches to Bilingualism*, 1(1), 1–33. <https://doi.org/10.1075/lab.1.1.01sor>
- Sorace, A., & Filiaci, F. (2006). Anaphora resolution in near-native speakers of Italian. *Second Language Research*, 22(3), 339–368. <https://doi.org/10.1191/0267658306sr271oa>
- Sousa, O. (1996). *Construindo histórias. Quando, então, depois: marcadores aspectuo-temporais em narrativas de crianças*. Estampa.
- Spinolo, N. (2018). Studying figurative language in simultaneous interpreting: The IMITES (Interpretación de la Metáfora entre ITaliano y ESpañol) corpus. In M. Russo, C. Bendazzoli, & B. Defrancq (Eds.), *Making way in corpus-based interpreting studies* (pp. 133–155). Springer. https://doi.org/10.1007/978-981-10-6199-8_8
- Straniero Sergio, F. (2012). "You are not too funny": Challenging the role of the interpreter on Italian talkshows. In C. Baraldi, & L. Gavioli (Eds.), *Coordinating participation in dialogue interpreting* (pp. 71–98). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.102.04str>
- Stubbs, M. (1983). *Discourse analysis: The sociolinguistic analysis of natural language*. University of Chicago Press.
- Taylor, C. (2008). What is corpus linguistics? What the data says. *ICAME Journal*, 32, 179–200. http://sro.sussex.ac.uk/id/eprint/53389/1/what_is_corpus_linguistics.pdf
- Timarová, S. (2015). Time lag. In F. Pöchhacker (Ed.), *Routledge encyclopedia of interpreting studies* (pp. 418–420). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315678467>
- Tognini-Bonelli, E. (2001). *Corpus linguistics at work*. John Benjamins.

- <https://doi.org/10.1075/scl.6>
- Tohyama, H., & Matsubara, S. (2006a). Collection of simultaneous interpreting patterns by using bilingual spoken monologue corpus. In N. Calzolari, K. Choukri, A. Gangemi, B. Margaard, J. Mariani, J. Odijk, & D. Tapias (Eds.), *Proceedings of the fifth international conference on language resources and evaluation* (pp. 2564–2569). European Languages Association.
- Tohyama, H., & Matsubara, S. (2006b). Development of web-based teaching material for simultaneous interpreting learners using bilingual speech corpus. In E. Pearson, & P. Bohman (Eds.), *Proceedings of EdMedia 2006: World conference on educational multimedia, hypermedia & telecommunications* (pp. 2906–2911). Association for the Advancement of Computing in Education.
- Tohyama, H., Matsubara, S., Kawaguchi, N. & Inagaki, Y. (2005). Construction and utilization of bilingual speech corpus for simultaneous machine interpretation research. In *Proceedings of the 6th and the 9th European conference on speech communication and technology* (pp. 1585–1588). International Speech Communication Association. <http://hdl.handle.net/2237/93>
- Torsello, C. (1996). Theme as the interpreter's path indicator through the unfolding text. *The Interpreter's Newsletter*, 7, 113–149. <http://hdl.handle.net/10077/8995>
- Torsello, C. (1997). Linguistics, discourse analysis and interpretation. In Y. Gambier, D. Gile, & C. Taylor (Eds.), *Conference interpreting: Current trends in research. Proceedings of the international conference on interpreting: What do we know and how?* (pp. 167–186). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/btl.23.11tor>
- Toury, G. (1980). *In search of a theory of translation*. Porter Institute for Poetics and Semiotics, Universidade de Tel Aviv.
- Treisman, A. M. (1965). The effects of redundancy and familiarity on translating and repeating back a foreign and a native language. *British Journal of Psychology*, 56(4), 369–379. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8295.1965.tb00979.x>
- União Europeia. (2011). *Código de Redação Interinstitucional*. Serviço das Publicações da União Europeia. <https://doi.org/10.2830/40150>
- Van Dijk, T. (1976). Sentence and discourse topic. *Papers in Slavic Philology*, 1, 49–61.
- Van Hoof, H. (1962). *Théorie et pratique de l'interprétation*. Max Hueber Verlag.
- Vandepitte, S., & De Sutter, G. (2013). Contrastive linguistics and translation studies. In Y. Gambier, & L. Doorslaer (Eds.), *Handbook of translation studies* (Vol. 4, pp. 36–41). John Benjamins. <https://doi.org/10.1075/hts.4.con4>
- Vilela, M. (1999). *Gramática da língua portuguesa*. Almedina.
- Vinay, J.-P., & Darbelnet, J. (1958). *Stylistique comparée du français et de l'anglais : méthode de traduction*. Didier.
- Vuorikoski, A.-R. (2004). *A voice of its citizens or a modern tower of Babel? The quality of interpreting as a function of political rhetoric in the European Parliament* [Tese de doutoramento, Universidade de Tampere]. Trepo: Open institutional repository of Tampere University. <https://trepo.tuni.fi/handle/10024/67348>
- Wadensjö, C. (1998). *Interpreting as interaction*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315842318>
- Wang, B. (2009). *Description of standards in interpreting and its application – A study based on the Corpus of Consecutive Interpreting in Chinese Premier Press Conferences*. [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade de Estudos Estrangeiros de Guangdong.
- Wang, B. (2012). A descriptive study of norms in interpreting: Based on the Chinese-English Consecutive Interpreting Corpus of Chinese Premier Press Conferences. *Meta: Translators' Journal*, 57(1), 198–212. <https://doi.org/10.7202/1012749ar>

- Wehrmeyer, E. (2019). A corpus for signed language interpreting research. *Interpreting*, 21(1), 62–90. <https://doi.org/10.1075/intp.00020.weh>
- Xavier, M. F., & Mateus, M. H. M. (Eds.). (1992). *Dicionário de termos linguísticos* (Vol. 2). Edições Cosmos.
- Yamada, M., & Lourenço-Gomes, M. C. (2019) Lexical selection and gender agreement processing. In A. Botinis (Ed.), *Proceedings of 10th International Conference on Experimental Linguistics 25-27 September 2019, Lisbon, Portugal* (pp. 209–212). ExLing Society. <https://doi.org/10.36505/ExLing-2019/10/0051/000411>
- Zwischenberger, C. (2013). *Qualität und Rollenbilder beim simultanen Konferenzdolmetschen*. Frank & Timme.

APÊNDICES

Apêndice A. Transcrições dos subcorpora ORG-PT e INT-EN

Apêndice B. Transcrições dos subcorpora ORG-EN e INT-PT

Apêndice C. Tabelas de frequências absolutas e relativas

Apêndice A. Transcrições dos Subcorpora ORG-PT e INT-EN

<p>ID: 2AC4PT</p> <p>Obrigado, Senhora Presidente. Senhora Presidente, Senhora Comissária, quero começar por cumprimentar o Colega Audy pelo seu excelente relatório. A avaliação intercalar, embora tardia, permitiu salientar os aspetos críticos do Sétimo Programa, a sua burocracia excessiva, o desinteresse da indústria, o número e complexidade dos novos instrumentos, o fraco ritmo dos desembolsos. Existe ainda um risco maior de avultadas transferências de verbas do corrente programa-quadro para programas de grande dimensão e de discutível valor acrescentado. Mas permitiu, também, salientar aspetos positivos, uma maior articulação e cooperação internacional entre grupos científicos em projetos comuns, alguns casos de sucesso, entre eles o Conselho Europeu de Investigação, e um maior equilíbrio de género. Há prioridades que devem ser desenvolvidas. Em primeiro lugar, a simplificação, em segundo lugar, promover a excelência científica, não em to- em alguns países mas em toda a Europa, uma maior ligação do programa-quadro com a inovação, com instrumentos dirigidos a pequenas e médias empresas e ao empreendedorismo, dos quais o mais bem sucedido é o programa Eurostar, o qual deve ser alargado. Obrigado, Senhora Presidente.</p>	<p>ID: 2AC4EN</p> <p>Thank you very much, Madam President, Commissioner. To start off with, I would like to congratulate Mr Audy for his excellent report. The mid-term review has been delayed but despite this I think that it looks at FP7 and flags up excessive red tape, too much complexity and the fact that it hasn't gathered enough pace where payments are made. I also think that there is a huge risk when it comes to the transfers of credit, appropriations that is, when we're talking about big projects. But there're also a lot of good elements here, a lot of cooperation between scientific groups and we have some real success stories, the European Research Council for example. And there's also better gender equality. I think that we have to develop a set of priorities. First of all we have to go for streamlining, then we have to promote scientific excellence not only for some countries but for the whole of Europe. I also think that the framework programme should be more linked to innovation and the tools that are earmarked for entrepreneurs and SMEs, including Eurostar. I think Eurostar should be expanded. Thank you.</p>
<p>ID: 8JF42PT</p> <p>Obrigado, Senhora Presidente. Estamos perante uma peça mais do edifício da política comercial da União Europeia. Um edifício que vai crescendo a olhos vistos, com consequências que afetam profunda mas distintamente os diferentes Estados-Membros. Os acordos que dão expressão concreta a esta política assentam fundamentalmente no livre comércio, cujos objetivos e efeitos são bem evidenciados pela retórica que se lhe associa, a dos efei- a dos interesses ofensivos, como se de uma guerra se tratasse. São acordos que</p>	<p>ID: 8JF42EN</p> <p>Thank you, Madam Chair. We're now constructing a further step towards trade policy of the EU with significant implications for the various Member States being affected in different ways. We're talking about a free trade agreement and the implications are very clear from the rhetoric. We're talking about offensive interests as, and that are being talked about as though we were at war. But there's no democratic legitimacy for these negotiations. All of this is being carried out behind closed doors and we don't know what</p>

<p>carecem cada vez mais de legitimidade democrática, já que são negociados quase sempre no maior secretismo, nas costas dos cidadãos, procurando ocultar os seus impactos económicos, sociais e ambientais, fugindo ao debate informado e ao esclarecimento. E assim é, mais uma vez. Com as negociações numa fase que se diz ser bastante avançada e com conclusão prevista ainda em 2011, estão ainda por discutir, em toda a sua extensão, os seus impactos setoriais e por país. O seu conteúdo não é novo, abertura de mercados, liberalização dos serviços, incluindo os serviços públicos, crescentemente mercantilizados, à mercê de multinacionais, com dificuldades acrescidas impostas aos Estados no exercício da sua função social nestas áreas. As consequências são também bem conhecidas, domínio de mercados para uns, afetação de sistemas produtivos mais débeis e pretextos acrescidos para ataques a direitos e condições de vida e de trabalho. Muito obrigado.</p>	<p>the social implications will be. We can't have a debate, an informed debate. This is yet another example. We're talking about negotiations that are advanced and that we can conclude the agreement this year, in 2011, but the implications for the various countries and sectors is not clear. The content is of course familiar, liberalisation, services, public interests, the actions of various companies, but we don't know exactly who the players are. But we know what the effects are. Markets are going to be opened up but productive systems are going to be damaged by this. Thank you.</p>
<p>ID: 8JF43PT</p> <p>Obrigado Senhora Presidente. Indiferentes à devastação económica e social causada pelos ajustamentos estruturais com chancela do FMI em países como a Grécia, os Senhores desta União Europeia aprofundam a ofensiva e lançam-se agora sobre Portugal com receita idêntica e com incontida arrogância colonial. Em troca de um empréstimo de 78 mil milhões de euros, prepara-se a entrega de empresas e de recursos nacionais, o corte nos salários e nas pensões, num país em que o salário mínimo não chega aos 500 euros, o encerramento de serviços públicos, o aumento dos preços de bens e serviços essenciais e o pagamento, só em juros, de 30 mil milhões de euros, cerca de 40% do montante do empréstimo. Mais de dois terços destes juros vão para a própria União Europeia. É este o significado da propagandeada solidariedade europeia. A persistência neste rumo levará inevitavelmente ao intensificar da luta social que por toda a Europa e também em Portugal se tem travado. Aqui estamos e estaremos para</p>	<p>ID: 8JF43EN</p> <p>Thank you, Madam Chair. We have various economic impacts that have been brought about by the IMF as in Greece. We've got further measures being taken in Portugal, with the same recipe being applied and the same colonial arrogance being invoked. We're spending billions but national resources need to be returned. Salaries have been cut, the minimum wage doesn't even reach 500 euros. Thirty billion euros need to be repaid without interest, that is 30% of the total amount of money, and this is money that's paid back to the EU. This is the result of the solidarity we're talking about, which means that the social struggle is being strengthened. There will be implications for people in Portugal. We of course want to see a change, we want to see things improve but there has to be another way of doing things here in Europe.</p>

<p>a apoiar e animar, certos de que é nela que germinará a mudança e se afirmará a alternativa cada vez mais necessária e urgente nesta Europa. Muito obrigado.</p>	
<p>ID: 71F39PT</p> <p>Depois de todas as declarações de circunstância do Ano Europeu contra a Pobreza, a Comissão Europeia persiste na sua total indiferença perante o agravamento da pobreza, designadamente da pobreza infantil, do desemprego, do aumento de milhões de trabalhadores pobres por causa do trabalho precário e mal pago. Mas agora já não se limita a orientações neoliberais, com todas as graves consequências nos países de economias mais frágeis, onde era imperioso aprofundar políticas públicas para apoiar serviços públicos, criar empregos com direitos e erradicar a pobreza. Nos memorandos como aquele que a troika do FMI, do Banco Central Europeu e da Comissão Europeia fez com governantes portugueses, exigiu políticas antissociais, incluindo a alteração da lei dos despedimentos, privatizações e ataques à segurança social pública e universal, que só podem conduzir ao retrocesso social, condenando os trabalhadores e o povo ao desemprego, à pobreza, ao subdesenvolvimento, à dependência extrema, transformando Portugal num mero protetorado das potências da União Europeia. Tudo isto em troca de um empréstimo que os portugueses têm de pagar, a taxas muito elevadas, para alimentar os ganhos do capitalismo financeiro internacional, mesmo quando já se sabe que tais medidas nada resolvem, como demonstra o exemplo da Grécia. Por isso aqui fica o protesto contra tais medidas, protesto esse que vai continuar em Portugal e também aqui na União Europeia.</p>	<p>ID: 71F39EN</p> <p>Thank you very much. The, the statements on the fight against poverty are very important, but despite this the Commission seems indifferent to poverty and employment and poor workers that are poor because they have insecure jobs. But this isn't just about neoliberal policies, with the consequences that this has in fragile economies, where it was necessary or would have been necessary to create jobs with rights and to shore up the public sector. The troika and the IMF, the agreements that have been signed with Portuguese leaders go against the rights of the people. This includes privatizations and attacks against national social security systems, and I think that this is retrograde, and it means that people will be poor and they will be extremely dependent, making Portugal a mere attachment to the big powers. This is just whetting the appetite of international financial markets, but the problems won't be solved as the Greek example has demonstrated. So the protests that are taking place will continue.</p>
<p>ID: 3CC7PT</p> <p>Muito obrigado, Senhor Presidente. Durante o debate, um colega nosso disse que deixar entrar a Roménia e a Bulgária seria uma decisão infantil. Não estou nada de acordo. Acho que quando nós chegamos à idade adulta apreciamos os argumentos racionais e, se</p>	<p>ID: 3CC7EN</p> <p>Thank you very much, Mr. President. During the debate a colleague of ours said that allowing Romania and Bulgaria to join would be a childish decision but I don't at all agree. I think when you come to be adult you appreciate rational arguments and if we're</p>

<p>formos adultos bem formados, apreciamos os julgamentos racionais que são justos. E para ser justo não podemos contemporizar com double standards. Aquilo que temos que perguntar é se a Bulgária e a Roménia cumprem ou não as condições para entrar em Schengen e se cumprem devem entrar. É legítimo que os seus cidadãos possam ser considerados cidadãos europeus de corpo inteiro. E os cidadãos da Bulgária e da Roménia não devem ser reféns de discursos populistas. Relativamente a Schengen nós sabemos que nem tudo está bem. Por isso, estamos a defender um novo sistema de avaliação de Schengen, para poder identificar os problemas, para poder responder com consequência e para poder tomar decisões se os problemas permanecerem. Mas a discussão sobre o novo sistema de avaliação de Schengen também não pode fazer dos cidadãos da Bulgária e da Roménia reféns desse processo legislativo. São processos diferentes, cada um com o seu ritmo. Finalmente, Senhora Ministra Györi, muito obrigado pela referência simpática a Portugal e ao SIS One For All que facilitou a entrada de vários países e também do seu na- no Espaço Schengen. Agradeço-lhe muito essa referência simpática e essa recordação. Queria que levasse ao Conselho o retrato deste debate e sobretudo, como espero, o retrato da votação que faremos amanhã, que acredito vai ser muito expressiva, que o Conselho perceba que quando a assembleia que representa os cidadãos da Europa, por uma tão grande maioria como espero, diz sim à Bulgária e à Roménia, espero que o Conselho o faça no mais curto espaço possível de tempo. Muito obrigado.</p>	<p>properly trained adults, we can appreciate rational judgments when they are fair ones. And if we're to be fair, we can't judge with double standards. And what we have to judge is whether Romania and Bulgaria meet the conditions to join Schengen and if they meet the conditions, they have to be let in. It's very right then that their citizens should be regarded as fully European citizens. The citizens of Bulgaria and Romania should not be the hostages of populist discourse. As to Schengen we know that not everything is right, which is why we need a new Schengen evaluation system to identify the problems in order to react in a proper way and take decisions if those problems remain in existence. But the decision on the new Schengen evaluation system cannot once again make the Bulgarians and the Romanians hostages. These are different decisions, moving at different speeds. Lastly, Madam President-in-Office, thank you for your kind references to Council- to Portugal as being the country that assisted the entry of central countries, including yours, to Schengen. It was a very kind reference. I hope that you will reflect this debate and report on it in Council and, above all, report on our vote tomorrow, which I think will be a very positive one, so that Council will then understand that when you have an assembly representing the citizens of Europe by such a very large majority saying yes to Europe then that is something that needs to be- yes to Schengen in this case, that's something that needs to be reflected by the Council as soon as possible.</p>
<p>ID: 16MP14PT Muito obrigado, Senhor Presidente. Tenho estado a ouvir este debate e portanto vou fazer uma intervenção a contracorrente. E a primeira pergunta é esta, é se é sustentável, se é sustentável uma moeda sólida sem um orçamento europeu forte. A resposta, na minha opinião, é não, não é possível. E a crise das dívidas soberanas prova exatamente isto. Prova</p>	<p>ID: 16MP14EN Thank you very much indeed, President. I've listened to this debate and I'm going to go against the current at the moment here. My first question is if it's sustainable, if you're going to have, can you have a solid currency without a strong European budget. To my way of thinking, it's not possible to have a strong currency without a strong budget. The</p>

<p>que se tivéssemos hoje um orçamento forte não teria havido ataque especulativo às dívidas soberanas da Grécia ou de Portugal. E é exatamente a isto que nós temos que responder e eu creio que este é o principal problema a que o relatório do colega Garriga não responde. É que o rel- falta a este relatório ambição. A possibilidade de um aumento marginal de 5% nos orçamentos europeus só parece muito à luz das opiniões de sua Majestade a Rainha de Inglaterra. Na verdade, o problema é outro. É que não é possível estabelecer prioridades para o crescimento e para a criação de emprego com um orçamento europeu basicamente congelado. Não é possível responder às novas obrigações decorrentes dos Tratados com um orçamento basicamente congelado. Não é possível pensar que a política de coesão chega, porque não chega quando a Europa regressa à divergência social no interior do seu território. E uma última observação. Nós votaremos favoravelmente a taxa sobre as transações financeiras, mas entendamo-nos, ela só verá a luz do dia quando a Europa tiver a coragem de a aplicar independentemente dos outros.</p>	<p>problem- crisis of sovereign debt shows that. If we had today a strong budget, we wouldn't have speculative attacks on the sovereign debt of Greece or Portugal. And that's precisely what we've got to reply. That's the message to get over, that's the main problem which is not responded to in the Garriga report. And I think that's the ga- the gap, the gap is ambition, we don't have enough ambition. Can we have a marginal increase of 5% in European budgets? I know it seems a lot in the opinion of the subjects and of Her Majesty and Her Majesty herself. But I think it's not possible to set up priorities for growth and jobs with a European budg- budget which is basically frozen. It's just not possible to respond to the new requirements of what States have to face up to with a frozen community budget. You can't ha- have just a cohesion policy. It's not- it's not enough to have a cohesion policy when the European Union is actually on a- on the path of regress. So we will vote in favour of a financial transaction tax, we'll tell you that. But we'll only do something when Europe applies its decisions independently of others.</p>
<p>ID: 7IF43PT Obrigada, Senhor Presidente. É inadmissível que neste momento de grave crise na Zona Euro, devido às políticas neoliberais e à falta de solidariedade e de coesão económica e social, não se preconize uma rutura e uma mudança nas políticas da União Europeia e nos seus recursos financeiros. Quando se vive uma crise económica e social, um dos maiores desafios que se coloca é encontrar um novo quadro financeiro plurianual em que haja um aumento significativo do orçamento comunitário para apoio da coesão económica e social, acompanhado da diminuição da obrigatoriedade da comparticipação nacional, reduzindo-a no máximo a 10% do projeto apresentado sobretudo nos países com maiores dificuldades financeiras que aposte no investimento, em serviços públicos, no apoio à produção, na criação de emprego com direitos, na erradicação da pobreza, das desigualdades</p>	<p>ID: 7IF43EN President, thank you. It's inadmissible in the current, serious crisis in the euro zone, due to neoliberal policies and lack of solidarity and economic cohesion, social cohesion as well, that we should be looking to a change and a break in European policies when it comes to the finance. If you've got an economic and social area, the major challenges are the Multiannual Financial Framework. You can have an inc- significant increase in community monies to support economic and social cohesion there, flanked with a reduction of necessity of Member States to participate. Unless we do things properly, countries which have financial difficulties are going to have problems investing in public investment areas, in getting rid of poverty, getting rid of social inequalities and any type of discrimination, particularly gender discrimination. They can't do that unless we</p>

<p>sociais e de todo o tipo de discriminações, designadamente de género. Impõe-se, igualmente, a promoção da paz, da cooperação e do apoio ao desenvolvimento, uma forte redução das despesas militares e de representação externa. É por tudo isto que consideramos que o relatório fica muito aquém do que é necessário para um futuro melhor e mais justo para a Europa e para os cidadãos.</p>	<p>have the right conditions. What we should be doing is promoting peace, cooperation, development, reduction of military expenditure and external representation. That's what we should be doing and that's where I think the report is far below the mark for a better, a fairer future for Europe and its citizens. Thank you.</p>
<p>ID: 9MF10PT</p> <p>Muito obrigado, Senhor Presidente, caros Colegas. Quero felicitar os relatores pelo excelente trabalho que efetuou e que se traduz num relatório que permite dar um bom início à construção do próximo quadro financeiro plurianual e constitui um desafio para a Comissão e para o Conselho. Este é um relatório ambicioso e em simultâneo um relatório realista. Espero que todas as instituições tenham retirado as devidas lições da crise financeira, económica e social que teima em não nos largar. Uma para mim é clara. Só uma Europa unida, solidária, com uma governação económica reforçada, concertada e convergente, estará à altura de enfrentar com sucesso os desafios políticos que temos pela frente. Precisamos de mais e melhor Europa. Necessitamos de dar primazia ao método comunitário em detrimento do método intergovernamental, precisamos de reforçar o orçamento. A estratégia da União Europeia 2020 é consensual, as suas prioridades são claras e os objetivos mensuráveis. Será o guia das próximas perspetivas financeiras. No entanto, esta estratégia só terá sucesso se existir um orçamento que corresponda às suas ações, aos seus objetivos. Neste sentido, é necessário que os montantes do quadro financeiro plurianual estejam à altura da ambição, do compromisso que é a estratégia da União Europeia 2020. A política de coesão resulta também do princípio da solidariedade. É importante que esta coesão seja económica, social e territorial, e que puxe pelas regiões mais pobres. Considero por isso fundamental que as verbas para a política de coesão sejam pelo menos mantidas nos</p>	<p>ID: 9MF10EN</p> <p>Yes, colleagues, I would like to congratulate the rapporteur for his excellent work because he permits us to really be- do things in the right way. A good start, financially speaking, within the framework of the MFF and of course what we have here is a very ambitious report, but a r- very realistic one as well. So I think that all of the institutions have learned their lesson from the major financial crisis that we've experienced. We are a united Europe, a Europe of solidarity and we are trying to converge, to converge our policies. So I hope that we'll be able to confront the major challenges of the future that are before us, and, and I hope that the community will prevail as far as how budgetary things are done, and I hope that we'll be able to strengthen our budgetary strategy for the future. Europe 2020 is a very important strategy and these particular aims and targets have to be measurable within the MFF, but this particular strategy will only succeed if we take into consideration those particular actions and the distant targets. So the Multiannual Financial Framework will have to take into consideration this future strategy, this Europe 2020 strategy. We're also basing all of this on the principle of solidarity. Convergence is going to have to be economic, it's going to have to be social, and it's going to have to be regional as well. We need the funds, we need the necessary funds in order to deal with all of the challenges of the future. We're going to have to promote an MFF where revenues don't depend on national resources at 80%.</p>

<p>mesmos montantes, assim como as verbas para a política agrícola comum. É ainda importante que se avance para um quadro financeiro plurianual cujas receitas não dependam em mais de 80% dos orçamentos nacionais. Muito obrigado.</p>	
<p>ID: 12GC7PT</p> <p>Senhor Presidente, Senhor Comissário, começo por felicitar o relator pelo excelente trabalho. Congratulo-me pelo facto de as prioridades apresentadas neste relatório estarem de acordo com a Estratégia Europa 2020 e colocarem o crescimento no centro das políticas europeias. Precisamos de mais e melhor Europa. Nesse sentido, devemos valorizar as áreas que melhor contribuem para a competitividade, como a investigação científica, a inovação e a energia. É por isso necessário aumentar substancialmente o financiamento da ciência e inovação de modo a promover a excelência científica em toda a Europa. É igualmente importante reforçar o sistema europeu de financiamento de ciência de modo a concretizar o objetivo do investimento de 3% do PIB. Por outro lado, o novo orçamento deverá promover o aumento da eficiência energética, apoiar a construção de infraestruturas do futuro, em particular de infraestruturas da energia, criando as condições necessárias para a competitividade da indústria europeia. É necessário reforçar o papel da indústria, e em particular das PMEs, contribuindo para reforçar a liderança europeia num mundo globalizado. Muito obrigada.</p>	<p>ID: 12GC7EN</p> <p>Commissioner, President, first of all I would like to congratulate the rapporteur because he took into consideration the basic priorities which are- go hand in hand with 2020. We're speaking about development which will be at the epicentre of European policies. We need better and more Europe. And that's why we're going to have to assess the various sectors which help us to increase our competitiveness, such as the sciences, energy and research. We have to take into consideration that research and development and innovation within European- innovation is extremely important. Thus we hope to achieve a 3% level as far as the GD- GDP, that's the target. So we have to increase energy yield, we have to improve infrastructure, particularly energy infrastructure, so that we can have the necessary conditions for us to be more competitive, for European industry to be competitiveness- competitive and in order to bolster SMEs, in order to bolster Europe's image throughout the world.</p>
<p>ID: 5EE17PT</p> <p>Muito obrigada, Senhor Presidente. As minhas expetativas em relação ao próximo Conselho são bastante baixas porque a- na União Europeia reina a divisão. Em vez de decisão há hesitação. Em vez de solidariedade há egoísmo. E é assim que vai a Europa. Vejamos o caso grego. Não vou falar de Portugal, o meu país, uma vez que o novo Governo acaba de tomar posse. Resta-me portanto desejar-lhe as maiores felicidades para bem dos portugueses e da Europa. Falemos então da Grécia. A Grécia</p>	<p>ID: 5EE17EN</p> <p>Thank you. As regards the forthcoming Council my expectations are very low because in the EU disorder reigns. Instead of decisiveness we got hesitation, instead of solidarity we got egoism and that is the way Europe is going today. Let's look at the Greek situation. I'm not going to talk about Portugal, my own country, because we've just had a new government that's taken office so all I can do there is to wish the new government every success in the interest of the Portuguese</p>

não é um país qualquer. É há décadas membro de pleno direito da União Europeia e pertence ao Eurogrupo. Importa recordar que a Grécia foi o berço da democracia. Estes factos deveriam ser suficientes para que a Grécia fosse tratada com mais respeito pela União Europeia. Os gregos têm responsabilidades pela dramática situação em que se encontram, mas as Instituições europeias não têm menos. O Primeiro-Ministro Papandreu tem feito tudo o que está ao seu alcance para sair da difícil situação. Com enorme coragem e muita dignidade, adotou as medidas de austeridade possíveis e impossíveis. O que se passa com a Grécia pode vir a ser válido para a Irlanda ou para Portugal, para a Espanha ou para a Bélgica, para a Itália ou para a França. Pergunto às Instituições europeias como é que os países em dificuldades podem suportar os juros escandalosos que lhe são impostos e ao mesmo tempo reduzir o défice orçamental e a dívida pública e promover o crescimento económico e criar emprego. Não nos parece que, com tal terapêutica, estes países correm o risco de não morrer da doença mas da cura? Este não é o caminho. É preciso um plano concertado para defender a moeda única, combater a especulação sobre as dívidas soberanas e denunciar as agências de rating, principais responsáveis pela crise que estamos a sofrer. Muito obrigada.

people so let me touch on Greece. Greece is not just any old country. It has been for decades a full member of the EU and is a member of the Euro Group. And it's useful to recall that Greece of course was the cradle of democracy. Those should be sufficient factors to merit the greatest respect from the EU for Greece. The Greeks have a great deal of responsibility for the dramatic situation in which they find themselves but so do the European institutions. Mr. Papandreu, the Prime Minister, has done everything possible to try and get out of the difficult situation, to try and resolve it. He's been courageous and shown great dignity in adopting austerity measures which border on the impossible. So just as in Greece the same sort of thing could happen in Ireland or Portugal, for Spain or Belgium, for Italy or France so let's ask the European institutions and I invite them to answer this question, how can these countries in difficulties stand these scandalous levels of interest and at the same time reduce their budget deficit and the public debt and promote growth and create jobs? These countries are in serious trouble. And is it not the case that for these countries if the disease doesn't kill you, the remedy surely will. This is not the best way to go forward. We shouldn't- we need a plan on stopping speculation on sovereign debt and blow the whistle on the credit rating agencies which are the main causes of the curr- of the crisis. Thank you.

ID: 18PR12PT

Muito obrigado Senhor Presidente. Em primeiro lugar queria dizer que espero deste Conselho Europeu, especialmente com o clima que se está a viver nestas últimas semanas, uma decisão de grande responsabilidade. E de mais responsabilidade do que aquela que existiu no último Conselho, em que se procurou adiar um problema por três meses, apenas por causa de calendários eleitorais. Espero dessa decisão de responsabilidade essencialmente que se perceba que as questões económicas e financeiras são cruciais e decisivas para a

ID: 18PR12EN

Thank you, President. First of all I would say that my expectation for this Council, particularly given the current climate over the last few weeks, I would expect a decision and an attitude of great responsibility, more so than in the last Council, where there was an attempt to postpone the matter, postpone any decision for a further three months. So I would hope that there would be that level of responsibility because economic and financial decisions are crucial for the future of Europe. But economic and financial matters are also

<p>Europa, mas que as questões económicas e financeiras são instrumentais para aquela que é a finalidade principal da Europa, que é a finalidade de manter a paz. Se se fizer uma aproximação aos problemas, que leve apenas e só a que os Estados comecem a desconfiar uns dos outros, a instalar a desconfiança entre os diferentes Estados, a criar e a atizar diferenças e rivalidades entre Estados do sul e Estados do norte, entre Estados centrais e Estados periféricos, aquilo a que nós seremos conduzidos é ao declínio da União Europeia. Creio que o que está em causa neste Conselho Europeu, independentemente das soluções técnicas, independentemente das desavenças políticas, é saber se nós queremos ou não que o projeto europeu continue um projeto válido para a estratégia de paz na Europa. Julgo que é isso que está em causa. Aquilo que noto em muitos discursos de líderes, tanto daqueles que estão em países em dificuldades como daqueles países que são países pagadores e contribuintes, s- é um discurso irresponsável que muitas vezes até faz apelo a algumas características das nacionalidades que são extremamente negativas. Apelo por isso e apenas só isso ao sentido de responsabilidade dos líderes dos governos europeus para encontrarem soluções que conduzam a Europa a uma saída e a uma solução. Muito obrigado.</p>	<p>crucial when we think that the ultimate aim of Europe is to maintain peace. If we look at the problems that we face we find that the states-Member States are starting to mistrust one another. There's a lack of confidence and they are stoking, stimulating differences between them, between north and south, between central states and peripheral states. And what we're seeing is the beginning of a decline in the European Union and I would hope that despite or independently of technical decisions of political circumstances the ultimate questions is, do we want the European project to be a valid model for a peace strategy in Europe? I really think that this is what is at stake. What I find in many speeches by our leaders, including those from countries in difficulties and contributing countries, these speeches are irresponsible. They even bring out some of the insight, comments and thoughts about national specificities and features that are most unfortunate. So then I think we need to have the right level of responsibility to get a good decision and resolve this crisis.</p>
<p>ID: 13CN6PT</p> <p>Muito obrigada. O longo processo de trabalho que este importante relatório exigiu, incluindo os muitos compromissos alcançados, tornou-o num documento bastante amplo e equilibrado dos diversos interesses que a PAC tem de dar resposta. Este relatório constitui uma boa orientação para as propostas legislativas, pelo que felicito o seu relator. Não obstante há algumas propostas que me preocupam e que irei acompanhar com particular cuidado na sua evolução. Refiro-me à redistribuição das ajudas que considero dever ser feita intransigentemente, apenas no âmbito do primeiro pilar e com base em critérios puramente objetivos, para que o sentido da</p>	<p>ID: 13CN6EN</p> <p>Thank you very much. We've been through a long procedure, there's been many amendments that have been tabled and compromises reached, now we have a balanced report taking into account different interests. This report is a good guideline for proposals, legislative proposals and I would like to congratulate the rapporteur. Nonwithstanding there are some proposals that are of concern that I will be looking at very carefully as things develop, such as the redistribution of aid, which we feel that should be done differently under the first pillar- pillar based on objective criteria to ensure that redistribution isn't subverted through</p>

<p>redistribuição não venha a ser subvertido por via de critérios de correção que apenas tenderão a manter a situação atual. Precisamos de uma PAC mais justa e orçamentada de forma adequada ao que se lhe pede. Refiro-me ainda à necessidade de colocar o castigado setor do leite da- na agenda política da PAC através da aprovação das emendas 16, 12 e 5. Muito obrigada.</p>	<p>cohesion criteria just to maintain the status quo. We need a fairer CAP and we need it to be fairly and appropriately budgeted. We also feel that the milk sector needs to be looked at more carefully, it mustn't be penalised. We have tabled three amendments on this subject. Thank you.</p>
<p>ID: 7IF46PT</p> <p>Obrigada. Este pacote legislativo não é resposta aos graves problemas económicos e sociais que se vivem em muitos países, que afetam trabalhadores e populações e que têm a sua origem fundamental em políticas comunitárias de cariz cada vez mais neoliberal e de maior concentração do poder financeiro e político. O resultado das negociações, alargando exigências do Pacto de Estabilidade e reforçando sanções, evidencia o consenso político existente entre as três Instituições sobre o rumo e as principais orientações da União Europeia, integrando um ataque sem precedentes aos direitos dos parlamentos nacionais, que ficam condicionados pelas orientações neoliberais da União Europeia sobre os orçamentos dos seus países, visando políticas de austeridade para os trabalhadores e os povos, privatizações e reduções de investimentos públicos em setores e serviços essenciais. Depois dos resultados negativos já conhecidos na Grécia, na Irlanda, em Portugal, das lutas dos seus trabalhadores, era tempo de arrepiar caminho e de não continuar a insistir em beneficiar apenas grupos económicos e financeiros sobretudo das potências europeias. O que agora propõem estes diplomas legislativos visa perpetuar estas medidas de ingerência, de submissão dos povos e dos países, transformando em autênticos protetorados ou colónico- ou colónias, aprofundando um caminho que só pode conduzir ao desastre económico e social e à própria implosão da União Europeia. Por isso estamos contra.</p>	<p>ID: 7IF46EN</p> <p>Thank you very much. This legislative package is not the response we need to the serious economic and social problems we're seeing in many countries that are affecting workers and people. These are due essentially to community policies that are moving in an evermore neoliberal direction which have the political and financial consequences that we know. The requirements of the Stability and Growth Pact have been toughened up with more sanctions. Now all of this obviously has negative consequences but we've also reached a situation in which national parliaments are more- coming under more and more attack from the European Union's neoliberal tendencies and all of this has a very negative effect on workers, all these privatisations are a bad thing as well, particularly with regard to essential services. Following the negative results that we've already seen for Greece, Portugal and Ireland, I think this really was the time to begin on a new path, not simply to continue to insist on damaging certain categories of people and favouring other fi- financ- other categories of people, financial groups in Europe. With these measures we are continuing along the lines of bad management. We are causing problems for peoples and causing- turning some countries into colonies or protectorates. We're going to produce economic disaster, there will be an implosion of the European Union, that's why we're against. Thank you.</p>
<p>ID: 4DF6PT</p>	<p>ID: 4DF6EN</p>

<p>Senhor Presidente, eu queria agradecer todos os contributos que este debate trouxe. Queria agradecer muito especialmente porque há pouco não o fiz, o papel essencial que em toda esta matéria tem tido a Presidente do Comité ECON, a Senhora Deputada Sharon Bowles. Eu quero salientar que este pacote do governo económico traz mais transparência às Instituições, traz um melhor papel e maior papel para o Parlamento Europeu e é um pacote que está na linha da defesa do euro. E todos aqueles que acreditam que as soluções ótimas para o crescimento não estão aqui presentes, também não podem deixar de salientar que não conhecem nenhum Estado que tendo as suas contas públicas em ordem deixe de crescer. Os Estados com disciplina orçamental são Estados que crescem na sua economia e nós não nos podemos esquecer disso. E é esse o exemplo que daqui devemos dar. É esse o exemplo que por exemplo o meu país se está neste preciso momento a praticar e quero também fazer uma pergunta a todos os membros deste Parlamento. Podem dizer que hoje este pacote de governo económico está pior do que quando aqui entrou? Podem dizer que não houve melhorias postas por este Parlamento? Não podem, porque não é verdade. Hoje este pacote de governo económico está melhor em relação à proposta inicial da Comissão e está melhor pelo- pelos vários contributos que os deputados deste Parlamento aqui fizeram. E por isso mesmo perante os nossos cidadãos nós temos que dar uma resposta muito clara. Nós queremos uma economia europeia a crescer. Nós queremos estabilidade. Nós com certeza queremos transparência, mas para tudo isso amanhã na altura de voto vamos ter responsabilidade, vamos ter que obrigatoriamente ter um voto responsável e escolher muito bem os parceiros com quem estamos. Pela minha parte a minha opção é muito clara, é de um voto favorável por uma melhor Europa e por uma melhor economia europeia.</p>	<p>Mr. President, I would like to thank all members of the House who participated in this debate. The Chair of the Economic and Social Committee has also played a major role. This package gives us the possibility of introducing a higher degree of transparency. The European Parliament sees its role enhanced. And this is a package therefore which is to the defence of Europe and if those people saying that we don't have adequate solutions for growth in this package, I would respond that those states that have pursued budgetary discipline and have their finances in order will see their economies growing. Let's not forget that. And that is the example that we should have in mind and it is the example that we should follow. And this is precisely what my country is doing, we're trying to follow that example. And could I say to all Members of the European Parliament that, do we think that this economic governance package is worse now than it was when it was first tabled. No, I don't think it is, I think it has been considerably improved over and above the Commission's original version. But that is thanks to the contributions made by European Parliamentarians and I think as far as our citizens are concerned it's important to have faith in a European economy that will grow. We want stability, we want transparency in our accounting systems, but when we come to the vote tomorrow, we will have a responsibility on our shoulders and we must choose those opinions of which we are going to give a favourable vote to. I am going to vote for a better Europe and for a better European economy.</p>
<p>ID: 10CS9PT</p>	<p>ID: 10CS9EN</p>

<p>Muito obrigado, Senhor Presidente. Quanto à rubrica 2, Política Agrícola Comum, três questões essenciais. Relativamente ao primeiro pilar, não se colocam grandes problemas, uma vez que representa cerca de 90% da despesa e ela é executada em cerca de 100%, pelo que saudamos o aumento de 3% da despesa para 2012 porque acomoda perfeitamente os custos do alargamento, que como se sabe na Política Agrícola Comum é progressivo até 2013. O segundo pilar também não coloca problemas especiais porque as dotações são aumentadas e isso é positivo uma vez que vamos a meio do período de programação e com esta crise e com as dificuldades de cofinanciamento de alguns Estados-Membros é importante que aceleremos a execução deste segundo pilar que está na ordem dos 70%. A terceira questão que gostaria de colocar, e esta é a que me parece mais importante, tem a ver com alguns programas específicos, os programas de distribuição de fruta e de leite nas escolas e sobretudo o programa de apoio aos mais carenciados que por força de um acórdão do Tribunal acabou por ser substancialmente reduzido, reduzido porque apenas se considera que devem ser mobilizadas verbas para utilizar excedentes que sejam recolhidos através dos mecanismos de intervenção. Ora num momento de crise tão aguda como esta, solidariedade não deve ser apenas uma palavra- uma prioridade política, mas sobretudo um imperativo de consciência, pelo que apelo à Comissão e ao Conselho que apresentem propostas legislativas no sentido de corrigir esta injusta situação. Muito obrigado.</p>	<p>Thank you very much indeed, President. On 2, chapter 2, CAP, well two basic questions. First of all on the first pillar. Not really major problems there because about 90% of expenditure and it's implemented pretty much 100% worth, 100% worth take-up. And in 2012, it's c- w- we are going to be paying about 13% of the enlargement costs, under that. Now second pillar also no particular special problems, because the transfers are now changed and that allows us to have a coordination period, which allows us to finance in turn Member States who go through certain particular difficulties, and take-up there is about 70%. Now the third question I'd like to put to you is perhaps no less important, linked to some specific problems, problems of distribution of fruit and vegetables to schools and support to the most needy. I think the Court agrees that this is going to be substantively reduced. But I think we should mobilise moneys for this sort of thing and distribute it through intervention mechanisms. We're going through a serious crisis now, we need solidarity. Solidarity is not just a word, as a sort of political priority so called, it is an evidence of conscience, and I think we should make sure the Commission corrects this unfair situation. Thank you.</p>
<p>ID: 16MP15PT Obrigado Senhor Presidente. O meu grupo está de acordo com o mandato de negociação com os governos que hoje vamos aqui aprovar, mas eu gostaria em qualquer modo de suscitar uma questão política, que não está no documento em causa e que tem que ver com a situação que se vive na Grécia e que se vive no meu país, em Portugal, e com declarações recentes de Jean-Claude Juncker. Estes dois países, e outros provavelmente no futuro, podem vir a</p>	<p>ID: 16MP15EN Thank you President. My group- group agrees with the remit of negotiations with the governments, we're going to approve this today. But, nevertheless, I'd like to raise a political issue which is actually not in the document. It's linked to the situation going through in Greece and in my country too, Portugal, and what Jean-Claude Juncker said recently. The two countries and probably other ones in the future might well see</p>

<p>estar submetidos a ciclos infernais de políticas de resgate, em que um resgate serve para resgatar o outro resgate. Este inferno ligado à austeridade tem consequências claras sobre os níveis- sobre a queda dos níveis de investimento público e de criação de emprego. Eu creio que é absolutamente indispensável em 2012 e em 2013 que a União Europeia seja capaz de ter uma política em matéria de financiamento dos Fundos Estruturais, para estes países, que significa não só o avanço de tesouraria destes Fundos mas condições específicas que diminuam o cofinanciamento, ou seja, a comparticipação nacional nos financiamentos que criam emprego e que se destinam a investimento produtivo. Esta é uma questão absolutamente decisiva dos próximos dois anos.</p>	<p>themselves submitted to infernal cycles of austerity policies, austerity- one austerity will lead to another. And this will have clear consequences for public investment and the creation of jobs. So we do need to look beyond 2012, beyond 2013, make sure the European Union is able to have a structural fund financing policy precisely for these countries, which would make sure you don- don't just have a sort of cash flow advance as it were, but make sure that cofinance isn't squeezed, make sure that you have national cooperation with these community policies to foster jobs and creative investment. That is crucial for the next two years. Thank you.</p>
<p>ID: 8JF49PT</p> <p>Obrigado, Senhor Presidente. Dentro dos limites extremamente exíguos do orçamento comunitário, que os senhores desta União Europeia não parecem dispostos a alterar e que impedem qualquer perspectiva de convergência e coesão efetivas, há opções fundamentais a fazer. É inaceitável que perante a gravíssima crise que afeta as economias mais vulneráveis desta União Europeia se persista em exigências in comportáveis relativamente ao cofinanciamento para utilização de Fundos comunitários, designadamente dos Fundos Estruturais. A própria Comissão reconhece as baixas taxas de absorção dos Fundos comunitários por parte destes países, mas insiste-se em exigências de cofinanciamento que as medidas ditas de austeridade que lhes são impostas não permitem assegurar, desde logo porque reduzem à indigência o investimento público. Por isso temos defendido a supressão ou substancial redução, até um máximo de 10% da comparticipação nacional para uma utilização plena dos Fundos comunitários por parte dos países que enfrentam maiores dificuldades, para que o dinheiro possa efetivamente ser aproveitado pelos que dele mais precisam e não devolvido aos cofres daqueles que dele menos</p>	<p>ID: 8JF49EN</p> <p>Thank you, President. Given the very narrow limits of the Community budget, it doesn't seem that the gentlemen of the European Union are disposed to change that. But in any case it doesn't meet the needs of the fundamental choice we have to make. It's unacceptable given the very serious crisis for most of the economies of this Union, that we continue to put on unacceptable conditions on cofinancing to use Community funds, particularly Structural Funds. You know the low take-up rates for community funds by the worst-struck countries. But we need cofinance to make sure that these austerity measures, coupled with increased taxes, are not allowed to go ahead untrammelled, we need public investment. So we need reduction up to a maximum of 10% of- well Member States let's put it this way have got- the most needy have got to be helped more to have a better take-up rate for Community funds. And make sure that money doesn't go back through not being spent to the coffers of those who least need it. Otherwise we're going to have increased divergence in the European Union because we're bogged down in a budgetary policy which plays a crucial role but it's wrongly designed.</p>

<p>necessitam. É preciso travar esta imparável e implacável dinâmica de divergência em que esta União Europeia está mergulhada e a política orçamental tem aqui um papel crucial. Muito obrigado.</p>	
<p>ID: 9MF11PT</p> <p>Muito obrigado Senhor Presidente. Mais do que nunca, a União Europeia precisa de ter uma política de coesão que promova a convergência real e que estimule o crescimento e o emprego, constituindo ainda um contributo para atingir as metas ambientais. Face à atual situação financeira, face à atual execução dos programas, a Comissão deve fazer todos os esforços para promover a simplicidade e a flexibilidade nas regras relativas à execução dos programas e permitir a renegociação das taxas de cofinanciamento, dentro dos regulamentos atuais, sempre que tal for necessário e solicitado pelos Estados-Membros. A política de coesão deve ser orientada para os resultados, através do estabelecimento de objetivos claros e mensuráveis e de indicadores de resultados. A política de coesão deve ainda promover a transparência e, para monitorizar, para termos esta transparência, defendo que a informação relativa à aprovação e execução dos projetos seja disponibilizada em tempo real por nomenclatura das unidades territoriais e estatísticas mais pormenorizada de forma a que todo o público tenha acesso.</p>	<p>ID: 9MF11EN</p> <p>Thank you President. More than ever the European Union needs a cohesion policy which will promote real convergence, stimulate growth and employment, and also make a contribution to reaching our environmental goals. In the light of the current situation regarding financing and the ongoing debate on the programmes, the Commission must do everything it can to simplify things and to pare down the rules governing access to the programmes. Cofinancing rates should be open for negotiation within the existing regulations, whenever necessary, at the request of the Member States. The cohesion policy needs to be geared towards results by means of setting clear objectives which can actually be gaged with clear outcomes indicators. It also needs to ensure transparency and for the purposes of monitoring, to ensure that transparency, you need training for the preparation of projects in, in real time, real- we need more detailed statistics so that everyone can have access to the system.</p>
<p>ID: 13CN7PT</p> <p>Obrigada Senhor Presidente. A política de coesão é uma das mais paradigmáticas da União Europeia e aquela que melhor simboliza o ideal da construção do projeto europeu. Por isso exige e merece o aprofundamento de tantas vertentes quantas as que estão hoje em debate e o envolvimento de tantos relatores que aqui felicito em conjunto. Quero destacar a necessidade de um orçamento adequado para esta política, com uma maior flexibilidade e controle, de forma a que os Fundos europeus sejam verdadeiras alavancas para os projetos de desenvolvimento com capacidade de sustentabilidade. Neste âmbito, importa que as</p>	<p>ID: 13CN7EN</p> <p>Thank you President. Cohesion policy is one of the great paradigms of the European Union, and it is one of the best symbols of the European ideal. That's why we need to build on it, in the various facets mentioned in today's debate by the various rapporteurs and I'd like to compliment them all. I would like to stress the need for a budget (imp) to- the need of this policy, with more flexibility and better control so that European funds can really provide some leverage for the development of projects with an ability to generate sustainability. In that context it's important for those regions who've already left Objective 1</p>

<p>regiões que já saíram do Objetivo 1 possam passar a uma- por uma fase intermédia, que confira solidez ao desenvolvimento de que já deram provas de ser capazes, em vez de serem abandonadas abruptamente, fazendo perigar os progressos entretanto alcançados. Muito obrigada.</p>	<p>status to be able to move into an intermediate stage, which will help them consolidate the progress that they've already proven capable of, rather than being abruptly abandoned overnight, which could imperil the progress they've scored in the meantime. Thank you.</p>
<p>ID: 11LA6PT</p> <p>Obrigado Senhor Presidente. A política de coesão é a política-chave para o futuro do projeto europeu. A construção de um espaço comum, com um mercado interno, uma moeda própria, exige para poder funcionar um determinado nível de convergência dos seus Estados-Membros e das suas regiões. As divergências atuais de competitividade, as assimetrias de desenvolvimento conduziram inevitavelmente à fragilização do espaço europeu e à crise que afeta a zona euro. É por isso que esta necessidade vital de convergência precisa, em absoluto, de um orçamento para a coesão poderoso e que não pode ser enfraquecido para financiar outras políticas. A União Europeia para fazer mais tem de ter mais. E é e isso obtém-se fazendo crescer o seu orçamento e não reduzindo mesmo que habilidosamente o orçamento da coesão. Pergunto por isso ao senhor Comissário se a criação do Fundo para as infraestruturas e as novas políticas de inovação, que se articularão com a coesão e o desenvolvimento regional, o que apoio, sem um aumento do orçamento comunitário, não se poderão transformar no cavalo de Tróia que introduzido no orçamento da coesão.</p>	<p>ID: 11LA6EN</p> <p>Thank you President. Cohesion policy is the key policy for the future of the European project. Building up a common area with an internal market as- and a single currency, if this is to work, we'll require a given level of convergence amongst the Member States and their regions. The current divergences in competitiveness, dissymmetries in development have unavoidably weakened the European area and entailed the euro crisis. That's why there's a vital need for convergence. And that means that there has to be a strong budget, we cannot have it undermined and have the funding used for other purposes. So we cannot allow the cohesion budget to become what- whatever happens elsewhere in the budget. The setting up of an infrastructure fund- fund for- for the new innovation policies, something we support Commissioner, but without an increase in the Community budget there's a risk of introducing a Trojan horse into the cohesion policy budget.</p>

Apêndice B. Transcrições dos Subcorpora ORG-EN e INT-PT

<p>ID: 35PN7EN</p> <p>Mr. President, well a regulation on the European environmental economic accounts, it sounds very boring doesn't it? But in my experience that makes it the most dangerous kind of EU legislation because you think that the taxpayer and the media won't bother to read it. Let's be frank. This is about, and I quote, "air emissions and environmental taxes", just as the last speaker has said. So the Sovietisation of the EU continues. The men with clipboards and the statistical spies from Eurostat want more data and let's be honest, you want this data to tax and control, which explains your thirst for ever more statistics. The worst of all is that this is a regulation, not a directive, and regulations are far worse than directives because they pass into UK law and bypass the UK Parliament. This is very dangerous and my friends, this is the way democracy dies.</p>	<p>ID: 35PN7PT</p> <p>Senhor Presidente muito obrigado. Bem, uma regulação em relação às contas económicas do ambiente parece uma coisa muito maçadora não é verdade, mas na minha experiência isso é realmente o tipo mais perigoso de legislação ambiental porque se pode partir do princípio que as- os contribuintes e a imprensa não se vai dar ao trabalho de ler isso. Ora bem, as emissões e as taxas ambientais, e tal como disse o último orador, sim a sovietação da União Europeia continua, as estatísticas do Eurostat querem mais dados e realmente para quê? Para se i- tributar e consel- e para se impingir cada vez mais estatísticas. O pior é que isto é um regulamento, não é uma diretiva e os regulamentos são piores do que as diretivas porque passam para a lei do Reino- pa- são impo- são impostos na lei do Reino Unido, torneando o Parlamento britânico e isto é perigoso porque é desta forma que se mata um parlamento.</p>
<p>ID: 7CD13EN</p> <p>It's the intention of the Commission to set default values for the use of tar sands, not just from Canada, from, from any source, could be from Venezuela for example, for the purpose of reducing the greenhouse gas intensity of fuels, as required by the Fuel Quality Directive. And there's been extensive lobbying by Canada to try and prevent us doing this. I've met the Alberta Energy Minister, she's- he's been doing the rounds, I'm sure others have too. Canada's also been lobbying Member States. And there's been the threat that Canada will take us to the WTO, if such an agreement was to be (imp)- to be made. Now we have to tell Canada to back off. Canada's making a great deal of money out of exposing its tar sands, but also it made commitments to reduce its CO2 emissions in the Kyoto Protocol and it has reneged on those, those agreements, because of the- the benefits that</p>	<p>ID: 7CD13PT</p> <p>Muito obrigado. Será que a intenção da Comissão é a de criar valores por falha, por parte do Canadá e também da Venezuela, por exemplo, no sentido de reduzir a intensidade de gases com efeito de estufa, como aliás é exigido pela diretiva dos carburantes. O Canadá tem feito um lobby muito forte para evitar que isso seja possível, e o Canadá tem também defendido junto dos Estados-Membros esta- a sua perspetiva e o Canadá vai levar-nos à OMC se este tipo de acordo for celebrado. Nós temos agora que dizer ao Canadá que se afaste um pouco, está a ganhar muito dinheiro na exploração das suas areias betuminosas mas também se empenhou em reduzir, no âmbito do Protocolo de Quioto, as emissões de CO2 mas agora renega estes acordos devido aos benefícios financeiros que está a tirar destas areias betuminosas. Nós não queremos aqui entrar numa disputa com o</p>

<p>it's making financially from tar sands. We don't want a dispute with Canada, but we have to insist that we don't shrink away from facing up to inconvenient truths.</p>	<p>Canadá mas temos que assegurar que o Canadá também faz face às verdades inconvenientes. Muito obrigado.</p>
<p>ID: 32NG7EN</p> <p>Mr President, first it was cucumbers, yesterday it was bean sprouts, today it's not bean sprouts. The truth is the experts just don't know, but each time such allegations are made, they destroy livelihoods and countries' economies. What we do know is there's something very strange about this outbreak. There is an unnatural combination of strains and DNA in the virus. It's affecting unusual groups of people not usually seen in normal E coli outbreaks. It's already struck far more people and in far more places than a normal outbreak, and unlike in normal outbreaks it has not been rapidly traced to one or two food suppliers. Given all these inexplicable factors and the fact that in various countries, including Britain, the USA, Iraq and Israel, have all been in the past reported as experimenting with genetically manipulated E coli as a biological weapon, should there not be an urgent inquiry into the possibility that this outbreak is in fact an instance, perhaps only a test run, of biological terrorism? Thank you.</p>	<p>ID: 32NG7PT</p> <p>Senhor Presidente, primeiro foram os pepinos, depois foram as sojas, os germes de soja e agora dizem que não foi germes de soja e agora não se sabe exatamente o quê mas à medida que vão lançando estas acusações estão a destruir produtores, estão a abafá-los economicamente e portanto há que encontrar de onde vem este vírus. Normalmente afetam pessoas que normalmente não são afetadas por outras eclosões de E. coli e portanto não é um ou outro produtor alimentar, estamos face a fatores inexplicáveis. Iraque, Israel e os Estados Unidos da América têm feito experiências, experiências com E. coli para eventualmente serem utilizadas como armas (imp), isto não será uma fuga dum dessas experiências com E.coli para ser utilizado como arma biológica?</p>
<p>ID: 27MY8EN</p> <p>Thank you. Hearsay can be dangerous. Did this outbreak start in Germany or some other Member State? Rumours can destroy, can even help spread an outbreak. There are still many unanswered questions surrounding this outbreak, the only sure thing is most Member States have reported cases of the bacteria. To date we have 22 deaths in the EU. This outbreak demonstrates the importance of cross-border cooperation in the field of preventive health. It also brings into play the importance of having a European agency such as ECDC, the European Centre of Disease Control, to monitor, collaborate and inform the Member States. We are relatively lucky in the UK to have only had 3 reported cases, but that's today, tomorrow things could</p>	<p>ID: 27MY8PT</p> <p>Muito obrigada. Sim, este surto pode ser perigoso, e este surto começou na Alemanha. Os boatos podem de facto ser prejudiciais, podem ser muito graves. Há toda uma série de questões pendentes em torno deste surto, a única coisa que é segura é que a maior parte dos Estados-Membros registam casos. Temos 22 mortes na União Europeia. Este surto demonstra claramente a importância da colaboração transfronteiriça no que diz respeito à saúde preventiva. Também a importância de termos uma agência europeia como por exemplo a ECDC, é o Centro Europeu para o Controlo das Doenças, para que colaborem as agências entre si informando claramente os Estados-Membros. Só temos 3 casos no Reino Unido,</p>

<p>change and we must be vigilant. In addition to finding the cause of the outbreak, we need to keep the public informed and therefore protected. ECDC is publishing daily updates. Through cooperation, we can control this outbreak. By informing our citizens they stand a better chance of avoiding infection. Above all, we need to be calm and measured in our response.</p>	<p>felizmente, ma- isso é hoje mas amanhã as coisas podem modificar-se e portanto vigilância é precisa. No que diz respeito às causas do surto precisamos de continuar a manter informada a opinião pública e assim protegida. O ECDC tem publicado atualizações de informação. Através de uma colaboração verdadeira poderemos controlar este surto, informando os nossos cidadãos e assim dando-lhes também uma maior oportunidade. Devemos sobretudo acalmar as águas e sermos de alguma forma cautelosos na nossa resposta. Muito obrigada.</p>
<p>ID: 15GB17EN</p> <p>Thank you very much Mr President. It's odd isn't it that as the Schengen area comes apart in its core countries, there are plans to extend it to include Bulgaria and Romania. There are over 900 000 gypsies in Romania and Bulgaria, many of whom would like to migrate. Once they can travel freely within the Schengen area, then many of them will inevitably find their way to Britain to take advantage of our generous benefits and public housing system like so many before them. Perhaps some enterprising British citizens might like to meet the Roma as they disembark at Calais and Heathrow and give them the addresses and location maps so that they can find the way to the homes of our Prime Minister, his cabinet colleagues and all the MPs in favour of EU membership. Only when the Roma pitch their caravans on the front lawns of our out-of-touch political class might they change their views on the benefits of EU membership.</p>	<p>ID: 15GB17PT</p> <p>Muito obrigado Senhor Presidente. É esquisito que no momento em que a área Schengen se está a desagregar nos seus países centrais, se está a pensar em alargar para a Roménia e para a Bulgária. Há mais de 900 000 imigrantes ciganos na Bulgária e Roménia, muitos deles quereriam imigrar. Muitos se pudessem deslocar-se livremente na zona área Schengen viriam parar à- em- ao Reino Unido para se aproveitarem do nosso estado social como já muitos fizeram no passado. Bom, quando estas pessoas desembarcarem em Calais e em Heathrow deveremos dar-lhes os endereços dos nossos primeiros-ministros, ministros e todos os deputados a favor da sua entrada na área Schengen. Só quando os- a Roma colocar as suas tendas e caravanas nos seus jardins é que estas pessoas poderão a vir mudar- vir a mudar de ideia sobre a adesão.</p>
<p>ID: 28MC5EN</p> <p>Thank you Mr President. The public, the hardworking taxpayers across Europe who actually earn the money that so many in this place are so keen to spend, want Europe to do less and they want Europe to do it better. They want a lean European budget which takes into account that whether we like it or not we are living in an age of austerity. They want Europe to focus on the very limited number of areas</p>	<p>ID: 28MC5PT</p> <p>Bem-haja Senhor Presidente. O público, as pessoas que trabalham e pagam impostos e que ganham o dinheiro que muitos de nós gostamos de gastar querem que as pessoas façam me- que a Europa faça menos mas melhor. Querem um orçamento europeu mais curto, que leve em conta a crise e que nos centremos em tudo aquilo, apenas naquilo que pode dar uma mais-valia, uma mais-valia para</p>

<p>where Europe can actually add value, to the rest and leave the rest of those activities to our Member States. Unfortunately this report proposes none of those things. For let us be clear. The suggestion of a 5% increase is completely unacceptable. The idea of so-called unres- own resources is equally unacceptable, it's just another powergrab by the EU. The budget should be modernised, funds should be reallocated to programmes that actually deliver future benefits and not cover up past failures. Financing of euro bail-outs should be left to those countries that actually wanted to join the euro in the first place. Those of us who warned that it was a mistake should not be forced to contribute towards it. The committee had a chance to pursue many of these constructive and future-proof suggestions, they've rejected it, they've done none of those things, and it should be rejected by this House. Thank you.</p>	<p>os cidadãos. O relatório não propõe nada sob-dito. Os 5% são absolutamente inaceitáveis. Os recursos próprios são absolutamente inaceitáveis, é apenas mais poder. O orçamento devia ser reorganizado para programas com benefícios para não cobrirmos os falhanços do passado. Na realidade os problemas do euro, do euro devem ser deixados àqueles que quiseram juntar-se (imp). Nós avisamos que não era uma boa coisa portanto não devemos pagar para isso. Nós já rejeitámos políticas deste tipo e devemos voltar a fazê-lo.</p>
<p>ID: 1AB20EN</p> <p>Thank you. I thought the EU couldn't get any worse and then of course I came across this report. It starts with a hefty helping of self-delusion. "Never have Europeans been more demanding of the EU". Well increasing numbers of British people are demanding that we come out of it, perhaps that's what they mean. It dismisses utterly the idea of freezing the budget after 2013 and insists that even an increase of 5% would allow only a limited contribution to the EU's objectives. Well, we must be thankful for small mercies. Tucked away in the middle of paragraph 166 is a call for an end to rebates. This is the device by which the United Kingdom pays only an unacceptable net contribution instead of an outrageous net contribution. Insisting the UK should pay over its hard-earned money is bad enough, but paragraph 169 suggests that the EU should have the power to levy its own taxes without our consent and without our control. That's simply unacceptable. Thank you very much.</p>	<p>ID: 1AB20PT</p> <p>Muito obrigado. Eu pensava que a Europa não podia descer mais baixo mas agora bati-me com este relatório. Os europeus pedem, pedem mais União Europeia mas é o que alguns dizem mas há outros que pedem para sair. Ora, insiste-se no aumento de 5% que irá contribuir para a consecução dos objetivos da União Europeia. No parágrafo 166 fala-se aqui da devolução. É o instrumento através do qual o Reino Unido passa ou paga um contributo inaceitável, insistindo em que o Reino Unido deve pagar já seria mau mas o artigo 169 fala da possibilidade da União Europeia, da União Europeia poder cobrar impostos sem o nosso consentimento e isso é inaceitável.</p>
<p>ID: 17WM4EN</p>	<p>ID: 17WM4PT</p>

<p>Thank you- thank you, thank you very much. There are a number of problems with this constitution, but I want to focus on one key issue, which is that the proposed constitution doesn't give any protection from discrimination on grounds of sexual orientation. The only type of marriage that would be recognised would be one between a man and a woman. We've had a long fight across Europe for LGBT rights and we can't allow Hungary to take this retrograde step. Gay rights are protected by the EU Charter of Fundamental Rights. Not only that, but married couples of the same sex should be able to move freely around Europe and have their partnership legally recognised wherever they are. Yes, it is for Hungary to decide the Hungarian constitution. However, each Member State has the responsibility to respect the European Community that they are part of. The protection of LGBT people is fundamental to the European Union, and Hungary cannot disregard that.</p>	<p>Há alguns problemas com esta Constituição mas eu gostaria de me referir a um ponto, que é que a Constituição não dá qualquer proteção à discriminação, contra a discriminação, com base na, nas escolhas sociais, nas escolhas sexuais. Nós na realidade tivemos uma grande luta para evitar exatamente isto, isso poderá respeitar a Carta dos Direitos Fundamentais? Por outro lado, os casais do mesmo século devem poder ver o seu casamento reconhecido seja onde for na União Europeia. A Hungria deve poder re- fazer a sua Constituição como quer, mas devem também respeitar a União Europeia tal como ela existe e a proteção das minorias sexuais é fundamental para a União Europeia, e isso não pode ser, não pode deixar de ser visto pela Hungria.</p>
<p>ID: 1AB21EN</p> <p>The arrest warrant hearings have very little in common with extradition hearings that preceded the 2003 Act. Even at the main hearing, the court doesn't consider the evidence but only 10 so-called legal bars to surrender. Lack of evidence is no bar to extradition. Even people accused of behaviour that's not an offence in the extraditing country can be surrendered under the European Arrest Warrant, if the offence is one for which there's no requirement for dual criminality. Whilst most of these are serious violent, sexual or dishonesty offences, the list also includes the nebulous thought-crime offences, beloved in so many continental countries, so that the arrested person could be sent for trial, or rather automatic conviction, to one of those wretched places. The fact that such warrants are issued for the purpose of prosecuting a person on the grounds of his political opinions ought to constitute a legal bar to surrender but I suspect that some political opinions would be less equal than others. We were sold the</p>	<p>ID: 1AB21PT</p> <p>Isto tem pouco que ver com as audições de 2003. As provas e a falta de provas não são determinadas, determinantes para a extradição. Para além disso há uma série de lacunas, por exemplo se os delitos são diferentes e são classificados de diferentes, ofensas de desonestidade, entre outras, são classificadas de forma diferente. Por isso podemos ter casos de pessoas que são enviadas a tribunal por razões diferentes numa situação diferente. Cri- eu receio que em determinadas situações as opiniões políticas podem não ser respeitadas da mesma maneira. Erros de justiça com- e há vários exemplos como Andrew Symeou não continham elementos de terrorismo. Temos casos de extradição para interrogatórios sem ter havido uma acusação que tenha sido feita ou uma instrução dum processo. Só deve haver uma extradição quando há provas e quando há um crime sério.</p>

<p>European Arrest Warrant on a promise that it would be used to send terrorists to justice, but the miscarriages of justice in the case of Garry Mann, Deborah Dark, Edmond Arapi and Andrew Symeou and many others, had no terrorist elements at all. Worst of all have been the cases of people being extradited for questioning without a charge having been made. We must reinstate the requirement that a court will extradite a person only when there's compelling evidence that a serious offence under the extraditing country's laws has been committed.</p>	
<p>ID: 47KM17EN</p> <p>Thank you very much, Mr President, and I'd like to agree with the previous speaker. But quite often it appears that whatever the problem, the answer seems to be from this place more EU and more regulation, harmonisation versus mutual recognition, imposed EU contract law that adds an administrative burden to small businesses. But yet what we really should be focusing on is making the EU work better. Whatever your views on the EU, whether you're skeptical about further integration or you want more Europe, we should be focusing on making the EU and the internal market work better but also tackling cross-border fraud. For years since I've been an MEP I've been receiving letters and emails from constituents who have inadvertently been misled into signing up for a business directory, then being invoiced for a rather large amount of money. Rather than focusing on all the other stuff we focused on this week, let's make sure the EU works better. Let's focus on reducing the administrative burden for small and medium-sized businesses and let's help EU citizens who have been affected by this cross-border fraud. Thank you.</p>	<p>ID: 47KM17PT</p> <p>Obrigado, Presidente, eu concordo com o orador anterior. Muitas vezes parece que independentemente do problema a resposta não é, não é adequada, é sempre mais harmonização, impor determinado tipo de legislação a pequenas e médias empresas. Nós devemos nos concentrar no melhor funcionamento da União Europeia, independente da nossa posição relativamente à Europa, devemos pensar no funcionamento do mercado interno e também na forma de lutar contra a fraude transfronteiriça, já há muito tempo que recebo queixas neste setor. Em vez de nos concentrarmos nos outros temas desta semana é preciso assegurar que a União Europeia funcione melhor, que os encargos administrativos sejam reduzidos para as PME's e todos aqueles que foram afetados por esta fraude transfronteiriça não o voltem a ser.</p>
<p>ID: 6CT48EN</p> <p>The illegal and unelected regime of Andry Rajoelina is riddled with corruption and has orchestrated serious human rights abuses in Madagascar. Yet Rajoelina came to power</p>	<p>ID: 6CT48PT</p> <p>Bom, o regime ilegal e não eleito do Senhor Rajoelina tem sido acusado de corrupção e de violação dos direitos humanos. Rajoelina, no entanto, chegou ao poder dizendo que iria pôr</p>

<p>pledging an end to corruption and human rights abuses that allegedly flourished under the ousted former President, Marc Ravalomanana. This irony cannot be lost on the long-suffering people of Madagascar, many of whom live in abject poverty. The EU now needs to consider a substantial reinforcement of targeted measures against Rajoelina and his henchmen and cronies and if necessary to invoke the Cotonou's Agreement provisions on failures of governance and apply necessary sanctions. The AU, the African Union, could do far more. We have heard many platitudes from the AU but we've seen little concrete action so far. Such action should include brokering an agreement between Rajoelina and Ravalomanana, allowing the former president to return to Madagascar without any risk or prejudice. Rajoelina should also allow his rival to stand in the presidential election planned for September this year, but sadly, the portents for stability and reconciliation in Madagascar are not good and I hope that in the next few months things will resolve peacefully. Thank you.</p>	<p>fim à corrupção e à violação dos direitos humanos. Depôs o Presidente anterior. Entretanto, a população vive na maior pobreza. Ora a União Europeia tem agora de considerar o reforço de medidas de sanção contra Rajoelina e os seus seguidores, tendo em conta as disposições do Acordo de Cotonou. A União Europeia, a União Africana com certeza que poderiam fazer mais. Ouvimos já belas declarações da UE mas até agora poucas ações, essas ações deverão incluir que o acordo entre Rajoelina e Ravalomanana seja posto em causa para que o anterior Presidente possa voltar ao país. As perspetivas de estabilidade no entanto em Madagáscar não são muito otimistas mas esperemos que o país possa voltar à paz e à prosperidade.</p>
<p>ID: 6CT49EN</p> <p>President, the ECR Group believes that capital punishment is a personal conscience issue for each MEP, and although we acknowledge the EU's common position opposing execution in all circumstances, the fact of the matter is that many millions of European citizens, our constituents, are still in favour of capital punishment. Furthermore, this resolution refers to the potential death penalty being imposed on some of the most dangerous terrorists in the world, who thought nothing of conspiring to murder thousands of innocent people. Indeed, when reading this resolution, I thought of my own constituents who were mercilessly blown up by al-Qaeda-inspired terrorists in London 6 years ago. The struggle against global Islamist terrorism is an asymmetric war with unforeseen results and unprecedented consequences, and new jurisprudence internationally is now needed to</p>	<p>ID: 6CT49PT</p> <p>Senhor Presidente, o Grupo ECR pensa que a pena de morte é uma questão de consciência pessoal de cada eurodeputado. É apesar de reconhecermos a posição de cada um, e que se oponham à pena de morte, e opomos, a verdade é que há muitos milhões de eleitores europeus que são a favor da pena de morte. Esta resolução tem a ver com a pena de morte imposta a alguns dos mais perigosos terroristas do mundo que não se coibiram de conspirar para assassinar milhares de inocentes. Aquando doutra resolução eu pensei nos meus eleitores que foram mortos por membros da Al- bombas da Al-Qaeda em Londres há 6 anos. O terrorismo islâmico tem uma- há uma gue- tem- representa uma guerra assimétrica, e agora é preciso jurisprudência internacional para a combater. Mas esta questão da Baía de Guantánamo é um reflexo de uma situação trágica, também é um reflexo</p>

<p>address this. The detention camp in Guantánamo Bay is a reflection of this tragic situation. It's also a reflection of the fact that the United States is carrying a disproportionate share of the burden for the global war on terror. All such trials of course by the US authorities, which after all is a country which is a democracy and shares our common values, must nevertheless be conducted fairly with all legal safeguards of due process and ideally by civilian courts. Thank you.</p>	<p>do facto de os Estados Unidos terem uma parte desproporcional do fardo da guerra global contra o terrorismo. Todos estes problemas, das autoridades dos Estados Unidos que é uma democracia, são uma democracia, e que partilha dos nossos valores, devem-se, todas estas démarches devem proceder de forma justa e com o apoio dos tribunais cíveis.</p>
<p>ID: 6CT52EN</p> <p>President, 6 years on from the Orange Revolution Ukrainian politics remain characterised by rivalry and tension. Former Prime Minister Tymoshenko and some members of her former government that she led are now being pursued through the courts for criminal acts, allegedly committed whilst in office. These charges to me have a smell of being politically motivated. I fear President Yanukovich is trying to neutralise the only Ukrainian political figure with enough gravitas, courage and popularity to challenge his authority. We should not forget that the Orange Revolution was a direct response to Yanukovich's attempt to steal, by fraud, in 2004 the Presidential election. He was never prosecuted for that crime. Mrs Tymoshenko has substantial popular support in western Ukraine and carries the hopes of millions of her compatriots with her. It's very curious that the latest charges relating to fraud against the medicines budget was not levelled against the Deputy Minister for Health, Zinovii Mytnyk at the time, who signed off on the deal, because he has now re-emerged curiously as the new Health Minister under Yanukovich's Government. If Yanukovich wants to reproduce Mrs Tymoshenko's political potency, he should seek to do so in an open and democratic battle of ideas, not through the political manipulation of the justice system, and my question to Mr Vigenin, as the Socialist Group has Yanukovich's (imp) Party, do you have confidence in the political</p>	<p>ID: 6CT52PT</p> <p>Bom, 6 anos depois da Revolução Laranja, a Ucrânia vive ainda um grande período de tensão. A Senhora Tymoshenko e outros membros do seu Governo são agora perseguidos por atos criminosos cometidos quando estavam no Governo. Bom, parece-me que isto é um pouco motivado por razões políticas. Tenta-se neutralizar a única figura política ucraniana que tinha alguma popularidade para desafiar a autoridade do atual regime. Isto é uma tentativa, diz-se que houve casos de fraude nas eleições- numa eleições de alguns anos atrás. Bom, a Senhora Tymoshenko é uma pessoa- figura popular no seu país, mas é curioso que as últimas acusações que se relacionam com fraude no que toca a orçamento para fins médicos não, não responsabilizou aquele que assinou o contrato na altura, ele é agora o novo Ministro da Saúde do novo Governo. Ora, eu penso que seria bom que as lutas políticas se travassem de uma forma aberta e clara e não deste modo tendencioso. Eu pergunto, será que existe confiança na imparcialidade total da Procuradoria-Geral da República da Ucrânia? Talvez alguém possa responder-nos em relação a isso aqui na sala.</p>

<p>impartiality of the General Prosecutor's Office in Ukraine? Mr Vigenin, could you answer that?</p>	
<p>ID: 1AB22EN</p> <p>Mr President, the presence of large numbers of alleged asylum seekers from Libya and Tunisia will be on the agenda. Tunisia is a country that's toppled its dictator, so what are these Tunisians fleeing from, democracy? Perhaps we should expect to see Mr Ben Ali, a recently retired dictator at the head of the queue. Libya's a war zone, but people do not become asylum seekers simply because they live in a dangerous country, there must be something about that particular person that places that person in jeopardy. The argument seems to be about whether Italy or Malta should accept them for settlement, because they are the first country they reached, or whether they should be accepted for settlement by other Member States. My answer is that neither should accept them for settlement, and they should, sooner or later, be returned to North Africa. If EU asylum rules really say that a mere claim to be an asylum seeker is enough to create an obligation to accept them, then the rules must be changed. Rules are man-made and can be unmade. If that means Member States, and indeed the EU itself, repudiating other international agreements, then so be it. Member States have been changed beyond recognition by migration. The time's come to stop the flow and encourage its reversal. The accession of Croatia is also on the agenda. What steps will the EU take to ensure that the referendum will be held fairly with both si- both sides being heard, and equal amounts of money being spent? I suspect that a free and fair referendum is not on the cards. The country will be deluged with EU propaganda, and those arguing against Croatia's accession will be phased out of the debate.</p>	<p>ID: 1AB22PT</p> <p>Senhor Presidente, a presença, a presença de muitos requerentes a asilo da Líbia e da Tunísia vão estar na ordem de trabalhos. A Tunísia deitou abaixo o seu ditador, o que é que eles estão a fugir, da democracia? Ben Ali é um ditador reformado e esperamos que seja julgado. No fundo eles pedem asilo porque vivem no cent- num país, é- porque esse país é perigoso e porque é que a Itália e Malta devem aceitá-lo simp- aceitá-los só porque é o primeiro país onde chegam? Ou deve ser outro país? Não, ninguém. Mais tarde ou mais cedo, eles devem voltar para casa. Se eles são de facto requerentes a asilo, devem ser aceites mas as regras têm que mudar, ou seja, os Estados-Membros, a Europa. Os Estados-Membros têm mudado muito pela imigração e isso tem que mudar, esse fluxo tem de ser invertido. A Croácia que- quais são os- as medidas tomadas pela Europa para que o referendo na Croácia seja feito de forma leal e para que todos possam dar a sua opinião. Há co-propaganda e o debate nem sequer pode existir na Croácia.</p>
<p>ID: 23JG6EN</p> <p>Thank you, Madam Chairman and thank you to Mr Dess for a very interesting and informative report. Inevitably on an issue of</p>	<p>ID: 23JG6PT</p> <p>Obrigada, Senhora Presidente, muito obrigada ao Senhor Dess pelo um relatório tão interessante e cheio de informação. Sabemos</p>

<p>this complexity there are bits you agree with and bits you don't. With 42% of our European expenditure going on CAP, it's vital that we provide complete accountability to our citizens. Most people, in the face of rising food prices, sharply rising food prices, and dire warnings about lack of supply, they'll be expecting to see a CAP which focuses, clearly focuses on increasing productivity and efficiency. Yes, we have to care for the environment, I'm an Environment Committee member, I know that, but we are in real danger here of creating a report with a rhetoric that is moving into- we're talking about things like greening, Pillar One, we're talking about moving out of the real focus which is efficiency, and on that basis I do not support the capping of payments to large faRMS. This move will be institutionalising inefficiency and there is no justification for it.</p>	<p>que este é um tema complexo e há alguns aspetos que ficam de fora. Com 42% da despesa, que é dedicada à PAC, nós temos que ter uma verdadeira assunção da responsabilidade de como as despesas são feitas e garantindo também que tenhamos preços apropriados, e que sejam dadas respostas à falta de fornecimento de produtos e portanto temos que pensar em termos de eficácia sim e produtividade. Claro que temos que tomar conta do ambiente, eu pertença à Comissão do Ambiente mas estamos aqui face a um relatório que poderá ser perigoso na sua retórica porque fala no greening, tornar o primeiro pilar mais verde, mais ambiental, em detrimento da eficácia e da competitividade e portanto eu não apoio os subsídios da forma como é apresentado aqui neste relatório não há qualquer justificação para tal.</p>
<p>ID: 1AB23EN</p> <p>Thank you. My party favours withdrawal from the EU altogether and therefore from the CAP, but the reality is we're in it and we've got to make the best of it. What do we think of the Dess report? Well it's a bit like the legendary curate's egg. Parts of it are good. The idea of making direct payments conditional upon cross-compliance with environmental protection and landscape management is potentially beneficiary- beneficial, but only as long as they're not tied to the semi-religious precepts of climate change and social diversity nonsense. The report recognises the agricultural sector must continue to be supported by government price intervention, because quantities produced can't be predicted or planned precisely, and demand for agricultural products is low in elasticity, price elasticity that is. This is important to ensure food security and avoid price volatility. The most important thing for our point of view is that the UK must cease to be a net contributor to the cost of the CAP. Thank you.</p>	<p>ID: 1AB23PT</p> <p>Muito obrigado. O meu partido queria sair da União Europeia, (imp) da PAC mas o que é verdade é que neste momento estamos e temos que viver com isso. O que é parece este relatório? É como uma f- uma lenda, umas partes são boas, outras menos. Fala-se de proteção ambiental e proteção das paisagens, o que poderá ser positivo mas desde que não esteja ligado às- ao credo das alterações climáticas, que são muitas vezes evocados como um mantra. Quanto à intervenção no preso, no preço melhor dizendo, é algo discutível porque é muito difícil saber como é que um preço poderá variar. Fala-se aqui da proteção da segurança e vot- volatilidade dos preços. No fundo o que nos parece mais importante é que o Reino Unido não deverá ser um contribuinte líquido da PAC, ponto final.</p>
<p>ID: 2AF12EN</p>	<p>ID: 2AF12PT</p>

<p>Thank you, President. Although the United Kingdom is not a member of the euro zone, and I hope it never will be, we have a vested interest in its success. I wish the euro zone well and I regret that I am unable to support the proposals on economic governance we are debating tonight. The proposals before us grant the Commission sweeping new powers. Had these powers been limited to euro zone countries alone, I would not have objected, but instead we see the Commission and many Members in this Parliament, including Mrs Wortmann-Kool, who I have the utmost respect, using the crisis in the euro zone as an excuse to extend the power of the EU into the economic governance of the United Kingdom and other countries who do not use the euro. I was not elected to grant the EU more powers over the way the United Kingdom governs its affairs and I shall therefore vote against these proposals. Thank you.</p>	<p>Muito obrigado, Presidente. Embora o Reino Unido não seja um membro da zona euro, e eu espero que nunca venha a ser, nós temos interesse em que isto seja coroado de êxito, eu desejo que as coisas se passem da melhor forma para a eu- para a zona euro e peço desculpa de não poder apoiar esta proposta sobre a governância económica que está aqui em debate hoje. A proposta em apreço concede à Comissão novos poderes. Se estes poderes fossem limitados aos países da zona euro, muito bem, eu não levantaria objeções, mas em vez disso nós vemos que a Comissão e muitos esta- muitos membros neste Parlamento, incluindo a Senhora Wortmann-Kool, por quem eu tenho o maior respeito, utilizando a crise na zona euro como uma desculpa para poder alargar o poder da União Europeia em termos da governância económica do Reino Unido e também outros países que não utilizam o euro. Eu não fui eleito para conceder mais poder à União Europeia sobre uma- e votar a favor dum imiscuir nos nossos assuntos internos do Reino Unido portanto vou votar contra.</p>
<p>ID: 21JL8EN</p> <p>Thank you, President, let's hope when we come to revise this in future we can do it on a different legal base. Our committee took the view that the legal base should come under Article 153 of the Treaty, as it directly concerns health and safety. We also underlined the importance of providing information and genuine consultation with workers concerning the safety case and safety assessments, not only of sites dealing with spent fuel and radioactive waste, but also its transport, and the need for a rigorous and effective inspection regime with sanctions that are effective, dissuasive and proportionate. We also want to see that all licence holders ensure thorough and ongoing training of all involved in dealing with these substances, including subcontractors, potentially a weak link in the safety chain, casual workers and all others working on site, whatever their job. We also took the view that there was no easy divide</p>	<p>ID: 21JL8PT</p> <p>Muito obrigado, Senhor Presidente. Quando revirmos isto no futuro talvez seja possível fazer isto com uma base jurídica diferente, a nossa comissão assumiu a ideia de que esta base jurídica devia estar de acordo com o artigo 153 do Tratado porque tem a ver com segurança e saúde. Salientamos também a importância de fornecer informação e consulta verdadeira com os trabalhadores no que diz respeito a casos de segurança e avaliação de segurança, não apenas com os sites que tratam destes resíduos radioativos e combustível radiado mas também o seu transporte, e a necessidade de que haja um regime de inspeções vigoroso, forte, com sanções que reflitam medidas dissuasoras e proporcionadas. Os detentores de licença também deverão ter uma formação e assegurar a formação de todos aqueles que estão envolvidos nos- nestas substâncias, os subcontratantes, talvez os elos mais fracos</p>

<p>between civil and military waste, given that civilians may well handle military waste these days. Thank you.</p>	<p>desta cadeia, trabalhadores sazonais ou todos aqueles que trabalham no site seja qual for o seu trabalho. Não é difícil não é fácil dividir resíduos civis e resíduos militares porque os civis também por vezes tratam dos resíduos militares. Muito obrigado.</p>
<p>ID: 33NS24EN</p> <p>Thank you, Madam President. Less than a year ago, I set up a cross-party petition for a referendum in the UK for- in respect of the membership of the European Union. The campaign's attracted high-profile supporters from across the political spectrum. What these people have railed against is your obsession in creating this European federal state, and ignoring the people's, people's will and democracy, but you cannot ignore the will of the people forever. My constituents constantly come to me and say, 'When are we going to get a say on our membership of the European Union?' You've ignored the will of the people across Europe, you've created a single currency against the will of the peoples again of Europe and look what problems you've created. You've had referendums in States and you've ignored them. I think the people from my constituency, the people across the UK and I think the people of the European Union across the European Union are saying, 'Let the people decide'. The professional politicians have made a mess, let the people decide.</p>	<p>ID: 33NS24PT</p> <p>Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu apresentei uma petição há cerca dum ano temente à adesão à União Europeia, uma campanha que, que teve muito apoio. Há de facto uma opção por parte da Europa de criar um estado, deixando ou ignorando a vontade das populações. Os meus cidadãos dizem-me muitas vezes que se a Europa continuar a ignorar a vontade das populações, foi de facto criado uma moeda única contra a vontade da população europeia, há referendos em determinados países que são ignorados. Os meus eleitores, os eleitores do Reino Unido, da União Europeia, em toda a União Europeia dizem no fim de contas que, deixem-nos decidir, deixem ser a população, os cidadãos a decidir.</p>
<p>ID: 8DH32EN</p> <p>Thank you, Madam Deputy Speaker. You can evade reality, wrote Ayn Rand, but you cannot evade the consequences of evading reality. We've reached the limit of trying to move markets with public money. Everyone can now see that a default in Greece is coming except the euro zone finance ministers who, 13 months after uselessly committing 110 billion euros, now seem set to commit a further sum almost as large, actually no, not uselessly. It's not useless, it is actively harmful because what we're ensuring is that when the default comes, it will be much bigger and the hit will be taken by all of us as taxpayers rather</p>	<p>ID: 8DH32PT</p> <p>Obrigado, Senhora Presidente. Pode- Ayn Rand escreveu que se podia fugir à realidade mas não se pode fugir às consequências de fugir à realidade. Nós tentamos fazer mexer os mercados- mexer nos mercados com dinheiros públicos e hoje todos nós podemos ver quais são as consequências para a economia grega, exceto os ministros das finanças da União Europeia que após terem financiado de forma inútil a economia grega estão dispostas a fazer um novo financiamento equivalente. E quando digo inútil, na realidade enganei-me porque não foi inútil, foi prejudicial para a economia grega. Os interesses dos</p>

than just by a small number of bankers and bondholders. Thus are the interests of Greek workers and the interests of European taxpayers alike sacrificed to the ambitions of a small number of the gilded princelings of the eurocracy.	trabalhadores gregos e dos contribuintes europeus são sacrificados no altar, no princípio no altar dos princípios sagrados da burocracia europeia.
---	--

Apêndice C. Tabelas de Frequências Absolutas e Relativas

Tabela C1. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) nas direções PT<>EN (Gráfico 1).

PROCX	PT>EN		EN>PT	
	FA	FR	FA	FR ¹³⁵
TRA	103	80,47%	56	58,33%
ELI	1	0,78%	3	3,13%
RMS	13	10,16%	17	17,71%
OMI	11	8,59%	20	20,83%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C2. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) nas direções PT<>EN (Gráfico 2).

PROCY	PT>EN		EN>PT	
	FA	FR	FA	FR
TRA	32	25,00%	22	22,92%
ELI	3	2,34%	24	25,00%
RMS	58	45,31%	24	25,00%
OMI	35	27,34%	26	27,08%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C3. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) nas direções PT<>EN (Gráfico 3).

RMS	PT>EN		EN>PT	
	FA	FR	FA	FR
RMS1	10	7,81%	1	1,04%
RMS2	7	5,47%	11	11,46%
RMS3	4	3,13%	–	–
RMS4	23	17,97%	10	10,42%
RMS5	14	10,94%	2	2,08%
TOTAL DE RMS	58	45,31%	24	25,00%

¹³⁵ As siglas FA e FR correspondem, respetivamente, a “frequência absoluta” e a “frequência relativa”. A frequência relativa foi calculada, para todas as tabelas, com base no número total de ocorrências de cada subcorpus (128, no subcorpus ORG-PT, e 96 no subcorpus ORG-EN).

Tabela C4. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) em relação aos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) na direção PT>EN (Gráfico 4).

PROCX	TRA		ELI		RMS		OMI	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
TRA	29	22,66%	–	–	1	0,78%	2	1,56%
ELI	3	2,34%	–	–	–	–	–	–
RMS1	9	7,03%	–	–	1	0,78%	–	–
RMS2	6	4,69%	–	–	1	0,78%	–	–
RMS3	4	3,13%	–	–	–	–	–	–
RMS4	20	15,63%	1	0,78%	–	–	2	1,56%
RMS5	8	6,25%	–	–	6	4,69%	–	–
OMI	24	18,75%	–	–	4	3,13%	7	5,47%
TOTAL	103	80,47%	1	0,78%	13	10,16%	11	8,59%

Tabela C5. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) em relação aos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) na direção EN>PT (Gráfico 5).

PROCX	TRA		ELI		RMS		OMI	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
TRA	16	16,67%	–	–	6	6,25%	–	–
ELI	15	15,63%	3	3,13%	6	6,25%	–	–
RMS1	1	1,04%	–	–	–	–	–	–
RMS2	8	8,33%	–	–	1	1,04%	2	2,08%
RMS4	5	5,21%	–	–	1	1,04%	4	4,17%
RMS5	2	2,08%	–	–	–	–	–	–
OMI	9	9,38%	–	–	3	3,13%	14	14,58%
TOTAL	56	58,33%	3	3,13%	17	17,71%	20	20,83%

Tabela C6. Frequência da função sintática do antecedente (FSX) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 6).

FSX	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
NOMINATIVO	37	28,91%	38	39,58%
ACUSATIVO	31	24,22%	27	28,13%
ABLATIVO	57	44,53%	30	31,25%
DATIVO	3	2,34%	–	–
GENITIVO	–	–	1	1,04%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C7. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por função sintática do antecedente (FSX) na direção PT>EN (Gráfico 7).

FSX	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCX								
TRA	32	25,00%	24	18,75%	45	35,16%	2	1,56%
ELI	–	–	–	–	1	0,78%	–	–
RMS	3	2,34%	5	3,91%	4	3,13%	1	0,78%
OMI	2	1,56%	2	1,56%	7	5,47%	–	–
TOTAL	37	28,91%	31	24,22%	57	44,53%	3	2,34%

Tabela C8. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por função sintática do antecedente (FSX) na direção EN>PT (Gráfico 7).

FSX	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCX								
TRA	20	20,83%	17	17,71%	19	19,79%	–	–
ELI	3	3,13%	–	–	–	–	–	–
RMS	6	6,25%	3	3,13%	8	8,33%	–	–
OMI	9	9,38%	7	7,29%	3	3,13%	1	1,04%
TOTAL	38	39,58%	27	28,13%	30	31,25%	1	1,04%

Tabela C9. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por função sintática do antecedente (FSX) na direção PT>EN (Gráfico 8).

FSX	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY								
TRA	11	8,59%	7	5,47%	11	8,59%	3	2,34%
ELI	–	–	2	1,56%	1	0,78%	–	–
RMS	12	9,38%	18	14,06%	28	21,88%	–	–
OMI	14	10,94%	4	3,13%	17	13,28%	–	–
TOTAL	37	28,91%	31	24,22%	57	44,53%	3	2,34%

Tabela C10. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por função sintática do antecedente (FSX) na direção EN>PT (Gráfico 8).

FSX	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY								
TRA	3	3,13%	10	10,42%	9	9,38%	–	–
ELI	17	17,71%	2	2,08%	5	5,21%	–	–
RMS	9	9,38%	7	7,29%	8	8,33%	–	–
OMI	9	9,38%	8	8,33%	8	8,33%	1	1,04%
TOTAL	38	39,58%	27	28,13%	30	31,25%	1	1,04%

Tabela C11. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por função sintática do antecedente (FSX) na direção PT>EN (Gráfico 9).

FSX	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	2	1,56%	3	2,34%	5	3,91%	-	-
RMS2	2	1,56%	3	2,34%	2	1,56%	-	-
RMS3	2	1,56%	1	0,78%	1	0,78%	-	-
RMS4	4	3,13%	3	2,34%	16	12,50%	-	-
RMS5	2	1,56%	8	6,25%	4	3,13%	-	-
TOTAL DE RMS	12	9,38%	18	14,06%	28	21,88%	-	-

Tabela C12. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por função sintática do antecedente (FSX) na direção EN>PT (Gráfico 9).

FSX	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	-	-	1	1,04%	-	-	-	-
RMS2	5	5,21%	2	2,08%	4	4,17%	-	-
RMS3	-	-	-	-	-	-	-	-
RMS4	3	3,13%	4	4,17%	3	3,13%	-	-
RMS5	1	1,04%	-	-	1	1,04%	-	-
TOTAL DE RMS	9	9,38%	7	7,29%	8	8,33%	-	-

Tabela C13. Frequência do estatuto de entidade nomeada (ENO) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 10).

ENO	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
NÃO	121	94,53%	78	81,25%
SIM	7	5,47%	18	18,75%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C14. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de entidade nomeada (ENO) na direção PT>EN (Gráfico 11).

ENO	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
TRA	96	75,00%	7	5,47%
ELI	1	0,78%	-	-
RMS	13	10,16%	-	-
OMI	11	8,59%	-	-
TOTAL	121	94,53%	7	5,47%

Tabela C15. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de entidade nomeada (ENO) na direção EN>PT (Gráfico 11).

ENO	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCX				
TRA	47	48,96%	9	9,38%
ELI	–	–	3	3,13%
RMS	15	15,63%	2	2,08%
OMI	16	16,67%	4	4,17%
TOTAL	78	81,25%	18	18,75%

Tabela C16. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de entidade nomeada (ENO) na direção PT>EN (Gráfico 12).

ENO	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	28	21,88%	4	3,13%
ELI	3	2,34%	–	–
RMS	56	43,75%	2	1,56%
OMI	34	26,56%	1	0,78%
TOTAL	121	94,53%	7	5,47%

Tabela C17. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de entidade nomeada (ENO) na direção EN>PT (Gráfico 12).

ENO	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	19	19,79%	3	3,13%
ELI	15	15,63%	9	9,38%
RMS	22	22,92%	2	2,08%
OMI	22	22,92%	4	4,17%
TOTAL	78	81,25%	18	18,75%

Tabela C18. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de entidade nomeada (ENO) na direção PT>EN (Gráfico 13).

ENO	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
RMS				
RMS1	10	7,81%	–	–
RMS2	6	4,69%	1	0,78%
RMS3	4	3,13%	–	–
RMS4	23	17,97%	–	–
RMS5	13	10,16%	1	0,78%
TOTAL DE RMS	56	43,75%	2	1,56%

Tabela C19. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de entidade nomeada (ENO) na direção EN>PT (Gráfico 13).

ENO	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
RMS1	1	1,04%	–	–
RMS2	11	11,46%	–	–
RMS3	–	–	–	–
RMS4	8	8,33%	2	2,08%
RMS5	2	2,08%	–	–
TOTAL DE RMS	22	22,92%	2	2,08%

Tabela C20. Frequência da competição (c) entre antecedentes nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 14).

C	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
NÃO	116	90,63%	83	86,46%
SIM	12	9,38%	13	13,54%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C21. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de competição (c) na direção PT>EN (Gráfico 15).

C	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCX				
TRA	94	73,44%	9	7,03%
ELI	1	0,78%	–	–
RMS	10	7,81%	3	2,34%
OMI	11	8,59%	–	–
TOTAL	116	90,63%	12	9,38%

Tabela C22. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de competição (c) na direção EN>PT (Gráfico 15).

C	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCX				
TRA	45	46,88%	11	11,46%
ELI	3	3,13%	–	–
RMS	16	16,67%	1	1,04%
OMI	19	19,79%	1	1,04%
TOTAL	83	86,46%	13	13,54%

Tabela C23. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de competição (c) na direção PT>EN (Gráfico 16).

C	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	31	24,22%	1	0,78%
ELI	3	2,34%	–	–
RMS	52	40,63%	6	4,69%
OMI	30	23,44%	5	3,91%
TOTAL	116	90,63%	12	9,38%

Tabela C24. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de competição (c) na direção EN>PT (Gráfico 16).

C	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	20	20,83%	2	2,08%
ELI	20	20,83%	4	4,17%
RMS	18	18,75%	6	6,25%
OMI	25	26,04%	1	1,04%
TOTAL	83	86,46%	13	13,54%

Tabela C25. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de competição (c) na direção PT>EN (Gráfico 17).

C	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
RMS				
RMS1	9	7,03%	1	0,78%
RMS2	7	5,47%	–	–
RMS3	3	2,34%	1	0,78%
RMS4	22	17,19%	1	0,78%
RMS5	11	8,59%	3	2,34%
TOTAL DE RMS	52	40,63%	6	4,69%

Tabela C26. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de competição (c) na direção EN>PT (Gráfico 17).

C	NÃO		SIM	
	FA	FR	FA	FR
RMS				
RMS1	1	1,04%	–	–
RMS2	6	6,25%	5	5,21%
RMS3	–	–	–	–
RMS4	9	9,38%	1	1,04%
RMS5	2	2,08%	–	–
TOTAL DE RMS	18	18,75%	6	6,25%

Tabela C27. Frequência da categoria morfológica (CM) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 18).

CM	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
PRONOMES PESSOAIS	35	27,34%	59	61,46%
PRONOMES RELATIVOS	93	72,66%	37	38,54%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C28. Frequência de pronomes nulos e plenos nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 19).

CM	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
NULOS	20	57,14%	5	13,51%
PLENOS	15	42,86%	32	86,49%
TOTAL	35	100,00%	37	100,00%

Tabela C29. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por categoria morfológica (CM) na direção PT>EN (Gráfico 20).

CM	PRONOMES PESSOAIS		PRONOMES RELATIVOS	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	9	7,03%	23	17,97%
ELI	–	–	3	2,34%
RMS	11	8,59%	47	36,72%
OMI	15	11,72%	20	15,63%
TOTAL	35	27,34%	93	72,66%

Tabela C30. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por categoria morfológica (CM) na direção EN>PT (Gráfico 20).

CM	PRONOMES PESSOAIS		PRONOMES RELATIVOS	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	4	4,17%	18	18,75%
ELI	24	25,00%	–	–
RMS	16	16,67%	8	8,33%
OMI	15	15,63%	11	11,46%
TOTAL	59	61,46%	37	38,54%

Tabela C31. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por pronomes nulos e plenos na direção PT>EN (Gráfico 21).

CM	NULOS		PLENOS	
	FA	FR	FA	FR
PROCY				
TRA	7	20,00%	2	5,71%
RMS	6	17,14%	5	14,29%
OMI	7	20,00%	8	22,86%
TOTAL	20	57,14%	15	42,86%

Tabela C32. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por pronomes nulos e plenos na direção EN>PT (Gráfico 21).

CM	NULOS		PLENOS	
	FA	FR	FA	FR
TRA	3	8,11%	15	40,54%
RMS	1	2,70%	7	18,92%
OMI	1	2,70%	10	27,03%
TOTAL	5	13,51%	32	86,49%

Tabela C33. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por categoria morfológica (CM) na direção PT>EN (Gráfico 22).

CM	PRONOMES PESSOAIS		PRONOMES RELATIVOS	
	FA	FR	FA	FR
RMS1	1	0,78%	9	7,03%
RMS2	3	2,34%	4	3,13%
RMS3	–	–	4	3,13%
RMS4	6	4,69%	17	13,28%
RMS5	1	0,78%	13	10,16%
TOTAL DE RMS	11	8,59%	47	36,72%

Tabela C34. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por categoria morfológica (CM) na direção EN>PT (Gráfico 22).

CM	PRONOMES PESSOAIS		PRONOMES RELATIVOS	
	FA	FR	FA	FR
RMS1	1	1,04%	–	–
RMS2	8	8,33%	3	3,13%
RMS3	–	–	–	–
RMS4	6	6,25%	4	4,17%
RMS5	1	1,04%	1	1,04%
TOTAL DE RMS	16	16,67%	8	8,33%

Tabela C35. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por pronomes nulos e plenos na direção PT>EN (Gráfico 23).

CM	NULOS		PLENOS	
	FA	FR	FA	FR
RMS1	1	2,86%	–	–
RMS2	2	5,71%	1	2,86%
RMS4	3	8,57%	3	8,57%
RMS5	–	–	1	2,86%
TOTAL DE RMS	16	16,67%	8	8,33%

Tabela C36. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por pronomes nulos e plenos na direção EN>PT (Gráfico 23).

CM	NULOS		PLENOS	
	FA	FR	FA	FR
RMS1	–	–	–	–
RMS2	–	–	3	8,11%
RMS4	1	2,70%	3	8,11%
RMS5	–	–	1	2,70%
TOTAL DE RMS	1	2,70%	7	18,92%

Tabela C37. Frequência da função sintática do pronome (FSY) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 24).

FSY	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
NOMINATIVO	83	64,84%	70	72,92%
ACUSATIVO	24	18,75%	16	16,67%
ABLATIVO	12	9,38%	5	5,21%
DATIVO	7	5,47%	3	3,13%
GENITIVO	2	1,56%	2	2,08%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C38. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por função sintática do pronome (FSY) na direção PT>EN (Gráfico 25).

FSY	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
TRA	22	17,19%	5	3,91%	4	3,13%	1	0,78%	–	–
ELI	2	1,56%	1	0,78%	–	–	–	–	–	–
RMS	39	30,47%	11	8,59%	4	3,91%	1	0,78%	2	1,56%
OMI	20	15,63%	7	5,47%	3	2,34%	5	3,91%	–	–
TOTAL	83	64,84%	24	18,75%	12	9,38%	7	5,47%	2	1,56%

Tabela C39. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por função sintática do pronome (FSY) na direção EN>PT (Gráfico 25).

FSY	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
TRA	14	14,58%	6	6,25%	–	–	2	2,08%	–	–
ELI	20	20,83%	1	1,04%	2	2,08%	–	–	1	1,04%
RMS	13	13,54%	6	6,25%	3	3,13%	1	1,04%	1	1,04%
OMI	23	23,96%	3	3,13%	–	–	–	–	–	–
TOTAL	70	72,92%	16	16,67%	5	5,21%	3	3,13%	2	2,08%

Tabela C40. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por função sintática do pronome (FSY) na direção PT>EN (Gráfico 26).

FSY	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	7	5,47%	3	2,34%	–	–	–	–	–	–
RMS2	5	3,91%	–	–	1	0,78%	–	–	1	0,78%
RMS3	2	1,56%	–	–	1	0,78%	–	–	1	0,78%
RMS4	15	11,72%	5	3,91%	2	1,56%	1	0,78%	–	–
RMS5	10	7,81%	3	2,34%	1	0,78%	–	–	–	–
TOTAL DE RMS	39	30,47%	11	8,59%	4	3,91%	1	0,78%	2	1,56%

Tabela C41. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por função sintática do pronome (FSY) na direção EN>PT (Gráfico 26).

FSY	NOMINATIVO		ACUSATIVO		ABLATIVO		DATIVO		GENITIVO	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	1	1,04%	–	–	–	–	–	–	–	–
RMS2	5	5,21%	4	4,17%	1	1,04%	1	1,04%	–	–
RMS4	6	6,25%	2	2,08%	1	1,04%	–	–	1	1,04%
RMS5	1	1,04%	–	–	1	1,04%	–	–	–	–
TOTAL DE RMS	13	13,54%	6	6,25%	3	3,13%	1	1,04%	1	1,04%

Tabela C42. Frequência das classes de distância (D) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 30).

D	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
ZERO	38	29,69%	35	36,46%
CURTA	49	38,28%	12	12,50%
MÉDIA	20	15,63%	14	14,58%
LONGA	21	16,41%	35	36,46%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C43. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de distância (D) na direção PT>EN (Gráfico 31).

D	ZERO		CURTA		MÉDIA		LONGA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
TRA	8	6,25%	15	11,72%	4	3,13%	5	3,91%
ELI	1	0,78%	1	0,78%	1	0,78%	–	–
RMS	18	14,06%	26	20,31%	8	6,25%	6	4,69%
OMI	11	8,59%	7	5,47%	7	5,47%	10	7,81%
TOTAL	38	29,69%	49	38,28%	20	15,63%	21	16,41%

Tabela C44. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de distância (D) na direção EN>PT (Gráfico 31).

D	ZERO		CURTA		MÉDIA		LONGA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY								
TRA	15	15,63%	2	2,08%	2	2,08%	3	3,13%
ELI	1	1,04%	3	3,13%	4	4,17%	16	16,67%
RMS	7	7,29%	4	4,17%	5	5,21%	8	8,33%
OMI	12	12,50%	3	3,13%	3	3,13%	8	8,33%
TOTAL	35	36,46%	12	12,50%	14	14,58%	35	36,46%

Tabela C45. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de distância (D) na direção PT>EN (Gráfico 32).

D	ZERO		CURTA		MÉDIA		LONGA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS								
RMS1	1	0,78%	5	3,91%	2	1,56%	2	1,56%
RMS2	1	0,78%	3	2,34%	1	0,78%	2	1,56%
RMS3	2	1,56%	2	1,56%		0,00%		0,00%
RMS4	12	9,38%	6	4,69%	3	2,34%	2	1,56%
RMS5	2	1,56%	10	7,81%	2	1,56%		0,00%
TOTAL	18	14,06%	26	20,31%	8	6,25%	6	4,69%
DE RMS								

Tabela C46. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de distância (D) na direção EN>PT (Gráfico 32).

D	ZERO		CURTA		MÉDIA		LONGA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS								
RMS1	1	1,04%	–	–	–	–	–	–
RMS2	2	2,08%	–	–	4	4,17%	5	5,21%
RMS4	4	4,17%	3	3,13%	1	1,04%	2	2,08%
RMS5	–	–	1	1,04%	–	–	1	1,04%
TOTAL	7	7,29%	4	4,17%	5	5,21%	8	8,33%
DE RMS								

Tabela C47. Frequência das classes de velocidade (v) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 36).

V	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
REDUZIDA	49	38,28%	23	23,96%
MÉDIA	33	25,78%	20	20,83%
ELEVADA	46	35,94%	53	55,21%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C48. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de velocidade (v) na direção PT>EN (Gráfico 37).

V	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCX						
TRA	29	22,66%	36	28,13%	38	29,69%
ELI	–	–	1	0,78%	–	–
RMS	3	2,34%	3	2,34%	7	5,47%
OMI	1	0,78%	6	4,69%	4	3,13%
TOTAL	33	25,78%	46	35,94%	49	38,28%

Tabela C49. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de velocidade (v) na direção EN>PT (Gráfico 37).

V	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCX						
TRA	14	14,58%	26	27,08%	16	16,67%
ELI	–	–	3	3,13%	–	–
RMS	1	1,04%	14	14,58%	2	2,08%
OMI	5	5,21%	10	10,42%	5	5,21%
TOTAL	20	20,83%	53	55,21%	23	23,96%

Tabela C50. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de velocidade (v) na direção PT>EN (Gráfico 38).

V	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY						
TRA	13	10,16%	12	9,38%	7	5,47%
ELI	1	0,78%	1	0,78%	1	0,78%
RMS	27	21,09%	15	11,72%	16	12,50%
OMI	8	6,25%	5	3,91%	22	17,19%
TOTAL	49	38,28%	33	25,78%	46	35,94%

Tabela C51. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de velocidade (v) na direção EN>PT (Gráfico 38).

V	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY						
TRA	6	6,25%	4	4,17%	12	12,50%
ELI	6	6,25%	3	3,13%	15	15,63%
RMS	6	6,25%	5	5,21%	13	13,54%
OMI	5	5,21%	8	8,33%	13	13,54%
TOTAL	23	23,96%	20	20,83%	53	55,21%

Tabela C52. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de velocidade (V) na direção PT>EN (Gráfico 39).

V	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	3	2,34%	3	2,34%	4	3,13%
RMS2	3	2,34%	3	2,34%	1	0,78%
RMS3	2	1,56%	1	0,78%	1	0,78%
RMS4	15	11,72%	4	3,13%	4	3,13%
RMS5	4	3,13%	4	3,13%	6	4,69%
TOTAL DE RMS	27	21,09%	15	11,72%	16	12,50%

Tabela C53. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de velocidade (V) na direção EN>PT (Gráfico 39).

V	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	–	–	1	1,04%	–	–
RMS2	4	4,17%	1	1,04%	6	6,25%
RMS4	1	1,04%	3	3,13%	6	6,25%
RMS5	1	1,04%	–	–	1	1,04%
TOTAL DE RMS	6	6,25%	5	5,21%	13	13,54%

Tabela C54. Frequência das classes de diversidade lexical (DL) nos subcorpora ORG-PT e ORG-EN (Gráfico 43).

DL	SUBCORPUS ORG-PT		SUBCORPUS ORG-EN	
	FA	FR	FA	FR
REDUZIDA	42	32,81%	37	38,54%
MÉDIA	37	28,91%	36	37,50%
ELEVADA	49	38,28%	23	23,96%
TOTAL	128	100,00%	96	100,00%

Tabela C55. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de diversidade lexical (DL) na direção PT>EN (Gráfico 44).

DL	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCX						
TRA	33	25,78%	29	22,66%	41	32,03%
ELI	–	–	–	–	1	0,78%
RMS	6	4,69%	3	2,34%	4	3,13%
OMI	3	2,34%	5	3,91%	3	2,34%
TOTAL	42	32,81%	37	28,91%	49	38,28%

Tabela C56. Frequência dos procedimentos de interpretação do antecedente (PROCX) por classe de diversidade lexical (DL) na direção EN>PT (Gráfico 44).

DL	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCX						
TRA	19	19,79%	19	19,79%	18	18,75%
ELI	3	3,13%	–	–	–	–
RMS	7	7,29%	7	7,29%	3	3,13%
OMI	8	8,33%	10	10,42%	2	2,08%
TOTAL	37	38,54%	36	37,50%	23	23,96%

Tabela C57. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de diversidade lexical (DL) na direção PT>EN (Gráfico 45).

DL	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY						
TRA	13	10,16%	8	6,25%	11	8,59%
ELI	–	–	2	1,56%	1	0,78%
RMS	23	17,97%	13	10,16%	22	17,19%
OMI	6	4,69%	14	10,94%	15	11,72%
TOTAL	42	32,81%	37	28,91%	49	38,28%

Tabela C58. Frequência dos procedimentos de interpretação do pronome (PROCY) por classe de diversidade lexical (DL) na direção EN>PT (Gráfico 45).

DL	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
PROCY						
TRA	11	11,46%	6	6,25%	5	5,21%
ELI	11	11,46%	5	5,21%	8	8,33%
RMS	8	8,33%	14	14,58%	2	2,08%
OMI	7	7,29%	11	11,46%	8	8,33%
TOTAL	37	38,54%	36	37,50%	23	23,96%

Tabela C59. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de diversidade lexical (DL) na direção PT>EN (Gráfico 46).

DL	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS						
RMS1	2	1,56%	3	2,34%	5	3,91%
RMS2	5	3,91%	–	–	2	1,56%
RMS3	1	0,78%	1	0,78%	2	1,56%
RMS4	11	8,59%	6	4,69%	6	4,69%
RMS5	4	3,13%	3	2,34%	7	5,47%
TOTAL DE RMS	23	17,97%	13	10,16%	22	17,19%

Tabela C60. Frequência dos procedimentos de reconfiguração morfossintática (RMS) por classe de diversidade lexical (DL) na direção EN>PT (Gráfico 46).

DL	REDUZIDA		MÉDIA		ELEVADA	
	FA	FR	FA	FR	FA	FR
RMS1	–	–	1	1,04%	–	–
RMS2	6	6,25%	4	4,17%	1	1,04%
RMS4	2	2,08%	8	8,33%	–	–
RMS5	–	–	1	1,04%	1	1,04%
TOTAL DE RMS	8	8,33%	14	14,58%	2	2,08%